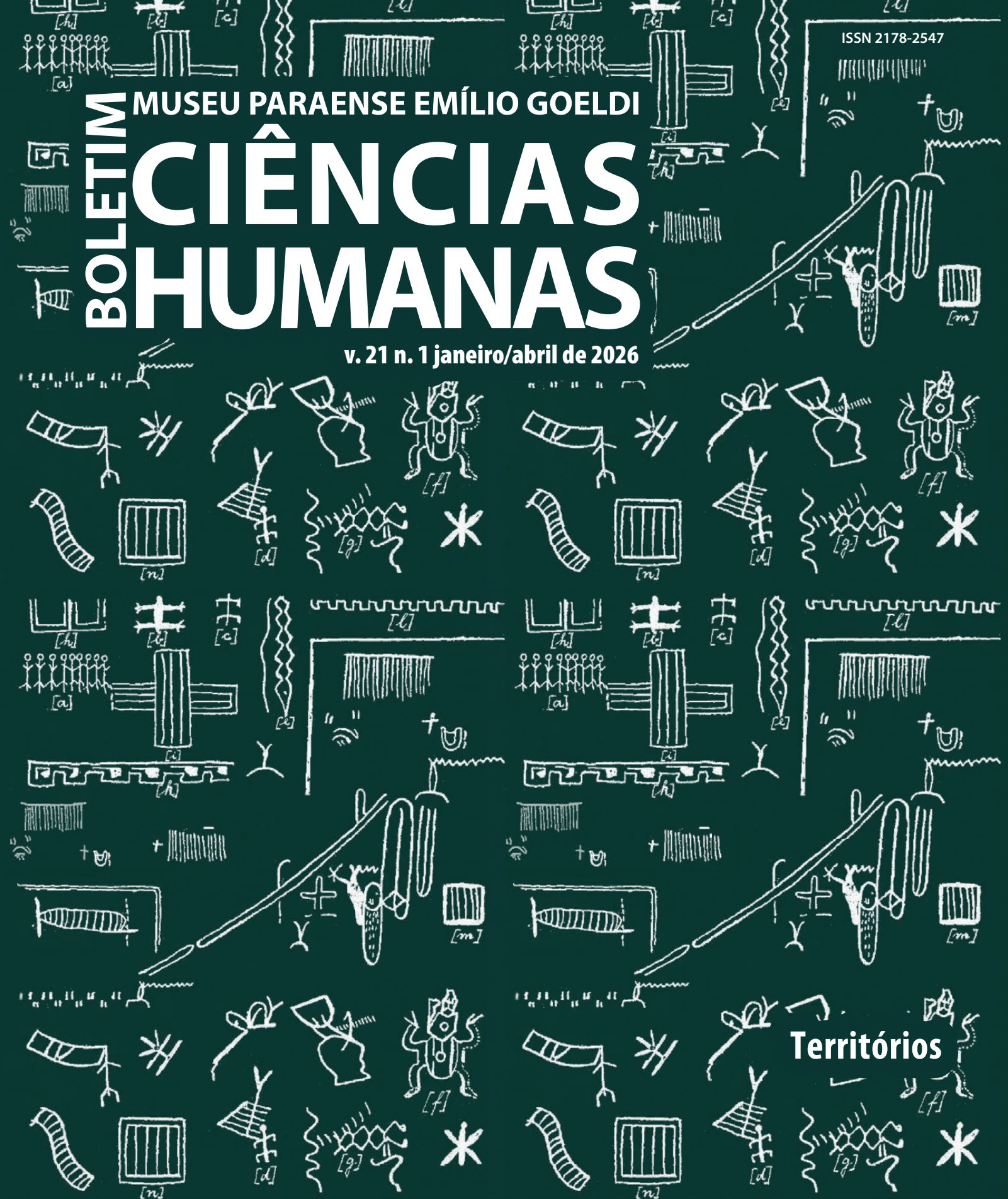


The background of the entire page is a dense, repeating collage of indigenous petroglyphs and pictographs. These symbols include various human figures, some with headdresses or carrying loads, geometric shapes like rectangles and zig-zags, and abstract patterns. Some symbols are enclosed in small boxes with letters like [a], [b], [c], [d], [e], [f], [g], [h], [m], and [n].

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

BOLETIM

CIÊNCIAS

HUMANAS

v. 21 n. 1 janeiro/abril de 2026

Territórios

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

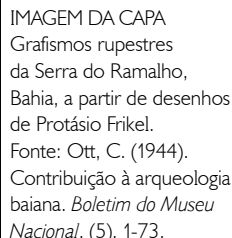
Ciências Humanas



v. 21, n. 1

Publicação contínua

janeiro-abril 2026



O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele. *The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

Jimena Felipe Beltrão

Adam Singerman - Universidade de Chicago - Linguística
Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Bernat Bardagil - Universiteit Gent - Linguística
Brigitte Thierion - Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 - Antropologia
Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Deborah Bronz - Universidade Federal Fluminense - Antropologia
Eliane Cantarino O'Dwyer - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Antropologia
Fernando Ozório de Almeida - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Arqueologia
Guilherme Mongeló - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia
Laure Empereire - Institut de recherche pour le développement - Etnobotânica
Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Márcio Couto Henrique - Universidade Federal do Pará - História
Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia
Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia
Pedro Glécio Costa Lima - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia
Rosani Fernandes - Kamuni Kaingang - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - Antropologia
Walkiria Neiva Praça - Universidade de Brasília - Linguística

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal
Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA
Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina
Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA
Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha
Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil
Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil
Michael J Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA
Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha
Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA
Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

Normalização - Arlene Lopes, Diana Gomes Lopes e Rafaela Lima
Revisão ortográfica - Diana Gomes Lopes e Rafaela Lima
Editoração, versão eletrônica - Talita do Vale e Júlia Modesto
Capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 21	n. 1	Publicação contínua janeiro-abril 2026

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Av Perimetral, 1901
Terra Firme – CEP 66077-830
Belém - PA - Brasil
Telefone: 55-3221-6486
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<https://boletimch.museu-goeldi.br/>
<http://www.scielo.br/bgoeldi>
http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br
Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online
Anthropological Literature
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
DOAJ - Directory of Open Access Journals
IBSS - International Bibliography of the Social Sciences
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para
Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2026. – Belém: MPEG, 2026. v. 21 n. 1, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. Linguística. 4. Povos Indígenas. 5. Populações Tradicionais. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 500

© Direitos de Cópia/Copyright 2026 por/by MCTI/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



ARTIGOS ARTICLES

**A legitimação da apropriação do território amazônico em
três momentos históricos: da colonização à bioeconomia**
Legitimation of the appropriation of Amazon territory in
three historical moments: from colonization to the bioeconomy

Fábio Alves

**Povos indígenas isolados ante as políticas da extrema direita
brasileira no governo (2019-2022)**

Isolated indigenous peoples in the face of Brazil's
far-right government policies (2019-2022)

Miguel Aparicio | Luísa G. Girardi | Helena Palmquist | Fabio Augusto Nogueira Ribeiro |
Amanda Villa | Maria Emilia Machado Coelho de Oliveira | Luisa Daccache Suriani | Lilian Bulbarelli Parra |
Carolina Ribeiro Santana

**Um capítulo germânico pouco conhecido da arqueologia amazônica: a formação e a
dispersão das coleções arqueológicas reunidas por Protásio Frikel no Baixo Amazonas
(1939-1957)**

A little known Germanic chapter of Amazonian archaeology: the formation and
dispersion of archaeological collections gathered by Protásio Frikel in the Lower
Amazon (1939-1957)

Marcony Lopes Alves | Igor Morais Mariano Rodrigues

**Endocranial morphological affinities of the Early Holocene individuals from
Lagoa Santa and implications for the peopling of the Americas**

Afinidades morfológicas endocranianas de indivíduos do Holoceno inicial de
Lagoa Santa e suas implicações para o povoamento das Américas

María Clara López-Sosa | Hugo Reyes-Centeno | Lumila Paula Menéndez | Rodrigo Elias Oliveira |
Claudio Campi de Castro | André Strauss

**A Cachoeira do Teotônio após a tempestade:
paisagem de pesca dos indígenas Caripuna (1868)**

The Teotônio Waterfall after the storm:
fishing landscape of the Caripuna Indigenous people (1868)

Cliverson Pessoa | Angislaine Freitas Costa

Valores culturais da natureza: o imaginário amazônico como fonte inexplorada em políticas públicas de proteção ambiental

Cultural values of nature: the Amazonian imaginary as an untapped source in public policies of environmental protection

Jaqueline Ferreira de Oliveira | Marina Fernandes de Figueiredo Souza Teixeira | Paulo Beltrão Rabelo

Odilon Nunes e a composição do povo piauiense:

silenciamentos indígenas e ‘mamelucos’ em uma narrativa da história piauiense

Odilon Nunes and the composition of the Piauí people:

indigenous and mameluco silencing in a narrative of Piauí history

Camila Galan de Paula

Mulheres na Amazônia brasileira: a luta das trabalhadoras da pesca, do garimpo e da agricultura familiar para confrontar o sofrimento e a violência contínuos

Women in the Brazilian Amazon: the struggle of women workers in fishing, mining and family farming to confront ongoing suffering and violence

Rosane de Seixas Brito Araújo

Biografia vitrificada: agências e materialidades nos processos migratórios em um século de atividades seringueiras na Amazônia (1848-1945)

Glazed biography: agencies and materialities of migratory processes in a century of rubber activities in the Amazon (1848-1945)

Antonio Guimarães | Daiana Travassos Alves

A curadoria como forma de conectar mundos vividos: metodologias para o envolvimento de museus com comunidades indígenas do alto rio Negro

Curatorship as a means of connecting lived worlds: methodologies for museums' engagement with indigenous communities from the Rio Negro

Thiago da Costa Oliveira | Andrea Scholz

Rastreando memórias indígenas en Buenos Aires:

vínculos entre materiales, sensorialidades y narrativas

Tracing Indigenous memories in Buenos Aires:

connections between materials, sensory experiences, and narratives

Virginia M. Salerno | Carolina Leiva | María Gabriela Chaparro | María Alejandra Pupio

Organizando dados e contando histórias: a longa história indígena do vale do Itajaí a partir de um banco de dados arqueológicos

Organizing data and telling stories: the long Indigenous history of the Itajaí Valley (Southern Brazil) from an archaeological database

Fabiana Terhaag Merencio | Lucas Reis Bueno | Gabriela Oppitz | Lucas Bond Reis |

Thiago Umberto Pereira | Lorena Ferreira Nogueira | Bettina Denardi

Dimensões políticas dos discursos rondonianos

Political dimensions of Rondonian speeches

Pedro Libanio Ribeiro de Carvalho

Person auxiliaries in Wayampi

Auxiliares de pessoa em Wayampi

François Copin

Usos culturais e educacionais do miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L. f.):

relações possíveis na Base Nacional Comum Curricular

Cultural and educational use of the *miritizeiro* (*Mauritia flexuosa* L. f.): possible relationships in the National Common Curriculum Base

Antonio Pedro Costa Bastos | Marcus Vinicius de Oliveira Magno | Ely Simone Cajueiro Gurge |

Sheila Costa Vilhena Pinheiro | Pedro Glécio Costa Lima | Ana Cristina Andrade de Aguiar-Dias

RESENHA

BOOK REVIEW

Muquifu: um museu que acolhe a diversidade

Muquifu: a Museum that welcomes the diversity

Gabriela Sacramento Palmeira da Silva | Christianni Cardoso Moraes

TESES E DISSERTAÇÕES

THESIS AND DISSERTATIONS

Por uma literatura afro-pindorâmica: as narrativas de Itamar Vieira Junior (2012-2021)

For an afro-pindoramic literature: the narratives of Itamar Vieira Junior (2012-2021)

Zidelmar Alves Santos

ERRATA



ARTIGOS CIENTÍFICOS

A legitimação da apropriação do território amazônico em três momentos históricos: da colonização à bioeconomia

Legitimation of the appropriation of Amazon territory in three historical moments: from colonization to the bioeconomy

Fábio Alves 

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Neste artigo, são discutidas as narrativas legitimadoras da apropriação do território amazônico por colonizadores, Estado e empresas capitalistas. É demonstrado, a partir dos relatos dos primeiros viajantes do rio Amazonas, de dois discursos presidenciais de regimes autoritários brasileiros e de uma proposta de bioeconomia com viés empresarial para a região, que, apesar das 'distâncias temporais', suas narrativas apresentam estruturas semelhantes. Ressaltam-se três elementos comuns a essas narrativas: a depreciação do outro, no caso, o nativo amazônico, mediante a ausência de determinados atributos 'civilizatórios'; o enaltecimento de si mesmo por parte do colonizador/dominador por meio da alegação da presença de tais atributos; e a necessidade de conferir valor econômico à terra conquistada. Tais narrativas são analisadas em relação aos modos de operação gerais da ideologia categorizados por John B. Thompson, demonstrando que tais narrativas evidenciam estratégias de dissimulação, fragmentação, unificação e reificação para justificar a apropriação do território e a sujeição da população local. Conclui-se defendendo a necessidade de se construir um modo de uso da floresta em pé em que os povos amazônicos sejam os protagonistas e os principais beneficiários do processo.

Palavras-chave: Amazônia. Colonização. Dominação. Ideologia. Bioeconomia.

Abstract: In this article, I discuss the narratives that legitimize the appropriation of the Amazon by colonizers, the State and capitalist enterprises. I seek to demonstrate, based on the reports of the first travelers on the Amazon River, two presidential speeches from Brazilian authoritarian regimes and a bioeconomy proposal with a business bias for the region, that, despite the different historical contexts, these narratives share similar structures. There are three common elements to these narratives: the depreciation of the other, in this case the Amazonian native, through the absence of certain 'civilizing' attributes; the self-aggrandizement by the colonizer/dominator through the allegation of the presence of such attributes; the need to assign economic value on conquered land. I analyze these narratives, in relation to the general modes of operation of ideology categorized by John B. Thompson, demonstrating that such narratives present strategies of dissimulation, fragmentation, unification and reification to justify the appropriation of territory and the subjection of the local population. Ultimately, I defend the need to build a way of using the standing forest in which the Amazonian people are the protagonists and the main beneficiaries of the process.

Keywords: Amazon. Colonization. Domination. Ideology. Bioeconomy.

Alves, F. (2026). A legitimação da apropriação do território amazônico em três momentos históricos: da colonização à bioeconomia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240064. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0064.
Autor para correspondência: Fábio Alves. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SEPS 702/902 – Bloco C – Torre B. Brasília, DF, Brasil. CEP 70390-025 (fabioalves75@yahoo.com.br, fabioalves75@gmail.com).

Recebido em 05/09/2024

Aprovado em 17/07/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

O processo de ocupação da Amazônia pelo colonizador europeu trouxe consequências avassaladoras para as sociedades autóctones da região. As margens dos grandes rios, densamente habitadas antes da invasão europeia, ficaram despovoadas em virtude de genocídios, guerras, aldeamentos, escravidão e retirada dos povos nativos para o interior da floresta. Ao longo desse processo, o colonizador, ao se deparar com uma natureza exuberante, motivado por anseios edênicos oriundos da tradição judaico-cristã e pela cobiça imperante do regime mercantilista da época, reduz, ao que vê como paraíso, a possibilidade de dominação para gerar riqueza, em um processo no qual o nativo é tomado ora como empecilho, ora como instrumento da acumulação de riquezas.

Neste texto, procuro analisar a apropriação de territórios, recursos e braços humanos pelo Ocidente mercantil-capitalista em três momentos históricos. O primeiro compreende o período da conquista por espanhóis e portugueses do território amazônico, quando trato sobre os relatos dos primeiros viajantes europeus no rio Amazonas. O segundo momento abrange, no século XX, o período correspondente ao projeto desenvolvimentista brasileiro, em que analiso aspectos de dois discursos presidenciais, ambos de governos autoritários e proferidos no coração da Amazônia, em Manaus, um de Getúlio Vargas, realizado no ano de 1940, e outro de Emílio Médici, de 1970. O terceiro e último momento corresponde ao nosso atual ponto de inflexão em que a iminência da intensificação dos efeitos do aquecimento global nos impõe a construção de soluções para um mundo mais sustentável. Em relação a este momento, analiso o projeto Amazônia 4.0, que propõe a via da bioeconomia para a região.

Ao discorrer sobre eles, apresento as estratégias narrativas usadas para legitimação da apropriação do território, da exploração dos recursos e da dominação e sujeição laboral do nativo. Estratégias que, apesar de diferentes contextos históricos e de distintas roupagens de

linguagem, reproduzem uma mesma estrutura, qual seja, a depreciação e a estigmatização do outro por meio da ausência de determinados atributos civilizatórios *vis-à-vis* ao enaltecimento de si mesmo pelo colonizador, projetando-se em sua nação, em sua classe social ou num ator-herói civilizador; na necessidade de dar valor econômico à terra dominada e aos recursos nela encontrados.

1º MOMENTO: DE COMO O COLONIZADOR EUROPEU SOLUCIONOU O REENCONTRO COM O PARAÍSO PELA AMAZÔNIA

O processo de expansão do mundo europeu para o além-mar teve por motivação, em boa medida, a cobiça por recursos materiais, mas também foi inspirado por anseios espirituais. A chegada ao continente por eles denominado América, mas antes 'confundido' como a costa ocidental das Índias, propiciou o acesso a inúmeras riquezas que sustentou seu mercantilismo e suscitou, na mente cristã, a possibilidade de redenção com o divino.

À época vivendo sob os ditames do regime feudal, em meio a eventos de guerras, pestes e fomes, o europeu comum sentia na opressão de um sistema rígido e estratificado o castigo bíblico da expulsão do Jardim do Éden, tendo que obter seu alimento com o suor do seu rosto. O trabalho, portanto, é o castigo definitivo para o adamita pecador e só poderá ser suprimido no reencontro dele com o paraíso. Define-se, assim, a tensão entre matéria e espírito, das condições materiais que impõem ao europeu um modo de vida baseado no trabalho árduo de cultivo do solo para sua sobrevivência, num regime de sujeição ao senhor feudal, legitimado espiritualmente pelos cânones do catolicismo.

Mas existe algum evento na história da humanidade que tenha influenciado a narrativa judaico-cristã para a realização de tal castigo? Entre os estudos arqueológicos do velho mundo, há o consenso de que as grandes civilizações surgiram a partir do desenvolvimento da agricultura. As evidências encontram-se nos berços de domesticação de grãos como o trigo e a cevada no Oriente Médio e do arroz na China. Também na América a ocorrência

de civilizações como a Inca e a Asteca estão associadas à domesticação de plantas como o milho e a batata (Diamond, 2005). A domesticação de plantas e animais propiciou um incremento considerável de produção de alimentos, possibilitando um aumento do contingente de seres humanos que, por sua vez, viabilizava a expansão das áreas de cultivo. Tal expansão do contingente humano não foi acompanhada da melhoria individual para a maioria das pessoas. Ao invés disso, o trabalho nos cultivos era penoso e trabalhar longas jornadas sob o sol, em posições e movimentos insalubres e repetitivos, configura o sofrimento humano nessas sociedades, a ponto de tornar seus corpos débeis se comparados com a dos humanos de sociedades caçadoras e coletoras, conforme nos mostram os achados arqueológicos (Ryan & Shaw, 2015). As chamadas 'civilizações' são, na verdade, modos de organização social baseados na hierarquização social e centralização do poder político e do controle dos recursos, legitimados pela institucionalização religiosa. Seria, pois, o paraíso edênico bíblico a expressão do anseio dos povos semitas, de então, por um modo de vida ancestral baseado numa relação mais íntima com a natureza, quando a obtenção de seu sustento não dependia de tanto sofrimento? Vou assumir que sim e que isso atuará na cosmovisão europeia cristã e, desse modo, no processo de colonização do continente americano em geral e da Amazônia em particular.

Há um outro berço de domesticação de plantas que não se enquadra na tese da relação agricultura/sociedade hierárquica e incomoda os que acreditam e defendem a estratificação social como forma ideal de organização política. A Amazônia abriga um dos lugares de surgimento independente de cultivos vegetais. Espécies como o feijão, a abóbora e o ariá foram domesticadas há cerca de nove mil anos (Furquim et al., 2021). No entanto, as sociedades amazônicas desenvolveram (optaram por?) formas de organização social horizontalizadas, "sociedades sem Estado", no dizer de Clastres (2017). Formas organizativas que interagem com a natureza de forma a não degradar, combinando manejo e cultivo de plantas e caça de animais

silvestres num ambiente, considerado por Neves (2012, p. 109), de "abundância irrestrita", em que a exploração de recursos não excede sua capacidade de suporte.

É com a exuberância da natureza e com os modos de vida peculiares que o europeu se depara no início da colonização. É o contato com a natureza e com a grandiosidade do rio, ladeado pela floresta densa e diversa em espécies vegetais e animais, que, segundo Gondim (2019), irá acionar no imaginário do colonizador europeu a tensão entre o infernal e o paradisíaco. Neste trabalho, vou me deter ao segundo aspecto. Os relatos dos primeiros viajantes do rio das Amazonas evidenciam, para além do encantamento e da admiração com a exuberância e a diversidade do ambiente descoberto, a cobiça quanto às possibilidades de uso e, mais ainda, de sua conversão em riqueza para o reino. Já na primeira viagem europeia que se tem registro pelo rio Amazonas, entre os anos de 1541 e 1542, o frei Gaspar Carvajal vê, nas características do clima e nas espécies vegetais e animais encontradas, as possibilidades de exploração dos recursos:

. . . É terra temperada, onde se colherá muito trigo e se darão todas a árvores frutíferas. Além disso está aparelhada para criar todo o gado, porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha . . . Os montes destas terras são azinhais e soverais com bolotas, porque nós as vimos, e carvalhais (Carvajal et al., 1941, p. 63).

Quase um século depois da primeira viagem, outro religioso, o Padre Alonso Rojas, ao percorrer o mesmo rio, mas no sentido oposto ao de Carvajal, de Belém a Quito, enumera sob visão mercantilista uma série de produtos viáveis de se tornarem bens de mercado. Cita carnes de diversos animais, aves, variedades de frutas, tabaco de qualidade, batatas, vinho de palmeira (açai?) e mel. Ao fim de sua enumeração, conclui, com sua visão cobiçosa do paraíso, que "todos os anos são aprazíveis e a terra é um retrato da que Deus prometeu ao seu povo, e se tivesse os gados da Judéa, diríamos que regavam arroios de leite e mel" (Carvajal et al., 1941, p. 119).

Outro clérigo a serviço da coroa Espanhola, Cristóbal de Acuña, em viagem subsequente a do relato de Rojas, observa a biodiversidade da floresta como uma fonte rica de produtos medicinais, usados pelos nativos, e apela para o surgimento de sábios (o que hoje seria um apelo à ciência) para investigar as propriedades curativas das espécies de plantas:

. . . A diversidade e a grande quantidade de drogas medicinais, conservadas pelos naturais, é a melhor botica de simples, que há no mundo descoberto, e teria que haver outro Dioscórides e um terceiro Plínio – autores que escreveram sobre a história natural – para averiguar as suas propriedades, e as inumeráveis espécies ainda totalmente desconhecidas (Carvajal et al., 1941, p. 191, ênfases adicionadas).

O testemunho de tão fascinante natureza que abriga inúmeros povos às margens de tão grandioso rio, vivendo livres e se sustentando daquilo que a natureza oferece, inclusive despidos como nas representações do primeiro casal bíblico, poderia despertar entre os primeiros navegadores o anseio primevo de se integrar ao paraíso descoberto, de afundar suas caravelas, despir-se como os nativos e embrenhar-se com eles mato adentro, ou seja, de abandonar as amarras da opressora sociedade feudal europeia e adotar o modo de vida dos nativos. Mas, a essa altura da história, o anseio pelo paraíso se cristalizara em cobiça mercantilista, e a única forma vislumbrada para conquistar sua fonte que jorra leite e mel e, ao mesmo tempo, fugir do castigo do trabalho foi reproduzir o regime opressor de seu país de origem. Na Amazônia (e no continente americano em geral), a solução para viver no paraíso com ócio foi a exploração do trabalho do outro, por meio da escravidão.

Gondim (2019) ressalta que o nativo amazônico é encarado como um estorvo para o europeu, um empecilho para usufruto do paraíso descoberto. Não discordo desse aspecto. Mas esse próprio estranhamento do outro é usado como fator de legitimação da sujeição do nativo para, assim, viabilizar seu usufruto edênico,

que é gozar o ócio que, ao se referir ao nativo, é transfigurado em preguiça. V. Salles (1971), tratando da escravização indígena pelos europeus, no então estado do Maranhão e do Grão-Pará, aponta para a aversão do colono europeu ao trabalho, reconhecida à época pela própria autoridade colonial¹:

Como uma das maiores perdições que tem tido este estado é o desprezo em que os homens brancos que a êle tem vindo, têm pôsto o trabalho manual, é preciso que V.M.⁶ faça tudo quanto couber no possível para destruir este inimigo comum; não só persuadindo, mas obrigando a estes moradores a que cultivem as terras que lhes foram dadas, pelas suas mesmas mãos, declarando-lhes que o único fim de S.M. os manda nestas novas povoações, é para que sigam nelas a mesma vida com que foram criados nas suas terras . . . Para absolutamente desarraigar nesta Vila o prejudicialíssimo abuso que está arraigado em todo êsse estado, de que só os índios são os que devem trabalhar e que a todo o branco é injurioso o pegar em instrumento para cultivarem a terra (Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1756 citado por V. Salles, 1971, p. 163).

Ignora-se, de forma intencional ou não, o modo de vida e as formas de trabalho do nativo relacionadas com o uso da terra, que a caça, a pesca, o extrativismo, o manejo de espécies florestais são formas de trabalho reproduzidas e adaptadas por gerações e que mantiveram, até então, essas populações integradas ao ambiente. Ao não conseguir admitir conscientemente seu desejo pelo ócio, o colono europeu projeta sua preguiça no nativo subjugado.

Além da preguiça, outros qualificativos correlatos são atribuídos aos nativos. Termos como ausência de ambição e de preocupação com futuro, apatia são frequentemente usados para depreciar o indígena e fazer valer sua dominação. La Condamine (2000, p. 60) refere-se ao indígena como “abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas”. Quando receptivos aos estrangeiros são ‘dóceis e pusilânimes’, quando hostis são ‘selvagens e canibais’. A dominação é justificada pela ausência de atributos,

¹ Trata-se de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador e capitão-general do estado do Maranhão e Grão-Pará.

seja ela a fé, a disposição para o trabalho, a civilização, os sentimentos. Ausências que explicariam a falta de geração de riquezas e de valor a ser extraído da natureza. Anunciando-se essas ausências, legitima-se a apropriação do território, bem como a dominação do indígena de forma a submetê-lo a formas penosas de trabalho. Cabe ao europeu esse papel civilizador, como prenuncia padre Rojas, após citar um trecho bíblico², a saber,

Quem não executará a ordem de Deus, como a apresenta o seu profeta? . . . Quem não apressará os vãos como anjo, que para socorrer a gente que vive debaixo da Linha, deve ter velozes os passos, segundo a ordem de Deus: *ite angeli veloces*? (Carvajal et al., 1941, p. 123, ênfase adicionada).

Caberia, portanto, ao europeu transformar o nativo à sua imagem e semelhança, tarefa essa executada, portanto, por meio da religião e da exploração do trabalho. Missionários católicos e bandeirantes são os ícones desse processo de dominação, revezando-se na homogeneização das populações locais, resolvendo seu estranhamento do encontro com o outro.

2º MOMENTO: A TENTATIVA DE MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

A conquista da Amazônia pelos europeus foi devastadora para os povos nativos. Estima Denevan (2003) que, no momento da entrada do europeu na Amazônia, a região abrigava entre cinco e seis milhões de pessoas, ocupando principalmente as margens de rios e áreas de várzeas da floresta. A população na região somente retornou a esse patamar na década de 1960. Após quatro séculos de guerras, escravidões e epidemias trazidas pelo colonizador, a população decresceu substancialmente; as margens, outrora tão habitadas conforme os relatos dos viajantes, ficaram despovoadas. A economia

da borracha, cujo auge ocorrera no final do século XIX, favoreceu um novo influxo demográfico na região, sobretudo de famílias vindas do Nordeste.

Após o declínio do extrativismo gomífero em função da concorrência com os plantios de seringueira no sudeste asiático, a ânsia pela exploração da floresta amazônica arrefeceu, permitindo uma conformação camponesa na região, composta por sítios familiares de produtores de alimentos para o autoconsumo e abastecimento local (Ianni, 1979, p. 46). Mas a trégua não foi duradoura. Já em 1940, no auge do Estado Novo, Getúlio Vargas retrata, em seu “Discurso do rio Amazonas” (Vargas, 1942), realizado no Ideal Clube, na cidade de Manaus, o incômodo pela terra ‘inculta’ da região amazônica.

A visão paradisíaca já não existe mais. A floresta é agora algo a ser conquistado e dominado. O resultado de séculos de genocídio agora é apontado como vazio demográfico. O indígena sequer é citado. Agora, os seringueiros e as populações ribeirinhas é que são caracterizados como ‘nômades’ e ‘de economia instável’, os quais estorvam o avanço do progresso e, portanto, devem dar espaço ao colono disciplinado na cultura agrária, vindo de outras regiões. Urge, portanto, uma nova investida civilizatória cuja principal missão é aumentar a densidade populacional da região, sendo os avanços da técnica aliados nesse processo:

. . . Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (Vargas, 1942, p. 259).

² A passagem bíblica em questão é Isaías, capítulo 18, versículo 2, citada em latim por Rojas, traduzida na edição estudada da seguinte maneira: “Ide[,] mensageiros velozes, a uma nação dividida e despedaçada; a um povo terrível, o mais terrível de todos; a uma nação que está esperando, e que é calçada aos pés, cuja terra é cortada pelos rios” (Carvajal et al., 1941, p. 122).

O discurso de Vargas prenunciou o avanço do projeto desenvolvimentista para a Amazônia. Iniciativas como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a construção da rodovia Belém-Brasília no governo de Juscelino Kubitschek são exemplos da ânsia colonizadora agora mediante a investida do capital nacional e internacional. Essas medidas são intensificadas pelo regime militar. O pacote desenvolvimentista planejado pelos militares continha projetos de colonização estatais e privados, construção de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, implantação de projetos de mineração com controle predominante do capital internacional, projetos agropecuários e implantação de grandes hidrelétricas, como as de Tucuruí e Balbina.

Sem a elegância do discurso de Vargas e de linguagem tecnocrata, o discurso de Emílio Médici apresenta, de forma mais crua, a visão da elite dirigente brasileira sobre a Amazônia. Um primeiro aspecto que sobressai é a noção de descolamento da região do resto do país, o seu “isolamento geoeconômico” que precisa ser rompido a fim de permitir o “desenvolvimento em bases rentáveis” (Médici, 1970, p. 146). A noção de atraso econômico é outro qualificativo atribuído à região, relacionado ao imperativo de garantir a soberania sobre o território:

... que o meu governo apresente as linhas gerais da primeira fase de sua política para a Amazônia e diga a sua decisão de assegurar, com energia e vontade, a soberania brasileira nesta outra metade do Brasil e de fazer andar o relógio amazônico, que muito se atrasou ou ficou parado no passado (Médici, 1970, pp. 146-147).

Em seu discurso, são invisibilizados, além dos indígenas, os seringueiros e os ribeirinhos, ‘lembrados’ por Vargas. Reforça-se, dessa maneira, a visão de vazio territorial, da terra que seria totalmente inabitada se não fosse “o pracinha do Exército ... herdeiro do bandeirante” (Médici, 1970, p. 145). A ânsia por recursos e geração de riqueza é clara e será saciada pela apregoada ‘integração’ das vias de transporte

que permitirá “... a exploração de reservas de ferro, manganês, estanho, chumbo, ouro, cobre e fecundando terras virgens e solos férteis, que vão deixar de ser bens geográficos para se transformarem em verdadeiros bens econômicos” (Médici, 1970, p. 151).

Tanto no discurso de Vargas como no de Médici, percebe-se uma preocupação com a cobiça estrangeira. A necessidade de civilizar e dar uma finalidade ou vocação econômica para a Amazônia serviria para protegê-la das “cobiças e [dos] apetites de absorção”, segundo Vargas (1942, p. 262), para fazê-la deixar de ser “vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante”, conforme profere Médici (1970, p. 146). Temor que todo colonizador tem em relação à cobiça externa para com sua colônia.

A principal ausência anunciada em ambos os discursos é de gente. Para isso, valem-se de alegorias como ‘espaços despovoados ou vazios’, ‘terras sem homens’, que, aliadas à falta de disciplina da população local, da carência de desenvolvimento e, por fim, de civilização, justificam novas investidas colonizadoras sobre a região. Trata-se de um colonialismo interno em nome da ideia ufanista de um ‘Brasil potência’, em que os protagonistas invocados para a nova cruzada civilizatória são o Exército, os técnicos e os homens de negócios, sejam eles brasileiros ou estrangeiros.

ÚLTIMO MOMENTO: AMAZÔNIA 4.0 – A CRUZADA TECNOLÓGICA DA BIOECONOMIA

Novamente, o desenvolvimentismo autoritário trouxe danos dramáticos para as populações amazônicas. A ‘integração’ da região ao restante do território brasileiro ocorreu à custa de mais extermínio indígena, conflitos fundiários, expulsão e assassinatos de camponeses e degradação ambiental. A construção de rodovias facilitou a invasão de territórios indígenas e de demais povos da floresta pelo avanço do garimpo e de grandes fazendas de gado. As concessões públicas de terras a grandes projetos agropecuários, aliadas à prática generalizada da grilagem, permitiram a apropriação privada de grande quantidade de terra para formação de

enormes latifúndios, promovendo a exploração predatória da madeira, assim como a substituição da floresta pela pecuária extensiva e pela monocultura de soja. Como resultado, em cinquenta anos, a Amazônia perdeu um quinto de sua floresta (WWF, 2018, p. 23).

O desmatamento da Amazônia está inserido na crise climática atual que exige dos países medidas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, a fim de mitigar os efeitos do aquecimento global. Tal redução configura-se como um imperativo ambiental para ajustar a economia em princípios sustentáveis. No caso do Brasil, são justamente o desmatamento e a pecuária bovina os principais fatores de emissão de gases.

Entre as soluções para enfrentar a crise climática, estão aquelas inseridas na chamada 'economia verde' cujas premissas estão assentadas em soluções de mercado para conceder maior sustentabilidade para as atividades econômicas. Nessa linha, está o dito mercado de carbono, que consiste na precificação do CO², segundo o qual, países que não cumprem as metas de redução das emissões podem comprar os créditos daqueles que as cumpriram. Para remunerar a preservação e a restauração de florestas, o mecanismo utilizado é o de Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas (REDD). De acordo com Nobre e Nobre (2019, p. 11), o preço do CO² estaria por volta de 2,5 dólares por tonelada, o que daria uma rentabilidade de 2.500 a 5.000 dólares por hectare de floresta preservada. A estimativa é que a demanda por carbono aumente 15 vezes até 2030 e 100 vezes até 2050 (J. Salles, 2022, p. 364). A aposta é no mercado de carbono na Amazônia, sobre o qual já se observam movimentos especulativos sobre áreas florestais, incluindo terras ocupadas por povos tradicionais, sob risco de essas comunidades perderem autonomia sobre seus territórios (Gonçalves et al., 2016, pp. 134-138).

Outra frente incubada dentro da 'economia verde' é aquela relacionada à abordagem atualmente hegemônica da chamada 'bioeconomia', que consiste num modelo

de produção baseado no uso de recursos biológicos, em substituição a recursos sintéticos, oriundos principalmente do petróleo. Envolve, além da transição energética, de combustíveis fósseis para biocombustíveis, a produção de bioplásticos, bioinsumos, medicamentos, cosméticos, com uso intensivo de tecnologia de ponta, como a biotecnologia, a engenharia genética, a bioinformática, a nanotecnologia, entre outras, campos tecnológicos associados ao que hoje é denominado de Quarta Revolução Industrial.

Apesar de a abordagem resumida acima ser a propalada pelo meio empresarial por entidades governamentais e, inclusive, por uma parcela importante do terceiro setor, a 'bioeconomia' ainda é um termo cuja abordagem conceitual se encontra em disputa. Um exemplo importante foi o embate ocorrido em 2021, em Belém do Pará, em que movimentos sociais vinculados a povos indígenas e povos tradicionais protagonizaram o Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade, a fim de contrapor a visão empresarial imperante no Fórum Mundial de Bioeconomia, promovido pelo governo do estado do Pará no mesmo período. No documento final daquele evento, os movimentos sociais denunciavam aos participantes da 26^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) o caráter mercantil e baseado em "processos de inovação que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de altos insumos, difundidos para substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes" das discussões promovidas no fórum empresarial, propondo em seu lugar uma "sociobioeconomia" em consonância com a ciência e a tecnologia, de modo a aprimorar as atividades de coleta, produção e comercialização de produtos da biodiversidade, respeitando seus modos de vida (CNS & COIAB, 2021).

O uso do termo 'bioeconomia' ganha corpo como conceito mediante a abordagem econômica pioneira de Nicholas Georgescu-Roegen, que elaborou consistentes críticas aos economistas convencionais por não considerarem a finitude dos recursos naturais

no problema econômico. Segundo sua abordagem, o processo econômico é uma extensão da evolução da espécie humana que, diferentemente das outras espécies, prosseguiu com sua evolução transcendendo o processo genético por seleção natural ao incrementar ao seu aparato biológico (órgãos endossomáticos) a transformação dos recursos naturais em instrumentos (órgãos exossomáticos), a fim de superar suas limitações biológicas. Contudo, dada a finitude da disponibilidade dos recursos naturais em virtude das leis da termodinâmica, esse processo evolutivo bioeconômico, conseguido por meio da inovação tecnológica, apresenta limites, sobretudo em um cenário sociotécnico caracterizado por alta entropia, como o estágio atual da civilização. Diante disso, propõe um programa bioeconômico de baixa entropia que consiste na cessação de uso de recursos naturais para fabricação de armas e bens supérfluos; a resolução do superpovoamento; a ajuda aos países subdesenvolvidos, sobretudo no combate à fome; o abortamento da busca por crescimento econômico constante; o combate ao consumismo (Georgescu-Roegen, 2007, pp. 53-85). Sua abordagem bioeconômica está na origem dos estudos na área de Economia Ecológica e dos teóricos do decrescimento.

De acordo com Vivien et al. (2019, p. 20), o termo 'bioeconomia', cunhado por Georgescu-Roegen (2007), foi sequestrado semântica e conceitualmente por uma perspectiva de crescimento econômico verde perpétuo, que vem dominando a agenda internacional por meio da pressão e do *lobby* exercido por poderosos grupos econômicos. Esses autores apresentam uma tipologia de abordagens bioeconômicas. Uma primeira, a qual denominam 'bioeconomia I', é vinculada ao conceito original de Georgescu-Roegen (2007), a qual considera a finitude dos recursos naturais disponíveis e, portanto, a impossibilidade de um crescimento econômico infinito. A segunda, denominada 'bioeconomia II', diz respeito a uma perspectiva de que o desenvolvimento econômico pode ser alavancado pela biotecnologia. O avanço científico

em áreas como a engenharia genética e a bioquímica promoveria uma nova revolução industrial, na qual a farmácia, a medicina, a agronomia e a química seriam os setores proeminentes. Por fim, a 'bioeconomia III' está vinculada ao setor agroindustrial cujo aspecto central é o uso da biomassa como matéria-prima para a produção industrial, inclusive para geração de energia em substituição aos combustíveis fósseis. As duas últimas perspectivas se complementam, pois muito das apostas de uso da biomassa depende em boa medida do avanço das pesquisas na área de biotecnologia (Vivien et al., 2019).

Considerando as complementaridades e similaridades entre as perspectivas centradas na biotecnologia e na biomassa, Ramcilovic-Suominen et al. (2022) propõem uma tipologia agregando-as no que chamam de "visão de bioeconomia pró-crescimento econômico" e, em contraposição, chamam de "visão da bioeconomia pró-limites planetários" aquela que inclui, além da preocupação com os limites biológicos e ecológicos, a justiça planetária como questão central ao conceito de decrescimento. De acordo com os autores, a visão pró-crescimento econômico tem sido hegemonizada na agenda política da União Europeia e na maioria dos países do Norte Global a partir de *lobbying*, suporte político e recursos, deixando à margem perspectivas relativas à visão pró-limites planetários. Tal agenda pró-crescimento econômico vem sendo transposta para os países do Sul Global mediante uma coalizão de pesquisadores e decisores políticos baseados e financiados por grupos de interesse do Norte Global, numa forma de intervencionismo neocolonial (Ramcilovic-Suominen et al., 2022). Esse é um processo que se configura atualmente na Amazônia.

Na esteira do debate sobre o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) criou o projeto Amazônia 4.0, o qual apresenta claramente uma abordagem de tipo 'bioeconomia II', proposto por Vivien et al. (2019) e dentro da visão pró-crescimento

econômico apresentada por Ramcilovic-Suominen et al. (2022), por apresentar forte ênfase na biotecnologia, sendo, portanto, um exemplo importante da visão hegemônica de bioeconomia proposta para a região amazônica. O projeto Amazônia 4.0 pretende dar suporte técnico a “... negócios baseados na sociobiodiversidade amazônica e em sistemas de produção que incorporem as tecnologias da 4ª Revolução Industrial e da Engenharia Biológica” (Intituto de Engenharia, s.d., p. 19). As finalidades do projeto envolvem eliminar o desmatamento por meio de inovações tecnológicas, promovendo uma reindustrialização da região baseada na biodiversidade da floresta, com vistas a obter ganhos de produtividade e competitividade no mercado internacional.

Mais uma vez, a floresta é vista com olhos mercantis, utilitaristas. A biodiversidade é considerada um conjunto de “ativos biológicos e biomiméticos ... cada vez mais valorizados pela Quarta Revolução Industrial” (Nobre & Nobre, 2019, p. 9). A enumeração de espécies de seres vivos, suas substâncias e suas funções e os enormes potenciais de atribuir-lhes valor econômico remetem aos relatos dos primeiros viajantes europeus na Amazônia, como as descrições de Carvajal, Rojas e, sobretudo, Acuña sobre as potencialidades de exploração da floresta:

As plantas da Amazônia contêm segredos bioquímicos, como novas moléculas, enzimas, antibióticos e fungicidas naturais que podem ser sintetizados em laboratório e resultar em produtos de alto valor ... Na flora brasileira como um todo, mais de 240 espécies de plantas são utilizadas como base de produtos cosméticos e farmacêuticos e 36 delas como base de medicamentos fitoterápicos, mas o potencial é infinitamente maior. Na flora amazônica, existem mais de 450 espécies já conhecidas e utilizadas tradicionalmente, mas quantas delas podem se transformar em ativos econômicos tão valiosos e rentáveis como o açaí ou o chocolate de cupuaçu? E, a partir de pesquisas realizadas com centenas de novas espécies descobertas todos os anos na região, quantos novos produtos podem surgir? (Nobre & Nobre, 2019, p. 13).

Não mais são invocados os sábios da Antiguidade clássica como fez Acuña, mas pesquisadores financiados

preferencialmente pelo capital privado, pois o investimento privado em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil corresponde a apenas 0,6% do produto interno bruto (PIB), enquanto “as empresas privadas dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, investem, em média, 1,3% do PIB em CT&I” (Instituto de Engenharia, s.d., p. 12). O espírito desbravador dos primeiros colonos dá lugar agora ao empreendedorismo dos homens de negócios. *Startups* tomam lugar do bandeirante e dos ‘pracinhas do exército’ como protagonistas da nova investida sobre a floresta.

A população amazônica é lembrada, mas sob o estigma da pobreza, que é associada à noção de subdesenvolvimento e apontada como fator de risco à manutenção da floresta:

A pobreza na região é uma ameaça real à floresta e com forte potencial de inviabilizar uma solução em escala que traga valor à floresta ‘em pé’. A multiplicação de empregos, que é intrínseca à atividade de Engenharia, beneficia e gera o desenvolvimento das populações locais e combate a pobreza (Instituto de Engenharia, s.d., p. 5).

As alternativas locais de pequena escala, de atividades voltadas para o autoconsumo e para o mercado local, são desprezadas, pois são incapazes de concorrer com grandes empreendimentos. É esse o posicionamento de J. Salles (2022), ao citar de forma irônica a apresentação de um trabalho acadêmico sobre a evolução de uma feira de agricultura familiar. Também desdenha do Programa de Garantia de Preços para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio), gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e cuja versão convencional injeta milhões para o agronegócio – citando-o como “... um recurso acolá a título de assistência social, a exemplo do auxílio aos catadores de castanha, programa do governo federal que complementa a renda dos produtores quando o preço de mercado fica abaixo do mínimo estabelecido” (J. Salles, 2022, p. 345). Assim, de acordo com esse autor, “Seria, porém, um erro estratégico satisfazer-se apenas com a constatação de que é possível produzir de outro modo.

É necessário também avaliar se as alternativas apresentadas são capazes de competir com os modelos hegemônicos” (J. Salles, 2022, p. 306).

Dado o discurso fatalista que naturaliza e legitima a inviabilidade de soluções locais autônomas, caberia, então, a empresas, munidas de capital e de ‘vocação ecológica’, a tarefa de levar para a Amazônia o desenvolvimento sustentável. Para os locais e os nativos, resta o papel de trabalhador subordinado mediante a expectativa de geração de empregos, pois “a multiplicação de empregos, que é intrínseca à atividade de Engenharia, beneficia e gera o desenvolvimento das populações locais e combate [a] pobreza” (Instituto de Engenharia, s.d., p. 5).

Entretanto, para isso, é necessário haver qualificação e os déficits na área de educação na Amazônia são apontados como um gargalo ao seu desenvolvimento. Mas se trata de uma educação de caráter instrumental para o avanço do capital ‘verde’ na região, no sentido de capacitação e de formação para o trabalho subordinado (Instituto de Engenharia, s.d., p. 9), não a que propicia uma ampliação do conhecimento e do desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, são propostos os Laboratórios Criativos da Amazônia para urgentemente colocar em prática “. . . esse grande potencial da Amazônia para gerar uma nova e poderosa bioeconomia a partir do desenvolvimento das capacidades locais” (Nobre & Nobre, 2019, p. 17).

Também a bioeconomia pensada no projeto Amazônia 4.0 se baseia na atribuição de ausências às comunidades locais para fazer valer sua intervenção na floresta, com a missão de valorar a natureza e de transformar os recursos naturais em mercadoria. Agora, a pobreza representa a falta de renda, de recursos materiais, pois é ela (e não o capital predatório) que coloca em risco a manutenção da floresta. É a falta de instrução, de qualificação da mão de obra, que, junto à falta de empreendedorismo, impede o desenvolvimento sustentável. É, também,

a falta de escala das economias locais, incapazes de inserir a Amazônia no mercado internacional.

SUJEITAR O OUTRO: O EFEITO PERVERSO DAS ‘BOAS INTENÇÕES’

Está manifesto nos textos analisados um caráter ‘salvacionista’, heroico, no discurso. Em cada um dos momentos históricos, os autores apregoam a necessidade e a intenção de se atingir um ‘bem maior’, seja expandir a cristandade e defender os interesses da Coroa no primeiro momento, seja promover desenvolvimento econômico e garantir a soberania nacional no segundo, seja desenvolver e preservar o meio ambiente no último. São evidentemente estratégias discursivas legitimadas e legitimadoras, tanto que os próprios autores dificilmente as negariam caso fossem questionados. Contudo há uma camada de intencionalidades implícitas em seus textos, as quais eles teriam resistências em reconhecer ou mesmo não as teriam em consciência. Nessa camada, operam processos ideológicos que sustentam a apropriação e o uso do território e a sujeição das populações locais.

No primeiro momento histórico, as intenções implícitas estão relacionadas à conquista do território, à exploração dos recursos e à dominação dos povos nativos pelo colonizador ibérico. Nos momentos posteriores, as intenções relacionam-se com a legitimação da entrada do capital privado na Amazônia. Na ditadura militar, era o capital ligado, principalmente, a empresas de mineração, de engenharia e agropecuária que, com forte financiamento público, foi responsável pela implantação de um modelo predatório dos recursos naturais na região. Na versão ora analisada da bioeconomia, o responsável é o chamado ‘capital verde’, associado principalmente a empresas de biotecnologia.

A fim de analisar essas intencionalidades implícitas, adoto aqui o que Thompson (2011, pp. 71-89) denomina de “modos de operações gerais da ideologia”, ligados a estabelecer e/ou sustentar relações de dominação. O autor distingue cinco modos gerais pelos quais

a ideologia opera na dimensão simbólica, a saber: “legitimação”, pela qual relações de dominação são sustentadas como legítimas, justas e dignas de apoio; “dissimulação”, quando a relação de dominação é sustentada pelo seu ocultamento, negação ou é mascarada por figuras de linguagem, como eufemismos e metáforas; “unificação”, que consiste na construção de símbolos de identidades coletivas; “fragmentação”, que, ao inverso da anterior, é utilizada para diferenciar determinados grupos sociais, a fim de subjugar-los; “reificação”, pela qual relações de poder são retratadas como naturais, permanentes e inevitáveis.

A fragmentação é uma maneira de operação ideológica facilmente evidenciada num dos aspectos da estrutura narrativa dos primeiros viajantes da Amazônia, a saber, o uso reiterado de atributos pejorativos, a fim de estigmatizar e depreciar os povos nativos com qualificativos como ‘selvagens, preguiçosos, pusilânimes, canibais, pagãos’. Também Vargas (1942) recorre à estratégia da fragmentação, usando o termo ‘nômades’ para diferenciar e desqualificar os povos da floresta. No texto dos propositores do Amazônia 4.0, a fragmentação é colocada de forma sutil, ao usar o termo ‘pobreza’³ de forma genérica, sem vinculá-la especificamente a determinado grupo social, combinando, dessa forma, com a estratégia de dissimulação, visto que oculta os atores sociais que compõem a base social, desprovida de recursos e direitos⁴.

Como defendi mais acima, a diferenciação e desqualificação do outro se baseia, por um lado, na ausência de determinados atributos civilizatórios, dissimuladamente representada pelo colonizador como uma condição do nativo e, por outro, no uso de predicados civilizatórios construídos e autoatribuídos pelo colonizador a si mesmo. Esse é caminho narrativo formulado para dar

justificação a uma intervenção ‘civilizatória’, a enquadrar a população subalternizada dentro de sua concepção de sociedade. Para exercer esse papel, são eleitos determinados atores, personagens ou instituições que representem uma identidade coletiva do grupo dominante, configurando, assim, uma estratégia ideológica de unificação. Tomam lugar, nessa representação, o colono europeu e o missionário jesuíta, na narrativa dos primeiros navegadores; o colono nacional, o homem de negócio e o Exército (representado pelo pracinha e pelos Batalhões de Engenharia), nos discursos dos ditadores; e as empresas de biotecnologia e as *startups*, no Amazônia 4.0.

Para se alcançar o ‘bem maior’, ou seja, expandir ou consolidar um modelo civilizatório concebido etnocentricamente como ‘ideal’, só existe um caminho: valorar a terra, dar-lhe utilidade econômica. Isso é comum aos três momentos. Entre os primeiros navegadores, vê-se as potencialidades de exploração de espécies vegetais e animais, a possibilidade de desmatar a floresta para implantação de cultivos. Para os ditadores, há de se aumentar a rentabilidade da produção agrícola, explorar as riquezas minerais, gerar energia hidrelétrica. Aos defensores da bioeconomia, deve-se buscar escala nos produtos extraídos da floresta em pé. Eis, assim, uma inversão de meios e fins, pois o fim último da colonização/ dominação é a apropriação dos recursos para benefícios do grupo dirigente. A missão civilizadora mascara a cobiça pela acumulação de riquezas e pelo aumento e manutenção de privilégios. A ideologia é operada, nesse caso, de duas maneiras: na dissimulação do objetivo final do processo de conquista e dominação, colocando-o como meio, e não como um fim; na reificação da exploração econômica do território expropriado, apresentando-a como o meio único, inevitável, para se atingir o ideal civilizatório.

³ É importante lembrar que a pobreza é acusada de ser a ‘causa’ da degradação ambiental da Amazônia.

⁴ Aos que levantarem a objeção de que o termo pobreza está sendo utilizado para caracterizar uma condição social, respondo que a narrativa em análise colocaria tal condição como ‘agente’ do processo em questão (degradação ambiental), o que seria inconsistente se interpretado de forma literal. O processo é efetuado por pessoas ou grupos de pessoas. Se atribuo a responsabilidade à pobreza ou ao capital (como defendo), estou responsabilizando determinado grupo social como sujeito de uma dessas condições.

Para os dois primeiros momentos, a história é repleta de provas. No momento da conquista europeia, em vez de civilização, sucedeu-se a barbárie, o extermínio e a escravização dos povos nativos, cujos braços foram explorados pelo colonizador para retirar os recursos da terra com vistas ao enriquecimento dos colonos e da metrópole. Os grandes projetos implantados na época do desenvolvimentismo resultaram em conflitos fundiários, assassinatos de camponeses, mais extermínios indígenas, bem como superexploração do trabalho de forma análoga à escravidão, que perduram até os dias de hoje.

Como seria com a bioeconomia caso ela venha a se consolidar como o modelo hegemônico de exploração de recursos na Amazônia? Ela abriria um caminho de inclusão e prosperidade para as comunidades locais em bases socioambientais sustentáveis? Ou melhor, ela conseguiria dinamizar economicamente a região com conservação ambiental de forma socialmente equitativa? Para responder a essas questões, preciso retornar aos componentes da bioeconomia segundo os textos aqui analisados. A bioeconomia é um modelo de exploração econômica cuja produção é baseada em recursos biológicos (em detrimento dos sintéticos); uso intensivo de tecnologia de ponta associada à Quarta Revolução Industrial, como a biotecnologia e a engenharia genética; integração ao mercado global; valoração (utilidade econômica) da floresta em pé. Para isso, propõe o protagonismo empresarial que injetaria capital para o desenvolvimento das atividades econômicas e expandiria as oportunidades de postos de trabalho para a população local.

A bioeconomia, nos termos descritos acima, não é uma coisa nova. Ela já existiu de forma dominante em outros momentos na história amazônica, principalmente num dos momentos de maior dinamização econômica da região e ao qual até agora não me ative: a economia da borracha, que se baseou na exploração do látex, um produto biológico extraído da seringueira. O uso do látex para fabricação de utensílios de borracha já

era de conhecimento de povos indígenas da região. Observando esses usos, o colonizador europeu atribuiu-lhe novos usos e, mediante a pesquisa de ponta da época, desenvolveu a tecnologia da vulcanização. Dessa forma, consistiu em um importante produto da indústria automobilística, um dos principais ramos da Segunda Revolução Industrial. Para isso, forjou-se uma cadeia comercial que ligava a produção gomífera ao mercado internacional. A unidade de exploração do látex era a estrada de seringa, entremeando a floresta sem precisar derrubá-la. O protagonista dessa exploração era o seringalista, versão oitocentista do empresário, que se apropriava do território, criava postos de trabalho e ditava as regras da dinâmica e das relações de trabalho.

A Amazônia, na época, experimentou um surto de geração de postos de trabalho, aumentando consideravelmente a população regional. Segundo Santos (1980, p. 66), a estimativa média de pessoal requerido na atividade de extração da borracha expandiu de pouco mais de mil, em 1830, para 190 mil, em 1912. Um grande contingente de migrantes, sobretudo do Nordeste, afluía à região para trabalhar nos seringais em busca de melhoria das condições de vida. Expectativa que não se cumpria. Nas colocações, o seringueiro ficava submetido ao regime opressor do aviamento, em permanente dívida com o patrão, sujeito a jornadas de trabalho extenuantes, vigiado a todo tempo e reprimido violentamente nas tentativas de fuga. O seringueiro era, pois, um escravizado, vítima de um modelo de exploração baseado na apropriação privada, individual e concentrada do território e em relações verticalizadas de trabalho, extremamente injustas. A economia da borracha estava inserida no sistema capitalista que, nas palavras de Santos (1980, p.161):

Como todo regime que põe a realização do homem abaixo de seus objetivos principais . . . o capitalismo e seus agentes executam com completa insensibilidade as operações reputadas necessárias contra as sociedades cujo aparelho de defesa seja frágil. Se é preciso, para atingir os alvos do regime, lançar mão de meios ilegítimos, as normas mais elementares do convívio humano passam

a ser violadas. Se é preciso injustiçar, haverá injustiças; se é preciso derrubar valores de autopreservação, eles serão derrubados; se é preciso substituir a virtude e a simplicidade por valores sociais opostos, isso será feito com notável senso de corrupção; se é preciso matar, haverá mortes; se é preciso saquear, haverá saques, e assim por diante. Como se atuasse uma fatalidade que escapa ao domínio dos homens ou à qual eles voluntariamente se sujeitassem.

A bioeconomia de agora (pelo menos a proposta no Amazônia 4.0) não difere da bioeconomia do século XIX na composição de seus elementos estruturantes. Talvez haja um atenuante sobre a expectativa da geração de postos de trabalho ser baseada na oferta de empregos, a serem protegidos pela legislação trabalhista⁵. Mas, mesmo que sejam garantidos os direitos legalmente estabelecidos, continuam a se basear numa relação de trabalho verticalizada, assimétrica, com subalternização do trabalhador. O trabalho assalariado é tido atualmente como a forma de relação de trabalho social e juridicamente legitimada, mas ancorada numa relação estruturalmente desigual, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho por estarem despossuídos de recursos para reproduzirem suas vidas com dignidade. Na Amazônia, as populações nativas constituíam a base de sua sobrevivência de forma autônoma. Muitas ainda o fazem. Propor valorar a floresta em pé à custa da perda dessa autonomia, sob o controle do capital, mantém as relações de trabalho em bases injustas, promovendo maior concentração de recursos e riquezas, mantendo a maioria da população na condição de pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este texto, quero levantar alguns aspectos que precisam ser esclarecidos a respeito dos meus pontos de vistas apresentados. Em primeiro lugar, quando trato das 'intencionalidades implícitas' nos textos analisados, não estou acusando os autores de

desonestidade intelectual. Acredito que muitos dos jesuítas que vieram ao continente americano catequizar os indígenas criam realmente que salvavam almas. Também acho que os defensores da bioeconomia que escreveram os textos aqui analisados estejam imbuídos na missão de salvar a Amazônia e o planeta de um colapso ambiental. Não há, necessariamente, uma intenção de defender privilégios dos grupos sociais aos quais pertencem ao elaborarem seus escritos. Não é isso o que importa, mas sim como seus discursos reproduzem ideologicamente a sustentação de relações de dominação, situação que ocorre até mesmo entre os dominados, pois é assim que a ideologia opera. Do contrário, se essas relações de dirigentes e subalternos não fossem amparadas pelo compartilhamento de que essas relações são justas e necessárias, a estrutura social tenderia à ruptura.

Em segundo lugar, um ponto importante que não tratei nesse texto e que merece, em outra oportunidade, uma análise aprofundada é do aspecto da 'competição' como elemento basilar do discurso do colonizador e um atributo da cultura ocidental. Em todos os textos estudados, esse aspecto está inserido. Entre os primeiros navegadores, percebe-se a grande preocupação de a Amazônia ser tomada por outras potências europeias, França, Inglaterra, Holanda, tensão presente até mesmo entre os dois países ibéricos. Defender o território conquistado é um grande motivador desses discursos. Nos textos de Vargas e Médici, a preocupação é semelhante. Dever-se-ia promover a soberania nacional sobre a Amazônia e defendê-la da cobiça externa. A diferença é que, nesse último caso, não está claro quem seja o inimigo externo, se algum país vizinho numa disputa de fronteira ou se alguma potência internacional com interesses em se apropriar do território. Já entre os defensores da bioeconomia, a competição, em sua

⁵ O que não seria uma grande garantia, tendo em vista os frequentes ataques aos direitos trabalhistas efetuados pela classe dirigente, como a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso em 2017.

forma econômica, é um elemento desejável para o desenvolvimento. Em conjunto com o individualismo, a competitividade forja um modelo de sociedade cuja estrutura desigual é justificada pelo resultado de uma disputa que dispõe, de um lado, os vencedores, com direito a usufruir dos recursos e privilégios e, de outro, os perdedores, que devem vender sua força de trabalho para manter sua sobrevivência. Essa mentalidade se contrapõe às formas ancestrais de uso comum do território e de relação cooperativa com a natureza, compartilhadas pelos povos originários da Amazônia.

Por fim, a bioeconomia é um conceito ainda em disputa. Tem sido objeto de debate em diversos fóruns, discutida por entidades da sociedade civil e governamentais. Atores sociais, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, lideranças camponesas, têm reivindicado protagonismo no desenvolvimento de uma economia baseada nos recursos da floresta, sem desmatamento. Esse protagonismo deve envolver autonomia territorial e do trabalho. O uso dos recursos deve ser direcionado para o compartilhamento equitativo da riqueza gerada. O foco não deve ser em ganhos de escala, mas na promoção do bem-viver das comunidades locais. Nem tudo tem que ser valorado economicamente. Parcerias externas podem ser bem-vindas desde que respeitados tais pressupostos. Busquemos, então, a 'sociobioeconomia' reivindicada na Carta da Amazônia (CNS & COIAB, 2021), para que os povos amazônicos sejam protagonistas do seu destino.

REFERÊNCIAS

- Carvajal, G., Rojas, A., & Acuña, C. (1941). *Descobrimientos do rio das Amazonas* (Série 2, Vol. 203). Companhia Editora Nacional.
- Clastres, P. (2017). *A sociedade contra o Estado*. UBU Editora.
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), & Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). (2021). *Carta da Amazônia 2021: aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)*. CNS; COIAB.
- Denevan, W. M. (2003). The native population of Amazonia in 1492 reconsidered. *Revista de Índias*, 63(227), 175-188. <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/557/624>
- Diamond, J. (2005). *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Record.
- Furquim, L., Watling, J., Shock, M. P., & Neves, E. G. (2021). O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. In M. C. Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Orgs.), *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* (Seção 6, pp. 12-32). SBPC.
- Georgescu-Roegen, N. (2007). *Ensayos bioeconómicos*. Catarata.
- Gonçalves, A. C. O., Cornetta, A., Alves, F., & Barbosa, L. J. G. (2016). Marajó. In F. Alves (Org.), *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia* (pp. 107-198). Ipea.
- Gondim, N. (2019). *A invenção da Amazônia* (3. ed.). Editora Valer.
- Ianni, O. (1979). *A luta pela terra*. Vozes.
- Instituto de Engenharia. (s.d.). *Amazônia e bioeconomia sustentada em ciência, tecnologia e inovação*. <https://www.institutodeengenharia.org.br/site/amazonia-e-bioeconomia/>
- La Condamine, C.-M. (2000). *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Senado Federal.
- Médici, E. G. (1970). *Sob o signo da fé* (Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM). <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/@download/file/24.pdf>
- Neves, E. G. (2012). *Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 ac – 1.500 dc)* [Tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente, Universidade de São Paulo]. <http://imgs.fbsp.org.br/files/12780adf8a27e88bb118cb492caaf32e.pdf>
- Nobre, I., & Nobre, C. (2019). Projeto 'Amazônia 4.0': definindo uma terceira via para a Amazônia. *Futuribles em Português*, (2), 7-20.
- Ramcilovic-Suominen, S., Kröger, M., & Dressler, W. (2022). From pro-growth and planetary limits to degrowth and decoloniality: An emerging bioeconomy policy and research agenda. *Forest Policy and Economics*, 144, 102819. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934122001320?via%3Dihub>

- Ryan, T. M., & Shaw, C. M. (2015). Gracility of the modern Homo sapiens skeleton is the result of decreased biomechanical loading. *PNAS Review*, 112(2), 372-377. <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.1418646112>
- Salles, J. M. (2022). *Arrabalde: em busca da Amazônia*. Companhia das Letras.
- Salles, V. (1971). *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. FGV; UFPA.
- Santos, R. A. O. (1980). *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. T. A. Queiroz.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9. ed.). Vozes.
- Vargas, G. (1942). Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, 259-262. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf
- Vivien, F.-D., Nieddu, M., Befort, N., Debref, R., & Giampietro, M. (2019). The Hijacking of the Bioeconomy. *Ecological Economics*, 159, 189-197. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800918308115>
- World Wildlife Fund (WWF). (2018). *Informe 2018 Planeta Vivo: Apuntando más alto*. WWF; ZSL.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Povos indígenas isolados ante as políticas da extrema direita brasileira no governo (2019-2022)

Isolated indigenous peoples in the face of Brazil's far-right government policies (2019-2022)

Miguel Aparicio^I  | Luísa G. Girardi^{II}  | Helena Palmquist^{III}  | Fabio Augusto Nogueira Ribeiro^{IV}  | Amanda Villa^V  |
Maria Emilia Machado Coelho de Oliveira^V  | Luisa Daccache Suriani^{III}  | Lilian Bulbarelli Parra^{VI}  | Carolina Ribeiro Santana^V 

^IInstituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas, Brasil

^{II}Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Brasília, Distrito Federal, Brasil

^{III}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{IV}Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^VUniversidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

^{VI}Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Durante o governo de Jair M. Bolsonaro, o retrocesso nas políticas indigenistas teve especial incidência nos povos indígenas isolados e de recente contato, pois significou uma interrupção inédita na implementação do paradigma de proteção, autonomia e não contato instaurado na política nacional desde 1987. O artigo analisa diversos fatores que contribuíram nessa ruptura, tais como o impulso desordenado aos empreendimentos de mineração, energia e agronegócio, a política negacionista durante a pandemia de Covid-19, o apoio às missões fundamentalistas, os assassinatos de lideranças indígenas e ambientalistas e o aparelhamento das agências indigenistas estatais. São abordadas situações específicas em terras de povos isolados com pressões e ameaças mais críticas que colocaram em xeque a sobrevivência e os direitos fundamentais dessas populações, com base em uma metodologia desenvolvida com ferramentas geoespaciais de monitoramento da vulnerabilidade dos povos isolados. Diante do marco de desmonte estrutural e do risco de genocídio, a posição das instâncias maiores do judiciário brasileiro reafirmou o modo de vida desses grupos como declaração de livre autodeterminação. A retomada democrática nas instituições e a entrada de lideranças indígenas nos quadros de governo permitem novas possibilidades para as políticas de proteção, no cenário controverso de continuidade das pautas desenvolvimentistas na Amazônia.

Palavras-chave: Povos indígenas isolados. Política indigenista. Terras indígenas. Extrema direita. Governo Bolsonaro.

Abstract: During Jair M. Bolsonaro's administration, setbacks in policies for indigenous peoples had a special impact on isolated and recently contacted indigenous peoples, as it meant an unprecedented interruption in the implementation of the paradigm of protection, autonomy and non-contact established in national policy since 1987. The article analyzes various factors that contributed to that breakdown, such as the disorganized push for mining, energy and agribusiness projects, the denialist policy during the Covid-19 pandemic, support for fundamentalist missions, the murders of indigenous leaders and environmentalists and the manipulation of state indigenist agencies. Specific situations on the lands of isolated peoples are addressed, with more critical pressures and threats that have jeopardized the survival and fundamental rights of these populations, based on a methodology developed using geospatial tools to monitor the vulnerability of isolated Indigenous peoples. In the face of structural dismantling and the risk of genocide, the stance of Brazil's highest courts reaffirmed the way of life of isolated groups as a declaration of free self-determination. The restoration of democracy in the institutions and the entry of indigenous leaders into the ranks of government allow for new possibilities for protection policies, in the controversial scenario of the continuation of developmentalist agendas in the Amazon.

Keywords: Isolated indigenous peoples. Policies for indigenous peoples. Indigenous lands. Far-right. Bolsonaro government.

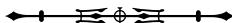
Aparicio, M., Girardi, L. G., Palmquist, H., Ribeiro, F. A. N., Villa, A., Oliveira, M. E. M. C., Suriani, L. D., Parra, L. B., & Santana, C. R. (2026). Povos indígenas isolados ante as políticas da extrema direita brasileira no governo (2019-2022). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240088. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0088.

Autor para correspondência: Miguel Aparicio. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Av. André Araújo, 2936, Petrópolis. Manaus, AM, Brasil. CEP 69067-375 (miguel.aparicio@inpa.gov.br).

Recebido em 16/11/2024

Aprovado em 15/07/2025

Responsabilidade editorial: Priscila Faulhaber



INTRODUÇÃO

A Amazônia concentra o maior número de povos indígenas isolados em escala global. São protagonistas na conservação e na manutenção das florestas tropicais e resistem ao cerco progressivo do agronegócio, da grilagem de terras e das infraestruturas energéticas. A partir da década de 1980, as políticas brasileiras assumiram um paradigma de não contato como mecanismo inovador de proteção desses grupos, superando o modelo anterior de “atração e pacificação”, ineficaz para sua sobrevivência e contrário à sua posição de recusa ao Estado e à sociedade nacional (Amorim, 2016; Ribeiro et al., 2022; Yamada & Amorim, 2016). A política de extrema direita do Executivo brasileiro durante os anos 2019-2022 empreendeu uma série de ações que colocaram os povos indígenas isolados em risco crescente de genocídio, violaram a sua integridade territorial e tentaram dissolver os quadros de políticas públicas que garantiam a sua autonomia.

A partir dos campos antropológico, jurídico e socioambiental, este artigo analisa: a) as situações mais críticas de alguns povos isolados no período; b) as principais intervenções que caracterizaram a política governamental contra esses grupos; c) os marcos conceituais que inspiraram ações de defesa dos direitos dos povos isolados no movimento indígena, em organizações civis e nos setores do Judiciário que atuaram contra o desmantelamento do paradigma de proteção territorial, autonomia e não contato.

ALIANÇA DO GOVERNO COM MINERAÇÃO ILEGAL, GRILAGEM DE TERRAS E EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA

Menos de uma semana após ser eleito, Jair Bolsonaro, em entrevista à rede Bandeirantes de televisão, declarou que, “no que dependesse dele”, nenhuma terra indígena seria demarcada em seu governo. O primeiro ato do governo, a Medida Provisória nº 870/2019 (Brasil, 2019), previa o desmonte da política indigenista do Estado brasileiro por meio de uma reestruturação administrativa que transferiria

a demarcação de terras para a Secretaria da Agricultura, e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para a Secretaria da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Capiberibe, 2021; Palmquist et al., 2019). O redesenho foi derrotado no Congresso Nacional após forte mobilização indígena, mas a promessa do presidente foi cumprida e, em quatro anos, nenhum território indígena foi reconhecido (R. Oliveira, 2023). O objetivo foi alcançado com Marcelo Xavier à frente da Funai, por meio de políticas de assédio institucional, normativas anti-indígenas, perseguição a servidores da Funai, favorecimento de iniciativas missionárias e de exploração econômica, redução orçamentária e até tentativas de desproteção ativa de áreas de povos isolados (APIB, 2021; INA & INESC, 2022), como será apresentado a seguir. A redução orçamentária chegou a 40% e a substituição de servidores públicos de carreira por militares chegou a quase todas as coordenações regionais da Funai. Um dos servidores afastados de suas funções foi Bruno Pereira, que seria assassinado em 2022 em um crime que chocou o mundo. Vale ressaltar que os três agentes indigenistas mortos durante o governo Bolsonaro – Bruno Pereira, Maxciel Pereira e Rieli Franciscato – trabalhavam em políticas para povos isolados.

A mineração – legal ou ilegal – e o agronegócio foram os principais destinatários das políticas anti-indígenas. Embora as políticas favoráveis ao agronegócio tenham sido a regra nos governos democráticos desde pelo menos 1990, houve uma radicalização no período analisado que só encontra precedentes na ditadura militar. Foram suspensas quaisquer alocações de terras indígenas, quilombolas e de reforma agrária; foram criadas políticas para legalizar a grilagem de terras, especialmente na Amazônia; foram promovidos avanços para permitir a entrada de empreendimentos minerários, hidrelétricos e agrícolas em áreas protegidas, especialmente indígenas; e o incentivo governamental a atividades ilegais resultou no desmantelamento da proteção ambiental e na perseguição de ativistas e servidores públicos que resistiram (Molina, 2023).

A terra, componente essencial de rentabilidade não apenas para o agronegócio, mas para as estratégias de especulação de empresas transnacionais e fundos financeiros, esteve no foco dos movimentos de radicalização do governo Bolsonaro, por meio da promoção de títulos individuais definitivos de lotes da reforma agrária (o que libera, na prática, a aquisição por grandes proprietários) e da exploração econômica, por meio de arrendamentos ou empreendimentos ilegais em territórios indígenas (D. Oliveira et al., 2020).

PANDEMIA DE COVID-19 E MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS

A política de saúde do governo brasileiro durante a pandemia de Covid-19 instalou o país no topo do *ranking* global de letalidade, teve impactos dramáticos nas populações indígenas e colocou povos indígenas isolados e de recente contato em risco de genocídio (Matos et al., 2021; OPI, 2020a; Oviedo et al., 2021). As estratégias indígenas de busca por áreas de refúgio remotas, para evitar o contágio, e as mobilizações de organizações indígenas (Pontes et al., 2021) foram projetadas como principais mecanismos de proteção diante da ideologia negacionista do Executivo, com sua máquina de produção de desinformação (Carvalho & Guimarães, 2020; Lima et al., 2022), e do fracasso do Ministério da Saúde, cuja postura de inação levou à propagação do vírus (Amado & Ribeiro, 2020; Charlier & Varison, 2020; Ferrante & Fearnside, 2020). Em março de 2020, a Funai cancelou as operações de assistência em terras indígenas e suspendeu autorizações de ingresso – porém, não adotou medidas para retirar grileiros, madeireiros e garimpeiros. Os planos de contingência elaborados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) revelaram-se genéricos e ineficientes. Os centros de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) tornaram-se uma fonte de contaminação e negaram atendimento a mais de 300 mil indígenas que viviam em áreas urbanas. Os testes não foram realizados nas aldeias, deixando as pessoas expostas à transmissão comunitária

do coronavírus. Num contexto de descaso dos órgãos ambientais governamentais, as taxas de desmatamento aumentaram, agravando a situação sanitária nas terras indígenas. Enquanto o Ministério da Saúde subnotificava as taxas de contaminação e letalidade (Fellows et al., 2021), a Funai executava menos da metade dos recursos emergenciais destinados à saúde indígena (ISA, 2021). O atraso deliberado do governo na aquisição das vacinas contra a Covid-19, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e a divulgação de notícias falsas sobre a imunização, promovida por políticos negacionistas, dificultaram a contenção da pandemia. Devido às condições únicas de vulnerabilidade socioepidemiológica (Rodrigues, 2014), a situação dos povos indígenas, de modo especial aqueles em situação de isolamento e contato inicial (Rodrigues et al., 2020) tornou-se crítica e deu lugar a denúncias e mobilizações internacionais contra a posição do governo, como refletem a declaração do Mecanismo de Peritos das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (UN Human Rights, 2021) e as cartas do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (ONU) dirigidas ao Executivo brasileiro (Alto Comissariado das Nações Unidas, 2020, 2021), que apontam a discriminação estrutural e generalizada contra as populações indígenas, afro-brasileiras e quilombolas.

Nesse cenário, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com partidos políticos de esquerda com representação no Congresso Nacional, propôs, em julho de 2020, a Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF) 709 (APIB, 2020) para defender a integridade dos direitos indígenas sob a pandemia de Covid-19. Dada a omissão do Poder Executivo, tornou-se necessário o acionamento do Poder Judiciário como medida de salvaguarda. As denúncias da APIB apresentaram dois pedidos específicos em relação aos povos indígenas isolados e de recente contato: a criação de barreiras sanitárias para impedir a entrada de terceiros nos territórios e a implementação de uma Sala de Situação para gerir o combate à pandemia.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão proferida por meio de medida cautelar, acatou as demandas da APIB e determinou a implementação de procedimentos emergenciais para conter invasores em terras indígenas compartilhadas com povos isolados e de recente contato.

A ADPF 709 constituiu, assim, um marco histórico do protagonismo indígena na jurisprudência constitucional brasileira: “O Supremo Tribunal Federal (STF) efetiva um direito constituinte originário, firmando-o na história constitucional, ao decidir que a APIB possui legitimidade para defender os interesses dos povos indígenas na esfera do controle concentrado de constitucionalidade” (OPI, 2020b).

RETOMADA MISSIONÁRIA COM APOIO GOVERNAMENTAL

Junto a segmentos do agronegócio adversos às políticas ambientais e a setores das Forças Armadas inspirados na ideologia patriótica da ditadura militar, o evangelismo reacionário emergiu como um dos protagonistas da onda ultraconservadora que apoiou o governo Bolsonaro. Missões fundamentalistas que operaram em terras indígenas nas últimas décadas, como *Summer Institute of Linguistics*, Missão Novas Tribos Brasil e Jovens-Com-Uma-Missão, encontraram um ambiente favorável para o proselitismo com “povos indígenas não alcançados” (Aparicio & Ribeiro, 2022). Em alguns casos, a postura negacionista da extrema direita foi reforçada por missionários que chegaram a desenvolver campanhas antivacinação entre povos indígenas (Mandelli, 2021; Aparicio, 2021). Desde o início, o Executivo promoveu o enfraquecimento da Funai ao introduzir nas instâncias decisórias pessoas ligadas ao evangelismo moralista, quadros militares e forças ruralistas contrárias à regulação ambiental. Sob o velho argumento da integração nacional, a ‘Nova Funai’ tentou promover a liberação das terras indígenas para a expansão da agricultura, mineração e infraestruturas energéticas em grande escala, restaurando a política

de assimilação (Rufino, 2023) e tentando neutralizar a resistência indígena à agenda desenvolvimentista (Assirati & Moreira, 2019).

Em relação aos povos indígenas isolados, funcionários da Funai ligados à ‘bancada da bala, do boi e da bíblia’ buscaram dismantlar o paradigma inovador da política indigenista brasileira, que desde 1987 tinha abandonado o modelo de ‘atração e pacificação’ para promover o novo paradigma de proteção, autonomia e não contato, que influenciou positivamente o marco jurídico internacional. Um dos primeiros sinais do retrocesso foi a nomeação de Ricardo Dias para chefiar a Coordenação-Geral de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Funai. Dias, com formação em antropologia e anos de experiência na evangelização dos Matsés do vale do Javari com a Missão Novas Tribos, contava com o apoio da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos. O Ministério Público, as organizações indígenas e a Associação Brasileira de Antropologia contestaram severamente sua nomeação. Deficiências na implementação de medidas de proteção na pandemia de Covid-19, descontrole diante da pressão dos invasores nas terras dos grupos isolados e reclamações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) em relação à retomada das atividades missionárias causaram a demissão de Dias e confirmaram o evidente conflito de interesses vinculado ao exercício do cargo (Aparicio & Ribeiro, 2022).

Posteriormente, a promulgação da nº Lei 14.021/2020 (Brasil, 2020) resultou em novas ameaças à proteção dos povos indígenas isolados. Destinada à promoção da vigilância epidemiológica frente a propagação da Covid-19 nos territórios indígenas, essa lei previu ações relativas aos povos isolados e de recente contato durante o período pandêmico. Apesar de confirmar as medidas restritivas de acesso às terras dos povos indígenas isolados, a lei abriu uma brecha preocupante ao declarar que “as missões de cunho religioso que já estejam nas comunidades indígenas deverão ser avaliadas pela equipe de saúde . . . e poderão

permanecer mediante aval médico responsável” (Brasil, 2020, Art. 13, §1º). A APIB questionou esse artigo que permitia a permanência de missionários por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.622/2020 (STF, 2021) perante o STF, que reafirmou a proibição das atividades missionárias. Sob o argumento da liberdade religiosa, a bancada evangélica utilizou o contexto da pandemia para abrir a possibilidade de intervenção dessas igrejas, sem considerar que a autonomia dos povos indígenas isolados “é a autonomia para permanecerem isolados” (Amado et al., 2021), e que a recusa indígena à sociedade nacional é justamente a forma de expressar sua liberdade religiosa.

BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS

O governo brasileiro utilizou diversas expressões para se referir ao episódio dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, ocorrido em 5 de junho de 2022: ‘caso isolado’, ‘dois aventureiros em local perigoso’, ‘fatalidade’ – todas elas incongruentes com o cenário vivido pelos brasileiros naquele ano. Estes crimes devem ser relatados e analisados como parte indissociável de um contexto histórico bastante específico ocorrido no Brasil entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Ao longo de quatro anos, o governo brasileiro promoveu uma política de violência contra povos indígenas e o meio ambiente que pode ser facilmente relacionada à lógica apontada por Carl Schmitt de amigo-inimigo. O período foi caracterizado por um aumento significativo de discursos de ódio, inclusive em declarações oficiais, contra ativistas ambientais e defensores da causa indígena. Como resultado, houve aumento da violência contra as populações indígenas, jornalistas e defensores dos direitos humanos. Pereira e Phillips, assim como outros ativistas assassinados ou agredidos no período, morreram devido a um conjunto de ações e omissões de um governo fundamentado no ódio.

Na base de diversas ações governamentais, esteve o incitamento ao uso de armas de fogo, à violência, à

relativização das infrações ambientais e à criminalização de lideranças indígenas. Na base das omissões, esteve o abandono estratégico e planejado das regiões amazônicas, deixando os povos indígenas e seus aliados à mercê do tráfico de drogas, associado a crimes ambientais e a crimes de lavagem de dinheiro.

Bruno Pereira foi um defensor intransigente dos direitos dos povos indígenas, nomeadamente daqueles que vivem em isolamento. Com quase quinze anos de experiência, foi um dos poucos indigenistas de sua geração que combinou habilidades técnicas de gestão e conhecimentos refinados de trabalho de campo para denunciar crimes que minam o direito à livre autodeterminação destas populações. Ao garantir os direitos daqueles cujas terras mais contribuem para o equilíbrio climático do planeta, Pereira lutou pela qualidade e continuidade da vida das gerações futuras.

Apesar das décadas acumuladas de trabalho na Amazônia, Bruno Pereira e Dom Phillips acabaram enfrentando a ação coordenada de organizações criminosas do vale do rio Javari que encontraram neste contexto político um cenário favorável para aumentar suas atividades ilegais. Por essas razões, é um erro analisar as suas mortes como um fato isolado; inclusive, a Polícia Federal vinculou às investigações a morte de Maxciel Pereira, indigenista assassinado na mesma região em 2019.

Há uma ação coordenada para exterminar defensores e ativistas ambientais que precisa ser urgentemente mapeada e combatida. Segundo pesquisa realizada em 156 países por Amnesty International (2023), o Brasil é o quarto país onde mais morrem defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. A forma como o país lida e lidará com esses crimes deve servir como medida de análise do quanto o governo brasileiro se preocupa com os direitos humanos e o meio ambiente. Se é importante promover uma transição ecológica e sediar a COP 30, é urgente que os defensores dos direitos humanos possam circular e trabalhar com segurança e liberdade no território brasileiro.

'NOVA-FUNAI': ENGAVETAMENTO E OMISSÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Uma das várias técnicas de violação de direitos utilizadas pela chamada 'Nova-Funai', liderada pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, foi o engavetamento de processos administrativos, tanto os relativos ao reconhecimento da existência de povos indígenas isolados, quanto os relativos à regularização fundiária em áreas de ocupação indígena. Podemos citar dois casos na região sul do estado do Amazonas.

O primeiro diz respeito à situação de um grupo indígena que ocupa a cabeceira do rio Mamorí, afluente da margem esquerda do rio Purus. Embora em agosto de 2021 a equipe de campo da Funai tenha confirmado a existência desse povo em uma região fora de terras indígenas (TI) regularizadas, a 'Nova Funai' se recusou a reconhecer oficialmente a existência desse grupo isolado. Mesmo diante dessas evidências, e apesar de terem sido feitas denúncias ao Ministério Público (OPI, 2022a), os procedimentos de identificação e delimitação só iniciariam em 2025.

O segundo caso diz respeito à TI Jacareúba-Katawixi, localizada no interflúvio Madeira-Purus e reconhecida pelo Estado brasileiro como área ocupada por povos isolados por meio de sucessivas portarias de restrição de uso desde 2012. Localizada na área de influência das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, a área sofre atualmente com um intenso processo de invasão e grilagem de terras por frentes colonizadoras do estado de Rondônia, que têm assolado a região com a construção de grandes projetos hidrelétricos. A partir do governo de Michel Temer e durante todo o governo Bolsonaro, a TI ficou desprotegida porque as portarias de restrição não foram renovadas. A situação só foi revertida em fevereiro de 2023, durante o governo Lula, quando Joênia Wapichana, atual presidente da Funai, reeditou e publicou a portaria de restrição de uso dessa TI (OPI, 2023a).

SITUAÇÃO DE ALGUMAS TERRAS INDÍGENAS COM PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

A seguir, apresentamos uma breve descrição da situação em algumas das principais regiões ocupadas por povos isolados no Brasil, indicadas e localizadas na Figura 1. Na maioria delas, as questões discutidas acima (mineração, grilagem de terras, agronegócio, empreendimentos, insegurança fundiária e trabalho missionário) se sobrepõem e muitas vezes estão interligadas, gerando situações de grande complexidade e difícil resolução. Todas elas foram apresentadas no "Breve relatório sobre a situação dos povos indígenas isolados no Brasil" do 4º Ciclo da Revisão Periódica Universal perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (COIAB et al., 2022).

As análises apresentadas neste artigo foram conduzidas com base na metodologia da plataforma de Monitoramento das Ameaças aos Povos Indígenas Isolados (Mapi) (COIAB & OPI, 2024), que reúne um conjunto integrado de dados sobre ameaças e pressões incidentes sobre os territórios tradicionalmente ocupados por esses povos¹. Os dados levantados pela Mapi estão estruturados em torno dos registros de presença de povos indígenas isolados oficialmente reconhecidos pela CGIIRC/Funai, que os classifica em três categorias (registros confirmados, referências em estudo e informações em qualificação) em atenção à disponibilidade de informações sobre sua localização, mobilidade e territorialidade, pertencimento étnico e/ou linguístico.

Os dados integrados à plataforma têm sido monitorados em atenção a dois recortes geoespaciais principais, a saber, as áreas de ocupação – correspondentes, no caso dos povos indígenas isolados em foco, a terras indígenas tradicionalmente ocupadas, regularizadas ou não – e áreas de entorno, delimitadas por um *buffer* de 40 km

¹ Concebida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI) durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a plataforma Mapi (COIAB & OPI, 2024) é uma ferramenta geoespacial que tem fornecido subsídios para o monitoramento das dinâmicas territoriais e socioambientais que influenciam a situação de vulnerabilidade dos grupos em isolamento voluntário no país.

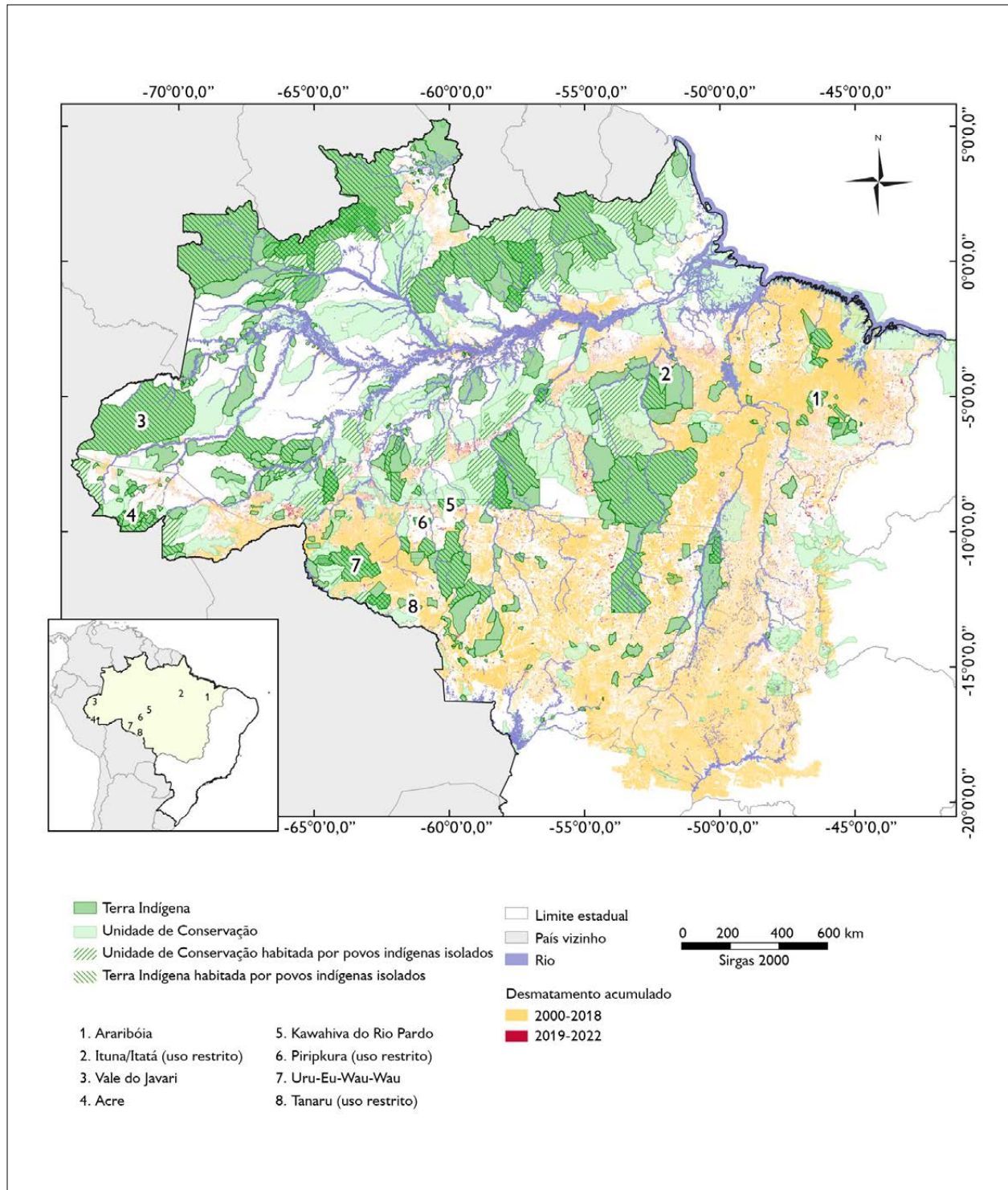


Figura 1. Povos indígenas isolados na Amazônia brasileira, com destaque para algumas situações críticas. Mapa: elaborado por Lilian B. Parra (2024). Fontes: Funai (2023), MMA (2023), COIAB (2020), IBGE (2021, 2022) e INPE (2023).

a partir dos limites da área de ocupação². A delimitação do entorno foi realizada com base em estudos que demonstram a importância das zonas de amortecimento para a preservação de ecossistemas situados em áreas protegidas (Cabral et al., 2018; Nepstad et al., 2006; Soares-Filho et al., 2010), entre os quais destacam-se duas publicações recentes voltadas às terras indígenas (Rorato et al., 2021, 2022). Apontando para a conexão intrínseca entre os fatores e processos que incidem dentro e fora das terras indígenas, tais estudos demonstram que “o conjunto de ameaças nas áreas de entorno é muito similar ao conjunto de ameaças no interior das Terras Indígenas” (Rorato et al., 2021, p. 16), sugerindo a necessidade de políticas voltadas à proteção de suas zonas de amortecimento (Rorato et al., 2021, 2022).

A avaliação da vulnerabilidade enfrentada pelos povos indígenas isolados no país tem sido conduzida pela plataforma com base no arcabouço teórico-metodológico elaborado pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU (McCarthy et al., 2001; Schneider et al., 2007). Este arcabouço, anteriormente adaptado para avaliação da situação de vulnerabilidade em terras indígenas na Amazônia (Rorato et al., 2022), apresenta diretrizes para análise de sistemas socioambientais suscetíveis às mudanças climáticas (COIAB & OPI, 2024). Nesse contexto, o conceito de vulnerabilidade é concebido como “o grau em que um sistema [humano, ambiental ou humano-ambiental] é suscetível a, ou incapaz de lidar, com efeitos adversos de mudanças” (IPCC, 2007, p. 89), e definido como uma função da exposição, sensibilidade e capacidade de resposta

de um sistema suscetível a ameaças (McCarthy et al., 2001; Schneider et al., 2007). Assim, considera-se que um sistema socioambiental é vulnerável quando está exposto a ameaças, mostra sensibilidade a elas e possui uma capacidade limitada para respondê-las, bem como a seus impactos.

A Mapi tem adotado uma abordagem baseada em indicadores para descrever a exposição, a sensibilidade e a resiliência dos registros de povos indígenas em isolamento às ameaças e às pressões a que são submetidos. Com base no arcabouço teórico-metodológico proposto pelo IPCC e adaptado por Rorato et al. (2022) para análise da vulnerabilidade de TI na Amazônia Legal, classificamos esses indicadores em três componentes, distinguindo os fatores e os processos que influenciam a situação dos registros de forma direta (aumentando, portanto, sua sensibilidade) daqueles que os impactam de maneira indireta (incrementando, portanto, sua exposição). Também construímos indicadores para descrever os fatores e processos que influenciam a resiliência (isto é, a capacidade de resposta) dos povos indígenas em isolamento, especialmente resistentes à situação de vulnerabilidade a que são submetidos. Os dados empregados para a construção dos indicadores dão a ver as diferentes dimensões de vulnerabilidade que incidem sobre os registros (COIAB & OPI, 2024).

A análise das ameaças ambientais durante o governo Bolsonaro, quando órgãos indigenistas e ambientais sofreram desestruturação institucional e houve uma redução significativa das ações de fiscalização e proteção territorial, evidencia um crescimento exponencial do desmatamento nos territórios com presença de povos indígenas isolados.

² Com atenção aos direitos indígenas às terras em que vivem, e partindo do pressuposto de que os estudos de identificação explicitam os limites de um território originário tradicionalmente ocupado, consideramos a área de ocupação de um povo indígena isolado como equivalente à TI em que o registro de presença está situado. Algumas áreas em que incidem registros de presença de isolados, entretanto, seguem sem qualquer reconhecimento por parte do Estado, aprofundando a situação de vulnerabilidade a que esses povos são submetidos. Entre as áreas não demarcadas ocupadas por povos indígenas isolados, há aquelas que possuem unidades de conservação (UC) parcial ou totalmente sobrepostas ou, ainda, aquelas localizadas fora de regiões definidas como áreas protegidas. Assim, as áreas de ocupação não demarcadas como TI podem corresponder à área das UC a elas sobrepostas ou, finalmente, equivaler a um *buffer* de 50 km de raio, delimitado exclusivamente para o monitoramento das ameaças e pressões sobre os registros de isolados localizados fora dos limites de áreas protegidas. Já as áreas de entorno monitoradas correspondem a uma ‘zona-tampão’ (*buffer*) de 40 km contados a partir dos limites da área de ocupação. Além de considerar os estudos científicos supracitados, tal distância foi definida com base no que dispõe a normativa que regula os estudos de componente indígena que integram processos de licenciamento ambiental (Brasil, 2015), a qual estabelece que é presumido impacto em áreas indígenas de rodovias e hidrelétricas localizadas a até 40 km das TI.

revelam uma intensificação das pressões ambientais nessas áreas, tornando-as as mais severamente afetadas pelo desmatamento no período analisado.



Ano	Araribóia	Ituna-Itatá	Kawahiva	Acre	Piripkura	Tanaru	Uru-Eu	Javari	Total (ano)
2014	79,46	7,38	0,00	24,57	73,45	0,00	85,74	53,97	324,57
2015	155,72	58,48	0,00	38,47	104,37	0,00	151,31	38,04	546,39
2016	75,43	234,79	0,00	37,23	5,73	0,00	539,13	83,80	976,11
2017	56,19	1.354,88	0,00	15,49	0,00	0,00	656,12	86,94	2.169,62
2018	70,63	1.571,59	0,00	9,08	94,10	0,00	926,57	68,70	2.740,67
2019	149,28	11.995,91	0,00	151,84	83,35	0,00	1.078,36	272,10	13.730,84
2020	129,53	6.168,22	9,56	84,04	22,74	0,00	328,93	136,75	6.879,77
2021	132,23	447,44	0,00	82,06	2.142,13	0,00	237,22	114,89	3.155,97
2022	158,50	1.804,74	11,77	69,18	43,69	0,00	188,44	200,74	2.477,06
2023	285,22	260,98	0,00	19,66	154,46	0,00	168,66	111,65	1.000,63
Total (TI)	1.740,95	23.948,84	21,33	574,52	2.724,02	0,00	4.578,29	1.245,69	

Tabela 2. Desmatamento no entorno das terras indígenas monitoradas com presença de povos indígenas isolados (2014-2023).

Ano	Araribóia	Ituna-Itatá	Kawahiva	Acre	Piripkura	Tanaru	Uru-Eu	Javari	Total (ano)
2014	12.338,88	3.453,52	7.643,33	2.425,04	3.438,84	624,80	11.288,92	359,90	41.573,23
2015	7.064,96	5.390,39	15.298,18	2.512,27	6.942,75	908,71	11.388,77	886,63	50.392,66
2016	8.328,76	5.844,36	12.654,77	1.430,54	4.856,00	1.051,61	13.251,87	1.074,13	48.492,04
2017	9.146,00	8.876,76	9.753,32	2.035,01	4.945,59	491,44	15.845,15	886,54	51.979,81
2018	7.560,90	2.624,46	11.768,59	2.833,13	8.203,93	1.031,85	13.060,90	1.916,46	49.000,22
2019	10.660,44	22.617,22	10.441,17	5.240,19	7.687,58	1.190,61	17.482,79	2.635,22	77.955,22
2020	9.579,39	11.668,17	13.053,31	7.091,97	11.865,19	1.328,69	15.991,20	2.732,50	73.310,42
2021	11.390,60	11.294,54	13.522,57	7.125,27	14.860,83	965,30	17.617,55	3.850,09	80.626,75
2022	10.362,25	10.072,14	23.108,36	7.589,09	15.265,98	341,37	16.156,51	5.412,44	88.308,14
2023	5.395,01	6.433,89	7.129,25	5.072,71	8.942,53	878,01	9.889,66	2.509,74	46.250,80
Total (TI)	91.827,19	88.275,45	124.372,85	43.355,22	87.009,22	8.812,39	141.973,32	22.263,65	

ARARIBÓIA

Araribóia é a maior terra indígena do estado do Maranhão, com 413 mil hectares, localizada no sudoeste do estado. Ocupada por uma grande população guajajara, Araribóia também é habitada por um grupo isolado awá, que vive em uma serra na região central da terra indígena. A região é marcada pelo alto nível de violência e por uma economia voltada para a extração ilegal de madeira. Nesse contexto de pressão e, ao mesmo tempo, de intensificação do protagonismo indígena, os Guajajara fundaram uma organização indígena chamada Guardiões da Floresta, com o objetivo de realizar o monitoramento territorial dos limites da TI Araribóia e da região ocupada pelos isolados. Nos últimos anos, em decorrência dessa disputa pela floresta, alguns membros da organização foram assassinados (Mendes, 2019). Também foi registrado um episódio em 2020 em que um indígena Awá isolado atirou uma flecha em um indígena Guajajara (OPI, 2020c). No início do governo Lula, a terra indígena foi apontada como prioridade para a implementação de políticas de redução do desmatamento e da violência.

ITUNA-ITATÁ

A TI Ituna-Itatá está localizada na bacia do rio Xingu, no estado do Pará, na área de influência da Usina Hidrelétrica

de Belo Monte. A TI foi reconhecida pelo Estado brasileiro em 2011, por meio de uma portaria de restrição de uso que desde então vem sendo reeditada. De 2016 em diante, em função da mudança para a direita do Executivo brasileiro, teve início um processo de invasão e grilagem de terras em larga escala, o que conduziu esta TI ao primeiro lugar no *ranking* de desmatamento de terras indígenas no Brasil. Sob o governo Bolsonaro, houve um incremento na pressão da bancada ruralista, apoiada por um senador da república, para que a área fosse desinterditada pelo governo. A 'Nova-Funai', nesse contexto, repassou documentos confidenciais (incluindo relatórios com coordenadas de vestígios de grupos isolados) para o referido senador e para o advogado dos invasores, numa evidente inversão do papel institucional do órgão indigenista, que é o de defender os direitos e as terras indígenas. Como resultado, o ex-presidente da Funai está sendo atualmente investigado criminalmente em relação ao caso. Em agosto de 2023, uma operação para retirada de invasores da TI terminou por retirar mais de 5.000 cabeças de gado da área.

VALE DO JAVARI

A TI Vale do Javari, no oeste do estado do Amazonas, é a segunda maior TI do Brasil, com 8.544.480 hectares (Coutinho Jr., 1998). A região tem o maior

número de registros de povos isolados do Brasil: dos 16 registros, há dez confirmados, três em estudo e três com informações iniciais (Ricardo & Gongora, 2019). O território é também compartilhado pelos povos Matis, Matsés, Korubo, Kulina-Pano, Marubo e Kanamari, além de dois outros povos considerados pela Funai como de recente contato, os Korubo e Tyonwük-dyapa. Há um longo histórico de atividades de proselitismo por parte de agências missionárias na região. Em 2019, Andrew Tonkin, membro de uma missão chamada *Frontier International*, entrou ilegalmente na região leste da TI a fim de fazer contato com um grupo Korubo que permanece em isolamento. Em decorrência da intensificação da presença de missionários na região entre 2019 e 2022, principalmente após a nomeação de Ricardo Lopes Dias para chefiar a CGIIRC/Funai, a UNIVAJA realizou denúncia formal na justiça federal, sendo proferida decisão favorável que impede Tonkin e outros dois missionários de ingressarem na TI (Maisonave & Almeida, 2021). Além do proselitismo religioso, a mineração ilegal também vem crescendo significativamente ao leste da TI, no interflúvio dos rios Itaquá, Jandiatuba e Jutá. A área onde registra-se o maior número de presença de balsas de garimpo é também a região onde vive a maior concentração de grupos isolados, a exemplo dos 'flecheiros'. Em 2019, Bruno Pereira foi exonerado da função de coordenador da CGIIRC, após conduzir uma operação de fiscalização contra o garimpo no Vale do Javari. Além disso, devido à falta de fiscalização pelo Governo Federal, a invasão da TI por caçadores e pescadores ilegais também se intensificou a partir de 2018, sendo que a base de proteção etnoambiental da Funai, localizada na confluência dos rios Ituí e Itaquá, passou a ser alvo de ataques a tiros, desferidos por esses invasores.

Diante desse cenário, em 2019, o agente da Funai no Vale do Javari, Maxciel Pereira, foi assassinado em Tabatinga, Amazonas, e, em junho de 2022, Bruno Pereira e Dom Phillips foram brutalmente assassinados no rio Itaquá, a caminho de Atalaia do Norte, município próximo à TI.

ACRE

No estado do Acre, a Frente de Proteção Etnoambiental da Funai trabalha oficialmente com oito referências de povos indígenas isolados, sendo seis confirmadas e duas em estudo. Três delas referem-se a grupos isolados denominados Mashco-Piro, que ocupam uma extensa área de cabeceiras na região da fronteira Brasil-Peru. Os oito registros estão localizados nas TI Mamoadate, Kampa e Isolados do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira, Jaminawa-Envira, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kulina do Rio Envira, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Alto Tarauacá (exclusiva para isolados) e Igarapé Taboca do Alto Tarauacá (sob restrição de uso). Também há registros nas UC Parque Estadual Chandless, Estação Ecológica do Rio Acre e Parque Nacional da Serra do Divisor. Há informações de vestígios e avistamentos nas TI Cabeceiras do Rio Acre e Alto Purus.

Aldeias Manxineru da TI Mamoadate e Huni Kuin da TI Kaxinawá do Rio Humaitá estão mobilizadas em defesa de seus parentes 'desconfiados' ou 'brabos', com quem dividem territórios próximos à fronteira Brasil-Peru. Há mais de uma década, realizam a vigilância e o monitoramento territorial contra caçadores, madeireiros e narcotraficantes, levando em conta medidas protetivas aos povos isolados. Mais recentemente, têm buscado estratégias e acordos comunitários para lidar com possíveis situações de contato com grupos isolados que se aproximam cada vez mais de suas aldeias. Durante a pandemia da Covid-19, foram criadas barreiras sanitárias nas duas TI. No final de 2021, alguns indígenas foram contratados como colaboradores temporários pela Funai. Embora com estrutura precária, o posto de vigilância construído pelos Manxineru da aldeia Extrema monitora e impede a circulação de pessoas estranhas nas áreas de deslocamento dos isolados Mashco-Piro, na TI Mamoadate. Por meio de conexão à internet, moradores Huni Kuin das aldeias São Vicente e Lago Novo informam ao governo sobre vestígios, saques e avistamentos de isolados, alertando à Funai e à SESAI sobre a possibilidade de contatos potenciais em suas comunidades e reivindicando que os planos de

contingência dos órgãos de governo incluíam as estratégias de contingenciamento já adotadas nas duas comunidades.

PIRIPKURA

Abrangendo 242.500 hectares, a TI Piripkura está localizada ao norte do estado de Mato Grosso. É habitada por Pakuyî e Tamandua, dois dos últimos três Piripkura, povo da família Tupi-Kawahiva que sofreu sucessivos massacres em decorrência do expansionismo neocolonial em sua terra natal (Denófrío, 2013). Embora o governo brasileiro reconheça oficialmente a TI como um território tradicionalmente ocupado por meio de portarias de restrição de uso sucessivamente renovadas desde 2008, sua proteção não foi efetivamente realizada entre 2019 e 2022. Durante este período, o desmatamento aumentou significativamente, levando ameaças contínuas ao povo Piripkura e ao seu território. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2023), entre 2015 e 2018 o desmatamento na TI totalizou 2,04 km², com perda florestal mínima ou inexistente registrada entre 2016 e 2017. No entanto, a TI experimentou o impressionante aumento de 1.000% na perda florestal, de 2019 a 2022, quando o desmatamento atingiu 22,92 km². Uma área equivalente a mais de 3.000 campos de futebol foi desmatada em 2021, como consequência de invasões ao território piripkura. Além disso, uma porção de 12.000 hectares da TI que se sobrepõe a uma fazenda adquirida pela empresa Concisa quase foi vendida para quitar as dívidas da empresa em um leilão ordenado pelo 1º Tribunal de Recuperações Judiciais de São Paulo, que inicialmente foi vencido, mas depois foi retirado pela ARGR Co. devido a “significativa incerteza jurídica e falta de informações” (Biasetto, 2022).

KAWAHIVA DO RIO PARDO

A TI Kawahiva do Rio Pardo, também localizada no Mato Grosso, enfrentou problemas semelhantes. A área foi declarada como posse permanente do povo Kawahiva em 2016, após 15 anos da publicação de uma portaria

de restrição de uso pela Funai devido à confirmação de presença desse povo indígena isolado (Clark, 2016; Franco, 2019). É habitada por um grupo estimado em 30 pessoas, muito provavelmente remanescentes de um povo que se isolou em uma região remota após terem enfrentado múltiplas e persistentes pressões desde a década de 1980, quando a construção da MT-206 tornou o território suscetível a ameaças como a expansão de pastagens, a exploração ilegal de madeira e a mineração (Franco, 2019).

Assim como nos casos mencionados acima, a TI foi exposta a uma crescente invasão entre 2019 e 2022. Aumentos alarmantes de desmatamento foram registrados nas Reservas Extrativistas (RESEX) Guariba e Guariba-Roosevelt, unidades de conservação vizinhas, colocando em perigo a integridade do povo e do território Kawahiva. Segundo o INPE (2023), entre 2019 e 2022, o desmatamento na RESEX Guariba-Roosevelt totalizou 43,99 km², marcando um aumento de 180% em comparação com os 15,76 km² desmatados no período anterior, de 2015-2018. Da mesma forma, a RESEX Guariba perdeu 10,05 km² durante a presidência de Bolsonaro, em um aumento de 9.000% em comparação com o período de 2015-2018, quando apenas 0,11 km² foram desmatados. Este cenário alarmante é atribuído às invasões crescentes de grileiros e madeireiros ilegais em um processo violento, que incluiu ameaças de morte contra servidores responsáveis pela proteção desses territórios (OPI, 2023b).

URU-EU-WAU-WAU

Com um território de 1.867.000 hectares, a TI Uru-eu-wau-wau abriga os povos Amondawa, Jupaú (Uru-eu-wau-wau), Oro-Win e Cabixi, além de falantes isolados de uma língua Tupi-Kawahiva, Irure'iëa (Amondawa & Denófrío, 2015), e numerosos grupos sobre quem afinidades étnica e linguística permanecem desconhecidas, chamados de Amondawa de Wyrapararekuarangã pelos seus vizinhos, em referência aos muitos arcos que produzem. Conformando a maior área protegida como TI no estado

de Rondônia, a Uru-eu-wau-wau foi descrita por Leonel (1995) como um “santuário cercado de devastação”. De acordo com os dados disponíveis no Projeto MapBiomias (Souza et al., 2020), Rondônia é o estado mais desmatado da Amazônia brasileira, o que aconteceu em um curto período, intensificado sobretudo pela pavimentação da BR-364 no início da década de 1980. Nesse período, sua população cresceu significativamente e seus recursos foram mais intensamente cobiçados. Consequentemente, a TI foi alvo de invasões com o objetivo de grilagem de terras, mineração e extração de madeira. Em 2019, as disputas territoriais foram incentivadas por discursos específicos contra territórios indígenas e reservas ambientais. A TI Uru-eu-wau-wau tem sentido os efeitos desses discursos desde a vitória nas urnas: uma área de 10,78 km² foi desmatada (Assis et al., 2019), batendo recordes anuais de desmatamento no território.

TANARU

Os primeiros vestígios desse povo foram encontrados em meados da década de 1990 pela Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé, da Funai. Nessa época, identificaram roças indígenas destruídas por fazendeiros e restos de casas que pareciam ter sido arrastadas por tratores. “Os fazendeiros, como revelaram relatórios posteriores, haviam contratado pessoas para atirar nos indígenas e depois retirar as provas . . . , tentando esconder sua presença das buscas realizadas pela equipe da FPE Guaporé. Os responsáveis pelo massacre nunca foram punidos” (Reel, 2010). Em agosto de 2022, o último representante de seu povo foi encontrado sem vida. Com o genocídio consolidado, todo um mundo de conhecimento foi perdido, incluindo a língua que falavam ou, outra vez, alguma afinidade étnica com populações dos arredores. Assim, na falta de maneiras de nomeá-lo, o indígena recebeu as alcunhas de ‘índio do buraco’, em referência a uma prática que o destacou, ou Tanaru, devido ao rio cujas margens ocupou por boa parte de sua vida. Décadas antes, Tanaru testemunhou a morte de seu povo, perdeu seu território e foi condenado a passar

o resto da vida em um pequeno fragmento de floresta protegido pela justiça, cercado por grandes fazendas na região do rio Corumbiara, também em Rondônia. Apesar de ter se arrumado e se preparado para o descanso final, seu corpo e pertences foram retirados de sua casa e levados para investigação criminal. Nesse momento, foi analisado tudo o que os restos mortais podiam dizer, embora a causa de sua morte permanecesse indeterminada. A devolução de seu corpo foi outra grande batalha enfrentada pelo indígena Tanaru, que ocorreu – após inúmeras manifestações de organizações indígenas e não indígenas – apenas três meses depois. Nesse ínterim, a Funai, de extrema direita, defendia a identificação apressada do indígena com outras pessoas, numa manobra para enterrá-lo de tal forma que o corpo do índio fosse encontrado em um local onde não houvesse mais ninguém.

UMA DECISÃO HISTÓRICA DA SUPREMA CORTE

Nos últimos meses do governo Bolsonaro, com a desproteção extrema dos territórios dos povos indígenas em isolamento e contato inicial, a APIB apresentou ao Supremo o Argumento de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF) 991 (STF, 2023). A APIB constatou que “diante da implementação de uma política indigenista extremamente nociva a estes povos, aliado ao índice crescente do desmatamento e invasões nas terras indígenas, esses povos estão sendo submetidos ao risco concreto e iminente de extermínio” (APIB, 2022, p. 2). O STF acatou as denúncias da APIB e, por meio de decisão do ministro Edson Fachin, proferida em novembro de 2022, identificou uma omissão estrutural que “é a causa de uma violação generalizada, cuja solução demanda uma resposta complexa do Estado” (STF, 2023, p. 25). Expressou a situação de grave violação do direito à vida e dos direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal, bem como a ausência de medidas necessárias do Poder Executivo para preservar a cultura e a sobrevivência desses povos. De forma contundente, a decisão afirma que:

... a não ser quando instada por meio de ordem judicial, a Funai não atuou para a devida proteção dos povos isolados, por meio de instrumento que defenda suas terras de invasores, dentre os quais madeireiros ilegais, garimpeiros e narcotraficantes, expondo a vida dessa população ao indevido e inconsequente contato com a sociedade envolvente, colocando em risco a sobrevivência desses grupos vulneráveis (STF, 2023, p. 38).

A mesma decisão estabeleceu obrigações para a União, a Funai e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que consistem em: (1) medidas para garantir a proteção dos territórios dos povos isolados e recém-contatados, incluindo portarias de restrição de uso até a conclusão definitiva dos processos de demarcação; (2) plano de ação para regularizar e proteger terras com presença de povos indígenas isolados e de recente contato; (3) liberação de recursos necessários à execução do plano de ação; (4) instalação de grupo de trabalho no CNJ para acompanhamento contínuo das ações judiciais relacionadas à garantia dos direitos desses grupos; (5) reconhecimento pelo Estado do modo de vida dos povos indígenas isolados como declaração de livre autodeterminação, que torna o isolamento suficiente para fins de consulta nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT, 1989); (6) portarias de restrição de uso para todas as referências de povos indígenas isolados que estão fora das terras indígenas; e (7) manutenção da portaria de restrição de uso do grupo indígena Tanaru – cujo último sobrevivente faleceu em agosto de 2022.

Nas últimas semanas do governo Bolsonaro, a ousada denúncia da APIB e a decisão do STF constituíram um marco histórico na proteção e na garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, o que possibilitou a retomada da política de proteção e autonomia desses grupos.

CONCLUSÃO

Entre tantas cenas históricas produzidas desde a eleição de Lula da Silva à presidência da República, pela terceira vez, sua ascensão à rampa do Planalto, ao lado do cacique

Raoni Metuktire, personificava a esperança de uma reviravolta no país após quatro anos de um governo com projetos políticos anti-indígenas. Com o novo quadro governamental, medidas concretas reforçaram as esperanças (OPI, 2022b). Pela primeira vez na história do país, foi criado um Ministério dos Povos Indígenas, sob o comando da liderança indígena Sônia Guajajara. A Funai retomou suas funções originais e, também de forma inédita, passou a ser presidida por Joênia Wapichana. A ampliação do protagonismo das organizações indígenas e o rearranjo institucional indicavam a retomada da proteção dos territórios indígenas e a promoção dos direitos constitucionais.

A oportunidade histórica que se abriu pode ser comparada ao período de redemocratização após a ditadura militar, mas também apresentou enormes desafios, como a tentativa de golpe de estado em 8 de janeiro de 2023 (OPI, 2023c). A segunda redemocratização enfrenta poderes políticos e econômicos que foram os grandes fiadores do governo antidemocrático e anti-indígena, e que estimularam e financiaram diretamente os ataques golpistas. As forças derrotadas nas eleições de 2022 não conseguiram abolir o Estado democrático, mas obtiveram significativa maioria no Legislativo e vêm fazendo do Congresso Nacional uma trincheira para dar continuidade à agenda predatória de setores como o agronegócio e a mineração. Conseguiram, com o apoio de parte significativa da base parlamentar do novo governo, retirar as demarcações de terras indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, esvaziando seus poderes. Em um esforço coordenado para tensionar a relação com o STF, a bancada ruralista capitaneou a extrema direita que domina o Congresso, não sem adesões importantes de parlamentares da base governista, para aprovar a Lei do Marco Temporal (OPI, 2023d), chamada pelos povos indígenas de Lei do Genocídio, mesmo após a tese ter sido declarada inconstitucional pela corte máxima do país (OPI, 2023e). A lei já está sendo utilizada como justificativa para invasões em terras indígenas de Norte a Sul do país.

Os desafios também ficam evidentes ao observar as contradições entre o discurso internacional do

governo brasileiro, muito firme na defesa de medidas contra o colapso climático, e o retorno de projetos desenvolvimentistas que representam um retrocesso às políticas de ditadura militar, como a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, que desencadeou a primeira crise da presidência Lula entre a área ambiental e as áreas energética e econômica do Executivo. Ao mesmo tempo, novos projetos de alto impacto para os povos indígenas estão sendo planejados com o relançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) 3. Em 2025, o Brasil sediou a conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP 30), em Belém, uma das principais capitais amazônicas. A disputa que persiste é entre a exploração predatória dos biomas, cerne do projeto de nação fundado com a colonização e aplicado com violência genocida, e a preservação de territórios e modos de vida que protegem a vida e apontam para um horizonte que refloresta, revigora e cura a terra. Este é o choque definidor das tensões nacionais, das contradições governamentais, da força da democracia brasileira e, sem medo de exagerar, do futuro do país e do planeta.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas. (2020). [Carta ao Governo brasileiro, 7 de agosto de 2020]. Reference: CERD/EWUAP/101st session/2020/Brazil/CA/ks. https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/TreatyBodyExternal/DownloadDraft.aspx?key=VsY5szlQOcdjdSEMwkgmvBtyl5VtjwohfZMXfPFXypnXMf/U0cY9VBNJhmY5o+R0
- Alto Comissariado das Nações Unidas. (2021). [Carta ao Governo brasileiro, 25 de agosto de 2021]. Reference: CERD/EWUAP/104th session/2021/Brazil/CA/ks. https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/TreatyBodyExternal/DownloadDraft.aspx?key=9YT8M6c1BMV2AqVCpRg4f+i1CcJjgUwwOSsYmxBHqdNfPMheRwpJResml4Bg+K6s
- Amado, L. H. E., Godoy, M. G., & Santana, C. R. (2021, fevereiro 20). O indigenismo de exceção: o Planalto e suas novas normativas. *Jota Info*. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-indigenismo-de-excecao-o-planalto-e-suas-novas-normativas-20022021>
- Amado, L. H. E., & Ribeiro, A. M. M. (2020). Panorama e desafios dos povos indígenas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Confluências*, 22(2), 335-360.
- Amnesty International. (2023). *Amnesty International Report 2022/23. The State of the World's Human Rights*. <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/bp/>
- Amondawa, T., & Denófrío, J. P. M. (2015). *Objeto e pessoa: fragmentos etnográficos amondawa*. Museu do Índio; CGIIRC.
- Amorim, F. F. (2016). Povos indígenas isolados no Brasil e a política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos: avanços, caminhos e ameaças. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 8(2), 19-39. <https://doi.org/10.26512/rbla.v8i2.16298>
- Aparício, M. (2021). Por que há missionários que não querem vacina para indígenas? *OPI*. <https://povosisolados.org/covid-19-por-que-ha-missionarios-que-nao-querem-vacina-para-indigenas/>
- Aparício, M., & Ribeiro, F. A. N. (2022). Fundamentalismo misionero en la Amazonía indígena: trayectorias zo'é y suruwaha ante el giro ultraconservador brasileño. *Mundo Amazónico*, 13(2), 13-50. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n2.101258>
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). (2020). *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 709*. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5952986>
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). (2021). *Raio X Marcelo Xavier: linha do tempo da presidência da nova Funai de Marcelo Xavier*. <https://apiboficial.org/foraxavier/>
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). (2022). *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 991*. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6437270>
- Assirati, M. A., & Moreira, L. G. G. (2019). O estado anti-indígena: da colônia ao novo golpe. *Tensões Mundiais*, 15(29), 97-118. <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v15i29.2079>
- Assis, L. F. F. G., Ferreira, K. R., Vinhas, L., Maurano, L., Almeida, C., Carvalho, A., Rodrigues, J., Maciel, A., & Camargo, C. (2019). TerraBrasilis: a spatial data analytics infrastructure for large-scale thematic mapping. *International Journal of Geo-Information*, 8(11), 513. <https://doi.org/10.3390/ijgi8110513>
- Biasetto, D. (2022, março 17). Piripkura: área de Terra Indígena com isolados na Amazônia Legal vai a leilão como fazenda em SP. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/noticia/2022/03/piripkura-area-de-terra-indigena-com-isolados-na-amazonia-legal-vai-leilao-como-fazenda-em-sp-25435876.ghtml>
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2015, março 24). Portaria Interministerial n. 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria/legislacao/portaria-interministerial-no-60-2015/view>

- Brasil. (2019). Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm
- Brasil. (2020, julho 7). Lei n. 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14021.htm
- Cabral, A. I. R., Saito, C., Pereira, H., & Laques, A. E. (2018). Deforestation pattern dynamics in protected areas of the Brazilian legal Amazon using remote sensing data. *Applied Geography*, 100, 101-115. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2018.10.003>
- Capiberibe, A. (2021). Reaching souls, liberating lands: cross-cultural evangelical missions and Bolsonaro's government. *Brazilian Political Science Review*, 15(2), 4-22. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020002>
- Carvalho, W., & Guimarães, Á. S. (2020). Desinformação, Negacionismo e Automedicação: a relação da população com as drogas 'milagrosas' em meio à pandemia da COVID-19. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3, 1-4. <https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.147>
- Charlier, P., & Varison, L. (2020). Is Covid-19 being used as a weapon against Indigenous Peoples in Brazil? *The Lancet*, 396(10257), 1069-1070. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32068-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32068-7)
- Clark, N. (2016). Isolados do Rio Pardo: a história de sobrevivência do último grupo Kawahiva. *Boletim Povos Isolados na Amazônia*. <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2016/05/02>
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). (2020). *Povos indígenas isolados na Amazônia brasileira. Base de dados geoespaciais*. COIAB.
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), & Survival International. (2022). *Brief Report on the Situation of Uncontacted Indigenous Peoples in Brazil UN*. [https://uprdoc.ohchr.org/uprweb/downloadfile.aspx?filename=10030&file=English Translation](https://uprdoc.ohchr.org/uprweb/downloadfile.aspx?filename=10030&file=English%20Translation)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), & Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2024). *Mapi - Monitoramento das Ameaças aos Povos Indígenas Isolados*. <https://plataforma.povosisolados.org>
- Coutinho Jr., W. (1998). *Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Vale do Javari*. Funai. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-identificacao-e-delimitacao-da-terra-indigena-vale-do-javari>
- Denófrío, J. P. M. (2013). *La mort est dans la vie: contre-métamorphose et ascension kagwahiva*. École des Hautes Études en Sc. Sociales.
- Fellows, M., Paye, V., Alencar, A., Nicácio, M., Castro, I., Coelho, M. E., Silva, C. V. J., Bandeira, M., Lourival, R., & Basta, P. C. (2021). Under-reporting of COVID-19 cases among Indigenous peoples in Brazil: a new expression of old inequalities. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 638359. <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.638359>
- Ferrante, L., & Fearnside, P. M. (2020). Protect Indigenous peoples from Covid-19. *Science*, 368(6488), 251. <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abc0073>
- Franco, V. (2019). Isolados Kawahiva resistem ao cerco do desmatamento no Mato Grosso. In F. Ricardo, & M. F. Gongora (Orgs.), *Cercos e Resistências: Povos Indígenas Isolados na Amazônia Brasileira* (pp. 212-215). Instituto Socioambiental.
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). (2023). *Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas*. <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>
- Indigenistas Associados (INA), & Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). (2022). *Fundação Anti-Índigena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*. https://indigenistasassociados.org/files.wordpress.com/2022/08/fundacao-anti-indigena_inesc_ina.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Bases cartográficas contínuas - Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?edicao=38558>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Malha Municipal*. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malas-territoriais/15774-malas.html?edicao=36516>
- International Panel on Climate Change (IPCC). (2007). *Climate Change 2007: Synthesis Report*. World Meteorological Organization (WMO). https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). (2023). *Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes): desmatamento acumulado na Amazônia Legal, 2000 a 2023*. <https://terrabrasil.dpi.inpe.br/downloads/>
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). (2024). *PRODES - Satellite Monitoring of Legal Amazon Deforestation Project*. http://terrabrasil.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates
- Instituto Socioambiental (ISA). (2021). *Linha do tempo: a omissão do governo na tragédia indígena*. <https://covid19.socioambiental.org/>

- Leonel, M. (1995). *Etnodicéia Uru-eu-au-au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e a preservação ambiental*. EDUSP.
- Lima, J. P. R., Casa Nova, S. P. C., Sauerbronn, F. F., & Castañeda, M. (2022). 'Is it just a little flu?' Producing a news-based counter account on Covid-19 discursive crises in Brazil. *Accounting Forum*, 48(3), 457-481. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2149441>
- Maisonnave, F., & Almeida, L. (2021, agosto 14). Missionários vão ao Vale do Javari atraídos pelos índios isolados. *Folha de São Paulo*. <https://temas.folha.uol.com.br/amazonia-sob-bolsonaro/novos-missionarios-da-amazonia/missionarios-vao-ao-vale-do-javari-atraidos-pelos-indios-isolados.shtml>
- Mandelli, M. (2021, agosto 12). Fake news e desinformação levam indígenas a recusarem vacina. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/fake-news-e-desinformacao-levam-indigenas-a-recusarem-vacina.shtml>
- Matos, B. A., Pereira, B., Santana, C. R., Amorim, F., Lenin, L., & Oliveira, L. C. (2021). Violações dos direitos à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Mundo Amazônico*, 12(1), 106-138. <https://doi.org/10.15446/ma.v12n1.88677>
- McCarthy, J. J., Canziani, O. F., Leary, N. A., Dokken, D. J., & White, K. S. (Eds.). (2001). *Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Cambridge University Press.
- Mendes, K. (2019, abril 11). 'Guardião da Floresta' é assassinado em emboscada na Amazônia. *Mongabay*. <https://brasil.mongabay.com/2019/11/guardiao-da-floresta-e-assassinado-em-emboscada-na-amazonia-brasileira/>
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). (2023). *Unidades de Conservação*. <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/unidadesdeconservacao>
- Molina, L. P. (Org.). (2023). *Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira*. EDF.
- Nepstad, D., Schwartzman, S., Bamberger, B., Santilli, M., Ray, D., Schlesinger, P., Lefebvre, P., Alencar, A., Prinz, E., Fiske, G., & Rolla, A. (2006). Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conservation Biology*, 20(1), 65-73. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2020a). *Informe OPI nº 2: A ameaça do Covid-19 e o risco de genocídio dos povos indígenas isolados e de recente contato*. <https://povosisolados.org/informe-opi-n-2-a-ameaca-do-covid-19-e-o-risco-de-genocidio-dos-piirc/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2020b). *Nota Pública sobre a decisão na ADPF 709*. <https://povosisolados.org/nota-publica-sobre-a-decisao-na-adpf-709/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2020c). *Nota sobre o incidente na Terra Indígena Araribóia (MA) e pedido para tomada de ações urgentes pelos órgãos de estado*. <https://povosisolados.org/nota-sobre-o-incidente-na-terra-indigena-arariboia-ma-e-pedido-para-tomada-de-acoes-urgentes-pelos-orgaos-de-estado/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2022a). *OPI, Coiab e Focimp enviam carta ao MPF para proteção urgente de área de isolados no sul do Amazonas*. <https://povosisolados.org/opi-coiab-e-focimp-enviam-carta-ao-mpf-para-protecao-urgente-de-area-de-isolados-no-sul-do-amazonas/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2022b). *OPI envia propostas sobre povos indígenas isolados e de recente contato para equipe de transição do governo Lula*. <https://povosisolados.org/opi-envia-propostas-sobre-povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-para-equipe-de-transicao-do-governo-lula/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2023a). *Restrições de uso de terras de isolados são publicadas no Diário Oficial e garantem proteção até a demarcação final dos territórios*. <https://povosisolados.org/restricoes-de-uso-de-terras-de-isolados-sao-publicadas-no-diario-oficial-e-garantem-protecao-ate-a-demarcacao-final-dos-territorios/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2023b). *Abrço da morte: terra indígena de isolados é cercada por devastação no Mato Grosso e Opi pede providências*. <https://povosisolados.org/abraco-da-morte-terra-indigena-de-isolados-e-cercada-por-devastacao-no-mato-grosso-e-opi-pede-providencias/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2023c). *A segunda redemocratização e o Ministério dos Povos Indígenas. Oportunidade histórica para avanços na política para povos isolados e de recente contato*. <https://povosisolados.org/a-segunda-redemocratizacao-e-o-ministerio-dos-povos-indigenas-oportunidade-historica-para-avancos-na-politica-para-povos-isolados-e-de-recente-contato/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2023d). *Nota técnica do Opi aponta risco de genocídio em artigo 28 do PL 2903, que tramita no Senado*. <https://povosisolados.org/nota-tecnica-do-opi-aponta-risco-de-genocidio-em-artigo-28-do-pl-2903-que-tramita-no-senado/>
- Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). (2023e). *Marco Temporal: a luta vale a pena e deve continuar*. <https://povosisolados.org/marco-temporal-a-luta-vale-a-pena-e-deve-continuar/>

- Oliveira, D. M. S. C., Barboza, D. R., & Alentejano, P. R. R. (2020). Hegemonia do agronegócio e aceleração da contrarreforma agrária: as políticas do governo Bolsonaro para o campo. In L. D. Pereira, & D. R. Barboza (Orgs.), *Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil: dilemas atuais em um país de capitalismo dependente* (pp. 131-165). Navegando.
- Oliveira, R. (2023, 27 abril). Nenhum centímetro de terra indígena: como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa. *A Pública*. <https://apublica.org/2023/04/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-como-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/>
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (1989). *Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT*. OIT.
- Oviedo, A., Santos, T. M., & Batista, J. P. (2021). Violence and human rights: situation of isolated indigenous peoples in Brazil. *Revista da UFMG*, 28(3), 227-255. <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.42353>
- Palmquist, H., Araujo, J. J., Boaventura, L. C. L., Beckhausen, M. V., Zollinger, M. B., & Oliveira, R. M. (2019). *Reminiscências tutelares: a MP 870/2019 e seu projeto inconstitucional para os povos indígenas*. MPF/PA. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mp-870-e-os-povos-indigenas.pdf>
- Pontes, A. L. M., Cardoso, A. M., Bastos, L. S., & Santos, R. V. (2021). Pandemia de Covid-19 e os povos indígenas no Brasil: cenários sociopolíticos e epidemiológicos. In G. C. Matta, S. Rego, E. P. Souto, & J. Segata (Eds.), *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* (pp. 123-136). Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0010>
- Reel, M. (2010). *The last of the tribe. The epic quest to save a lone man in the Amazon*. Simon and Schuster.
- Ribeiro, F. A. N., Aparicio, M., & Matos, B. A. (2022). Isolation as a statement of refusal: indigenous policies against the violence of the Brazilian State. *Tipiti*, 18(1), 143-147. <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol18/iss1/12/>
- Ricardo, F., & Gongora, M. F. (Orgs.). (2019). *Cercos e Resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira*. Instituto Socioambiental.
- Rodrigues, D. A. (2014). *Proteção e assistência à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil*. OTCA.
- Rodrigues, D. A., Albertoni, L., & Mendonça, S. B. M. (2020). Antes só do que mal acompanhados: contato e contágio com povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil e desafios para sua proteção e assistência à saúde. *Saúde e Sociedade*, 29(3), e200348. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200348>
- Rorato, A. C., Picoli, M. C. A., Verstegen, J. A., Camara, G., Bezerra, F. G. S., & Escada, M. I. S. (2021). Environmental threats over Amazonian indigenous lands. *Land*, 10(3), 1-28. <https://doi.org/10.3390/land10030267>
- Rorato, A. C., Escada, M. I. S., Camara, G., Picoli, M. C. A., & Verstegen, J. A. (2022). Environmental vulnerability assessment of Brazilian Amazon indigenous lands. *Environmental Science & Policy*, 129, 19-36. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.12.005>
- Rufino, M. P. (2023). The equality trap: notes on indigenist policies in the Bolsonaro government. *Vibrant*, 19, 1-19. <https://doi.org/10.1590/1809-43412022v19e607>
- Schneider, S. H., Semenov, S., Patwardhan, A., Burton, I., Magadza, C. H. D., Oppenheimer, M., Pittock, A. B., Rahman, A., Smith, J. B., Suarez, A., & Yamin, F. (2007). Assessing key vulnerabilities and the risk from climate change. In M. Parry, O. Canziani, J. Palutikof, P. van der Linden, & C. Hanson (Eds.), *Climate Change 2007: impacts, adaptation and vulnerability* (pp. 779-810). Cambridge University Press.
- Soares-Filho, B., Moutinho, P., Nepstad, D., Anderson, A., Rodrigues, H., Garcia, R., Dietzsch, L., Merry, F., Bowman, M., Hissa, L., Silvestrini, R., & Maretti, C. (2010). Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107(24), 10821-10826. <https://doi.org/10.1073/pnas.0913048107>
- Souza, C. M., Shimbo, J. Z., Rosa, M. R., Parente, L. L., Alencar, A. A., Rudorff, B. F. T., ... Azevedo, T. (2020). Reconstructing three decades of land use and land cover changes in Brazilian biomes with landsat archive and earth engine. *Remote Sensing*, 12(17), 2735. <https://doi.org/10.3390/rs12172735>
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2021, setembro 23). *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.622/DF (Relator: Ministro Luís Roberto Barroso). Decisão do STF sobre o art. 13, § 1º, da Lei 14.021/2020, que trata de ingresso e permanência de missões religiosas em áreas de povos indígenas isolados durante a COVID-19*. <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1299995556/inteiro-teor-1299995582>
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2023). *Processo ADPF 991 (Incidente 6437270)*. Portal do Supremo Tribunal Federal. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6437270>
- UN Human Rights. (2021, maio 10). *UN expert mechanism on the rights of Indigenous peoples issues 'Advice' on Brazil*. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/05/un-expert-mechanism-rights-indigenous-peoples-issues-advice-brazil>
- Yamada, E. M., & Amorim, F. F. (2016). Povos indígenas isolados: autonomia e aplicação do direito de consulta. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 8(2), 41-60. <https://doi.org/10.26512/rbla.v8i2.16299>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

M. Aparicio contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. G. Girardi com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); H. Palmquist com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); F. A. N. Ribeiro com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); A. Villa com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); M. E. M. C. Oliveira com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. D. Suriani com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. B. Parra com curadoria de dados, análise formal, investigação e validação; e C. R. Santana com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Um capítulo germânico pouco conhecido da arqueologia amazônica: a formação e a dispersão das coleções arqueológicas reunidas por Protásio Friel no Baixo Amazonas (1939-1957)

A little known Germanic chapter of Amazonian archaeology: the
formation and dispersion of archaeological collections gathered
by Protásio Friel in the Lower Amazon (1939-1957)

Marcony Lopes Alves^I  | Igor Morais Mariano Rodrigues^{II} 

^IUniversidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{II}Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI. Belém, Pará, Brasil

Resumo: As coleções herdadas pelos museus reunidas a partir das primeiras pesquisas arqueológicas na Amazônia representam uma fonte fundamental para o estudo do passado pré-colonial e para a história da ciência na região. Este artigo mapeia os itinerários de formação e dispersão das coleções arqueológicas reunidas por Günther Protásio Friel (1912-1974), tendo como foco o início de sua carreira como missionário e pesquisador na mesorregião paraense do Baixo Amazonas entre 1939 e 1957. Em meio às suas atividades religiosas, Friel prospectou sítios arqueológicos, coletou e descreveu artefatos e sintetizou informações. O levantamento de arquivos e de coleções arqueológicas em quatro museus brasileiros e em um museu dos Estados Unidos da América demonstra que as coletas conduzidas pelo franciscano seguiram um método de pesquisa anterior ao seu ingresso no Museu Paraense Emílio Goeldi e à própria profissionalização definitiva da arqueologia no país. Suas pesquisas se basearam em premissas da tradição antropológica de língua alemã. Sem publicar seus resultados, os materiais reunidos por ele e seus manuscritos foram distribuídos seguindo redes científicas e eclesásticas germânicas. Este artigo recontextualiza as coleções reunidas por Friel, mapeando os múltiplos itinerários das coleções arqueológicas reunidas por ele e as consequências desse processo.

Palavras-chave: Protásio Friel. História da arqueologia. Etnologia alemã. Coleções herdadas. Itinerário de objetos.

Abstract: Legacy collections from early archaeological research conducted in Amazonia are fundamental sources for the historiography of science and for the study of the region's pre-colonial past. This paper maps the processes of formation and dispersion of archaeological assemblages gathered by Günther Protásio Friel (1912-1974) in the Lower Amazon region (Pará state, Brazil), focusing on the period of his early career as Catholic missionary and self-taught researcher. Amid his religious duties, Friel conducted archaeological surveys, collected and described artifacts and wrote notes and essays on his findings. The assessment of archives and archaeological collections, in four Brazilian museums and one museum in the United States of America, reveals a research approach that precedes his professional position at the *Museu Paraense Emílio Goeldi* and the consolidation of archaeology as a scientific field in Brazil. Friel's assumptions were derived from the German-speaking anthropological tradition. Without publishing his results, the materials he gathered, and his manuscripts were distributed, mainly following German scientific and ecclesiastical networks. This paper recontextualizes Friel's early collections mapping their trajectories and demonstrating how they lost contextual information throughout this process.

Keywords: Protásio Friel. History of archaeology. German ethnology. Legacy collections. Object itineraries.

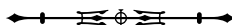
Alves, M. L., & Rodrigues, I. M. M. (2026). Um capítulo germânico pouco conhecido da arqueologia amazônica: a formação e a dispersão das coleções arqueológicas reunidas por Protásio Friel no Baixo Amazonas (1939-1957). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20250001. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0001.

Autor para correspondência: Marcony Lopes Alves. Universidade de São Paulo. Av. Prof. Almeida Prado, 1466, Butantã. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-075 (marconyalves@usp.br, alvesmarcony2015@gmail.com).

Recebido em 04/01/2025

Aprovado em 17/07/2025

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



INTRODUÇÃO

O estudo de coleções descontextualizadas ou com baixo grau de informação de proveniência é um grande desafio para a arqueologia. Em uma perspectiva arqueológica, um fragmento cerâmico ou uma lâmina de machado de pedra importa porque faz parte de um conjunto de associações espaciais e temporais que permitem vinculá-lo a práticas sociais do passado. Entretanto, acumulam-se nas reservas técnicas de instituições de guarda centenas ou milhares de artefatos, conservados, por vezes, há mais de um século, sem nunca terem sido descritos, nem suas informações publicadas. Em muitos casos, quando existem informações contextuais sobre essas peças, elas estão dispersas em cadernos de campo, cartas e textos dissociados do acervo em arquivos institucionais ou particulares. Existe uma necessidade ética de produzir conhecimento a partir dos acervos desses recursos não renováveis mantidos com recursos humanos e financeiros (Voss, 2012; Pereira, 2023). Ao mesmo tempo, essas coleções são fonte fundamental para os debates arqueológicos e para a construção de uma historiografia da arqueologia materialmente situada (Delley & Schlanger, 2022). Na Amazônia brasileira, diversos estudos têm sido realizados valendo-se parcial ou totalmente de coleções herdadas (por exemplo, Martins, 2013; Garcia, 2017; Nobre, 2017; H. Lima & Cunha, 2017; Simas et al., 2019; Alves, 2019; Moraes Wichers, 2019; Jácome et al., 2023). No intuito de contribuir com a recontextualização desses materiais, é desenvolvido um mapeamento itinerário das coleções arqueológicas reunidas por Günther Protásio Frikel na mesorregião paraense do Baixo Amazonas entre 1939 e 1957.

Dispersos entre diferentes instituições, os artefatos coletados por Frikel mostram como a sua biografia se entrelaça com a de objetos, de unidades arqueológicas, de tradições acadêmicas e de políticas científicas e eclesásticas. De origem alemã, Protásio Frikel foi, durante boa parte de sua vida, um missionário franciscano que, atuando junto aos povos indígenas, realizou pesquisas etnográficas

na Guiana brasileira e na bacia dos rios Tapajós e Xingu. Ele formou muitas coleções arqueológicas, mas pouco publicou sobre o que ele mesmo reuniu. Se Frikel é um dos antropólogos alemães menos conhecidos do século XX (Hoffmann, 2017), sua relevância para a arqueologia é ainda mais desconhecida (Martins, 2013).

A análise de objetos e documentos, desenvolvida no presente artigo, é baseada na noção de “itinerários artefatuais” (Joyce & Gillespie, 2015). A metáfora de itinerários foi desenvolvida em continuidade com a de “biografia cultural das coisas”, que se baseia na premissa de que as coisas têm histórias que podem ser abordadas de maneira similar à das vidas humanas, especialmente a partir de suas movimentações (Kopytoff, 1986). Joyce e Gillespie (2015) argumentam que a expressão adotada por Kopytoff (1986) presume uma sequência de vida, como ‘nascimento’ e ‘morte’, que não se observa com muitos objetos materiais. Os objetos podem passar por longos períodos em inatividade, ou uso e reuso persistentes, sem fronteiras temporais definidas. A noção de itinerário permite, assim, ressaltar a circulação dos objetos sem assumir sua movimentação constante, além de incluir as representações, e não apenas a viagem física de uma coisa. No caso do estudo do itinerário de coleções de museu e dos artefatos que as compõem, é necessário investigá-las como o produto de uma cadeia de ações, envolvendo a coleta, o transporte, a limpeza e a documentação em meio a redes científicas de coletores e instituições (Parezo, 1987; Holtorf, 2002; Moraes Wichers, 2010). Em uma perspectiva mais ampla, o que buscamos compreender é como as coleções participam do “sistema circulatório dos fatos científicos” (Latour, 2001).

Neste artigo, são traçados os itinerários das primeiras coleções arqueológicas reunidas por Frikel, por meio da consulta a acervos de quatro instituições brasileiras e de uma nos Estados Unidos da América, com um conjunto variado de fontes escritas (cartas e mapas) e iconográficas (desenhos e fotografias) inéditas, bem como artigos e

crônicas publicadas na revista franciscana Santo Antônio¹. Seguindo métodos comuns à arqueologia, as fontes escritas são utilizadas em combinação ao estudo de marcações feitas sobre as peças arqueológicas e as características estilísticas dos objetos pré-coloniais para compreender os itinerários das coleções reunidas por Frikel.

PROTÁSIO FRIKEL: MISSIONÁRIO E PESQUISADOR AUTODIDATA

Günter Frikel nasceu em Breslau, em 1912, à época, parte do Império Alemão. Ao ingressar na Ordem dos Frades Menores, ou Ordem Franciscana, recebeu o nome Protásio. Na década de 1920, Frikel estudou nas escolas primárias e secundárias em Breslau e cursou o ginásio no colégio franciscano de Bardel, sendo um dos primeiros egressos desse colégio a ser enviado ao Brasil (Becher, 1975; Hoffmann, 2017). No âmbito da restauração da província franciscana de Santo Antônio no Brasil, iniciada no final do século XIX (Teves, 1942), o colégio de Bardel foi criado no início da década de 1920 para vocações de missionários exclusivas ao Brasil (Schmitz, 2005; Melo, 2016). Ao visitar esse colégio em 1956, Freyre (1957a) observou ser ali um centro de estudos brasileiros, em que se ensinava o português, além de possuir um valioso acervo etnográfico.

Ao chegar ao Brasil, em 1931, Frikel continuou sua formação religiosa em Recife e em Salvador até 1937. Sua educação teve uma base humanista ampla, que incluiu teologia, filosofia, sociologia, psicologia e história. Contudo, mesmo com essa instrução, anos depois, Frikel admitiu a Herbert Baldus, antropólogo e diretor do Museu Paulista até então, que “no campo da etnologia sou um autodidata, sem a formação adequada” (Frikel, 1953b). No mesmo sentido, em relação à arqueologia, o franciscano afirmou a Peter Hilbert que “sou praticamente um leigo” (Frikel, 1953a) no estudo da pasta de cerâmicas

arqueológicas. Como ressaltou Hoffmann (2014/2015), Frikel estava consciente dos seus limites técnicos e analíticos, conduzindo levantamentos preliminares a serem expandidos em pesquisas posteriores.

Em 1938, Frikel foi transferido do Nordeste para a Prelazia de Santarém, no estado do Pará. Não foram identificadas informações sobre as causas de sua transferência. Martins (2013) aventa a hipótese, sem informações diretas, de que Frikel pode ter sido enviado para o Baixo Amazonas devido à tensão política e ideológica em torno de migrantes alemães na Bahia, com a iminência da Segunda Guerra Mundial e o início do Estado Novo.

A trajetória intelectual de Protásio Frikel pode ser dividida em três momentos, segundo Martins (2013). O primeiro equivale à sua chegada ao Baixo Amazonas e estabelecimento dos primeiros contatos com a realidade amazônica, conduzindo pesquisas etnográficas com populações ribeirinhas e estudos arqueológicos em sítios localizados na várzea. O segundo momento representa a sua atuação com indígenas do alto curso do rio Trombetas, a partir de 1944. O último momento de sua trajetória se relaciona ao ingresso do franciscano no quadro de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em 1957. Sua institucionalização significou a realização de novos trabalhos de campo, associado a outros pesquisadores da instituição, reunindo coleções etnográficas e arqueológicas em distintos territórios indígenas. A ampliação de seus contatos científicos se deu a partir da década de 1950, quando também começou a publicar em revistas científicas brasileiras e europeias (Hoffmann, 2017).

O interesse de Frikel por antropologia começou desde sua formação como sacerdote, no início da década de 1930, quando lia trabalhos a respeito (Becher, 1975). Suas primeiras publicações na revista Santo Antônio versaram sobre as narrativas ribeirinhas sobre os “encantados” (Frikel, 1940) e a noção de alma no

¹ A revista Santo Antônio, de circulação restrita às casas franciscanas, destinava-se a intercambiar informações dentro da província de Santo Antônio, tendo sido publicada inicialmente em Salvador, Bahia, e depois em Recife, Pernambuco. As revistas foram consultadas no Convento de Ipuarana, situado em Lagoa Seca, Paraíba.

candomblé, na Bahia (Friel, 1941), representando sua abertura para a antropologia (Galvão, 1978). Em parceria com o frei alemão Thomas Kockmeyer, ele conduziu sua primeira pesquisa etnográfica entre praticantes de candomblé em Salvador, entre 1933 e 1937 (Friel, 1964). Sua relação com os povos indígenas se iniciou depois dos contatos com os vestígios arqueológicos do Baixo Amazonas (Friel, 1943). A pesquisa científica, apesar de fazer parte da Ordem Franciscana como um todo, era uma atividade paralela e estava a serviço da vida religiosa.

MOBILIDADE MISSIONÁRIA E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (1938-1957)

Há poucas informações sobre o período entre a chegada de Friel ao Brasil e sua transferência para a Prelazia de Santarém. Se a trajetória intelectual de Friel pode ser pensada em três fases que sintetizam a transição de missionário para etnólogo e arqueólogo (Martins, 2013), as duas primeiras ocorreram durante o período de

dezenove anos em que atuou no aixo Amazonas. Protásio se envolveu cada vez mais com as comunidades indígenas em meados da década de 1940, e a partir de 1957 passou a integrar o quadro de pesquisadores do MPEG. Contudo, somente após 1963, quando se naturalizou brasileiro e deixou a Ordem Franciscana, ele se dedicou integralmente às pesquisas etnológicas e arqueológicas.

Por meio das informações contidas em diversas crônicas publicadas na revista Santo Antônio, conseguimos traçar os itinerários institucionais de Friel (Figura 1), que foi destinado a atuar em diferentes paróquias ao longo do tempo no Baixo Amazonas. Esses deslocamentos possibilitam compreender melhor as oportunidades de pesquisa que ele teve ao longo de sua atuação missionária.

A atuação de Friel no Baixo Amazonas no período inicial de suas pesquisas representou um conjunto de atividades paralelas à sua atuação como religioso, movimentando-se em barcos e canoas entre paróquias e pequenas capelas, situadas em comunidades ribeirinhas.

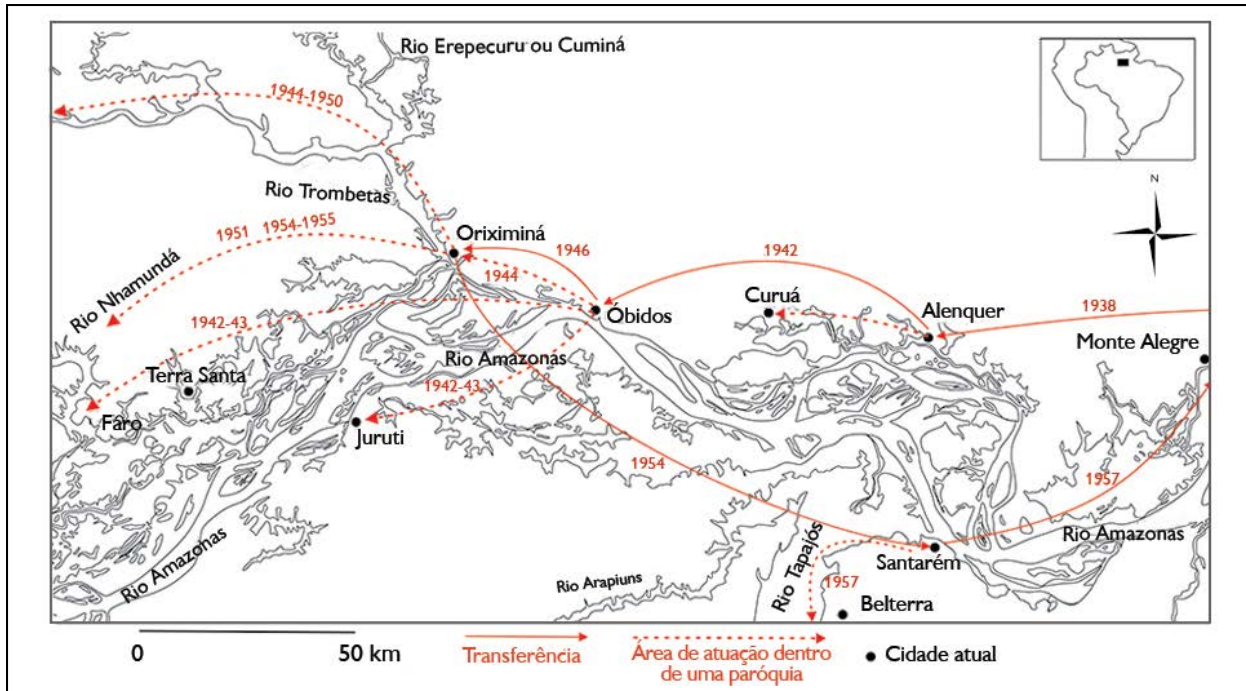


Figura 1. Mapa indicando as diferentes paróquias e áreas de atuação de frei Protásio Friel a partir das fontes consultadas. Mapa: M. L. Alves e I. M. M. Rodrigues (2025).

As crônicas publicadas na revista Santo Antônio mostram que ele exercia diferentes atividades em Alenquer e, depois, em Óbidos e Oriximiná. Na crônica da Província sobre Alenquer é dito que “há mais de 3 anos [1942], mais ou menos, em Alenquer, muito esforçado, construiu a escola de S. Sebastião . . . Incansável, não menos pelo Interior da paróquia, fez muitas viagens, com mil e tantos episódios e abnegação” (Crônicas, 1944a, p. 45).

Seu engajamento com a arqueologia ocorreu desde o início de sua chegada à Amazônia. Entre 1939 e 1941, Friel coletou materiais arqueológicos no sambaqui Ponta do Jauari, no Lago Grande do Curuá, a oeste de Alenquer (P. Hilbert, 1959). Nas crônicas de Óbidos dos anos de 1942 e 1943, vislumbra-se os encargos de Friel que, em suas viagens, não deixava de lado seu interesse pela história da região:

Com zelo e fervor, frei Protásio assumiu os trabalhos em Faro e Juruti. . . . Em Juruti-Velho, onde a matriz estava em péssimo estado – a torre já tinha caído – frei Protásio iniciou os trabalhos de reconstrução. Além disso, frei Protásio presta relevantes serviços nas suas múltiplas viagens pelo interior, estudando costume e índole do nosso povo, investigando e desenhando achados antigos dos índios, contribuindo assim muito para o melhor conhecimento do caráter do povo e também para a história franciscana no Baixo-Amazonas (Crônicas, 1944b, p. 64, ênfase adicionada).

Os dois primeiros anos de Friel na paróquia de Óbidos e região, entre 1942-1943, foram intensamente voltados ao estudo dos vestígios arqueológicos em sítios de terra preta. Entre 1944 e 1945, vinculado à paróquia de Óbidos, Friel deixou de atuar em Faro e Juruti para ser coadjutor em Oriximiná (Crônicas, 1945). Coube a ele retomar o projeto franciscano de ‘cura d’almas no rio Trombetas’ e, no ano de 1944, viajou aos rios Cuminá, ou Erepecuru, Trombetas e Cachorro. Assim, iniciou seus estudos etnográficos e linguísticos entre os Katxuyana do rio Cachorro, viajando anualmente pela bacia do rio Trombetas (Becher, 1975), mudando significativamente sua trajetória de pesquisa.

Friel foi o timoneiro que guiou os religiosos de uma comitiva franciscana até Oriximiná (Müller, 1947), o

que nos leva a pensar que ele era reconhecido enquanto entendedor da região e dos meios de navegação, fundamentais em suas atividades religiosas e de pesquisa. Após isso, ainda em 1946, transferiu-se para Oriximiná (Crônicas, 1950) e retornou aos Katxuyana. Neste mesmo ano, Friel elaborou um relatório (Friel, 1947) ao Provincial defendendo a criação de uma missão entre os indígenas das “Guianas Brasileiras”. Este relatório, publicado depois no periódico franciscano (Friel, 1948), evidencia o conhecimento etnográfico e linguístico do frei sobre os povos indígenas das cabeceiras do rio Trombetas, cuja continuidade das pesquisas o possibilitou ampliar as informações publicadas anos depois em alemão e em português (Friel, 1957, 1958). Todavia, ainda em 1948, Friel atuou como padre em Oriximiná, conforme noticiários (“Noticiário: Capítulo provincial”, 1948), transferindo-se em 1954 para Santarém (“Notícias”, 1954).

Em 1955, o prestígio intelectual de Friel estava se consolidando entre os franciscanos: “Homens entendidos dizem que frei Protásio é um dos maiores conhecedores dos índios na América do Sul” (Crônicas, 1955, p. 171). Nesta mesma crônica, há informações de que Friel subiu o rio Paru para encontrar indígenas em uma região praticamente inexplorada. Essa viagem foi prolongada até janeiro de 1956 e possibilitou a Friel coletar diversos vestígios arqueológicos, além de registrar grafismos rupestres e polidores fixos (Martins, 2013).

MÉTODOS DE CAMPO E REGISTRO

Friel desenvolveu uma sistemática de coleta e registro dos artefatos em seu primeiro período de atuação. Seu método de trabalho se assemelha ao empregado pela arqueologia profissional do período e o distancia dos colecionadores particulares que atuaram na região no mesmo período (Alves, 2019).

A principal evidência de que Friel, antes de ir para a Amazônia, tinha interesse e experiência no registro de fenômenos arqueológicos está na sua interlocução com frei Fidelis (Carlos) Ott (1908-1997). Ott obtivera um

doutorado em 1937 em filosofia na Universidade Pontifícia Romana de Santo Antônio e tinha o interesse de estudar o passado indígena a partir dos vestígios arqueológicos na Bahia (Bacelar, s.d.). Em um ensaio publicado em 1944, Ott utiliza-se de desenhos feitos por Frikel a partir de fotografias tiradas “anos antes” na Serra do Ramalho, estado da Bahia (Ott, 1944) (Figura 2). Não apenas os desenhos foram fotografados, mas também quantificados, além do desenvolvimento de hipóteses sobre a formação do painel rupestre. Na mesma publicação, também aparecem desenhos e informações obtidas por Frikel sobre os cachimbos angulares encontrados na cidade de Santarém. Comentando sobre os desenhos de Frikel, Ott (1944, p. 39) reitera: “sabemos, por experiência, que [ele] copia tais coisas com o maior escrúpulo possível”.

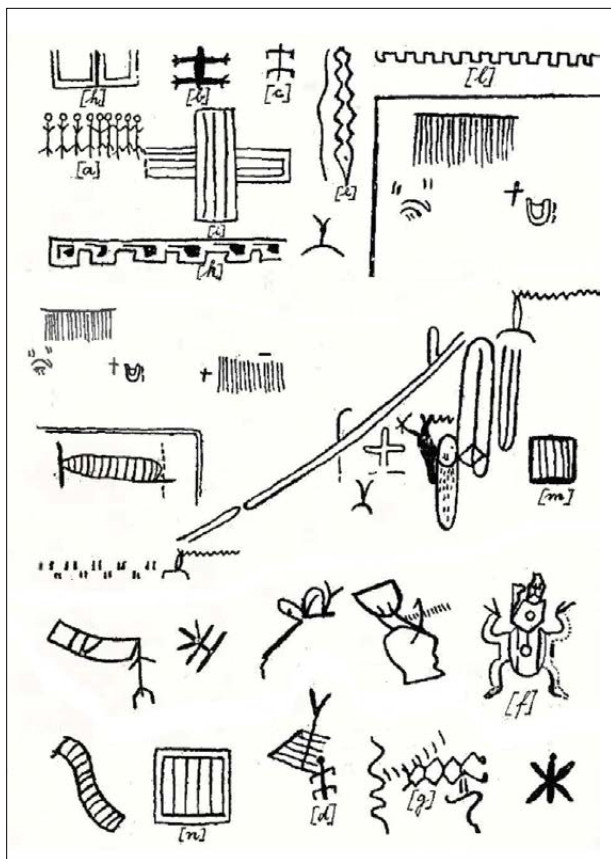


Figura 2. Grafismos rupestres da Serra do Ramalho publicados a partir de desenhos de Protásio Frikel. Fonte: Ott (1944, p. 72).

Essas informações, ainda que fragmentárias, sugerem um rigor e prática de registro que antecede à mudança de Frikel para o Pará.

O conjunto de documentos de campo e manuscritos, enviado a Peter Hilbert em 1953, nos possibilita observar exemplos da sistemática de pesquisa de campo adotada por Frikel. Esses documentos são compostos de informações sobre dois temas, o sambaqui Ponta do Jauari (P. Hilbert, 1959), e o estilo cerâmico Konduri, encontrado em sítios arqueológicos de terra preta entre Juruti, Faro e Nhamundá (P. Hilbert, 1955). Hilbert adquiriu um conhecimento especializado de escavação e análise de artefatos a partir do contato com Betty Meggers e Clifford Evans, em 1949, e acabou se tornando o principal interlocutor de Frikel sobre sua atuação inicial na pesquisa arqueológica no Baixo Amazonas (K. Hilbert, 2009).

Frikel realizou prospecção arqueológica assistemática, com a visita e o registro da localização dos sítios arqueológicos indicada em mapas feitos de próprio punho (Figuras 3 e 4), junto à realização de coleta de material de superfície. Em relação ao sítio Ponta do Jauari, Frikel (1944a, p. 6) relatou que “tudo que colhi, foi achado na superfície da terra, sem fazer tentativas de escavação”. Em uma carta enviada a Ott, Frikel, em retrospecto, elencou 41 sítios arqueológicos registrados, entre os municípios de Alenquer e Juruti, e afirmou: “todos estes lugares possuem alguns (às vezes muitos) restos de artefatos sejam líticos, sejam de cerâmicas. Em todos estes lugares estive pessoalmente embora não tenha trazido provas e amostras [de todos]” (Frikel, s.d.b, ênfase adicionada).

Além de registrar o contexto dos materiais arqueológicos, Frikel também anotava informações oferecidas pelos ribeirinhos com os quais tinha contato em suas atuações como missionário e pesquisador. Isso permitia que essas pessoas mostrassem sítios arqueológicos e doassem artefatos. Assim, Frikel registrou as narrativas sobre as paisagens, os usos dos

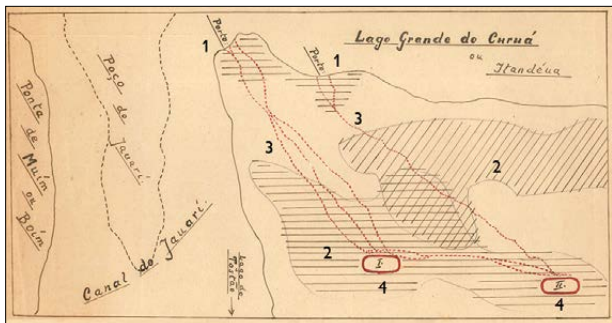


Figura 3. Planta baixa do sambaqui Ponta do Jauari, rascunho que compõe o manuscrito de Friel (1944a), sem escala. Números adicionados sobre o original para destacar os elementos registrados: 1) concentrações de cerâmica; 2) concentração de material lítico chamado localmente de 'pedregulho'; 3) caminhos de circulação no sítio arqueológico desde os portos; 4) aterros. Fonte: acervo pessoal de Klaus Hilbert, consultado em setembro de 2017.

lugares e a interpretação da função dos artefatos por parte das pessoas que lhe repassavam informações e vestígios. Também se interessava pelas narrativas dos ribeirinhos² sobre os seres encantados relacionados aos sítios arqueológicos. Em um curso d'água chamado Furo do Pajé, situado nas proximidades de Curuá, por exemplo, Friel (1943) menciona que os moradores locais consideravam a existência de um ser encantado o fator responsável pelos naufrágios de canoas.

Frikel se valeu das interpretações dos ribeirinhos para o estabelecimento de hipóteses sobre a construção das paisagens. Ele sugere, por exemplo, que o canal que constitui o Furo do Pajé foi construído pelos missionários no período colonial, como uma forma de reduzir a “enorme volta de mais de duas horas de viagem” (Frikel, 1943, p. 5) que o rio Amazonas faz acima de Curuá.

Para os materiais provenientes do sambaqui Ponta do Jauari, Friel fez um inventário escrito a mão, contendo 319 peças numeradas e descritas individualmente, com indicações para tipo, matéria-prima, data de coleta e observações. A individualização dos artefatos foi feita por

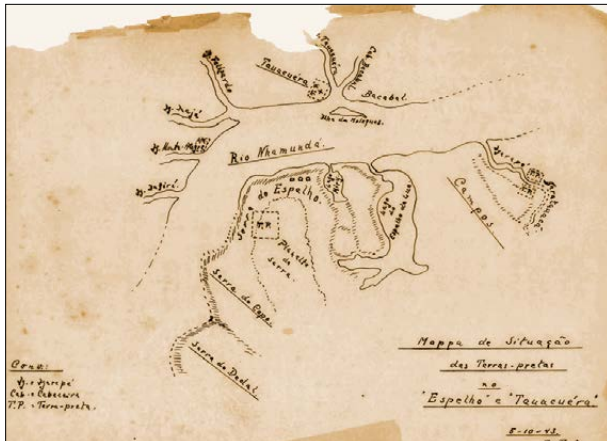


Figura 4. Mapa da dispersão de sítios arqueológicos no baixo curso do rio Nhamundá, feito por Protásio Frikel e datado de 5 de outubro de 1943. Fonte: acervo pessoal de Klaus Hilbert, consultado em setembro de 2017.

meio de um sistema alfanumérico, onde a letra 'L' parece ser uma referência ao 'Lago Grande de Curuá', e não ao nome do sítio propriamente. As peças receberam, com tinta preta, o código de identificação. No inventário, as peças são descritas considerando os grafismos e parte do artefato cerâmico coletado (Figura 5). Há observações menos voltadas para o estilo visual dos artefatos, que estariam mais próximas de uma abordagem de história da arte, e mais indicativas de um interesse nas marcas de uso, como a menção a "restos de cinza dentro do tubo" (Frikel, s.d.a). Frikel também coletou, além de artefatos, amostras de concha que foram enviadas para identificação zoológica no Museu Nacional (Frikel, 1944a; P. Hilbert, 1959).

Com relação às coleções arqueológicas reunidas e inventariadas, Frikel desenvolveu uma sistemática de descrição e classificação dos artefatos cerâmicos, especialmente em relação ao estilo visual e à iconografia, seguindo o rigor mencionado por Carlos Ott. Em seu manuscrito “O Jaurá do Lago Grande do Curuá” (Frikel, 1944a), além de desenhos das peças, o

² Protásio Friel utiliza-se da categoria 'caboclo' em suas notas e artigos para se referir aos ribeirinhos da várzea do baixo Amazonas, com quem entrou em contato. Essa era uma categoria social de uso corrente na Amazônia no período e ainda se faz presente até hoje. Optou-se aqui por 'ribeirinho', uma vez que o termo caboclo está imbuído de um pressuposto de inferioridade às pessoas a quem se refere, ou seja, é um termo pejorativo (D. Lima, 1999).



Figura 5. Sistema alfanumérico de identificação de peças arqueológicas criado por Protásio Friel. No exemplo, o cachimbo L-6 foi identificado no inventário feito por Friel (s.d.a), à esquerda, e inscrito no próprio objeto, à direita. Fonte: acervo pessoal de Klaus Hilbert, consultado em setembro de 2017.

franciscano apresenta mais de uma dezena de *roll-outs*³, decompondo em duas dimensões os motivos gráficos incisos presentes em cachimbos e fragmentos cerâmicos (Figura 6). Tal escrutínio do estilo visual da cerâmica permitiu caracterizações sintéticas para a cerâmica de Jauari e para a cerâmica do estilo Konduri, inicialmente chamada de 'estilo Juruti' nas notas de 1943. Isso demonstra um grande investimento pessoal no estudo dessas "provas e amostras" arqueológicas reunidas por ele, fruto de trabalho árduo nas 'horas vagas' de suas atividades religiosas.

Friel desenvolveu, em seu manuscrito, uma cronologia relativa a partir da diferença de estilos cerâmicos identificados em Ponta do Jauari, considerando outros sítios arqueológicos encontrados no Baixo Amazonas e nas crônicas coloniais. Sobre a cronologia de ocupação do sambaqui Ponta do Jauari, o franciscano defende uma cronologia relativa: "provavelmente, 'o estilo Jauari' é o mais antigo e (ao meu vêr) também o mais artístico, enquanto o



Figura 6. Desenhos de cachimbos tubulares coletados por Friel no sambaqui Ponta do Jauari e *roll-outs* dos motivos gráficos. Um dos *roll-outs* foi adaptado para a capa do livro de P. Hilbert (1968). Fonte: adaptado de Friel (1944a).

³ Roll-out significa literalmente 'desenrolar'. Trata-se da técnica de transposição de grafismos presentes em artefatos tridimensionais para superfície bidimensional do papel.

'estilo Condur' é mais recente. Pois dele ainda historiadores como [Maurício de] Heriarte dão nos notícia" (Frikel, 1944a, p. 26).

É provável que Frikel tenha entrado em contato primeiro com a cerâmica conhecida atualmente como Konduri, no município de Juruti, o que o levou a nomeá-la de 'estilo Juruti', por volta de 1943. A partir da interação por cartas com Curt Nimuendajú, Frikel adotou o etnônimo colonial "Condurí" (Frikel, 1944a, p. 26) para se referir ao estilo cerâmico. Em carta a P. Hilbert, Frikel (1953a) explica que Nimuendajú ofereceu a denominação Konduri ao material cerâmico. À época, Nimuendajú era um dos principais etnólogos atuando na Amazônia, além de ter realizado o levantamento arqueológico mais extensivo no Baixo Amazonas. Quando realizou um amplo levantamento arqueológico para o Museu Etnográfico de Gotemburgo, entre 1923 e 1925, Nimuendajú nomeou os estilos cerâmicos a partir das referências coloniais mais antigas, como Tapajó, Sapupé, Aruakí e também Konduri (Nimuendajú, 2004; Alves, 2019). As informações sobre as pesquisas arqueológicas conduzidas por Nimuendajú não foram publicadas naquele período, mas circularam entre seus correspondentes por cartas. A adoção da denominação para o estilo Konduri feita por P. Hilbert (1955), portanto, deriva de sua correspondência com Frikel que, por sua vez, modificou sua primeira denominação do material em função de suas correspondências com Nimuendajú.

Muitos elementos da monografia de P. Hilbert (1955), "A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná", estavam diretamente baseados nas observações de Frikel. Um conjunto de sítios que aparecem no mapa da dispersão da cerâmica Konduri foi apenas visitado por Frikel. Ademais, Hilbert dispunha de conhecimento da cerâmica Konduri no município de Juruti a partir das informações de Frikel, apesar de não ter incluído essas informações na publicação. Hilbert prospectou sítios arqueológicos em Juruti em 1953, em colaboração com Harald Schultz, talvez, seguindo as indicações de Frikel (Alves, 2019). Entre figuras apresentadas por P. Hilbert (1955), há uma adaptação de um desenho de uma peça coletada por Frikel, com um dos atributos mais diagnósticos da iconografia Konduri (Figura 15).

Os métodos de campo e registro do material adotados por Frikel tinham, portanto, uma sistemática pouco comum à época na pesquisa arqueológica no Brasil (Figura 7).

Havia um esforço pessoal para compreender as amostras coletadas nos sítios arqueológicos, que, conforme Hoffmann (2017), pode ser compreendido como um interesse arqueológico geral. Todavia, esse esforço não se materializou em publicações, feitas por Frikel, sobre seus resultados, ficando os manuscritos por décadas dispersos em arquivos. As coleções de objetos arqueológicos e acervos documentais correspondentes, frutos dos esforços e dedicação do franciscano, acabaram por se dispersar entre diferentes instituições.



Figura 7. Reconstituições de vasilhas a partir de fragmentos encontrados no sítio Tauaquera, na margem do rio Nhamundá, com ocupação pré-colonial e o cemitério de uma missão franciscana colonial. Fonte: acervo pessoal de Klaus Hilbert, consultado em setembro de 2017.

REAGREGANDO COLEÇÕES E ITINERÁRIOS

As pesquisas arqueológicas que Friel realizou produziram coleções cujos destinos foram variados e incertos. Ao ingressar no quadro de pesquisadores do MPEG, suas coleções, e a documentação vinculada a elas, passaram a ser mantidas na instituição (Martins, 2013). Não foi possível identificar nenhuma quantificação geral ou o mapeamento de todos os sítios arqueológicos identificados antes de sua chegada ao MPEG. O caso de Friel é dramático devido ao seu ‘desprendimento’ em relação às suas coleções e anotações do primeiro momento de pesquisa arqueológica. Com essa atitude, a documentação e os desenhos dos materiais reunidos por ele acabaram dispersos entre instituições separadas por centenas de quilômetros.

É possível mapear, a partir de arquivos e coleções de museus (Tabela 1), os itinerários de artefatos e coleções, seguindo as evidências identificadas principalmente no

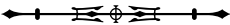
MPEG e no Museu do Índio do Convento de Ipuarana (MICI) e o modo como estas se articulam com os vínculos estabelecidos por Friel entre as décadas de 1940 e 1950.

VÍNCULOS PESSOAIS E AS COLEÇÕES NO MPEG

Os vínculos iniciais de Friel e o MPEG se formaram a partir do contato pessoal do franciscano com Curt Nimuendajú e Carlos Estevão de Oliveira (Oliveira, 1939; Nimuendajú, 2004). É possível que tenham se conhecido em 1943 e se correspondido entre 1944 e 1945. Entre as cartas enviadas para Nimuendajú, Friel (1944c) disse que mandou uma “bilha fragmentária ao Museu [Goeldi]”. Nimuendajú comenta, em relação ao material de Ponta do Jauari, que viu “as peças paleo-etnográficas que o Snr mandou aos [sic] Museu Paraense. Os elementos mais interessantes são sem duvida aquella busina de barro e a outra peça no mesmo estylo” (Nimuendajú, 1944). Não é possível dizer quais são as referidas peças e se estas passaram a compor

Tabela 1. Instituições e fontes primárias consultadas para a pesquisa. Legendas: MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi; MN = Museu Nacional; MICI = Museu do Índio do Convento de Ipuarana; MAE-USP = Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; MCT = Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS.

Instituição	Setor	Fonte	Fundo/Coleção
MPEG	Arquivo Guilherme de La Penha	Documental	Protásio Friel Carlos Estevão de Oliveira Peter Hilbert
	Reserva Técnica Mário Simões	Arqueológica	Charles Townsend Jr.
MN	Seção de Memória e Arquivo	Documental	Heloísa Alberto Torres
	Centro de Documentação de Línguas Indígenas	Documental	Curt Nimuendajú
MICI	Exposição do Museu	Arqueológica	Acervo do MICI
	Biblioteca do Convento	Documental	Livro de Crônicas do Convento de Ipuarana Periódico Santo Antônio
MAE-USP	Documentação	Documental	Museu Paulista Carlos Estevão de Oliveira
MCT	Acervo Pessoal Klaus Hilbert	Documental e Arqueológica	Protásio Friel Peter Hilbert
Penn Museum	Arquivo do Museu	Documental	-
	Américas	Arqueológica	Charles Townsend Jr.



o acervo da instituição naquele momento. Em outra carta a Nimuendajú, Frikel afirma que pretendia enviar a ele “algumas amostras típicas de fragmentos da cerâmica Condurí ou Conurí, mas o embrulho que por hoje vai, para o Dr. Carlos, já pesa bastante” (Frikel, 1944b). Tal passagem é indicativa de uma postura ‘desprendida’ em relação aos materiais coletados e, ainda, aponta para a participação dos objetos na manutenção da rede científica e na avaliação das interpretações.

Outro vínculo entre Frikel e o MPEG, ainda que indireto, ocorreu por meio de sua relação com P. Hilbert, que foi tão pessoal a ponto de o franciscano ser o padrinho de batismo do filho de Peter, o também arqueólogo K. Hilbert (2009). A relação entre esses pesquisadores contrerrâneos determinou o envio e a conservação de coleções que serviram de base para a arqueologia amazônica por mais de meio século. Tais coleções, e suas documentações correlatas, podem ser compreendidas como materializações de vínculos de confiança com uma pessoa que pode retomar os estudos iniciais de Frikel, como no caso do sítio Ponta do Jauari. Apesar dessas coleções terem sido enviadas especificamente para P. Hilbert, grande parte desse acervo ficou no MPEG. Décadas depois, ao menos três peças seguiram com Klaus Hilbert para o Rio Grande do Sul, onde se encontram atualmente no MCT, junto a manuscritos e desenhos feitos por Frikel.

A coleção reunida no sambaqui Ponta de Jauari, assim como a da Missão Cururu (alto rio Tapajós), formada em julho de 1957, foram enviadas ao MPEG na segunda metade da década de 1950 para os estudos de P. Hilbert (1958, 1959, 1968). Todavia, não há detalhes do envio das peças ao MPEG e tampouco documentos de campo associados. Desse material, 264 peças compõem atualmente a coleção da Ponta do Jauari e mais de seis mil peças integram a coleção Cururu⁴ (Martins, 2013).

Ao menos uma peça, um cachimbo coletado no sambaqui Ponta do Jauari, acompanhou parte do acervo amazônico mantido atualmente no MCT.

O repasse de parte das peças reunidas na década de 1940 para Townsend Jr. pode ser resultado de interações mais esporádicas, que precisam ser melhor investigadas. A coleção foi doada ao MPEG em 1960 e é composta por 3.050 peças, majoritariamente do estilo cerâmico Tapajó (Rosa, 2004). As peças coletadas por Frikel não estão especificadas, mas é possível diferenciá-las pelo estilo cerâmico Konduri (61 peças) e, principalmente, por marcações de proveniência em 30 exemplares. As marcações são compostas por uma inicial em letra maiúscula em tinta preta. Essas iniciais são correspondentes às informações disponíveis nas etiquetas atuais do MPEG. Mesmo que a caligrafia seja distinta da encontrada nas peças do sambaqui Ponta do Jauari, é provável que tenham sido feitas pelo próprio franciscano, uma vez que aparecem com a caligrafia bem semelhante à observada na coleção mantida no MICI (Figura 8), tratada a seguir.

Alguns dos cachimbos angulares coletados por Frikel, que aparecem em suas notas ou nas pranchas publicadas por Ott (1944), apresentam marcações idênticas.



Figura 8. Apliques Konduri com marcação de proveniência ‘F’ (Faro) em peça da coleção Charles Townsend Jr. (MPEG) e em peça da coleção do MICI. Ambas as peças provavelmente foram coletadas e marcadas por Frikel. Fotos: M. L. Alves (2018) e I. M. M. Rodrigues (2019).

⁴ Essa coleção não foi estudada por nós, mas a observação de uma lâmina de machado na atual exposição do MPEG, observada em março de 2025, permitiu notar uma lâmina de machado com a anotação ‘K/Vila de Curuá’, o que sugere que nessa coleção existem peças que não foram coletadas no sambaqui Ponta do Jauari.

Através de fotos publicadas em Barata (1952), sabe-se que esses cachimbos estão na coleção Charles Townsend Jr. ao menos desde 1951. Ainda, é possível que artefatos do estilo cerâmico Tapajó, majoritários na coleção Townsend Jr., tenham sido parcialmente reunidos por Friel. Também há uma lâmina de machado polida que exhibe a inscrição 'Santarém 1939' na coleção Townsend Jr. que pode ter sido coletada pelo franciscano (Rosa, 2004).

Uma das peças cedidas a Townsend Jr. era uma estatueta lítica em forma de quelônio com dois furos transversais (Figura 9), que não foi identificada no acervo do MPEG (Rosa, 2004). A estatueta foi comprada pelo *Penn Museum* em 1960, na Filadélfia (EUA), talvez a partir do intermediário da arqueóloga Helen Palmatary, que foi colaboradora da instituição e publicou uma descrição do objeto (Palmatary, 1960). Antes disso, essa estatueta pertenceu a Townsend Jr. pelo menos desde 1951 (Barata, 1952). A escultura teria sido dada a Friel por um xamã indígena do rio Trombetas, segundo Townsend Jr.



Figura 9. Estatueta lítica com dois furos em formato de quelônio que foi dada por um xamã indígena a Protásio Friel, repassada depois a Charles Townsend Jr. Coleção do *Penn Museum*. Foto: M. L. Alves (2023).

(Palmatary, 1960). Infelizmente não há mais detalhes sobre a aquisição feita por Friel em um momento de sua aproximação inicial com os povos indígenas da bacia do rio Trombetas.

OBJETOS DE PRÁTICAS CIENTÍFICA E MISSIONÁRIA NA AMAZÔNIA

O MICI está situado no Convento de Ipuarana, parte da Província Franciscana de Santo Antônio, e foi criado por franciscanos de origem alemã. De acordo com o primeiro "Livro de Crônicas" (1940-1996), o convento foi fundado em 1940 na cidade de Lagoa Seca, Paráíba. Já o Museu do Índio foi inaugurado em 1951, com coleções etnográficas e arqueológicas reunidas no alto Tapajós e alto Trombetas. Ainda segundo o "Livro de Crônicas" (1940-1996), o museu foi formado por materiais obtidos pelas expedições de Protásio Friel, Marcelo Gercken e Tomás Kockmeyer.

Não há informações no MICI sobre as peças arqueológicas que permitam conectá-las aos seus contextos originais na exposição do museu (Figura 10). Todavia, por meio de seu estilo visual, foi possível reconhecer cerâmicas Konduri, Tapajó, Koriabo, Espinha de Peixe e Pocó, o que sugere que a maioria desse material foi coletada por Friel, como atestado por sua carta a Peter Hilbert (Friel, 1953a). Ademais, em artefatos cerâmicos e líticos, nota-se as mesmas iniciais marcadas em parte dos objetos cerâmicos da coleção Charles Townsend Jr. Cruzando as informações entre essas iniciais e a proveniência, é possível dizer que há peças oriundas de Oriximiná, Curuá, Faro e Santarém, mas há outras que ainda não puderam ser relacionadas a nenhuma das áreas mencionadas na documentação (Tabela 2). Essas iniciais se encontram nas peças e também no mostruário de madeira do MICI (Figuras 11 a 14). Algumas lâminas de machado polidas apresentam as inscrições 'Alto Tapajós' e 'São Luís Tapajós', indicando uma comunidade muito próxima à Missão São Francisco do Cururu, onde Friel também conduziu pesquisa arqueológica.

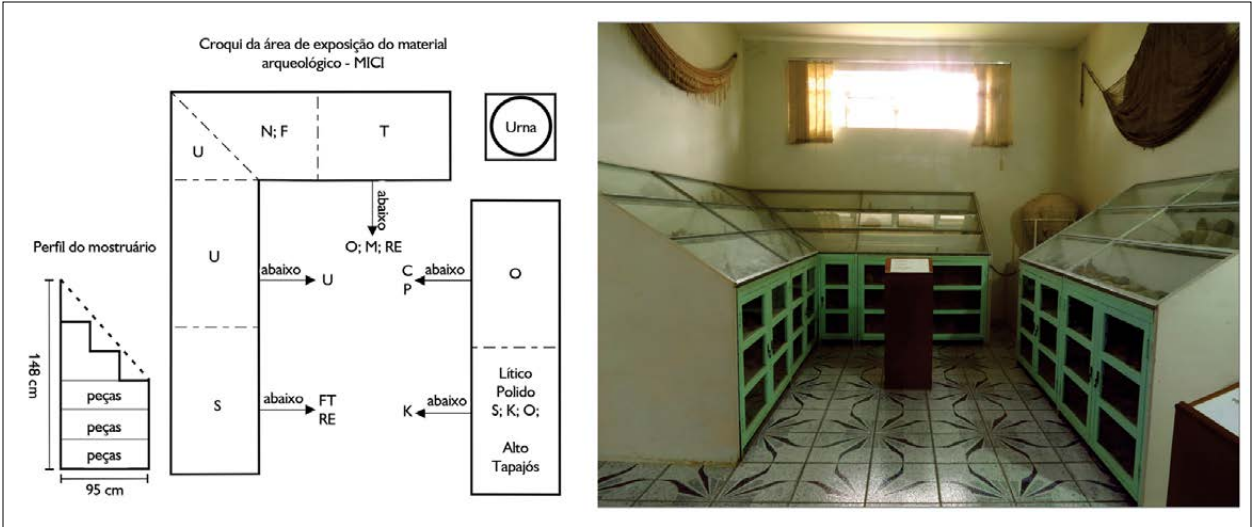


Figura 10. Material arqueológico exposto no MICI. O croqui mostra a distribuição de peças arqueológicas a partir das iniciais ou indicações de proveniência. Foto: I. M. M. Rodrigues (2019).

Tabela 2. Indicação de siglas, proveniência das peças arqueológicas e complexos cerâmicos representados a partir da consulta às coleções. O asterisco (*) indica possíveis proveniências indicadas a partir da lista de sítios em Frikel (s.d.b). Legendas: MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi; MCT = Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS; MICI = Museu do Índio do Convento de Ipuarana.

Sigla	Proveniência	Estilo cerâmico	Instituição
L	Lago Grande de Curuá/Ponta do Jauari	Jauari	MPEG e MCT
S	Santarém	Santarém/Tapajó, Cachimbos coloniais	MPEG e MICI
U	Oriximiná	Konduri	MPEG e MICI
T	Terra Santa	Konduri	MPEG e MICI
K	Curuá	Koriabo, Konduri	MPEG e MICI
F	Faro	Konduri	MPEG e MICI
C	Curuá	Koriabo, Pocó, Espinha de Peixe, indeterminado	MPEG e MICI
O	Óbidos	Pocó, indeterminado	MICI
P	Lago Piquiá (Santarém?)*, Pacoval (Santarém?)* ou Costa do Paru (Óbidos)*	Indeterminado	MICI
M	Barra Mansa* ou São Manoel*	Indeterminado	MICI
N	Nova Olinda (rio Nhamundá) *	Konduri	MICI
V	-	Konduri	-
FT	-	Konduri	MICI
RE	-	Indeterminado	MICI

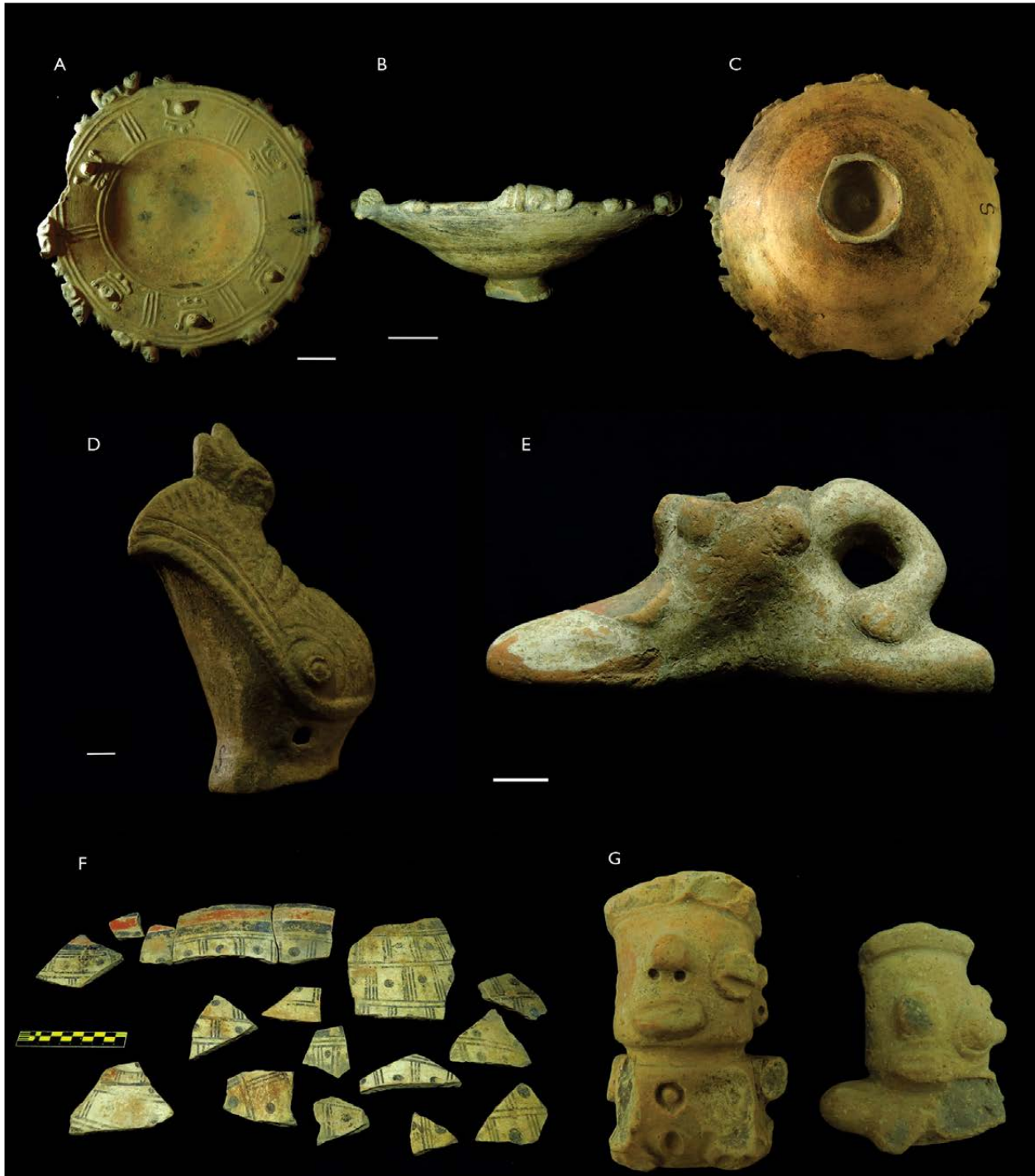


Figura 11. Cerâmica Tapajó, Santarém ou tapajônica no acervo do MICI. Algumas apresentam a inicial 'S' marcada na peça: A-C) 'fruteira' ou prato com base anelar, notar 'S' na face externa; D) aplique em forma de cabeça de urubu-rei, característico dos vasos de gargalo; E) corpo de estatueta feminina; F) apliques em formas de figuras femininas, parte dos vasos de cariátides. Escalas: A-C = 5 cm; D, E e G = 1 cm; F = 10 cm. Fotos: I. M. M. Rodrigues (2019).



Figura 12. Vasos de gargalo semelhantes aos do estilo Santarém, mas que são encontrados ao longo de todo o Baixo Amazonas: A-B) vistas de lado do vaso; C) reconstrução de um vaso análogo. A peça se encontra muito restaurada com gesso e pintura. Não há registro do histórico de restauros. Foto: I. M. M. Rodrigues (2019). Desenho: adaptado de Alves (2018).

No espaço principal da exposição atual dos materiais arqueológicos, há uma grande vasilha, de contorno simples, boca constricta e pescoço baixo, identificada em um papel da exposição como “Urna funerária: índios de Santarém” (Figura 13). Contudo, essa informação de proveniência parece equivocada. Entre o material escavado por Frikel na Missão São Francisco do Cururu havia “uma urna [funerária] inteira”, à qual Hilbert teve acesso apenas “segundo fotografia do Frei Protásio” (P. Hilbert, 1958, p. 6). Isso informa que Hilbert nunca consultou a peça diretamente, já que foi enviada para o MICI e não para o MPEG, como aconteceu com o resto da coleção.

Em um artigo escrito por Gilberto Freyre (1957a, p. 64), para a revista *O Cruzeiro*, há uma foto de Frikel com o mesmo recipiente cerâmico, durante a montagem de uma exposição etnográfica de 1957, realizada em Recife, para a comemoração do terceiro centenário da atuação franciscana no Brasil. Essa exposição foi composta de materiais arqueológicos e etnográficos que mostravam, na pessoa de Frikel, “um exemplo admirável do quanto pode realizar a filosofia franciscana aplicada à ciência etnológica” (Freyre, 1957b, p. 4). Na mesma fotografia publicada por Freyre (1957a), aparece uma vasilha etnográfica Katxuyana e uma Aparai, que estão atualmente no MICI, evidenciando a familiaridade do franciscano tanto com o material arqueológico quanto etnográfico (Figura 14).

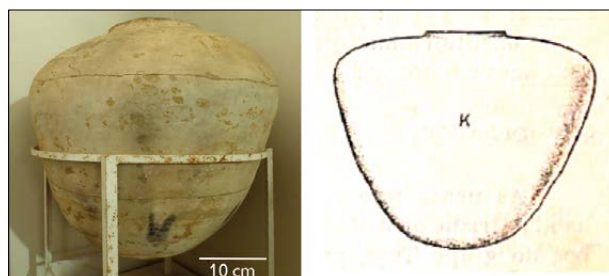


Figura 13. Urna funerária em exposição no MICI. Foto: I. M. M. Rodrigues (2019). Fonte: desenho feito a partir de foto publicada em P. Hilbert (1958, p. 8).



Figura 14. Protásio Frikel organizando o material arqueológico e etnográfico para a exposição de tricentenário da Ordem Franciscana em Recife. Na imagem, é possível identificar a urna coletada na Missão Cururu (A); uma vasilha Katxuyana (B); uma vasilha Aparai (C). Fonte: adaptado de Freyre (1957a). Fotos de peças do MICI: I. M. M. Rodrigues (2019).

O ENTRELAÇAMENTO DAS COLEÇÕES

A comparação entre as coleções mantidas em diferentes instituições evidencia estratégias de seleção dos objetos e as mediações feitas por Frikel com seus interlocutores. O conjunto de apliques na coleção Charles Townsend Jr., por exemplo, não inclui exemplares de cerâmica Pocó, como identificados no MICI. Em sentido contrário, os cachimbos angulares foram direcionados para Townsend Jr., talvez a partir dos interesses do colecionador. Em contraste com os materiais reunidos como 'amostras' desagregadas entre interlocutores e instituições, a coleção reunida no sambaqui Ponta do Jauari parece ter sido mantida em sua integridade, pois nenhuma das peças desse sítio foi identificada na coleção em Ipuarana. Os vestígios da missão franciscana colonial de Curuá (Frikel, 1943), por sua vez, não têm seu paradeiro conhecido. Como Frikel (1953a) relata a Peter Hilbert, parte de sua coleção foi mantida em Óbidos e também pode ter sido guardada nas outras cidades onde estabeleceu residência como missionário, a qual, possivelmente, pode ter sido extraviada.

O projeto de estudo empreendido por Frikel pode ter sido ainda mais amplo do que as notas identificadas indicam. Apliques diagnósticos de vasilhas do estilo Tapajó com a inicial 'S' (Santarém) marcada na superfície das peças, indicando a proveniência, como vasos de caríatides, vaso de gargalo, vaso globular com aplice de cabeça de onça, além de uma tigela inteira com pedestal (fruteira), demonstram que Frikel se interessou por esse tipo de cerâmica (Figura 12). Outra peça que se destaca é um vaso de gargalo parcialmente fragmentado e bastante restaurado (gesso e pintura amarela) de um tipo encontrado ao longo de todo o Baixo Amazonas (Figura 13; Alves, 2018). Frikel esteve em diferentes momentos em Santarém e pode ter reunido esses materiais. Considerando a dispersão dos documentos produzidos pelo missionário, é possível que ele também tenha tomado notas e produzido interpretações a respeito da arqueologia nas imediações de Santarém, mas estas ainda não puderam ser identificadas.

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA DE FRIKEL E A *VÖLKERKUNDE*

As coleções arqueológicas reunidas no momento inicial da atuação de Frikel no Baixo Amazonas, entre 1939 e 1944, materializam uma sistemática de pesquisa arqueológica, pioneira na Amazônia brasileira. Sua abordagem arqueológica sobre o Baixo Amazonas desse momento inclui o estudo monográfico do sambaqui Ponta do Jauari, uma perspectiva panorâmica do estilo Konduri e do processo de formação das missões franciscanas do período colonial. Essa abordagem sugere um procedimento científico indutivo de construção de conhecimento, que infelizmente não resultou em publicações. Além disso, por não ser um pesquisador institucionalizado, sua condição pode ter contribuído para a dispersão das coleções reunidas entre diferentes interlocutores e instituições. Recuperar e articular essas informações nos possibilita valorizar coleções arqueológicas significativas da história da arqueologia amazônica feita no Brasil.

O engajamento de Frikel com fenômenos arqueológicos tem antecedentes no período em que esteve na Bahia, onde conviveu com outros franciscanos interessados em antropologia e arqueologia. A formação em antropologia de Frikel foi informal, mas se deu sob grande influência da tradição antropológica germânica, conhecida como *Völkerkunde* ('estudo dos povos') ou *moderne Ethnologie* ('etnologia moderna') (Welper, 2002; Frank, 2005; Vermeulen et al., 2019). Sua origem alemã permitiu acesso a uma ampla gama de estudos etnográficos, linguísticos e arqueológicos publicados em alemão sobre as terras baixas da América do Sul. Na Alemanha e na Áustria, a *Völkerkunde* desenvolveu uma ênfase indutiva histórico-cultural, focada no registro de mitos e concepções culturais particulares e, especialmente, no colecionamento de objetos etnográficos. Esse colecionismo abarrotou os museus, pensados enquanto espaços destinados a manter arquivos materiais da diversidade humana (Penny, 2002). Valores liberais-humanistas com aspirações enciclopédicas, seja em abordagens laicas ou confessionais, criaram uma tradição distinta do universalismo evolucionista da antropologia britânica e francesa. Essas são as bases éticas

e epistemológicas do desenvolvimento da antropologia estadunidense com migrantes alemães e seus descendentes em torno do conceito de cultura, com particular destaque para Franz Boas (1858-1942).

O Brasil foi uma área de especial interesse para realizar pesquisas antropológicas orientadas pela agenda da *Völkerkunde* desde a década de 1880 (Petschelies, 2022), dada a sua independência política em relação aos grandes impérios europeus e a enorme diversidade das populações nativas. Obras de naturalistas de origem germânica, como Karl von Martius, datam ainda do começo do século XIX. Mesmo sem as condições institucionais encontradas nos Estados Unidos por F. Boas e seus alunos, o Brasil foi um campo fértil à construção de carreiras de etnólogos germânicos ou de ascendência germânica, como Herbert Baldus (1899-1970), e de autodidatas como Curt Nimuendajú (1883-1945) e Harald Schultz (1909-1966), além do arqueólogo Peter Hilbert (1914-1989).

A atuação de Frikel como missionário tinha por base o ideal do ‘pesquisador-missionário’ (*Forschermissionare*). Em seu primeiro artigo na revista Santo Antônio, no qual analisa narrativas míticas contadas pelos ribeirinhos do Baixo Amazonas, Frikel defende que a atuação dos franciscanos deve se basear no “ideal de ser pesquisadores-missionários, no sentido dos padres de Steyl [missionários do Verbo Divino]. Primeiro, pesquisadores, para explorar o terreno; depois, missionários, para semear a palavra de Deus de maneira adaptada às circunstâncias” (Frikel, 1940, p. 6)⁵. A proposta de Frikel estava de acordo com uma corrente confessional católica da antropologia de língua alemã. Essa corrente católica ficou conhecida como ‘escola de Viena’ e teve como principal expoente o padre católico Wilhelm Schmidt, criador e editor da revista *‘Anthropos’*. A abordagem de Schmidt esteve focada na difusão de invenções, conhecida como *Kulturkreis* (‘círculos culturais’), além da tese do “monoteísmo primordial” (Araújo, 2013).

Os franciscanos alemães, como Frikel e seus colegas, produziram “ensaios etnológicos” como estratégia para a introdução das noções cristãs entre as populações indígenas para facilitar a conversão (Collevatti, 2009).

Em um documento destinado aos seus superiores, Frikel (1948, p. 112) ressaltou que a “religião primitiva” dos povos das Guianas brasileiras equivaleria ao “verdadeiro e relativamente puro monoteísmo”, facilitando a conversão desses povos. Os missionários alemães, como Frikel e seus colegas, recebiam uma educação humanista e tinham interesse sobre os modos de vida indígenas, o que os tornou interlocutores privilegiados de muitos dos principais etnólogos da época. Assim como esses etnólogos, os religiosos recorriam às observações etnográficas e ao método comparativo, valendo-se do conceito alemão de cultura e do vocabulário científico da época, permeado pelos valores da “antropologia de salvamento” (Collevatti, 2009). A pesquisa etnográfica e a reunião de coleções etnográficas eram, nesse sentido, uma ferramenta crucial para a atuação de Frikel enquanto missionário (Rodrigues & Wai Wai, 2024).

A rede científica, no momento inicial de atuação de Frikel, incluía missionários-pesquisadores, como o frei Fidelis Ott (Ott, 1944). Em termos de método arqueológico, Ott parece ter sido o missionário-pesquisador que mais se dedicou ao tema. No livro “Pré-história da Bahia”, Ott (1958) ressalta, por exemplo, a importância do uso de analogias etnográficas para construir interpretações dos vestígios arqueológicos, uma característica da tradição histórico-cultural germânica. Ott (1958, p. 9) argumentava também que, “por intermédio das informações etnográficas ou de ideias pré-históricas conservadas no folclore[,] chegamos a descobrir o verdadeiro significado e uso de objetos arqueológicos”. A mesma ênfase no uso de analogia etnográfica e da história oral é encontrada na construção de interpretações apresentada por Frikel em suas cartas e manuscritos. É possível que Frikel compartilhasse a mesma

⁵ Tradução do original em alemão: “Wir müssten das Ideal haben Forschermissionare zu sein, im Sinne der Steyler Patres. Erst Forscher, um das Erdreich zu erkunden; dan Missionare, um daselbst daa Wort Gottes auf eine den Umständen angepasste Weise zu saen”.

concepção sobre o 'salvamento' dos 'documentos inéditos' preservados no solo, no início de sua trajetória. Tudo isso nos ajuda a entender melhor, por exemplo, a articulação entre fontes orais indígenas e vestígios arqueológicos que desenvolveu melhor em trabalhos posteriores (por exemplo, Frikel, 1963, 1970).

O estudo arqueológico da várzea do Baixo Amazonas, iniciado por Frikel, incluiu a reunião de materiais e sua descrição, ao mesmo tempo em que buscava estabelecer o contato com a comunidade especializada na arqueologia da Amazônia no começo da década de 1940, para além de outros franciscanos. O interesse de Frikel por arqueologia emergiu em um momento de grande efervescência do estudo do passado pré-colonial amazônico durante a Era Vargas. As pesquisas de Curt Nimuendajú, entre 1923 e 1926, no Baixo Amazonas, por exemplo, apresentaram uma cerâmica pré-colonial ricamente elaborada, que logo chamou a atenção nas primeiras publicações sobre o tema (Alves, 2019). Os diretores das principais instituições com coleções arqueológicas amazônicas da época, como Heloísa Alberto Torres, do MN, e Carlos Estevão de Oliveira, do MPEG, foram contatados pelo franciscano. Frikel manteve contato com Curt Nimuendajú que, por sua vez, mantinha contato, desde a década de 1920, com franciscanos da Prelazia de Santarém (Welper, 2002). A participação nessa rede é fundamental para compreender como Frikel avaliou seus resultados.

Frikel reuniu coleções e conseguiu construir redes com algumas das principais autoridades na pesquisa arqueológica do Baixo Amazonas, mas acabou distribuindo suas coleções entre interlocutores e instituições. Essa decisão pode ser explicada por, pelo menos, três fatores. O primeiro fator foram as críticas feitas por Nimuendajú aos seus métodos e interpretações no artigo sobre o sambaqui Ponta do Jauari, que nunca foi publicado. Em segundo lugar, Protásio foi redirecionado à retomada da missão religiosa entre indígenas da bacia do rio Trombetas, ao mesmo tempo em que sofreu advertência de seus superiores da Ordem Franciscana em relação a seus estudos arqueológicos, levando-o a desconfiar que estava sendo censurado.

Por fim, o início de sua pesquisa etnográfica entre os povos indígenas dos tributários do rio Trombetas contribuiu para o abandono de seu envolvimento com os materiais arqueológicos da várzea do rio Amazonas, ao mesmo tempo em que propiciou sua inserção no meio intelectual da antropologia feita no Brasil em meados do século XX.

A rede científica na qual Frikel se inseriu serviu de sustentação de sua pesquisa arqueológica inicial a partir de avaliações positivas de seu trabalho com o sambaqui Ponta do Jauari. Em seu manuscrito monográfico sobre o sítio, o franciscano comenta que “o testemunho dos dois eminentes etnólogos”, que são o Sr. Curt Nimuendajú e o Dr. Carlos Estevão, “garante que a cerâmica encontrada por ele era inédita, conformando um novo estilo de arte indígena ou até uma nova cultura” (Frikel, 1944a, p. 25). Heloísa Alberto Torres também dava suporte à pesquisa de Frikel, promovendo a identificação zoológica de amostras de espécies de bivalves. Entretanto, essas avaliações positivas foram sobrepostas pela crítica do manuscrito realizada por Nimuendajú.

O manuscrito “O Jauari do Lago Grande do Curuá” (Frikel, 1944a) foi finalizado em novembro de 1944 e teve uma cópia enviada a Nimuendajú, em seguida. A resposta de Nimuendajú é uma carta de apenas uma página sobre o manuscrito e contém uma lista sucinta de quatro sugestões, enfatizando a ocupação prolongada do sambaqui. Para Nimuendajú (1945), o franciscano teria se equivocado na interpretação de certos materiais, como ‘buzinas’ e ‘tangas’, além de ter identificado como ‘mascarão’ o que poderia ser apenas um rosto estilizado, na iconografia de um cachimbo. Em relação às ‘buzinas’, em especial, o missionário deixa transparecer a importância dada às informações fornecidas pelos ribeirinhos, aspecto metodológico fundamental em sua pesquisa: “[quanto] às tais ‘buzinas’ deixei-me enganar pelo fato de um dos caboclos, realmente, ter soprado buzina numa delas” (Frikel, 1945). A carta de Nimuendajú não traz elementos de questionamento profundo do conteúdo do manuscrito, além de exaltar que Protásio teria feito “uma descoberta extremamente interessante e inesperada” (Nimuendajú, 1945). O tema não ganha

destaque na correspondência seguinte enviada por Frikel, mas há um desolamento do franciscano com os comentários do eminente antropólogo. Ele diz a Nimuendajú que: “A sua benevola critica, ao menos em olhos, tirou ao trabalho quasi todo o valor. E não farei objeção alguma caso o Dr. Carlos não o queira mais publicar” (Frikel, 1945). Esse tema do sambaqui Ponta do Jauari não aparece mais nas cartas seguintes e o manuscrito nunca foi publicado.

A resposta de Frikel parece desproporcional às sugestões pontuais direcionadas a seu manuscrito. O abandono pode ter uma causa que não está explícita na interlocução por cartas entre Frikel e Nimuendajú. Em uma carta destinada a Ott, Frikel apresenta os resultados de seus levantamentos entre Faro e Alenquer. O documento acessado é uma transcrição mantida no Fundo Heloísa Alberto Torres (Seção de Memória e Arquivo, Museu Nacional)⁶, que enfatiza informações sobre sítios arqueológicos e o conflito em torno das coleções. A data não é mencionada nesse documento, mas, considerando os outros documentos sobre a cerâmica Konduri e os sítios arqueológicos, é provável que seja datada do final de 1943 e começo de 1944. As informações disponíveis nas crônicas sobre o franciscano ‘Pio’ também corroboram essa estimativa de data. A carta em questão faz referência a conflitos com um superior sobre as coleções arqueológicas, mas não explica todo o contexto. Eis o trecho:

Mandei-lhe no mês de Outubro 3 cartas, mas parecem que não chegaram as suas mãos, pois você me escreve de uma só. Estou desconfiado que foram retidas por outra censura. Atualmente frei PIO (comissário) está aqui; fez a visita canônica. Levei um carão enorme por causa destes assuntos [material arqueológico]. Um dia vou lhe contar tudo. Estou quasi decidido a jogar tudo [as coleções] no Amazonas (Frikel, s.d.b).

Considerando a gravidade da advertência, que poderia levar até o descarte completo dos materiais cuidadosamente coletados e estudados, é possível que esse episódio seja uma outra causa do abandono das pesquisas arqueológicas dos primeiros anos de Frikel no Pará. O estudo de outras correspondências entre Frikel e Ott poderá elucidar esse conflito.

Uma terceira razão para o abandono da pesquisa arqueológica na várzea fica implícita na correspondência entre Frikel e Nimuendajú. As informações etnográficas e linguísticas foram o tema de maior interesse nas cartas, mesmo quando materiais arqueológicos eram mencionados. Nimuendajú estava finalizando o seu “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes” e havia um número ainda limitado de informações sobre povos com os quais Frikel estava entrando em contato (Nimuendajú, 2017). O ideal de ‘antropologia de salvamento’, manifesto na obra de Nimuendajú, o direcionava para o registro de mitos e organizações sociais que estariam desaparecendo com a expansão da sociedade envolvente. Frikel forneceu informações que passaram a compor essa obra, que sintetiza cartograficamente as fontes históricas e etnográficas. Desse modo, se por um lado, uma das principais autoridades no campo criticava e se interessava menos pelo trabalho arqueológico de Frikel, por outro, demonstrava interesse por detalhes de dados linguísticos e etnográficos sobre os povos com os quais o religioso começava a atuar.

As coleções arqueológicas reunidas por Frikel em seu primeiro momento de atuação na Amazônia se dispersaram em meio a uma trajetória conturbada, sem o completo apoio institucional e com inseguranças geradas por uma formação autodidata. O franciscano não abandonou a

⁶ Heloísa Alberto Torres (1895-1977) realizou pesquisa arqueológica sobre a ilha de Marajó, tendo sido vice-diretora (1935-1937) e diretora (1938-1955) do Museu Nacional (MN) do Rio de Janeiro. Entre 1934 e 1938, foi membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), que foi o primeiro órgão a controlar as pesquisas etnográficas e arqueológicas no país (Grupioni, 1998). Heloísa Alberto Torres foi uma das principais articuladoras do CFEACB, como representante do MN, sendo responsável por torná-lo “o grande beneficiário das ações de fiscalização” (Grupioni, 1998, p. 83). Considerando a identificação de “cópia-política” na transcrição da carta escrita por Frikel, é provável que Heloísa Alberto Torres tenha se preocupado com o desaparecimento de coleções de uma área sobre a qual ela, Carlos Estevão de Oliveira, Curt Nimuendajú e outros tinham grande interesse de pesquisa (Alves, 2019).

prática de coletar objetos arqueológicos, mas sua descrição minuciosa permaneceu restrita ao manuscrito inédito “O Jauarí do Lago Grande do Curuá” (Frikel, 1944a) e as notas sobre o estilo Konduri. As coleções enviadas ao MICI não foram completamente abandonadas por Frikel e, ao menos, cumpriram seu papel missionário na exposição que celebrou o tricentenário da Ordem Franciscana. A existência do MICI, como parte da formação de missionários franciscanos, combinando em seu acervo e exposição objetos etnográficos e arqueológicos até o presente, é uma materialização da prática científica e missionária sob influência da antropologia germânica. As pesquisas de Frikel podem, assim, ser vistas como um capítulo germânico pouco conhecido da arqueologia amazônica.

Apesar das adversidades, Frikel manteve, ao longo de sua trajetória, uma ‘paixão colecionista’ em relação aos materiais arqueológicos nas áreas em que trabalhou nas décadas seguintes. Até seu ingresso no quadro do MPEG, ele reuniu artefatos que foram estudados por P. Hilbert, seu parceiro intelectual e amigo, na década de 1950. Em muitas das interpretações apresentadas por P. Hilbert, é possível ver as marcas das interpretações iniciais de Frikel, como no caso do motivo iconográfico ‘rosto’, característico da cerâmica Konduri (Alves, 2020). A sequência de troca de informações está materialmente visível entre peças, desenhos e descrições enviadas de Frikel para P. Hilbert (Figura 15). O retorno de P. Hilbert e sua família, em 1961, para a Alemanha marca o fim da

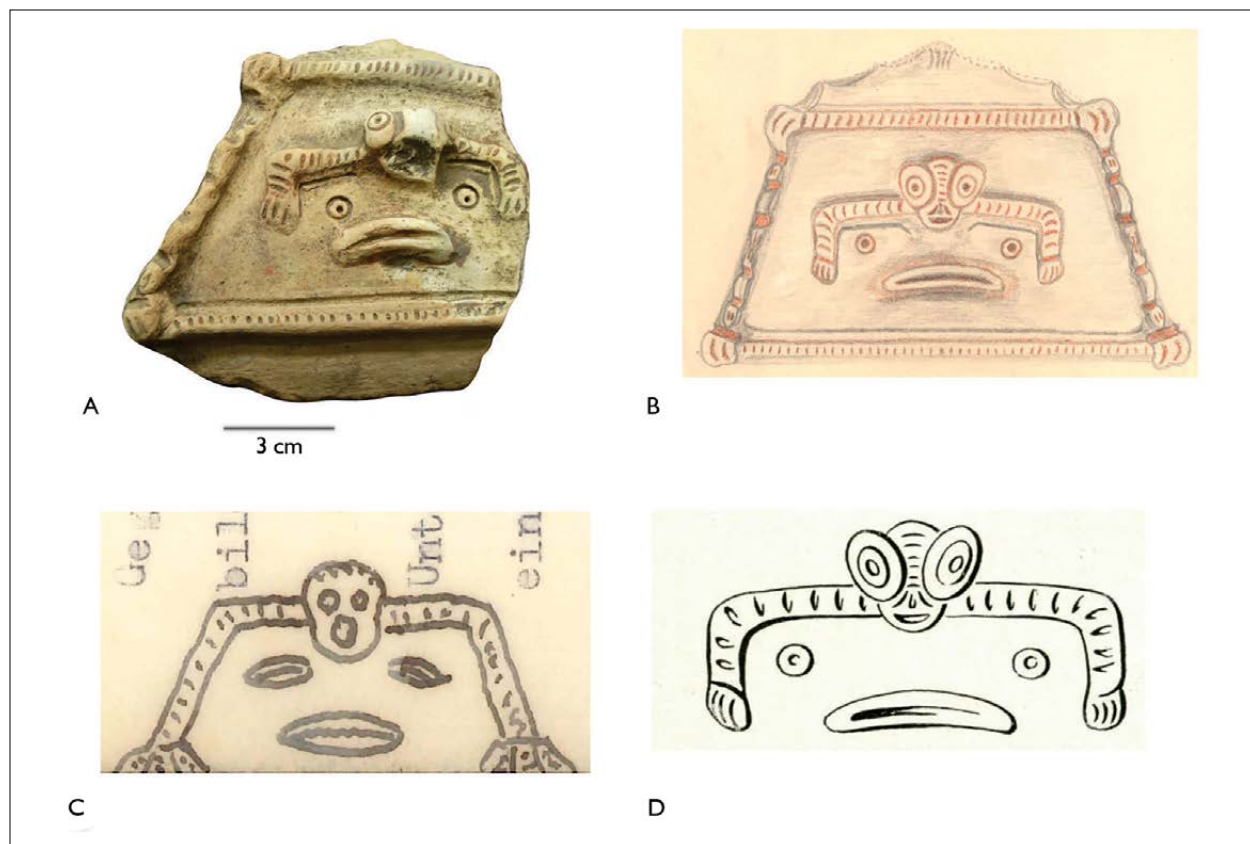


Figura 15. Desenho de motivo ‘rosto’ em fragmento de alça sobre borda, característico da cerâmica Konduri: A) foto da peça coletada por Frikel em Juruti; B) desenho feito por Frikel, datado de 12 de outubro de 1942, sítio Terra Preta, Juruti; C) esquema em margem de carta a Hilbert datado de 25 de janeiro de 1953; D) imagem do motivo ‘rosto’, baseada no desenho feito por Frikel. Foto: M. L. Alves (2017) (A). Fontes: acervo pessoal de Klaus Hilbert, consultado em setembro de 2017 (B, C) e P. Hilbert (1955, p. 63) (D).

divisão do trabalho entre coleta e análise (K. Hilbert, 2009). É nesse momento que Frikel retoma o método da justaposição de história oral e arqueologia entre os Tiriyo e Katxuyana (por exemplo, Frikel, 1963, 1970), realizando o que Hoffmann (2014/2015) entende ter sido sua orientação científica voltada para a reconstrução etno-histórica de povos indígenas. As contribuições de Frikel para a arqueologia amazônica são fundamentais, uma vez que algumas de suas ideias persistem na arqueologia da várzea do Baixo Amazonas e estão muito além do Tumucumaque (Martins, 2013).

CONCLUSÃO

As coleções e os manuscritos gerados por Frikel, entre 1939 e 1957, foram dispersos entre interlocutores e instituições em meio a críticas a suas interpretações arqueológicas e aparentes conflitos no interior da Ordem Franciscana. Foi possível delinear os itinerários artefatuais e seus entrelaçamentos com a biografia de frei Protásio Frikel por meio da combinação de fontes escritas (publicadas e inéditas) e de consulta e análise arqueológica de diferentes coleções herdadas e dos acervos documentais correspondentes. Isso demonstra que é possível compreender a história da arqueologia a partir dos itinerários artefatuais. Para a arqueologia amazônica, que tem crescido significativamente nas últimas décadas, é fundamental compreender a origem das unidades arqueológicas construídas pelas pesquisas pioneiras e o legado dos itinerários artefatuais para a construção dos modelos ainda correntes.

As contribuições dos trabalhos realizados por frei Protásio Frikel no Baixo Amazonas ainda permanecem quase desconhecidas. Todas as informações disponíveis são aquelas publicadas por Peter Hilbert, no período anterior à profissionalização definitiva da arqueologia no Brasil. Em muitos trechos dessas publicações, contudo, não é possível reconhecer a autoria do franciscano nas observações. A consulta de manuscritos ainda inéditos de Frikel sugere que sua atuação tinha maiores

ambições que excedem a mera reunião de objetos. Muitas das interpretações desenvolvidas por P. Hilbert apresentam precedentes nos escritos do franciscano. As coletas e proposições de Frikel sobre o material reunido serviram para balizar as proposições de P. Hilbert (1955) sobre o estilo Konduri e o que veio a ser chamado de fase Jauari e, por conseguinte, parte da tradição Hachurado-Zonada, posteriormente estabelecida por Meggers e Evans (1961). Também digno de nota é o seu esforço pioneiro em pesquisar antigas missões religiosas coloniais, tema importante para arqueologia histórica da Amazônia (Costa, 2022). Sua capacidade em descrever as paisagens com construções de terra e, ao mesmo tempo, repletas de histórias de encantados também é tema caro à pesquisa na região amazônica. Desse modo, em um momento em que a arqueologia ainda não tinha se firmado como disciplina científica no Brasil, Frikel ofereceu, ainda que indiretamente, as bases para o estudo de áreas que permanecem até hoje pouco estudadas.

Por fim, cabe ressaltar que há outros arquivos a serem pesquisados. Como esse trabalho se desenvolveu a partir do interesse em coleções arqueológicas e etnográficas, e não com o interesse específico na atuação de Protásio Frikel, ficou de fora do presente estudo o Arquivo Provincial Franciscano, em Recife, que concentra muito da documentação produzida pelos religiosos no Brasil, além da documentação presente nas paróquias do Baixo Amazonas. Seu espólio documental foi vendido por sua esposa e atualmente compõe os acervos pessoais de pesquisadores e pesquisadoras que não foram acessados. Na Alemanha, o Museu Brasileiro (*Brasilienmuseum*) no Convento de Bardel guarda coleções de história natural, etnografia e arqueológicas. A melhor avaliação sobre o contexto de coleta e dispersão das coleções reunidas por Frikel dependerá de pesquisas feitas com mais fontes. As palavras de Frikel (1953a) em carta para Peter Hilbert sobre a cerâmica Konduri parecem ainda bastante adequadas,

sete décadas depois: “É assim: quanto mais você olha, mais problemas e pontos de interrogação aparecem”⁷.

AGRADECIMENTOS

O estudo de coleções arqueológicas e dos arquivos no Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) foram realizados por M. L. Alves a partir da bolsa de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processo nº 134140/2016-8). A pesquisa no *Penn Museum* foi realizada a partir de bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (processo nº 88882.461730/2019-01) e apoio do Centro de Arqueologia da Universidade de Toronto. M. L. Alves agradece a Klaus Hilbert pelo acesso e incentivo ao estudo da documentação produzida por seu pai bem como aos vestígios arqueológicos relacionados; a Cristiana Barreto, Helena Lima e Leonardo Lopes do MPEG; a Nelson Sanjad e a toda a equipe do Arquivo Guilherme de la Penha; a Lourdes Cristina, do Centro de Documentação de Línguas Indígenas do Museu Nacional (CELIN/MN), além de Elena Welper; a equipe da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR/MN); a Francisca Figols, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP); a William Wierzbowski, do *Penn Museum*. O estudo da coleção e do arquivo do Museu do Índio do Convento de Ipuarana (MICI) foi realizado por I. M. M. Rodrigues a partir da bolsa de doutorado da FAPESP (processo nº 2017/13343-4). Igor M. M. Rodrigues agradece a Frei Alexandre, a Frei Wellington e a Frei Anésio, por todo o apoio e acesso aos materiais e documentos do MICI, assim como ao historiador e Frei Joanan M. de Mendonça pelas conversas sobre alguns documentos produzidos

por Frikel. Agradecemos aos dois pareceristas pelos comentários ao manuscrito original. Somos gratos a Ana Caroline Cunha por nos ter apresentado a coleção do Museu do Índio de Ipuarana e a Fabíola Silva pelo incentivo ao estudo da tradição antropológica germânica.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. L. (2018). Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13(1), 11-36. <https://doi.org/10.1590/01981.81222018000100002>
- Alves, M. L. (2019). *Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.71.2019.tde-06112019-164008>
- Alves, M. L. (2020). Revisitando os *alter egos*: figuras sobrepostas na iconografia Konduri e sua relação com o xamanismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(3), e20190105. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0105>
- Araújo, M. A. M. (2013). Antropologia na missão: relações entre a etnologia confessional de padre Schmidt e a antropologia acadêmica. *Religião e Sociedade*, 33(1), 30-49. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000100003>
- Bacelar, J. (s.d.). Carlos Ott. *Guia Geográfico - História da Bahia*. <https://www.historia-brasil.com/bibliografia/carlos-ott.htm>
- Barata, F. (1952). *As artes plásticas no Brasil: Arqueologia*. Ouidor.
- Becher, H. (1975). Protásio Frikel (1912-1974). *Indiana*, 3, 293-300.
- Collevatti, J. H. (2009). A invenção (franciscana) da cultura munduruku: sobre a produção escrita dos missionários da Província de Santo Antônio. *Revista de Antropologia*, 52(2), 633-676. <https://revistas.usp.br/ra/article/view/27321/29093>
- Costa, D. (2022). Arqueologia histórica na região Norte do Brasil. In L. Symanski, & M. T. de Souza (Orgs.), *Arqueologia histórica brasileira* (pp. 491-512). Editora UFMG.
- Crônicas. (1944a). Alenquer. Santo Antônio. *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 2(1), 45-48.
- Crônicas. (1944b). Óbidos. Santo Antônio. *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 2(1), 63-65.
- Crônicas. (1945). Óbidos. Santo Antônio. *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 3(2), 61-65.

⁷ Tradução do original em alemão: “Es ist halt so: Je naeher man zuschaut, um so mehr Probleme und Fragezeichen tauchen auf”.

- Crônicas. (1950). Óbidos. *Santo Antônio. Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 8(1), 437-438.
- Crônicas. (1955). Santarém. *Santo Antônio. Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 13(2), 169-171.
- Delley, G., & Schlanger, N. (2022). Recovering the history of archaeology in museums. In A. Stevenson (Ed.), *The Oxford Handbook of Museum Archaeology* (pp. 29-44). Oxford Handbooks. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198847526.013.37>
- Frank, E. H. (2005). Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e a Völkerkunde alemã do século XIX. *Revista de Antropologia*, 48(2), 559-584. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200005>
- Freyre, G. (1957a). 3 Séculos de vida franciscana. *O Cruzeiro*, 6, 58-66. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=108745>
- Freyre, G. (1957b, outubro 6). Semana Franciscana no Recife. *Diário de Pernambuco*, p. 4. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=freyre&hf=memo ria.bn.gov.br&pagfis=43272
- Frikel, P. (1940). Volksseele und Volksseelsorge am Amazonas. *Santo Antônio. Revista dos Franciscanos no Brasil Setentrional*, 18(1), 3-18.
- Frikel, P. (1941). Die Seelenlehre der Gége und Nago. *Santo Antônio. Revista dos Franciscanos no Brasil Setentrional*, 19(1), 192-212.
- Frikel, P. (1943). A antiga missão no Curuá. *Santo Antônio. Órgão da Província Franciscana do Brasil*, 1(1), 3-9.
- Frikel, P. (1944a). *O Jauarí do Lago Grande do Curuá*. Acervo Pessoal Klaus Hilbert. Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Frikel, P. (1944b, agosto 27). *Carta a Curt Nimuendajú*. Centro de Documentação de Línguas Indígenas. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Frikel, P. (1944c, novembro 29). *Carta a Curt Nimuendajú*. Centro de Documentação de Línguas Indígenas. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Frikel, P. (1945, abril 8). *Carta a Curt Nimuendajú*. Centro de Documentação de Línguas Indígenas. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Frikel, P. (1947). *Relatório: Fundação de uma Missão karib* [Pasta sobre a Missão Tiriýó, assunto conventos e paróquias]. Arquivo Provincial, Recife.
- Frikel, P. (1948). Notas subsidiárias sobre a fundação de uma missão nas Guianas Brasileiras no setor compreendido pela Prelazia de Santarém. *Santo Antônio. Órgão da Província Franciscana do Brasil*, 6(1/2), 10-23, 110-117.
- Frikel, P. (1953a, janeiro 25). *Carta a Peter Hilbert*. Acervo Pessoal Klaus Hilbert. Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Frikel, P. (1953b, março 15). *Carta a Herbert Baldus*. Serviço de Documentação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Frikel, P. (1957). Zur linguistisch-ethnologischen Gliederung der Indianerstämme von Nord-Pará (Brasilien) und den anliegenden Gebieten. *Anthropos*, 52(3/4), 509-563. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:frikel-1957>
- Frikel, P. (1958). Classificação lingüístico-etnológica das tribos indígenas do Pará setentrional e zonas adjacentes. *Revista de Antropologia*, 6(2), 13-89. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1958.110384>
- Frikel, F. (1963). Tradição tribal e arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, 14, 471-491. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:frikel-1963-tradicao>
- Frikel, P. (1964). Traços da doutrina gêge e nagô sobre a crença na alma. *Revista de Antropologia*, 12(1-2), 51-81. <https://revistas.usp.br/ra/article/view/110736/109162>
- Frikel, P. (1970). Os Kaxúyana: notas etno-históricas (Publicações Avulsas, n. 14). Museu Paraense Emílio Goeldi. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:frikel-1970-kaxuyana>
- Frikel, P. (s.d.b). *Carta a Frei Fidelis [Carlos Ott]*. Fundo Heloísa Alberto Torres. Seção de Memória e Arquivo. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Galvão, E. (1978). Gunther Protasius Frikel (1912-1978). *Revista de Antropologia*, 21(2), 224-225.
- Garcia, L. L. W. G. (2017). *Paisagens do Médio Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade* (Vol. 1) [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2017.tde-31082017-142914>
- Grupioni, L. D. B. (1998). *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. Hucitec; ANPOCS. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:grupioni-1998-colecoes>
- Hilbert, P. P. (1955). *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná* (Publicação n. 9). Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.
- Hilbert, P. P. (1958). Urnas funerárias do rio Cururú, Alto Tapajós. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série, Antropologia*, (6), 2-13.
- Hilbert, P. P. (1959). *Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas* (Publicação n. 10). Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.

- Hilbert, P. P. (1968). *Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas. Beiträge zur Vorgeschichte des Südamerikanischen Tieflandes* (Marburger Studien zur Völkerkunde, n. 1). Dietrich Reimer Verlag.
- Hilbert, K. (2009). Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia. *Boletim do Museu do Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(1), 135-154. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100012>
- Hoffmann, B. (2014/2015). Günther Protásio Friel (1912-1974): Ein biographischer Versuch. *Journal Museum Fünf Kontinente*, 1, 11-53.
- Hoffmann, B. (2017). Ambivalências: Günther Protásio Friel (1912-1974), misionero y antropólogo amigo de indígenas brasileños y ayudante de intereses gubernamentales. *Saberes. Revista de Historia de las Ciencias y las Humanidades*, 1(2), 124-149. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:hoffmann-2017-friel>
- Holtorf, C. (2002). Notes on the life history of a pot sherd. *Journal of Material Culture*, 7(1), 49-71. <https://doi.org/10.1177/1359183502007001305>
- Jácome, C. P., Rodrigues, I. M. M., & Wai Wai, C. (2023). Corpos fragmentados feitos de olhares: perspectivas Wai Wai e Karaiwa. *Revista de Arqueologia*, 36(3), 390-423. <https://doi.org/10.24885/sab.v36i3.1106>
- Joyce, R. A., & Gillespie, S. D. (2015). Making things out of objects that move. In R. A. Joyce, & S. D. Gillespie (Orgs.), *Things in motion. Objects itineraries in anthropological practice* (pp. 3-20). School for Advanced Research Press.
- Kopytoff, I. (1986). The cultural biography of things: the commodization as process. In A. Appadurai (Ed.), *The social life of things: Commodities in cultural perspectives* (pp. 64-92). Cambridge University Press.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. EDUSC.
- Lima, D. M. (1999). A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), 5-32. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.107>
- Lima, H. P., & Cunha, C. M. (2017). Reassessing museum archaeological collections: unprecedented osteological and ceramic data for the Sucuriú site at the Urubu River, Central Amazon, Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(2), 649-665. <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000200021>
- Livro de Crônicas do Convento de Santo Antônio de Lagoa Seca*. (1940-1996). Convento de Ipuarana.
- Martins, V. N. M. (2013). *Para além do Tumucumaque: Protásio Friel, arqueologia e história intelectual na Amazônia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/MS%20202011%20Vitor%20Nazareno%20da%20Mata%20Martins%20MS.2011.pdf>
- Meggers, B., & Evans, C. (1961). An experimental formulation of horizon styles in the Tropical Forest Area of South America. In S. K. Lothrop (Org.), *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology* (pp. 372-388). Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674864917.c27>
- Melo, T. S. (2016). *Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas]. <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1336>
- Moraes Wichers, C. A. (2010). *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira* [Tese de doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. https://museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte1.pdf
- Moraes Wichers, C. A. (2019). "Todo mundo ficou com medo desse caco": práticas de colecionamento e colonialidade na formação da Coleção da Lagoa Miararré, Xingu. In M. Lima Filho, & N. Porto (Orgs.), *Coleções étnicas e museologia compartilhada* (pp. 67-101). Imprensa Universitária.
- Müller, B. (1947). À margem de uma visita canônica (continuação). Santo Antônio. *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 5(1/2), 25-36, 32-45.
- Nimuendajú, C. (1944, setembro 30). *Carta a Protásio Friel*. Centro de Documentação de Línguas Indígenas. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Nimuendajú, C. (1945, janeiro 8). *Carta a Protásio Friel*. Centro de Documentação de Línguas Indígenas. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Nimuendajú, C. (2004). *In pursuit of a past: Amazon archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon region* (P. Sternberg, Ed.; Ethnological Studies, No. 45). Museum of World Culture.
- Nimuendajú, C. (2017). *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* (2 ed.). IPHAN; IBGE.
- Nobre, E. (2017). *Objetos e imagens no Marajó antigo: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19022018-143407/publico/EmersonNobreREVISADA.pdf>
- Noticiário: Capítulo provincial. Santo Antônio. (1948). *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 6(1), 33-36.
- Notícias. (1954). Santo Antônio. *Revista da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, 12(1), 30-32.
- Oliveira, C. E. de. (1939). A cerâmica de Santarém. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (3), 7-34.
- Ott, C. (1944). Contribuição à arqueologia baiana. *Boletim do Museu Nacional*, (5), 1-73.

- Ott, C. (1958). *Pré-história da Bahia*. Livraria Progresso Editora.
- Palmatary, H. C. (1960). The archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*, 50(3), 1-243.
- Parezo, N. J. (1987). The Formation of Ethnographic Collections: The Smithsonian Institution in the American Southwest. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 10, 1-47. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-003110-8.50004-9>
- Penny, H. G. (2002). *Objects of culture: ethnology and ethnographic museums in Imperial Germany*. The University of North Carolina Press.
- Pereira, D. (2023). *Curadoria arqueológica na Amazônia brasileira: salvaguardando mundos* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://hdl.handle.net/1843/75899>
- Petscheli, E. (2022). *Ascensão e declínio da etnologia alemã*. Editora da Unicamp.
- Rodrigues, I. M. M., & Wai Wai, J. X. (2024). Coleções históricas e arqueologia: narrativas Wai Wai do passado recente. In S. B. V. Hissa, A. R. Py-Daniel, & C. P. Jácome (Orgs.), *Arqueologias históricas nos rios Tapajós, Trombetas e Amazonas* (pp. 233-304). Appris Editora.
- Rosa, C. (2004). *Contribuição para história da arqueologia na Amazônia: um estudo histórico e arqueológico das coleções Townsend e Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi (1950-1960)* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pará].
- Schmitz, F. (2005). *Franziskaner in Bardel. Ein bildband über die Geschichte des Klosters bis heute*. Goldschmidt-Druck.
- Simas, M. S., Rosa, C., Barreto C., & Lima, H. P. (2019). Cada instituição, um fragmento: problemática da dispersão da coleção arqueológica marajoara Dita Acatauassu (Amazônia, Brasil). *Conservar Patrimônio*, 32, 79-86. <https://doi.org/10.14568/cp2018038>
- Teves, M. (1942). A restauração da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. *Santo Antônio. Revista dos Franciscanos no Brasil Setentrional*, 20(2), 57-76.
- Vermeulen, H. F., Pinheiro, C. C., & Schröder, P. (2019). Introduction: German Tradition in Latin American Anthropology. *Revista de Antropologia*, 62(1), 64-96. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.157872>
- Voss, B. L. (2012). Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections. *Archaeological Dialogues*, 19(2), 45-169. <https://doi.org/10.1017/S1380203812000219>
- Welper, E. M. (2002). *Curt Unckel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://www.etnolinguistica.org/tese:welper-2002>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

M. L. Alves contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); e I. M. M. Rodrigues com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, recursos, validação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.

Endocranial morphological affinities of the Early Holocene individuals from Lagoa Santa and implications for the peopling of the Americas

Afinidades morfológicas endocranianas de indivíduos do Holoceno inicial de Lagoa Santa e suas implicações para o povoamento das Américas

María Clara López-Sosa^{I, II}  | Hugo Reyes-Centeno^{I, III, IV, V}  | Lumila Paula Menéndez^{II, VI, VII}  |
Rodrigo Elias Oliveira^{VIII}  | Claudio Campi de Castro^{VIII}  | André Strauss^{VIII} 

^IUniversity of Tübingen. Tübingen, Germany

^{II}University of Bonn. Bonn, Germany

^{III}University of Kentucky. Lexington, USA

^{IV}Swedish Collegium for Advanced Study. Uppsala, Sweden

^VCenter for the Human Past. Uppsala & Stockholm Universities. Uppsala, Sweden

^{VI}University of Vienna. Vienna, Austria

^{VII}University of Costa Rica. San Jose, Costa Rica

^{VIII}University of São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brazil

Abstract: The ectocranial morphology of early Holocene humans from Lagoa Santa, Brazil has been described as exhibiting a 'Paleoamerican' form with affinities to African and Australasian individuals, in contrast to past and present Native Americans, who predominantly exhibit 'Amerindian' form. While this interpretation remains disputed, it led to the 'Two Main Biological Components Model', which proposes separate dispersals from Asia into the Americas. This study aims to assess whether the endocranial morphology of Lagoa Santa individuals similarly reflects these affinities. For this study, the overall endocranial morphology, as well as the temporal bones of the crania of twenty individuals from Lagoa Santa, were analyzed and compared with five population samples from the Americas, Australia, Africa, and Asia using computed tomography scans and geometric morphometric methods. Our analyses revealed that, while the overall endocranial morphology of the Lagoa Santa individuals exhibits shape affinities with Australians and Africans, the surface morphology of the temporal bones displays a wider range of variation across individuals.

Keywords: Endocranium. Geometric morphometrics. Paleoamerican. Amerindian.

Resumo: A morfologia ectocraniana da população humana do Holoceno inicial de Lagoa Santa, Brasil, apresenta uma forma 'paleoamericana' com afinidades com indivíduos africanos e australianos, ao contrário dos nativos americanos do passado e do presente, que possuem morfologia 'ameríndia'. Embora contestada, essa observação levou à formulação do 'modelo dos dois componentes biológicos principais', o qual propõe que duas populações morfologicamente distintas se dispersaram da Ásia para as Américas. O presente estudo tem como objetivo avaliar se a morfologia endocraniana de indivíduos de Lagoa Santa apresenta afinidades semelhantes à morfologia ectocraniana. Para isso, os crânios de vinte indivíduos de Lagoa Santa foram analisados por meio de tomografia computadorizada e morfometria geométrica, sendo comparados com cinco amostras populacionais das Américas, da Austrália, da África e da Ásia. Nossas análises demonstraram que, enquanto a morfologia endocraniana geral dos indivíduos de Lagoa Santa apresenta afinidades formais com populações australianas e africanas, a morfologia ectocraniana dos ossos temporais apresenta maior variação entre todos os indivíduos.

Palavras-chave: Endocrânio. Morfometria geométrica. Paleoamericano. Ameríndio.

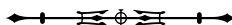
López-Sosa, M. C., Reyes-Centeno, H., Menéndez, L. P., Oliveira, R. E., Castro, C. C., & Strauss, A. (2026). Endocranial morphological affinities of the Early Holocene individuals from Lagoa Santa and implications for the peopling of the Americas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240059. <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0059>.

Corresponding authors: María Clara López-Sosa. University of Bonn. Oxfordstraße 15. Bonn, Nordrhein-Westfalen, Germany. 53111 (s75mllope@uni-bonn.de) | André Strauss. University of São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Av. Prof. Almeida Prada 1466, Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (strauss@usp.br).

Received on 01/10/2025

Approved on 09/03/2025

Editorial responsibility: Fernando Ozório de Almeida



INTRODUCTION

The Lagoa Santa region is a karstic area located in the state of Minas Gerais, Brazil, near the city of Belo Horizonte (Figure 1). Given the abundance of rock shelters and the late Pleistocene/early Holocene sites dated to as early as 12.5 ka (Bueno et al., 2013; Da-Glória et al., 2018; Strauss et al., 2015, 2016, 2020), as well as the faunal and human remains that have been recovered there since the 1830s (Lund, 1840, 1844), this region has been important for the paleontology and archaeology of Brazil, as well as for the investigation and development of new research regarding how and when humans dispersed into the American continent (e.g. Azevedo et al., 2011; González-José et al., 2008; Hubbe et al., 2010; Menéndez, 2024; Neves & Hubbe, 2005; Neves & Pucciarelli, 1989; Strauss et al., 2020). Different hypotheses, drawing on the study of the morphological variation among Lagoa Santa individuals, have been proposed to clarify the processes of dispersal and peopling of the New World. While some authors consider that there is no morphological differentiation between early Holocene individuals and late or recent Native

Americans (Kuzminsky et al., 2017), other scholars contend that two distinct morphological patterns, each characterized by specific traits, define these populations (Neves & Hubbe, 2005; Neves & Pucciarelli, 1989, 1991; von Cramon-Taubadel et al., 2017). Therefore, research on craniofacial morphology to date can be divided into two main perspectives: the first suggests that South American populations share a common ancestral population or descend from closely related groups, whereas the second proposes that morphological variation is better explained by means of multiple migratory waves or distinct ancestral lineages (reviewed in Perez et al., 2009; Skoglund & Reich, 2016).

The idea of the presence of two distinct morphologies dates back to the 19th century (Lacerda & Peixoto, 1876; Moreno, 1882), and became a classical question frequently examined throughout the 20th century (Menéndez, 2024). One of the most influential studies, performed by Neves and Pucciarelli (1989), introduced the first multivariate analyses examining the morphological variation among early South American populations. This work provided

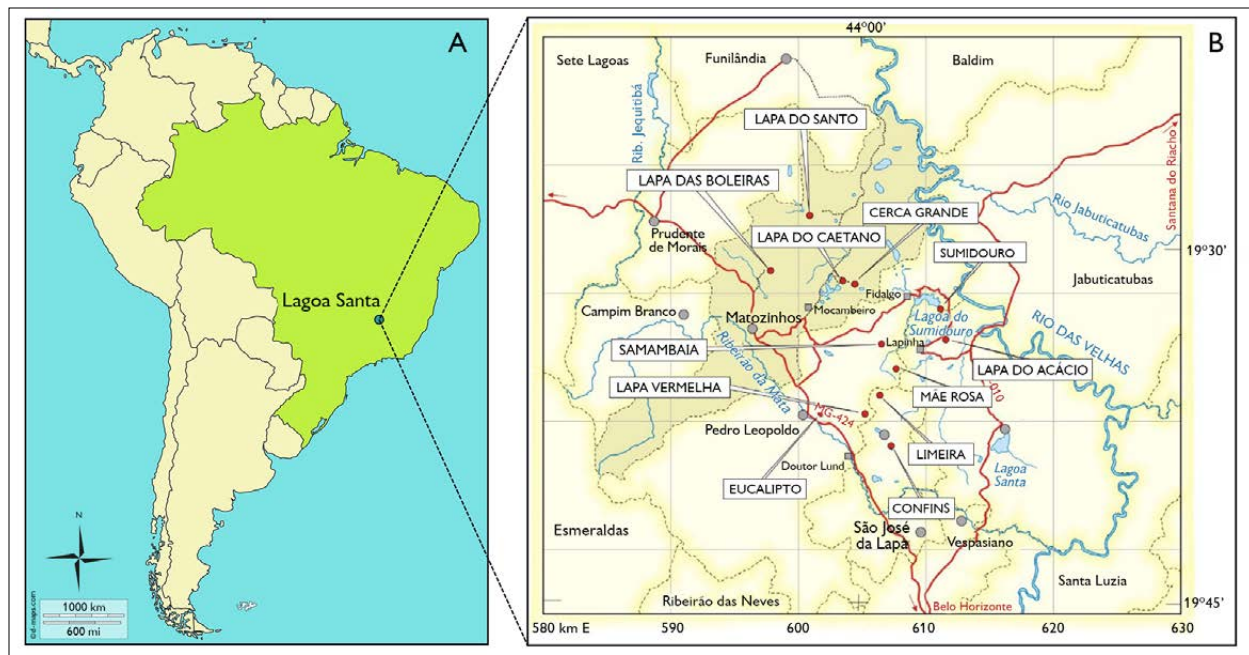


Figure 1. A) Map of South America showing the location of Lagoa Santa; B) detail of the Lagoa Santa region and the location of the sites from where the samples analyzed in this study stem. Source: d-maps (2026) edited by López-Sosa (2021) (A) and Strauss et al. (2015) (B).

support to the migratory hypothesis now referred to as the Two Main Biological Components Model (TMBCM) (Neves et al., 1996, 2003). Neves and Pucciarelli (1989) interpreted their results as confirming morphological differentiation between Lagoa Santa individuals and recent Native Americans, explaining this cranial variation as the result of two successive migratory waves from Asia, in which the first component is represented by the so-called 'Paleoamericans' and the second component by the so-called 'Amerindians.' The Paleoamerican morphology has been described as exhibiting long and narrow neurocrania, low and prognathic faces, and low and wide orbits and noses – anatomical characteristics found at high frequency also in recent populations from Australia, Melanesia, and sub-Saharan Africa, which suggested a common ancestral population shared with the Australasian groups and the retention of shared ancestral morphological traits (Neves & Hubbe, 2005; Skoglund et al., 2015; von Cramon-Taubadel et al., 2017). The Amerindian morphology, on the other hand, is characterized by short and wide neurocrania, high and retracted faces, and narrow orbits and noses. This derived anatomical pattern is present at high frequencies in recent populations from northeastern Asia and in most recent individuals indigenous to the Americas, although some recent Native American populations inhabiting high latitudes, such as Fuegian and Inuit groups, have also been argued to retain plesiomorphic traits and a morphology adapted to cold environments (Evteev et al., 2024; Hernández et al., 1997; Mirazón Lahr, 1995).

The TMBCM suggests that the first component was introduced by an initial population in the late Pleistocene and the second by a subsequent population in the early Holocene (Neves & Hubbe, 2005; Neves & Pucciarelli, 1989, 1991; von Cramon-Taubadel et al., 2017). To evaluate this migratory hypothesis, researchers have sought, for example, to increase sample sizes, explore other morphological traits or methods, and analyze diverse Native American and Asian populations for comparative purposes (e.g., González-José et al., 2008; Herrera et

al., 2017; Kuzminsky et al., 2017; Menéndez et al., 2017; Neves & Hubbe, 2005; Perez et al., 2009; Pucciarelli et al., 2006, 2008; Seguchi et al., 2011; Strauss et al., 2015; von Cramon-Taubadel et al., 2017). However, when assessing skeletal samples, only the ectocranial morphology has been analyzed thus far.

The study of endocranial structures has been proposed as an alternative to ectocranial form. For example, endocranial morphology, which reflects brain shape, has been explored because brain morphology is predictive of genetic ancestry at regional (Bakken et al., 2011) and global (Fan et al., 2015; von Cramon-Taubadel, 2009) scales. In addition, large-scale biomedical efforts characterize genomic and phenotypic variation in brain morphology while controlling for population-specific patterns (Altmann & Mourao-Miranda, 2019; Fan et al., 2015; Zhao et al., 2021). Furthermore, the temporal bone has been shown to be particularly informative regarding modern human population history and genetic affinities in both its ectocranial (Harvati & Weaver, 2006; Reyes-Centeno et al., 2014; Smith et al., 2013) and endocranial (Fan et al., 2015) morphology, to a greater extent than facial or neurocranial anatomy. Using cortical surface data derived from magnetic resonance imaging (MRI) of modern human brains, Fan et al. (2015) demonstrated that brain shape (and not size or volume) shows a significant correspondence with genetic variation. An alternative approach to analyzing brain surfaces in individuals from paleontological or archaeological contexts is to examine their morphology either through the use of reconstructed brain endocasts (e.g. Balzeau & Pagano, 2022; Bruner, 2008) or the endocranial surface as a proxy (e.g. Rosas et al., 2014; Scott et al., 2014). Since the endocranium has not yet been used to assess the TMBCM, this study aims to analyze the endocranial morphology of Lagoa Santa individuals, as well as their affinities with populations from the Americas, Australia, Africa, and Asia, which represent the morphological variation proposed by the migratory models. Thus, we conducted our analyses with three objectives: 1) to examine the morphological variation in the endocranium

among populations from different continents, and hence; 2) to assess whether the morphometric variation in the endocranium produces population affinities similar explained by the TMBCM, as has been observed for ectocranial morphology; and finally, 3) to determine whether there are differences between overall endocranial variation and variation in the temporal bone region specifically. In line with previous ectocranial analyses and previous results on the temporal bone and endocranial shape, we propose that the endocranial shape of the Lagoa Santa sample will either show stronger affinities with Australasians and Africans, supporting the two-wave model or, alternatively, stronger affinities with other Native American and Asian individuals, supporting the one-wave model. In light of the strong association between genomic variation and temporal bone and temporal lobe cortical surface shape, we expect that the endocranial surface of the temporal bone may further support one of these models.

MATERIALS AND METHODS

A total of 20 individuals from several sites in Lagoa Santa were analyzed in this study. The crania were selected from three different collections. The first is the Harold Walter Collection, from which eight individuals (Da-Glória, 2012; Walter, 1958; Walter et al., 1937) that are known to come from various Lagoa Santa sites, were selected (Lapa Mortuaria, Lapa do Caetano, Mãe Rosa, among others; Neves & Hubbe, 2005; Strauss, 2010; Walter, 1958; Figure 1; Table 1), although without precise provenance. The only exception is 'Confins Man,' excavated from the homonymous rockshelter. In June 2020 this collection was lost following a fire at the host repository. The second collection consists of individuals from the archaeological sites of Lapa do Acácio, Lapa da Samambaia and Sumidouro, all located on the central-eastern area of Lagoa Santa (Bányai, 1997; Strauss, 2010; Figure 1; Table 1). From these, seven individuals were selected, which will be studied in the present paper for the first time. The third (Figure 1; Table 1) contains crania from Lapa do Santo, which is an archaeological site

in the northern region of the Lagoa Santa karst. Its oldest occupation dates to at least 11.7-12.7 ky cal BP (Strauss et al., 2015, 2016; Villagran et al., 2017, 2019). For this study, five adult individuals from different burials (11, 14, 15, 21 and 26) were selected (Neves et al., 2014; Posth et al., 2018; Strauss et al., 2015, 2016; von Cramon-Taubadel et al., 2017). We note that while not all of these individuals have yielded direct dates, several others from Sumidouro and Lapa do Santo have been directly dated to the early Holocene (ca. 9.4-10.4 cal BP; Moreno-Mayar et al., 2018; Posth et al., 2018). Those with known provenance have an average radiocarbon age of ca. 8 ky cal BP, based on direct dates obtained from human bones and/or charcoal directly associated to the burials, as well as indirect stratigraphic estimates (Table 1; Araujo et al., 2012; Da-Glória et al., 2018; Neves & Hubbe, 2005; Strauss et al., 2016, 2020). We selected crania based on their state of preservation (fragmentation, taphonomy, etc.) and those that could be directly measured without reconstruction.

The comparative sample consists of 123 individuals from five regions in South America, Northeast Asia, Oceania, and Africa (Table 2). The South American samples derive from recent populations from Buenos Aires and Tierra del Fuego. The Buenos Aires sample stem from central-eastern Argentina, while Tierra del Fuego is located in the southernmost region of South America, covering modern Argentine and Chilean territory (Gusinde, 1931; Murdock, 1962). The Northeast Asian sample consists of individuals from a recent population from Mongolia, and the Oceanian sample comprises recent crania from several locations in Australia (Noback, 2014; Spencer & Gillan, 1966; Vreeland, 1973). Finally, a Nubian sample was selected from Northeast Africa, which consists of archaeological crania dating to the late Holocene (Noback, 2014; Wilhelm, 1953). The comparative samples were chosen primarily based on their provenance, representing geographical regions that encompass the morphological variation expressed by the competing migratory models and populations comparable to those used in previous studies testing these models.

Table 1. Accession ID, institutional repository and provenance of the Lagoa Santa individuals used in this study. Legends: ¹ = Natural History Museum and Botanical Garden of the Federal University of Minas Gerais – Harold Walter Collection; ² = from Lagoa Santa region, but unknown exact location of site of origin; ³ = neither direct nor stratigraphic dates are available – nevertheless, as the great majority of skeletons from Lagoa Santa properly dated are early Holocene, it is assumed all skeletons are from roughly the same age; ⁴ = a radiocarbon date of was obtained, but it is likely contaminated; ⁵ = Archaeological Museum of Lagoa Santa of the *Instituto Estadual de Florestas of Minas Gerais* (a.k.a. Castelinho); ⁶ = same locality explored by Peter Lund during the 19th century; ⁷ = Institute of Bioscience, University of São Paulo; n/a = not available; HD = Hélio Diniz Collection and MB = Mihály Bánya Collection.

ID this study	Accession ID	Collection	Archaeological site	Radiocarbon Date (non-cal BP)
LS1	HW-002	NHMBG-HW ¹	n/a ²	n/a ³
LS2	HW-003	NHMBG-HW	n/a ²	n/a ³
LS3	HW-004	NHMBG-HW	n/a ²	n/a ³
LS4	HW-005	NHMBG-HW	n/a ²	n/a ³
LS5	HW-293	NHMBG-HW	n/a ²	8,020 ± 40
LS6	HW-Confins	NHMBG-HW	Lapa Mortuária Confins	n/a ⁴
LS7	HW-010	NHMBG-HW	n/a ²	n/a ³
LS8	HW-014	NHMBG-HW	n/a ²	n/a ³
LS9	Acacio2	AMLS-MB ⁵	Lapa do Acácio	n/a ³
LS10	DinizAdulto196	AMLS-HD ⁵	Lapa do Sumidouro ⁶	n/a ³
LS11	DinizAdulto198	AMLS-HD	Lapa do Sumidouro ⁶	n/a ⁴
LS12	DinizSumidouro2	AMLS-HD	n/a ²	n/a ³
LS13	DinizSumidouro3	AMLS-HD	n/a ²	n/a ³
LS14	SamambaiaAdultoF	AMLS-MB	Lapa da Samambaia	n/a ³
LS15	SamambaiaAdultoM	AMLS-MB	Lapa da Samambaia	n/a ³
LS16	Lst-Bur-11	IB-USP ⁷	Lapa do Santo	5,990 ± 40
LS17	Lst-Bur-14	IB-USP	Lapa do Santo	8,230 ± 40
LS18	Lst-Bur-15	IB-USP	Lapa do Santo	9,550-9470 cal BP
LS19	Lst-Bur-21	IB-USP	Lapa do Santo	8,584 ± 33
LS20	Lst-Bur-26	IB-USP	Lapa do Santo	8,540 ± 50

Table 2. Samples, number of individuals, antiquity, location, and type of scans of the populations used for analyses. Legends: AMNH = American Museum of Natural History; NHM-Wien = Natural History Museum of Vienna; μ CT = micro-Computed Tomography; * = the approximated antiquity of the Lagoa Santa series is based on the dating of the osteological remains of several individuals from this region.

Series	Number	Antiquity	Institutional repository	References	Scan
Lagoa Santa	20	~8,000 BP*	See Table 1	Neves & Hubbe (2005); Strauss (2010)	CT
Buenos Aires	19	Late Holocene	Museo de La Plata	Lehmann-Nitsche (1911)	CT
Tierra del Fuego	24	Late Holocene	AMNH; NHM-Wien	Noback (2014)	CT, μ CT
Mongolia	26	Late Holocene	Smithsonian Institution	Noback (2014)	CT
Nubia	28	2,300-1,200 BC/350 BC-350 AD	Copenhagen University	Noback (2014)	CT
Australia	26	Late Holocene	AMNH	Noback (2014)	CT

Each of our population samples comprises between 19 and 28 individuals (Table 2), with approximately equal numbers of males and females (Table S1 in López-Sosa et al., 2026). For individuals whose sex was not known or recorded in institutional catalogues, this was determined by one of us (MCL-S) following the criteria of Martin and Saller (1957) based on cranial dimorphic features (Table S1 in López-Sosa et al., 2026).

To achieve these objectives, the principles and methods of virtual anthropology, including geometric

morphometrics and multivariate statistics, were applied (Weber & Bookstein, 2011). First, using Viewbox 4 Cephalometric Software (v. 4.0.1.7, dHAL), a total of 26 landmarks on the endocranial surface of the cranial base, and 26 curve semilandmarks along the midsagittal plane were collected by one of the authors (MCL-S) for each cranial surface (Table 3; Figure 2; for further details see Methods in López-Sosa et al., 2026). Interobserver error testing for variation in landmark registration was found to be negligible (see Methods and Table S3 in López-Sosa et al., 2026).

Table 3. Set of landmarks (landmarks 1-9, 11-19 used in temporal bone data subset).

1.	Right opening of the cochlear aqueduct
2.	Right internal acoustic meatus (anterior)
3.	Right internal acoustic meatus (posterior)
4.	Right opening of the vestibular aqueduct (anterior)
5.	Right opening of the vestibular aqueduct (posterior)
6.	Right angle between Sigmoid Sinus and petrous portion
7.	Right endoasterion
8.	Right arcuate eminence
9.	Right fallopian hiatus
10.	Right endopterion
11.	Left opening of the cochlear aqueduct
12.	Left internal acoustic meatus (anterior)
13.	Left internal acoustic meatus (posterior)
14.	Left opening of the vestibular aqueduct (anterior)
15.	Left opening of the vestibular aqueduct (posterior)
16.	Left angle between Sigmoid Sinus and petrous portion
17.	Left endoasterion
18.	Left arcuate eminence
19.	Left fallopian hiatus
20.	Left endopterion
21.	Foramen caecum (inferior)
22.	Foramen caecum (superior)
23.	Lowest point of the crista frontalis
24.	Endobregma
25.	Endolambda
26.	Internal occipital protuberance
C1.	Curve 1 (8 semilandmarks from landmark 23 to landmark 24)
C2.	Curve 2 (12 semilandmarks from landmark 24 to landmark 25)
C3.	Curve 3 (6 semilandmarks from landmark 25 to landmark 26)

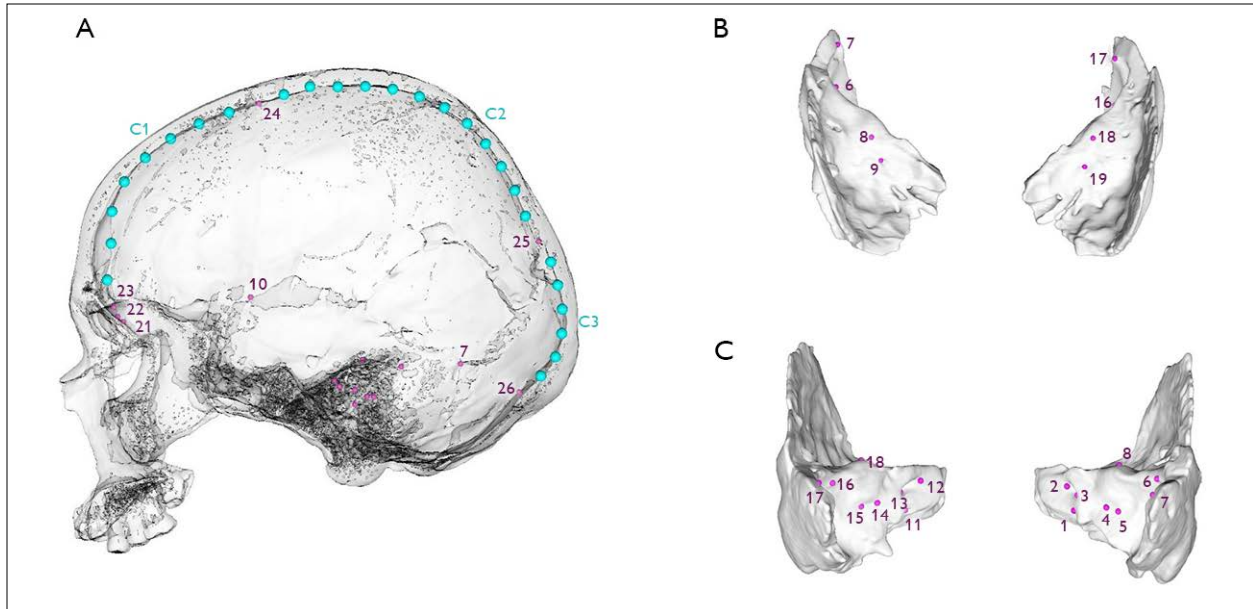


Figure 2. Landmark and semilandmark set (see Table 3): A) lateral view of the landmark (pink) and semilandmark (blue) set; B) detail of the landmarks of the temporal bones in superior view; C) detail of the landmarks in posterior view. Source: López-Sosa (2026).

In addition, we subsetting the dataset to capture the endocranial regions of the temporal bone in two ways: first maintaining both bilateral regions as in previous studies of cortical shape (Fan et al., 2015) and then using only the left temporal bone as in previous ectocranial studies (Reyes-Centeno et al., 2014; Smith, 2009). After applying a Generalized Procrustes Analysis (GPA) to the landmark configurations of the endocranium and separately for the temporal bones, we obtained the shape variables to perform two multivariate statistical methods: 1) Principal Component Analysis (PCA), and 2) Discriminant Function Analysis (DFA). Because the number of landmark coordinates exceeds that of individuals per group, we reduced the dimensionality of the dataset to PC scores and determined the number of PCs to include in the DFA by applying a three-step 'stopping rule' (Jackson, 1993; Reyes-Centeno et al., 2016; for more details see Methods in López-Sosa et al., 2026). In all cases, the number of PC variables was lower than the number of individuals in each sampled population. We therefore performed DFAs with these PC scores in order to assess how accurately

individuals were classified into pre-assigned groups, first by including Lagoa Santa as a pre-assigned group in order to test whether they would be classified within the group with high probability. The purpose of this analysis was to compare the classification accuracy of the Lagoa Santa group with that of the comparative groups, thereby providing a relative measure of the homogeneity and morphological variation within the Lagoa Santa sample. Subsequently, a second DFA was performed, this time excluding Lagoa Santa as an *a priori* classification group, to assess whether these individuals would be classified as Australians and/or Nubians, as predicted under the two-wave model. In all cases, DFA priors assumed equal group probabilities and additional DFAs were performed with a leave-one-out cross-validation procedure. To assess the degree of bias resulting from unequal group sizes in our analyses, we computed the *Tau* statistic (Klecka, 1980; Kovarovic et al., 2011), which is a chance-corrected measure of classification accuracy when prior probabilities are not proportional. Both the DFA and *Tau* statistic results provide indication of endocranial morphological variation among population

samples from different continents (objective 1), as well as an indication of whether there are differences between the endocranium as a whole and the temporal bone subsets (objective 3). Specifically, high classification accuracies for all data subsets would indicate consistent support for the TMBCM for endocranial data, as previously shown for ectocranial data (objective 2).

Additionally, Procrustes distances were calculated and the statistical significance of pairwise differences in mean shapes among the six studied groups was evaluated using permutation tests (10,000 replications). These distances are used to assess shape differences because the p-values can differ due to the anisotropy effect (i.e., variation in different properties across examined directions inherent to shape data) that shape variation has (Klingenberg & Monteiro, 2005). They have already been applied to evaluate craniometric differences among different South American groups and have proven effective (e.g., Perez et al., 2007; von Cramon-Taubadel et al., 2017). We note that permutation tests are not appropriate for estimating confidence intervals since the standard deviation of the parameter estimates (in this case, the mean shape) does not reliably estimate the standard error of that parameter (Zelditch et al., 2012, pp. 216-217). Sample distribution in PCA shape space was visualized along the axes explaining the majority of variation in the dataset. Shape variation was graphically represented by ‘warping’ the surfaces of the neurocranium and temporal bones of one Lagoa Santa individual (HW-010) along the first two PC axes, using the TPS algorithm. Finally, Minimum Spanning Trees (MST) were calculated using the mean group Procrustes Distances and superimposed on the PCA plots. All analyses were subsequently conducted using a subset of the dataset, which captures the shape of the endocranial structure of the temporal bones specifically. The PCA and surface warplings were conducted using the EVAN Toolbox (v. 1.71, by the Evan Society, n.d.), while the DFA, MST, as well as the Procrustes distances calculation and the Repeated Measures ANOVA were performed with the JMP Pro (v. 16,

by the SAS Institute Inc., 2021), MorphoJ (Klingenberg, 2011), and PAST (v. 2.17, Hammer et al., 2001) software. *Tau* statistics were calculated using OpenOffice.

RESULTS

ENDOCRANIAL VARIATION

The PCA conducted on all shape variables places Lagoa Santa individuals close to Australians and Nubians along the first two PCs (35.5%; Figure 3). Fuegians appear with them on the right side of the plot, although closer to Mongolians. The individuals from Buenos Aires occupy primarily the upper-left quadrant of the graph. To visualize endocranial surface shape changes along the first two PCs, we warped a surface using as reference the mean landmark configuration and as a target the landmark configuration at approximately three standard deviations from the mean (along PC1 $x = -0.09, 0.09$, along PC2 $y = -0.06, 0.06$ of Figure 3). These visualizations emphasize variation in endocranial length along PC1 and width along PC2. The cases located on the positive side of PC1, comprising mostly individuals from Lagoa Santa, Australia, Nubia, and Tierra del Fuego, exhibit a more antero-posteriorly elongated endocranium while those on the negative side of the axis, comprising primarily individuals from Mongolia and Buenos Aires, exhibit a shorter endocranium. Along PC2, the cases located on the positive side exhibit taller and narrower endocrania than the ones located on the negative side, which tend to be shorter and wider. The MST shows that the mean of the Lagoa Santa sample is directly linked to the Nubian, as well as the Fuegian sample means.

Regarding the DFA, when performed with Lagoa Santa included as a classification group, seventeen of these individuals (85% of the total) were correctly classified, whereas two were classified as Nubians and one as Fuegian (Table 4). The overall correct classification rate across the dataset was ~85%, or ~71% after cross-validated (Tables S4 and S5 in López-Sosa et al., 2026). The chance-corrected classification rates,

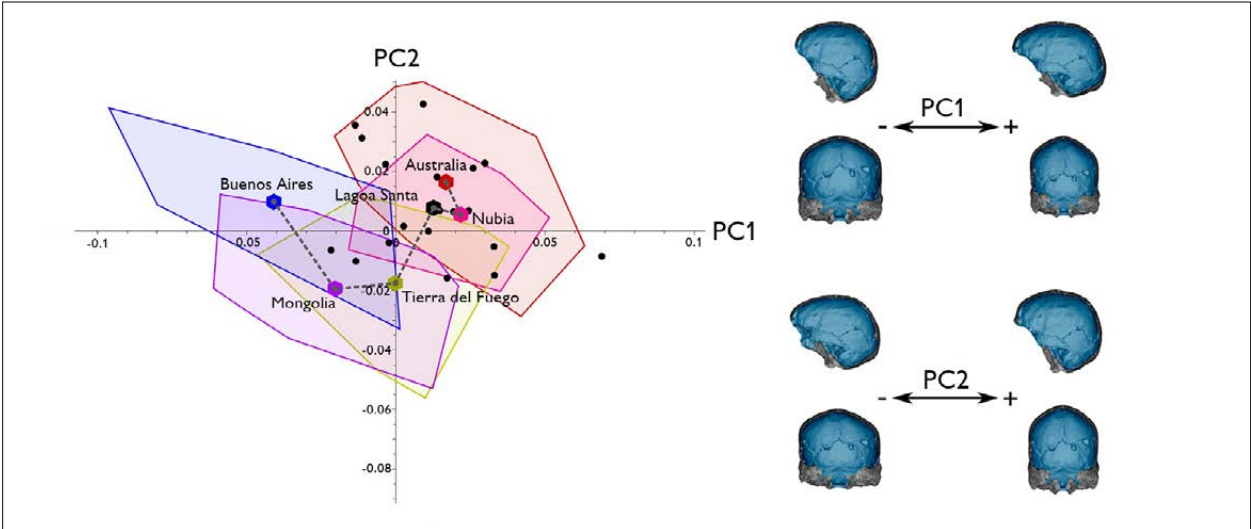


Figure 3. PCA of the shape variables of the endocranium. PC1 (23.7%) vs. PC2 (11.8%). The Lagoa Santa individuals are depicted by the black circles. Large polygons represent population means. The dotted line connecting the polygons represents the MST based on Procrustes distances among the group means. Crania in anterior and lateral view represent the mean surface configuration warped at approximately three standard deviations from the mean along PC1, at $x = -0.09, 0.09$, and approximately three standard deviations along PC2, at $y = -0.06, 0.06$. Source: López-Sosa (2026).

Table 4. DFA results including Lagoa Santa as a classification group (Endocranium) (~85% overall correct classification rate, ~71% cross-validated – $Tau \sim 81\%$ and ~65%, respectively).

Actual individual	Predicted	Posterior probability	Other posterior probabilities
LS1	Lagoa Santa	0.9672	
LS2	Lagoa Santa	0.9570	
LS3	Lagoa Santa	0.9928	
LS4	Lagoa Santa	0.8101	Fuegian 0.19
LS5	Lagoa Santa	0.8500	Nubian 0.14
LS6	Nubian	0.5189	Australian 0.38
LS7	Lagoa Santa	0.9101	
LS8	Lagoa Santa	0.6542	Nubian 0.17 Fuegian 0.13
LS9	Fuegian	0.5427	Australian 0.12
LS10	Lagoa Santa	0.9554	
LS11	Lagoa Santa	0.8642	Australian 0.11
LS12	Lagoa Santa	0.5586	Nubian 0.23 Fuegian 0.13
LS13	Lagoa Santa	0.8723	Nubian 0.11
LS14	Lagoa Santa	0.5390	Fuegian 0.46
LS15	Lagoa Santa	0.9277	
LS16	Lagoa Santa	0.9770	
LS17	Nubian	0.6057	Australian 0.18
LS18	Lagoa Santa	0.8770	
LS19	Lagoa Santa	0.9238	
LS20	Lagoa Santa	0.9054	

as indicated by the *Tau* statistics, were ~81% and ~65%, respectively. In the second DFA excluding Lagoa Santa as a classification group, twelve Lagoa Santa individuals were assigned to Nubia, six to Tierra del Fuego, and two to Australia (Table 5). In this case, ~80% of the total sample was correctly classified after cross-validated (Tables S6 and S7 in López-Sosa et al., 2026; *Tau* ~74%). The Procrustes distances show significant differences between all pairwise comparisons (< 0.01). The group pair showing the greatest difference is Nubian-Buenos Aires, while the most similar pair is Nubian-Australian (Table 6). The mean endocranial shape of Lagoa Santa individuals is similar to that from Nubians, followed by the one from Australians, while it is most distant in Procrustes shape from the Buenos Aires population sample.

We also conducted additional analyses for comparative purposes using only cranial vault data (i.e., the endocranial landmark configuration at the exclusion of the temporal bone landmarks but the inclusion of endoasterion), which yielded classification rates between ~62-68% after cross-validated. However, since this was beyond the scope of our objectives, the results of these DFA are summarized in Tables S19 and S20 in López-Sosa et al. (2026).

TEMPORAL BONE VARIATION

The PCA of temporal bone endocranial surface shape places Lagoa Santa individuals at the center of shape space, between the other samples along the first two PCs (ca. 33%; Figure 4). To visualize shape changes, we also warped the mean surface configuration of the temporal bones at approximately three standard deviations from the mean along each

Table 5. DFA results without Lagoa Santa as a classification group (Endocranium) (~86% overall classification rate, ~80% cross-validated – *Tau* ~83% and ~74%, respectively).

Actual individual	Predicted	Posterior probability	Other posterior probabilities
LS1	Nubian	0.8861	Australian 0.11
LS2	Nubian	0.4534	Fuegian 0.43
LS3	Nubian	0.8787	Australian 0.12
LS4	Fuegian	0.9999	
LS5	Nubian	0.9727	
LS6	Australian	0.5883	Nubian 0.41
LS7	Nubian	0.5559	Australian 0.26 Fuegian 0.18
LS8	Fuegian	0.4987	Australian 0.20 Nubian 0.29
LS9	Fuegian	0.9674	
LS10	Nubian	0.8132	Australian 0.18
LS11	Australian	0.8308	Nubian 0.17
LS12	Nubian	0.4792	Australian 0.24 Fuegian 0.28
LS13	Nubian	0.8209	Australian 0.18
LS14	Fuegian	1.0000	
LS15	Fuegian	0.9203	
LS16	Nubian	0.7898	Fuegian 0.11
LS17	Nubian	0.8435	Australian 0.15
LS18	Fuegian	0.5893	Nubian 0.36
LS19	Nubian	0.6568	Australian 0.34
LS20	Nubian	0.9575	

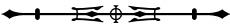


Table 6. Procrustes distances among groups and P-values from permutation tests (10,000 permutation rounds) for endocranial shape.

	Australian	Fuegian	Lagoa Santa	Buenos Aires	Mongolian	Nubian
Australian	0	<.0001	<.0001	<.0001	<.0001	0.0088
Fuegian	0.0436	0	<.0001	<.0001	<.0001	<.0001
Lagoa Santa	0.0339	0.0380	0	<.0001	<.0001	<.0001
Buenos Aires	0.0635	0.0544	0.0609	0	<.0001	<.0001
Mongolian	0.0540	0.0369	0.0552	0.0455	0	<.0001
Nubian	0.0211	0.0397	0.0298	0.0665	0.0513	0

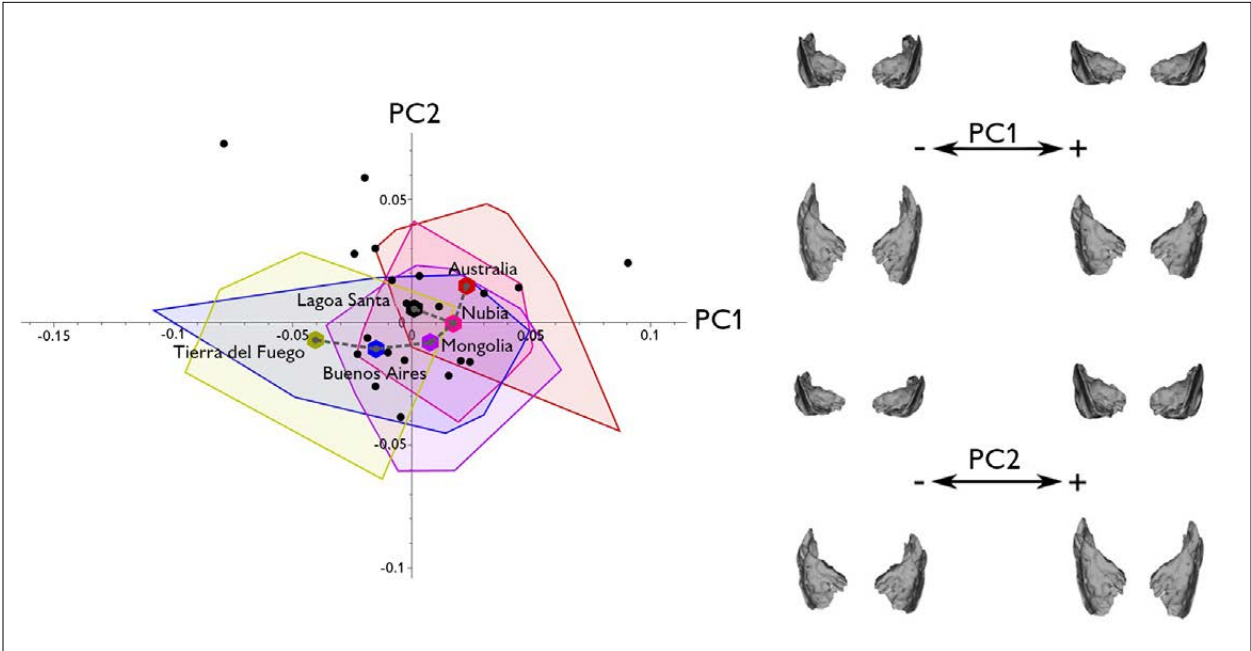


Figure 4. PCA of the shape variables of the temporal bones. PC1 (22.7%) vs. PC2 (9.9%). The Lagoa Santa individuals are depicted by the black circles. Large polygons represent population means. The dotted line connecting the polygons represents the MST based on Procrustes distances among the group means. Temporal bones in anterior and superior view represent the mean surface configuration warped at approximately three standard deviations from the mean along PC1, at $x = -0.1, 0.1$, and approximately three standard deviations along PC2, at $y = -0.07, 0.07$. Source: López-Sosa (2026).

PC (PC1 axis $x = -0.1, 0.1$ and PC2 axis $y = -0.07, 0.07$ of Figure 4). This visualization emphasizes variations in the length, width, and height of the temporal bones along the first two PCs. Significant variation on the posterior region of the temporal bones is observed along PC1, whereas PC2 expresses variation in the relative length and height of the bone as a whole. When analyzing only the left temporal bone, Lagoa Santa individuals are distributed along PC1 (21.9%) and across the positive side of PC2

(12.8%), largely overlapping with the individuals from Nubia, Australia, and Buenos Aires. In this case we warped the mean surface configuration of the left temporal bone as well, at approximately three standard deviations from the mean along each PC (PC1 axis $x = -0.18, 0.18$ and PC2 axis $y = -0.13, 0.13$ of Figure S2 in López-Sosa et al., 2026). This highlights variation in length along PC1 and height along PC2. When examining the MST of the means of each population sample for both temporal bones,

the mean from Lagoa Santa is directly connected to Nubia (Figure 4), whereas it is linked to both Nubia and Mongolia when only the left temporal bone is considered (Figure S2 in López-Sosa et al., 2026).

In the first DFA, including Lagoa Santa as an *a priori* category fifteen Lagoa Santa individuals (75%) were correctly classified (which comprise twelve of the individuals that were correctly classified with the endocranium variables). Of the remaining individuals, one was classified as Fuegian, two as Nubians, one as Australian, and one as Mongolian (Table 7). The overall classification rate across the dataset was ~73% and ~52% when cross-validated (Tables S8 and S9 in López-Sosa et al., 2026; τ_{au} ~67% and ~43%, respectively). In the second analysis (excluding Lagoa Santa as a pre-assigned category), ten Lagoa Santa individuals were classified as Nubians, four as Australians, three as Fuegians,

and three as Mongolians (Table 8). Across all samples in the dataset ~80% were correctly classified and ~65% after cross-validated (Tables S10 and S11 in López-Sosa et al., 2026; τ_{au} ~74% and ~56%, respectively).

The DFA conducted using shape variables of the left temporal bone and including Lagoa Santa as a classification group correctly classified eleven Lagoa Santa individuals (55% of the total); two were classified as Fuegians, two as Australians, two as Nubians, and three as Mongolians (Table S12 in López-Sosa et al., 2026). The overall correct classification rate was ~60%, or ~51% after cross-validated (Tables S13 and S14 in López-Sosa et al., 2026; τ_{au} ~52% and ~41%, respectively). When excluding Lagoa Santa as a pre-assigned category, five Lagoa Santa individuals were classified as Mongolians, nine as Nubians, two as Australians, two as Fuegians, and two as from

Table 7. DFA results including Lagoa Santa as a classification group (Temporal Bones) (~73% overall classification rate, ~52% cross-validated – τ_{au} ~67% and ~43%, respectively).

Actual individual	Predicted	Posterior probability	Other posterior probabilities
LS1	Lagoa Santa	0.8221	Nubian 0.17
LS2	Lagoa Santa	0.5537	Nubian 0.42
LS3	Lagoa Santa	0.5049	Australian 0.24 Nubian 0.26
LS4	Nubian	0.4175	Fuegian 0.11
LS5	Lagoa Santa	0.9470	
LS6	Lagoa Santa	0.5612	Australian 0.11 Nubian 0.30
LS7	Lagoa Santa	0.7203	Nubian 0.15 Fuegian 0.11
LS8	Lagoa Santa	0.6158	Mongolian 0.16 Nubian 0.12
LS9	Lagoa Santa	0.6464	Fuegian 0.20
LS10	Lagoa Santa	0.8969	
LS11	Lagoa Santa	0.8969	
LS12	Mongolian	0.4122	Nubian 0.23
LS13	Nubian	0.5897	Australian 0.13
LS14	Fuegian	0.7251	
LS15	Australian	0.5102	
LS16	Lagoa Santa	0.5972	Nubian 0.21 Fuegian 0.17
LS17	Lagoa Santa	0.6577	Nubian 0.30
LS18	Lagoa Santa	0.9341	
LS19	Lagoa Santa	0.4703	Nubian 0.28 Fuegian 0.19
LS20	Lagoa Santa	0.7540	Nubian 0.19

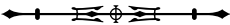


Table 8. DFA results without Lagoa Santa as a classification group (Temporal Bones) (~80% overall classification rate, ~65% cross-validated – *Tau* ~74% and ~56%, respectively).

Actual individual	Predicted	Posterior probability	Other posterior probabilities
LS1	Mongolian	0.7791	Nubian 0.22
LS2	Nubian	0.9102	
LS3	Australian	0.8001	Nubian 0.20
LS4	Nubian	0.5889	Mongolian 0.11 Fuegian 0.28
LS5	Nubian	0.7665	Australian 0.21
LS6	Nubian	0.5735	Mongolian 0.34
LS7	Nubian	0.6228	Fuegian 0.32
LS8	Mongolian	0.7704	Nubian 0.13
LS9	Fuegian	0.6965	Nubian 0.17
LS10	Australian	0.3941	Mongolian 0.24 Nubian 0.35
LS11	Australian	0.7924	Nubian 0.19
LS12	Mongolian	0.7443	Nubian 0.22
LS13	Nubian	0.7408	Australian 0.25
LS14	Fuegian	0.9841	
LS15	Australian	0.9618	
LS16	Fuegian	0.7796	Buenos Aires 0.11 Nubian 0.11
LS17	Nubian	0.9204	
LS18	Nubian	0.7884	Fuegian 0.14
LS19	Nubian	0.6242	Fuegian 0.26
LS20	Nubian	0.7876	Australian 0.17

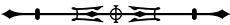
Buenos Aires (Table S15 in López-Sosa et al., 2026). Across all samples ~67% were correctly classified and ~56% after cross-validated (Table S16 and S17 in López-Sosa et al., 2026; *Tau* ~58% and ~45%, respectively).

The Procrustes distances show significant differences among all pairwise comparisons (< 0.01) (Table 9 and S18 in López-Sosa et al., 2026). The results for both

temporal bones show that the group pairs that differ the most are Australian-Fuegian, while the most similar pair is Nubia-Lagoa Santa (Table 9). The mean bilateral temporal bone shape of Lagoa Santa individuals is most similar to that of the Nubian sample, followed by those of Mongolia and Australia, and differs most from the Fuegian sample. For the left temporal bone, the group

Table 9. Procrustes distances among groups and P-values from permutation tests (10,000 permutation rounds) for the temporal bones.

	Australian	Fuegian	Lagoa Santa	Buenos Aires	Mongolian	Nubian
Australian	0	<.0001	0.0001	<.0001	<.0001	0.0002
Fuegian	0.0693	0	<.0001	0.0008	<.0001	<.0001
Lagoa Santa	0.0407	0.0521	0	0.0003	0.0001	0.0252
Buenos Aires	0.0566	0.0393	0.0451	0	0.0008	0.0001
Mongolian	0.0418	0.0561	0.0407	0.0371	0	<.0001
Nubian	0.0333	0.0633	0.0291	0.0487	0.0395	0



pair showing the greatest difference is Nubian–Fuegian, whereas the most similar pair is Buenos Aires–Mongolian. The mean shape of the left temporal bone of Lagoa Santa individuals likewise most closely resembles that of the Nubian sample and differs most from the Fuegian sample (Table S18 in López-Sosa et al., 2026).

DISCUSSION

This study sought to explore whether endocranial shape, as captured through 3D landmark data, can be reliably used to classify modern human populations in multivariate analyses (objective 1), and if so, whether it conforms to the TMBCM, originally proposed based on multivariate analyses of ectocranial variables (objective 2), thereby offering an explanation for cranial variation of South American populations. In addition, this study sought to assess whether the temporal bone region of the endocranium would yield similar results to those obtained for the endocranium as a whole, given previous work demonstrating that the temporal lobe and temporal bone are particularly informative for human population history (objective 3). Given that the characteristic features of Paleoamerican morphology can be observed in recent populations from Melanesia, Australia, and sub-Saharan Africa, shared affinities with individuals from these regions may indicate a shared ancestry with Australasians. Conversely, similarities with individuals from Mongolia and recent Native Americans, which frequently exhibit traits also described for the Amerindian morphology, would challenge this view. The implications suggest that Eurasian and Amerindian populations exhibit a derived cranial morphology and that Paleoamericans therefore retain the ancestral condition shared with African and Australian populations. Such a pattern has been explained in terms of demographic conditions resulting from population structure, where ancestral morphologies will be differentially retained through a palimpsest of global human dispersals since the Pleistocene (Mirazón Lahr, 1995; von Cramon-Taubadel et al., 2017). Accordingly, we expected that our results would either (1) lend support to

the two-wave model for the peopling of the Americas if Lagoa Santa individuals would show more affinities with Nubians and/or Australians or, to the contrary, (2) would support a single founder population model if the Lagoa Santa individuals showed closer affinities with other Native American population samples and/or with Mongolians. We also sought to assess whether the subset analyses of the temporal bone endocranial regions would support one of the models, given the temporal bone's high association with genetic variation in modern human populations.

With regard to the first objective of this study, we could observe that the analyses performed using the full endocranial surface dataset showed a high classification rate. However, we did not obtain similarly high classification rates from the subset dataset comprising only temporal bone data. As shown in Tables 4 and 5, classification rates are higher when using the whole endocranial dataset. It is also higher when the Lagoa Santa series is not included as a pre-assigned group, which may suggest relatively high morphological variation within this sample. The temporal bones' results, on the other hand, yielded lower classification rates, indicating that they may not be suitable for this purpose and should therefore be interpreted with caution. We note that in this case the distribution of Lagoa Santa individuals along the major axes of variation in the PCA plot is also more scattered by comparison with the PCA of the whole dataset (Figures 3, 4 and S2 in López-Sosa et al., 2026). Hence, regarding the second objective of this work, our results, particularly those for the overall endocranial surface, show that the Lagoa Santa individuals do share the most affinities with Nubian and Australian individuals, in agreement with the TMBCM. With regard to our third objective, the results of the temporal bone analyses provide more conflicting support for either the two-wave or one-wave migration model, indicating that the Lagoa Santa individuals also share affinities with Mongolian and Native American populations.

With respect to endocranial variation, the affinities described for Paleoamerican ectocranial morphology

(Neves & Hubbe, 2005; Neves & Pucciarelli, 1989, 1991) are supported by the DFA, PCA, and significance tests of Procrustes distances. First, both PC1 and PC2 express the variance related to the relative length and width of the crania and position the Lagoa Santa series close to Australian and Nubian population samples, tending toward a morphology that is narrow and elongated, as shown by the warped surface. The MST and the DFA also support affinities between Lagoa Santa and Nubian individuals, and the Procrustes distances indicate the strongest morphological affinities among the Lagoa Santa individuals and those from Nubia and Australia. Nevertheless, it is worth noting that the absence of facial data may have influenced our results since the facial skeleton plays an important role in defining the diagnostic features of Paleoamerican or Amerindian morphology (Neves & Pucciarelli, 1991). Furthermore, we note that interpretations regarding the width of the crania are based solely on four landmarks (right and left endoasterion and right and left endopterion), and we caution that the warped surfaces should only be interpreted for landmarked regions.

It has been previously hypothesized that Paleoamerican morphology may be indicative of the earliest human occupation of the Americas and possibly related to an Australo-melanesian ancestral lineage. This has often been questioned given that some recent populations such as Fuegian and Patagonian (Chile/Argentina), Pericú (Mexico), and Botocudo (Brazil) groups have been described as presenting a Paleoamerican cranial pattern but lack genomic affinities to Australo-melanesians (Raghavan et al., 2015; Skoglund & Reich, 2016). The morphology has therefore been explained as either a relict ancestral morphology retained under conditions of geographic isolation, as a case of convergence resulting from climatic adaptations, or a combination thereof (González-José et al., 2003; Lucea & Turbón, 2019; Mirazón Lahr, 1995; Perez et al., 2007; Strauss et al., 2015). Thus far, only one of the twelve DNA-sampled Lagoa Santa individuals (not available for this study) shows Australasian genetic affinity (Moreno-Mayar et al., 2018;

Posth et al., 2018). Nevertheless, our endocranial analyses consistently show an affinity of the Lagoa Santa series mean landmark configuration to that of the Nubian and Australian sample means, followed by Fuegians. This suggests that while Fuegians might retain aspects of the Paleoamerican morphology, they also have a more derived Amerindian anatomy that is likely associated with climatic adaptations (Evtsev et al., 2024; Hernández et al., 1997; Mirazón Lahr, 1995; Perez et al., 2007).

In contrast, PCA of the temporal bones (both the bilateral and the left temporal bone analyses) places the Lagoa Santa series closest to the Nubian and the Mongolian samples. This result is corroborated by the evaluation of pairwise comparisons for Procrustes distances between samples, where Lagoa Santa individuals present the strongest similarities with Nubia, as well as with Mongolia, albeit to a lower degree. On the other hand, they show the greatest differences with Tierra del Fuego. It is important to note that the variance expressed by PC1 appears to be strongly influenced by the endoasterion landmark (Figure 4), as the posterior portion of the temporal bones, and with it, their length, shows notable differences across negative and positive PC values. This can be explained by the fact that endoasterion is affected by the occipital and the parietal bone morphologies and therefore also reflects changes related to these structures. Hence, the changes we observe on the warped surfaces vary in relation not only to the temporal bones, but also to their articulation with the other adjacent bones. In this case, PC1 is not only informative about the length of the temporal bones themselves, but also about the width of the occipital bone, as appreciated in the full landmark configuration (Figure 2). PC2, on the other hand, actually expresses the variability related to the length of the temporal bones (see Figure S3 in López-Sosa et al., 2026). The MST results based on both temporal bones place the Lagoa Santa series directly linked to the Nubian sample, whereas analyses using only the left temporal bone also link it to Mongolia. Moreover, the DFA of the bilateral variables yielded an estimated classification, where fourteen

Lagoa Santa individuals were assigned to Nubia and Australia, whereas 6 were classified as other Native Americans. The DFA based on the left temporal bone yielded a more balanced classification, where eleven of the Lagoa Santa individuals were classified as Nubians or Australians, and nine as Mongolians, Fuegians or from Buenos Aires.

As shown above, there are differences between the results obtained from the overall endocranial surface shape variables and those from the temporal bones' endocranial surface structure, which suggests that the observed morphological affinities may vary depending on the anatomical structure analyzed. Our results from the temporal bones' analyses may be more indicative of affinities associated with population history, as indicated in previous studies. In particular, previous work on brain cortical surface, Fan et al. (2015) found that the posterior-temporal region is particularly variable between individuals of different continental ancestry. At the same time, correct classification rates for our sampled populations were as low as ~41% in the temporal bone analyses when correcting for chance classification due to unbalanced sample sizes (*Tau* statistic). This contrasts with previous work showing that temporal bone shape shows relatively high correct population classification in a linear discriminant analysis framework (Timbrell & Plomp, 2019). We note that the subsampling of variables for these analyses, as well as the reduced number of cases, may account for the lower classification rate. However, the analyses using only the data from the cranial vault yielded higher classification rates than that obtained using solely the landmarks of the temporal bone (Tables S19 and S20 in López-Sosa et al., 2026 report the DFA results from 14 PCs), thus casting doubt on the validity of the temporal bone results. Hence, when comparing South American individuals with populations from other continents, the endocranial surface of the temporal bone landmark configuration used in this study may not constitute the most suitable proxy for inferring population history. However, we emphasize that the landmark configuration in our study differs from that

used in previous research validating the temporal bone's utility in population history reconstruction. Further work is therefore necessary to validate whether the population history signature previously observed for the temporal bone cortical surface can be replicated.

While this paper is the first to address the peopling of the Americas through the analysis of endocranial morphology in Native American populations with a global comparative database, it presents some important limitations. Methodologically, our semi-landmark sampling strategy was limited to the midsagittal line due to differential preservation of the bilateral surfaces across the samples. We did not employ a denser semi-landmark configuration due to missing areas along bilateral endosurfaces. In addition, the justification for using endocranial morphology as a reliable proxy for population history remains to be tested at deeper temporal scales with the inclusion of ancient DNA and paleoenvironmental data. For example, it is well established that the cranium is differentially affected by environmental effects (e.g., Harvati & Weaver, 2006; Roseman, 2004) especially among South American populations (Menéndez et al., 2014; Perez & Monteiro, 2009), and that the cranial morphology of some of the populations we sampled, such as the Fuegians, likely differentiated under strong adaptive pressures (Evtsev et al., 2024; Hernández et al., 1997; Perez et al., 2007). It is therefore possible that the morphological affinities between early Holocene Paleoamericans and more recent populations is, at least in part, a result of convergent morphological adaptations that may differentially affect the cranium, although this point should be further explored. Irrespective of the evolutionary and environmental factors that may differentially affect endo- and ectocranial shape, a crucial consideration for contextualizing our results with previous studies is the geographical and temporal scope of the comparative samples. For example, Seguchi et al. (2011) found support for stronger affinities of a subset of the Lagoa Santa series to prehistoric hunter-gatherer populations from the Americas and East Asia, greater than

to recent Australo-melanesians. Such results underscore the importance of including other prehistoric samples as comparative material, particularly pene-contemporaneous early Holocene populations from the Americas (Hubbe et al., 2007; Menéndez et al., 2015, 2022; Neves et al., 2003; Pucciarelli et al., 2006). Some of the most widely accepted models for the peopling of South America favors an expansion through North America (Azevedo et al., 2017; Moreno-Mayar et al., 2018; Posth et al., 2018); therefore, including and analyzing early Holocene samples from this region would shed light on the debate regarding the number of migratory waves. Also, the individuals from Nubia and Lagoa Santa are the most ancient ones within our samples; therefore, the affinities observed between Lagoa Santa and Nubia may, at least to some extent reflect the fact that they are the geologically oldest samples in our dataset, and as such, share plesiomorphic features. Future research addressing Paleoamerican and Amerindian endocranial morphology and its relationship to the peopling of the Americas should therefore focus on increasing the number of prehistoric populations in order to achieve better spatial and temporal coverage. For example, we emphasize that the two recent (late Holocene) South American samples used in this study are not enough to adequately represent the morphological variation present in the continent. In this study, as well as in previous studies that compare the morphologies of recent and ancient archaeological samples, a central limitation is ascertaining that they adequately represent the geographical and temporal diversity of the populations under study. It is therefore important to expand the number and diversity of the comparative samples across time and space for future studies.

Overall, our results based on the endocranial surface lend support to the TMBCM but at the same time are more nuanced when considering only the temporal bone. We note that several recent morphological and genetic studies support the 'Beringian Standstill' hypothesis, which considers that all Native Americans descend from

a founder population isolated in Beringia for thousands of years prior to entering the Americas (Fagundes et al., 2008; González-José et al., 2008; Kitchen et al., 2008; Kuzminsky et al., 2017; Meltzer, 2009; Moreno-Mayar et al., 2018; Pitblado, 2011; Tamm et al., 2007). Our results may be compatible with this model if the Beringian founder population was morphologically and genetically heterogeneous, relative to Native American populations today, as previously suggested (González-José et al., 2008; Hubbe et al., 2020; Pucciarelli et al., 2003; Sardi et al., 2004, 2005). Under this model, descendants of that ancestral population retain morphological characteristics not found at high frequency today. This agrees with the largest ancient DNA study conducted on individuals from Brazil, which suggests that early Holocene individuals did not contribute substantially to the biological variation of more recent coastal groups (also known as *Sambaqui* societies; Ferraz et al., 2023). Our results are also compatible with recent genomic studies that find an Australasian genetic signal detectable in one individual from Lagoa Santa (the geologically oldest of five sampled from Sumidouro Cave: Moreno-Mayar et al., 2018) but not in others (none of the seven individuals sampled from Lapa do Santo, which are geologically younger: Posth et al., 2018). Thus far, the Australasian genetic signal has not been detected in other early Holocene individuals exhibiting a Paleoamerican morphology (Moreno-Mayar et al., 2018), but has in some extant indigenous South Americans, most of whom inhabit the Amazonian region of central Brazil and northeast Peru today (Silva et al., 2021; Skoglund et al., 2015), and in an ancient ~1.000 yBP individual from Panama (Santos et al., 2022). While it is unlikely that extant individuals who retain an Australasian genetic signal also retain the full suite of Paleoamerican morphological traits, no morphometric analyses have yet been conducted to assess this (Moreno-Mayar et al., 2018). Taken together, the current consensus is that an Australasian genetic signal does not necessarily correspond to a Paleoamerican morphology, implying that the morphological affinities of Paleoamericans and recent

Africans and Australians are not a direct signal of common ancestry. Nevertheless, the limited morphometric analyses available for late Holocene Amazonian populations from central Brazil (Hubbe et al., 2015; Strauss et al., 2015) show affinities with Lagoa Santa and other early Holocene Paleoamerican samples, particularly when considering neurocranial form. Future studies should therefore focus on neurocranial form and particularly the temporal bone region (Menéndez & Pasqualini, 2020).

Perhaps most importantly, there is now genomic evidence supporting multiple dispersals into South America during the late Pleistocene (Ionnisidis et al., 2020; Moreno-Mayar et al., 2018; Posth et al., 2018). In particular, in addition to the earliest Sumidouro individual's retention of the Australasian genetic signal, the Lapa do Santo series (including the oldest individual analyzed here, LS18) has genomic affinities with the terminal Pleistocene Anzick-1 individual from North America, whilst later individuals show affinities with recent Native American populations (Posth et al., 2018). In light of this, morphological differences between early South Americans, including the Lagoa Santa individuals, and later populations can be explained, at least in part, by multiple dispersals originating not only from East Asia or Beringia, but also from North and Central America, as well as by the partial replacement of the early Holocene gene pool (Posth et al., 2018) and of the full suite of traits of the Paleoamerican morphology in the Lagoa Santa region, as it has been proposed earlier in morphometric studies (*sensu* Hubbe et al., 2015; Kuzminsky, 2013; Pucciarelli, 2009). Finally, we stress that genetic and morphometric data should be integrated coherently in a common analytical framework and discussed together in order to arrive at more robust interpretations.

CONCLUSIONS

The endocranial morphology of the Lagoa Santa individuals exhibits a range of features that attest to shared morphological affinities with Africans and Australo-melanesian populations, as previously described for the ectocranium, thus supporting the TMBCM. However, affinities with other Native American

and East Asian population samples were also observed, particularly when analyzing the endocranial region of the temporal bone, which has previously been shown to be informative for reconstructing population history. Our results are consistent with the hypothesis of multiple migration waves into South America. Given that this is the first study to use endocranial morphology as an approach to assess competing dispersal hypotheses, we expect that future research will improve upon these findings by incorporating additional early Holocene samples from North, Central, and South America.

ACKNOWLEDGEMENTS

We would like to thank the following researchers and curators for supporting this research and providing us access to the previously collected CT-scans: Mariano el Papa and Susana Salceda (Museo de La Plata, Universidad Nacional de La Plata, Argentina); Sabine Eggers (Naturhistorisches Museum, Wien), Ashley Hammond and Gisselle Garcia (American Museum of Natural History, New York); Chiara Villa and Niels Lynnerup (University of Copenhagen); Sabrina Sholts, David Hunt, and David Rosenthal (Smithsonian Institution); Walter Neves (Universidade de São Paulo); Claudia Cardoso (Universidade Federal de Minas Gerais); Érika Bányai (Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa); Katerina Harvati (University of Tübingen).

REFERENCES

- Altmann, A., & Mourao-Miranda, J. (2019, April 8–11). Evidence for bias of genetic ancestry in resting state functional MRI. In *IEEE 16th International Symposium on Biomedical Imaging*, Venice, Italy. <https://doi.org/10.1109/ISBI.2019.8759284>
- Araujo, A. G. M., Neves, W. A., & Kipnis, R. (2012). Lagoa Santa revisited: an overview of the chronology, subsistence, and material culture of Paleoindian sites in Eastern Central Brazil. *Latin American Antiquity*, 23(4), 533–550. <https://doi.org/10.7183/1045-6635.23.4.533>
- Azevedo, S., Nocera, A., Paschetta, C., Castillo, L., González, M., & González-José, R. (2011). Evaluating microevolutionary models for the early settlement of the New World: the importance of recurrent gene flow with Asia. *American Journal of Physical Anthropology*, 146(4), 539–552. <https://doi.org/10.1002/ajpa.21564>

- Azevedo, S., Quinto-Sánchez, M., Paschetta, C., & González-José, R. (2017). The first human settlement of the New World: A closer look at craniofacial variation and evolution of early and late Holocene Native American groups. *Quaternary International*, 431, Part B, 152-167. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2015.11.012>
- Bakken, T. E., Dale, A. M., & Schork, N. J. (2011). A geographic cline of skull and brain morphology among individuals of European ancestry. *Human Heredity*, 72(1), 35-44. <https://doi.org/10.1159/000330168>
- Balzeau, A., & Pagano, A. (2022). The cranial base and related internal anatomical features in *Homo neanderthalensis* and *Homo sapiens*. *The Anatomical Record*, 305(8), 2030-2037. <https://doi.org/10.1002/ar.24854>
- Bányai, M. (1997). *Minhas pesquisas arqueológicas na região de Lagoa Santa*. Symbiose.
- Bruner, E. (2008). Comparing endocranial form and shape differences in modern humans and Neandertals: a geometric approach. *PaleoAnthropology*, 2008, 93-106. <https://paleoanthropology.org/ojs/index.php/paleo/article/view/536>
- Bueno, L., Dias, A. S., & Steele, J. (2013). The Late Pleistocene/Early Holocene archaeological record in Brazil: A geo-referenced database. *Quaternary International*, 301, 74-93. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2013.03.042>
- Da-Glória, P. J. T. (2012). *Health and lifestyle in the Paleoamericans: early Holocene biocultural adaptation at Lagoa Santa, central Brazil* [Doctoral dissertation, Ohio State University]. http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=osu1338247526
- Da-Glória, P. J. T., Hubbe, M., & Neves, W. A. (2018). Lagoa Santa's contribution to the origins and life of early Americans. *Evolutionary Anthropology*, 27(3), 121-133. <https://doi.org/10.1002/evan.21587>
- d-maps. (2026). *D-Maps: free maps of the world*. <https://www.d-maps.com>
- European Virtual Anthropology Network-Society (Evan Society). (n.d.). *Evan Society – setting landmarks in science*. <https://www.evan-society.org/>
- Evteev, A., Syutkina, T., Grosheva, A., Santos, P., Ghirotto, S., Hanihara, T., Hubbe, M., & Menéndez, L. P. (2024). Disparate and parallel craniofacial climatic adaptations in native populations of Asia, North America, and South America. *Journal of Anatomy*, 245(5), 699-724. <https://doi.org/10.1111/joa.14115>
- Fagundes, N. J. R., Kanitz, R., Eckert, R., Valls, A. C. S., Bogó, M. R., Salzano, F. M., Smith, D. G., Silva Jr., W. A., Zago, M. A., Ribeiro-dos-Santos, A. K., Santos, S. E. B., Petzl-Erler, M. L., & Bonatto, S. L. (2008). Mitochondrial population genomics supports a single pre-Clovis origin with a coastal route for the peopling of the Americas. *The American Journal of Human Genetics*, 82(3), 583-592. <https://doi.org/10.1016/j.ajhg.2007.11.013>
- Fan, C.-C., Bartsch, H., Schork, A. J., Chen, C.-H., Wang, Y., Lo, M.-T., Brown, T. T., Kuperman, J. M., Hagler Jr., D. J., Schork, N. J., Jernigan, T. L., Dale, A. M., & The Pediatric Imaging, Neurocognition, and Genetics Study. (2015). Modeling the 3D geometry of the cortical surface with genetic ancestry. *Current Biology*, 25(15), 1988-1992. <https://doi.org/10.1016/j.cub.2015.06.006>
- Ferraz, T., Suarez Villagran, X., Nägele, K., Radzevičiūtė, R., Lemes, R. B., Salazar-García, D. C., . . . Posth, C. (2023). Genomic history of coastal societies from eastern South America. *Nature Ecology & Evolution*, 7(8), 1315-1330. <https://doi.org/10.1038/s41559-023-02114-9>
- González-José, R., González-Martín, A., Hernández, M., Pucciarelli, H. M., Sardi, M., Rosales, A., & Van der Molen, S. (2003). Craniometric evidence for Palaeoamerican survival in Baja California. *Nature*, 425(6953), 62-65. <https://doi.org/10.1038/nature01816>
- González-José, R., Bortolini, M. C., Santos, F. R., & Bonatto, S. L. (2008). The peopling of America: craniofacial shape variation on a continental scale and its interpretation from an interdisciplinary view. *American Journal of Physical Anthropology*, 137(2), 175-187. <https://doi.org/10.1002/ajpa.20854>
- Gusinde, M. (1931). *Die Feuerland-Indianer: Die Selk'nam: vom Leben und Denken eines Jägervolkes auf der grossen Feuerlandinsel*. Verlag der Internationalen Zeitschrift "Anthropos".
- Hammer, Ø., Harper, D. A. T., & Ryan, P. D. (2001). PAST: paleontological statistics software package for education and data analysis. *Palaeontologia Electronica*, 4(1), 1-9. https://palaeo-electronica.org/2001_1/past/issue1_01.htm
- Harvati, K., & Weaver, T. D. (2006). Human cranial anatomy and the differential preservation of population history and climate signatures. *The Anatomical Record*, 288A(12), 1225-1233. <https://doi.org/10.1002/ara.20395>
- Hernández, M., Fox, C. L., & García-Moro, C. (1997). Fuegian cranial morphology: The adaptation to a cold, harsh environment. *American Journal of Physical Anthropology*, 103(1), 103-117. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1096-8644\(199705\)103:1%3C103::AID-AJPA7%3E3.0.CO;2-X](https://doi.org/10.1002/(SICI)1096-8644(199705)103:1%3C103::AID-AJPA7%3E3.0.CO;2-X)
- Herrera, B., Peart, D., Hernandez, N., Spradley, K., & Hubbe, M. (2017). Morphological variation among late Holocene Mexicans: Implications for discussions about the human occupation of the Americas. *American Journal of Physical Anthropology*, 163(1), 75-84. <https://doi.org/10.1002/ajpa.23186>
- Hubbe, M., Neves, W. A., Amaral, H. L., & Guidon, N. (2007). 'Zuzu' strikes again—Morphological affinities of the early Holocene human skeleton from Toca dos Coqueiros, Piauí, Brazil. *American Journal of Physical Anthropology*, 134(2), 285-291. <https://doi.org/10.1002/ajpa.20668>

- Hubbe, M., Neves, W. A., & Harvati, K. (2010). Testing evolutionary and dispersion scenarios for the settlement of the New World. *PLoS ONE*, 5(6), e11105. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0011105>
- Hubbe, M., Strauss, A., Hubbe, A., & Neves, W. A. (2015). Early South Americans cranial morphological variation and the origin of American biological diversity. *PLoS ONE*, 10(10), e0138090. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0138090>
- Hubbe, M., Terrazas Mata, A., Herrera, B., Benavente Sanvicente, M. E., González González, A., Rojas Sandoval, C., Avilés Olguín, J., Acevez Núñez, E., & Von Cramon-Taubadel, N. (2020). Morphological variation of the early human remains from Quintana Roo, Yucatán Peninsula, Mexico: Contributions to the discussions about the settlement of the Americas. *PLoS ONE*, 15(1), e0227444. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0227444>
- Ionnidis, A. G., Blanco-Portillo, J., Sandoval, K., Hagelberg, E., Miquel-Poblete, J. F., Moreno-Mayar, J. V., . . . Moreno-Estrada, A. (2020). Native American gene flow into Polynesia predating Easter Island settlement. *Nature*, 538, 572-577. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2487-2>
- Jackson, D. A. (1993). Stopping rules in principal components analysis: a comparison of heuristical and statistical approaches. *Ecology*, 74(8), 2204-2214. <https://doi.org/10.2307/1939574>
- Kitchen, A., Miyamoto, M. M., & Mulligan, C. J. (2008). A three-stage colonization model for the peopling of the Americas. *PLoS ONE*, 3(2), e1596. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0001596>
- Klecka, W. R. (1980). *Discriminant analysis*. Sage Publications.
- Klingenberg, C. P., & Monteiro, L. R. (2005). Distances and directions in multidimensional shape spaces: implications for morphometric applications. *Systematic Biology*, 54(4), 678-688. <https://doi.org/10.1080/10635150590947258>
- Klingenberg, C. P. (2011). MorphoJ: an integrated software package for geometric morphometrics. *Molecular Ecology Resources*, 11(2), 353-357. <https://doi.org/10.1111/j.1755-0998.2010.02924.x>
- Kovarovic, K., Aiello, L. C., Cardini, A., & Lockwood, C. A. (2011). Discriminant function analyses in archaeology: Are classification rates too good to be true? *Journal of Archaeological Science*, 38(11), 3006-3018. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2011.06.028>
- Kuzminsky, S. C. (2013). *Human craniofacial variation among Pacific Rim Populations through the Holocene: A test of the coastal migration hypothesis using 3D morphometric methods* [Unpublished doctoral dissertation, University of California].
- Kuzminsky, S. C., Coonerty, N., & Fehren-Schmitz, L. (2017). A reassessment of human cranial indices through the Holocene and their implications for the peopling of South America. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 11, 709-716. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2016.12.039>
- Lacerda Filho, J. B., & Peixoto, J. R. (1876). Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, 1, 47-79.
- Lehmann-Nitsche, R. (1911). *Catálogo de la Sección Antropológica del Museo de La Plata*. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata.
- López-Sosa, M. C., Reyes-Centeno, H., Menéndez, L. P., Oliveira, R. E., Castro, C. C., & Strauss, A. (2026). *Supporting information for "Endocranial morphological affinities of the Early Holocene individuals from Lagoa Santa and implications for the peopling of the Americas"* [Data set]. SciELO Data. <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.KNGKNJ>
- Lucea, A., & Turbón, D. (2019). Adaptación y origen de los pobladores del extremo Sur americano síntesis de antecedentes. *Revista Española de Antropología Física*, 40, 1-17.
- Lund, P. W. (1840). View of the fauna of Brazil previous to the last geological revolution. *Magazine of Natural History*, 4, 1-8, 49-57, 105-112, 153-161, 207-213, 251-259.
- Lund, P. W. (1844). Notice sur des ossements humains fossiles, trouvés dans une caverne du Brésil. *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*, 49-77.
- Martin, R., & Saller, K. (1957). *Lehrbuch der Anthropologie*. Gustav Fischer Verlag.
- Meltzer, D. J. (2009). *First peoples in a new world: colonizing ice age America*. University of California Press.
- Menéndez, L. P., Bernal, V., Novellino, P., & Perez, S. I. (2014). Effect of bite force and diet composition on craniofacial diversification of Southern South American human populations. *American Journal of Physical Anthropology*, 155(1), 114-127. <https://doi.org/10.1002/ajpa.22560>
- Menéndez, L. P., Perez, S. I., Pucciarelli, H. M., Bonomo, M., Messineo, P. G., Gonzalez, M. E., & Politis, G. G. (2015). Early Holocene human remains from the Argentinean Pampas: cranial variation in South America and the American peopling. *PaleoAmerica*, 1(3), 251-265. <http://dx.doi.org/10.1179/2055556315Z.00000000031>
- Menéndez, L. P., Bonomo, M., Messineo, P. G., González, M. E., Politis, G. G., & Pérez, S. I. (2017). Craniofacial Variation of Early Americans from Argentinean Pampas: Implications for the Settlement of the New World. In C. Paschetta, R. González-José, & J. L. Lanata (Comps.), *De cómo cruzar fronteras en la ciencia. Homenaje a Héctor Pucciarelli* (pp. 87-109). CONICET.
- Menéndez, L. P., & Pasqualini, S. (2020). El potencial informativo del estudio del endocráneo para contribuir al debate del poblamiento Sudamericano. *Boletín Novedades de Antropología INAPL*, 30(89), 9-12.

- Menéndez, L. P., López-Sosa, M. C., Silva, S. F. S. M., Martin, G., Pessis, A.-M., Guidon, N., & Solari, A. (2022). Morphometric affinities and direct radiocarbon dating of the Toca dos Coqueiros' skull (Serra da Capivara, Brazil). *Scientific Reports*, 12, 7807. <https://doi.org/10.1038/s41598-022-11893-3>
- Menéndez, L. P. (2024). The antiquity and ancestral origin of humans in the Americas: a five hundred year inquiry from a biological anthropology perspective. *Journal of Anthropological Sciences*, 102, 1-62. <https://doi.org/10.4436/JASS.10201>
- Mirazón Lahr, M. (1995). Patterns of modern human diversification: implications for Amerindian origins. *American Journal of Physical Anthropology*, 38(S21), 163-198. <https://doi.org/10.1002/ajpa.1330380609>
- Moreno, F. P. (1882). El origen del hombre sudamericano. In *Anales de la Sociedad Científica de Argentina* (Vol. 14, pp. 182-223). Sociedad Científica Argentina.
- Moreno-Mayar, J. V., Vinner, L., Barros Damgaard, P., De La Fuente, C., Chan, J., Spence, J. P., . . . Willerslev, E. (2018). Early human dispersals within the Americas. *Science*, 362(6419), eaav2621. <https://doi.org/10.1126/science.aav2621>
- Murdock, G. P. (1962). Ethnographic Atlas. *Ethnology*, 1, 113-134.
- Neves, W. A., & Pucciarelli, H. M. (1989). Extra-continental biological relationships of early South American human remains: A multivariate analysis. *Ciência e Cultura*, 41, 566-575.
- Neves, W. A., & Pucciarelli, H. M. (1991). Morphological affinities of the first Americans: an exploratory analysis based on early South American human remains. *Journal of Human Evolution*, 21(4), 261-273. [https://doi.org/10.1016/0047-2484\(91\)90107-7](https://doi.org/10.1016/0047-2484(91)90107-7)
- Neves, W. A., Meyer, D., & Pucciarelli, H. M. (1996). Early skeletal remains and the peopling of the Americas. *Revista de Antropologia*, 39(2), 121-139. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111650>
- Neves, W. A., Prous, A., González-José, R., Kipnis, R., & Powell, J. (2003). Early Holocene human skeletal remains from Santana do Riacho, Brazil: implications for the settlement of the New World. *Journal of Human Evolution*, 45(1), 19-42. [https://doi.org/10.1016/S0047-2484\(03\)00081-2](https://doi.org/10.1016/S0047-2484(03)00081-2)
- Neves, W. A., & Hubbe, M. (2005). Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: Implications for the settlement of the New World. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 102(51), 18309-18314. <https://doi.org/10.1073/pnas.0507185102>
- Neves, W. A., Hubbe, M., Strauss, A. M., & Bernardo, D. V. (2014). Morfologia craniana dos remanescentes ósseos humanos da Lapa do Santo, Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil: implicações para o povoamento das Américas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 9(3), 715-740. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222014000300012>
- Noback, M. L. (2014). *Diet- and climate-related variation of the human cranium* [Unpublished doctoral dissertation, Eberhard Karls Universität Tübingen].
- Perez, S. I., Bernal, V., & Gonzalez, P. N. (2007). Morphological differentiation of aboriginal human populations from Tierra del Fuego (Patagonia): implications for South American peopling. *American Journal of Physical Anthropology*, 133(4), 1067-1079. <https://doi.org/10.1002/ajpa.20633>
- Perez, S. I., Bernal, V., Gonzalez, P. N., Sardi, M., & Politis, G. G. (2009). Discrepancy between cranial and DNA data of early Americans: implications for American peopling. *PLoS ONE*, 4(5), e5746. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0005746>
- Perez, S. I., & Monteiro, L. R. (2009). Nonrandom factors in modern human morphological diversification: a study of craniofacial variation in southern South American populations. *Evolution*, 63(4), 978-993. <https://doi.org/10.1111/j.1558-5646.2008.00539.x>
- Pitblado, B. L. (2011). A tale of two migrations: reconciling recent biological and archaeological evidence for the Pleistocene peopling of the Americas. *Journal of Archaeological Research*, 19(4), 327-375. <https://doi.org/10.1007/s10814-011-9049-y>
- Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1185-1197. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>
- Pucciarelli, H. M. (2009). Explicando el Paleoamericano y su probable extinción, a través de inferencias comparativas y experimentales. *Runa*, 30(1), 9-27. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180813906001>
- Pucciarelli, H. M., Sardi, M. L., López, J. C. J., & Sánchez, C. S. (2003). Early peopling and evolutionary diversification in America. *Quaternary International*, 109-110, 123-132. [https://doi.org/10.1016/S1040-6182\(02\)00208-2](https://doi.org/10.1016/S1040-6182(02)00208-2)
- Pucciarelli, H. M., Neves, W. A., González-José, R., Sardi, M. L., Rozzi, F. R., Struck, A., & Bonilla, M. Y. (2006). East-West cranial differentiation in pre-Columbian human populations of South America. *Homo*, 57(2), 133-150. <https://doi.org/10.1016/j.jchb.2005.12.003>
- Pucciarelli, H. M., González-José, R., Neves, W. A., Sardi, M. L., & Rozzi, F. R. (2008). East-West cranial differentiation in pre-Columbian populations from Central and North America. *Journal of Human Evolution*, 54(3), 296-308. <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2007.08.011>
- Raghavan, M., Steinrücken, M., Harris, K., Schiffels, S., Rasmussen, S., DeGiorgio, M., . . . Willerslev, E. (2015). Genomic evidence for the Pleistocene and recent population history of Native Americans. *Science*, 349(6250), aab3884. <https://doi.org/10.1126/science.aab3884>

- Reyes-Centeno, H., Ghirotto, S., Déroît, F., Grimaud-Hervé, D., Barbujani, G., & Harvati, K. (2014). Genomic and cranial phenotype data support multiple modern human dispersals from Africa and a southern route into Asia. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(20), 7248-7253. <https://doi.org/10.1073/pnas.1323666111>
- Reyes-Centeno, H., Harvati, K., & Jäger, G. (2016). Tracking modern human population history from linguistic and cranial phenotype. *Scientific Reports*, 6, 36645. <https://doi.org/10.1038/srep36645>
- Rosas, A., Peña-Melián, A., García-Tabernero, A., Bastir, M., & De La Rasilla, M. (2014). Temporal lobe sulcal pattern and the bony impressions in the middle cranial fossa: The case of the El Sidrón (Spain) neandertal sample. *The Anatomical Record*, 297(12), 2331-2341. <https://doi.org/10.1002/ar.22957>
- Roseman, C. C. (2004). Detecting interregionally diversifying natural selection on modern human cranial form by using matched molecular and morphometric data. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 101(35), 12824-12829. <https://doi.org/10.1073/pnas.0402637101>
- Santos, A. L. C., Owings, A., Sullasi, H. S. L., Gokcumen, O., DeGiorgio, M., & Lindo, J. (2022). Genomic evidence for ancient human migration routes along South America's Atlantic coast. *Proceedings of the Royal Society B*, 289(1986), 20221078. <https://doi.org/10.1098/rspb.2022.1078>
- Sardi, M. L., Ramírez-Rozzi, F., Dahinten, S. L., & Pucciarelli, H. M. (2004). Amerindians: testing the hypothesis about their homogeneity. *Comptes Rendus Palevol*, 3(5), 403-409. <https://doi.org/10.1016/j.crpv.2004.04.001>
- Sardi, M. L., Ramírez-Rozzi, F., González-José, R., & Pucciarelli, H. M. (2005). South Amerindian craniofacial morphology: Diversity and implications for Amerindian evolution. *American Journal of Physical Anthropology*, 128(4), 747-756. <https://doi.org/10.1002/ajpa.20235>
- SAS Institute Inc. (2021). *JMP® 16*. JMP Statistical Discovery LLC.
- Scott, N., Neubauer, S., Hublin, J.-J., & Gunz, P. (2014). A shared pattern of postnatal endocranial development in extant hominoids. *Evolutionary Biology*, 41(4), 572-594. <https://doi.org/10.1007/s11692-014-9290-7>
- Seguchi, N., McKeown, A., Schmidt, R., Umeda, H., & Brace, C. L. (2011). An alternative view of the peopling of South America: Lagoa Santa in craniometrics perspective. *Anthropological Science*, 119(1), 21-38. <https://doi.org/10.1537/ase.090921>
- Silva, M. A. C., Ferraz, T., Bortolini, M. C., Comas, D., & Hünemeier, T. (2021). Deep genetic affinity between coastal Pacific and Amazonian natives evidenced by Australasian ancestry. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 118(14), e2025739118. <https://doi.org/10.1073/pnas.2025739118>
- Skoglund, P., Mallick, S., Bortolini, M. C., Chennagiri, N., Hünemeier, T., Petzl-Erler, M. L., Salzano, F. M., Patterson, N., & Reich, D. (2015). Genetic evidence for two founding populations of the Americas. *Nature*, 525, 104-108. <https://doi.org/10.1038/nature14895>
- Skoglund, P., & Reich, D. (2016). A genomic view of the peopling of the Americas. *Current Opinion in Genetics & Development*, 41, 27-35. <https://doi.org/10.1016/j.gde.2016.06.016>
- Smith, H. (2009). Which cranial regions reflect molecular distances reliably in humans? Evidence from three-dimensional morphology. *American Journal of Human Biology*, 21(1), 36-47. <https://doi.org/10.1002/ajhb.20805>
- Smith, H. F., Ritzman, T., Otárola-Castillo, E., & Terhune, C. E. (2013). A 3-D geometric morphometric study of intraspecific variation in the ontogeny of the temporal bone in modern *Homo sapiens*. *Journal of Human Evolution*, 65(5), 479-489. <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2013.01.017>
- Spencer, B., & Gillen, F. J. (1966). *The Arunta: a study of a stone age people* (Vol. 1-2). Anthropological Publications.
- Strauss, A. (2010). *As práticas mortuárias dos caçadores-coletores pré-históricos da região de Lagoa Santa (MG): um estudo de caso do sítio arqueológico 'Lapa do Santo'* [Master's dissertation, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.41.2010.tde-02102010-234638>
- Strauss, A., Hubbe, M., Neves, W. A., Bernardo, D. V., & Atuí, J. P. V. (2015). The Cranial Morphology of the Botocudo Indians, Brazil. *American Journal of Physical Anthropology*, 157(2), 202-216. <https://doi.org/10.1002/ajpa.22703>
- Strauss, A., Oliveira, R. E., Villagran, X. S., Bernardo, D. V., Salazar-García, D. C., Bissaro, M. C., . . . Neves, W. (2016). Early Holocene ritual complexity in South America: the archaeological record of Lapa do Santo (east-central Brazil). *Antiquity*, 90(354), 1454-1473. <https://doi.org/10.15184/ajpa.2016.220>
- Strauss, A., Rodrigues, I. M. M., Baeta, A., Villagran, X. S., Alves, M., Pugliese, F., . . . Neves, W. A. (2020). The Archaeological Record of Lagoa Santa (East-Central Brazil): From the Late Pleistocene to Historical Times. In A. S. Auler, & P. Pessoa (Eds.), *Lagoa Santa Karst: Brazil's iconic Karst region* (pp. 227-281). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-35940-9_12
- Tamm, E., Kivisild, T., Reidla, M., Metspalu, M., Smith, D. G., Mulligan, C. J., . . . Malhi, R. S. (2007). Beringian standstill and spread of Native American founders. *PLoS ONE*, 2(9), e829. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0000829>
- Timbrell, L., & Plomp, K. A. (2019). Using the shape of the basicranial portion of the temporal bone to distinguish between relatively closely-related human populations. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 26, 101885. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2019.101885>

- Villagran, X. S., Strauss, A., Miller, C., Ligouis, B., & Oliveira, R. (2017). Buried in the ashes: formation processes of an early South American's site (Lapa do Santo, Brazil). *Journal of Archaeological Science*, 77, 10-34. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2016.07.008>
- Villagran, X. S., Strauss, A., Alves, M. L., & Oliveira, R. (2019). Virtual micromorphology: the application of micro-CT scanning for the identification of termite mounds in archaeological sediments. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 24, 785-795. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2019.02.035>
- von Cramon-Taubadel, N. (2009). Congruence of individual cranial bone morphology and neutral molecular affinity patterns in modern humans. *American Journal of Physical Anthropology*, 140(2), 205-215. <https://doi.org/10.1002/ajpa.21041>
- von Cramon-Taubadel, N., Strauss, A., & Hubbe, M. (2017). Evolutionary population history of early Paleoamerican cranial morphology. *Science Advances*, 3(2), e1602289. <https://doi.org/10.1126/sciadv.1602289>
- Vreeland, H. H. (1973). *Mongol community and kinship structure*. Greenwood Press.
- Walter, H. V. (1958). *Archaeology of Lagoa Santa region, Minas Gerais: rock-shelter pre Columbian Indians*. SEDEGRA.
- Walter, H. V., Cathoud, A., & Mattos, A. (1937). The Confins man. A contribution to the study of Early Man in South America. In G. G. MacCurdy (Ed.), *Early man – as depicted by leading authorities at the International Symposium of the Academy of Natural Sciences* (pp. 341-348). J. B. Lippincott Company.
- Weber, G. W., & Bookstein, F. L. (2011). *Virtual Anthropology. A guide to a new interdisciplinary field*. Springer.
- Wilhelm, J. H. (1953). Die !Kung-Buschleute. In *Jahrbuch des Museums für Völkerkunde zu Leipzig*, 12, 91-189.
- Zelditch, M. L., Swiderski, D. L., & Sheets, H. D. (2012). Statistics. In M. L. Zelditch, D. L. Swiderski, H. D. Sheets, & W. L. Fink (Eds.), *Geometric morphometrics for biologists* (2nd ed., pp. 189-224). Academic Press.
- Zhao, L., Batta, I., Matloff, W., O'Driscoll, C., Hobel, S., & Toga, A. W. (2021). Neuroimaging PheWAS (Phenome-Wide Association Study): A free cloud-computing platform for big-data, brain-wide imaging association studies. *Neuroinformatics*, 19(2), 285-303. <https://doi.org/10.1007/s12021-020-09486-4>

AUTHORS' CONTRIBUTION

M. C. López-Sosa contributed to conceptualization, data curation, formal analysis, investigation, methodology, project administration, validation, view, and writing (original draft, review, and editing); H. Reyes-Centeno contributed to conceptualization, methodology, project administration, supervision, validation, and writing (original draft, review, and editing); L. P. Menéndez contributed to formal analysis, investigation, methodology, supervision, validation, and writing (review, and editing); R. E. Oliveira contributed to funding acquisition, investigation, and resources; C. C. Castro contributed to funding acquisition, investigation, and resources; and A. Strauss contributed to conceptualization, funding acquisition, investigation, project administration, resources, supervision, and writing (review, and editing).

RESEARCH DATA

The data were deposited in the SciELO Data repository and are available at López-Sosa et al. (2026).

PREPRINT

Not published in a repository.

PEER REVIEW

Double-blind, closed review.

A Cachoeira do Teotônio após a tempestade: paisagem de pesca dos indígenas Caripuna (1868)

The Teotônio Waterfall after the storm: fishing landscape of the Caripuna Indigenous people (1868)

Cliverson Pessoa^I  | Angislaine Freitas Costa^{II} 

^IUniversidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{II}Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O artigo apresenta a análise de uma aquarela inédita, intitulada “Cena de pesca após a tempestade” (1868), assinada por José Keller durante sua expedição à Amazônia. A partir da narrativa do itinerário de viagem de Franz Keller-Leuzinger, a pesquisa oferece uma contribuição ao examinar como imagens históricas podem revelar aspectos que não são encontrados nas fontes escritas, enriquecendo a compreensão do contexto histórico. A abordagem adotada investiga os fios que se entrelaçam no tecido social das transformações da paisagem, permitindo identificar o modo de habitar dos indígenas Caripuna na antiga Cachoeira do Teotônio. O estudo propõe, assim, uma reflexão sobre o potencial das imagens como fontes históricas e de inspiração etnográfica, ampliando as possibilidades de interpretação da história indígena no alto rio Madeira.

Palavras-chave: Alto rio Madeira. Aquarela. História indígena. Paisagem.

Abstract: This article analyzes an unpublished watercolor titled “Cena de pesca após a tempestade” (1868), signed by José Keller during his expedition to the Amazon. Drawing on the travel itinerary narrative of Franz Keller-Leuzinger, the study contributes to the understanding of how historical images can reveal aspects that are absent from written sources, thereby enriching interpretations of the historical context. The adopted approach explores the threads interwoven in the social fabric of landscape transformations, enabling the identification of the way the Caripuna Indigenous people inhabited the former Teotônio Falls. Thus, this study reflects on the potential of images as historical sources and as ethnographic inspiration, broadening the possibilities for interpreting Indigenous history in the upper Madeira River region.

Keywords: Upper Madeira river. Watercolor. Indigenous History. Landscape.

Pessoa, C., & Costa, A. F. (2026). A Cachoeira do Teotônio após a tempestade: paisagem de pesca dos indígenas Caripuna (1868). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240051. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0051.

Autor para correspondência: Cliverson Pessoa. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Av. Prof. Almeida Prado, 1466. Butantã, SP, Brasil. CEP 05508-900 (cliversonps@usp.br).

Recebido em 04/07/2024

Aprovado em 30/09/2025

Responsabilidade editorial: Lucia Hussak Van Velthem



INTRODUÇÃO

A aquarela intitulada “Cena de pesca após a tempestade”, assinada por José Keller, que retrata indígenas à margem de uma cachoeira, encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A obra foi furtada e reapareceu em dezembro de 2018, após quatorze anos desaparecida, sendo então devolvida à instituição (Finotti, 2018)¹. A partir dessa imagem, busca-se fornecer uma descrição do contexto histórico, identificar os povos retratados e contribuir para compreensão de uma dimensão da paisagem. A identificação mais provável do local retratado pode ser encontrada na documentação do trabalho de levantamento da região do alto rio Madeira realizado por esse engenheiro, durante a expedição pelas dezenove cachoeiras ou corredeiras, no atual estado de Rondônia.

Os Keller, incluindo seu filho Franz Keller-Leuzinger, tornaram-se conhecidos por essa expedição em 1868, que resultou nos primeiros estudos de viabilidade para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), contornando mais de 360 km de malha fluvial encachoeirada. Seus escritos serviram de base para o projeto moderno da ferrovia, como “Exploracion del rio Madera en la parte comprendida entre la Cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamorè” (Keller & Keller, 1870), publicado logo após a expedição. No entanto, foi a obra de Keller-Leuzinger, intitulada “Vom Amazonas und Madeira: Skizzen und Beschreibungen aus dem Tagebuche einer Explorationsreise”², originalmente publicada em alemão em 1874 e posteriormente traduzida para o inglês e francês, que trouxe contribuições para além dos interesses

técnicos do empreendimento. Este trabalho se aproxima mais dos estudos de história natural dos rios amazônicos, trazendo um mapa e diversas litogravuras (Keller-Leuzinger, 1875; Vergara, 2013)³.

Por outro lado, a aquarela “Cena de pesca após a tempestade”, produzida nessa expedição, não é mencionada nessas obras. Ela é uma fonte inédita, até pouco tempo desconhecida pelos pesquisadores que trabalham com imagens históricas, e talvez continuasse esquecida se não fosse devolvida à Biblioteca Nacional. Pensando nesse impasse, a proposta deste artigo é promover um diálogo dessa fonte como documento histórico e etnográfico, passível de análise da paisagem e seus componentes sociais (Schwarcz, 2003). Longe de ser entendida apenas como uma ilustração, a imagem do viajante deve ser lida como provedora de modelos e concepções que circulam e agenciam (Schwarcz, 2014, p. 393).

O presente estudo objetiva analisar a paisagem do alto rio Madeira a partir das imagens e dos textos produzidos pelos Keller durante a sua expedição. A metodologia adotada baseia-se em uma leitura integrada dessas fontes, na qual as imagens não são tratadas como meras ilustrações subordinadas ao texto, mas como conteúdos históricos em si mesmas. A abordagem segue os princípios da história visual, entendendo que as imagens, especialmente as aquarelas, funcionam como espelhos do passado: são carregadas de informações sobre tempo e lugar, revelando, consciente ou inconscientemente, modos de ver e representar o mundo. Conforme argumentam Bleichmar e Schwartz (2019), obras como pinturas

¹ Esta aquarela, juntamente com outras obras, está envolvida em uma complexa trama de roubos e furtos confessada por Laéssio Rodrigues de Oliveira à Polícia Federal, relacionada ao tráfico ilícito de bens culturais pertencentes a dezenas de instituições públicas brasileiras (I. Neves & Sanjad, 2021).

² A tradução completa desta obra para o português só foi realizada recentemente por Adriano Gonçalves Feitosa (Keller-Leuzinger, 2021). O capítulo II também recebeu uma tradução em português de Eduardo Constantino Borzacov, publicada no Caderno do CPARQH (Fonseca & Zimpel Neto, 2013).

³ A obra de Keller-Leuzinger surgiu durante o início do processo de “vulgarização” da ciência no Brasil, um período em que eventos e revistas impressas passaram a ser um meio de divulgação do conhecimento científico para um público mais amplo (Vergara, 2008). No Rio de Janeiro, a revista *Ilustração Brasileira* e o jornal *O Vulgarizador* desempenharam um papel fundamental na disseminação de “Vom Amazonas und Madeira”. A primeira reuniu os quatro primeiros capítulos, suprimindo partes do texto e incluindo imagens desconexas, entre 1876 e 1877. O segundo publicou, em seus dois primeiros números de 1877, a narrativa e as imagens do encontro com os indígenas Caripuna, registrado no capítulo VI (Keller-Leuzinger, 1876, 1877; Vergara, 2013, pp. 92-93).

históricas não são apenas objetos, mas representações construídas de eventos, atravessadas por noções de temporalidade. O conteúdo reunido traça um caminho no qual é possível observar aspectos da relação que os povos indígenas tinham de habitar a paisagem e que nela deixaram algo de si como testemunho (Ingold, 1993, p. 152).

Inicialmente, realiza-se uma leitura do panorama da expedição de forma ampliada, contextualizando os elementos constitutivos do território recém-incorporado por Pedro II. Nessa circunstância, a descrição desses lugares transita por marcos coloniais europeus abandonados, inclui a representação da floresta como 'intocada', destaca a visibilidade das gravuras rupestres em pedrais e aponta para a presença indígena. Tais impressões evidenciam a tentativa de descrever e, por que não, dominar esse espaço dentro de um esquema geopolítico civilizatório, inserido em disciplinas como a antropologia e a arqueologia, ainda em formação no país (Barreto, 2000). Em um segundo momento, a análise volta-se para a paisagem retratada na aquarela à luz da abordagem fenomenológica proposta por Ingold (1993, 2015), com a formulação de três suposições sobre o contexto de sua produção. Por fim, argumenta-se que a visão dos Keller se entrelaça a um feixe mais denso de histórias indígenas, especialmente aquelas reveladas pelos vestígios arqueológicos, oferecendo uma via alternativa para compreender os processos históricos de longa duração.

A análise contempla a contribuição etnográfica sobre os Caripuna, povo de língua pertencente à família Pano, com registros históricos na região das cachoeiras desde o século XVIII (Hugo, 1959; Córdoba & Villar, 2009; Pessoa, 2024). Sabe-se que, nos encontros ocorridos nas cabeceiras do rio Madeira, observa-se uma multiplicidade de etnônimos atribuídos a povos dessa família linguística. Segundo Córdoba e Villar (2011, p. 110), tais denominações designam "uma trama variável de categorias que refletem articulações, mediações e relações". Essa complicada estrutura de nomenclatura constituiu tentativas de descrever as populações que habitavam a região fronteira entre Brasil e Bolívia. Essas viagens foram motivadas por interesses científicos,

políticos, religiosos e econômicos, em boa medida ligados à expansão do extrativismo. A intrincada dinâmica de nomeação desses coletivos refletia, em parte, as disputas coloniais. É possível que as expedições e os registros históricos tenham associado os Chacobo e Pacaguara aos bolivianos, enquanto os Caripuna foram vinculados aos brasileiros. Embora haja menções a esses etnônimos em séculos anteriores, os contatos mais bem documentados foram feitos no contexto da economia da borracha (Córdoba & Villar, 2009, 2011; Villar et al., 2009, 2010).

O etnônimo Caripuna aparece desde os primeiros registros históricos em contextos de confrontos ou alianças com seus vizinhos Pama (Hugo, 1959; Ramirez, 2010; Pessoa & Costa, 2014). Durante uma expedição científica em 1816, o zoólogo Johann Natterer anotou uma coleção de 150 palavras de um grupo que se autodenominava Jawnabo, posteriormente identificado como Caripuna; esse material veio a ser publicado mais tarde (Adelaar & Brijnen, 2014; Apontes & Kaxinawá, 2022). Já em 1889, Raoul de la Grasserie deu início aos estudos sobre a família linguística Pano, a partir da análise de sete línguas, entre as quais figuravam Caripuna e Pacaguara, embora as afinidades entre elas já fossem reconhecidas por missionários que atuavam no Peru e na Bolívia (Fleck, 2013, p. 34).

Inicialmente, acreditava-se que os diversos etnônimos do interflúvio Beni-Mamoré designavam apenas frações Pacaguara. Contudo, pesquisas antropológicas indicam que muitos desses nomes, antes tomados como etnias, podem, na realidade, resultar de parcialidades chacobo (ou *maxobo*). É o caso de grupos como Sinabo (povo lagarta), Capuibo (povo jacaré) e Yssabo (povo porco-espinho), entre outros (Córdoba & Villar, 2009, p. 214, 2011, p. 110; Villar et al., 2009, p. 20). Segundo esses autores, o que se delinea é um sistema regional do qual participavam os Pano meridionais. Nesse contexto, o etnônimo Jawnabo (povo queixada) parece se encaixar nessa lógica de nomeação, ainda que essa associação seja aqui apenas sugerida como possibilidade. Entretanto, vale esclarecer a confusão gerada pelo uso do termo Caripuna, que ao longo do tempo foi utilizada como

designação genérica para diferentes povos. Um exemplo emblemático ocorreu na década de 1930, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) empregou essa denominação para nomear povos Tupi-Kawahíwa (Leonel, 1995, p. 41; Ramirez, 2010, p. 36). Esses grupos correspondem aos atuais Karipuna, cuja terra indígena está localizada entre os rios Formoso e Jaci-Paraná, em Rondônia. Considerando sua localização, é possível que esses povos tupi tenham estabelecido contatos tanto com a EFMM quanto com os seringais ativos no alto curso do rio Madeira.

A multiplicidade de nomes atribuídos aos povos Pano reflete os desafios da etno-história. Estão em jogo não apenas as disputas classificatórias, mas um conjunto de repertórios interpretativos mobilizados na construção de narrativas dos viajantes. Encontrar o lugar retratado em “Cena de pesca após a tempestade”, bem como apontar na direção das distintas temporalidades da paisagem, aciona tanto questões históricas do passado quanto do presente. Nesse sentido, problemas relacionados a longuíssimos processos de transformação da paisagem têm sido explorados arqueologicamente na área das últimas cachoeiras do rio Madeira. Esses estudos apontam não apenas para a região, mas também para os mesmos lugares retratados pelos Keller como sendo um antigo centro de domesticação e cultivo de plantas, datado desde os últimos nove mil anos (Watling et al., 2018, 2020; E. Neves et al., 2020). Esse processo resultou em um diversificado mosaico cultural, refletido na variabilidade artefactual existente, correlato de muitos jeitos de se relacionar com as margens das cachoeiras (Almeida & Kater, 2017; Bispalez et al., 2020; Kater, 2020; Pessoa et al., 2020; Zuse et al., 2020; Costa et al., 2023). O registro etnográfico e etno-histórico também dá indícios de um sistema regional multiétnico, do qual os povos que habitavam esses lugares se beneficiavam por meio das redes fluviais (Vander Velden & Lolli, 2021).

Esse contraponto é fundamental, pois, no século XIX, fabricou-se a ideia de que a Amazônia era uma região ‘vazia’, uma concepção reforçada pelos Keller e outros cientistas naturalistas, que acreditavam que a floresta havia sido pouco habitada pelos povos indígenas e que permanecia, até aquele momento, praticamente intocada. Reconhecer as temporalidades dessa paisagem por meio da longa história indígena implica compreender as profundas ações humanas nesses lugares e suas condições históricas (Kater & Lopes, 2021; E. Neves, 2022). As narrativas e as imagens dos Keller servem para nos lembrar desse habitar pelos Caripuna, cujos significados históricos e culturais relacionados à paisagem são investigados sem ignorar que esses textos e imagens foram forjados sob visões permeadas pelo colonialismo, que deprecia e desterritorializa essas populações por meio de relações de dominação e subordinação na “zona de contato”, confiadas principalmente às expedições imperiais (Pratt, 1999, pp. 27, 232).

A EXPEDIÇÃO DOS KELLER AO ALTO RIO MADEIRA

Os Keller chegaram ao Brasil em 1857 com o objetivo de implantar ferrovias que conectariam cidades e localidades distantes da capital. Esse projeto representava um grande desafio para o Império brasileiro, que buscava integrar os territórios fronteiriços do país às vésperas da Guerra do Paraguai⁴. Os levantamentos realizados não se limitavam aos aspectos técnicos da ferrovia, mas também incluíam descrições detalhadas sobre a situação dos povos indígenas (Lovato, 1974). Essas expedições científicas evidenciam o investimento de Pedro II no reconhecimento de áreas remotas, na realização de um inventário do território e na delimitação de fronteiras (Wilke & Antunes, 2012, pp. 195-196; Vergara, 2013, p. 83). No entanto, tratava-se também de um processo de apropriação dessas terras

⁴ A guerra com o Paraguai foi um marco para a expansão da pintura histórica no Brasil como emblema para reafirmar o Império (Schwarz, 2003, pp. 23-24).

que executavam o serviço de arrastar as embarcações por terra (varar) ou puxá-las pelas margens (sirgar) (Keller & Keller, 1870, pp. 2-3; Keller-Leuzinger, 1875, pp. 41-42). Além de representar obstáculos a serem vencidos, cada cachoeira tornava-se um ponto de chegada, uma parada que se abria para a observação da paisagem em terra (Ingold, 2022, p. 105).

Originários da missão de Exaltación, na Bolívia, os Mojo, falantes de uma língua da família Arawak, e os Canichana, de uma língua isolada (Crevels & van der Voort, 2008), encontravam-se naquele momento em um seringal em Crato, no médio rio Madeira, mas circulavam constantemente por esse rio em embarcações de comércio até Manaus. Esses indígenas certamente desempenharam um papel fundamental nessa empreitada, como evidenciam as descrições e litogravuras presentes na obra de Keller-Leuzinger (1875). Mesmo assim, permanece em aberto em que medida esses saberes foram compartilhados, uma vez que tais expedições comumente subordinavam esses conhecimentos em relações assimétricas de poder e dominação (Pratt, 1999). É possível afirmar que a escolha por tripulações indígenas e 'mestiças', consideradas as únicas aptas a enfrentar com segurança os perigos das cachoeiras, era tida como a mais adequada às incertezas que cercavam esse tipo de empreendimento (Villar, 2020).

Na abordagem da expedição dos Keller, interessa-nos especialmente a dimensão etnográfica e arqueológica das descrições sobre a região. As observações dos viajantes sobre as cachoeiras do alto rio Madeira vão além das características físicas, articulando narrativas sobre o passado e projetando variadas imagens da floresta, algumas delas contraditórias. Inserem-se em um jogo de ausências e presenças, no qual a paisagem é dotada de historicidade e moldada tanto por interesses científicos quanto pelos

imaginários coloniais. Esses elementos podem ser organizados em quatro eixos principais, são eles: 1) registros de destacamentos militares desativados, aldeamentos e antigas vilas destruídas por ataques indígenas ou epidemias, interpretados como traços de civilização abandonada; 2) a floresta é descrita como pristina, de acordo com um ideal de natureza que remete à estética do sublime, nos moldes de Alexander von Humboldt; 3) vestígios arqueológicos de petróglifos gravados em rochas, vistos como marcas de antigas intervenções humanas que conferem à paisagem um caráter arqueologizado; 4) referências a caminhos, aldeias ocupadas e abandonadas dos Caripuna, retratados ora como o arquétipo do indígena 'selvagem', ora como suficientemente 'domésticos' para serem aliados dos brasileiros no processo de colonização do rio Madeira.

As observações dos Keller constroem uma leitura da paisagem marcada por essas quatro camadas em sua narrativa, que articulam um projeto geopolítico de conhecimento e dominação. Uma primeira dimensão aparece nas ruínas e nos traços de civilização abandonada nas margens das cachoeiras, como no caso da antiga Missão da Cachoeira de Santo Antônio e da Vila de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande⁵, destruídas pelos Mura no século XVIII, ou o destacamento militar de Ribeirão, desativado no início do século XIX, após o assassinato de seu comandante pelos Caripuna, em resposta às violências cometidas por ele contra os indígenas (Keller & Keller, 1870; Hugo, 1959; Pessoa & Costa, 2014). A essa paisagem desolada, também se associam doenças como a malária e os perigos de assaltos por indígenas ou levantes protagonizados por remeiros, episódios trágicos que compõem as histórias das cachoeiras, narradas por esses exploradores. Essas memórias ilustram um conjunto de imagens que a modernidade projeta sobre a Amazônia –

⁵ A chamada Vila do Salto Grande foi fundada em 1757 pelo juiz de fora de Vila Bela, capital de Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, sobrinho de Alexandre de Gusmão. Estabeleceu-se com sua família à margem da maior queda d'água do rio Madeira, que mais tarde passaria a levar seu nome. A intenção era transformar o local em um entreposto comercial estratégico, dada sua posição entre as capitais das províncias do Mato Grosso e do Pará. No entanto, o assentamento durou apenas três anos, sendo abandonado pelos indígenas aldeados, os Pama, e em razão dos ataques dos Mura (Hugo, 1959, pp. 106-108).

vestígios de empreendimentos civilizatórios e traços fragmentados de uma segunda natureza morta –, onde as fronteiras entre o ordinário e o insólito, o habitado e o inóspito, homens e vultos tornam-se perigosamente tênues e ambíguas (Hardman, 1988, pp. 107-109).

Em outra camada, destaca-se a representação da natureza prístina como aparece nas descrições da Cachoeira de Girau, com plantas de cacau, palmeiras cobertas por trepadeiras e troncos suspensos sobre os pedrais, compondo, segundo Keller-Leuzinger (1875, p. 60), uma paisagem intocada pelas mãos humanas. A expedição documentou essa natureza nos moldes de Humboldt, como “um espaço devoluto e atemporal, ocupado por plantas e criaturas (algumas delas humanas), mas não organizadas em sociedades e economias: um mundo cuja história estava prestes a se iniciar” (Pratt, 1999, pp. 220-221).

Um terceiro aspecto dessa paisagem descrita pelos viajantes é a presença de vestígios arqueológicos, como os petróglifos, ainda que suas obras não sejam amplamente reconhecidas por tais registros. Trata-se da representação de uma paisagem pitoresca, uma floresta considerada primal, mas que abriga inscrições rupestres nos pedrais de granito. Essa ambivalência revela uma tensão recorrente na narrativa visual e textual da expedição: a presença de marcas culturais profundas em um cenário apresentado como intocado. Frequentemente, esses lugares transformados aparecem dissociados dos Caripuna que por eles transitam. Como observa Pratt (1999, p. 232), na tradição dos cientistas naturalistas do século XIX, a arqueologia, quando aplicada à história e à cultura indígenas, tende a revivê-las apenas como traços de um passado encerrado, como se pertencessem a uma realidade extinta.

Os registros dessas gravuras, assim como outros achados arqueológicos, foram utilizados em interpretações difusionistas, que direcionavam seu olhar para além desses lugares, em busca de sociedades que consideravam mais ‘civilizadas’ e, portanto, dignas de representar o projeto de nação do Brasil (Noelli & Ferreira, 2007). Esses vestígios são destacados nos pedrais das cachoeiras de Santo Antônio, Girau, Ribeirão, Madeira e Lages, revelados somente na estiagem. Na Cachoeira de Santo Antônio, durante o transporte das cargas, os Keller registraram desenhos de afiadores nos pedrais de granito, que acreditaram ser de origem extremamente antiga (Keller & Keller, 1870, p. 7; Keller-Leuzinger, 1875, p. 55)⁶. Em Ribeirão, Keller-Leuzinger (1875, pp. 66-67) documentou petróglifos em pedrais próximos ao nível do rio, em figuras de espirais, círculos e linhas, que, segundo ele, poderiam remontar ao período das conquistas dos incas ou anterior a elas. Esses vestígios reforçam a ideia de que a paisagem possuía uma profundidade histórica, embora sua antiguidade fosse dissociada dos povos indígenas contemporâneos.

Uma das duas aquarelas atribuídas a Franz Keller (1869a), intitulada “Resultados ethnographicos e archeologicos da Exploração do Rio Madeira: empreendida por ordem do Governo Imperial pelos engenheiros José e Franc^o Keller”, retrata um indígena Caripuna e três painéis de petróglifos em pedrais das cachoeiras de Lage, Ribeirão e Caldeirão do Inferno (Figura 2). As representações variam sutilmente das litogravuras publicadas, sugerindo diversidade na produção dessas imagens. Apesar de, nas aquarelas, associar os petróglifos aos Caripuna, Keller-Leuzinger (1875) os considerava sofisticados demais para terem sido feitos por seus ancestrais.

⁶ É preciso relativizar o que Keller-Leuzinger (1875) chama de “hieróglifos” que corresponderia, em tese, aos petróglifos. A este, especificamente da Cachoeira de Santo Antônio e que se repetirá em maior número em Teotônio (Keller & Keller, 1870, p. 7), optamos por chamar apenas de afiadores, por conta de suas características formais que aparecem em uma de suas aquarelas (ver Keller, 1869b), a qual diz que esses riscos seriam somente mais modernos do que aqueles encontrados na Cachoeira de Ribeirão. Os trabalhos arqueológicos do alto rio Madeira encontraram petróglifos sempre a montante da Cachoeira do Teotônio, enquanto afiadores ou polidores foram registrados em diversos pontos das últimas cachoeiras (Kipnis et al., 2013; Tizuka, 2013).



Figura 2. "Resultados ethnographicos e archeologicos da Exploração do Rio Madeira: empreendida por ordem do Governo Imperial pelos engenheiros José e Francº Keller". Aquarela sobre papel, 31,9 x 48,4 cm, assinada e datada nos meses de agosto e setembro de 1868. Fonte: Keller (1869a).

Por fim, a presença indígena dos Caripuna é representada sob uma lógica ambivalente. São eles quem tomam a iniciativa de se aproximar dos Keller e, embora não fossem considerados pacíficos, desenvolveram relações amistosas naquele encontro. O olhar dirigido a eles é marcado por um exotismo visual e corporal: são descritos como fortes, portando dentes de capivara nas orelhas e tubos com penas vermelhas atravessando o nariz, o que lhes conferia uma aparência estranha mesmo quando comparados a outros povos. O relato menciona também que um dos jovens Caripuna se aproximou rapidamente em uma canoa de casca de jatobá, acompanhado por um

homem e uma mulher, seguidos por outras embarcações. Esse gesto inicial resultou em pequenas trocas e culminou em um convite rústico para visitar a aldeia, onde ofereceram mandioca doce aos visitantes (Keller & Keller, 1870, p. 9; Keller-Leuzinger, 1875, pp. 143-144).

A cena dessa aproximação está registrada na segunda aquarela (Figura 3) (Keller, 1869b), na qual se observa, na parte superior, a aproximação dos três Caripuna, enquanto nas laterais há seções detalhando a canoa de casca. Na parte inferior, um pedral de granito exhibe marcas de afiadores da Cachoeira de Santo Antônio. Esses detalhes não foram incluídos nas litogravuras da obra, mas não destoam da narrativa⁷.

⁷ Essas são as únicas aquarelas conhecidas da expedição na região do alto rio Madeira, embora existam outras relacionadas à paisagem urbana de Manaus e aos indígenas Mojo em Exaltación, Bolívia. Esse material está salvaguardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

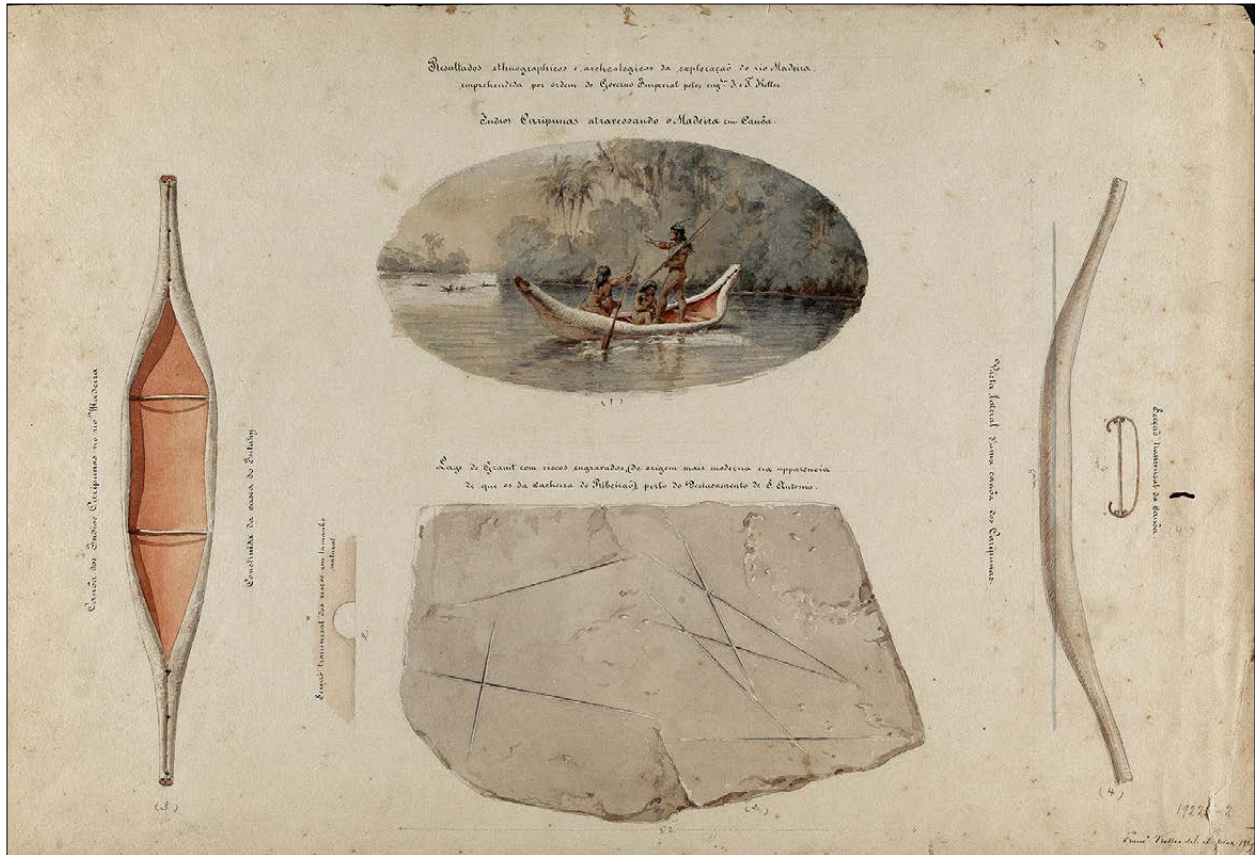


Figura 3. “Resultados ethnographicos e archeologicos da exploração do Rio Madeira: empreendida por ordem do Governo Imperial pelos engenheiros José e Francº Keller”. Aquarela sobre papel, 31,9 x 48,4 cm, assinada e datada dos meses de agosto e setembro de 1868. Fonte: Keller (1869b).

Diante do convite, o timoneiro Mojo, Remigio, reagiu com desconfiança e sussurrou a Keller-Leuzinger: “no christianos!”. A recusa refletia a resistência dos indígenas convertidos em interagir com os “pagãos”, também chamados “filhos da floresta”, mesmo que, como observou Keller-Leuzinger (1875, p. 145), seus próprios ancestrais tivessem tido aparência semelhante no passado. Os Caripuna eram rotulados como ‘selvagens’, enquanto os Mojo, já aldeados, eram vistos como ‘domésticos’. Essa distinção sustentava uma lógica classificatória que associava a “animalidade” à mobilidade e à vida errante, e o comportamento “manso” à sedentarização e à conversão cristã (Carneiro da Cunha, 1992, p. 136). O olhar de Keller-Leuzinger parece seguir esse esquema, projetando sobre

os Caripuna uma representação ambígua, que combina traços de docilidade e violência, como apontado por Córdoba e Villar (2009, p. 13).

Apesar da desconfiança inicial, a comitiva seguiu os Caripuna até a margem, onde cerca de 60 indígenas aguardavam. Um chefe notável, armado com arco e flechas, destacava-se por seu cocar de penas de tucano vermelhas e amarelas, usado com a imponência de um rei. Trata-se de uma visão que Keller-Leuzinger afirmou ter documentado da maneira mais fiel possível (Keller-Leuzinger, 1875, pp. 145-146, ver “Our first interview with Caripunas Indians”). Esse grupo conduziu os expedicionários por um estreito caminho, rodeado por uma vegetação exuberante, que levava até a aldeia. Ali, havia três casas fechadas e uma

menor, aberta, reconhecida etnograficamente como casa dos homens. Foi nela que tomaram assentos e realizaram trocas, observando uma série de objetos em seu interior: redes, cestas, tambores, armas e urnas funerárias de cerâmica cobertas por pedras. Um incidente revelou o grau de respeito e admiração que eles tinham pelos mortos. Keller-Leuzinger tentou adquirir um instrumento sonoro⁸ daquele recinto, mas um ancião explicou-lhe, imitando seu som e marchando solenemente, que o objeto era usado para lamentar os mortos e, portanto, não poderia ser trocado. Ele não esperava tamanha conduta de 'civildade' por parte de um 'selvagem'.

Os Caripuna, no entanto, não estavam restritos apenas àquela aldeia. Alguns deles foram vistos a montante da cachoeira de Caldeirão do Inferno, após caçarem antas (Keller & Keller, 1870, p. 9; Keller-Leuzinger, 1875; ver "Caripuna Indians with Tapir"), e outros indícios surgiram mais distantes, nas proximidades da foz do rio Abunã, onde se avistaram canoas de casca e uma trilha limpa, entre palmeiras de babaçu e bananeiras sororoca, que levava a uma aldeia recém-abandonada⁹. Segundo Keller-Leuzinger (1875, pp. 63-64), eles ocupavam essa região por ser livre de cachoeiras e oferecer abundância de caça e pesca. Esses relatos deixam entrever que a paisagem era, portanto, habitada e transformada de múltiplas maneiras pelas populações indígenas.

Por mais que essa natureza fosse frequentemente descrita sem uma história profunda, ela era vastamente habitada, apesar dos séculos de contato e despovoamento. Entre essas descrições, sem dúvida, destacam-se os registros etnográficos sobre os Caripuna, apenas um dos muitos povos que compunham as redes de relações nas cabeceiras do rio Madeira (Crevels & van der Voort, 2008; Vander Velden & Lolli, 2021).

Essa paisagem, marcada pela presença de falantes de línguas da família Pano, paradoxalmente, transformou os Caripuna em um emblema utilizado para projetar uma natureza com história para o lado brasileiro. Enquanto os etnônimos Chacobo e Pacaguara eram utilizados por viajantes para designar os indígenas do lado boliviano da fronteira, o termo Caripuna passou a funcionar como uma espécie de reivindicação territorial pelo Brasil. Os nomes desses povos estavam, portanto, imersos em interesses geográficos, econômicos e políticos, operando como expressões de projetos nacionalistas (Córdoba & Villar, 2009, 2011). Diante disso, a geografia e as ciências naturais atuavam como aparelhos discursivos de poder: a descrição da paisagem tornou-se não apenas um mecanismo de representação e definição territorial, essencial para a formação e consolidação dos Estados nacionais, mas também um cenário privilegiado para o avanço do capitalismo europeu em sua expansão colonial (Pratt, 1999, p. 154).

PAISAGEM DE PESCA APÓS A TEMPESTADE

A aquarela "Cena de pesca após a tempestade", assinada por José Keller durante a expedição ao alto Madeira, permaneceu inédita por anos (Figura 4). Não há registros de sua menção nas publicações dos autores da época, embora a assinatura e a data inscritas indiquem que ela foi produzida em 20 de julho de 1868. Conforme o relato de José e Franz Keller (Keller & Keller, 1870, pp. 8-9), naquele dia, eles se encontravam na Cachoeira do Teotônio, onde tiveram que parar por três dias para que os Mojo varassem e construíssem embarcações. Nesse intervalo, os Keller realizaram observações astronômicas e hipsométricas, o que indica que essa é a paisagem retratada na aquarela.

⁸ Pela descrição deste objeto, parece tratar-se de um zunidor, instrumento encontrado, por exemplo, no interior da casa dos homens Bororo e também utilizado durante rituais fúnebres (Novaes, 1986).

⁹ Trilhas e caminhos estreitos, conhecidos como varadouros, assim como estradas largas, têm sido identificados entre os vestígios arqueológicos do alto Purus. Essa prática é comum entre os povos indígenas da Amazônia e parece ter uma longa persistência (Pessoa, 2024).



Figura 4. “Cena de pesca após a tempestade”. Aquarela sobre papel, 19 x 28,4 cm, assinada e datada de 20 de julho de 1868. Fonte: Keller (1868).

É preciso pontuar que a cena foi pensada da esquerda para a direita. Essa perspectiva, dominante na pintura histórica do século XIX, enxergava os quadros como livros a serem lidos. Embora não se pudesse esperar a reprodução de uma história total, como acontece em textos, os pintores geralmente buscavam plasmar parte dela na cena de um quadro, estabelecendo, no lado esquerdo, o prelúdio da ação e, no direito, o seu pleno desenvolvimento (Oliveira & Mattos, 1999, p. 123).

Parece ser essa a perspectiva arranjada na aquarela. Caso alguém se imagine dentro da cena, é possível perceber alguns componentes ao redor que engendram a noção de temporalidade da paisagem (Ingold, 1993). Sobre o alto do pedral de granito, que corre em declive para o rio, na margem direita, quem observa vê um céu azul como luz da paisagem. Ele está atravessado por um colorido arco-íris, que marca o fenômeno meteorológico responsável por dar

temporalidade à obra: ela acontece após a tempestade. A chuva resfriou o pedral quente, mas o dia ainda é abafado. As chuvas não são comuns nessa época do ano, uma vez que julho é o período do verão nessa região, quando o nível do rio Madeira começa a atingir cotas mais baixas. Assim, a cena continua a desvelar-se com dois urubus sobrevoando o céu habitado (Ingold, 2015, p. 124). Abaixo deles, outros seis encontram-se pousados no alto das rochas, posicionados de frente para um grupo de indígenas reunidos. Keller-Leuzinger (1875, pp. 100-101) explica que dezenas de urubus foram vistos aglomerados e imóveis sobre as rochas, observando os viajantes e poças d’água repletas de grandes peixes que tentaram, sem sucesso, subir a Cachoeira do Teotônio. Estes encontravam-se em diferentes estágios de decomposição, emitindo exalações pestilentas. Os oito indígenas reunidos não parecem se importar com o cheiro; eles conversam. Dois deles estão de pé, e os outros, sentados sobre o pedral.

Os homens olham para frente, onde está a cachoeira; um deles aponta na direção de dois indivíduos que caminham mais distantes, subindo os pedrais, carregando peixes. Debruçadas sobre si, as mulheres estão ocupadas em suas atividades; a do lado direito, possivelmente, segura entre os braços e pernas um bebê. Um indígena, sentado ao centro sobre algum objeto mais elevado, de pernas cruzadas e em uma posição de superioridade, parece trazer no peito um colar largo de miçangas (couraça), semelhante ao utilizado pelo primeiro Caripuna que intermediou o contato com os Keller (Keller-Leuzinger, 1875, p. 146, ver “Portrait of a young Caripuna Indian”).

Nota-se que outros não humanos participam de perto dessas atividades, dispostos ao redor do grupo. Da esquerda para a direita, vê-se um cesto cargueiro de palha, um cachorro e uma pequena vasilha, possivelmente de cerâmica. Cestos cargueiros como esse foram mencionados por Keller-Leuzinger (1875), usados para transportar milho, mandioca ou bebês. Já a cerâmica, anteriormente descrita apenas em contextos funerários no interior da casa dos homens, agora aparece associada às atividades cotidianas, mostrando sua circulação pela paisagem. O cachorro, por sua vez, é o único elemento de origem ocidental na cena e reforça a ideia de espécies companheiras, evocando formas de convivência entre humanos e não humanos em contextos de relações multiespécies (Vander Velden, 2018; Haraway, 2022).

A continuidade da leitura da aquarela, no lado direito, mostra um grande tronco de árvore caído sobre o pedral, sugerindo que tenha sido carregado até ali pelas águas do rio Madeira durante o período de cheia. Keller-Leuzinger (1875, p. 55) relata ter visto um tronco desses ser arremessado pela Cachoeira do Teotônio como um graveto. Na parte mais baixa do pedral, dois indígenas, possivelmente um homem e uma mulher, sobem carregando peixes sobre um suporte. Eles foram retratados quase em miniatura, contrastando com as rochas e as águas revoltas da cachoeira. A perspectiva reflete o movimento de subida pelos pedrais em direção ao grupo

que está na parte mais alta. A topografia acidentada do pedral e sua superfície lisa impõe o ritmo do movimento das pessoas que sobem ou descem. Os Keller reconheciam a importância da pesca nesse lugar:

La abundancia de peces de varias clases en los remansos abajo del salto, se incalculable; y en cierta época del año se les puede pescar con arpones, en el momento en que se esfuerzan por vencer las caídas abajo del salto principal (Keller & Keller, 1870, p. 9).

Essa certa época corresponde a piracema, que ocorre nos meses de agosto, setembro e outubro, quando o verão amazônico atinge seu pico de estiagem. Nesse período, grande quantidade de peixes sobe o rio Madeira para desovar, encontrando nas cachoeiras uma barreira real, proporcionando pescas abundantes (Goulding, 1981, p. 43). No centro da aquarela, destacam-se as rochas escuras que formam a Cachoeira do Teotônio. Ali, as águas barrentas rompem violentamente contra os pedrais, produzindo espumas brancas e um som contínuo e estrondoso. Finalmente, ao fundo da cachoeira, o verde das vastas florestas compõe um horizonte distante, conferindo dimensão à grandiosidade da paisagem.

As atividades em si que a aquarela reflete não se encontram descritas nas obras dos Keller, como acontece com as duas aquarelas que são compassadas com a narrativa escrita (Keller, 1869a, 1869b). Mas as pessoas e coisas imersas na cena encaixam-se plenamente na observação e descrição que os autores fizeram dos indígenas e da Cachoeira do Teotônio. Não se compreende por que, na obra, o primeiro encontro dos Keller com os Caripuna data apenas de 25 de julho, a montante da Cachoeira de Morrinhos (Keller & Keller, 1870, p. 9), também documentado em litogravuras como “Our first interview with Caripunas Indians” (Keller-Leuzinger, 1875). Isso não significa que suas publicações sejam mais verídicas do que a aquarela. Tal dissonância gera três suposições sobre “Cena de pesca após a tempestade”: 1) que o encontro realmente ocorreu, mas não foi registrado nos relatos; 2) que a cena foi idealizada

com base na experiência dos engenheiros; ou, 3) que a aquarela foi encomendada pelo imperador.

A primeira suposição se justifica pelo fato de que os Keller produziram aquarelas durante a expedição ao alto Madeira, que nem sempre estavam em total correspondência com seus relatos escritos. Algumas descrições ausentes no texto aparecem documentadas nessas representações visuais. É plausível que muitos encontros tenham se perdido na seletividade das narrativas, silenciados pela perspectiva dos naturalistas a serviço de impérios. Nesse sentido, a aquarela sugeriria que o encontro entre os Keller e o povo Caripuna ocorreu na Cachoeira do Teotônio, embora só seja mencionado em “Vom Amazonas und Madeira” no contexto a montante da Cachoeira de Morrinhos.

Na segunda suposição, a cena pode ser interpretada como de inspiração etnográfica, partindo-se do pressuposto de que os viajantes a tenham produzido com base na experiência de engajamento com a paisagem da cachoeira. Essa leitura aproxima-se da concepção desenvolvida por Lévi-Strauss (2012, pp. 39-43), segundo a qual o artista ocupa uma posição intermediária em relação ao cientista e ao *bricoleur*, entre a criação de estruturas e a apreensão de fatos, operando simetricamente, como em uma pintura que captura instantes. Ainda que, em geral, as obras de arte se organizem a partir de modelos em escala reduzida, elas realizam sínteses que articulam propriedades intrínsecas com aquelas condicionadas por um determinado contexto espacial e temporal. A aquarela em questão parece ocupar justamente esse espaço a meio caminho, compondo sínteses equilibradas ao unir conhecimentos díspares, ainda que nem toda obra de arte se enquadre nessa lógica.

Além disso, a imagem representa uma cadeia de atividades que envolve a pesca nos pedrais da cachoeira. O olhar etnográfico dos Keller conferiu visibilidade a uma breve temporalidade da paisagem do Teotônio (*cf.* Ingold, 1993), evidenciando sua dimensão interativa. Como destacam Ingold (2015) e Tilley (1994), a paisagem não é apenas um cenário estático, mas um ambiente dinâmico, onde som, cor, textura e odor ocorrem simultaneamente.

Isso se manifesta no movimento dos Caripuna, que habitam e transitam pelos itinerários das atividades de pesca, interagindo com outros seres. A aquarela, portanto, configura-se tanto como um documento histórico quanto como uma representação de inspiração etnográfica, materializando aspectos do cotidiano indígena.

Na última suposição, a cena pode ser compreendida dentro do contexto mais amplo das representações visuais patrocinadas pelo Império. A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (2003, p. 9, 2014, p. 393) explica que foram as representações dos indígenas, da natureza e do soberano que passaram a ocupar um papel dominante durante o século XIX, como símbolos escolhidos e incentivados por Pedro II como emblemas da nação. Pode-se dizer que esse processo de representação, iniciado ainda no período joanino, resulta das intensas mudanças políticas e culturais trazidas com a vinda da família real portuguesa ao Brasil. Ao longo dos anos, essas mudanças impulsionaram a chegada de pintores estrangeiros, que produziram todo um modelo de paisagens delineadas em uma natureza idealizada e antiga, concebida para ser cenário da embrionária identidade nacional (Schwarcz, 2009).

Esse modelo de pintura seria seguido, posteriormente, pelos naturalistas que estabeleceram pesquisas de campo na Mata Atlântica. Um lugar de destaque nessas expedições foi a Fazenda da Mandioca do barão de Langsdorff, para onde convergiram diversos naturalistas e pintores, que produziram importantes descrições e inventários, particularmente da “exuberância das paisagens”. Paralelamente, uma política de aldeamento, orientada por frades capuchinhos, documentou agitadas perseguições aos povos indígenas por colonos (Amoroso, 2014, pp. 16, 27-28). No Segundo Reinado, essas imagens, especialmente pinturas históricas e fotografias, foram financiadas pelo monarca e produzidas por cientistas naturalistas em um contexto literário romântico, que explorava a figura do nativo como exótico, sobretudo do ‘bom selvagem’, transformado, assim, em ícone para motivar a construção de uma identidade nacional (Schwarcz, 2003, pp. 12-13).

A relação que Franz Keller-Leuzinger tinha com a nobreza imperial é evidenciada mais por seus escritos como engenheiro, e menos por suas pinturas, que destacam a 'natureza e seus naturais'. Como observou a historiadora Moema Vergara, vivendo na Alemanha em 1876, desde a publicação de "Vom Amazonas und Madeira", Franz endereçou uma carta a Pedro II durante sua passagem pela Alemanha. Ele tinha propostas pretensiosas para voltar ao Brasil: queria deixar de viver do trabalho artístico em sua terra natal para se dedicar a diversos negócios no Brasil. "Suas ambições empresariais rivalizavam com as científicas" (Vergara, 2013, pp. 82-83).

Não se pode negar, entretanto, a experiência dos exploradores em expedições realizadas aos rios Tibagi e Paranapanema, em 1857, e ao rio Ivaí, em 1865. Essas incursões resultaram em importantes registros etnográficos sobre os povos indígenas Guarani, Kaiowá, Botocudo e Coroados (Lovato, 1974; Tavares & Gomes, 2022). No Ivaí, os irmãos Franz e Ferdinand Keller produziram aquarelas de personagens importantes da trajetória histórica dos Coroados (Vergara, 2013, p. 82; Amoroso, 2014, pp. 186, 190). Cumpre frisar a estreita relação entre o ateliê fotográfico de George Leuzinger, sogro de Keller-Leuzinger, e a monarquia brasileira, bem como com outras figuras do cenário político imperial, por meio de diversas impressões de livros ilustrados e fotografias (Borges, 2008, pp. 191-192). Tal rede de vínculos sugere que a obra de Keller-Leuzinger possivelmente alcançou o círculo das elites dominantes, contribuindo para a construção de representações sobre os povos indígenas no imaginário imperial.

Retomando rapidamente o trabalho de Schwarzc (2014, pp. 421-22), a autora aponta três problemas em que os cientistas sociais comumente incorrem ao olhar para uma tela acabada, sem considerar seu contexto histórico e os processos de produção a ela vinculados. São eles: a) uma imagem pode ter múltiplos sentidos, e uma descrição direcionada em apenas um desses aspectos resulta no achatamento de seus significados; b) a relação de uma imagem com o passado pode estar muito distante da

nossa visão no presente; e c) observar imagens com uma perspectiva verista destitui a posição intelectual do autor.

Dessa forma, propomos destacar outro aspecto implicado nessa paisagem. O fato de a imagem documentar as atividades de pesca dos Caripuna na Cachoeira do Teotônio, um evento relativamente efêmero, nos leva da cena etnográfica para outras temporalidades da paisagem, construídas pela arqueologia e relacionadas à história indígena de longa duração (Almeida & Kater, 2017; Bsepalez et al., 2020; Kater, 2020; E. Neves et al., 2020; Watling et al., 2020). De muitas maneiras, Keller-Leuzinger esteve preocupado com essas questões em sua obra, concedendo às florestas, às plantas e aos petróglifos um certo arcaísmo, mas cuja história ele dissociava dos Caripuna. Rer sua interpretação oitocentista à luz das mais recentes conclusões arqueológicas ativa nossa compreensão da profundidade temporal do ato de habitar as cachoeiras. É nessa direção que se manifestam outras tramas envolvidas na explicação dessa paisagem.

FEIXES DE HISTÓRIA INDÍGENA

Linhas de vida, postula o antropólogo Tim Ingold (2015, pp. 111-13, 120-21, 2022), descrevem o fluxo de substância material em um espaço topologicamente fluido. Juntas e entrelaçadas, conformam a 'malha' emaranhada de vida, crescimento e movimento em um mundo de nascimentos contínuos. Nesse conceito, as vidas são vividas não dentro de lugares, mas através e no entorno deles, ao longo de caminhos em que o habitante, ao delinear seu percurso, também deixa trilhas. A essa existência situante, o autor acrescenta: "onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó" (Ingold, 2015, p. 219).

Os lugares conformam nós atravessados por fios de peregrinação. Seguir as trilhas dessas linhas é como seguir o caminho dos Keller nas paragens das cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré. Nesse movimento ao longo dos rios e

suas margens, diferentes sentidos sobre a paisagem foram apreendidos, ao mesmo tempo que os viajantes tentaram transmitir o retrato da natureza que presenciaram. Isso parte da descrição de sua fisionomia, que seria transformada em ciência. Tais viagens, desempenhadas principalmente por cientistas naturalistas, visavam não apenas ver os trópicos com os próprios olhos, mas fazer um caminhar imersivo pelas paisagens, sentindo e descrevendo essas impressões (Bailão, 2022).

Desse itinerário, em um engajamento perceptivo e material do ambiente (Ingold, 2015), as imagens da natureza extraídas têm rastros da presença indígena por toda parte, mas essa natureza muitas vezes é entendida como intocada. Para Keller-Leuzinger (1875, pp. 133-34; Vergara, 2013, pp. 89-90), a rica vegetação da zona tropical, com sua imensurável quantidade de plantas selecionadas, talvez não fosse resultado apenas do avanço de uma suposta civilização no passado. Segundo ele, apenas no México, na América Central e no Peru, os indígenas, referidos de forma pejorativa como 'peles vermelhas', teriam deixado de ser caçadores nômades para se tornarem pastores e agricultores. Assim, teriam alcançado outro nível na escala social, correspondente ao grau de civilização. Nas terras baixas, todavia, esses povos eram frequentemente descritos como grupos que viviam de forma dispersa na floresta, organizados em pequenas unidades ou 'hordas', dotadas de economia de subsistência baseada na caça e apenas um mínimo de atividade agrícola.

O cerne desse pensamento remonta à filosofia iluminista, especialmente à noção de 'estado de natureza', segundo a qual os agrupamentos humanos evitavam-se sistematicamente, motivados por um suposto medo da violência, o que se refletia em modos de vida mais solitários, em contraste com certas idealizações que projetaram um estado de inocência (Graeber & Wengrow, 2022, p. 81). Um dos reflexos dessa condição, segundo as interpretações de Carl von Martius, seria o grande número de línguas geradas pela dificuldade de comunicação entre esses povos, o que teria contribuído para mantê-los

virtualmente isolados. A hipótese defende que uma suposta civilização teria domesticado um conjunto de plantas no passado remoto, mas a situação autóctone dos indígenas resultou em um processo de degeneração sobre esse passado mais 'perfeito' que se diluiu ao longo de milhares de anos (Noelli & Ferreira, 2007, p. 1243). Keller-Leuzinger (1875, p. 135), no entanto, questionou essa ideia de civilização; em vez disso, se perguntou sobre a intencionalidade de uma influência antiga das "hordas selvagens" sobre as plantas, já que ele próprio havia testemunhado o cultivo de milho, tabaco, algodão, banana e mandioca ao redor de suas casas.

Pode-se inferir que, no centro do pensamento desses viajantes, transitava a ideia de 'zona tórrida', concebida antes de Humboldt. Inicialmente, essa noção idealizava os trópicos como inabitados, mas, com o avanço das viagens europeias por diferentes partes do Novo Mundo, começou-se a reconhecer a abundância desse ambiente, porém, os indígenas continuaram a ser enquadrados em um estágio de degradação e inferioridade inerente (Safier, 2014). Essa concepção foi denominada de "princípio da incompletude" por Eduardo Neves (2022, pp. 181-82), ao argumentar que as viagens de naturalistas e cientistas no século XIX foram responsáveis por forjar uma imagem anacrônica da história da Amazônia e de seus povos, frequentemente marcada por uma ênfase na ausência, na falta e na escassez.

Observamos esse ponto de vista, mais uma vez, em Keller-Leuzinger (1875 p. 67), quando, ao tomar notas a respeito dos petróglifos das cachoeiras, atribui a origem de tais figuras à "grandeza" das tradições incaicas, deixando, em tese, os Caripuna de fora da história mais "antiga" do alto rio Madeira, mais longe da civilização. Esse ceticismo radical é aparentemente desfeito nas aquarelas (Keller, 1869a, 1869b), onde pedrais, petróglifos, canoas de casca e cenas dos Caripuna aparecem lado a lado, organizadas em pranchas que, sob um olhar enviesado somente para as imagens, poderiam inverter muitas ideias dos seus escritos. Isso mostra que os elementos etnográficos e arqueológicos

tenham alguma implicação para pensar o passado desse lugar, ao mesmo tempo que poderiam operar como emblemas para criar um sentimento de nacionalidade. Ainda assim, os indígenas Caripuna eram, na ótica desses cientistas naturalistas, considerados 'preguiçosos' demais para terem sido os autores das figuras gravadas nos pedrais, uma concepção estereotipada que o etnólogo Koch-Grünberg (2010) continuaria a reproduzir décadas mais tarde.

A aquarela “Cena de pesca após a tempestade” foi construída sob esse pensamento pessimista a respeito das trajetórias indígenas. Mas, ao fazer o exercício de olhar para o texto e para a imagem dos viajantes, observa-se a própria antítese dessa visão colonialista, pois a cachoeira é um lugar de abundância que remete a uma dimensão histórica profunda. Ela foi ocupada por milênios pelos povos indígenas, que, como os Caripuna, habitaram e construíram essa paisagem em relações duráveis entre pessoas, peixes, plantas e outros seres.

É isso que nos mostram as pesquisas arqueológicas. Desde que o arqueólogo Eurico Miller (1992, 1999) registrou dezenas de sítios com terra preta na região das cachoeiras, a partir de 1977, começou-se a desenhar uma perspectiva segundo a qual o alto rio Madeira era visto como um centro de convergências culturais, reconhecendo a diversidade e a antiguidade dos vestígios indígenas, mas ainda sob um argumento dependente de preceitos do determinismo ambiental. Essa interpretação foi calcada principalmente em uma leitura do registro arqueológico como resultado de reocupações intermitentes, apesar dos espessos depósitos de solo fértil enriquecidos por atividades humanas, que formam uma longa sequência cronológica durante quase todo o Holoceno (E. Neves et al., 2020). Era uma conclusão baseada nos aspectos adaptativos da cultura, sempre orientada para uma relação de luta incansável dos povos indígenas contra a natureza.

Durante os últimos anos, esse passado tem sido reinterpretado a partir de uma série de evidências arqueológicas, analisadas sob a perspectiva da ecologia histórica. Esses estudos foram desenvolvidos no âmbito

de pesquisas acadêmicas, como o projeto “Alto Madeira”, conduzido pelo Laboratório de Arqueologia dos Trópicos, vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) (Almeida & Mongeló, 2020). Nessa abordagem, destacou-se que a paisagem do sítio Teotônio vem sendo construída há cerca de nove mil anos por comunidades portadoras de uma indústria lítica baseada em lascas de quartzo (Mongeló, 2020), as quais manipulavam uma série de plantas domesticadas e não domesticadas (Watling et al., 2018), que é, em si mesmo, um fenômeno antigo de habitar e transformar a paisagem da cachoeira. As evidências de terra preta nesses contextos são igualmente antigas, datando de cerca de seis mil anos, e associam-se à indústria lítica Massangana (Watling et al., 2018; Mongeló, 2020). Portanto, sabe-se que a formação precoce desse solo na bacia do alto rio Madeira está associada a processos de domesticação de plantas realizados pelas populações indígenas no passado (Clement et al., 2015; E. Neves, 2022; E. Neves et al., 2020; Watling, et al., 2020).

É possível supor que, ao longo do tempo, o ato de habitar e as interações sociais daí derivadas tenham se intensificado, conferindo ao panorama cultural da região contornos cada vez mais diversificados, moldados pela convivência entre grupos humanos com distintas tradições culturais e linguísticas. Evidências arqueológicas registradas para os últimos três milênios, como sucessões de artefatos cerâmicos associados a distintos conjuntos tecnológicos, instrumentos líticos e microvestígios botânicos preservados em espessos horizontes de terra preta, indicam a presença de marcadores cronoculturais em ambas as margens da Cachoeira do Teotônio (Almeida & Kater, 2017; Kater, 2020; E. Neves et al., 2020; Watling et al., 2020; Zuse et al., 2020). O sítio Santa Paula, situado na margem esquerda e investigado pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (DARQ/UNIR), preserva montículos construídos em meados do primeiro milênio da era comum. Esse período corresponde a uma fase de adensamento populacional

na região, marcada por transformações na paisagem (Bespalez et al., 2020).

Sabe-se que esse quadro de diversidade cultural ocorreu de modo mais intenso nas margens das cachoeiras e ilhas fluviais. No entanto, pode-se sugerir que tal diversidade era generalizada em todo o alto rio Madeira e seus afluentes em Rondônia, onde a diversidade linguística foi moldada ao longo do tempo por relações históricas (Moore & Storto, 2002; Crevels & van der Voort, 2008). Ao contrário do que alguns naturalistas pensavam, essa pluralidade linguística não atrapalhava a interação entre esses povos, pois essas relações provavelmente se deram dentro de sistemas regionais multiétnicos (Vander Velden & Lolli, 2021).

Portanto, Teotônio indica ser um lugar marcado pelas vivências indígenas, composto por inúmeras linhas de trilhas de existências que formam feixes e nós dessa longa história. Durante todo o Holoceno, os povos indígenas ocuparam permanentemente, ou com pouca descontinuidade temporal, as margens dessa cachoeira. Em outras palavras, as evidências arqueológicas sugerem um lugar de nascimentos contínuos (Ingold, 2015).

É interessante notar que essas pesquisas efetuaram correlações linguísticas, tal como a cerâmica Pocó-Açutuba e a cerâmica Barrancoide/Santo Antônio, assumidas como parte das diásporas Arawak; a cerâmica Jamari, como correlato dos povos da família linguística Tupi Arikém do rio homônimo; assim como a cerâmica Jatuarana da Tradição Polícroma da Amazônia, vinculada a grupos da família linguística Tupi-Guarani (Almeida, 2013; Almeida & Kater, 2017; Kater, 2020; Bespalez et al., 2020; Zuse, 2014). Só recentemente esses trabalhos incluíram os povos de língua Pano nessa discussão, sugerindo que a cerâmica Dionísio possa ser correlata de grupos falantes dessas línguas (E. Neves et al., 2020; Zuse et al., 2020), a qual ocorre em Teotônio, apresentando hibridismos na composição da pasta e na formação das vasilhas (Costa, 2022; Costa et al., 2023), o que decorre do quão multicultural podem ser esses contextos.

Nesse sentido, esperamos que as fontes visuais deixadas pelos Keller possam contribuir para enriquecer esse debate. A aquarela discutida representa apenas um traço dentro desse amplo feixe de histórias indígenas e levanta a instigante questão da presença dos Caripuna em Teotônio como uma importante expressão da presença Pano no alto Madeira, resistente a séculos de colonização. A imagem constitui uma contribuição inestimável para a história indígena, bem como para a própria construção da História do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aquarela “Cena de pesca após a tempestade” é uma fonte que permite reconstituir aspectos do cotidiano dos Caripuna na Cachoeira do Teotônio, mesmo que ela seja apenas um pequeno fragmento da expedição dos Keller. Esse exercício, que articula texto e imagem, revelou uma cena etnográfica pouco documentada para a região, contendo detalhes de tempo e lugar (Bleichmar & Schwartz, 2019), além de evidenciar a conexão destes povos indígenas a uma paisagem historicamente habitada. A proposta consiste, sobretudo, em retirar a aquarela da invisibilidade.

Dois pontos centrais emergem deste estudo: 1) a aquarela não é apenas uma ilustração subordinada ao texto, mas um documento histórico e etnográfico com autonomia interpretativa; e 2) a paisagem retratada faz parte do habitar indígena com uma longa história de transformação.

A obra dos engenheiros está inserida no contexto das expansões econômicas e nas tensões em torno das demarcações de fronteiras na Amazônia. O relato de viagem surge dessa demanda, transcrito sob a tradição da ciência natural oitocentista, que buscava descrever a natureza a partir de uma ótica eurocêntrica, na qual a floresta era representada como pouco modificada, justificando projetos de colonização.

A identificação do lugar retratado na imagem, por sua vez, contradiz essa natureza pristina e projeta a cachoeira como um lugar de múltiplas historicidades, onde o registro arqueológico aponta para uma sequência

de ocupações indígenas prolongadas (Almeida & Kater, 2017). A paisagem foi profundamente transformada por processos de domesticação de plantas e abriga evidências de ocupações contínuas desde o início do Holoceno, configurando-se como um centro de interação humana ao longo de milênios.

No século XX, a Cachoeira do Teotônio foi redesenhada por outros processos. O lugar passou a ser ocupado também por ribeirinhos pescadores, que, desde 1940, estabeleceram ali uma vila. A paisagem, marcada pela abundância de peixes e pelos férteis solos de terra preta, continuava atraindo pessoas para suas margens, reunindo moradores de Porto Velho e de localidades mais distantes para festivais de pesca realizados durante o verão (Almeida, 2013). Essa dinâmica, no entanto, foi radicalmente transformada em 2013, quando o licenciamento ambiental de duas hidrelétricas construídas sobre as quedas das cachoeiras do Caldeirão do Inferno e de Santo Antônio selou o destino da paisagem: as últimas dez cachoeiras, incluindo a do Teotônio, foram submersas sob os reservatórios. Ainda assim, alguns sítios arqueológicos com vestígios de longas ocupações indígenas permaneceram preservados em áreas mais elevadas.

O retorno da aquarela à Biblioteca Nacional representa a recuperação de um importante patrimônio. Apesar de ter sido produzida sob domínio colonial, ela reafirma o lugar público e coletivo que as imagens devem ocupar. Com ela, é possível também desemaranhar fios de narrativas, nas quais os Caripuna emergem como protagonistas. Esta leitura é apenas uma entre outras possíveis incursões pelas trilhas percorridas por cientistas naturalistas no século XIX. As fontes visuais e textuais deixadas por esses viajantes formam um acervo a ser lido, no qual a história indígena se revela como um campo vasto e dinâmico que precisa ser colocado em foco.

AGRADECIMENTOS

Parte dos dados que fundamentam este trabalho foi apresentada na IV Reunião da Regional Norte da Sociedade

de Arqueologia Brasileira, realizada em Manaus, e no IV Seminário de Fronteiras das Amazônias, “Histórias, culturas e os desafios da oralidade”, no Acre. Somos gratos aos debatedores e às questões levantadas, que contribuíram para amadurecer as reflexões aqui desenvolvidas. Agradecemos igualmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à pesquisa, por meio do processo nº 2024/17478-5.

REFERÊNCIAS

- Adelaar, W. F. H., & Brijnen, H. B. (2014). Johann Natterer and the Amazonian languages. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 6(2), 333-352. <https://doi.org/10.26512/rbla.v6i2.16285>
- Almeida, F. O. de. (2013). *A Tradição polícroma no alto rio Madeira* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2013.tde-17072013-140140>
- Almeida, F. O., & Kater, T. (2017). As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. *Revista Brasileira de História*, 37(75), 39-67. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02a>
- Almeida, F. O., & Mongeló, G. (2020). Introdução: arqueologia dos 'pioneiros' e da diversidade do alto rio Madeira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190080. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0080>
- Amoroso, M. (2014). *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. Terceiro Nome.
- Apontes, S. A., & Kaxinawá, J. P. M. (2022). Vocabulário Karipuna - Pano: esboço de tabela fonética a partir de dados de Martius (1863) e Faria (1927). *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, 1(1), 1-35. <https://doi.org/10.29327/210932.1.1-6>
- Baillão, A. S. (2022). *Tropicalidades múltiplas: as matas, os campos e as viagens naturalistas no século XIX* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-16022023-163744>
- Barreto, C. (2000). A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, (44), 32-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>
- Bespalez, E., Zuse, S., Pessoa, C., Venere, P. P., & Santi, J. R. (2020). Arqueologia no sítio Santa Paula, alto Madeira, Porto Velho/RO, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190076. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0076>

- Bleichmar, D., & Schwartz, V. R. (2019). Visual History: the past in pictures. *Representations*, 145(1), 1-31. <https://doi.org/10.1525/rep.2019.145.1.1>
- Borges, V. P. (2008). O clã familiar Georges Leuzinger: negócios e afetos entre o Velho e o Novo Mundos (séculos XIX e XX). In E. Scarzanella, & M. R. Schpun (Eds.), *Sin fronteras: encuentros de mujeres y hombres entre America Latina y Europa (siglos XIX-XX)* (pp. 187-202). Ibero-Americana/Vervuert. <https://www.sudoc.abes.fr/cbs/DB=2.1//SRCH?IKT=12&TRM=134035038>
- Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap133-154/p133-154_Cunha_Politica_indigenista_seculo_XIX.pdf
- Clement, C. R., Denevan, W. M., Heckenberger, M. J., Junqueira, A. B., Neves, E. G., Teixeira, W. G., & Woods, W. I. (2015). The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society: Biological Sciences*, 282(1812), 20150813. <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>
- Córdoba, L., & Villar, D. (2009). Etnonímia y relaciones interétnicas entre los panos meridionales (siglos XVIII-XX). *Revista Andina*, (49), 211-244. <https://hdl.handle.net/10278/5037983>
- Córdoba, L., & Villar, D. (2011). As estruturas de nomeação étnica na história dos panos meridionais. In E. C. Lima, & L. Córdoba (Orgs.), *Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana* (pp. 109-118). UFPR. <https://shs.hal.science/halshs-01955178v1>
- Costa, A. F. (2022). *A construção social da paisagem do alto rio Madeira: ocupação pré-colonial nas ilhas fluviais, Rondônia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Costa, A. F., Gomes, D. M. C., Munita, C., Kipnis, R., & Rizzutto, M. A. (2023). A produção da cerâmica no alto rio Madeira (séculos XI-XIII AD): uma abordagem das interações indígenas com a paisagem por meio das técnicas físico-químicas. *Revista de Arqueologia*, 36(2), 122-139. <https://doi.org/10.24885/sab.v36i2.1055>
- Crevels, M., & van der Voort, H. (2008). The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In P. Muysken (Ed.), *From linguistic areas to areal linguistics* (pp. 151-179). John Benjamins Publishing Company.
- Finotti, I. (2018, dezembro 3). Itaú Cultural devolve mais quatro obras que haviam sido roubadas da Biblioteca Nacional. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/12/itau-cultural-devolve-obras-que-haviam-sido-roubadas-da-biblioteca-nacional.shtml>
- Fleck, D. W. (2013). *Panoan languages and linguistics*. American Museum of Natural History.
- Fonseca, D. R., & Zimpel Neto, C. A. (2013). *Caderno do CPARQH - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Rondônia*. EDUFRO.
- Goulding, M. (1981). *Man and fisheries on an Amazon frontier*. The Hague/W. Junk Hingham.
- Graeber, D., & Wengrow, D. (2022). *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Companhia das Letras.
- Haraway, D. (2022). *Quando as espécies se encontram*. UBU.
- Hardman, F. F. (1988). *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. Companhia das Letras.
- Hugo, V. (1959). *Desbravadores* (Vol. I e II). Missão Salesiana.
- Ingold, T. (1993). The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25(2), 152-174. <https://doi.org/10.1080/00438243.1993.9980235>
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Vozes.
- Ingold, T. (2022). *Linhas: uma breve história*. Vozes.
- Kater, T. (2020). A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190078. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0078>
- Kater, T., & Lopes, R. A. (2021). Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de histórias indígenas de longa duração. *Revista de História*, (180), a11720. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.174977>
- Keller-Leuzinger, F. (1875). *The Amazon and Madeira rivers: sketches and descriptions from the note-book of an explorer*. J.B. Lippincott and Company. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4995>
- Keller-Leuzinger, F. (1876, julho 1). Viagem d'exploração ao Amazonas e ao Madeira. *Ilustração Brasileira*, (1), 5-7. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=758370&pagfis=5>
- Keller-Leuzinger, F. (1877). Encontro com os índios Caripunas. *O Vulgarizador*, (1), 7. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=778010&Pesq=franz%20keller&pagfis=7>
- Keller-Leuzinger, F. (2021). *Os rios Amazonas e Madeira: esboços e relatos de um explorador*. Editora Dialética.
- Keller, F. (1868). *Cena de pesca após a tempestade*. [Aquarela]. Brasileira Iconográfica. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sem_titulo_da_Coleção_Brasiliana_Iconográfica.jpg

- Keller, F. (1869a). *Resultados ethnographicos e archeologicos da Exploração do Rio Madeira: empreendida por ordem do Governo Imperial pelos engenheiros José e Francº Keller* [Aquarela]. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/267525>
- Keller, F. (1869b). *Resultados ethnographicos e archeologicos da exploração do Rio Madeira: empreendida por ordem do Governo Imperial pelos eng.ros J. e F. Keller* [Aquarela]. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/46672>
- Keller, J., & Keller, F. (1870). *Exploracion del rio Madera en la parte comprendida entre la cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamorè*. Imprenta de la Union Americana. <https://archive.org/details/exploracindelr00kell/page/n3/mode/1up>
- Kipnis, R., Santos, H. B. C., Tizuka, M. M., Almeida, M. J. G. T., & Corga, M. P. A. S. (2013). Aplicação das tecnologias de modelagem 3D conjugada às técnicas tradicionais para o registro das gravuras rupestres do rio Madeira, Rondônia, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(3), 605-619. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000300008>
- Koch-Grünberg, T. (2010). *Petróglifos sul-americanos*. MPEG.
- Leonel, M. (1995). *Etnodicéia uruêu-au-au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia*. Edusp. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/uel00001.pdf>
- Lévi-Strauss, C. (2012). *O pensamento selvagem* (12 ed.). Papirus.
- Lovato, L. A. (1974). A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. *Boletim do Museu do Índio. Antropologia*, (1), 2-44. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/contribuicao-de-franz-keller-etnografia-do-parana>
- Miller, E. T. (1992). Adaptação agrícola pré-histórica no alto rio Madeira. In B. J. Meggers (Ed.), *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas* (pp. 219-229). Taraxacum.
- Miller, E. T. (1999). A limitação ambiental como barreira à transposição do período formativo no Brasil: tecnologia, produção de alimentos e formação de aldeias no sudoeste da Amazônia. In P. Ledergerber-Crespo (Ed.), *Formativo Sudamericano, una revaluación* (pp. 335-343). Ediciones Abya-Yala. https://downloads.arqueo-ecuatoriana.ec/ayhpwxgv/bibliografia/LedergerberCrespo_FormativoSudamericano.pdf
- Mongeló, G. Z. (2020). Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190079. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0079>
- Moore, D., & Storto, L. (2002). As línguas indígenas e a pré-história. In S. Pena (Org.), *Homo brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro* (pp. 63-82). FUNPEC. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/homo-brasilis-aspectos-geneticos-linguisticos-historicos-e-socioantropologicos-da>
- Neves, E. G., Watling, J., & Almeida, F. O. (2020). A arqueologia do alto Madeira no contexto arqueológico da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190081. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0081>
- Neves, E. G. (2022). *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. UBU/Edusp.
- Neves, I. C. A., & Sanjad, N. R. (2021). Tráfico ilícito de bens culturais e a evasão do patrimônio bibliográfico e arquivístico brasileiro: o caso do furto à Coleção de Obras Raras do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Memória e Informação*, 5(1), 78-103. <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/157>
- Noelli, F. S., & Ferreira, L. M. (2007). A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14(4), 1239-1264. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000400008>
- Novae, S. C. (1986). *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo*. FFLCH-USP. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:novae-1986-mulheres>
- Oliveira, C. H. S., & Mattos, C. V. (Orgs.). (1999). *O brado do Ipiranga*. Edusp.
- Pessoa, C., & Costa, A. F. (2014). Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 6(1), 110-139. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i1.1751>
- Pessoa, C., Zuse, S., Costa, A. F., Kipnis, R., & Neves, E. G. (2020). Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190083. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0083>
- Pessoa, C. (2024). *Cruzando fronteiras: arqueologia das estradas no interflúvio Madeira-Purus* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2024.tde-11072025-121720>
- Pratt, M. L. (1999). *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. EDUSC.
- Ramirez, H. (2010). Etnônimos e topônimos no rio Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 2(2), 13-58. <https://doi.org/10.26512/rbla.v2i2.16223>
- Safier, N. (2014). The Tenacious Travels of the Torrid Zone and the global dimensions of geographical knowledge in the eighteenth century. *Journal of Early Modern History*, 18(1-2), 141-172. <https://doi.org/10.1163/15700658-12342388>
- Schwarcz, L. M. (2003). A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. *Revista USP*, (58), 6-29. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i58p6-29>

- Schwarzc, L. M. (2009). Paisagem e identidade: a construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. *Revista Acervo*, 22(1), 19-52. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/98>
- Schwarzc, L. M. (2014). Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociologia & Antropologia*, 4(2), 391-431. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014V425>
- Tavares, A., & Gomes, V. (2022). A Casa Leuzinger e o olhar germânico sobre a paisagem brasileira. In M. V. Ferreira Jr., & R. Cardoso (Orgs.), *O olhar germânico na gênese do Brasil: coleção Geyer - Museu Imperial* (pp. 97-205). Museu Imperial. https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/virtual_OlharGermanico_72dpi.pdf
- Tilley, C. (1994). *A phenomenology of landscape: places, paths and monuments*. Berg. <https://pt.scribd.com/document/458340077/TILLEY-1994-A-Phenomenology-of-Landscape-Places-Paths-and-Monuments>
- Tizuka, M. M. (2013). *Geoarqueologia e paleohidrologia fluvial da planície aluvial holocênica do alto rio Madeira entre Porto Velho e Abunã-RO* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/f345d9e5-861b-4535-8dcf-5eac4045234a>
- Vander Velden, F. (2018). Os primeiros cachorros: encontros interétnicos e multiespecíficos no sudoeste da Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(97), 1-23. <https://doi.org/10.1590/339713/2018>
- Vander Velden, F., & Lolli, P. (2021). Das áreas culturais às redes de relações: os sistemas regionais ameríndios em análise. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, (94), 1-57. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/521>
- Vergara, M. R. (2008). Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 1(2), 137-145. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v1i2.396>
- Vergara, M. R. (2013). A exploração dos rios Amazonas e Madeira no Império brasileiro por Franz Keller-Leuzinger: imprensa e nação. *Almanack*, 1(6), 81-94. <https://doi.org/10.1590/2236-463320130606>
- Villar, D., Córdoba, L., & Combès, I. (2009). *La reducción imposible: las expediciones del padre Negrete a los pacaguaras (1795-1800)*. Instituto de Misionología.
- Villar, D., Córdoba, L., & Combès, I. (2010). Un documento sobre los panos meridionales en el Mojos jesuítico (1753). *Revista Andina*, (50), 231-245. <https://shs.hal.science/halshs-01952901/document>
- Villar, D. (2020). Un país de remadores: canoas, monterías y batelones en el boom del caucho (Amazonía Boliviana, 1870-1920). *Anuario de Historia de America Latina*, 57, 294-323. <https://doi.org/10.15460/jbla.57.196>
- Watling, J., Shock, M. P., Mongeló, G. Z., Almeida, F. O., Kater, T., Oliveira, P., & Neves, E. G. (2018). Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *PLoS ONE*, 13(7), e0199868. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>
- Watling, J., Almeida, F., Kater, T., Zuse, S., Shock, M. P., Mongeló, G., Bispalez, E., Santi, J. R., & Neves, E. G. (2020). Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190075. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0075>
- Wilke, V. C. L., & Antunes, A. P. (2012). Imagens da ciência brasileira: a produção iconográfica do artista viajante oitocentista. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 5(1), p. 194-209. <https://doi.org/10.53727/rbhc.v5i1.289>
- Zuse, S. (2014). *Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no alto rio Madeira, Rondônia* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-25092014-124246>
- Zuse, S., Costa, A. F., Pessoa, C., & Kipnis, R. (2020). Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190082. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0082>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

C. Pessoa contribuiu com conceituação, investigação e escrita (rascunho original, revisão e edição); e A. F. Costa com conceituação e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

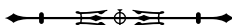
Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.



Valores culturais da natureza: o imaginário amazônico como fonte inexplorada em políticas públicas de proteção ambiental

Cultural values of nature: the Amazonian imaginary as an untapped source in public policies of environmental protection

Jaqueline Ferreira de Oliveira¹  | Marina Fernandes de Figueiredo Souza Teixeira¹ 

Paulo Beltrão Rabelo¹ 

¹Centro Universitário do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este estudo propõe a integração de valores culturais, notadamente o imaginário amazônico, às estratégias de conservação ambiental, a fim de resgatar a afetividade humana ao ambiente natural e possibilitar a superação do paradigma utilitarista de compreensão da natureza apenas como recurso, dando maior eficácia às políticas públicas que buscam engajar a população na defesa do meio ambiente no Brasil, materializando o art. 225 da Constituição Federal. O trabalho tem como premissa o fato de que, sem conexão com o meio ambiente, o indivíduo não é afetado significativamente pela degradação ambiental a ponto de tomar atitudes para protegê-lo, até que seja atingido brutal e diretamente pela crise, quando qualquer ação já não é útil ou suficiente. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental em livros, artigos científicos e sítios oficiais, e revela a potencialidade do imaginário amazônico em atribuir significado afetivo ao meio ambiente, provocando admiração, temor e respeito. Como conclusão, aborda a necessidade de maior compreensão do poder público sobre essa parte de nossa cultura, a fim de incluí-la em suas políticas, o que deve ser reparado para possibilitar maior eficácia à tutela do meio ambiente no Brasil.

Palavras-chave: Meio ambiente. Imaginário amazônico. Afetividade. Sustentabilidade. Política pública.

Abstract: This article proposes the integration of cultural values, especially the Amazonian imaginary, with environmental conservation strategies. It aims to restore human affection for the natural environment and to overcome the utilitarian paradigm that views nature solely as a resource, thereby enhancing the effectiveness of public policies designed to engage society in the defense of the natural world, and to give concrete form to article 225 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil. The research is based on the premise that, without a genuine connection to the environment, individuals are not sufficiently affected by environmental degradation so as to motivate them to take preventive action. When people finally are directly and severely impacted by the crisis any intervention may no longer be effective or sufficient. The research adopts a qualitative approach, grounded in bibliographic and documentary analysis of books, scientific articles, and official websites. It reveals the potential of the Amazonian imaginary in shaping the affective meanings of the environment, eliciting admiration, fear and respect. In conclusion, the study highlights the need for a deeper understanding by the public of this cultural dimension, so that it may be effectively incorporated into environmental policies. Such inclusion is essential to strengthen and improve the effectiveness of environmental protection efforts in Brazil.

Keywords: Environment. Amazonian imaginary. Affectivity. Sustainability. Public policy.

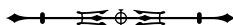
Oliveira, J. F., Teixeira, M. F. de F. S., & Rabelo, P. B. (2026). Valores culturais da natureza: o imaginário amazônico como fonte inexplorada em políticas públicas de proteção ambiental. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20250025. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0025.

Autora para correspondência: Jaqueline Ferreira de Oliveira. Centro Universitário do Estado do Pará. Av. Alcindo Cacela, 980 – Umarizal. Belém, PA, Brasil. CEP 66065-205 (jaque.academ@gmail.com).

Recebido em 09/07/2025

Aprovado em 30/09/2025

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



INTRODUÇÃO

Iniciamos esta pesquisa a partir da observação de que o homem pós-moderno tende a se importar apenas com aquilo que detém valor subjetivo para ele, que lhe traz algum benefício próprio. Isso ocorre em razão da visão antropocêntrica de mundo que caminha junto com o utilitarismo, e que se manifesta na forma de redução da natureza como fonte de recursos pelo homem. É uma cultura objetivamente impossível de conduzir ao desenvolvimento sustentável (Araujo & Moraes, 2016) e é onde estamos inseridos. Diante disso, a única forma eficaz para alcançar a dimensão ambiental de sustentabilidade seria associá-la aos interesses humanos (Araujo & Moraes, 2016, p. 200), devendo o Estado, nesses moldes, impulsionar formas alternativas de relacionamento do sujeito com o ambiente natural. Assim, levantamos a seguinte questão: como a integração do imaginário amazônico às estratégias de conservação ambiental promoveria uma relação mais sustentável entre o homem e a natureza?

Nossos povos originários atribuem significado espiritual ao ambiente natural, estabelecendo com ele uma conexão existencial a partir da afetividade, que se distancia diametralmente do modelo utilitarista antropocêntrico. Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak expressa muito bem essa premissa: “em algumas culturas, a natureza continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão de subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência” (Krenak, 2019, p. 43). Dentro desse contexto, o imaginário social dessas comunidades mantém vivo o significado transcendental da natureza, e também serve como um instrumento de regulação do comportamento humano.

No entanto, o poder público pouco compreende essas formas alternativas de percepção do mundo natural (Costa Neto et al., 2023), o que se reflete no caráter das políticas públicas, reduzidas à tentativa de proteger a natureza a partir de critérios objetivos, baseados em uma divisão conceitual e instrumental que afasta a natureza

da cultura (Fernandes-Pinto, 2024, p. 316), o que acaba diminuindo a eficácia da atuação estatal.

Dessa maneira, este estudo tem como objetivo demonstrar que a inclusão do imaginário amazônico nas estratégias de conservação ambiental pode potencializar a eficácia das políticas públicas, ao promover o sentimento de pertencimento do homem com o meio natural, afastando-o do paradigma utilitarista.

Para tanto, utilizando uma abordagem de pesquisa qualitativa descritiva, construímos o estudo a partir de análise bibliográfica e documental em livros, artigos científicos de revistas periódicas disponíveis em bases de dados como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e sítios oficiais do governo e de organismos internacionais. Na primeira seção, buscamos compreender qual a perspectiva de proteção ambiental adotada pelo Brasil, fazendo um breve histórico das constituições republicanas até a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (Brasil, 1988), que rompeu com os modelos anteriores e trouxe uma noção de sustentabilidade que pode ser compreendida sob diversas dimensões. Na segunda seção, é realizada uma análise crítica sobre os impactos que o capitalismo utilitarista trouxe para o relacionamento entre o homem e a natureza e como ele contribuiu para o agravamento da crise ambiental, propondo o resgate da afetividade como maneira de reprimir a degradação a partir da adoção de critérios subjetivos nas estratégias de conservação.

Em seguida, apresentamos o imaginário como, longe de ser algo desvinculado da realidade, um instrumento poderoso de organização e transformação social, explicando como povos originários e comunidades tradicionais ao redor do globo encontram nele um instrumento de regulação do comportamento humano para com a natureza, ao lhe atribuírem significados espirituais que transcendem a noção de recurso/matéria-prima.

Finalmente, na última seção, nos detemos na análise específica do imaginário amazônico, explicando como ele seria capaz de contribuir para a criação de uma cultura de proteção, quais seriam os desafios para a implementação

de políticas ambientais que visassem a sua integração e como a colaboração entre comunidades locais, governo e organizações seria fundamental à efetivação dessas políticas, tornando viva e eficaz a tutela constitucional do meio ambiente.

A TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL

O interesse pelo meio ambiente nacional remonta à época colonial, evidentemente não com os objetivos e nem da forma como compreendemos hoje, mas eminentemente num viés antropocêntrico clássico, que enxergava o meio natural como mero instrumento de satisfação das realizações humanas, algo a ser conquistado, cuja proteção era baseada tão somente nos interesses econômicos da Coroa, que criava normas e estabelecia penas aos infratores de acordo com o valor econômico das espécies naturais (Nazo & Mukai, 2001). Conforme lecionam Nazo e Mukai (2001, p. 120), o Império português à época havia devastado, inclusive, suas próprias florestas para a construção de navios.

Esse paradigma é o que se tem tentado superar na contemporaneidade, através da adoção alternativa de um “antropocentrismo alargado”, que enxerga o meio ambiente como valor autônomo e enfatiza a interdependência e a necessidade da solidariedade entre o homem e a natureza (Leite, 2015, p. 390). Essa é uma evolução conceitual resultante dos agravamentos históricos, notadamente das crises ambientais decorrentes do primeiro viés e de suas adaptações (como o utilitarismo moderno), a qual levou vários Estados a assinarem compromissos internacionais para a proteção ambiental, influenciando o conteúdo das suas próprias constituições, que vêm conferindo ao meio ambiente equilibrado o *status* de direito fundamental (Leite, 2015, p. 44).

Quando visualizamos o tema no Brasil, numa ótica histórica constitucional republicana, observamos a presença dele já na primeira constituição pós-república, em 1991, através da regulação de competências legislativas

da União sobre minas e terras (Nazo & Mukai, 2001, p. 121), procedida pela Emenda Constitucional (EC) n. 3 de 1926 (Brasil, 1926), que atribuiu ao Congresso Nacional competência legislativa sobre a navegação nos rios. Em 1934, seguindo o espírito intervencionista da época, tivemos outra constituição estendendo a competência da União, que passou a legislar sobre bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, água, energia, florestas, caça e pesca, bem como sua exploração (Antunes, 2023, p. 40).

Conforme argumenta Antunes (2023), a Constituição de 1934 influenciou uma legislação infraconstitucional de certo modo preocupada com a proteção ambiental, mas dentro ainda de uma abordagem econômica e utilitarista de conservação de recursos, como o Código de Águas e o Código Florestal de 1934, que regulavam mecanismos para a exploração industrial das florestas (Antunes, 2023, p. 40). Nas constituições seguintes, de 1937 e 1946, o constituinte adotou o mesmo padrão anterior, especialmente quanto à competência federal para legislar e fiscalizar o uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis (Lima, 2014). Lima (2014), tratando da carta seguinte, de 1967, narra que esta foi chamada de “semi-outorgada” por ter sido impulsionada pelos militares a fim de legalizar e institucionalizar a ditadura, na qual se manteve o amplo poder dado ao Executivo Federal em matéria ambiental, e que, com a EC n. 1, de 17 de outubro de 1969 (Brasil, 1969), avistou-se uma alteração considerável no tipo de proteção, manifestando-se de maneira inédita, mas tímida, o uso do termo ‘ecológico’ no art. 172 da emenda (Lima, 2014).

Em síntese, até a promulgação da CF/88, a proteção do meio ambiente pelo ordenamento jurídico brasileiro foi tratada de forma superficial e secundária em relação aos reais interesses políticos do Estado, sendo a infraestrutura para o desenvolvimento econômico a preocupação primária do constituinte até então (Antunes, 2023, p. 40).

A CF/88 foi uma quebra nesse paradigma teórico, reservando um capítulo exclusivo ao meio ambiente, em que a tutela é revelada em seu âmago pelo

artigo 225 da carta, que estabelece a escolha do constituinte sobre o modo de proteção, a natureza do direito e a responsabilidade pela defesa e preservação do meio ambiente (Brasil, 1988). De acordo com Antunes (2023, p. 41), a CF/88 possui 22 artigos que, de algum modo, se relacionam com o meio ambiente, além de parágrafos e incisos diversos, tal como o que prevê a sua proteção como requisito ao cumprimento da função social da propriedade e o que dispõe sobre a legitimidade de qualquer cidadão para a propositura de ação popular para anular ato lesivo ao meio ambiente, ou seja, apesar de termos capítulo específico, os princípios que permeiam a tutela da natureza se refletem em vários outros dispositivos constitucionais, limitando e condicionando outros direitos para a garantia de um meio ambiente equilibrado (Trennepohl, 2023, p. 34).

A nova roupagem trazida pela CF/88 – de meio ambiente como bem jurídico autônomo – não implicou, todavia, a desimportância dos recursos naturais como bens necessários ao desenvolvimento econômico, mas aprofundou a questão, estabelecendo um mecanismo em que os diversos usuários dos recursos naturais possam usufruí-los de maneira sustentável, abrandando as eventuais tensões (Antunes, 2023, p. 41). Nos termos do *caput* do art. 225 da CF/88:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988, p. 198).

A partir da referida disposição, o meio ambiente ecologicamente equilibrado foi elevado à categoria de direito fundamental, haja vista se tratar de uma condição primária ao gozo de uma qualidade de vida plena, relacionando-se com o princípio da dignidade da pessoa humana (Antunes, 2023, p. 42), sendo tratado como um direito transindividual, pertencente a toda coletividade, que subordina os interesses privados em favor do bem-estar social (Leite, 2015, p. 50), e não apenas do homem, mas efetivamente de todos, incluindo os animais e os incipientes

“direitos da natureza” (Antunes, 2023, p. 42), os quais deverão ser resguardados não só pelo poder público, mas também solidariamente por toda a coletividade.

A expressão “para as presentes e futuras gerações” reflete o princípio do desenvolvimento sustentável, já cunhado no plano normativo nacional por meio do art. 4º da Lei n. 6.938/81, referente à política nacional do meio ambiente (Brasil, 1981; Sarlet & Fensterseifer, 2017, p. 42). Dito isso, é importante entendermos em que contexto histórico os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade foram construídos.

Para Sarlet e Fensterseifer (2017, p. 42), independentemente de ideologias, tanto liberais como socialistas não conseguiram impedir o crescimento da crise ambiental, pelo contrário, esses modelos foram fonte da crise, devido à exploração predatória ao meio ambiente. A crise ambiental sofrida na atualidade é, assim, consequência de anos de exploração devastadora provocada pelos modelos econômicos, tanto no passado como no presente. Os autores expressam que o foco do Estado Social era o desenvolvimento econômico, sem preocupações significativas com a questão ambiental, mas que, com a crise do modelo em questão, cujos fenômenos se intensificaram na década de 70 com a crise do petróleo, começou a haver maior preocupação com os recursos naturais não renováveis, sendo questionados os limites do crescimento que os modelos econômicos tanto visavam.

Em razão dessa situação, a exploração dos recursos naturais passou a ser alvo de preocupação pelos países e um exemplo disso foi a produção do relatório do Clube de Roma, que demonstrou diversos problemas causados pela poluição, a qual afeta tanto a esfera social quanto a econômica (Sarlet & Fensterseifer, 2017). Além desse relatório, podemos citar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU), que, por meio do relatório “Nosso futuro comum”, de 1987 (CMMAD, 1988), também conhecido como Relatório Brundtland, trouxe o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, definido

como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Sarlet & Fensterseifer, 2017, p. 42).

Após compreender o contexto em que o conceito de desenvolvimento sustentável surge, deve-se pontuar qual seria a noção de sustentabilidade. Nos dizeres de Sarlet e Fensterseifer (2017, p. 42), trata-se da ideia que está

. . . vinculada à proteção do ambiente, já que manter (e, em alguns casos, recuperar) o equilíbrio ambiental implica o uso racional e harmônico dos recursos naturais, de modo a por meio de sua degradação também não os levar ao seu esgotamento.

Este conceito mais abrangente já abarca tanto a ideia de necessidade quanto a de restrição, mas é importante citar que, por muito tempo, tanto o conceito de sustentabilidade quanto o de desenvolvimento sustentável tinham como grande foco apenas a proteção do ambiente em si. Foi somente a partir do Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) que as dimensões econômicas e sociais também entraram em pauta, junto com a dimensão ambiental, entendendo-se que era preciso haver um equilíbrio entre as três esferas para garantir um desenvolvimento, de fato, sustentável (Stoffel & Colognese, 2015, p. 21).

Dessa forma, observa-se que a sustentabilidade não se resume a um conceito voltado para apenas para a proteção do meio ambiente, mas abrange diversos aspectos da relação entre o homem e o meio, envolvendo aspectos sociais, culturais, econômicos, entre outros. No aspecto econômico, por exemplo, há a associação com a exploração de recursos naturais, que, algumas vezes, não são renováveis, o que acende um alerta para os agentes econômicos sobre essa esfera da sustentabilidade, visto que tal exploração pode levar ao esgotamento dos recursos, podendo também causar danos irreversíveis ao meio ambiente (Stoffel & Colognese, 2015, pp. 22-23).

Entende-se que as problemáticas causadas pela exploração ambiental não devem ser isoladas umas das outras, pois “interações entre as esferas econômica, natural

e sociocultural nada mais são do que a relação entre economia, os recursos e o ambiente” (Stoffel & Colognese, 2015, p. 23). Assim, todas essas esferas estão interligadas e não podem ser tratadas separadamente, pois, quando uma é afetada, há reflexo direto nas outras.

Dito isso, a sustentabilidade multidimensional é dividida em “três pilares mais a esfera institucional, pois, segundo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável – CDS (citada por P. Carvalho & Barcellos, 2010), garantindo-se a sustentabilidade econômica, social, ambiental e institucional, automaticamente se garantiria o Desenvolvimento Sustentável” (Stoffel & Colognese, 2015, p. 29). Assim, é importante compreender a sustentabilidade em todas essas áreas para que se possa pensar em um desenvolvimento sustentável ideal, capaz de gerar efeitos significativos na realidade. Para isso, devemos compreender minimamente o que cada um desses quatro segmentos (econômico, social, ambiental e institucional) representa.

Na dimensão econômica, percebe-se que o desenvolvimento sustentável não se trata apenas de uma limitação no crescimento da economia, mas preocupa-se com o desenvolvimento socioeconômico caminhando junto com o cuidado ao meio ambiente. Ao falar sobre o produto interno bruto (PIB) de um país, considera-se os resultados vindos da exploração dos recursos naturais, mas não da existência deles em si, de modo que é difícil colocá-los como parte dos registros contábeis das contas nacionais, visto que, conforme lecionam Stoffel e Colognese (2015, p. 20), “a variação de seus estoques não pode afetar a renda convencionalmente calculada, ignorando-se, dessa forma, a exaustão ou degradação dos recursos naturais, muito embora representem importância econômica para o país”.

Essa visão de que os recursos naturais só passam a ser reconhecidos como riquezas após sua exploração é bastante problemática, pois, em favor do crescimento do PIB, ignora-se que a sua escassez afete a economia num futuro próximo, além de serem ignorados os danos causados aos seres humanos (notadamente à sua saúde e ao seu bem-estar) e os gastos realizados

para recuperar áreas poluídas pelas empresas (Stoffel & Colognese, 2015). Stoffel e Colognese (2015, p. 30) mostram, ainda, que o modelo sustentável deve levar em consideração indicadores que também considerem as variáveis ambientais, não se detendo exclusivamente ao acompanhamento do crescimento e da performance durante as avaliações. Dessa forma, compreendemos que a sustentabilidade econômica se fundamenta na manutenção do crescimento produtivo sem o esgotamento dos recursos naturais.

Na perspectiva ambiental, observa-se o impacto causado pela atividade humana no meio ambiente é o foco, pois busca o respeito ao funcionamento da natureza, entendendo que o ser humano não só depende dela para sua sobrevivência, sendo também parte dela (Stoffel & Colognese, 2015, p. 32), de modo que precisa respeitar seus ciclos e equilibrar a exploração de seus recursos, considerando o tempo para que possam se recuperar sem se esgotar. A perspectiva institucional, por sua vez, trata da parte política e governamental da sustentabilidade, que, por meio dos governos e da sociedade, é capaz de executar ações que permitam a realização concreta do desenvolvimento sustentável (Stoffel & Colognese, 2015, p. 33).

Por fim, na perspectiva social, a sustentabilidade busca condições para a promoção do bem-estar humano, a fim de que os indivíduos possam ter o mínimo necessário para uma vida digna, como educação, cultura e alimentação. Para isso, deve-se substituir os indicadores econômicos, como o PIB, por indicadores sociais, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), que foca mais na qualidade de vida do que na produção de riquezas, as quais costumam ser mal distribuídas, contribuindo para maior desigualdade social e, conseqüentemente, maior destruição ambiental, visto que os mais ricos tendem a ter maior concentração de recursos naturais para explorar e os mais pobres acabam ficando com pequenos lotes de terra apenas para sua subsistência (Stoffel & Colognese, 2015, p. 31).

Dessa forma, o estudo em questão tem como premissa a busca pela sustentabilidade em sua forma

multidimensional, compreendendo que a perspectiva sociocultural é tão importante quanto as outras para a devida efetivação do desenvolvimento sustentável e para a proteção do meio ambiente de forma geral.

CAPITALISMO: IMPLICAÇÕES NO RELACIONAMENTO HOMEM x NATUREZA E BARREIRAS À EFETIVAÇÃO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Ao se falar de natureza, percebe-se que o ser humano contemporâneo tende a separar-se dela, compreendendo-a apenas como paisagens naturais, mares, árvores e outros elementos que parecem distantes da vida humana em cidades e seus cotidianos, como se fossem realidades opostas e incompatíveis. Entretanto, pouco se reflete sobre como a história da humanidade está intrinsecamente conectada com a natureza, não apenas como fonte de recursos para a sobrevivência, mas como base da cultura, dos costumes, dos modos de vida, das manifestações, entre outras peculiaridades que formam o ser humano (Williams, 2011, pp. 89-90).

Williams (2011, pp. 91-92) explora o conceito de natureza, trazendo uma interessante pontuação sobre o significado de *natura*, em latim, que seria “a constituição essencial do mundo”. Tal colocação propõe uma forma de entender a natureza não como algo separado do ser humano, mas como base para tudo o que existe, a essência, de modo que “a multiplicidade das coisas e dos processos de vida poderia então ser mentalmente organizad[a] em torno de uma única essência ou princípio: a natureza” (Williams, 2011, p. 91).

Por que, então, o homem contemporâneo perdeu esse paradigma, de modo que não consegue valorizar a natureza como algo que condiciona a sua própria existência, objetiva e subjetivamente? Para Laraia (1986, p. 67), “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja,

o resultado da operação de uma determinada cultura”. Podemos, assim, encontrar no desenvolvimento de nossa atual cultura a resposta para o comportamento disfuncional humano em relação ao meio ambiente.

Nosso modo de vida na atualidade é configurado a partir dos critérios econômicos do capitalismo. Somos educados para nos tornarmos peças funcionais na cadeia de produção e consumidores vorazes, vendo o mundo natural (das coisas, da matéria) como algo totalmente subjugado a nós, seguindo o padrão capitalista de separação entre o homem e a natureza (Mello Filho, 2019, p. 1135). Conforme Iecionam Leite e Ayala (2020, p. 1), “essa dificuldade de controle do dano ambiental tem muito que ver com a racionalidade do desenvolvimento econômico do Estado oriundo de uma sociedade de risco e industrializada”, portanto, o fato de estarmos inseridos nessa cultura capitalista de produção e consumo desenfreados é o fator central para a ausência de consciência ambiental e para a omissão estatal.

A procura do Estado pelo desenvolvimento econômico a qualquer custo, que se justifica com promessas de melhora da condição de vida da sociedade em geral, trouxe problemas exponenciais de ordem ambiental e não promoveu em nada o anunciado desenvolvimento social (Barbieri, 2021, p. 174). Conforme pontuam Moraes et al. (2019, p. 149), em estados subdesenvolvidos como o nosso, onde o crescimento econômico ocorre basicamente pela atividade de exploração direta e exportação, que concentram renda, a classe mais abastada acaba tendo acesso à diversificação de consumo, enquanto o restante da população é privado estruturalmente de ganhos materiais, e as consequências ambientais desse tipo de produção não pode ser outra senão a degradação exponencial dos recursos. De acordo com Barbieri (2021, p. 173), “o capitalismo e a aplicação da ciência e da tecnologia modernas conquistaram e dominaram grande parte de todo o meio ambiente do planeta, degradando a biodiversidade”.

Pott e Estrela (2017) afirmam que, a partir da segunda metade do século XX, na tentativa de frear a crise ambiental desencadeada por esse sistema de produção e consumo remanescente da Revolução Industrial, os países manifestaram preocupação com a agenda ambiental – não sem antes haver cobranças sociais e por parte da comunidade científica –, a fim de buscar medidas para que os desastres ambientais não mais se repetissem. Com isso, até o final da década de 90, foi editada “uma série de acordos, convenções e leis, que surgiram com a finalidade de tornar o desenvolvimento econômico menos impactante ao meio ambiente e à própria humanidade” (Pott & Estrela, 2017, p. 271).

Nesse cenário, o Brasil teve o seu ápice de proteção com a CF/88, a qual veio a ser chamada de “Constituição Verde” (Bezerra, 2007, p. 6), que repercutiu na edição de normas infraconstitucionais também mais incisivas na tutela do meio ambiente. A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237, em 1997 (CONAMA, 1997), por exemplo, estabeleceu importantes critérios para o licenciamento ambiental no país e mostrou-se uma ferramenta forte para o planejamento das atividades econômicas em etapa anterior à implantação delas, contribuindo com a redução, a compensação, o aumento da responsabilidade e, conseqüentemente, o cuidado com o meio ambiente (Pott & Estrela, 2017).

Apesar de toda a movimentação nacional e internacional feita por meio de tratados, constituições ecológicas, leis, normas regulatórias internas e políticas públicas, temos vivenciado o agravamento da crise ecológica, com os efeitos das mudanças climáticas presentes no Brasil e no mundo (Leite & Ayala, 2020, p. 8). Em 2024, por exemplo, o Brasil registrou 232.427 focos de incêndios florestais até 20 de outubro, o que representa um aumento de 69% em comparação com o ano de 2023, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2024); o portal G20 Brasil, administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, comunicou que a seca de 2023/2024 foi a mais severa da história recente,

provocando prejuízos consideráveis para o meio ambiente, a economia e a saúde pública (“Queimadas e crise do clima...”, 2024); no mundo, ameaças da crise climática incluem a liberação de organismos antigos, que podem ser nocivos, através do derretimento do *permafrost*¹, o que, inclusive, já se concretizou em um surto de antraz na Sibéria (ONU, 2024).

Que fatores contribuem para essa ineficiência das normas e políticas públicas já existentes? Um dos fatores principais, senão o principal, é a perspectiva utilitarista que ainda impera quando há a necessidade de escolha entre a proteção do meio ambiente e outros interesses, notadamente de ordem econômica, sendo esclarecidamente impossível que o utilitarismo nos conduza ao desenvolvimento sustentável (Araujo & Moraes, 2016, p. 205). Essa perspectiva utilitarista torna-se evidente até mesmo na elaboração das normas nacionais.

A própria CF/88 (Brasil, 1988), por exemplo, autorizou a desapropriação de terras rurais pela União por descumprimento da sua função social (art. 184), sendo um dos requisitos para o cumprimento a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente” (art. 186, II), mas colocou a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária (art. 185, II), ou seja, pela interpretação crua da norma, mesmo que a grande propriedade não preencha os demais requisitos de cumprimento da função social (degradando o meio ambiente, por exemplo), se for economicamente produtiva, o proprietário não a perde, entendimento alterado apenas recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3865 (STF, 2024)².

Podemos visualizar, portanto, os problemas relacionados a essa perspectiva utilitarista em duas frentes principais: em relação à população, que viola as normas de proteção já existentes de maneira comissiva e omissiva, em razão de perceber o meio ambiente apenas como recurso, ou seja, um intermédio para atingir seu crescimento (Pott & Estrela, 2017, p. 279); e em relação ao poder público, que valida atos violadores de direitos fundamentais (dentre eles, o meio ambiente equilibrado) em prol do desenvolvimento econômico, apoiado inclusive pelo judiciário a partir de uma lógica de ponderação seletiva entre princípios que, nos termos de Simioni (2021), “é conveniente para a manutenção das estruturas sociais em países com altos índices de desigualdade social, como o Brasil”, contribuindo para essa relativização indiscriminada de direitos fundamentais.

A adoção de critérios subjetivos nas políticas públicas seria um método de transformação desse cenário, visto que não apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo, as políticas são baseadas em uma ideia de divisão entre a natureza e a cultura, tratadas como aspectos isolados (Fernandes-Pinto, 2024, p. 316). Dito isso, ao analisarmos o catálogo de políticas públicas com foco na proteção ambiental disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), observamos que grande parte das políticas no Brasil adota como foco critérios objetivos, técnico-científicos, muitas vezes buscando realizar ações para remediar problemas. Um exemplo dessas medidas que reforçam a ideia de separação entre o homem e a natureza foi o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), previsto no Decreto nº 11.043/2022 (Brasil, 2022), segundo o qual o meio ambiente é uma fonte de recursos que deve ser preservada para continuar sendo

¹ O *permafrost* é uma espécie de solo, sedimento ou rocha que permanece com temperatura igual ou inferior a 0 °C por no mínimo dois anos consecutivos. É encontrado em regiões árticas e subárticas, altas montanhas e áreas livres de gelo na Antártica. Até 2014, a sua extensão abrangia cerca de 13% da camada terrestre (T. Pereira et al., 2014, p. 21).

² A ADI foi encerrada com a tese de que o cumprimento da função social é requisito para que um imóvel produtivo não possa ser desapropriado para fins de reforma agrária. Dessa forma, devem ser observados todos os requisitos dispostos no art. 186 da CF/88 para o cumprimento da função social da propriedade, dentre eles a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente e a observância da legislação trabalhista (STF, 2023).

explorada no futuro, deixando em segundo plano critérios subjetivos de proteção (como a afetividade, a memória, a história, as crenças), ou nem mesmo os citando.

Reforça-se que tais políticas são muito importantes para a preservação ambiental, mas poucas levam em consideração critérios subjetivos, os quais são tão importantes quanto os objetivos. Um exemplo de legislação que considera esses critérios subjetivos para um alcance maior de proteção ambiental é a Lei Federal nº 9.985 (Brasil, 2000), que instaurou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e previu, no art. 18, *caput*, as reservas extrativistas como as áreas utilizadas pelas populações extrativistas tradicionais, enfatizando que o objetivo da norma é preservar os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais a partir da valorização das subjetividades dessas comunidades.

Dessa forma, devemos entender que os valores e os conceitos da natureza são fundamentais para a formação cultural e identitária de diversos grupos (Fernandes-Pinto, 2024, p. 317), a exemplo das populações extrativistas tradicionais citadas, de modo que essa ligação costuma fazer com que os indivíduos criem o sentimento de pertencimento e cuidado com o espaço natural. A questão cultural se torna, portanto, um forte motivo para o cuidado e a preservação desses espaços, em razão da criação de um vínculo que se reflete no respeito pela natureza.

Observa-se, assim, que os valores culturais da natureza são pouco destacados nas políticas públicas de proteção ambiental, sendo necessário compreender que a criação de laços de afetividade com a natureza tem se mostrado indispensável para a implementação de políticas com resultados mais eficazes (Fernandes-Pinto, 2024, p. 317). Por isso, é de extrema importância que o Estado, na criação de suas políticas, leve em consideração aspectos culturais, pois eles integram as pessoas ao meio ambiente, afastando-os da visão utilitarista e criando um significado subjetivo à proteção ambiental.

IMAGINAÇÃO E COMPORTAMENTO: O PAPEL DO MUNDO IMAGINAL NO MODELO HARMÔNICO DE RELACIONAMENTO ENTRE POVOS ORIGINÁRIOS E A NATUREZA EM CONTRASTE AO PARADIGMA UTILITARISTA

A imaginação é uma faculdade cognitiva essencial para o desenvolvimento humano, atuando na constituição da realidade, com a capacidade de exercer seus efeitos sobre o corpo, o comportamento e até mesmo sobre o destino de uma vida (Rocha, 2016, p. 168). Porém, conforme Rocha (2016), esse reconhecimento valorativo não permaneceu inalterável ao longo da história, sendo sua (re)valorização um fenômeno recente, tendo em vista que por muito tempo o pensamento ocidental considerou o imaginário como um fenômeno oposto ao real e à racionalidade, por se localizar no campo do simbólico e das representações sociais.

Essa oposição entre razão e imaginação se constituiu um dos principais dualismos na formação conceitual da função imaginativa, e foi defendida por filósofos como Platão, que utilizou esse entendimento, no livro “República” (Platão, 1988), como argumento para retirar os poetas de seu ideal de polis grega, por considerar a imaginação um instrumento potencial de formação de mentiras (Richter & Kopp, 2019, p. 38). Esse paradigma de desqualificação da imagem pela razão, do ponto de vista filosófico da modernidade, passou a ser questionado por pensadores como Gaston Bachelard, que trouxe uma nova abordagem fenomenológica sobre a imaginação, ao defender uma complementaridade entre objetividade e subjetividade para resultar em um conhecimento verdadeiro do eu, ao acolher o mundo a partir da imaginação poética (Richter & Kopp, 2019, p. 50).

Do ponto de vista das ciências sociais, Rocha (2016, p. 169) fala em uma “descoberta do imaginário” na virada do século XX para o XXI como um fenômeno da moda, dando à superação dos paradigmas positivista e estrutural-funcionalista nas ciências sociais e humanas o crédito por essa valorização do imaginário nos anos recentes.

O autor defende a inexistência de separação entre o imaginário e a razão, que teriam a mesma natureza ao pertencerem, ambos, ao campo da cognição, afirmando que a imaginação é fundamental não só para a arte e a cultura, mas também para o processo científico, à medida em que as teorias e metodologias, independentemente do campo de origem, são frutos da imaginação (Rocha, 2016, p. 170).

É possível visualizar os dois aspectos dessa afirmação no âmbito jurídico pós-moderno, a título de exemplo, o qual, a partir da reaproximação do direito com a filosofia, proporcionou a superação do paradigma positivista, com a valorização dos princípios como fonte de interpretação e aplicação do direito, que nada mais são do que manifestações de valores fundamentais de uma determinada sociedade (Lunardi, 2012) e que, como veremos adiante, são erigidos a partir do imaginário social. Da mesma maneira, a própria formação da teoria pós-positivista, com Dworkin, Alexy e Habermas como representantes, seria fruto de um exercício imaginativo dos referidos doutrinadores. Assim, vemos a intervenção da imaginação tanto no conteúdo principiológico da teoria, quanto na sua elaboração.

Na análise das influências do imaginário sobre a realidade, Rocha (2016) levanta a afirmação do quanto, na verdade, a própria realidade é imaginada, isto é, é interpretada a partir de lentes subjetivas (construídas pela cultura, história e trajetória pessoal). Referenciando as palavras do filósofo e antropólogo francês Gilbert Durand, para demonstrar o alcance universal do tema, coloca:

Se os homens se podem “compreender” mutuamente através do tempo da história e da distância das civilizações, se os mitos, as literaturas e, inclusivamente, os poemas podem ser universalmente traduzidos, é porque toda a espécie *homo sapiens* possui um patrimônio inalienável e fraterno que constitui o império do imaginário (Durand, 1998, p. 69 citado em Rocha, 2016, p. 170).

Esse patrimônio “inalienável e fraterno” seria aquele apresentado por Tânia Swain. Para a historiadora, a miríade

de bens simbólicos e imateriais é fruto da vida social, tal qual os bens materiais, e se constituem em um conjunto de representações formadas a partir da comunicação, que ocorre através de diversos tipos de linguagens, materializadas em textos “imagéticos”, iconográficos, impressos, orais e gestuais, dentre outros (Swain, 1994, pp. 43-67 citada em Rocha, 2016, p. 170).

Esse reconhecimento do imaginário como uma categoria fundante da realidade só assumiu vez a partir da segunda metade do século XX, e gradativamente, movido por pensadores como Gaston Bachelard, que, em sua fenomenologia da imaginação, “ultrapassa a visão do imaginário como alienação e reconhece nele uma forma de abertura para o mundo” (Rocha, 2016, p. 171).

Podemos visualizar a imaginação, inclusive, como um instrumento de poder, a partir do entendimento de que o imaginário social, como parte fundante da vida em sociedade, se manifesta como um importante mecanismo de produção e organização social (Rocha, 2016). Citando Baczko, Rocha (2016, p. 173) revela o imaginário como uma “resposta que a coletividade fornece aos seus conflitos, violências e divisões e, na mesma medida, um meio de expressar seus desejos, suas aspirações e valores mais caros”. Quando aplicamos esse pensamento a uma lógica de organização de povos originários brasileiros, percebemos o papel central desse imaginário social para a constituição da identidade desses povos e para a sua forma de relacionamento com o meio, em que a natureza e o sagrado não se diferem em suas cosmovisões (Costa Neto et al., 2023, p. 2). Esclarece o autor:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” designadamente através da instalação de modelos formadores . . . Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (Baczko, 1985, p. 309 citado em Rocha, 2016, p. 173).

O imaginário teria, então, uma eficácia simbólica na sociedade, ao trajar de realidade e sentido algo ‘nascido da imaginação’, portanto, aquilo que chamamos de ‘ficção’ não seria algo contrário à realidade, e sim uma representação verdadeira dela que, ao atingir o campo dos sentidos, traz repercussões de ordem afetiva/emocional (Rocha, 2016).

Assim, tudo aquilo que de alguma forma atinge a nossa emoção, despertando nosso interesse, é real, e não apenas aquilo que podemos ver e tocar. Podemos concluir, então, que a imaginação, com sua natureza simbólica, não se constitui em falsidade e faz parte da realidade tanto quanto o mundo tangível, exercendo papel fundamental na significação do mundo para todos os povos, influenciando a forma como convivem entre si e com o meio.

Para muitos povos indígenas e comunidades tradicionais ao redor do mundo, suas crenças sagradas estão intrinsecamente ligadas à natureza, formando um sistema complexo de histórias com seres e figuras míticas e mágico-religiosas, associadas a bosques, rios, montanhas, matas, que estabelecem uma forma afetiva de convívio com a natureza e com o território em que vivem (Kala, 2017 citado em Costa Neto et al., 2023, p. 2). Esse mundo imaginal, portanto, faz parte da própria organização social desses povos. A partir disso, vemos estabelecidos diversos sistemas de proteção socioambientais baseados em crenças locais que visam à conservação ambiental e cultural, num tipo de “ecologia espiritual” (Costa Neto et al., 2023, p. 2).

Esse tipo de proteção ambiental baseada na crença local, que leva os sujeitos a estabelecerem uma cultura de convívio com o meio distinta da perspectiva antropocêntrica – a saber, harmônica e sustentável –, foi objeto de estudo em países como a Tailândia. Esses estudos sugerem o reconhecimento das crenças espirituais locais e sua inclusão em políticas governamentais voltadas tanto à proteção ambiental quanto à conservação do patrimônio sociocultural (Costa Neto et al., 2023). Costa Neto et al. (2023) citam, ainda, casos como o de Benin, onde pescadores são proibidos de exercer a pesca em locais específicos da lagoa Nokoue pela crença de serem

destinados ao repouso da deusa Anasi Gbegú; citam também o caso do Butão, onde a crença geral em espíritos e divindades que habitam paisagens molda as formas de convívio e produção de comunidades com o meio, o que faz com que dois terços da nação permaneçam sob cobertura florestal (Allison, 2017 citado em Costa Neto et al., 2023, p. 2).

Em suma, a espiritualidade fundada na atribuição de sacralidade ao ambiente natural faz com que muitos povos indígenas e comunidades em todo o globo adotem uma cultura sustentável de apropriação da natureza, protegendo a flora, a fauna e os espaços naturais como um todo por gerações. A integração dessas populações no manejo das áreas naturais vem sendo incentivada por acordos internacionais desde a década de 1980, a fim de potencializar essa conservação (Costa Neto et al., 2023, pp. 2-3).

Todavia, como pontuam os Costa Neto et al. (2023, p. 3):

Embora os valores culturais e espirituais sejam forças críticas na condução da proteção da natureza e no manejo de ecossistemas e paisagens, geralmente eles são difíceis de serem representados nos processos de tomadas de decisão (Verschuuren, 2006). Sendo assim, planos de manejo raramente consideram o conhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre seres sobrenaturais e lugares sagrados (Bortolamiol et al., 2018).

Dessa feita, como bem ressaltam os autores, apesar do reconhecimento da eficácia desses valores e crenças como potencializadores da proteção, temos uma dificuldade prática de aplicação nas estratégias governamentais de manejo, em razão da falta de compreensão sobre essas diferentes formas de percepção do mundo natural. Esse é, portanto, um dos principais pontos que precisam ser tratados para a criação de pretensas políticas públicas que busquem integrar valores culturais dos povos originários em seu âmago.

Nas diversas cosmovisões de comunidades tradicionais e povos indígenas ao longo da história, estão presentes, constantemente, tradições religiosas que imbuem a seres inanimados e a elementos da natureza

características espirituais, que, inclusive, interagem com os homens, havendo incontáveis histórias sobre visagens, assovios, gritos etc., integrando um verdadeiro fenômeno transcultural, que ultrapassa fronteiras geográficas e temporais (Costa Neto et al., 2023, p. 3).

A muitos desses seres são atribuídas as funções de protetores da natureza, vindo a exercer um papel importante de regulação das atividades antrópicas no meio ambiente. Frequentemente, esses guardiões são responsáveis por proteger elementos específicos do ambiente contra os interesses que coloquem em risco a flora, a fauna – em atividades de caça e pesca – e o espaço natural como um todo (Fernández-Llamazares & Virtanen, 2020 citados em Costa Neto et al., 2023, p. 3), e o fazem a partir da perseguição e da punição daqueles que invadem os espaços sagrados sem permissão, excedem a exploração da caça e da pesca ou, ainda, destroem as matas, assumindo uma forma corpórea para tanto (Smith, 1983; Steinhart, 1984; K. Oliveira & Borges, 2010 citados em Costa Neto et al., 2023, p. 3).

De acordo com Fernández-Llamazares e Kristiina Virtanen (2020), numa análise dos *game masters* (espíritos senhores dos animais) presentes na cosmologia de diversos povos originários ao redor da bacia amazônica, os grupos indígenas “têm regras, restrições, práticas e rituais específicos para regular o comportamento das pessoas no seu relacionamento com agentes espirituais não humanos e com os recursos que eles protegem” (Fernández-Llamazares & Virtanen, 2020, p. 21, tradução nossa), o que se repete na história de diversas outras comunidades no globo terrestre, que tem no seu imaginário os seus próprios entes guardiões que regulam essa atividade cinegética, como os indígenas Khwe, na Namíbia, e outros povos indígenas na Sibéria, na Europa e na América do Norte (Tributsch, 2018; Jackson, 2008, p. 17 citados em Costa Neto et al., 2023, p. 4).

A ritualidade dessas culturas próprias normalmente funciona com base na premissa de que “o ser humano não pode viver sem associar seu destino a elementos naturais e

sobrenaturais” (Dehouve, 2007 citado em Costa Neto et al., 2023, p. 4), o que se traduz, falando especificamente da atividade cinegética, na necessidade de cerimônias próprias de petição ou rituais de agradecimento, em que a conduta do caçador é posta à prova e pode resultar em aprovação ou punição pelos referidos ‘guardiões’ dos animais, existindo, dessa forma, um verdadeiro código de conduta a ser respeitado, o que se aplica também às demais formas de relacionamento e uso da natureza, como a coleta de recursos, a pesca, a meliponicultura e até mesmo o manejo na agricultura familiar (Costa Neto et al., 2023, pp. 4-5).

Conforme exemplificam Costa Neto et al. (2023), entre os povos originários da Mesoamérica, há uma vasta documentação sobre a diversidade de entidades protetoras da fauna e da flora, como: a) a entidade *Sip* como protetora dos animais para os maias, na península de Yucatão (México), manifestando-se na figura de um veado, com grandes chifres ramificados, que carrega um ninho de vespas, o qual serviria para atacar caçadores; b) o *Seko*, espírito guardião dos povos Semelai, na Malásia, do qual é proibido pronunciar o nome, sob pena de entrar em um estado de transe; e c) os *Swim*, do povo Miskito, em Honduras, que seriam duendes guardiões das varas de porco-do-mato (Hood, 1993; Flores Andino, 1991 citados em Costa Neto et al., 2023, pp. 5-6).

Há, portanto, provas de um rico repertório imaginal no nosso mundo, exercendo um papel fundamental no tipo de relacionamento harmônico de povos originários com a natureza, em contraste ao modelo utilitarista antropocêntrico. Conforme pontua Fernandes-Pinto (2019), os valores culturais e espirituais da natureza traduzem significado ao meio ambiente que vai além da simples riqueza biológica, de matéria-prima e de recurso natural, alcançando (por seguidores de diversas vertentes religiosas e, especialmente, entre povos indígenas) significados espirituais múltiplos, que formam fortes vínculos de pertencimento e afeto das populações humanas aos ambientes naturais (Fernandes-Pinto, 2019, pp. 1-2).

O RESGATE DA AFETIVIDADE: IMAGINÁRIO AMAZÔNICO COMO FONTE DE SUBJETIVIDADES PARA A CRIAÇÃO DE UMA CULTURA DE PROTEÇÃO

Iniciamos essa reflexão com as palavras do autor paraense J. Oliveira (2007, p. 9): “Nossos cantos, nossas danças, nossas lendas, perseguidos pelos esbirros desrespeitosos de uma pseudo-civilização, internaram-se novamente nas florestas, onde embalam indolentemente a alma roceira, esquiva e receosa”. Tal frase traz uma reflexão importante quanto às raízes culturais do povo amazônico e sobre como o capitalismo e a ideia de civilização trazida pela colonização acabaram por ofuscar essa cultura ancestral e a relação com a natureza carregada por ela.

Começamos este estudo explorando o desenvolvimento da legislação ambiental no Brasil e como ela é significativamente influenciada pelo rompimento da relação entre o homem e a natureza, tratados como dois agentes separados – a natureza objetificada e o homem como seu dono, que a utiliza como fonte de matéria prima, sem a considerar como seu próprio lar ou até mesmo entendê-la como parte de si –, repercussão da cultura capitalista. Na sessão anterior, vimos como o mundo imaginal na cultura de diversos povos influencia, com maestria, a relação afetiva e protetiva que os indivíduos detêm com o meio natural, e buscamos, neste último ponto, demonstrar como essa cultura de proteção pode ser criada a partir do nosso imaginário amazônico, integrando-o nas políticas públicas, a fim de incentivar um reencantamento com o mundo, compreendendo a natureza como parte de si.

A relação umbilical com a natureza, tão inerente à vida dos povos originários, é observada nas falas do escritor indígena Ailton Krenak, quando ele descreve o rio Watu:

Os antigos do nosso povo colocavam bebês de trinta, quarenta dias de vida dentro do Watu, recitando as palavras “*Rakandu, nakandu, nakandu, racandu*”. Pronto, as crianças estavam protegidas contra pestes, doenças

e toda possibilidade de dano. Esse nosso rio-avô, chamado pelos brancos de rio Doce . . . canta. Nas noites silenciosas ouvimos sua voz e falamos com nosso rio-música. Gostamos de agradecer-lo, porque ele nos dá comida e essa água maravilhosa, amplia nossas visões de mundo e confere sentido à nossa existência (Krenak, 2022, pp. 13-14).

Nesse trecho, observamos a relação particularmente afetiva do povo Krenak (terra indígena localizada no município de Resplendor, em Minas Gerais) com o rio, considerado parte de sua família ao ser chamado de ‘rio-avô’, bem como o fato de ser tratado como fonte de proteção e vida, e não apenas como um objeto a ser explorado pelo ser humano, com finalidades econômicas, como a construção de hidrelétricas e a exploração de garimpo ilegal, que modificam seu curso, causando poluição e devastação de áreas enormes.

Assim é que, numa perspectiva amazônica de N. Carvalho (2014, p. 221), “as águas do rio concentram um enorme universo de significados, de lendas, de crenças e de seres sobrenaturais”. É na riqueza de biodiversidade, que começa no rio e termina na floresta, abrigando uma gama sem tamanho de espécies animais e vegetais, que o imaginário amazônico se alimenta e assume papel central na forma como povos originários e comunidades ribeirinhas se enxergam no mundo e se relacionam com ele (N. Carvalho, 2014, pp. 221-222). Aproveitando a visão de João de Jesus Paes Loureiro, a autora traz a seguinte observação:

. . . a cultura amazônica na busca de encontrar a sua mola propulsora, depara-se com um mundo povoado de seres, signos e fatos, que podem indicar várias possibilidades de análise e interpretação. É um mundo de pescadores, índios e pequenos agricultores, que abriga casas humildes, de um viver contemplativo no qual predominam a linguagem e a expressão devaneante, como se seus habitantes caminhassem entre o eterno e o cotidiano. É a vivência de um tempo próprio, que é ao mesmo tempo secular e mítico, um é o finito e o outro a eternidade (Loureiro, 1995, p. 68 citado em N. Carvalho, 2014, p. 222).

Essa afirmação demonstra a mistura entre objetividade e subjetividade presente na vida dessas pessoas, que se

projetam no mundo e o compreendem a partir do seu imaginário, vivendo simultaneamente em um tempo secular, que é linear, e em um tempo mítico, que é cíclico, na visão de Loureiro (1995). Desse modo, um rio nunca é apenas um rio, a mata não é apenas a mata, árvores não são só árvores, a noite, com seus sons e escuridão, está cheia de significados espirituais e fantásticos, que abrem caminho para o desenvolvimento do imaginário dirigido para os mitos e os encantados, habitantes das águas dos rios e da floresta, elementos simbólicos oriundos da natureza e do sincretismo cultural (N. Carvalho, 2014, pp. 222-223), que tem como desfecho inerente a proteção do meio ambiente.

Nesse contexto, as narrativas orais assumem um papel fundamental para manter viva a ancestralidade e a própria cultura desses povos, pois as crianças, desde muito cedo, são imersas nesse mundo imaginário, ao ouvir histórias de seres encantados, protetores da floresta, lendas, mitos, entre outras narrativas orais, como a do Curupira, da Cobra Grande, da Matinta Pereira, além de narrativas próprias das diferentes comunidades amazônicas (N. Carvalho, 2014, pp. 222-223), que têm grande influência na forma como essas crianças, já crescidas, vão se relacionar com o meio ambiente.

Em um estudo realizado por uma equipe de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Profª. Nazira Litaiff Moriz, no município de Tefé, Amazonas, para identificar as representações do imaginário lendário amazônico através da arte, os discentes, considerando que a Amazônia é uma “pluralidade cultural e de muitas histórias” que de forma nenhuma pode ser conceituada de maneira hegemônica (L. Oliveira et al., 2021), trazem as narrativas contadas pelos próprios alunos (acompanhadas de suas representações artísticas), em que se pode perceber imbricada a proteção ambiental em cada relato, senão vejamos:

Quando o homem que caça com ganância e destrói a natureza, sem pensar no futuro da floresta, a Mãe da Mata aparece, com os olhos de uma cobra grande, como se saísse fogo e os pés iguais de um Curupira montada no porco-queixada para assustar os invasores; castigando aqueles gananciosos que só querem enriquecer à custa da floresta. A Mãe da Mata é conhecida como a Mãe Natureza, Mãe Terra e Mãe dos Bichos (estudante da Escola Estadual Profª. Nazira Litaiff Moriz, comunicação pessoal, 2019 citado em L. Oliveira et al., 2021, p. 117).

O relato é acompanhado da representação artística da “Mãe da Mata”, produzida pelo aluno que deu a declaração citada em L. Oliveira et al. (2021) (Figura 1).

Dentre outras narrativas, selecionaram também a produção artística feita por um aluno a respeito da Cobra Grande, representada como um ser que “emerge das profundezas das águas para proteger as riquezas e as farturas da floresta” (L. Oliveira et al., 2021, p. 117). Os pesquisadores ressaltam como o aluno em questão buscou demonstrar a função educativa da narrativa, que busca levar as pessoas a respeitarem e a temerem o espaço natural da Cobra Grande:

Na comunidade onde meus pais nasceram e cresceram tinha muitas riquezas, hoje eles falam que as farturas do passado não são como as dos tempos atuais. Meu pai sempre falava do medo que tinha da Cobra Grande, pois se você não respeitasse a natureza, colhendo e pescando somente o necessário, ela aparecia e engolia as pessoas que estragavam os alimentos (estudante da Escola Estadual Profª. Nazira Litaiff Moriz, comunicação pessoal, 2019 citado em L. Oliveira et al., 2021, pp. 117-118).

A Figura 2 mostra a representação artística do aluno citado por L. Oliveira et al. (2021) a respeito da Cobra Grande, também chamada de Boiúna, presente no imaginário popular de nossas comunidades desde muito como um ser encantado, habitante das águas profundas do rio Amazonas.

É visível, na fala dos alunos citados em L. Oliveira et al. (2021), o quanto a narrativa oral fixou em suas mentes a ideia de proteção da natureza a partir dos referidos contos encantados; o quanto esse imaginário é efetivo para integrar esses indivíduos na própria cultura e proporcionar



Figura 1. Representação artística da “Mãe da Mata”, produzida por aluno do 8º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Profª. Nazira Litaiff Moriz, no município de Tefé, Amazonas. Fonte: L. Oliveira et al. (2021, p. 117).



Figura 2. Representação artística da “Cobra Grande”, produzida por aluno do 8º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Profª. Nazira Litaiff Moriz, no município de Tefé, Amazonas. Fonte: L. Oliveira et al. (2021, p. 118).

afetividade com o ambiente em que eles vivem, de maneira que o tipo de relacionamento desenvolvido com a natureza é diametralmente oposto àquele produzido pelo capitalismo utilitarista.

Assim é que propomos resgatar essa afetividade, demonstrando como tal conexão – perdida pela cultura capitalista de progresso a qualquer custo, que parece buscar empobrecer a existência (Krenak, 2022, p. 38), decorrente da competitividade de mercado e da “pseudo-civilização”, citada por J. Oliveira (2007, p. 9) – pode retornar para a nossa realidade. O que observamos hoje é que:

Querem silenciar inclusive os encantados, reduzir a uma mímica isso que seria 'espíritar', suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido (Krenak, 2022, pp. 37-38).

Observamos que esse equilíbrio com a natureza não é um elemento distante, pois faz parte das raízes de nosso país e dos povos originários que aqui habitavam e habitam até hoje. Krenak (2022) mostra que, em algumas culturas (inclusive na sua), o umbigo de uma criança é relacionado com uma planta, indicando que, nas florestas, as plantas

têm nome, pois são vinculadas a pessoas que nasceram ali, demonstrando uma conexão criada a partir do momento do nascimento. Em suas palavras: “não existe fronteira entre o corpo humano e os outros organismos que estão ao seu redor” (Krenak, 2022, p. 39). Essa conexão profunda une a natureza com os seres humanos não como dois agentes separados, mas como um só, ligado desde o cordão umbilical até o dia de sua morte, o qual voltará para a terra que lhe deu sustento e vida durante sua existência.

É importante entendermos, ainda, que, apesar de, em um primeiro momento, julgarmos que a educação ambiental feita a partir do imaginário deve ser dirigida apenas às crianças, por ter efetividade no fato de a identidade desse público ainda estar em construção, jovens e adultos podem, sim, criar respeito e afetividade pela natureza por meio desses métodos de educação.

A pesquisadora Lassen (2021, pp. 2-3) descreve um projeto desenvolvido com alunos da rede pública, integrantes da educação de jovens e adultos (EJA), no qual a educação ambiental foi trabalhada por meio do imaginário, com o uso de livros infantis que tratavam da temática. Ela aponta que, por meio dessa técnica, os estudantes puderam ter maior percepção de seus atos e do ambiente ao seu redor, criando uma preocupação com relação à

utilização dos recursos naturais, entre outros aspectos, o que foi possível quando os estudantes se compreenderam como parte do sistema; para ela, apenas assim é possível desenvolver consciência ambiental.

Na pesquisa desenvolvida por Lassen (2021, pp. 5-6), observamos o uso da contação de histórias com o objetivo de encantar os alunos por meio do imaginário, avaliando que essa forma ajuda na compreensão de conhecimentos de mundo, inserindo-os como protagonistas, para que entendam o impacto de suas ações sobre o mundo. Assim, Lassen (2021, pp. 10-13) narra que houve conversas e participação ativa dos alunos, respondendo questionários e demonstrando suas interpretações das obras, debatendo sobre temas como reciclagem, o papel deles na preservação do ambiente e o entendimento da consequência das ações humanas no meio ambiente, de modo que a autora aponta que houve a compreensão de que a natureza/o ambiente fazem parte da vida desses alunos, não sendo algo separado.

A análise dessas ações educacionais nos leva a crer que trabalhar o imaginário amazônico na educação de crianças, jovens e adultos é um caminho essencial a ser seguido como estratégia de proteção ambiental, tendo em vista os efeitos positivos que ações educativas com esse recurso podem ter para a compreensão sobre a natureza e a conexão dos seres humanos com ela. As escolas possuem o papel fundamental de ampliar esse conhecimento e sua relação com a cultura, já que ela permeia a formação do sujeito e sua forma de se relacionar com o mundo e com os outros (L. Pereira et al., 2021).

A educação colonizadora, presente nas escolas brasileiras, começou a ser questionada apenas na década de 1980. Antes, o foco dos estudos era apenas a cultura do Centro-Sul, sendo deixados de lado os importantes aprendizados da cultura amazônica que fazem parte da vivência das populações dessas regiões: “A riqueza cultural da aprendizagem ribeirinha abarca o reconhecimento das horas de pesca, caça, coleta de frutas, sementes, cipós, entre outros. A identificação da mudança de tempo,

estações climáticas, ocorrência de fenômenos naturais como as terras caídas” (L. Pereira et al., 2021, p. 10).

Assim, analisamos como os saberes das comunidades amazônicas e seu imaginário são indispensáveis para manter viva a cultura ancestral, que entende os limites da natureza e os respeita, tratando-a não apenas como um objeto a ser utilizado, explorado e descartado, mas como um sujeito que faz parte de sua vida como protagonista, proporcionando-lhe a vida, experiências culturais, alimento e um lar.

Todavia, a valorização do imaginário amazônico como ferramenta para a proteção ambiental costuma encontrar alguns desafios, visto que o poder público tende a levar mais em consideração aspectos objetivos em suas políticas de proteção ambiental do que aspectos subjetivos, por não compreender a diversidade de percepções sobre o mundo natural. Costa Neto et al. (2023, pp. 2-3) defendem que as crenças espirituais, que são responsáveis por manter a biodiversidade e a cultura de vários povos, deveriam ser consideradas nas políticas governamentais, visto que as populações tradicionais foram responsáveis pelo manejo de diversas espécies por muito tempo e que são referência internacional por isso. Mesmo assim, tais conhecimentos e habilidades são ignorados, assim como o respeito pelos locais sagrados desses povos.

Ressaltamos, portanto, a importância dos conhecimentos ancestrais, que nunca deixaram de ser repassados, falados, mas chegou a hora dos governos e das organizações passarem a considerá-los em suas decisões. Cozzi (2020, p. 147) discorre sobre como o discurso do progresso e do desenvolvimento garantidos a qualquer custo foca em uma ciência que cria uma verdade absoluta e inquestionável, e sobre o fato de essa verdade passar a ser questionada com o tempo, precisando ser reinventada, ampliada, abarcando novas percepções de mundo.

Ao repensarmos esse processo, podemos entender o poder transformador das narrativas e perceber como elas estão ligadas à nossa cultura e às nossas raízes. Como enfatiza Cozzi (2020), é

fundamental ouvir as vozes que foram, por tanto tempo, silenciadas e que contêm inúmeras riquezas sobre a vivência com o meio ambiente. O ato de ouvir histórias pode ser transformador, pois nos faz aprender a ser humanos e nos conecta às nossas memórias ancestrais, muitas vezes adormecidas pelos barulhos altos do mundo, que as ignora, ao focar apenas em um progresso obsessivo, no qual, muitas vezes, não há reflexão sobre as consequências até que elas nos atinjam.

Esses conhecimentos são responsáveis por criar uma conexão e um sentimento de pertencimento. Nas palavras de Krenak (2022, p. 102):

Essa liberdade que tive na infância de viver uma conexão com tudo aquilo que percebemos como natureza me deu o entendimento de que eu também sou parte dela. Então, o primeiro presente que ganhei com essa liberdade foi o de me confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, de ter essa experiência do sujeito coletivo.

Observamos, então, que, havendo a devida valorização da cultura ancestral, com a colaboração entre as comunidades locais – tão ricas em cultura –, os governos e as organizações sociais, na busca por criar políticas públicas que valorizem aspectos subjetivos como o imaginário amazônico, haverá uma interessante proposta para resgatar a afetividade entre o homem e a natureza e buscar um “futuro ancestral”, como propõe Krenak (2022).

O artigo 225 da CF/88 versa sobre o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, precisamos buscar formas de executar um trabalho conjunto para garantir esse cenário, partindo não apenas de ações do Estado, mas de uma união coletiva por uma cultura de proteção, entendendo que o meio ambiente é uma extensão de nós e nós somos uma extensão dele. Devemos buscar nossas memórias ancestrais para nos reconectarmos com nossas raízes e entendermos que a natureza está tão viva quanto

nós, possuindo histórias, cultura, memórias e devendo, portanto, ser respeitada.

O imaginário amazônico é uma fonte riquíssima de conhecimento, apesar de pouco explorada. Ele ensina desde o respeito a entidades da natureza até regras de manejo, sendo uma cultura de proteção ancestral, passada de geração a geração. Essas vozes, longamente silenciadas, têm muito a ensinar sobre afeto e proteção ambiental.

É possível resgatar essa cultura por meio de políticas públicas voltadas para a educação, a fim de trazer à tona um lado da natureza que remete à afetividade e à compreensão do meio ambiente como, muito além de fonte de recursos, um elemento de conexão que poderia fortalecer uma maior participação popular na luta pelo direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além de um direito, a defesa por esse equilíbrio é um dever de toda a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal de contas, existe uma maneira adequada de associar a sustentabilidade aos interesses humanos no Antropoceno³? Nós percebemos o Estado apostando nos interesses sociais e éticos para tentar imbuir nos sujeitos consciência ambiental, mas como incentivar a ‘preservar o planeta para as gerações futuras’ quando a natureza é tida ainda como algo desvinculado de nós? O resultado é que esse tipo de proposta, apesar de nobre, torna-se mais uma forma de reforçar essa perspectiva utilitarista de mundo: ‘precisamos proteger para que as futuras gerações também possam explorar’, ao invés de ‘precisamos proteger para que, além de encontrarem na natureza sua fonte de subsistência material, encontrem nela também significado existencial’.

Assim, é importante trabalhar o interesse ambiental a partir da afetividade, pois essa seria a melhor maneira de dar eficácia a uma gama de políticas públicas que buscam,

³ Santaella (2025) compreende o Antropoceno como uma nova era geológica, que é consequência da profunda ação humana na Terra.

sem sucesso, engajar a população na proteção do meio ambiente. Observa-se que a relação de pertencimento, ou a sua ausência, atua como um fator determinante para as atitudes ambientais. Segundo Lira e Billacrês (2024), é justamente a falta de conexão com o meio que torna o indivíduo insensível aos impactos de suas próprias ações contra a natureza.

Nesse contexto, o imaginário amazônico se apresenta como uma excelente ponte de reconexão do homem com a natureza, que pode ser utilizado principalmente em políticas públicas educacionais, que têm por finalidade a educação ambiental. Lassen (2021) mostrou que a conexão dos estudantes com o mundo imaginal por meio da contação de histórias os fez compreender a natureza como parte de suas vidas, afastando a lógica utilitarista de recurso a ser utilizado. L. Oliveira et al. (2021) mostraram como as narrativas orais amazônicas têm o poder de ser apreendidas e integradas à realidade do indivíduo, aproximando-o do meio natural, de modo que esse meio se torna parte essencial de si, dando sentido a essa conexão e, consequentemente, à proteção dele como um elemento de afeto.

A aplicação dessa lógica integra a cultura às políticas ambientais que, na quase totalidade das vezes, se atém a aspectos objetivos que sugerem a separação entre o homem e o ambiente natural, o que pode representar uma quebra nesse paradigma utilitarista, ao reaproximar o sujeito da natureza e levá-lo a dizer que 'ela não é minha, ela faz parte de mim', o que está em consonância com a ideia de sustentabilidade (multidimensional) prevista no art. 225 da CF/88; na verdade, crê-se que a materialização do almejado 'Estado de direito ambiental', baseado na democracia participativa e na educação ambiental (Leite, 2015, p. 45), só será possível se o Estado, em trabalho conjunto com as organizações sociais, as comunidades tradicionais e os povos originários, promover a busca por essa reconexão humana com o meio ambiente, de modo que, buscando pelo 'futuro ancestral', possamos encontrar soluções para 'adiar o fim do mundo'.

REFERÊNCIAS

- Allison, E. (2017). Spirits and nature: The intertwining of sacred cosmologies and environmental conservation in Bhutan. *Journal for the Study of Religion, Nature and Culture*, 11(2), 197-226. <https://doi.org/10.1558/jsrnc.18805>
- Antunes, P. B. (2023). *Direito ambiental* (23. ed.). Atlas.
- Araujo, J. P. G., & Moraes, G. I. (2016). Utilitarismo e desenvolvimento sustentável: eles podem se encontrar? *Revista de Economia Mackenzie*, 13(1), 187-208. <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/10075>
- Baczko, B. (1985). Imaginação social. In *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 5, Antropos-homem, pp. 296-332). Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Barbieri, S. R. J. (2021). *Os direitos dos povos indígenas*. Almedina Brasil.
- Bezerra, F. C. P. (2007). O meio ambiente na Constituição Federal de 1988: um olhar sobre os princípios constitucionais ambientais. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, 1(2), 1-24. <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/4275>
- Bortolamiol, S., Krief, S., Chapman, C. A., Kagoro, W., Seguya, A., & Colen, M. (2018). Wildlife and spiritual knowledge at the edge of protected areas: Raising another voice in conservation. *Ethnobiology and Conservation*, 7, 1-26. <https://ethnobiococonservation.com/index.php/ebc/article/view/184>
- Brasil. (1926, 3 de setembro). Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Substituição de artigos e parágrafos da Constituição. *Diário Oficial da União*. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-37426-3-setembro-1926-564078-publicacaooriginal-88097-pl.html
- Brasil. (1969, 17 de outubro). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm
- Brasil. (1981, 31 de agosto). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação. <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>

- Brasil. (2000, 18 de julho). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Brasil. (2022). Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11043.htm
- Carvalho, N. C. (2014). Caleidoscópio do imaginário ribeirinho amazônico. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 16(2), 221-230. <https://periodicos.uff.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18913>
- Carvalho, P. G. M. de, & Barcellos, F. C. (2010). Mensurando a sustentabilidade. In P. H. May (Ed.), *Economia do meio ambiente: teoria e prática* (2. ed., pp. 123-145). Elsevier.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1988). *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas.
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). (1997). Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*. https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=237
- Costa Neto, E. M., Santos-Fita, D., & Aguiar, L. M. P. (2023). Curupira e Caipora: o papel dos seres elementais como guardiões da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 18(1), e20210095. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0095>
- Cozzi, A. L. S. (2020). Imaginário e saberes ambientais: diálogos amazônicos. *Humanidades & Inovação*, 7(23), 145-155. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4568>
- Dehouve, D. (2007). *La ofrenda sacrificial entre los tlapanecos de guerrero*. Universidad Autónoma de Guerrero, Plaza y Valdés Ed., Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos.
- Durand, G. (1988). *A imaginação simbólica*. Cultrix.
- Fernandes-Pinto, E. (2019). Dimensões espirituais da natureza: valores ancestrais e novas perspectivas para a etnobiologia e etnoecologia. In *Anais do Simpósio Nordeste de Etnobiologia e Etnoecologia*, Universidade Federal da Paraíba. https://www.academia.edu/download/59077859/ResumoSNEE_ErikaPinto20190429-79664-x4arjc.pdf
- Fernandes-Pinto, E. (2024). Valores culturais da natureza: desatando nós e criando laços na implementação de políticas de conservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 63, 315-338. <https://doi.org/10.5380/dma.v63i0.89662>
- Fernández-Llamazares, Á., & Virtanen, P. K. (2020). Game masters and Amazonian Indigenous views on sustainability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 43, 21-27. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2020.01.004>
- Flores Andino, F. (1991). Medicina tradicional, magia y mitos entre los Miskitos de Honduras. *Folklore Americano*, 52, 131-144.
- Hood, M. S. (1993). Man, forest and spirits: Images and survival among forest-dwellers of Malaysia. *Southeast Asian Studies*, 30(4), 444-456.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2024). *Catálogo de políticas públicas: meio ambiente*. <https://catalogo.ipea.gov.br/area-tematica/17/meio-ambiente>
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). (2024). *Programa Queimadas*. https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/situacao_atual/
- Jackson, N. (2008). *O chamado dos velhos deuses: uma introdução à bruxaria tradicional*. Zéfiro.
- Kala, C. P. (2017). Conservation of nature and natural resources through spirituality. *Applied Ecology and Environmental Sciences*, 5(2), 24-34. <http://doi.org/10.12691/aees-5-2-1>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Laraia, R. B. (1986). *Cultura, um conceito antropológico*. Zahar.
- Lassen, D. B. M. (2021). Educação ambiental e literatura: a leitura como fonte de mudança da relação com o meio ambiente. *Salão do Conhecimento*, 7(7), 1-15. <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/21033>
- Leite, J. R. M. (2015). *Manual do direito ambiental*. Saraiva Jur.
- Leite, J. R. M., & Ayala, P. A. (2020). *Dano ambiental* (8. ed.). Forense.
- Lima, F. A. R. (2014, 1 de março). O direito ambiental nas constituições do Brasil: um breve relato de sua construção histórica e a tese do artigo 225 CF/88 como cláusula pétrea. *Âmbito Jurídico*. https://ambitojuridico.com.br/o-direito-ambiental-nas-constituicoes-do-brasil-um-breve-relato-de-sua-construcao-historica-e-a-tese-do-artigo-225-cf-88-como-clausula-petrea/#_ftnref1
- Lira, R. M. R., & Billacrês, M. A. R. (2024). Imaginário social e educação ambiental: o papel dos agentes educacionais no desenvolvimento sustentável da Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição, Itacoatiara (AM). *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 19(8), 394-414. <https://doi.org/10.34024/revbea.2024.v19.16536>
- Loureiro, J. J. P. (1995). *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Ed. Cejup.

- Lunardi, F. C. (2012). Os novos paradigmas para a interpretação e a aplicação dos direitos fundamentais no contexto do pós-positivismo e do neoconstitucionalismo. *Caderno Virtual*, 1(25), 1-40. <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/649>
- Mello Filho, M. S. B. (2019). O capitalismo enquanto cultura: crítica da racionalidade econômica. *Nova Economia*, 29, 1117-1139. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5900>
- Moraes, I. A., Ibrahim, H. C., & Tauil, C. E. (2019). O pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e capital externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 31(2), 143-164. <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/45901>
- Nazo, G. N., & Mukai, T. (2001). O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. *Revista de Direito Administrativo*, 223, 75-103. <https://doi.org/10.12660/rda.v223.2001.48313>
- Oliveira, J. C. (2007). *Imaginário amazônico*. Paka-Tatu.
- Oliveira, K. C. D., & Borges, L. C. (2010). Pajelança, meio ambiente e cotidiano: interação dos pajés com a natureza - Cachoeira do Arari/PA. In *Resúmenes del Seminario de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española*, Buenos Aires
- Oliveira, L. L. S., Schwamborn, N. L. M., & Fonseca, T. B. (2021). Representações do imaginário lendário amazônico, através da arte, na escola estadual Nazira Litaiff Moriz. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3(1), 109-123. <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/86>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2024). Relatório da ONU aponta que mudanças globais críticas aceleram crise ambiental. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834616>
- Pereira, L. B., Nascimento, C. A. R., Weigel, V. A. C. de M., Simas, H. C. P., & Menezes, R. O. (2021). A educação como prática de cultura na Amazônia. *Research, Society and Development*, 10(3), e46010313605. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13605>
- Pereira, T. T. C., Schaefer, C. E. G., Rodrigues, R. A., & Pinheiro, L. S. (2014). Pedologia brasileira na Antártica: a pesquisa de solos afetados por permafrost no cenário do aquecimento global. *Revista Geográfica Acadêmica*, 8(1), 18-28. <https://doi.org/10.18227/1678-7226rga.v8i1.2980>
- Platão. (1988). *República* (2. ed., C. A. Nunes, Trad.). Edufpa.
- Pott, C. M., & Estrela, C. C. (2017). Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*, 31(89), 271-283. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>
- Queimadas e crise do clima: seca de 2023/2024 é a mais severa da história recente, apontam registros. (2024, 1 de outubro). *G20 Brasil*. <https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/queimadas-e-crise-do-clima-seca-de-2023-2024-e-a-mais-severa-da-historia-recente-apontam-registros>
- Richter, S. R. S., & Kopp, F. A. (2019). Imaginação em Sartre e Bachelard. *Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduados em Filosofia*, 11(30), 38-61. <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2019.v11.n30.04.p38>
- Rocha, G. (2016). A imaginação e a cultura. *Teoria e Cultura*, 11(2), 167-187. <http://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12277>
- Santaella, L. (2025). Antropoceno: terra incógnita. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, (31), 53-93. <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/73424>
- Sarlet, I. W., & Fensterseifer, T. (2017). *Princípios do direito ambiental* (2. ed.). Saraiva Jur.
- Simioni, R. L. (2021). Ponderando a ponderação: crítica à relativização de direitos fundamentais e à máxima da proporcionalidade em países desproporcionais. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, 2, e215104. <https://doi.org/10.24220/2675-9160v2e2021a5104>
- Smith, N. (1983). Enchanted forest. *Natural History*, 82(8), 14-20.
- Steinhart, P. (1984). Ecological saints. *Audubon*, 86(4), 8-9.
- Stoffel, J. A., & Colognese, S. A. (2015). O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional. *Revista da FAE*, 18(2), 18-37. <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/48>
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2023). *Função social é requisito para impedir desapropriação de terras produtivas, decide STF*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513467&ori=1>
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2024). *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3865 (ADI 3865/DF). Relator: Min. Edson Fachin*. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2495620>
- Trennepohl, T. (2023). *Manual de direito ambiental* (10. ed.). Saraiva Jur. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626867/>
- Tributsch, H. (2018). Shamanic trance journey with animal spirits: Ancient "scientific" strategy dealing with inverted otherworld. *Advances in Anthropology*, 8(3), 91-126. <https://doi.org/10.4236/aa.2018.83006>
- Swain, T. (1994). Você disse imaginário? In T. Swain (Org.), *História no plural* (pp. 43-67). Editora UnB.

- Verschuuren, B. (2006). An overview of cultural and spiritual values in ecosystem management and conservation strategies. In B. Haverkort, & S. Rist (Eds.), *Endogenous development and bio-cultural diversity: the interplay of worldviews, globalisation and locality* (pp. 299-325). COMPAS.
- Williams, R. (2011). *Cultura e materialismo*. Unesp.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

J. F. de Oliveira contribuiu com investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); M. F. de F. S. Teixeira com investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); e P. B. Rabelo com análise formal, administração de projeto e supervisão.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Odilon Nunes e a composição do povo piauiense: silenciamentos indígenas e 'mamelucos' em uma narrativa da história piauiense

Odilon Nunes and the composition of the Piauí people: indigenous and mameluco silencing in a narrative of Piauí history

Camila Galan de Paula 

Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

Resumo: Este artigo estuda o lugar dos 'índios' e 'mamelucos' na formação do povo piauiense a partir da análise de um ensaio do historiador Odilon Nunes. Para realizar uma antropologia da história, estuda-se uma narrativa histórica concreta para entender como a história funciona. Perseguindo os procedimentos de silenciamento indígena no ensaio de Odilon Nunes, o artigo realiza uma investigação internalista do texto e expõe os modos de historicização que relegam os indígenas ao lugar da não história, bem como a retórica da alteridade usada por Odilon Nunes. Em seguida, a análise contrasta a narrativa da história de Odilon Nunes a outras narrativas da história piauiense, expondo as brechas entre elas. Descrevem-se as diferenças do lugar da população miscigenada na formação do povo piauiense, do uso de dados censitários, do lugar dos jesuítas na colonização do Piauí e da sua relação com o suposto fim dos indígenas. A análise de uma narrativa da história piauiense soma-se a trabalhos recentes na antropologia brasileira sobre histórias locais, regionais ou nacionais, abrindo espaço para reflexões sobre os modos das histórias produzirem coletivos, homogeneizações e alterizações.

Palavras-chave: Antropologia da história. Silenciamento. Temporalidades. Indígenas. Odilon Nunes. Piauí.

Abstract: This article examines the role of 'Indians' and 'mamelucos' in the formation of the people of Piauí through an analysis of an essay by the historian Odilon Nunes. Following the proposal to develop an anthropology of history, this article investigates a concrete historical narrative to understand how history operates. By pursuing the silencing of Indigenous voices in Nunes's essay, the article undertakes an internalist investigation of the text, exposing the modes of historicization that relegate Indigenous peoples to a position of outside history; and the rhetoric of otherness employed by Nunes. The analysis then contrasts Nunes's historical narrative with other narratives of Piauí's history, revealing the fissures between them. It describes differences in the position of the mixed-race population in the formation of the people of Piauí; the use of census data; and the role of the Jesuits in the colonization of Piauí and their relationship to the supposed extinction of Indigenous peoples. This analysis contributes to recent work in Brazilian anthropology on local, regional, and national histories, opening space for reflections on how historical narratives produce collectives, homogenizations, and alterities.

Keywords: Anthropology of history. Silencing. Temporalities. Indigenous peoples. Odilon Nunes. Piauí.

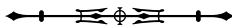
Galan de Paula, C. (2026). Odilon Nunes e a composição do povo piauiense: silenciamentos indígenas e 'mamelucos' em uma narrativa da história piauiense. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240082. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0082.

Autora para correspondência: Camila Galan de Paula. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Rua João Ferreira dos Santos, s/n. São Raimundo Nonato, PI, Brasil. CEP 56304-917 (camila.galan@univasf.edu.br).

Recebido em 11/11/2024

Aprovado em 10/09/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Estudos sobre a historiografia brasileira mostram que, até meados do século XX, foi comum a descrição dos indígenas como passivos à colonização, e estes agentes eram comumente inscritos no passado nacional. No projeto de formação do Estado nacional, os indígenas ocupavam um lugar romântico do passado (Almeida, 2010; M. Cunha, 1992; Monteiro, 2001). De maneira específica para o Piauí, trabalhos da última década sobre a historiografia piauiense notam que durante todo o século XX essa imagem dos indígenas permaneceu na escrita da história do Piauí (Assis, 2016; Costa, 2011). O presente artigo soma-se a essa discussão, a partir de um olhar da antropologia da história (Palmié & Stewart, 2016).

Analisa-se de que modo a narrativa da história no ensaio “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, de Nunes (2014), silencia os indígenas da história do Piauí. Em primeiro lugar, este artigo apresenta uma análise intratextual das restrições retóricas da alteridade (Hartog, 1988) presentes no ensaio, e mostra como Nunes insere os indígenas num passado superado e distinto do futuro pretendido para o Piauí. Em seguida, a partir da comparação deste ensaio com outras narrativas sobre a história do Piauí, o artigo desvela o silenciamento dos agentes indígenas e mestiços. A partir dessas análises, evidencia os procedimentos de silenciamento dos indígenas presentes na narrativa de Odilon Nunes e destaca as renitentes presenças indígenas e mestiças que reaparecem em seu texto.

Ao estudar o duplo procedimento de silenciamento e reaparecimento de indígenas em uma narrativa da história, o artigo argumenta pelo interesse do estudo das histórias escritas pela antropologia. Assim, coloca-se ao lado de outros trabalhos antropológicos brasileiros que recentemente realizaram análises de escritas (e exposições, desenhos, produções audiovisuais) formadoras de histórias municipais, nacionais ou regionais (Gonçalves, 2017; Lacerda, 2023; Loureiro, 2007; De Lucca, 2021; Marques, 2015; Mello, 2021; Mestrinelli, 2023). O objetivo mais amplo deste artigo, ao propor uma análise de uma escrita específica da história

do Piauí, é o de contribuir para o estudo de processos de produção de pertencimentos, homogeneizações e exclusões operados pelas narrativas de história.

As interconexões entre antropologia e história são inúmeras, e na antropologia podem ser conferidas em revisões bibliográficas sobre o tema (Dube, 2021; Hirsch, 2021; Schwarcz, 2005). Especificamente, este artigo apresenta uma antropologia da história a partir de dois principais conjuntos de interlocução. Em primeiro lugar, ao estudar os processos de silenciamento nas narrativas da história, baseia-se nos procedimentos e no vocabulário cunhado por Trouillot (2016), em “Silenciando o passado”. Em segundo lugar, as proposições de Hirsch, Palmié e Stewart (Hirsch & Stewart, 2005; Palmié & Stewart, 2016) em favor de uma antropologia da história ou uma antropologia das historicidades são tomadas como relevantes. Desde pelo menos os trabalhos de Lévi-Strauss (2010, 2017a, 2017b) sobre história, está aberto o caminho para pensar formas distintas de relação com o tempo e com o devir histórico na antropologia (Goldman, 1999). Palmié e Stewart (2016), ao proporem uma antropologia da história, defendem o estudo etnográfico dos diferentes modos de concatenação entre passado, presente e futuro.

Este artigo inicia com uma apresentação do historiador piauiense Odilon Nunes, situando sua relevância na historiografia piauiense do século XX. Em seguida, apresenta os traços gerais do ensaio analisado, “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, cujos passos serão acompanhados nas análises que seguem. Se o autor foi escolhido por sua relevância no cenário da produção de história no Piauí, não é o caso do ensaio. O estudo centrado em um único ensaio, contudo, permite focar a análise e deixa ver em detalhes “como a história funciona” (Trouillot, 2016, p. 55). Em seguida, o artigo prossegue com as análises do silenciamento indígena no ensaio de Nunes.

O AUTOR

Filho de um comerciante e fazendeiro, Odilon Nunes nasceu em 1899, em Amarante, no médio rio Parnaíba, Piauí.

Sem formação em nível superior, Nunes foi professor. Desde os anos 1930, estudou a história de seu estado, recorrendo frequentemente aos documentos do Arquivo Público do Estado do Piauí. Suas investigações sobre a história do estado estenderam-se por quase sete décadas, até seu falecimento, em 1989.

Odilon Nunes foi pesquisador eventual contratado pelo governo do estado do Piauí e, nos anos 1950, integrou o Centro de Estudos Piauienses (CEP), idealizado por Raimundo Monteiro de Santana e Olímpio de Castro, cujo objetivo era aprofundar o conhecimento sobre o Piauí para a elaboração de planos de solução à crise econômica do estado, instaurada após o declínio de ciclos de extrativismo vegetal. Em 1967, e com objetivos semelhantes, Raimundo Monteiro Santana fundou a revista *Econômica Piauiense*. Dos dez números publicados da revista, seis contaram com monografias de Odilon Nunes em suas páginas. O artigo que analiso neste artigo, “O Piauí, seu descobrimento e seu desenvolvimento”, apareceu originalmente na *Econômica Piauiense*, sob o título “O Piauí e seu povoamento”, em 1960 (Moura, 2010, p. 54). Foi na reedição de 1972, fomentada pelo Plano Editorial do Estado, que o artigo, dessa vez publicado como livro, ganhou o novo título (Moura, 2010).

Na década de 1960, Nunes foi contratado para escrever “História do Piauí”¹ e as pesquisas para esse livro levaram-no a escrever os quatro volumes de “Pesquisas para a história do Piauí” (Nunes, 2007). Em 1967, Odilon Nunes passou a ocupar uma cadeira na Academia Piauiense de Letras. No ano anterior, os três primeiros volumes de “Pesquisas para a história do Piauí” tinham sido publicados, e “os trabalhos historiográficos de Odilon Nunes tornaram-se referência, em virtude da pouca quantidade de pesquisa e obras históricas sobre o Piauí” (Moura, 2010, p. 98), sobretudo trabalhos que buscassem fontes primárias.

Nos anos 1970, sob o Plano Editorial do Estado, Odilon Nunes foi o historiador mais publicado, com cinco livros. Foi sob este plano que o quarto volume de “Pesquisas...” foi então publicado, junto com a reedição dos três primeiros.

Na avaliação de Queiroz (2007, p. 35), “Odilon Nunes elaborou uma das primeiras e, até agora, a mais importante história do Piauí”, no sentido de que “ele constrói e elucida um processo histórico piauiense, de um modo que institui o Piauí enquanto um território geográfico móvel, e com uma identidade histórica, coordenada e com força coesiva, sugerindo um trajeto a partir de sua ocupação”. Pesquisador da história colonial e oitocentista, a leitura dos trabalhos de Nunes segue sendo, na avaliação de Queiroz (2007), imperativa para os estudantes do Piauí colonial e imperial. Desde 1999, o museu histórico do Piauí chama-se Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes (Moura, 2010, pp. 100-101).

O ENSAIO

Apresentam-se agora os contornos gerais do desenvolvimento do ensaio “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”. Outros aspectos serão expostos ao longo das análises que seguem. O ensaio constrói um trajeto histórico do Piauí, que se inicia com a colonização e finda com as lutas de independência do século XIX. As reflexões de Odilon Nunes, contudo, estendem-se ao século XX a partir de seus comentários acerca do desenvolvimento presente de seu Piauí natal. O ensaio, desse modo, elabora uma visão sobre a formação do Piauí e de seu povo².

O ensaio é abrangente: trata de aspectos ecológicos, econômicos, étnicos, psicológicos e de organização social que concorreram para a desordem vivida até o século XIX e, em certos rincões, até o período contemporâneo a Nunes. O Piauí é descrito pelo autor como um corredor de passagem e entroncamentos, em que confluem bacias

¹ Essa informação consta na monografia de Moura (2010, p. 70), entretanto não posso assegurar que chegou a ser escrito.

² Em outro trabalho, apresentei os contornos deste ensaio de Odilon Nunes (Galan de Paula, 2022), sugerindo uma análise distinta da que ofereço neste artigo. Esta seção se baseia na apresentação do ensaio feita naquele trabalho.

hidrográficas, línguas indígenas e biomas distintos. E ali se instalou uma população movediça, nômade, “buliçosa” (Nunes, 2014, p. 91). As caatingas eximiam os vaqueiros de derrubar as matas, sendo ambiente propício para a criação de gado. Também a abundância de caça e das matas, aliada à pouca concentração populacional, desonerava a população colonial de plantar e de fixar-se ao território. Esses elementos aliavam-se à violência e ao autoritarismo dos fazendeiros, por um lado, e à psicologia dos vaqueiros “dissolutos e prepotentes” (Nunes, 2014, p. 75), por outro.

Em outra ocasião, assim caracterizei o modo pelo qual o autor descreve a história do Piauí em seu ensaio:

A imagem construída por Nunes é a de uma passagem da desordem no período colonial ao início da civilização, instaurada pela independência de Portugal e pelo advento do Império, com a instauração da lei e da civilidade.

Eis, em resumo, a imagem da formação do Piauí e de sua população: a partir do quase feudalismo reinante no Piauí colonial, uma sociedade formada a partir do comando dos fazendeiros, da “população vagabunda, ociosa, que constitui a clientela” (Nunes, 2014, p. 96) de tais fazendeiros, dos escravos e dos indígenas praticamente dizimados – que “pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense” (p. 90) – emergiu uma “população buliçosa” (p. 91). Uma população sem lar, sem política e sem religião, presa nos primeiros séculos aos “costumes da terra”, isso é, uma “gentilha” que cometia crimes a mando dos “caciques das fazendas” (p. 99). Por essa formação étnica e (a)política, haveria ainda no período de Nunes camponeses que aguardavam ainda a “incorporação a nossa civilização” (p. 111), por meio da agricultura e da educação (Galan de Paula, 2022, pp. 478-479).

No momento posterior à Independência, essa “população irrequieta e afeita ao crime em todas as modalidades” (Nunes, 2014, p. 117) foi finalmente ordenada por Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba. Para Nunes (2014, p. 117), este homem:

... teve o dom de converter em paladinos da ordem, aqueles camponeses desajustados e já subnutridos, desgarrados da terra e que sentiam fome, frio e, portanto, inquietação e, que, em obediência a imprescritíveis leis da natureza, dariam, cedo ou tarde, evasão a seu espírito de rebeldia.

SILENCIAMENTOS INTERNOS AO TEXTO

A partir de uma abordagem interna ao texto, esta seção apresenta dois pontos a partir dos quais os indígenas são silenciados da história do Piauí nas páginas de Nunes. Em primeiro lugar, os indígenas são inscritos em um passado não histórico. Em segundo lugar, os indígenas são apresentados como a imagem invertida do Piauí pretendido por Nunes. Cada subseção a seguir, trata de um desses pontos.

HISTÓRIA COMO PROGRESSO:

A NOTA INICIAL

“O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento” é precedido de uma breve nota inicial que discute as possibilidades para a agricultura nas terras piauienses. Desde o século XIX, engenheiros e agrônomos vinham estudando a viabilidade de implantar a agricultura de cereais na região, com fins de implementar núcleos de colonização e, de acordo com Odilon Nunes, a maior parte desses especialistas afirmou que as terras piauienses não eram adequadas ao plantio de cereais.

Escrevendo no início dos anos 1960, Nunes discute que, naquela época, já se sabia da existência de lençóis de água subterrânea no estado. Essa abundância de água no subsolo poderia, a seu ver, levar o Piauí a se espelhar em outros exemplos de uso dos sistemas de irrigações com água subterrânea em regiões áridas.

Para Nunes, cabe aos agrônomos estabelecer diretrizes para a agricultura e para a pecuária. Mas cumpre ao historiador notar que:

Ao perlustarmos as páginas dos orçamentos do Piauí do período colonial ao republicano dos primeiros decênios, veremos que as maiores fontes da receita (por vezes mais de 60%), provieram de nossos rebanhos maltratados. Esquecemo-nos do caracu que fez outrora nossa riqueza. Não temos uma estação de monta, uma fazenda modelo criada pelos poderes governamentais. E o caracu constitui ricos plantéis em S. Paulo (Nunes, 2014, p. 74).

O estudo do passado, assim, guia-se pelos projetos para o futuro. O ensaio de Nunes, portanto, está em

consonância com os próprios editores da Econômica Piauiense, que argumentaram que “não podemos continuar no domínio puramente livresco, adotando soluções pré-fabricadas, sem promover as pesquisas econômicas úteis ao solucionamento dos problemas piauienses” (“Apresentação”, 1957 citado por Moura, 2010, p. 81).

Nunes estuda a economia colonial para compreender os erros do passado e superá-los, buscando fazer o Piauí progredir economicamente. Entendendo a economia piauiense nos períodos colonial e imperial, os estadistas poderiam traçar um futuro desenvolvido para o estado. É por esse motivo, assim, que o historiador dedica a nota inicial do seu ensaio a estabelecer a potencial fertilidade das terras piauienses.

Apreendido em sua totalidade, o ensaio de Nunes narra a história do Piauí “como uma passagem da selvageria” (Galan de Paula, 2022, p. 479) dos indígenas ao caótico mundo dos vaqueiros, pontuado raramente por ilhas de civilização. Após a Independência, o povo, que poderia tender à anarquia, foi levado aos rumos da organização e do sentimento patriótico. A história do Piauí, assim, marca-se por um momento inicial a-histórico, aquele anterior à ocupação colonial. Depois disso, a história é narrada como movimento civilizatório.

Analisando o ensaio de Nunes a partir de seu modo de historicização – seu modo de relacionar passado, presente e futuro (Palmié & Stewart, 2016) –, percebe-se que o passado é estudado com vistas aos aperfeiçoamentos para o futuro: estuda-se o período colonial para não o repetir; olha-se para o passado a partir do futuro. E, para Nunes, o passado é descrito como o reverso do futuro pretendido, como discuto no próximo tópico.

Não é apenas no plano econômico que o olhar para o passado busca compreender o presente e orientar o futuro: ele também promove reflexões sobre a formação étnica do povo piauiense. A subseção a seguir explora como os indígenas situam-se, em chave diacrônica, na não história do Piauí, sendo o reverso do que Odilon Nunes idealizava para a sociedade piauiense. A análise das

“restrições retóricas da alteridade” (Hartog, 1988), em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, evidencia que, em chave sincrônica, os habitantes miscigenados das zonas rurais do estado são aqueles que estão ainda por ser incorporados à história e ao povo piauiense.

OS INDÍGENAS SÃO O OUTRO

Esta subseção argumenta que os indígenas são alterizados por Odilon Nunes, sendo inscritos num passado a-histórico na escrita da história do Piauí daquele autor. Eles ocupam um não lugar na história piauiense. A partir de inspirações no trabalho de Hartog (1988) sobre os procedimentos de uma retórica da alteridade apreensíveis nas “Histórias”, de Heródoto (1994), argumento que esse não lugar dos indígenas e dos mestiços no texto de Nunes refere-se às restrições narrativas do seu modo de apreender a alteridade e se relaciona ao modo de historicização que inscreve os indígenas num passado a ser superado.

Segundo Hartog (1988), o estudo do modo como Heródoto descreveu os bárbaros (e em especial os citas) diz mais sobre o *logos* grego do que sobre os citas. Seu estudo, assim, volta-se ao ‘como’ das narrativas mais do que ao seu ‘conteúdo’; trata-se, assim, de uma análise internalista, enfocada no texto e nos seus procedimentos narrativos de alterização.

Os procedimentos envolvidos na retórica da alteridade operados em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento” produzem, no nível da estrutura narrativa, uma exclusão dos indígenas e das populações miscigenadas da história do Piauí. A partir da interconexão entre explicações de base psicológica, racial, ambiental e econômica, Odilon Nunes opõe o passado piauiense ao presente e, sobretudo, ao futuro pretendido. Essa oposição corresponde ao que Hartog (1988) identificou, nas “Histórias”, de Heródoto (1994), como um “princípio de diferenciação sistemática”. Trata-se de um procedimento de comunicar alteridade que opera “by making it easy to apprehend that in the world in which things are recounted

it is just the same except that it is the other way around” (Hartog, 1988, p. 214).

A narrativa de Nunes opera com uma diferenciação sistemática entre o presente-futuro piauiense e o seu passado, em eixo diacrônico. Ou seja, o Piauí e os piauienses do presente – iniciado com a Independência – opõem-se aos do passado colonial. São seu inverso.

Corredor de migrações, as terras da capitania do Piauí eram ricas de frutos silvestres, e não demandavam a agricultura. A pecuária, aliada à não necessidade de se plantar, contribuiu para a instalação sempre passageira de uma população nômade. Igualmente nômades eram os indígenas, os primeiros habitantes, desajeitados ao trabalho.

A posição de Nunes acerca daqueles que habitavam a região do atual Piauí quando da conquista colonial à primeira vista não é clara. Partindo de relatos sertanistas e jesuíticos, Nunes inicialmente tece comentários elogiosos sobre “os índios que [nos primeiros dias] fervilham como formigas nos vales dos rios do Piauí. E também por todo o Nordeste” (Nunes, 2014, p. 79). Nota a valentia dos indígenas e “seus predicados de bravura” (Nunes, 2014, p. 80). E segue, em um elogio que denota o limiar de humanidade reservado aos indígenas pelo autor à animalização desses indivíduos: “Sua condição, sob o ponto de vista somático, é invejável. Não havia sífilis, álcool, moléstias endêmicas e epidêmicas. Como espécimes humanos, eram exemplares exuberantes de animalidade” (Nunes, 2014, p. 80). O autor ainda recorre a relatos de padre Antônio Vieira sobre os indígenas de Pernambuco e os Tabajara da Serra da Ibiapaba para exaltar a adaptabilidade dos indígenas.

No entanto, eram os indígenas “ímpios, até mesmo iconoclastas” (Nunes, 2014, p. 80). Para Nunes, a ‘verdade’ sobre os indígenas é de que eram “duma bruteza inominável” (Nunes, 2014, p. 81):

Saibamos, contudo, a verdade máxima: os aborígenes brasileiros constituíam uma população vagabunda dos mais embrutecidos ameríndios da época do Descobrimento. Já Nóbrega houvera dito: “. . . mais

triste e vil gentio de todo o mundo” [Leite, 1940, p. 5]. Eram selvagens, nômades, que ora estavam aqui, vindo de longe, ora além, já buscando terras mais ricas. E para eles, a riqueza era a pesca, a caça, o fruto silvestre, a propiciação a seu ócio inveterado. O trabalho sedentário, para os silvícolas, era a escravidão. Como todo animal da espécie humana, tinham profundo amor à liberdade. Convenhamos, entretanto, em saber que a liberdade era para aquela gente um pouco mais que para muitos contemporâneos nossos: apenas um sentimento somítico que pouco vai além do amor a si próprio. Para Cunhambebe, por exemplo, antes do encontro de Iperoig, seria o direito que se arrogava de poder flechar o português que topasse nas praias de Ubatuba e, depois tranquilamente, lhe comer a carne moqueada” (Nunes, 2014, pp. 80-81, ênfase no original).

Os indígenas desejavam a liberdade; mas a desejavam de forma mesquinha. Para Nunes, são selvagens. Exterminados rapidamente, eles não pertencem propriamente a uma história do Piauí.

Já a sociedade colonial piauiense era também marcada pela desordem, pois a combinação da prepotência do vaqueiro à autoridade dos fazendeiros levava a essa situação. Aliava-se a isso, ainda, o desejo de liberdade dos negros escravizados, que pouco diferia do desejo de liberdade tacanho dos indígenas, sempre segundo a leitura de Odilon Nunes. A atividade econômica predominante na região, a pecuária, contribuía para a não fixação da população, que vivia nômade. Era um mundo sem família, pois havia “o conúbio do vaqueiro com a índia” (Nunes, 2014, p. 96). E “sem religião ou política porque poucos eram os núcleos populacionais e as igrejas” (Galan de Paula, 2022, p. 482). O “espírito de sociabilidade” (Nunes, 2014, p. 96), então, era fraco. O “regime de vida patriarcal” (Nunes, 2014, p. 92) existiu apenas em ilhas no Piauí colonial.

A família, o poder patriarcal e a religião, por sua vez, estão no cerne do Piauí pós-Independência, e naquele pretendido para o futuro. Além disso, a ênfase no papel da agricultura como alternativa para o futuro do Piauí inverte os referentes da pecuária. Pecuária, nomadismo, ócio, liberalidade e prepotência são os signos do passado. No presente e no futuro, por contraposição, tem-se a

agricultura, a sedentarização, o trabalho, a liberdade e o poder estatal constituído.

A selvageria dos indígenas, seu ócio crônico, seu desejo de liberdade egoísta: tudo isso parece, no texto de Nunes, integrar uma explicação racial, que será abordada adiante. Também é o caso dos negros escravizados, que desejam a liberdade desregrada. Os sinais invertidos também se referem a raças ou etnias. O 'outro' de Nunes é composto pelos indígenas, pelos negros e, em alguma medida, pelos mestiços. O presente ao qual se contrapõe esse passado é instaurado por uma figura específica: Manuel de Sousa Martins, presumivelmente branco. A radical oposição entre passado e presente-futuro, assim, é de ordem social, mas esta é explicada pela composição de elementos de ordem racial, geográfica e psicológica.

Já em chave sincrônica, tem-se o Piauí de Odilon Nunes, aquele que vem buscando desenvolver-se através da agricultura e da educação; aquele inaugurado por Manoel de Sousa Martins, que simboliza a instauração da ordem e da civilização. Por contraposição, há aqueles habitantes das caatingas e agrestes do sul do estado que vivem em casebres: sem objetos de ferro, tudo o que possuem é feito de embira e argila; são os descendentes dos indígenas e mamelucos, possuem seus vícios e pecados.

Ainda em leitura diacrônica, o lugar da população mestiça de origens indígenas ("mamelucos", nos termos de Nunes, 2014) é dúbio no ensaio. Por um lado, os mamelucos figuram como a alteridade completa, assim como os indígenas e os negros. Por outro, foi essa população miscigenada que deu origem aos 'piauienses', o 'mesmo' do mundo de Nunes. Essa tensão, não resolvida no ensaio, coloca esses mestiços em um não lugar. Já sincronicamente, esses descendentes dos indígenas e mamelucos são peremptoriamente o 'outro'.

O princípio de diferenciação sistemática que pode ser apreendido da retórica da alteridade do texto, assim, implica, em primeiro lugar, a inversão de sinais como forma de percepção e explicação do 'outro'. Na versão

de Odilon Nunes, isso se combina à diferença entre passado e presente explicada como progresso. Em segundo lugar, esse princípio opera pelo procedimento da analogia (Hartog, 1988): os camponeses mamelucos de hoje estão para os piauienses de Odilon Nunes assim como os indígenas estão para os piauienses da civilização pós-Independência. Como a narrativa é permeada pela ideia de progresso, esses camponeses mamelucos (ou seus descendentes), assim, serão incorporados à civilização. Estão, desse modo, aguardando sua entrada na história do Piauí, carregados pelas mãos dos estadistas. Estão, portanto, fora dessa história, integrando o lugar de uma não história.

INTERSTÍCIOS E BRECHAS ENTRE NARRAÇÕES DA HISTÓRIA DO PIAUÍ

Esta seção acompanha a proposta de Trouillot (2016, p. 55) de que "a história se revela apenas por meio da produção de narrativas específicas" e de que é nas diferenças de montagens de seguidas narrativas que se pode perceber os silenciamentos (Trouillot, 2016, p. 57). Tomo "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento" como um ponto de partida para abordar o silenciamento indígena nas narrções da história do Piauí por Odilon Nunes, e contrasto esta narração da história do Piauí a outras. A partir de uma visão comparada do estudo de Souza (2008) sobre intelectuais-historiadores dos 1900-1930 no Piauí – Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha –, da leitura de um livro de Neves (1926) e do ensaio de Nunes (2014), exploro os "silêncios [que] aparecem nos interstícios dos conflitos entre [Nunes e] os intérpretes precedentes" (Trouillot, 2016, p. 59), na medida em que esses interstícios revelam aquilo que foi silenciado.

Esta abordagem decorre da compreensão de Trouillot (2016) de uma divisão entre historicidade 1 – o que aconteceu – e historicidade 2 – o que se narra sobre o que aconteceu. Há uma separação entre esses planos, mas eles se articulam. É a partir da contraposição de diferentes

narrações sobre o que aconteceu que se pode perceber as brechas entre elas, isso é, se pode ver o que foi silenciado. Isso porque a historicidade 1 deixa marcas materiais, que podem ser percebidas³.

Para vislumbrar as brechas que se abrem entre as narrativas de Odilon Nunes e de alguns de seus predecessores, apresentam-se três pontos centrais: (1) o modo como esses escritores lidaram com a formação étnica ou racial do povo piauiense, enfatizando ou não o lugar ocupado pela população miscigenada; (2) os dados censitários comentados ou ignorados por Nunes e pelos outros intelectuais; e (3) a articulação entre o papel dos jesuítas no Piauí e o fim dos indígenas, o que chamo de 'os Sertões invertido'. Cada uma das subseções a seguir se dedica a uma dessas abordagens.

A COMPOSIÇÃO DO POVO PIAUIENSE

Odilon Nunes e "os intelectuais-historiadores [dos anos 1900-1930] trabalhavam com a idéia de 'fato histórico' como dado objetivo, não construído, e também consideravam a existência de uma supra objetividade do documento" (Souza, 2008, p. 257). Fontes coloniais e imperiais são apresentadas por eles como provas irrefutáveis de suas argumentações. E o conhecimento de certas fontes – sobretudo no caso de Odilon Nunes, que foi um assíduo pesquisador no Arquivo Público do Estado do Piauí (Moura, 2010; Queiroz, 2007) – obrigou a uma mudança da compreensão dos fenômenos. Esse é o caso do papel dos negros na composição do povo piauiense na versão de Odilon Nunes.

Como Odilon Nunes apresenta a composição étnica do povo piauiense em "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento"? Se o autor se refere a 'etnia' ou usa o adjetivo 'étnico', também faz uso de termos como 'eugênico' e refere-se a aspectos 'somáticos' dos índios, negros e portugueses que aqui viveram. Pode-se dizer que:

A barbárie em que se funda a sociedade piauiense, sempre na visão do autor, decorre da combinação de dois elementos: da composição étnica desse povo misturado, por um lado, e, por outro, do caráter vadio da sociedade dos vaqueiros, largados à própria sorte e abandonados pelas autoridades e pela igreja.

Negros escravizados eram trocados pelo gado vendido no Maranhão ou nas zonas de mineração. Tais homens negros eram levados ao Piauí para ajudar no vaquejo do gado, em serviços domésticos e na escassa agricultura regional. Sobre esse componente étnico, detalha Nunes: "O grosso desse contingente étnico provavelmente era de sudaneses, tipos superiores que predominavam na Bahia, o mercado mais importante do Piauí. Outros deveriam ser bantos, do Congo e de Angola" (Nunes, 2014, p. 103). Os negros cativos constituíam a maior parcela da população do Piauí na colônia, e já então constituíam quilombos. Tais quilombos, na leitura de Nunes, advém de um desejo de liberdade que adverte o "regime da prepotência" (p. 103). Essa liberdade desejada dos escravos negros, contudo, "pouco diferia da liberdade dos curraleiros" (p. 103) que, como já vimos, seria mais bem caracterizada como licenciosidade, na visão do autor. Nesse sentido, talvez ela difira pouco do sentido de liberdade dos índios. Aparecem aqui mais uma vez os elementos de não civilização da formação do povo piauiense: por um lado, desejo de liberdade anárquico; por outro, os potentados baseados na violência do mando (Galan de Paula, 2022, p. 483).

Estamos, portanto, diante do oposto do regime da legalidade, da família e da religião que viria a se instaurar após a Independência.

³ Por marcas materiais, aqui, refiro-me, seguindo Trouillot (2016), a todo tipo de ruínas, documentos, objetos que deixam rastro do passado e permitem servir de baliza para se perceber as brechas que se abrem entre as diferentes historicidades 2, isto é, o confronto entre diferentes narrativas da história. Especificamente na análise deste artigo, faço referência a fontes existentes (dados censitários) e à própria descrição de Nunes sobre o seu tempo presente nos interiores do Piauí, onde viveria parte da população como seus antepassados indígenas e 'mamelucos'. Cabe também notar que a análise que proponho aqui não coloca a questão da intencionalidade do autor. Ou seja, trata-se de uma análise daquilo que é silenciado por uma narrativa específica da história – o ensaio de Nunes – e as brechas que se percebe ao contrapor esta narrativa a outras narrativas ou fontes. Uma análise pragmática de como a história funciona, para dizer como Trouillot (2016), suspende a questão das intenções. Ademais, para abordar as intencionalidades ou as habilidades do historiador Odilon Nunes, seria preciso outro tipo de análise: uma que levasse em conta outro tipo de documentação pessoal e profissional do historiador, algo que este artigo não se propôs a realizar.

Quando da fundação da vila de Mocha, futura cidade de Oeiras, em 1712, “trezentos degredados portugueses foram para lá enviados” (Galan de Paula, 2022, p. 483). Esses homens, desacostumados ao trabalho, “não poderiam deixar de ter influências nocivas na formação moral dos primitivos povoadores” (Nunes, 2014, p. 103).

Além dos negros, e portugueses, chegaram ao Piauí muitas pessoas que, fugidas da servidão do trabalho no litoral, se empregaram na lida do gado. Esses se associaram “aos moradores facinorosos” (Nunes, 2014, p. 104). Retorna-se a eles adiante.

A discussão sobre a eugenia das raças (ou grupos étnicos) aparece, em primeiro lugar, para falar dos indígenas que viviam no atual Piauí. Qual o papel dos povos indígenas para a composição do povo piauiense? Em primeiro lugar, é notável que Odilon Nunes não mencione a variabilidade étnica dos povos indígenas que vivam no atual Piauí, como faz com o caso dos africanos e portugueses. Ele não se interessa em detalhar as diferenças de ‘tipo físico’ e de ‘ordem psicológica’ dos indígenas. O que Odilon Nunes escreve sobre a participação dos índios na formação do povo piauiense é o seguinte:

Em verdade, houve um ponderável contingente indígena em nossa formação étnica no primeiro século da colonização. Não tamanho como presumem alguns historiadores e etnólogos. Vimos que em algumas fazendas, em fins do século XVII, havia índias que certamente eram amásias dos curraleiros e que já também havia alguns colônias como seus descendentes. Vimos também a insignificante contribuição dos aldeamentos do século XVIII.

O maior contingente de sangue ameríndio nos veio, entretanto, de Ibiapaba e, sobretudo, da volumosa corrente de mestiços que ingressavam no Piauí e que eram acolhidos pelos fazendeiros. A influência dos índios de Ibiapaba manifesta-se ainda, como fator histórico, na Guerra da Independência e até na Balaiada (Nunes, 2014, p. 105).

Com efeito, aqui Nunes (2014) abre espaço para reconhecer a participação de ‘descendentes’ dos

índios ou ‘mestiços’ na formação do povo piauiense. Essa concessão, contudo, é imediatamente seguida por trechos de documentos do século XVII que servem para contrapor as imagens heroicas dos índios composta pelo Romantismo no século XIX e Nunes (2014, p. 106) exorta o leitor: “esqueçamo-nos . . . da ficção”.

Passemos, agora, de Odilon Nunes a outros escritores piauienses, estes escrevendo na primeira metade do século XX. “Aspectos do Piauí”, de Neves (1926), servirá aqui de contraposição ao ensaio de Odilon Nunes, para mostrar que as duas narrações da história, contrapostas, deixam ver que historicidade 1 e historicidade 2, nos termos de Trouillot (2016), não são idênticas. Os interstícios entre uma e outra narração permitem ver alguns dos efeitos de silenciamento. Ao tratar da composição racial do Piauí, Neves (1926) inicia estabelecendo que considera os negros superiores aos indígenas: para ele, os negros não eram inferiores “às grandes raças” (Neves, 1926, p. 135), mas o infortúnio os fez escravos. Na composição do povo piauiense, contudo, teriam “contribuído para o aldeamento do nosso tipo com insignificante contingente de sangue. Maior foi o do índio e esse mesmo inferior ao do branco” (Neves, 1926, p. 135)⁴. É que, para ele, os africanos “relativamente poucos, vieram ao tempo de nossa colonização. E os que vieram, assenzalados, desapareceram, afinal, quase por completo, depois de 1888, com a abolição” (Neves, 1926, p. 36), por vias de miscigenação.

A partir de suas pesquisas em documentos coloniais, Odilon Nunes deparou-se com a descrição do Padre Miguel de Carvalho, de 1697, que indicava que os escravizados negros “constituem a maior parcela da população disseminada nas fazendas. Alguns anos depois são ainda mais numerosos. Já constituíam quilombos, consequência de seu amor à liberdade” (Nunes, 2014, p. 103, ênfase do original). Assim, é para ele impossível ignorar a grande participação africana na

⁴ Em todas as citações diretas de Neves (1926), procedi a uma atualização da ortografia.

composição do povo piauiense, ao menos no período colonial. Inclusive, ele levanta a hipótese de que o maior contingente de africanos trazido ao Piauí foi de sudaneses, “tipos superiores”⁵. Se o povo piauiense é em sua origem majoritariamente formado por negros ou seus descendentes, Nunes precisa encontrar uma origem o mais ‘eugênica’ possível para esses africanos e seus descendentes. Apesar de admitir que os escravos “constituem a maior parcela da população disseminada pelas fazendas” (Nunes, 2014, p. 103) no período colonial, Odilon Nunes não chega a dizer que são os negros o componente étnico que mais contribuiu para a formação do povo piauiense.

Qual a contribuição dos portugueses na formação do povo piauiense para Odilon Nunes e para Abdias Neves? Para Neves, eis sua explicação:

Devemos o povoamento às emigrações, em massa, de portugueses, em 1676. Mafrense e Avila os encaminhavam. Exigiu-os o *modus* da colonização – a pecuária.

O índio e o negro não prestavam para isso, não só pelo desconhecimento da indústria, como pela indolência. O boi arrastou das campinas do Alentejo para as várzeas piauienses, o vaqueiro. E este serviu de tronco, opulento de seiva, da árvore de nossa formação étnica (Neves, 1926, p. 136).

Na versão de Abdias Neves sobre a formação étnica do povo piauiense, portanto, não resta dúvida: houve misturas, mas o povo piauiense é conformado em torno do elemento branco, de quem tem posição somente positiva, rebatendo a imagem de que os portugueses que aqui chegaram eram degredados. Eram os alentejanos pacatos, pouco falantes, hospitaleiros e acostumados à pecuária. A partir dos sertões do São Francisco, “trouxeram o caráter

... que ... fielmente reproduz o do piauiense – por uma singular permanência das feições hereditárias. Os traços do matuto hoje são os mesmos. Em cousa alguma se lhe modificou a fisionomia” (Neves, 1926, p. 20).

Já Odilon Nunes, mais uma vez recorrendo a fontes primárias⁶, retoma a posição de que parte dos brancos chegados à capitania eram degredados:

Quando a vila da Mocha foi fundada, vieram-lhe também de Portugal 300 degredados, e posteriormente outros que certamente não poderiam ser homens afeitos ao trabalho assíduo, ordeiro e produtivo. Para a época, não foi pequena a parcela de degredados lançada no amálgama étnico piauiense. Vieram ainda novos contingentes, entre os quais até mesmo suíços, por motivos de deserção (Nunes, 2014, p. 103).

O ‘amálgama étnico piauiense’, assim, é formado por negros, como já vimos, e portugueses degredados. A opinião de Nunes sobre o elemento étnico branco não é favorável; mesmo minimizando o peso dos delitos a partir de uma citação de Freire (1937, p. 175 citado por Nunes, 2014, p. 103) – “nem todos eram desterrados por crimes que hoje consideraríamos crimes, mas vários por pecadilhos de amor e de heresia” –, sentencia: “Seja como for, eram deportados e, como tais, não poderiam deixar de ter influências nocivas na formação moral dos primitivos povoadores” (Nunes, 2014, p. 103). Se havia “notável contribuição de portugueses eugênicos, vindos dos campos de Portugal para os criatórios do Brasil”, não era, “entretanto, para a bacia do Parnaíba” (Nunes, 2014, p. 104) que se dirigiam. Os portugueses que no Piauí se estabeleceram eram “de Alentejo, onde mais dominava a etnia do mouro, ou[,] segundo Oliveira Viana, ‘imensamente mestiçada de sangue semita” (Viana, 1923, p. 316 citado por Nunes, 2014, p. 104).

⁵ Sobre os negros, a influência de suas discussões raciais parece não ser Oliveira Viana, como é o caso em outros trechos. Ao falar sobre os negros escravizados trazidos aos sertões piauienses, o autor afirma que a maior parte dos que chegaram era de sudaneses, ‘tipos superiores’. ‘Sudaneses’ não é um dos ‘tipos africanos’ mencionados por Oliveira Viana, o que nos leva à hipótese de que Nunes leu outros autores que debatiam as origens dos negros africanos, como Rodrigues (2010, p. 43), que defendia a ideia de uma “preeminência intelectual e social ... aos Negros sudaneses”. Odilon Nunes não cita este autor, e tampouco qualquer outro que dê indícios de suas leituras sobre as discussões dos ‘tipos’ africanos.

⁶ Uma carta de 1773 do então governador da capitania, Gonçalves Pereira Botelho de Castro, aos juizes da cidade e vilas do Piauí.

E quanto aos indígenas? Para Nunes, esses “pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense” (Nunes, 2014, p. 90), tendo sido exterminados ou se miscigenado na população até o final do século XVIII. Outro elemento que contribui para essa afirmação de Nunes é sua constatação de que – com exceção de Jaicós, Regeneração (antiga S. Gonçalo do Amarante), Valença, Jerumenha e Aroás – as “primitivas vilas e os povoados do primeiro e segundo séculos [de colonização do Piauí], quase sempre, senão constantemente, tiveram origem em fazendas de gados” (Nunes, 2014, p. 105), e não em aldeamentos.

Assim, para Nunes, em termos de marcos históricos, a extinção dos indígenas ocorreu no Piauí ainda no final do século XVIII. Contudo, e é o que demonstro a seguir, grande parte da população piauiense descenderia de indígenas e negros – sendo “mameluca” ou “mulata”, nos termos do autor (Nunes, 2014). Foi essa população, com tendências à migração e à anarquia, que coube a Manuel de Sousa Martins incorporar à civilização, sempre de acordo com minha leitura do ensaio de Odilon Nunes⁷.

Segundo Souza (2008), os intelectuais-historiadores piauienses da Primeira República pouco escreveram sobre os indígenas. Abdias Neves foi quem mais o fez, e dedicou aos indígenas três páginas em seu “Aspectos do Piauí” (Neves, 1926). Em “História do Piauí: sinopse”, de 1903, Clodoaldo Freitas (1904) “rechaça o indianismo romântico, base da identidade cultural brasileira no séc. XIX” (Souza, 2008, p. 136), e contrasta-o à brutalidade dos indígenas, expediente que será replicado por Nunes nos anos 1960. Também Abdias Neves usa relatos coloniais para argumentar que os indígenas comporiam uma “sociedade em embrião” (Neves, 1926, p. 133). Para este escritor, assim como para Odilon Nunes, os indígenas contribuíram pouco com a formação do povo piauiense: “O Branco e o negro ficavam diante do índio sem o assimilar, o que

se explica pelo isolamento dos primeiros nas fazendas, onde o silvícola era considerado inimigo perigoso que se deve aniquilar, sem piedade ou vacilação” (Neves, 1997 citado por Souza, 2008, p. 188).

Se já tratamos da contribuição dos indígenas, dos negros e dos portugueses na composição étnica do povo piauiense para Odilon Nunes, resta a questão mais ampla: qual era, afinal, essa composição étnico-racial? Nunes admite, com dados coloniais, a grande participação de mão de obra escravizada nas fazendas de gado. Concede espaço para a contribuição de sangue indígena nos primeiros momentos da colonização, quando os vaqueiros deviam tomar mulheres indígenas como ‘amásias’. Já com relação aos colonizadores portugueses, esses estiveram em pequeno número na capitania por grande parte do tempo da colônia; muitos eram degredados, e os que vieram por outros meios, eram mestiçados com ‘sangue semita’. Em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, Odilon Nunes não é explícito sobre o tema da miscigenação. Eis o que ele escreve sobre a parcela mais numerosa na formação da população colonial piauiense:

Os que formavam maior volume no povoamento dos criatórios eram os que constituíam os contingentes diversos que fugiam da servidão do litoral, especialmente dos engenhos, nem sempre para a vida livre do colonato, como atribuiu Oliveira Viana, mas para associar-se aos moradores facinorosos de que nos falou a autoridade do Alto Poti, ou aos peralvilhos de que nos falou também João Pereira Caldas e que só queriam viver na ociosidade, passando de uma a outra capitania da América. Essa tendência para migração seria fator básico para a desorganização do trabalho, da perturbação da ordem . . . Seu nomadismo torna-o guerreiro, e o senhor dos currais ainda o agrega não apenas para ostentação de grandeza e poder, mas também como defesa, porque efetivamente se sente em perigo, na iminência do assalto do índio do corso que a qualquer hora poderia desfechar seus golpes traiçoeiros (Nunes, 2014, p. 104).

À primeira leitura, não é claro quem são, em termos étnicos ou raciais, esses ‘contingentes diversos’ fugidos da servidão do litoral. Nunes explicitara esse ponto, contudo,

⁷ Ver as análises das seções precedentes “O ensaio” e “Os indígenas são o Outro”.

algumas páginas antes: “Eram esses pobres esquecidos e largados os contingentes diversos de que nos fala Oliveira Viana, o transbordo das senzalas, o sobejo da mestiçagem do litoral, mamelucos, mulatos que fogem da servidão dos engenhos para a vida livre do colonato” (Nunes, 2014, p. 93, ênfases no original)⁸.

É possível, assim, que, se os indígenas não compõem o grosso da população piauiense, seus descendentes 'mamelucos' o façam? A seguinte frase, no artigo de 1960 de Odilon Nunes, parece confirmar que sim: “O maior contingente de sangue ameríndio nos veio, entretanto, de Ibiapaba e, sobretudo, da volumosa corrente de mestiços que ingressavam no Piauí e que eram acolhidos pelos fazendeiros” (Nunes, 2014, p. 105). É neste ponto, portanto, que se encontra o fim dos indígenas no século XVIII, aliado à permanência de mestiços com antepassados indígenas nos séculos posteriores. É esta contradição do ensaio de Nunes que se esmiúça aqui – numa leitura interna ao texto, mas também ao contrastá-lo a outras narrativas da história.

A miscigenação não é uma questão que Nunes aborda explicitamente em seu ensaio de 1960. Não sabemos, ao fim do texto, se a população piauiense tende a uma “arianização progressiva dos nossos grupos regionais” (Viana, 1938, p. 191) a partir da mestiçagem. Nunes introduz uma seção de debate sobre a psicologia do vaqueiro – cuja formação étnica parece ser mestiça. Ainda na busca por psicologias próprias às raças, na sua exposição sobre os indígenas, o historiador tece considerações sobre seu caráter psicológico e suas aptidões para trabalho: “O trabalho sedentário, para os silvícolas, era a escravidão” (Nunes, 2014, p. 81). Em “Evolução do povo brasileiro”, Oliveira Viana explica que “cada raça tem a sua psicologia própria” (Viana, 1938, p. 183) e, no estudo do tipo brasileiro, é preciso levar em conta as composições de cada raça e tipo que formam os mestiços. À primeira vista, parece ser isso o que Nunes busca empreender ao estudar

a psicologia do vaqueiro. No entanto, como abordo adiante, Odilon Nunes se contrapõe à tese euclidiana sobre a ocupação dos sertões (E. Cunha, 2016) e defende que o piauiense não seria mameluco. Mas talvez o seja, defende-se aqui, sempre a partir da análise do ensaio de Nunes.

No quarto volume de “Pesquisas para a história do Piauí” (Nunes, 2007), em que o historiador se debruça sobre o século XIX, Nunes retoma essa questão, inclusive em diálogo mais explícito com Oliveira Viana. É num capítulo a respeito da abolição que ele se contrapõe à ideia de uma arianização da população piauiense como resultado de maior letalidade dos escravizados em relação aos homens livres. No entanto, concorda com a ideia geral de uma tendência à arianização, que é a miscigenação: “a espontânea mistura étnica que se processou, e ainda se está elaborando no Brasil, donde surgiram o mulato e o mameluco, como sua primeira manifestação” (Nunes, 2007, p. 248). Algumas páginas adiante, Nunes afirmara que são os mulatos e mamelucos o “elemento humano . . . que constituía o grosso da população piauiense” (Nunes, 2007, p. 252). Ao que tudo indica, eram eles também que integravam “os contingentes diversos que fugiam da servidão do litoral” de seu artigo de 1960 (Nunes, 2014, p. 104).

Os indígenas, na composição do povo piauiense, segundo a versão de Odilon Nunes, foram pouco importantes. Se, no período colonial, foram significativos os negros, seu argumento é o de que esse já não é o caso para o século XIX. Já o componente branco foi, para ele, pouco numeroso. Então, repete-se a pergunta: quem forma a maior parte do povo piauiense, segundo Odilon Nunes? Esse contingente de mestiços – ‘mulatos’ e ‘mamelucos’ – aparece apenas marginalmente em seu trabalho – seja no ensaio de 1960, seja em “Pesquisas para a história do Piauí”. Uma população que “vivía marginalizada, sem haveres, sem direitos, numa nova modalidade de escravidão, largados à sorte incerta,

⁸ Neste trecho, Nunes refere-se ao livro “Populações Meridionais do Brasil” (1920), de Oliveira Viana.

sem um guia que lhe apontasse uma canaã” (Nunes, 2007, p. 252), formada por aqueles que, descendendo de negros e índios miscigenados, já não ocupam por completo o lugar da não história ou da pré-história do Piauí, como os indígenas, mas estão à margem da história.

DADOS CENSITÁRIOS

Outro expediente usado por Odilon Nunes para montar sua narrativa acerca da conformação étnica da população piauiense refere-se ao uso de dados demográficos. Também Abdias Neves explicitamente atesta o fim dos indígenas a partir de dados censitários. Nesta seção, analiso as particularidades do modo como esse tipo de fonte é mobilizada por esses dois autores. Comento especificamente passagens de “Aspectos do Piauí”, de Neves (1926), “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”, de Nunes (2014), e o capítulo “A abolição” do quarto volume de “Pesquisas para a história do Piauí”, de Nunes (2007). O intuito da comparação é deixar entrever os interstícios pelos quais os atores silenciados se fazem audíveis.

Em “Aspectos do Piauí”, Neves (1926) apresenta alguns mapas populacionais e dados censitários dos séculos XVIII e XIX. Em 1762⁹, de uma população de 12.746 pessoas na capitania¹⁰, havia 354 índios Gueguês na aldeia de Jaicós e 337 ‘Acoroaz’ (Akroás) em São João de Sendé. Nas vilas e fazendas, a população contada divide-se entre livre e escrava. Posteriormente, ele apresenta os seguintes dados do censo de 1862, que provavelmente evidenciam algum erro de tipografia: “Branços – 21.945; pretos 14.948 dos quais 19.193 escravos; pardos 32.034, pardos escravos 5920” (Neves, 1926, p. 137). Em seguida, pergunta-se: “E a população indígena? Dos mapas não consta” (Neves, 1926, p. 137). Os indígenas, presume-se, já estavam extintos.

A tabela seguinte presente em Neves (1926) indica dados populacionais para 1854, que apontam um total de 135.811 homens livres, 16.868 escravos e 222 estrangeiros. Abdias Neves não discute o que os dados apresentados indicariam. Eles são transcritos como retratos da sociedade piauiense. Os dados censitários servem a dois propósitos: (1) mostrar que os indígenas, constantes em dois aldeamentos em 1762, já não mais existem sete décadas depois; (2) apontar a tendência ao branqueamento da população piauiense, pois o número de escravizados indicaria um número decrescente de pretos. A miscigenação, para Neves, implica um branqueamento: “Do amalgama, resultaram mamelucos, mulatos, caboclos e cafuzes . . . depois de 1888, com a abolição [os africanos] [d]ispersos, abominando a própria raça, vendo na cor um estigma do cativo, fundiram-se, gradativamente, no contato do branco” (Neves, 1926, p. 136).

Odilon Nunes (2014) também usa dados de contagem populacional para tratar da composição da população piauiense. Com dados de 1697, o historiador precisa admitir que a maior parte da população do período era escravizada. Conforme também já comentado, no capítulo “A abolição”, de “Pesquisas para a história do Piauí”, 4º volume, Nunes (2007, p. 251) constrói um quadro populacional do total de batismos e óbitos da população livre e escrava entre 1864-1865. Ali, contrapõe-se à tese de Oliveira Viana de uma arianização causada por menor natalidade e maior mortandade entre os escravizados. Não é o que demonstram os dados compilados por Nunes. Contudo, seus dados indicam uma porcentagem de escravizados no total da população muito menor do que nos tempos da colônia. Com efeito, é nesta parte do capítulo que ele introduzirá a ideia de que a maior parte da população

⁹ Abdias Neves não faz referência à fonte primária ou secundária de onde provém seus dados de 1762. A partir de um artigo de Mott (2016), que menciona dados demográficos para o mesmo ano, imagino que se trata de recenseamento feito pelo primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas. Contudo, os números de escravizados apresentados por Neves e Mott não é o mesmo, pois Mott contabiliza apenas os habitantes das fazendas, e não os das vilas.

¹⁰ Neves (1926) escreve ‘Província’.

do Piauí era composta pelos 'mulatos' e 'mamelucos' saídos das senzalas e largados à própria sorte. Para isso, no entanto, não apresenta dados censitários.

Para Abdias Neves, mas também para Oliveira Viana, a miscigenação indicava uma tendência ao branqueamento da população. Já não mais pretos nem indígenas, os mulatos e mamelucos não eram, para Oliveira Viana, uma categoria étnica estável; iriam tender para um ou outro lado, e sua hipótese era da tendência à arianização. A segunda parte de "Evolução do povo brasileiro", justamente aquela que versa sobre raça, foi publicada como introdução ao censo de 1920 (Botelho, 2010). No texto, Oliveira Viana faz referências ao censo de 1890; seu objetivo, ao comentá-lo, é mostrar que a porcentagem de mestiços na população total aumentara com relação à de pretos. Com o tempo, segue seu raciocínio, haveria o "verdadeiro estacionamento da população negra e mestiça" (Viana, 1938, p. 91), porque estaria em curso um processo de arianização.

Odilon Nunes, que leu "Evolução do povo brasileiro", e, portanto, teve acesso às tabelas que indicam as porcentagens da composição racial de cada estado brasileiro em 1890, não as menciona em seus trabalhos¹¹. "O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento" encerra com as lutas pela independência. E, no volume quarto de "Pesquisas para a história do Piauí", todos os capítulos temáticos findam no período do Império. Desse modo, apesar de lidar com dados demográficos em seu trabalho para tratar das presenças de negros escravizados ou de indígenas durante a colônia e o império, Odilon Nunes não usa dados posteriores.

Não podemos saber se Nunes teve acesso aos dados do recenseamento de 1872, ainda no período imperial.

Se tivesse tido, veria que as tabelas indicam 13.453 caboclos na província do Piauí, o que perfazia 6,6% da população. Percentualmente, em 1872, o Piauí era a sétima província com a maior população de caboclos entre sua população total, ficando atrás apenas do Amazonas (63,9%), do Pará (16,2%), do Mato Grosso (14,1%), do Ceará (7,3%), do Paraná (7,1%) e do Espírito Santo (6,7%). Em números totais, a quantidade de mais de 13 mil caboclos também era expressiva, posicionando o Piauí com a oitava maior população cabocla no país (Oliveira, 2011, p. 664). Os dados de 1890 são ainda mais impressionantes: o total de caboclos no Brasil passou de 386.955 para 1.295.796, e percentualmente o aumento foi de 3,9% da população brasileira para 9,6% (Oliveira, 2011, p. 664). No Piauí, a porcentagem de caboclos na população total do estado era de 20,19%. O restante da composição do estado era a seguinte: 28,34% de brancos, 15,18% de pretos e 36,29% de mestiços (Directoria Geral de Estatística, 1898, p. 5).

Apesar de Nunes não trabalhar dados republicanos em seus escritos, o conhecimento que ele tinha dessas informações indica o silenciamento das presenças indígenas – ou caboclas¹² – em seus textos. A meu ver, esse silenciamento não é "farsa" (Costa, 2011) ou deliberada 'construção' de uma invisibilidade indígena, mas revela a impossibilidade de incluir esses 'fatos' na sua narração da história do Piauí. Como já argumentei, não há espaço nem para os indígenas, nem para os mestiços na história contada por Odilon Nunes. E, no entanto, eles estão ali, nas brechas da história contada no próprio ensaio.

A menção a dados censitários não incluídos na análise de Nunes – alguns dos quais ele tinha conhecimento – não visa a mostrar 'a verdade' –

¹¹ É preciso mencionar que há um erro na tabela apresentada por Oliveira Viana, ao menos na edição a que tive acesso, a 3ª edição, de 1938 (e que não é a mesma citada por Odilon Nunes): ele indica que a porcentagem de brancos no Piauí era de 48,34%; no entanto, de acordo com os dados publicados daquele recenseamento, essa porcentagem era de 28,34% (Directoria Geral de Estatística, 1898).

¹² Oliveira (1997) levanta a hipótese de que o aumento de 'caboclos' no censo de 1890, em comparação ao de 1872, esteja relacionado a uma reclassificação da população, agora toda livre, e às próprias relações raciais pós-abolição. Dados que esse mesmo autor trabalhou, em outro texto (Oliveira, 2011), para o Ceará, no entanto, indicam uma correspondência entre os municípios com maior população cabocla e áreas historicamente ocupadas por povos indígenas.

categoria tão mobilizada pelo próprio Odilon Nunes – sobre a composição da população piauiense no final do século XIX. Intenciono, como já explicado, dar a ver os interstícios entre uma e outra narração da história. A história que os dados censitários de 1872 e 1890 narram difere da de Nunes, e a contraposição entre as narrativas deixa ver a indianidade silenciada.

OS SERTÕES ‘INVERTIDO’

No ensaio de 1960, Odilon Nunes retoma explicitamente a divisão de Euclides da Cunha sobre aqueles que ocuparam os sertões: “[o] bandeirante, o jesuíta, o vaqueiro” (E. Cunha, 2016, p. 99). Conforme escrevi alhures¹³:

Como para Euclides da Cunha, para Odilon Nunes os jesuítas concorreram com os exploradores bandeirantes no destino dos índios. Sob os exploradores (bandeirantes), reinava a barbárie dos extermínios indígenas, enquanto sob a Companhia de Jesus, a preservação “do aborígene”. O vaqueiro foi quem verdadeiramente colonizou a região, isso para ambos os autores. Se esses vaqueiros têm como ancestrais os indígenas das regiões conquistadas, os autores divergem (Galan de Paula, 2022, p. 481).

O “milagre dos jesuítas” (Nunes, 2014, p. 82) na serra da Ibiapaba propiciavam aos indígenas “alegria, festas, charamelas”. Já nas terras do que viria a ser o Piauí, foram os exploradores que chegaram primeiro, sucedidos pelos curraleiros. Diferentemente dos inácianos, impuseram:

. . . a limpeza da terra que consistia na expulsão de seus primitivos habitantes . . . Os selvagens, geralmente glutões e caçadores de gado, foram, então, expulsos da bacia parnaibana, a ferro e fogo, em defesa do direito de propriedade (Nunes, 2014, p. 82).

Na explicação de E. Cunha (2016, p. 95) acerca da ocupação colonial do sertão, a Companhia de Jesus

teria tido uma “tarefa nobilitadora” face ao “colono ganancioso”. Nunes segue essa lógica explicativa: segundo ele, o extermínio indígena foi rápido no Piauí (ocorrendo até meados do século XVIII), pois ali os jesuítas pouco atuaram na catequese. Como a tese da ocupação do sertão do gado através da concorrência entre bandeirantes e jesuítas não se aplica ao caso piauiense, residiria aí o elemento explicativo para dizer que todos os indígenas foram exterminados nas guerras ou fugiram do Piauí.

Assim como Euclides da Cunha (2016, p. 96) tratou de um “entrelaçamento geral” entre as raças causado pela penetração dos exploradores, também Odilon Nunes cita que houve mulheres indígenas “amásias dos vaqueiros sempre celibatários” (Nunes, 2014, p. 82). No entanto, como veremos, “Nunes recusa a influência majoritária do indígena na composição do povo piauiense” (Galan de Paula, 2022, p. 482). Euclides da Cunha, por outro lado, argumenta que “é natural que grandes populações sertanejas, de par com as que se constituíam no médio São Francisco, se formassem ali com a dosagem preponderante do sangue tapuia” (E. Cunha, 2016, p. 110). Para ele, o sertanejo, o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (E. Cunha, 2016, p. 103), é mameluco, havendo pouca influência negra nos sertões. Essa visão é contraposta por Nunes que, a partir de dados coloniais, argumenta que a mão de obra nas fazendas de gado era majoritariamente composta por negros escravizados¹⁴.

As discussões sobre a Companhia de Jesus pouco ter atuado na catequese no Piauí precedem Odilon Nunes e o sucedem. Pesquisas posteriores reforçam a ideia de pouca atuação dos jesuítas na capitania no Piauí – à exceção da região da Serra da Ibiapaba, limítrofe com o Ceará:

¹³ Esta seção também retoma algumas análises preliminares que publiquei em outro lugar (Galan de Paula, 2022), dando a elas contornos mais definidos.

¹⁴ Pesquisas mais recentes, como as de Mott (2016), corroboram essa ideia. A partir de fontes coloniais (1697 e 1772), Mott (2016) demonstra que a quantidade de indígenas vivendo das fazendas de gado era pequena. Com isso, ele refuta uma série de teses sobre a ocupação dos sertões pecuaristas, entre elas a de convivência pacífica entre colonizadores e indígenas e a ideia de que os índios seriam mais afeiços à lida com o gado do que às atividades agrícolas; no século XX, essa última tese foi defendida nas páginas de historiadores como Celso Furtado, Teresa Petrone e Roberto Simonsen.

Vale mencionar o caráter das atividades jesuíticas no sertão da capitania do Piauí. Nessa região, a Companhia de Jesus esteve preocupada em administrar suas fazendas de gado, doadas, em 1711, por herança ao Colégio da Bahia, pelo rico fazendeiro Domingos Afonso Mafrense. Três dessas unidades serviram de residência aos padres: Santo Inácio, Nazaré e São João, a primeira situada nas margens do rio Canindé, as duas últimas na ribeira do Piauí. Nos arrabaldes da vila da Mocha, ainda no Piauí, o rei D. João V, em 1732, aprovou a construção de um seminário que serviria de morada para seis religiosos, tendo ofertado, para os gastos da obra, um auxílio pecuniário de 3 mil cruzados (Arraes, 2015, p. 106).

Outras investigações contemporâneas indicam que os primeiros jesuítas passaram pelo Piauí, de Pernambuco rumo ao Maranhão em 1607 e “só em 1656 foi fundada, em território piauiense, a Missão jesuítica de São Francisco Xavier, para servir de entreposto de catequização e produção entre as capitanias e Missões de Pernambuco e Maranhão” (Macedo et al., 2018, p. 4). A atuação dos jesuítas na primeira fase de ocupação, correspondente ao final do século XVII, se deu, sobretudo, “como missionários, desbravadores e expedicionários, e apenas em 1702 conseguiram estabelecer os primeiros aldeamentos” (Macedo et al., 2018, p. 5).

A maior participação dos inácianos no Piauí foi a partir de 1711, quando a Companhia de Jesus herdou as fazendas de Domingos Afonso Mafrense. A administração das fazendas durou menos de meio século, quando, sob o governo de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil; tais fazendas passaram então à Coroa Portuguesa. Embora mencionadas por muitos historiadores, existem poucas pesquisas sobre as fazendas sob administração dos jesuítas no Piauí, bem como sobre o trabalho de missionarização e aldeamento do início do século XVIII. De todo modo, seja nos escritos do início do século XX, seja naqueles do começo do século XXI, os jesuítas seguem entendidos na história do Piauí como tendo ocupado o papel majoritariamente de administradores de fazendas. No entanto, nem todos os autores que tratam da presença jesuíta no Piauí associam sua pouca atuação na catequese ao extermínio dos índios pelos exploradores. Essa é uma composição narrativa de Odilon Nunes.

Os intelectuais-historiadores que o precederam em escritas de história do Piauí, como Abdias Neves e Higino Cunha, tiveram influências de “Os sertões” em suas análises e, no entanto, não traçaram a mesma relação entre o papel dos jesuítas no Piauí e o fim dos índios.

A inversão da tese de Euclides da Cunha sobre a ocupação dos sertões da pecuária por Odilon Nunes corresponde, portanto, a uma composição específica de Odilon Nunes com ideias de Oliveira Viana. No final da parte “A evolução da raça”, em “Evolução do povo brasileiro”, Oliveira Viana escreve a respeito dos ‘caboclos’ do nordeste, “mestiços indo-áricos” (Viana, 1938, p. 215). Afirma que, por não terem os “tipos cruzados . . . estabilidade somatológica” (Viana, 1938, p. 215), não se pode falar em uma sub-raça mestiça em fase de fixação. Euclides da Cunha, em “Os sertões” também se posiciona contrário à mestiçagem excessiva, “na maioria dos casos prejudicial” e “um retrocesso” (E. Cunha, 2016, p. 110). Contudo, seu argumento vai na direção de afirmar que, no sertão estudado, formou-se um “tipo mestiço bem definido, completo” (E. Cunha, 2016, p. 107), por conta do longo isolamento da região. E, como se sabe, esse “tipo antropológico invariável” ou essa “subcategoria étnica já constituída” (E. Cunha, 2016, p. 110) é, para Euclides da Cunha, mameluco. Oliveira Viana, por sua vez, discorda dessa avaliação e defende que esse tipo em formação irá evoluir “ou para o homem americano, ou para o homem europeu” (Viana, 1938, p. 215). Segundo suas ideias acerca das “seleções étnicas” (Viana, 1938, p. 215), conclui que “na massa cabocla do nordeste os tipos que hão de emergir ao fim desse trabalhoso processo seletivo . . . hão de ser ali . . . variantes arianóide, vestidas com a libré dos climas tropicais” (Viana, 1938, pp. 215-216).

Conforme argumentei, em “O Piauí, seu povoamento e seu descobrimento”, Odilon Nunes (2014) não discute explicitamente a tese de Oliveira Viana sobre a ‘tendência à arianização’ dos mestiços, mas parece concordar com ela. De todo modo, o historiador piauiense já expurgara o indígena como contribuidor à composição étnica do piauiense; um dos expedientes que usa para isso se refere

ao papel dos jesuítas no Piauí. O expurgo indígena da formação do piauiense é, assim, duplo.

Expurgado, o indígena volta pela porta de trás, e ocupa as margens da história do Piauí nas páginas de Odilon Nunes. Mamelucos e mulatos ainda não incorporados à civilização conformam o maior contingente populacional desde a colônia e que, no entanto, não aparece nessa história. O silenciamento dos indígenas, portanto, corresponde também ao não lugar dos descendentes daqueles que – por visões essencialistas da identidade – já não são nem indígenas, nem negros, nem nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou estudar o silenciamento dos indígenas em um ensaio de Odilon Nunes. A aposta é a de que os silenciamentos na história devem ser estudados a partir de narrativas específicas e na contraposição entre narrativas (Trouillot, 2016).

A primeira parte do artigo dedicou-se a uma análise interna do ensaio de Odilon Nunes, descrevendo os procedimentos textuais de alterização indígena e mestiça, que silenciam esses componentes populacionais nesta versão da história do Piauí. No entanto, e seguindo ainda as ideias de Trouillot (2016), não se procedeu aqui a uma análise meramente construtivista da narração da história, buscando-se os indícios e as brechas que mostram os elementos silenciados. Os dados censitários, por exemplo, são indícios daquilo que a narrativa de Odilon Nunes – mas também de alguns escritores que o precederam – não conta. Os desajustes entre certas fontes – como as evidências de ser a população piauiense majoritariamente mestiça – e as afirmações do autor deixam ver que a historicidade 2 – “as narrativas históricas” (Trouillot, 2016, p. 61) – não consegue ser completamente arbitrária, pois a historicidade 1 – o processo sócio-histórico propriamente dito – “deixa indícios, alguns dos quais são bastante concretos – edifícios, cadáveres, censos, monumentos, diários, fronteiras políticas – que limitam o alcance e o significado de qualquer narrativa histórica” (Trouillot, 2016, p. 61). Em alguns casos, esses

indícios são aparentemente ignorados por Nunes, como nos dados censitários. Por outras vezes, há uma articulação difícil entre as fontes e a narrativa de Nunes. É o caso do lugar (ou não lugar) das populações mestiças em “O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento”: elas compõem e não compõem a maioria da população da região; integram e não integram o Piauí pretendido por Odilon Nunes.

Por fim, este artigo, ainda na primeira parte, incorporou outro tipo de análise às inspirações que retirei da leitura de Trouillot (2016): as formas de concatenação de tempos foram analisadas ali. A escrita da história como uma contraposição entre o passado e o presente-futuro, aliada a uma visão progressiva de história, contribui para o modo como os indígenas são extirpados da história piauiense no ensaio de Odilon Nunes.

Este artigo, apesar de focado no estudo de um único ensaio, contribui não apenas para o estudo da história e da historiografia piauiense, mas é um exercício em antropologia da história, e proporciona indagações mais amplas em antropologia. Nesse sentido, pretendeu-se explorar os modos através dos quais a constituição de uma história estadual – uma história piauiense sobre o Piauí – lida com questões relativas à formação do povo daquele estado, e indaga sobre os futuros para o estado. Se pesquisas contemporâneas na antropologia brasileira têm se dedicado mais ao estudo da constituição de histórias nacionais (De Lucca, 2021) ou municipais (Lacerda, 2021, 2023; Loureiro, 2007; Marques, 2015; Galan de Paula, 2025), a formação de histórias estaduais ou regionais (Mestrinelli, 2023) pode também ser realizada. Este artigo, assim como outras produções de minha autoria (Galan de Paula, 2025), desse modo, leva a indagações muito mais amplas em antropologia: como as narrativas históricas são capazes de produzir e imaginar coletivos? Como, a partir das histórias, se produzem homogeneizações e alterizações? As respostas a essas perguntas, como ensinou Trouillot (2016), só podem ser descrições específicas de como a história funciona. Este artigo é uma resposta, necessariamente descritiva e pontual, a essas amplas questões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à bolsa de doutorado (processo nº 2019/00395-1) concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Sou grata também a *Dissertation Fieldwork Grant concedida pela Wenner-Gren Foundation* (Gr. #10110), que possibilitou a pesquisa na biblioteca do Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina. Como estudante de doutorado, integrei o projeto temático "Métis - artes e semânticas da criação e da memória" (processo nº 2020/07886-8), financiado pela FAPESP. Agradeço a Ana Claudia Marques, Emília Pietrafesa de Godoi e Fernanda Arêas Peixoto pelos comentários a uma versão prévia deste artigo, sob a forma de relatório de qualificação de doutorado. Agradeço, ainda, a Rainer Miranda Brito e Natacha Simeí Leal, por terem tornado acessíveis para mim diferentes textos de Odilon Nunes, quando necessitei.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. R. C. (2010). *Os índios na história do Brasil*. FGV Editora.
- Apresentação. (1957). *Econômica Piauiense*, 1(1).
- Arraes, E. (2015). Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do norte. *Pós FAUUSP*, 21(36), 84-100. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i36p84-100>
- Assis, R. S. (2016). *Os índios do território Serra da Capivara: história, memória e ensino* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173173>
- Botelho, A. (2010). Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, 22(1), 47-66.
- Costa, J. P. P. (2011). A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí. In Á. P. Pinheiro, L. J. Gonçalves, & M. Calado (Orgs.), *Patrimônio arqueológico e cultura indígena* (pp. 140-161). EDUFPI.
- Cunha, E. (2016). *Os sertões: campanha de Canudos*. Edições Sesc; Ubu Editora.
- Cunha, M. C. (Org.). (1992). *História dos índios no Brasil* (2 ed.). Cia das Letras.
- De Lucca, D. (2021). *A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste*. Edufba.
- Directoria Geral de Estatística. (1898). *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Oficina da Estatística. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>
- Dube, S. (2021). History, anthropology, and rethinking modern disciplines. *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.310>
- Freire, G. (1937). *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Editora José Olympio.
- Freitas, C. (1904). História do Piauí: sinopse. In M. Rosa, J. Pinheiro, & A. Neves (Orgs.), *Almanaque piauiense* (3º ano). Tip. Teix.
- Galan de Paula, C. (2022). Os índios "pouco contribuíram, como elemento étnico, para a formação do piauiense": Odilon Nunes e a constituição do povo piauiense. In *Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología: Desafíos emergentes, antropologías desde América Latina y el Caribe* (Vol. 3, p. 15). <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/portal/memorias-de-congresos-ala/>
- Galan de Paula, C. (2025). *Passados e presenças: 'Índios', tempo e história em Coronel José Dias, Piauí* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2024.tde-30012025-133214>
- Goldman, M. (1999). Lévi-Strauss e os sentidos da História. *Revista de Antropologia*, 42(1-2), 223-238. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011999000100012>
- Gonçalves, J. F. (2017). Revolução, voltas e reveses: temporalidade e poder em Cuba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(93), 1-16. <https://doi.org/10.17666/329305/2017>
- Hartog, F. (1988). *The mirror of Herodotus: the representation of the other in the writing of history*. University of California Press.
- Heródoto. (1994). *Histórias*. Edições 70.
- Hirsch, E. (2021). History. *The Open Encyclopedia of Anthropology*. <https://doi.org/10.29164/21history>
- Hirsch, E., & Stewart, C. (2005). Introduction: ethnographies of historicity. *History and Anthropology*, 16(3), 261-274. <https://doi.org/10.1080/02757200500219289>
- Lacerda, R. B. (2021). A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia. *Wamon*, 6(1), 69-89. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/9085>
- Lacerda, R. B. (2023). *Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

- Leite, S. (1940). *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. Companhia Editora Nacional.
- Lévi-Strauss, C. (2010). *La pensée sauvage*. Plon.
- Lévi-Strauss, C. (2017a). As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico e social. In C. Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural dois* (pp. 326-336). Ubu.
- Lévi-Strauss, C. (2017b). Raça e história. In C. Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural dois* (pp. 337-376). Ubu.
- Loureiro, T. N. M. (2007). *Os séculos perdidos e a semente do progresso: temporalidades, histórias e verdades nas narrativas regionais de Ilhéus* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Macedo, A. O., Felice, G. D., Matos, M. X. G., Souto Maior, P. M., & Santana, T. M. C. (2018). Indícios de uma fazenda jesuíta: o sítio arqueológico Brejo de São João, Piauí. *FUMDHAMentos*, 15(1), 3-36. https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2019/02/fumdham-fumdhamentos-xv-2018-_771084.pdf
- Marques, A. C. D. R. (2015). *Percurso e destino: parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso* [Tese de livre docência, Universidade de São Paulo].
- Mello, M. M. (2021). Espíritos, história e colonialismo na Guiana. *Revista de Antropologia*, 64(2), e186650. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186650>
- Mestrinelli, L. (2023). *Cronotopos goeses: uma análise semiótica* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-20022024-165904>
- Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo* [Tese de livre docência, Universidade Estadual de Campinas].
- Mott, L. R. B. (2016). Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. In C. M. M. Dias, & P. S. Santos (Orgs.), *História dos índios do Piauí* (2 ed., pp. 201-216). EDUFPI.
- Moura, I. C. G. M. (2010). *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí]. <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/27>
- Neves, A. (1926). *Aspectos do Piauí: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política*. Typographia D' "O Piauí".
- Neves, A. (1997). *O Piauí na Confederação do Equador*. EDUFPI; Academia Piauiense de Letras.
- Nunes, O. (2007). *Pesquisas para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província. Em busca de organização: escola e trabalho...* (Coleção Grandes Textos, Vol. 4). FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves.
- Nunes, O. (2014). O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento. In *Estudos de História do Piauí* (2 ed., pp. 71-118). Academia Piauiense de Letras.
- Oliveira, J. P. (1997). Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, 3(6), 61-84. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>
- Oliveira, J. P. (2011). Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In J. P. Oliveira (Org.), *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* (pp. 653-687). Contra Capa.
- Palmié, S., & Stewart, C. (2016). Introduction: for an anthropology of history. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 6(1), 207-236. <https://doi.org/10.14318/hau6.1.014>
- Queiroz, T. (2007). Odilon Nunes: história e erudição. In O. Nunes, *Pesquisa para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província. Em busca de organização: escola e trabalho...* (Coleção Grandes Textos, Vol. 4, pp. 17-49). FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves.
- Rodrigues, R. N. (2010). *Os africanos no Brasil*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Schwarcz, L. K. M. (2005). Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos Estudos - CEBRAP*, (72), 119-135. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>
- Souza, P. G. C. (2008). *História e identidade: as narrativas da piauiensidade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí].
- Trouillot, M.-R. (2016). *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Huya.
- Viana, F. J. O. (1923). *Evolução do povo brasileiro*. Monteiro Lobato & Cia.
- Viana, F. J. O. (1938). *Evolução do povo brasileiro* (3 ed.). Companhia Editora Nacional. <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/88>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não houve publicação em repositório de preprint.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Mulheres na Amazônia brasileira: a luta das trabalhadoras da pesca, do garimpo e da agricultura familiar para confrontar o sofrimento e a violência contínuos

Women in the Brazilian Amazon: the struggle of women workers in fishing, mining and family farming to confront ongoing suffering and violence

Rosane de Seixas Brito Araújo 

Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: O modelo econômico desenvolvimentista vem gerando na Amazônia brasileira, nas últimas décadas, conflitos sociais e violência contra os povos e a natureza, produzindo mudanças nas formas de vida, assim como aumento da vulnerabilidade e do sofrimento social. A pesquisa, de inspiração etnográfica, investiga como mulheres da pesca, da agricultura familiar e do garimpo, atividades tradicionais e fortemente atingidas pelo agronegócio e pela mineração na região da BR-163, vêm enfrentando e produzindo transformações no mundo do trabalho e na estrutura familiar. Atuando em Itaituba, no oeste do Pará, e submetidas à mesma lógica de apropriação e exploração, as mulheres têm percepções diferentes acerca da luta e das formas de mobilização política. Em comum, assumem-se como 'guerreiras', superam sofrimentos múltiplos, marcados em seus próprios corpos, sustentam suas famílias e têm subvertido lugares sociais de poder antes eminentemente masculinos.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Violência. Vulnerabilidade social. Sofrimento social. BR-163.

Abstract: In recent decades, the developmental economic model has intensified social conflict and violence against traditional peoples and the environment in the Brazilian Amazon, disrupting livelihoods, increasing vulnerabilities and general social woes. This research is inspired by ethnography and investigates how women involved in fishing, family farming, small-scale mining that are traditional activities that have been heavily affected by agribusiness and mining in the BR-163 region, have experienced these processes and how they have reshaped the lives of local inhabitants, transforming both the world of labour and family structures. Working in Itaituba, in western Pará, and subjected to the same logics of appropriation and exploitation, these women have different perceptions of the struggle and of forms of political mobilization. In common, they see themselves as 'warriors,' they overcome multiple forms of affliction that have marked their bodies, and they support their families, but have subverted social positions of power that were previously predominantly pertaining to males.

Keywords: Female workers. Violence. Social vulnerability. Social suffering. BR-163.

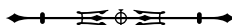
Araújo, R. de S. B. (2026). Mulheres na Amazônia brasileira: a luta das trabalhadoras da pesca, do garimpo e da agricultura familiar para confrontar o sofrimento e a violência contínuos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240107. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0107>

Autora para correspondência: Rosane de Seixas Brito Araújo. Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. Av. L3 Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da FINATEC, Bloco G, 1º andar. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (rosanesbaraujo@gmail.com).

Recebido em 25/12/2024

Aprovado em 10/09/2025

Responsabilidade editorial: Deborah Bronz



INTRODUÇÃO

Mais de duas décadas após o início do novo século, o modelo desenvolvimentista vem gerando, cada vez mais intensamente, conflitos sociais e processos violentos contra os povos e a natureza na Amazônia brasileira, de interesse do projeto de pesquisa CONTER¹. Em contraposição, mobilizações e lutas sociais têm buscado combater os impactos do capitalismo, conforme o poder de organização e enfrentamento que conseguem articular.

Este artigo baseia-se na pesquisa realizada em 2023, que busca compreender se, no contexto mais amplo das lutas das mulheres, tem havido processos de mobilização de trabalhadoras rurais – da agricultura familiar, da pesca e do garimpo –, na região oeste do estado do Pará. Se assim identificados, apontar se chegam a produzir transformações importantes na cena política, tal como no mundo do trabalho e nos papéis sociais que essas mulheres ocupam, inclusive na família. A escolha dessas atividades foi, assim, norteadas por dois aspectos centrais: por contarem com significativa participação feminina na região, sob diferentes aspectos; e também por serem alvo ou serem atingidas, direta ou indiretamente, por interesses mundiais, que têm interferido, com potencial cada vez mais destrutivo, nos meios de sobrevivência e nas condições de vida das trabalhadoras e de suas famílias, naquela região.

O campo da pesquisa foi sendo definido a partir de indagações instigantes que nortearam a escuta: por serem mulheres e trabalhadoras rurais da mesma região e município, haveria entre elas forte identificação, formas de atuação e de mobilização semelhantes, assim como padrões familiares e culturais semelhantes? A princípio, seria razoável dizer que sim e que não. E, ainda, com suas singularidades, culturas, trajetórias, experiências de vida e de trabalho, como percebem o dinamismo pelo qual passa a região e a si próprias? Têm uma visão crítica sobre o contexto que as afeta? Em caso afirmativo, quem seriam os principais

destinatários de suas críticas, considerando seus lugares de vida e de fala? Por outro lado, existem articulações dessas experiências com movimentos sociais e lutas populares em outras escalas e lugares? As experiências relatadas remetem a uma trama complexa de significados, com conexões e implicações decorrentes daquele dinamismo – socioeconômico, político e ambiental –, mesmo quando não diretamente formuladas, em vista da explicitação de contextos, percepções e interpretações das mulheres.

Situando, em termos geográficos, os territórios em que as participantes da pesquisa vivem e trabalham, elas localizam-se no município de Itaituba, lugar de acesso ao rio Tapajós pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), grande eixo rodoviário federal que percorre cinco estados brasileiros até alcançar as rotas comerciais transnacionais – legais e ilegais – do agronegócio e de minérios, fortemente integradas pelo Pará. Itaituba é também cortada pela BR-230, a Transamazônica, eixo transversal do país e estratégico no sentido norte-nordeste.

A metodologia da pesquisa, de caráter qualitativo, parte, assim, da observação da vivência, de inspiração etnográfica, e relatos de mulheres atuantes naquelas atividades, envolvidas ou não em processos de organização sindical ou política mais amplos. Além de algumas já conhecidas em etapas anteriores de investigação na região, outras mulheres foram sendo buscadas e sugeridas no percurso da pesquisa de campo.

Os resultados de longas horas de conversas e de entrevistas semiestruturadas foram sistematizados com base em eixos analíticos, possibilitando a correlação das contribuições. Foram, então, definidos como eixos centrais: conflitos sociais decorrentes das formas de vida e de trabalho, da expropriação de terras e da exploração predatória da natureza; pobreza e precariedade social; saúde; organização e mobilização das mulheres; relações com o Estado e com outras estruturas do poder econômico,

¹ O projeto de pesquisa "Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política" (CONTER) vincula-se ao Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD).

representantes do agronegócio e da mineração em grande escala, nacional e internacionalmente.

O detalhamento da sistematização desses elementos, assim como o entrelaçamento de múltiplas questões que emergiram para a análise, certamente não cabem nos limites deste trabalho. De todo modo, parte-se daquelas que levaram à definição de três categorias de análise identificadas como marcadores comuns nas experiências e nos relatos: vulnerabilidade social, sofrimento social e violência. Em paralelo ao trabalho de campo e à busca de referências teóricas, foi realizada a pesquisa documental.

Em vista de relatos e denúncias por elas formulados, foram também entrevistados representantes municipais de Itaituba e do governo federal² ligados à reforma agrária, à mineração e ao garimpo, às áreas de proteção da floresta amazônica e à produção agrícola de pequena escala. Vinculadas a interesses poderosos em disputa na região nas últimas décadas, como o agronegócio e a mineração, aquelas atividades são tradicionais naquela sub-região amazônica e contam com importante atuação de trabalhadoras mulheres.

A complexidade das relações sociais, políticas e de trabalho relatadas pelas mulheres envolve, no tocante à ocupação dos territórios, expropriação e grilagem de terras, inclusive em áreas destinadas à reforma agrária, deslocizações forçadas das trabalhadoras e de suas famílias, ilegalidades na superexploração da natureza, além de precarização de políticas e investimentos públicos. Apesar de exercerem atividades diferentes e ocuparem territórios distintos, as participantes da pesquisa estão submetidas à mesma lógica de apropriação e exploração em meio à devastação socioterritorial, possuem condições sociais e ocupam papéis semelhantes na estrutura familiar, assim como vêm operando transformações significativas no mundo do trabalho.

As famílias, considerando-se os relatos de grande parte das entrevistadas, têm estrutura monoparental, sendo as mulheres as únicas responsáveis pelo grupo familiar, o que inclui muitas vezes, além dos filhos e netos, as mães das próprias trabalhadoras, reunindo, assim, três ou até quatro gerações em uma única unidade familiar. São situações que decorrem de vários fatores, sendo citados com frequência o abandono dos lares pelos parceiros, que passam a se desresponsabilizar pelas famílias, a gravidez de filhas adolescentes, que seguem morando e sendo sustentadas pelas mães, sem contar as dificuldades financeiras dos filhos adultos para tornarem-se independentes quanto à moradia. Em menor número, os relatos informam famílias nucleares, incluindo pais e filhos, como no caso de uma das garimpeiras e de agricultoras familiares de Monte Moriá, embora também nesses casos as mulheres cumpram papel determinante no trabalho, inclusive o doméstico, e no sustento das suas casas.

É importante salientar, no entanto, que há diferenças relevantes entre as percepções e ações das mulheres ouvidas sobre essas e outras questões. Como marcador geracional, ocorrido por acaso, é relevante dizer que a maioria das interlocutoras tem mais de cinquenta anos, em vista dos desdobramentos e das análises projetadas para as próprias vidas e da juventude, nas atividades e nos lugares onde se inserem.

Sobressai também nos relatos algo que é típico de regiões de fronteira: várias mulheres ouvidas ou suas famílias vieram de outras regiões do Pará ou de outros estados do país. A migração é, assim, um traço marcante da cidade de Itaituba e carrega expectativas das famílias relativas a novas possibilidades de vida e sustento. Ao mesmo tempo, há necessidade de adaptação à região, a diferentes processos de trabalho e a culturas da população pluriétnica.

² Os entrevistados representam a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração (Semmam), a Unidade Especial Avançada, em Itaituba, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Unidade Avançada de Itaituba do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Gerência Executiva, em Santarém, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em Itaituba, a pesquisa envolveu agricultoras familiares da comunidade Monte Moriá, localizada na vicinal do Cacau³, e, em sua área de abrangência, a presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI), regional BR-163⁴, que dirige também a Associação de Mulheres de Itaituba (ASMURITA); pescadoras artesanais vinculadas à Associação dos Pescadores e Pescadoras do Município de Itaituba (ASPEMIT), além da presidente da associação; e garimpeiras que nasceram ou vivem nos garimpos Água Branca, Patrocínio e Creporzinho, localizados na rodovia Transgarimpeira. Quanto ao campo de trabalho e à mobilização política, observam-se distintas formas de inserção e de percepção entre as que ocupam funções como dirigentes e as que estão exclusivamente envolvidas no cotidiano do trabalho.

Da agricultura familiar e da pesca, foi possível atender ao critério de vinculação a espaços institucionais ou organizacionais de mobilização, o que não ocorreu em relação às garimpeiras. Em vista de essa atividade estar à margem da legalidade em grande parte daquela região, muitas delas preferem não se expor, pedem sigilo de suas identidades e outras se recusam mesmo a participar de qualquer pesquisa, alegando temor. Justificam que, na atual gestão federal, estão ocorrendo ofensivas de combate à garimpagem ilegal, com a queima de maquinários, balsas, aviões, além de outras punições. Nesse contexto, a presença feminina no trabalho do garimpo⁵ seria bastante estigmatizada, sendo considerada restrita a funções ditas 'femininas', como o trabalho na cozinha ou nos cabarés?

As contribuições e a observação na pesquisa de campo remeteram a marcadores comuns, por meio de informações,

relatos de vida e experiências, que levaram à definição de três categorias para análise: violência, vulnerabilidade social e sofrimento social. Em paralelo ao campo e às referências teóricas, foi realizada a pesquisa documental.

BRILHOS E SOMBRAS DA 'CIDADE PEPITA'

A cidade de Itaituba possui, segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), população de 123.314 pessoas, 26,48% maior do que a registrada em 2010, e área de 62.042,472 km², sendo o quinto maior município em extensão territorial do Pará. A cidade é cortada pelas rodovias BR-163 e BR-230 (Transamazônica), grandes eixos de conexão entre estradas, portos, aeroportos e hidrovias, com acesso ao oceano Atlântico, propiciando estrategicamente o comércio internacional de *commodities* produzidas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Ao chegar a Itaituba, a paisagem do rio Tapajós salta aos olhos. Se o percurso for feito em pequeno avião, o rio surge como um 'mar' de água doce, cercado pela floresta amazônica. Mesmo do alto, é possível perceber diferentes colorações nas águas do rio, antes límpidas e verdes, como constatado há algumas décadas, assim como grandes áreas florestais agredidas e desmatadas, resultantes das atividades econômicas devastadoras da natureza.

Coy e Klingler (2014, p. 4) analisam que "as antigas frentes pioneiras da Amazônia passaram para a fase de pós-frentes e estão, mais do que nunca, com suas oportunidades e riscos, ligadas através do *agrobusiness* internacional às cadeias globais de valor". Enfatizam que a BR-163 é a "espinha dorsal de um dos corredores mais importantes e dinâmicos na Amazônia brasileira", [que se] tornou um "corredor de destruição" (Coy & Klingler,

³ A Vicinal do Cacau, antes chamada Vicinal do Brabo, situa-se na área do projeto de colonização de Itaituba, e abrange nove comunidades: Monte Moriá, Monte São, Perpétuo Socorro, São Sebastião, São Raimundo, Bom Jesus, Santa Luzia, Monte Dourado e Cristo Rei.

⁴ À FETAGRI da BR-163 estão vinculados sindicatos de trabalhadores rurais de seis municípios da região: Itaituba, Aveiro, Rurópolis, Novo Progresso, Trairão e Jacareacanga.

⁵ A garimpagem na região é marcada por práticas ilegais, inclusive em terras indígenas e em unidades de conservação, causa danos irreversíveis à saúde humana e à natureza, quando há contaminação pelo mercúrio, sendo, ainda, importante causa do desmatamento ilegal da floresta amazônica.

2014, p. 4). Afora a posição geográfica, Itaituba, segundo Tedesco (2015, p. 105):

Teve sua paisagem fortemente marcada pela exploração do ouro no Vale do Tapajós, cujo auge, no início dos anos 80, trouxe mudanças significativas com o imenso afluxo de pessoas de diversos estados do país, tendo sua população dobrado de tamanho entre os anos de 1978 e 1981, pelo que . . . ganhou a alcunha de “cidade pepita”.

Nos anos 1980, os interesses dos governantes do país, voltados ao mercado internacional do ouro, levaram à construção da rodovia Transgarimpeira⁶. Nessa rodovia, situam-se os garimpos sobre os quais nos falamos as interlocutoras da pesquisa.

Castro (2021) aponta o quão importante é buscar captar diferentes olhares e perspectivas de sujeitos sociais que vivenciam situações de fronteira em cidades amazônicas, integrantes de redes mundiais de trocas comerciais. É o caso de Itaituba. Faz-se necessária a “inversão do olhar”, diz a autora, buscar enxergar a região e os processos a partir de experiências singulares desses territórios. É fato que as narrativas das mulheres trouxeram desafios, tanto porque estão pressionadas por mudanças abruptas, violentas, que transformam o curso de suas vidas e levam seus próprios corpos à exaustão, como por questionarem estar ao desabrigo das leis de proteção do país ou ainda por não se submeterem aos limites legais, como as garimpeiras.

Aqui, entende-se que o lugar na interlocução pode não ser estável e precisar ser redefinido no curso das interações, o que se alinha à reflexão de Fonseca (2017, p. 15), sobre a etnografia no campo da saúde. Por outro lado, tal como refere a autora (Fonseca, 2017, pp. 19-20), também foi possível sentir, por vezes, o convite de interlocutoras a serem tratadas não como objeto de exame, mas como parceiras em diálogo. São desafios e caminhos propostos pelas autoras,

que alertam para a necessidade de transformações na condução do percurso da pesquisa.

ATIVIDADES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DE INSERÇÃO

A aproximação com as interlocutoras ocorreu de diferentes formas. Com as agricultoras, houve momentos distintos de entrevistas presenciais em Itaituba e em Belém, com a dirigente da FETAGRI/BR-163, e de longas conversas e visitas a algumas unidades de produção familiar das mulheres da comunidade Monte Moriá. A presidente da ASPEMIT foi entrevistada presencialmente na sede da associação, e, posteriormente, a convite dela, participei de reunião agendada com todos os filiados. Após esse momento, entrevistei pescadoras que estiveram também presentes na reunião. As garimpeiras foram ouvidas presencialmente e também por meio de entrevistas *online*. Neste caso, por iniciativa própria, foram por elas filmadas e fotografadas locais de trabalhos, máquinas utilizadas na garimpagem, barracas de lona em que vivem, além da retirada do ouro por meio de ‘filões’. A permissão para o registro foi concedida para ilustrar o que falavam, mas sob a condição expressa de que as imagens não fossem divulgadas.

Há distinções bem demarcadas entre as trabalhadoras das três atividades quanto a inserção, organização, mobilização social e atuação política delas. Fica claro também que as mulheres que ocupam funções de dirigentes na FETAGRI e na ASPEMIT estabelecem correlações entre as questões locais e aquelas de maior escala e, por isso, apontam e analisam as grandes linhas de força responsáveis pelo que se passa naquela região. Certamente, isso se deve ao fato de serem lideranças políticas atuantes, que, em razão disso, circulam, promovem articulações com outros movimentos sociais e instituições em outras cidades do país, além da própria capital do Pará.

⁶ A ‘rota do ouro’ possui 192 km de extensão e está ligada à BR-163 pelo distrito de Moraes de Almeida, em Itaituba, havendo nela inúmeros garimpos e reservas minerais.

Constata-se, também, a sua participação nas lutas das mulheres, na busca pela garantia de direitos.

A presidente da FETAGRI/BR-163 ressalta a existência de uma agenda de reuniões regionais e estaduais, atividades conjuntas com mulheres de outras organizações, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de participação em programações regionais e nacionais, como o Dia Internacional da Mulher e a Marcha das Margaridas, evento que reúne, em Brasília, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, vindas de todo o país. A forte participação das agricultoras nas lutas, muitas delas dirigentes de associações e sindicatos rurais, conforme relata, levou à criação da Secretaria de Mulheres na FETAGRI. Essas mulheres também travam uma luta cotidiana contra o machismo, reinante não apenas na sociedade, de forma mais ampla, mas especialmente no interior das suas próprias instâncias de luta. A dirigente da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023) diz que enfrenta desafios “até mesmo no ambiente sindical”, pois sofreu “violência, por parte de companheiros de movimento”, com agressões verbais e falta de apoio às lutas das mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaituba.

A dirigente afirma, ainda, que, nos debates da FETAGRI da região Norte, tem sido questionada a falta de investimento do Inca “após quase um ano do ‘nosso’ governo” (comunicação pessoal, 22 nov. 2023) e avalia que pequenos agricultores, assim como demais trabalhadores rurais da Amazônia, não constituem prioridade no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, nem nos debates que antecederam a 30ª Conferência da ONU⁷ sobre mudança do clima. As condições de vida e trabalho nos lotes de reforma agrária seguem cada vez mais precárias, com crescimento da pobreza e da vulnerabilidade social.

Da comunidade rural Monte Moriá, participaram da pesquisa doze agricultoras, entre as quais está a presidente.

São produtoras ativas e comandam as decisões da comunidade, embora não mencionem maior engajamento nas mobilizações da FETAGRI ou das demais comunidades da vicinal do Cacau. Informam haver distinções no acesso à terra – e, por consequência, a direitos, como o recebimento de créditos públicos – entre as comunidades localizadas em áreas da colonização de Itaituba, tal qual a de Monte Moriá, e as que são da reforma agrária, diretamente dependentes da ineficaz gestão do Inca. Há, então, questões político-institucionais diferentes entre assentadas e trabalhadoras da comunidade, o que repercute em agendas e mobilizações distintas, apesar dos muitos problemas comuns, de infraestrutura e apoio à produção e às famílias, nos dois casos.

A atuação das mulheres em Monte Moriá à frente da produção de frutas, doces, cacau, derivados da mandioca, dentre outros produtos, tem por objetivo, desde 2009, a venda dos produtos na Feira da Trabalhadora Rural, que ocorre todos os meses em uma praça na sede de Itaituba. Batizado de ‘Maria vai com as outras’, o grupo agrega produtoras pertencentes a famílias que vivem na região há muito tempo e outras que chegaram recentemente. O nível de cooperação entre elas é estreito e singular, não somente em torno da produção, como em ações sociais e de solidariedade, revelando coesão na vida cotidiana em grupo, nos desafiantes deslocamentos e nos dias de trabalho fora de casa, nas barracas da feira. O trabalho sem infraestrutura, em meio a constantes faltas de energia elétrica e a estradas esburacadas e alagadas, especialmente no inverno, não permite férias, já que precisam garantir a sobrevivência de suas famílias. Nos relatos, concluem que é preciso encontrar tempo para participar de mobilizações, porque há muito a ser exigido para o cumprimento de políticas que melhorem as condições da produção, do escoamento, da saúde, entre tantas demandas. Os rendimentos obtidos na feira, asseguram as agricultoras que comandam as atividades,

⁷ A 30ª sessão da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi realizada em Belém, em novembro de 2025.

garante o sustento da família e a liberdade para as mulheres definirem o que fazer com o dinheiro, inclusive em proveito próprio, o que é mencionado com orgulho, inclusive por uma delas que não tem conseguido participar diretamente da feira por estar doente:

Amo a minha comunidade, gosto demais dessas mulheres guerreiras, que a cada mês estão aí na luta, batalhando pra levar os seus produtos, pra vencer o dia a dia, por isso aplaudo elas de verdade. Acho cada uma delas mais corajosa do que a outra, o trabalho delas é muito . . . O nome Monte Moriá tem um peso muito grande e esse peso e responsabilidade está nos ombros de cada uma dessas mulheres que compõem a feira (comunicação pessoal, 27 ago. 2023).

Quanto às pescadoras artesanais da região, organizadas em associações e colônias pesqueiras, no Pará e na Amazônia, muitas delas presididas por mulheres, conforme assinala a dirigente da ASPEMIT, têm obtido direitos por meio de amplas mobilizações. A entrevistada exemplifica com o direito ao seguro defeso⁸, garantido anteriormente somente aos pescadores homens, em uma clara discriminação de gênero. O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM), sediado em Santarém, esteve à frente da mobilização e do encaminhamento da reivindicação ao então presidente Lula, em 2006. Pescadoras tradicionalmente atuantes na profissão, trabalhando em regime de economia familiar, com seus maridos, ou exercendo sozinhas a profissão, responsáveis pelo sustento da família e vivendo exclusivamente da pesca, passaram a ter seus direitos assegurados somente a partir desse período.

Outros direitos, como a aposentadoria e a inclusão em programas governamentais, atualmente acessíveis somente por meio digital, são debatidos e encaminhados ao INSS ou ao Ministério da Pesca, conforme o caso, após aprovação em reuniões na associação. Somente a

presidente da ASPEMIT circula em espaços de discussão política e de trabalho em outras cidades, participando de reuniões convocadas pelo Ministério da Pesca e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca (SEDAP). Afora a agenda proposta pela associação, as mulheres mantêm suas atividades de forma isolada e referem crescentes dificuldades para o sustento das famílias, conforme afirma uma das pescadoras (comunicação pessoal, 26 ago. 2023): “sempre vou ter que trabalhar forçado pra viver. Tudo o que a gente espera é que melhore as coisas por causa da pobreza, porque as coisas estão caras demais e o pessoal não tá tendo dinheiro, tá tudo aumentando”.

A mobilização em torno de questões de gênero ou mesmo de direitos sociais e trabalhistas não faz parte das experiências das garimpeiras entrevistadas, apesar dos relatos de violências e crimes contra mulheres. Há “muitas mulheres envolvidas na política, mas não em partidos grandes, como o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira]”, refere uma das interlocutoras do Creporizinho (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). Contudo, apesar desse envolvimento individual com a política partidária, de modo geral, elas não integram movimentos sociais, sindicatos ou organizações de mulheres. As igrejas, sendo citada a Assembleia de Deus como a principal, de acordo com as garimpeiras, são os únicos locais de compartilhamento de experiências das famílias e apoio em situações de maior vulnerabilidade, como a de adolescentes que engravidam. O mesmo ocorre no garimpo Água Branca: “o único lugar em que as mulheres se encontram no garimpo é na igreja, mas pra atividade de garimpo não se encontram de jeito nenhum”, afirma a entrevistada (comunicação pessoal, 13 dez. 2023), referindo-se à ausência de organização em busca de direitos no trabalho, ou quaisquer outros, pelas garimpeiras.

⁸ O seguro-desemprego do pescador artesanal (SDPA), conhecido como seguro defeso, é um benefício no valor de um salário mínimo, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte durante o período em que a atividade é proibida, de modo a garantir o crescimento e a reprodução das espécies, além do sustento das famílias.

A partir dos relatos e das observações, depreende-se que as mobilizações das mulheres têm se dado muito fortemente no sentido de consolidar a capacidade da força de trabalho que prospera fora de casa, da absorção de novos conhecimentos, da ocupação de espaços de atuação antes dominados unicamente por homens – inclusive na direção de associações e sindicatos – e da busca pela sobrevivência por elas próprias. A inserção política em movimentos de mulheres, debates e lutas sobre questões de gênero, direitos e relações de poder são mais pontuais e, segundo os relatos, estão mais presentes entre mulheres que mantêm atuação político-sindical constante, como as dos assentamentos da reforma agrária.

ASFIXIA ESTRUTURAL, VIOLÊNCIAS E VULNERABILIDADES: O OLHAR DAS MULHERES

É importante apreender como as mulheres captam e decifram as pressões e violências, recorrentes nos relatos, as conexões que estabelecem e a quem atribuem responsabilidades. Com maior incidência, o Estado é responsabilizado pelas omissões deliberadas – por exemplo, no que se refere à reforma agrária e à desassistência aos pequenos produtores e suas famílias –, como também ocorre no garimpo, quando referem não haver políticas que amparem o ‘garimpeiro trabalhador’, ou pelos privilégios que as garimpeiras assinalam serem concedidos somente à mineração de grande porte. Fazendeiros, donos de portos e de barcas também são responsabilizados pelas pequenas produtoras rurais e pescadoras por exercerem pressão sobre a terra e dominarem o rio Tapajós, com o aval do Estado. São percepções que as mulheres têm a partir dos lugares de vida, culturas e ambientes de trabalho.

Como refere Jimeno (1998, p. 33), em estudo sobre a violência na Colômbia, há diferentes interpretações sobre experiências de violência, nos setores sociais, porque estão

relacionadas a construções cognitivas peculiares, a sistemas intersubjetivos de referências culturais e a distinções pela forma como os grupos sociais selecionam e se apropriam de questões emblemáticas.

Assim, as consequências impostas pelo desenvolvimentismo, com o avanço do comércio internacional do agronegócio, são tratadas pelas pescadoras, por exemplo, a partir da ‘zoada dos barcos’, que leva ao ‘fim de cardumes de peixes’, à diminuição da quantidade e do tamanho do pescado para venda, com a consequente redução da renda, a jornadas mais longas de trabalho, que implicam exaustão e dores nos seus corpos, além de conflitos em territórios de pesca. As agricultoras falam das pressões sobre a terra e violências praticadas pelo Estado, por fazendeiros e madeireiros, agentes ativos do agronegócio, ao relatarem sobre o gado solto para comer as plantações dos pequenos agricultores, as ameaças contra a vida dos assentados, as terras indocumentadas, a pobreza, a reforma agrária que mais expulsa do que acolhe os trabalhadores, levando muitos a desertar. As garimpeiras falam do temor em relação ao futuro, da responsabilidade do Estado em apresentar alternativas para milhares de famílias que vivem nas comunidades em que se transformaram oficialmente grandes garimpos da região, da desassistência à saúde, e confrontam o Estado por liberar a mineração de grande porte na região, que, conforme dizem, traz destruição maior e mais célere da natureza, além de levar as riquezas minerais para fora do país.

Para algumas delas, as interpretações do modelo econômico a partir dessas referências fomentaram ações coletivas e de mobilização. Para outras, observa-se, há questões em elaboração, de articulação entre causas e consequências, dos contrastes que as desafiam cotidianamente.

As precárias condições de vida e de trabalho traduzem-se em vulnerabilidade social⁹, inserida no contexto mais amplo do estado do Pará, o segundo da região

⁹ Sobre o tema, ler estudo sobre Itaituba, inclusive sobre risco de inundação, em Vieira et al. (2023, p. 12922), Costa et al. (2018, p. 10) e Costa e Marguti (2015, p. 55).

Norte com maior percentual de municípios com índice de vulnerabilidade social (IVS) muito alto (63,6%). Diferenças entre salários e rendimentos das trabalhadoras, apesar das disparidades constatadas nos relatos que seguem, refletem-se no contexto de incertezas, violências e vulnerabilidades, que abrange a todas, por diferentes razões.

Na saúde, os relatos em geral – das currutelas, comunidades garimpeiras e comunidades agrícolas – informam quão grave é a situação: alguns postos de saúde até chegaram a ser construídos, mas não há médicos, enfermeiras e medicamentos. Da picada de escorpião aos casos cardiológicos graves, a única saída é ir para Itaituba: “foram queimadas casas, colocaram pimenta nas roupas das mulheres, de malvadeza, pra botar medo e forçar o povo a sair” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

As agricultoras familiares das áreas de assentamento e da colonização de Itaituba ressaltam a ineficácia das políticas públicas, incluindo também o descontrole da grilagem, a precariedade da assistência à saúde e à educação. Diz a presidente regional da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023):

Fazendeiro tem demais dentro dos assentamentos. A maior parte é de produtores de gado e não sei como o Incra vai fazer com esse povo, porque o agricultor só tem uma parcela, enquanto os fazendeiros têm 10, 15, 20 parcelas de terra.

Quanto à saúde, outra agricultora (comunicação pessoal, 27 ago. 2023) denuncia que não há “atendimento por programas como o Saúde da Família. O posto de saúde inaugurado em Monte Dourado não tem profissional. Havia uma agente de saúde em outra localidade, mas há sete anos não é vista em Monte Moriá”.

As vicinais e pontes, sem manutenção, dificultam a circulação da produção, quando não a inviabilizam inteiramente, como no período de fortes chuvas na região, que se estendem de dezembro a abril. Ao comparar as dificuldades para manter a feira, diz uma das agricultoras (comunicação pessoal, 27 ago. 2023):

A luta é a mesma, agora a gente já tá velha, cansada, as pernas doendo, mas a gente vai levando a vida. Quando a gente chega lá já chega cansada, mas vai sobrevivendo. Na primeira noite dorme e já acorda melhorzinha. Graças a Deus nós estamos aqui contando da vitória e continuamos aqui trabalhando e lutando.

Nos assentamentos, a dependência em relação ao Incra torna ainda mais crítica a situação. A falta de georreferenciamento dos perímetros totais em vários assentamentos impede que cada lote seja regularizado e haja acesso a políticas públicas, como as de financiamento. Conforme a dirigente da FETAGRI (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “a informação de que cabe a cada agricultor pagar por esse serviço tem dividido comunidades e gerado conflitos muito grandes. Em vez do Incra vir pra organizar, vem com a proposta de dividir os trabalhadores”.

Além da asfixia estrutural imposta pelo Estado, há a pressão e violência dos fazendeiros, por meio da grilagem e da obtenção fraudulenta de documentos de terras em áreas federais, inclusive por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Diz a presidente da FETAGRI/BR-163 (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “há queima e invasão de casas de agricultores, gente que foi presa, ameaças e muitas barbaridades”, com maior intensidade ainda no Projeto de Assentamento (PA) Ypiranga, em Itaituba. O resultado é a precariedade da vida, a pobreza e a miséria, embora parte dos assentados siga resistindo. Resume a interlocutora (comunicação pessoal, 30 ago. 2023): “o governo não dá assistência, o Incra não dá assistência, joga o agricultor lá, que já é pobre e fica mais pobre ainda, porque não há estrada, escola, nada... E querem que as pessoas sobrevivam assim”.

O sentimento de que a luta conjunta e de cada mulher é importante, no entanto, é reafirmado nos depoimentos. Em Monte Moriá, o grupo ‘Maria vai com as outras’ afirma: “somos mulheres guerreiras . . . se você pegar uma vara de goiabeira e entortar ela quebra, mas se você pegar várias varas juntas e tentar quebrar, você nem enverga elas. Por isso é tão importante a nossa união” (comunicação pessoal, 27 ago. 2023). A presidente da FETAGRI diz: “sou lutadora, guerreira, vencedora e,

embora hoje me sinta mais fraca, não quero parar. Sou mãe, pai, tia, avó, tudinho” (comunicação pessoal, 30 ago. 2023). Nas palavras de uma pescadora artesanal (comunicação pessoal, 26 ago. 2023), “o pesqueiro em que eu pescava estragaram tudo, então, eu não vou mais pra essa não. Aí eu pesco nas cachoeiras . . . A gente sobe quatro cachoeiras e na quinta nós pesca”.

A presidente da ASPEMIT fala sobre a possibilidade de pescadores artesanais ganharem mais de um salário mínimo por mês. Pela pressão dos portos no Tapajós para a exportação de grãos, entretanto, isso tem se tornado cada vez mais difícil. Os portos se multiplicam no distrito de Miritituba, em Itaituba, e foram construídos em áreas de lagos em que há desova de peixes. Atualmente, as pescadoras não podem sequer se aproximar delas. Conclui a dirigente que: “é preciso ver como remediar essa situação, pra que haja condições de sobrevivência para os que vivem da pesca” (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

A vulnerabilidade e a pobreza da situação atual são descritas com clareza por uma pescadora, responsável pelo sustento de sua família, como a maioria das mulheres:

meses sim, meses não. Tem meses que você pega muito peixe e vende, tem meses que você não pega quase nada e aí dá só aquele basicozinho de comprar só o que mal dá pra consumir, pra tentar encher a barriga, entendeu? (pescadora, comunicação pessoal, 26 ago. 2023).

Flexibilizações ambientais e liberações para investidores do agronegócio e em grandes infraestruturas, como os portos, que atuam diretamente nos territórios de pesca do Tapajós, obrigam a deslocamentos cada vez maiores das pescadoras em direção a outros municípios, como Aveiro, e a cachoeiras distantes, onde enfrentam conflitos com pescadores que há muito já estavam por lá, para conseguir o sustento da família.

Na prática, significa que os corpos das trabalhadoras passam por um esforço físico muito maior, inclusive pelas noites que precisam dormir no fundo de pequenos barcos. O movimento dos portos e barcas atrapalhou, confirma outra pescadora, pois “devido à ‘zoada’ dos barcos, muitos peixes se afastaram e é preciso então sair de um local para outro pra pescar” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). A presidente da ASPEMIT ressalta que nunca foram cumpridos os falsos discursos, amplamente divulgados pela Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (AMPORT)¹⁰, de que “darão apoio social aos pescadores que foram afetados por conta dos portos, para estruturar as entidades que dão apoio a eles e mesmo para o atendimento do pescador na base” (comunicação pessoal, 23 ago. 2023)

O sofrimento presente nos relatos das pescadoras está muito ligado ao tempo e às distâncias para conseguirem pescar espécimes cada vez mais restritas e menores, e aos desgastes físicos que decorrem disso:

Traz muito sofrimento, porque se passa o dia a dia de sol, fome, pra chegar naquele lugar que você tem que parar pra ainda fazer uma comida pra comer, quando você já tá suado, cansado, e pra ainda ir quebrar gelo, selecionar o peixe, porque nem todo peixe vende, só o selecionado (pescadora artesanal, comunicação pessoal, 26 ago. 2023).

Outra pescadora conta que a coluna e o corpo são “todos arrebetados” e que procura “fazer o máximo das atividades em pé” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). Uma das mais velhas se queixa de dores na coluna e conta que chegava a ficar sentada das 6 às 18 horas, até tratar, filetar, colocar os peixes para secar, dispor parte para escambo, e só então sair para vender. A presidente da ASPEMIT confirma que:

¹⁰ AAMPORT representa as empresas que possuem terminais de uso privado (TUP), estações de transbordo de cargas (ETC), arrendatários, concessionários, delegatários e/ou autorizatários de instalações portuárias públicas ou de uso privado, este último incluindo o sistema de transbordo flutuante de cargas.

É muito sofrida a vida dos pescadores. Eles sentem a carga muito grande do trabalho e sentem sofrimento. Muitas vezes são obrigados a ficar no rio muitos dias, comendo só farinha e o peixe que assam. Às vezes está bom pra pescar, mas às vezes não, e ficam sem nenhum conforto, dormindo em fundo de canoa ou em beira de praia. Além disso, há agravos à saúde, porque pescam, na maioria das vezes, com materiais muito pesados, principalmente as [pescadoras] que lidam com linha química, têm o esforço de remar, que causa muitos problemas ósseos, articulares e musculares, atingindo também a coluna e as pernas (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

Quanto à discriminação das mulheres por parte dos pescadores homens, a presidente da ASPEMIT considera que:

A vida da pescadora é muito complicada, porque ainda existe muito preconceito, no sentido de colocar em dúvida a capacidade delas de pescar. O maior preconceito vem da parte dos pescadores homens que não têm mulher e acham que elas não conseguem. Na colônia de pescadores, havia muitos que diziam que era preciso tirar as mulheres, porque elas não pescavam. Mas as mulheres pescadoras não só conseguem pescar, como cuidam do marido, quando pescam junto com ele, cuidam da família e, quando o marido vai mais longe e pesca peixes maiores ou uma quantidade maior, ainda fica responsável por limpar o pescado, organizar tudo e arrumar o comprador (comunicação pessoal, 23 ago. 2023).

A sobrecarga do trabalho feminino na pesca ocorre, então, quando elas estão sozinhas à frente das atividades nos barcos, quando atuam com os maridos, por terem a responsabilidade de buscar compradores, e nas demais funções de apoio, consideradas como responsabilidade das mulheres, tal como dentro de casa.

Apesar das muitas dificuldades, as pescadoras registram que têm conseguido se impor frente aos homens, quando estão em atividade, e se sentem 'lutadoras', 'guerreiras'. Diz a presidente da ASPEMIT (comunicação pessoal, 23 ago. 2023) "são muito fortes, por conta da própria natureza difícil do trabalho, e, como são independentes financeiramente, porque se garantem na atividade, sabem que não morrerão de fome". Diz a interlocutora mais jovem (comunicação pessoal, 26 ago. 2023): "Não falta nada para os meus filhos, dentro do que posso comprar, e faço tudo o que posso por eles".

As vendas do pescado são feitas para o mercado local, intermediários das feiras e mercados de Itaituba, quando há produção razoável ou o peixe é maior; quando menor, as pescadoras acionam a rede de contatos próximos ou oferecem o pescado nas portas das casas, por preços bem mais baixos, o que cada vez mais vai interferindo diretamente na renda mensal. "O garimpo é terra sem lei. Predomina a lei do mais forte. Na verdade, o mundo é assim, a gente é que não observa, mas a lei sempre é a do mais forte" (interlocutora do Creporzinho, comunicação pessoal, 18 ago. 2023).

O que há de paradoxalmente libertador para as mulheres no exercício da atividade garimpeira, que mescla vínculos de trabalho sem garantias legais, ambiente de vida inóspito, saúde à deriva, distanciamento dos filhos? Há um universo singular das garimpeiras e, ao mesmo tempo, muito em comum nos papéis que ocupam na família. A singularidade está, entre outras questões, no rompimento de barreiras sociais impostas histórica e culturalmente, nos lugares que cabem a elas no mundo dessa atividade, tão distinta de outras frentes de trabalho. Santos de Jesus (2017, p. 2) refere criticamente que "o fato de o trabalho no garimpo ser pesado, insalubre, desgastante e se processar em áreas inóspitas e perigosas se constituiu em 'trabalho de homem', não condizente, portanto, com a suposta 'natureza feminina'". Baseada em pesquisa nos garimpos de Igatu-Andaraí, na Bahia, Santos de Jesus (2017) traz elementos importantes e coincidentes com os das mulheres garimpeiras do Tapajós, acerca da invisibilização do trabalho feminino, inclusive em dados oficiais, bem como dos limites impostos pelo gênero para que as mulheres pudessem ser consideradas "garimpeiras completas" (Santos de Jesus, 2017, p. 14). Apesar disso, já no período por ela investigado (1930-1970), a autora ressalta a capacidade de resistência das mulheres para subverter papéis definidos pelo universo masculino, incentivadas em grande medida pelas necessidades de sustento, o que as levou a processos de organização coletiva, naquela região, e à efetiva contribuição para a renda familiar.

Ocorre que, segundo as entrevistadas, embora muitas tenham ido para o garimpo para exercer 'as funções destinadas às mulheres' – cozinheiras, dançarinas de boates etc. –, as relações de poder em muitos casos se inverteram. Há mulheres dirigindo grandes retroescavadeiras, pilotando voadeiras, dragas escariantes, atuando como mergulhadoras, descendo às profundezas dos rios em busca de ouro ou descendo em poços, como a entrevistada do Água Branca. Outras são as próprias donas dos garimpos.

Ao examinar as transformações nos papéis ocupados por mulheres da atividade garimpeira, tomando como paralelo o trabalho de Rodrigues (1992), também fundado em pesquisa na região do Tapajós, é possível destacar permanências e mudanças. De um lado, a busca do garimpo por trabalhadoras para resolver situações de precariedades da família, ocupando, em muitos casos, a condição de 'mulher de boate', 'dona de pensão' ou 'cozinheira', segue acontecendo como lugar transitório, embora acessado repetidamente, para obter vantagens financeiras em relação às frentes de trabalho disponíveis na cidade. De outro, ao citar a 'dona de par de máquina', Rodrigues (1992, pp. 29-30) faz referência a mulheres que passaram a se envolver diretamente na extração aurífera, administrando equipes, já naquele início da década de 1990, temporariamente, com vistas a recuperar a condição camponesa que possuíam anteriormente.

Com base nos relatos atuais, as mulheres que estão à frente da atividade garimpeira, para além do sustento das famílias, desejam dominar suas áreas de atuação, buscam se especializar, compram e pilotam grandes máquinas e não mencionam o desejo de atuar na atividade camponesa. Conhecem os riscos da garimpagem praticada ilegalmente em muitas áreas e por isso querem auferir a condição

de oferecer às novas gerações, de filhos e netos, outras perspectivas de trabalho, estudo e vida na cidade.

As mudanças nas formas de atuação foram se alterando nos últimos tempos, à medida que as mulheres decidiram assumir garimpos deixados por herança dos pais ou maridos; ou porque elas mesmas tinham dinheiro de dívidas e compraram áreas de antigos donos que faliram. Uma delas resume, ao falar sobre os riscos: "são mulheres corajosas que se desafiam a cada dia a aprender coisas novas" (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). Mas seriam respeitadas como donas de garimpo ou exercendo funções antes ocupadas somente por homens? Sim, "sabem se impor", diz uma interlocutora (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). No Água Branca, a 'dona do serviço' afirma categoricamente:

dou ordem e eles [os garimpeiros] têm que me obedecer, porque ficar sem trabalho no garimpo não é bom e eles não querem perder a vaga. Se o garimpeiro não obedece, recebe as contas e vai embora. É igual na cidade, a outro emprego qualquer (comunicação pessoal, 13 dez. 2023).

A avaliação dos ganhos, em qualquer posição ocupada, é sempre baseada no valor do grama do ouro. O salário mínimo do país é desconhecido pelas entrevistadas. Pagamentos para cozinheiras que trabalham nos baixões¹¹, por exemplo, dependendo do número de garimpeiros atuando na área, variam, em geral, entre 10 e 20 gramas de ouro e, dependendo da cotação do ouro, podem chegar a R\$ 7 mil ou mais por mês. Em outra frente de trabalho, a interlocutora nascida em Tucuruí trabalha com filão¹² e draga no garimpo Água Branca, juntamente com o marido maranhense, como 'donos de serviço'. No empreendimento familiar, em que conta com o marido como parceiro de trabalho, que é especialista em detectar filões de ouro, pagam 10% do ouro extraído ao dono da

¹¹ O baixão é uma área de apoio à garimpagem, próxima aos rios e igarapés, em geral com alojamentos do tipo barracas de lona ou plástico, onde ficam guardados equipamentos e instrumentos para a exploração do ouro, que serve também de moradia temporária para garimpeiros e cozinheiras. Ficam distantes das currutelas ou comunidades, criadas a partir das áreas de exploração, onde residem, por vezes, as famílias dos garimpeiros. Quando consolidadas, as comunidades contam com escolas, boates, bares, delegacia de polícia, igrejas, comércio local, etc. A energia elétrica nos baixões é fornecida por meio de motor, de um dono particular, e, em geral, há acesso à internet.

¹² O filão, explica a garimpeira, leva ao ouro encontrado em pedras retiradas do poço, por vezes no meio da montanha, cujos veios são seguidos por dentro da terra. As pedras retiradas do fundo do poço são puxadas em baldes e depois, moídas, para a retirada do ouro.

área. A garimpeira diz ter vasta experiência em descer e selecionar pedras no fundo do poço. Pelos riscos e condições insalubres, considera que o trabalho resultou em graves prejuízos à sua saúde.

O trabalho garantido, ressaltam as garimpeiras, “dá sempre dinheiro”. Sobre os garimpeiros, contam que “a maioria vive no garimpo porque os cabarés estão bem ali e eles nem saem mais da currutela, gastam tudo, e não vão nem a Itaituba” (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). Apesar das vantagens, citam os riscos da atividade em área ilegal, na mira da fiscalização e da queima de máquinas pelos órgãos de controle ambiental e da polícia federal. A entrevistada, cuja família sempre viveu no Creporizinho, afirma que: “nessa região, cerca de 80% dos garimpos são ilegais. A garimpagem não foi legalizada como profissão e está pior agora, que estão botando tudo pra acabar e vai acabar mesmo. Pior vai ficar” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). O trabalho em condições inóspitas, sem registro oficial nem garantias sociais, não é comparado pelas interlocutoras ao trabalho análogo à escravidão, conforme as leis do país.

Ao falar sobre o mercúrio, a entrevistada do Creporizinho minimiza os impactos porque considera que há meios para evitar a contaminação, sem acabar com a profissão. Diz enfaticamente que considera mais graves “as preocupações [que] vão muito além do mercúrio, porque há a violência sexual com as meninas e . . . se o cara quiser ela e ela não quiser, ele acaba matando ela” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023). A violência contra as mulheres que trabalham nos cabarés, algumas muito jovens, só é suportada, segundo a interlocutora do Patrocínio, “porque cheiram pó, pra manter o equilíbrio. Já basta a vida que levam e a cafetina que é uma ‘benção’” (comunicação pessoal, 18 ago. 2023), ao relatar o nível de violência por parte da mulher que está no comando da casa.

No âmbito doméstico, a situação não é menos grave, reforça a interlocutora do Creporizinho (comunicação pessoal, 17 ago. 2023):

Quando a mulher já está morando com o cara, é a violência doméstica que ocorre na maioria dos casos. Muitas mulheres vêm a óbito, por conta desse tipo de violência. Algumas são mortas por armas de fogo, porque alguns garimpeiros têm arma calibre 38, e outras são mortas a pauladas. Em geral, são mulheres já casadas, mortas por ciúme dos maridos. São crimes que não têm justiça pra eles, ficam impunes. Alguns são registrados e os homens são presos, mas eles têm advogados e saem da prisão. Outros nem chegam a ser presos, fogem pelo mato, vão embora e ninguém nunca mais acha.

A entrevistada do Creporizinho considera ainda que a violência verbal e a agressão psicológica são muito triviais: “os homens falam para as mulheres que são feias, gordas, mandam emagrecer... O preconceito predomina” (comunicação pessoal, 17 ago. 2023).

O SOFRIMENTO INTRÍNSECO À VIDA SOCIAL

As diferentes formas de opressão e violência lhes trazem muito sofrimento, marcador importante que aparece de maneira pungente em seus relatos. Há dimensões do sofrimento individualizadas, como a dos corpos sobrecarregados e adoecidos, e há também as coletivas, demarcando a condição social e econômica de mulheres que vivem naqueles lugares e trabalham naquelas atividades.

Sarti (2001), ao examinar o fenômeno da dor, compreende o “corpo como uma realidade que não existe fora do social, nem lhe antecede”, sendo, assim, “feito”, “produzido” em cultura e em sociedade (Sarti, 2001, p. 4). As experiências individuais, nesse sentido, inscrevem-se “num campo de significações coletivamente elaborado”, histórica e culturalmente. Os relatos de sofrimento, sob essa perspectiva, devem ser, ao mesmo tempo, subjetivamente apreendidos e socialmente referenciados.

Fonseca e Maricato (2013, p. 254) analisam relatos de sofrimento a partir de subáreas da antropologia, a das emoções e vítimas. Questionam se depoimentos de sofrimento significam dupla vitimização, no sentido de, para além dos fatos em si, servirem para potencializar a subjugação dos sujeitos ao Estado ou se trariam ganhos de cidadania na busca por reconhecimento. A emoção nos depoimentos significaria individualização dos problemas

sociais ou estratégia entre aliadas para tornar mais eficaz a denúncia pública? As autoras propõem dar ênfase à “experiência vivida dos sujeitos envolvidos” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272) e interpretam que o “sofrimento é intrinsecamente social”.

A dimensão extraindividual, argumentam Fonseca e Maricato (2013, p. 271), pode ser captada no trabalho etnográfico, sendo mais “bem destacada nas etnografias sobre indivíduos organizados em coletividades que reivindicam reconhecimento”. Os relatos de dor, então, captados pelo olhar etnográfico, deixam de ser “atomizados” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272) e, assim, não apenas denunciam publicamente o que produz a dor coletiva, como também podem funcionar como “liga emocional de uma comunidade política” (Fonseca & Maricato, 2013, p. 272), no sentido proposto por Jimeno (2010). Analisa Jimeno (2010, p. 100) que são criados laços de compartilhamento entre pessoas submetidas a fatos e processos violentos, que levam à formação de “comunidades emocionais”, alicerçando uma ética do reconhecimento que pode levar a ações coletivas de protestos e reparações, por meio de discurso inclusivo e não particularista, político e não privado (Jimeno, 2010, pp. 113-114).

Partindo dessas reflexões teóricas, as manifestações de sofrimento das mulheres soam como busca por reconhecimento de direitos e por denúncia das violências e opressões pelas quais passam coletivamente, ou seja, o que produz dor advém de processos sociais, de relações de poder, que repercutem em todos os âmbitos da vida. As emoções demonstradas, no caso, não assumem caráter apelativo, mas sim de conexão com questões presentes no cotidiano, que transbordam em sentimentos durante os depoimentos. Quanto à formação de comunidades políticas, que podem sobrevir ao compartilhamento da dor coletiva, parecem estar mais presentes naqueles grupos de mulheres em que há certo nível de organização institucionalizada, como sindicato/federação e associação. Nos demais, poderá ou não emergir como força política, capaz de obter ‘ganho de cidadania’.

Víctora e Ruas-Neto (2011, p. 38), em estudo etnológico sobre indígenas urbanos, tratam também o sofrimento social como fenômeno abrangente. Apontam haver inabilidade das instituições políticas e burocráticas ao lidar com o sofrimento social (Víctora & Ruas-Neto, 2011, p. 49). O sofrimento aparece não só na fala das mulheres de Itaituba, mas também alguns representantes de órgãos estatais corroboram o que elas disseram. Um representante do Incra de Itaituba, por exemplo, ao tratar sobre a regularização fundiária nas áreas de reforma agrária, objeto das queixas das mulheres, afirma: “Infelizmente, o povo foi atraído pelas promessas desses programas que eram pra melhorar a vida das pessoas e que sem nenhuma explicação não foram consolidados” (comunicação pessoal, 22 ago. 2023). E, a seguir, responde ao questionamento sobre o que impediria o Incra de resolver questões tão pungentes: “a gente acha que o governo [federal] não fez porque não quis, porque tem muito dinheiro, mas não tem o foco da prioridade e as coisas vão acontecendo” (comunicação pessoal, 22 ago. 2023).

IMPASSES DA TRANSIÇÃO GERACIONAL: A SUCESSÃO NA TERRA

“Estão ficando só os mais velhos na nossa comunidade... Pra cá pra nós está difícil” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

A dirigente da FETAGRI constata que nos assentamentos “estão ficando somente os mais velhos, como na nossa comunidade, Nova Olinda, que fica no PA Miritituba” (comunicação pessoal, 30 ago. 2023). A sucessão na terra pelas famílias de pequenos produtores vai se esgotando na região, com o avanço cada vez mais célere dos latifúndios, intensificando a pressão e a violência sobre agricultores, que seguem na luta pelo direito à terra.

As trabalhadoras tratam sobre a transferência das filhas e dos filhos para a cidade, cada vez mais comum, onde ficam sob a responsabilidade de empregadas domésticas que atuam como ‘governantas’. Ao mesmo tempo que esse

caminho é visto como única alternativa, traz implicações afetivas, inclusive pelas mudanças culturais que ocorrem. Diz a presidente da comunidade Monte Moriá:

Os jovens vão para a cidade, pegam o gosto da vida de lá, passam a querer outras coisas e não querem mais voltar. A migração dos jovens para a cidade é alta. Tem poucos jovens aqui, mas só que muitas vezes os pais tiram os filhos do campo antes de chegar a idade deles sair daqui . . . Quando as crianças voltam, vêm com outro comportamento, já não estão mais com o comportamento da cultura daqui, porque já pegaram o gostinho por outras coisas, estão mudadas (comunicação pessoal, 27 ago. 2023).

A entrevistada do Creporizinho, embora avaliando que o garimpo “não é ruim”, conclui adiante ser preciso pensar nos filhos, porque “o caos está próximo”,

a vida do garimpo é essa, é trabalhar, ir para a currutela, beber até morrer, se divertir e quando morrer não ter nem o dinheiro do caixão, porque quem enricou foi o empresário, o dono do bar, o dono do comércio (comunicação pessoal, 17 ago. 2023).

Essa realidade, sem atrativos para os jovens, é descrita pela entrevistada do Patrocínio: “aqui não se tem vida, não se tem pra onde sair e todo dia é a mesma coisa” (comunicação pessoal, 18 ago. 2023). A pesquisa de campo evidenciou, no entanto, distinções bem marcadas de gênero entre os jovens dos garimpos. Diz a entrevistada do Água Branca: “a maioria dos filhos homens quer virar garimpeiro mesmo e estudar só o que dá, enquanto principalmente as meninas vão para a cidade” (comunicação pessoal, 13 dez. 2023). Quando vão para a cidade, elas estudam e buscam ocupar postos de trabalho. Quanto às pescadoras, dizem ter lutado para manter os filhos na escola, para que tenham outras profissões. Relata uma delas: “nenhum dos filhos virou pescador, embora gostem de pescar, mas não para sobreviver” (comunicação pessoal, 26 ago. 2023). Filhas mulheres de outras delas seguiram para estudar e trabalhar na cidade.

O sentimento expresso é de que, ao cabo da vida, a herança do trabalho árduo não é mais a terra, a água

ou o que foi produzido a partir delas, posto que tudo vai sendo convertido em dinheiro para criar gerações que transponham as fronteiras rurais, em busca de novas profissões e expectativas na vida urbana.

As mulheres atribuem ao Estado a responsabilidade pelos impasses para a sucessão familiar naqueles territórios, por não garantir alternativas ao êxodo rural da juventude, que segue, no entendimento da maioria, sendo a única via para vencer a pobreza, ter acesso ao ensino continuado, à saúde, a outras profissões, a uma vida mais digna. Políticas e investimentos para qualificar a juventude a atuar junto às famílias, informam elas, são muito limitados em Itaituba, razão da descrença na mudança dessa realidade a tempo de alcançar a geração das/dos filhas/filhos das participantes da pesquisa.

Depreende-se, assim, que os ambicionados estoques de terras da região tendem a fortalecer ainda mais o agronegócio e a mineração, com suas matrizes de interesses entrecruzados, fortemente capitalizados e associados aos dos donos de grandes infraestruturas, aquecendo ainda mais o mercado de terras. Em consequência, tem havido um aumento progressivo da pressão sobre as áreas urbanas de cidades médias, como Itaituba, as quais não têm condições de absorver o fluxo advindo do campo, o que compromete ainda mais a complexa teia de vulnerabilidades já enfrentada pelas populações periféricas do município.

O ‘TRABALHO OCULTO’ DAS MULHERES

“Eu vivi sozinha sustentando a casa, mas também os filhos nunca me cobraram pai. Eu e minha mãe que criava eles...” (agricultora familiar, comunicação pessoal, 30 ago. 2023).

A centralidade das mulheres nas famílias é um aspecto que se sobressai nos relatos. As famílias numerosas, com filhos, netos, agregados, antes assumidas pelas mulheres no âmbito exclusivamente doméstico, passaram a ser custeadas por elas, ao acumularem, por vezes como protagonistas, novas funções e desafios no trabalho,

buscando superar, também aí, o machismo. A sobrecarga, reiteradamente presente nos relatos, reflete-se nos corpos, na vida e na saúde das mulheres.

São questões há muito debatidas por autoras feministas. Mesmo sem ser assim formulado pelas participantes da pesquisa, trata-se do “trabalho oculto”, analisado por Federici (2021) em suas pesquisas. A autora ressalta a invisibilidade do trabalho executado por milhões de mulheres, que são ignoradas nas atividades que reproduzem a vida e a própria força de trabalho no âmbito doméstico. Santos de Jesus (2017, p. 7) refere a pretensa atribuição biológica, com imposição da lógica de separação e hierarquização do trabalho produtivo/reprodutivo, assalariado/doméstico e dos papéis sociais assumidos por homens e mulheres. Fraser (2019, p. 30) analisa o peso da cultura política do capitalismo na naturalização das injustiças de gênero.

Como as mulheres interpretam a autonomia que conquistaram? Sem exceção, na pesquisa, as mulheres manifestam autorreconhecimento do seu valor e se consideram ‘lutadoras’, ‘guerreiras’, ‘vencedoras’. Destacam a importância de garantir o próprio sustento e o das famílias, o domínio de novos conhecimentos, a relevância de ocupar funções estratégicas, de tomar decisões em ambientes de trabalho antes dominados por homens.

Por estarem à frente das famílias e do trabalho, as mulheres têm obtido prioridade em programas e políticas públicas, como refere o entrevistado do Inkra (comunicação pessoal, 22 ago. 2023):

As mulheres têm prioridade, sim, e inclusive agora a documentação segue com mais celeridade se está no nome da mulher. Em geral, o homem só recebe o título se a esposa estiver junto pra assinar também. Agora, se o documento está no nome da mulher, ela resolve tudo sozinha. Estão também sendo elaboradas políticas de transferência de recursos, de custeio e até mesmo de fomento, específicas para as mulheres.

As mudanças das mulheres, ao adquirirem técnicas de trabalho, ocuparem novas funções, inclusive como dirigentes sindicais e de associações, e de serem as principais responsáveis pelo orçamento doméstico, na

maioria dos casos, forçaram as instituições do Estado a reposicionar o antigo ‘chefe de família’, antes centrado na figura masculina, revelando que a mobilização delas tem forçado o reconhecimento de direitos.

É fato que há muito a ser percorrido para que haja efetividade das políticas públicas e garantia de direitos às mulheres, tanto no mundo do trabalho quanto nas desigualdades de gênero em geral. As violências e os sofrimentos relatados certamente não são experiências isoladas, vinculando-se a questões estruturais e sistemas de opressão experienciados em outros universos femininos submetidos aos marcos da dominação capitalista e patriarcal, particularmente em processos neocoloniais, como reflete Ballestrin (2017), embora os caminhos sejam distintos e “nem sempre as mulheres [sejam] aliadas e alinhadas entre si em suas disputas e conflitos pela justiça” (Ballestrin, 2017, p. 1051). Entre as entrevistadas na pesquisa, por exemplo, a forma de luta pela sobrevivência é também resistência à opressão e à ocupação de territórios por parte dos detentores do poder econômico, embora isso nem sempre ocorra por meio de atuação institucionalizada.

De todo modo, é preciso também atentar para o fato de que as instituições políticas e econômicas em questão são parte das estruturas de poder. Como alerta Butler (2018), a própria “categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (Butler, 2018, p. 16).

CONCLUSÕES

Os relatos e a observação etnográfica sobre as mobilizações das mulheres conduziram a reflexões do que se poderia considerar, isoladamente e fora do contexto, como limites precários de organização coletiva. Mesmo que o sejam em grande medida, são consideradas como conquistas legítimas pelas interlocutoras.

O lugar da análise, em que vivem e atuam as mulheres como sujeitos sociais, está fixado em território submetido à dominação político-econômica que se impõe

com violência, subvertendo direitos essenciais. Em vista das múltiplas vulnerabilidades que enfrentam, como denunciam as mulheres, é possível compreender as vitórias que têm peso para elas e que fazem com que se assumam como 'guerreiras' e 'vencedoras'. Isso não é pouco. Afinal, no contexto de uma região de fronteira, em que as mulheres são cotidianamente confrontadas com a voracidade dos agentes do poder hegemônico e com discriminações de gênero, elas garantem o sustento de suas famílias, estão à frente do que produzem com conhecimentos obtidos por seus próprios esforços e impõem-se em trabalhos e funções considerados eminentemente masculinos. Lutam pela educação das novas gerações e assumem, em paralelo, o peso do trabalho, dos cuidados domésticos e da família. Em muitos casos, inserem-se também na luta política institucionalizada.

Certamente, como admite parte das interlocutoras, há necessidade de maior mobilização e fortalecimento de redes de resistência, de articulação com outras organizações e movimentos sociais, inclusive de âmbito regional e nacional, como já ocorre com as agricultoras do campo sindical e dirigentes de associações de pescadoras e pescadores, ainda que enfrentem falta de recursos, grandes distâncias geográficas e dificuldades de acesso, pelos rios e estradas precárias, para organizar mobilizações frequentes que possam dar corpo cada vez mais consistente à luta por direitos.

Quanto às garimpeiras, as condições específicas de vida e trabalho, embora permeadas de violências nas áreas de garimpo e nas comunidades, não têm, segundo informam, suscitado nenhum tipo de organização e mobilização de mulheres, que não as vinculadas à Igreja. Chama a atenção, no entanto, o quanto formulam críticas ao papel exercido pelos governantes, às condições de vida e às perspectivas de futuro.

Vale aqui ressaltar a responsabilidade do Estado frente à inação deliberada quanto à efetivação de canais democráticos, que têm sido cada vez mais esvaziados, sufocando, assim, toda forma de reação popular e de participação nas decisões públicas. Trata-se, sob muitos aspectos, como referem Dardot e Laval (2016, p. 8), da

fragmentação da democracia, de "antidemocratismo". O coletivismo e a democracia, salientam os autores, são alvos preferenciais do sistema, que busca obstruir toda forma de expressão e de mobilização para garantir a soberania popular.

Dinâmicas político-econômicas mundiais do agronegócio, da mineração e da financeirização da economia, exponencialmente crescentes, aliadas a interesses regionais e nacionais, em territórios detentores de estoques de terras, minérios e outras riquezas, caso de Itaituba, submetem-nos à lógica do atual regime de exploração e acumulação e, como ressaltam Castro e Castro (2022, p. 12), aumentam a violência e a devastação social e natural na Amazônia. As lutas das mulheres, as múltiplas questões de gênero, do trabalho e dos direitos envolvidos, inserem-se, assim, no conjunto dessas matrizes de poder.

As insatisfações e a indignação, que crescem à medida que avança a devastação socioambiental na região, como revelado com perspicácia e emoção pelas mulheres na pesquisa, podem irromper em outras frentes de ação e fortalecer as existentes.

AGRADECIMENTOS

O projeto foi financiado pelo *Institut de Recherche pour le Développement* (ANR-21-CE41-0021). A autora agradece o apoio financeiro e o suporte para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Ballestrin, L. M. A. (2017). Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Coleção Sujeito e História, 16. ed.). Civilização Brasileira.
- Castro, E. (2021). Prefácio: fronteiras, cidades e ruas na inversão do olhar. In C. Reginensi, F. S. Rodrigues, & L. M. Drebes (Orgs.), *Entre fronteiras, cidades e ruas: experiências de migrantes e ambulantes* (pp. 8-18). UFRR.
- Castro, E. M. R., & Castro, C. P. (2022). Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos NAEA*, 25(1), 11-36. <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v25i1.12189>

- Costa, M. A., & Marguti, B. O. (Eds.). (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. IPEA.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G., Marguti, B. O., Pirani, N., Pinto, C. V. S., Curi, R. L. C., Ribeiro, C. C., & Albuquerque, C. G. (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras* (Texto para Discussão, 2364). IPEA. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>
- Coy, M., & Klingler, M. (2014). Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Revista Territórios & Fronteiras*, 7(1), 1-26. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4807424>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (Coleção Estado de Sítio). Boitempo.
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (Vol. 1). Boitempo.
- Fonseca, C. (2017). Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. *Revista Mundaú*, (2), 96-118. <https://doi.org/10.28998/rm.2017.n.2.3148>
- Fonseca, C., & Maricato, G. (2013). Criando comunidade: emoção, reconhecimento e depoimentos de sofrimento. *Interseções*, 15(2), 252-274. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/9523>
- Fraser, N. (2019). Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In H. B. Holanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 25-48). Bazar do Tempo. https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Cidades e estados: Itaituba*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/itaituba.html>
- Jimeno, M. (1998). Identidad y experiencias cotidianas de violencia. *Análisis Político*, (33), 32-46. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/78439>
- Jimeno, M. (2010). Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, 16(1), 99-121. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100005>
- Rodrigues, R. M. (1992). *Mulheres do ouro: o trabalho feminino nos garimpos*. Governo do Estado do Pará. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/mulheres-do-ouro-o-trabalho-feminino-nos-garimpos>
- Santos de Jesus, D. S. (2017, julho). Minas já não há. E agora José? uma análise do trabalho feminino nos garimpos de Chique-Chique de Igatu/Andaraí-BA, nas décadas de 1930 a 1970. In *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, Universidade de Brasília. <http://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/35-snh29?start=120>
- Sarti, C. A. (2001). A dor, o indivíduo e a cultura. *Saúde e Sociedade*, 10(1), 3-13. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902001000100002>
- Tedesco, L. L. (2015). *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica* [Tese de doutorado, Vrije Universiteit Amsterdam]. https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=919098
- Víctora, C. G., & Ruas-Neto, A. L. (2011). Querem matar os 'últimos Charruas': sofrimento social e 'luta' dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, 22(1), 37-59. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23736>
- Vieira, L. S., Oliveira, F. S., Nascimento, W. R., & Mota, G. V. (2023). Análise da vulnerabilidade social e avaliação de risco de inundação urbana de Itaituba-PA. *Brazilian Journal of Development*, 9(4), 12911-12931. <https://doi.org/10.34117/bjdv9n4-024>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.

Biografia vitrificada: agências e materialidades nos processos migratórios em um século de atividades seringueiras na Amazônia (1848-1945)

Glazed biography: agencies and materialities of migratory processes in a century of rubber activities in the Amazon (1848-1945)

Antonio Guimarães^I  | Daiana Travassos Alves^{II} 

^IUniversidade Federal do Pará. Bragança, Pará, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo investiga a cultura material vítrea de um sítio arqueológico-histórico na Amazônia paraense, com base nas noções agentivas das coisas. A partir da integração entre dados materiais e registros históricos (e.g. matérias e anúncios de jornais), refletimos sobre a circulação das pessoas, das coisas e da seringueira (*Hevea brasiliensis*), tanto em forma de látex quanto de sementes, no contexto dos ciclos da borracha. Foram analisados frascos e garrafas do sítio Taboca-1, no médio rio Xingu, com foco na identificação de empresas, rótulos, marcas de fabricação, comercialização, usos e descartes. Cruzamos esses dados com fontes históricas para reconstruir a biografia dos objetos e das marcas envolvidas. Assim, biografamos duas empresas farmacêuticas nordestinas atuantes na economia gomífera, revelando distinções socioeconômicas de sujeitos nordestinos, como seringueiros e empresários. Os artefatos vítreos também nos apontam outras plantas nos fluxos comerciais, ainda que coadjuvantes da *Hevea brasiliensis*. A materialidade da borracha (1848-1945) articulou-se à migração nordestina incentivada pelo Estado, enredando-se nas dinâmicas socioambientais da região. Esses artefatos circularam entre os diversos sujeitos da materialidade seringueira e no ambiente solitário e insalubre dos seringais, portanto, consideramos que seriam gatilhos de memória, atuando como vínculos materiais com as origens desses migrantes.

Palavras-chave: Mobilidade migratória. Arqueologia na Amazônia. Materialidade seringueira.

Abstract: This paper examines the glass material culture of the Taboca-1 archaeological-historical site in the Amazonian State of Pará (middle Xingu River), grounded in the notion of agency of things. By integrating material culture data and historical records (e.g. newspaper articles and advertisements) we reflect on the circulation of people, objects, and latex during the Amazonian Rubber Cycles (1848-1945). Through the analysis of jars and bottles, we reconstructed the biography of objects and their manufacturing brands. The study focuses on two pharmaceutical companies from Northeastern Brazil that operated within the rubber economy, highlighting socioeconomic distinctions between rubber tappers and international medicine entrepreneurs. Findings suggest that, beyond *Hevea brasiliensis*, other plants were also part of these global commercial flows. The material culture of rubber tappers, tied to government-encouraged migration from the Northeast, was deeply entangled in regional socio-environmental dynamics. In the solitary and unhealthy environment of the rubber plantations, we consider such artefacts as memory triggers for the rubber tappers, objects that both evoked and materially anchored their connections to their places of origin.

Keywords: Migratory mobility. Amazonian archaeology. Rubber tapper's materiality.

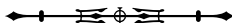
Guimarães, A., & Alves, D. T. (2026). Biografia vitrificada: agências e materialidades nos processos migratórios em um século de atividades seringueiras na Amazônia (1848-1945). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240095. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0095.

Autor para correspondência: Antonio Guimarães. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 1. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (antonio.guimaraes@braganca.ufpa.br).

Recebido em 14/11/2024

Aprovado em 20/10/2025

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



INTRODUÇÃO

A Amazônia foi palco de significativas transformações associadas à construção do mundo moderno, especialmente impulsionadas pela exploração da borracha. Na virada para o século XX, a diversidade de produtos derivados da borracha provocou uma revolução na economia global (Muniz, 2023). Os ciclos da borracha configuraram-se como mais um dos muitos processos de exploração e manutenção da Amazônia como colônia na cadeia de produção tecnológica industrial. Esse contexto marcou o início de dinâmicas sociais intensas e conflituosas na região, que ainda reverberam nos dias atuais (Weinstein, 1993; Loureiro, 2022). Entre essas dinâmicas, destaca-se o massivo fluxo migratório de centenas de milhares de nordestinos para a Amazônia, atraídos pela economia da borracha (Hecht, 2013), sendo a maioria deles inserida em sistemas de servidão via aviamento (Weinstein, 1993).

Como o estudo das coisas nos ajuda a entender esses processos? De várias maneiras, as coisas participam, influenciam e são influenciadas nas relações sociais (Miller, 2013). Partindo dos objetos para pensar o passado, são evocadas outras possibilidades de compreensão espacial e temporal das relações sociais. Há na categoria de 'coisas' a possibilidade de observá-las através da perspectiva dos processos pelos quais elas são investidas de personalidade e podem ter algum impacto nas relações sociais ou enfatizando as maneiras pelas quais elas são modificadas, perdendo personalidade. Em ambos os casos, elas estão agindo ativamente sobre as pessoas e sobre elas mesmas em determinados contextos (Hoskins, 2008; Miller, 2013). Nesse sentido, os objetos tornam-se mais impactantes quando consideramos suas dimensões sensoriais, especialmente dentro de um recorte temporal e espacial específico, e em relação à interação com seus usuários.

Esses aspectos revelam a simetria das agências não humanas e mostram como elas são transformadas pelas circunstâncias culturais de cada narrativa e contexto (Latour, 2009; Moshenska, 2010; Torres, 2018).

Na Amazônia, a Arqueologia Histórica tem revelado a diversidade da cultura material e aponta uma crescente tendência de investigação sobre o passado recente da região (Costa, 2017). Contudo, como em outras regiões distantes das grandes metrópoles, a materialidade arqueológico-histórica é escassamente estudada. Este artigo apresenta o estudo da cultura material vítrea de um sítio arqueológico-histórico na Amazônia paraense, a partir das noções agentivas das coisas. Integrando dados de cultura material e registros históricos (e.g. matérias e anúncios de jornais), refletimos sobre a circulação de pessoas, da cultura material vítrea e da seringueira (*Hevea brasiliensis*), em forma de látex e de sementes, no contexto dos ciclos da borracha na Amazônia. Entendendo essa materialidade e suas propriedades materiais como histórias (Ingold, 2007), o artigo busca reivindicar suas agências para conduzir o estudo de migração para a Amazônia, motivada pelos ciclos da borracha amazônica.

ESTUDO DE CASO: SÍTIO TABOCA-1

O sítio arqueológico-histórico¹ Taboca-1 está localizado na ilha fluvial Taboca, próximo à foz do igarapé Gaiosio, no médio rio Xingu (Figura 1), a 130 km de distância (hidroviária) da cidade de Vitória do Xingu. Este sítio apresenta dois componentes de ocupação distintos: um indígena mais antigo, identificado pela presença discreta (n = 47) de material cerâmico do período pré-colonial; e outro datando da segunda metade do século XIX com maior densidade material.

A Volta Grande do Xingu, como também é conhecido esse trecho do rio, do ponto de vista da arqueologia, passou

¹ A classificação do sítio como arqueológico-histórico refere-se ao fato de possuir um componente arqueológico referente ao período pós-colonial (cujos sítios são costumeiramente classificados como históricos). Portanto, trata-se de uma adjetivação do sítio por apresentar majoritariamente uma constituição material associada à sua ocupação pós-colonial, e não uma equalização de seu componente pré-colonial com arqueológico.

a receber maior atenção a partir de pesquisas realizadas no contexto do projeto de arqueologia preventiva vinculado à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Marques, 2020; Castro, 2020; Müller, 2022), incluindo o estudo apresentado neste artigo. A implantação da usina ocorreu em meio a um cenário conturbado e segue sendo alvo de críticas importantes por parte de diversos setores da sociedade brasileira (Müller, 2022), refletindo as tensões geradas pelo avanço da chamada 'modernidade' sobre a Amazônia. Nesse contexto, a modernidade é compreendida como um projeto civilizatório atrelado ao capital econômico e social (Bourdieu, 2011), funcionando como um vetor de profundas transformações, como ilustra a instalação desse empreendimento. A construção de Belo Monte se insere,

Durante as pesquisas de prospecção realizadas entre 2013 e 2014, foram encontradas múltiplas evidências que identificaram a ocupação como pertencente ao período da ‘economia da borracha’ na Amazônia. A vegetação do local inclui a presença de *Hevea brasiliensis*, uma planta importante nas sociabilidades da região da segunda metade do século XIX até meados do século XX, com marcas de cortes específicos da extração do látex por toda a região amazônica, assim como depressões no solo que possivelmente serviam como base para os fumigadores utilizados no processamento do látex (Figura 2).

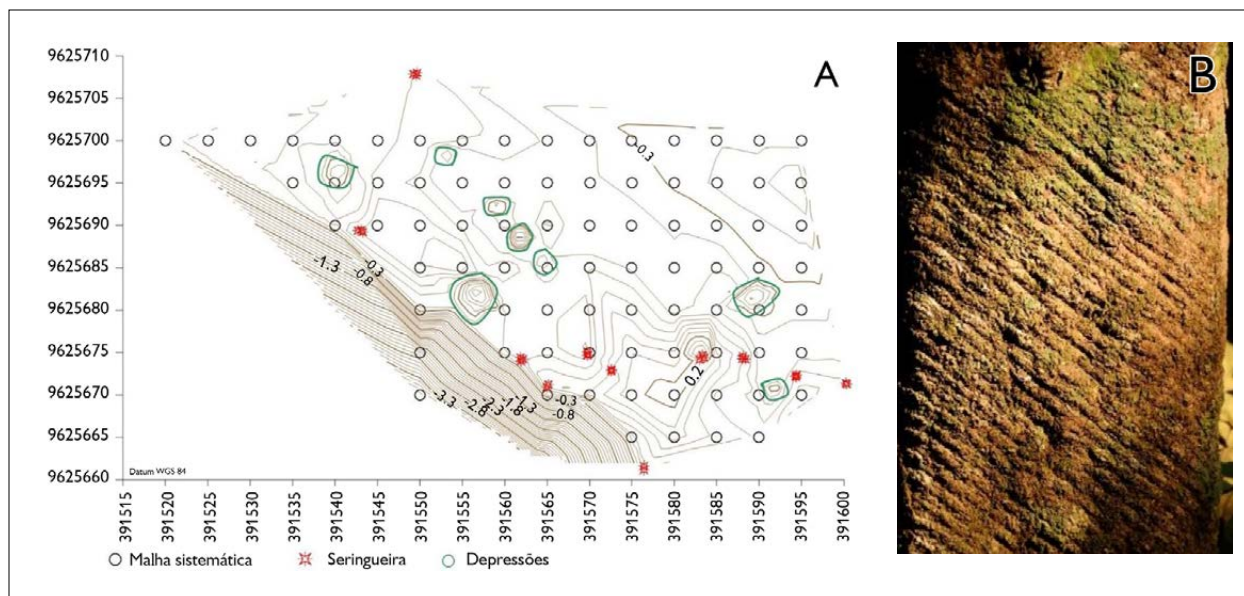


Figura 2. A) Implantação topográfica preliminar e distribuição da malha sistemática de sondagens; B) seringueira com marcas de cortes no caule. Fonte: Scientia Consultoria (2014).

O sítio arqueológico-histórico Taboca-1 revelou uma variedade de artefatos como louças, cerâmica indígena, metais, vidros, contas e botões. O padrão deposicional foi documentado em 23 unidades de escavação, das quais 16 apresentaram maior concentração de 0-20 cm, enquanto nas outras sete a maior distribuição material ficou em 20-40 cm abaixo da superfície, sendo que estas sete unidades continham centenas de peças inteiras e fragmentadas e estavam adjacentes a uma vedação de pau-a-pique. Considerando o contexto e a composição material dessas unidades de escavação, estas foram classificadas como área de lixeira coletiva do sítio, da qual são provenientes os frascos aqui analisados.

METODOLOGIA

Sabendo que as diversas maneiras de fabricar vidro desde a Antiguidade deixam marcas observáveis que são passíveis de identificação, especialmente nas produções com técnicas manuais, que eram exclusivas até o final do século XIX e menos controláveis, podemos associar um conjunto dessas marcas a uma determinada técnica de produção e

aos tipos de instrumentos utilizados na manipulação do artefato (Camargo & Zanettini, 2017).

Assim, realizou-se a análise arqueológica dos remanescentes vítreos do Taboca-1 sistematicamente. Primeiro, foram agrupados os recipientes pelas proximidades das unidades de origem na escavação, seguidas das relações entre cores e espessura. Por fim, foram remontados os vasilhames para uma visualização mais eficiente da coleção e o registro na base de dados de análise.

Os critérios de análise incluíram: técnicas de confecção, observando as marcas na superfície associadas aos moldes ou aos instrumentos utilizados na fase de acabamento dos artefatos; coloração, resultado da seleção da matéria-prima e das técnicas de purificação da massa vítrea; e morfologias e funções. Partindo das logomarcas gravadas e das assinaturas nos frascos, elencamos um levantamento de dados secundários das empresas farmacêuticas identificadas.

Por fim, integramos a pesquisa documental nas bases digitais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no *Historical Bottle Archeology – website* que sintetiza a produção vítrea

histórica dos EUA –, e o levantamento da literatura regional para entender o contexto socioeconômico, espacial e temporal, no qual o sítio Taboca-1 inseriu-se, visando observar os contrastes e as nuances que caracterizam as relações sociais no período de ciclos da economia da borracha no médio Xingu.

MATERIALIDADE: OBJETOS, COISAS E AGÊNCIAS

O artigo aborda objetos de vidro provenientes do sítio arqueológico-histórico Taboca-1, os quais foram produzidos e patenteados por empresas nordestinas durante o ciclo da borracha na região. Partindo da ideia de que objetos e coisas interagem de maneira dialética com as pessoas, permitindo uma compreensão mais profunda dessa cultura material (Miller, 2013), consideramos que esses objetos possuíram uma agência tão significativa e relevante quanto a dos humanos na construção da materialidade seringueira (Latour, 2009).

Os frascos, copos e garrafas de vidro, junto aos objetos relacionados à extração da seringa, desempenham papéis essenciais no contexto doméstico da Amazônia – conformando a materialidade seringueira –, especialmente na armazenagem de remédios. Estes artefatos não são apenas produtos de atividades humanas, mas também agentes que compartilham origens, trajetórias e destinos na região. Eles encapsulam agências que se manifestam desde a produção, passando pela comercialização até o consumo, reveladas mediante análises e dados documentais (Muniz, 2022; Hoskins, 2008; Latour, 2009).

Seabra e Viveiros Pina (2023), ao investigarem o conjunto de garrafas de vidro do Solar da Beira, em Belém, chamam atenção para o caráter de uso e reuso desses recipientes, cuja circulação não se encerra em sua função original. Essa leitura também nos ajuda a ler os frascos do Taboca-1 como parte de trajetórias sociais mais amplas, em que o vidro foi apropriado em diferentes contextos até chegar ao descarte coletivo, reforçando sua dimensão biográfica.

O registro arqueológico, formado pelo descarte coletivo da comunidade seringueira da ilha Taboca, assim como a própria materialidade do período da borracha (Muniz, 2022), resulta da relação entre diversas gentes, os objetos e o ambiente. Compreender o gênero, o nome, a função e a história dos objetos nos permite afirmar sua capacidade de ação no mundo (Hoskins, 2008). Assim, informações como propagandas dos remédios identificados e registros comerciais das empresas nos possibilitam acessar a biografia dessas coisas. As agências dos objetos são definidas pela forma como evocam respostas emocionais, incorporam a intencionalidade de seus criadores (Hoskins, 2008) e intermediam as relações sociais, o que entendemos como significados que podem ser lidos como um texto (Hodder, 2012).

Sob essa perspectiva, são precisamente as perguntas sobre essas agências que possibilitam o desenvolvimento da biografia das coisas. Conforme sugere Hoskins (2008, p. 78), é necessário considerar três níveis de mediação que caracterizam o objeto biográfico: i) tempo – o objeto, ao interagir diretamente com o proprietário, é marcado por ele e, ao mesmo tempo, marca a vida de ambos; ii) espaço – refere-se ao espaço concreto do proprietário; e iii) proprietário e/ou consumidor – as pessoas que circundam os objetos biográficos, agindo sobre eles e desenvolvendo personalidades e reflexão.

Além da dimensão dos objetos, também investigamos as vidas das empresas fabricantes de diferentes origens (nacionais, norte-americanas e europeias), dada a possibilidade de entender os significados adquiridos por entidades não humanas, bem como suas agências nos seus espaços que afetam a construção/invenção de identidades humanas (Ribeiro, 2013). No âmbito do comércio fértil da borracha, as empresas farmacêuticas integram as rotas migratórias na forma de seus produtos, que, em conjunto com os seringueiros em deslocamento, são sujeitos na sociabilidade da economia da borracha. Uma percepção do ambiente amazônico como insalubre (E. Cunha, 2000) contextualiza o comércio de fármacos nos regatões e

barracões de seringais, destacando-se elixires e o quinine usado contra a malária.

Por fim, consideramos também a agência das plantas nessas redes de interação. Sem dúvida, a *Hevea brasiliensis* se destaca em nosso contexto arqueológico-histórico, pois está impregnada no imaginário amazônico sobre os áureos ciclos da borracha, na herança arquitetônica e artefactual da *Belle Époque*, nos discursos sobre o declínio e em um reconhecido imaginário popular sobre a exploração dos trabalhadores nos seringais. Dos emaranhados, pré e pós-coloniais, entre gentes e seringueiras, resulta a presença desta entre as 20 espécies arbóreas hiperdominantes nas florestas amazônicas (Ter Steege et al., 2013). Contudo, o cruzamento da análise da materialidade vítrea com a biografia das empresas farmacêuticas, apresentado a seguir, nos permite vislumbrar as agências de outras plantas, principalmente as medicinais, nessa seara.

MOBILIDADES MIGRATÓRIAS NA AMAZÔNIA E A INCLUSÃO DA SERINGUEIRA NO CIRCUITO INTERNACIONAL

Ao longo do século XVII, expedições europeias descobriram o manuseio da seiva da seringueira por indígenas (La Condamine, 2000), bem como a coleta de sementes e frutos amazônicos, as chamadas “drogas do sertão” (Chambouleyron, 2008). Nesse contexto, constituíram-se interações entre povos nativos e colonizadores raramente pacíficas, resultando em conflitos que frequentemente consistiram no genocídio indígena. Esses conflitos tinham o intuito de estabelecer o ‘progresso’ na região por meio da exploração da mão de obra escrava indígena (Lacerda, 2006; Faria, 2016; Marinho, 2019).

O processo de ocupação e exploração de recursos decorrentes da economia gomífera influenciou deslocamentos de pessoas em um fluxo interno e da seringueira em um fluxo externo (primeiro como látex e, depois, sementes). A primeira rota da *Hevea brasiliensis* para fora da Amazônia ocorreu com La Condamine (2000), que registrou, em sua expedição científica, o uso do látex entre os povos indígenas amazônicos.

Ele levou látex consigo e passou a importá-lo da Guiana Francesa, disseminando sua utilização na Europa em fins do século XVIII (Weinstein, 1993). Nas décadas seguintes, com o aprimoramento da exploração industrial do látex e a importância que seus subprodutos adquiriram no mundo ocidental, a circulação internacional da *Hevea* passou a uma escala comercial de toneladas.

O auge das exportações (1878-1912) foi contraposto pelo fluxo interno de migrantes, principalmente nordestinos, na casa de dezenas de milhares (Lacerda, 2006), com os quais circulavam também múltiplos objetos e novas relações sociais se materializavam na Amazônia. O intenso trânsito de pessoas para e pelo território durante os períodos da economia da borracha na Amazônia brasileira (1848-1945), motivado pela exploração da seringa, sendo as pessoas atraídas pelo ‘ouro elástico’, transformou o processo de ocupação da região. Contudo, essa ocupação se deu na lógica desenvolvimentista amparada em um nascente discurso de integração nacional, inspirado nas velhas narrativas coloniais de uma Amazônia vazia de gentes.

Desde a colonização amazônica, durante o século XVII, a bacia do rio Xingu foi considerada crucial para sua ocupação (Faria, 2016; Marinho, 2019). Por exemplo, a construção da fortaleza de Santo Antônio de Gurupá na foz desse rio, após a expulsão dos holandeses, objetivou facilitar o registro das navegações para o interior da capitania do Pará e Maranhão, especialmente em função das missões portuguesas (Faria, 2016). Os aldeamentos missionários operavam com base na exploração da mão de obra indígena, empregada na agricultura e na coleta de produtos como salsaparrilha, cravo e castanha, entre outros (Marin, 2010). Essa dinâmica seria alterada pela implantação da economia da borracha, empregando saberes que, no século XIX, foram guiados pela urgência imperial de implementar seu ideal modernizador de ocupação amazônica (Neves, 2008; Bastos & Lopes, 2008).

O sítio Taboca-1 nos possibilita pensar nas condições de mobilidade para o Xingu dentro dessa reorganização do trabalho. As cachoeiras do médio e alto rio Xingu foram

limites físicos ao avanço da empresa colonial (Marinho, 2019), e as ilhas nesse rio facilitaram o tráfego de pessoas e coisas no contexto da exploração da borracha no médio Xingu, a qual foi um motor de transformação econômica e social para os habitantes das ilhas e beiradões deste curso do rio, levando a mudanças na estrutura de trabalho, na distribuição de renda e nas relações comerciais (Marinho, 2019). Nessa “dinâmica elástica” (Muniz, 2020), o sítio poderia ser considerado um ponto estratégico à extração da borracha na região.

A atividade de exploração da borracha no sítio Taboca-1 é evidenciada pelas seringueiras com marcas da atividade extrativa de látex, por depressões próximas às estruturas do que poderiam ser as casas fumigadoras dessa matéria-prima, e mesmo pela disposição de algumas árvores de seringa. A configuração das seringueiras concentradas na área sudeste do sítio é consistente com a formação, de longo prazo, de ‘zais’ (aglomerados) por povos indígenas (*i.e.*, castanhais, piquiazais, açazais), que, em conjunto com alguns indivíduos dispersos da planta, registra o formato de produção do látex nesse seringal.

Os ciclos da borracha na Amazônia representam momentos cruciais de integração da região ao mercado global, especialmente entre o final do século XIX e meados do século XX. O fenômeno, impulsionado pela alta demanda internacional por látex, foi decisivo para a ocupação do atual estado do Pará e para a constituição de novas relações sociais e econômicas. Inicialmente, caracterizando o primeiro ciclo, a Amazônia destacou-se como a principal exportadora mundial de látex bruto no modelo extrativista. No entanto, a partir da década de 1910, a concorrência com a produção asiática expôs as fragilidades da estrutura produtiva amazônica, baseada no

extrativismo disperso e pouco competitivo (Weinstein, 1993; Cruz, 2019; Muniz, 2022).

Durante a Segunda Guerra Mundial, já no segundo ciclo, os seringais voltaram a ganhar importância estratégica, mas o esforço foi limitado pela escassez de mão de obra e pelas barreiras naturais da região (Miranda & Hochman, 2021). A produção amazônica, marcada por dificuldades logísticas e sociais, não se consolidou como um polo industrial global, conformando o que Weinstein (1993) definiu como uma “economia regional”, caracterizada por resistências internas aos investimentos capitalistas e pela singularidade de suas formas de produção e troca.

Assim, as próprias seringueiras, no caso do Taboca-1, são artefatos que nos apontam possibilidades interpretativas. Por um lado, podemos aventar a reprodução de uma lógica extrativista colonial, que se aproveitava das fontes silvestres espalhadas na floresta (Weinstein, 1993), compreendendo o setor aglomerado como resultante da atividade indígena (Ter Steege et al., 2013) anterior aos ciclos da borracha². Por outro, podemos inferir um esforço de organização do seringal em forma de *plantation*, cujo exemplo infame na Amazônia se materializou em Fordlândia. Considerando que o sítio se situa cronologicamente em ambos os ciclos da borracha, ambas alternativas são plausíveis. Isto é, em um primeiro momento poderia ter se aproveitado da distribuição relacionada à ocupação indígena e, depois, organizado a distribuição das árvores nativas dentro do espaço da ilha Taboca.

Pensar o seringal³ dentro da lógica de um sistema de *plantation* permite articulá-lo ao segundo fluxo internacional da *Hevea brasiliensis* – um movimento que marcou o declínio da produção de borracha na Amazônia e impactou profundamente suas configurações socioeconômicas. Esse segundo ciclo teve início com o contrabando de

² O período econômico da borracha, de forma ampla, foge ao escopo do artigo. Para se aprofundar no tema, ver R. Santos (2019).

³ Entende-se por seringal a unidade produtiva típica do ciclo da borracha na Amazônia, composta por uma área de floresta onde se localizam seringueiras nativas destinadas à extração do látex. Esses espaços organizavam-se em torno de relações desiguais entre padrões (frequentemente chamados de seringalistas) e trabalhadores (os seringueiros), e constituíam um sistema econômico baseado no extrativismo, no aviamento e na dívida como forma de controle. Mais do que simples áreas produtivas, os seringais estruturaram uma forma particular de ocupação territorial e de organização social na floresta, com forte resistência à lógica industrial capitalista global (Weinstein, 1993).

cerca de 70.000 sementes por Henry Wickham (Muniz, 2019), seguido pelo intercâmbio de mudas entre jardins botânicos das colônias britânicas e francesas (E. Stoll, comunicação pessoal, 19 de junho de 2024⁴). A dispersão global da seringueira não só redefiniu os polos de produção mundial, como também gerou novos fluxos de pessoas: migrantes nacionais deslocaram-se internamente para os seringais amazônicos, enquanto trabalhadores e agentes estrangeiros passaram a atuar nos diversos níveis da economia gomífera – tanto na estrutura já existente, quanto nos postos de trabalho gerados pela reorganização da indústria da borracha em escala global.

Abordaremos agora a análise dos artefatos vítreos do sítio Taboca-1, que revelam a materialidade da sociedade do látex na Amazônia entre o final do século XIX e meados do século XX. Esses frascos medicinais oferecem *insights* sobre usos domésticos, circulação de pessoas e plantas na economia da borracha no médio Xingu, enriquecendo nossa compreensão da história econômica e social da região nesse período. Esses artefatos arqueológicos são fundamentais para enriquecer nossa compreensão da história econômica e social do médio Xingu durante o período da exploração da borracha.

BIOGRAFIA DA MIGRAÇÃO VÍTREA NORDESTINA NA AMAZÔNIA

São poucos os estudos de cultura material referentes ao período da borracha na Amazônia. Muniz (2020) se utiliza da arqueologia histórica e contemporânea para entender os fluxos de coisas e pessoas a partir de uma “arqueologia elástica” na Amazônia, adotando os métodos etnoarqueológicos, relacionais e simétricos no estudo de garrafas de vidro e grés do final do século XIX na região do baixo Amazonas. A pesquisa do autor considerou que a descoberta do látex da seringueira teve grande impacto, dado seu grau de elasticidade e valor econômico, contribuindo

para a modernização do mundo com a invenção de pneus para carros e aviões e configurando o que se convencionou chamar de ‘vida moderna’ no século XX.

Dessa forma, destacamos a importância do recorte temporal e espacial para compreendermos as dinâmicas – sobretudo aquelas que envolvem a relação entre pessoas e coisas – que podem ter contribuído para processos de etnogênese, isto é, para a formação de novas identidades socioculturais e modos de vida resultantes da inserção da região amazônica na lógica da modernidade capitalocênica e antropocênica (Muniz, 2020). Um marco importante nesse processo foi o final da década de 1870, quando muitas pessoas migraram para a Amazônia para trabalhar como seringueiros, principalmente vindas do nordeste do Brasil (Lacerda, 2006).

Na coleção dos vidros do sítio Taboca-1, observamos temporalidades múltiplas. Das empresas identificadas, e no que concerne às suas origens, o recorte remete à sua presença no Pará entre os anos de 1866 a 1970, incluindo ascensão e declínio da atividade da borracha na Amazônia. Este artigo foca em seis frascos de duas empresas farmacêuticas do nordeste do Brasil: João Vítal de Mattos & Irmãos, do Maranhão, e Rodolpho Theóphilo, do Ceará. A análise arqueológica, realizada de acordo com os critérios pré-estabelecidos, revelou que todos os objetos foram fabricados usando técnicas automáticas. Quanto à coloração, todos os frascos são incolores. No que diz respeito à morfologia, foram identificadas duas garrafas retangulares, dois frascos retangulares, um frasco quadrado e um frasco octogonal (Figura 3).

Todos os recipientes apresentaram gravações em superfície modificada, ou seja, tinham seus próprios moldes. Por exemplo, um frasco medicinal apresenta gravado, em alto relevo, ‘JOÃO VÍCTAL DE MATTOS & [IRMÃOS]’, ‘PHARMACEUTICOS MA[RANHÃO]’, sendo este frasco retangular com base quadrada, incolor,

⁴ Declaração proferida no evento “Café com ciência”, cujo tema era “As migrações da *Hevea brasiliensis* ao redor do mundo (1876-1945)”, realizado no *Campus* de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.



Figura 3. Dados dos vestígios medicinais das firmas farmacêuticas nordestinas João Victal de Mattos & Irmãos e Rodolpho Theóphilo em números absolutos. Fonte: Scientia Consultoria (2022).

com espessuras entre 2 e 5 mm e algumas bolhas de ar, possivelmente produzidos com tecnologia automática de baixa qualidade. Os outros dois frascos estão muito fragmentados e não foi possível a remontagem deles, mas apresentam a mesma tecnologia de produção e atributos físicos daquela remontada.

A empresa maranhense João Victal de Mattos & Irmãos leva o nome do farmacêutico João Victal de Mattos (1863-1925) (Figura 4), que nasceu na cidade de Viana, no estado do Maranhão. Foi deputado do estado por alguns mandatos, muito influente na sua época (Baima, 2012), além de ter sido químico que fabricava e manipulava compostos – os quais chegou a patentear no mesmo local de sua famosa farmácia (Figura 5). Em 1890, teve seu mais famoso elixir depurativo do sangue, o ‘elixir de carnaúba’,

aprovado pela Inspetoria de Higiene Pública do Brasil (“Quarta Epocha”, 1892).

No início do século XX, João Victal ganhou reconhecimento significativo na indústria farmacêutica, especialmente quando seus produtos começaram a ser distribuídos para estados vizinhos, como o Pará e o Amazonas, através de farmácias em Belém e Manaus, em 1910 (Baima, 2012). Esse período marcou um avanço na comercialização de produtos farmacêuticos, em que estratégias detalhadas de *marketing* e validações por institutos renomados foram utilizadas para aumentar a confiança dos consumidores e impulsionar as vendas. Esse contexto não apenas valorizou a inovação científica, mas também redefiniu a percepção pública sobre medicamentos e tratamentos, estabelecendo padrões duradouros na indústria.

Segundo Baima (2012), grande parte do sucesso e do reconhecimento do farmacêutico resultou da ampliação das estratégias publicitárias da época. Como consequência, recebeu diversas medalhas, tanto no Brasil quanto no exterior, incluindo: na Grande Exposição Universal de Saint Louis, nos Estados Unidos (1904); na Exposição Universal em Bruxelas, Bélgica (1910); na Festa Popular do Trabalho, no Maranhão (1912); e na Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908) (Figura 6).

Essas distinções serviam como uma forma de validação e reconhecimento da qualidade e da eficácia dos produtos, o que era fundamental em uma época em que a regulação sanitária ainda estava em desenvolvimento. É possível que esses prêmios e a aprovação dos produtos pelo Instituto Sanitário Federal, que foram

submetidos a análises do Laboratório Nacional de Análises e da Clínica Particular do Rio de Janeiro, tenham começado a ser destacados nos anúncios de jornais em 1910. Esse tipo de informação é importante para garantir a validade dos produtos, pois testes realizados por órgãos sanitários comprovaram a eficiência deles (Baima, 2012).

No Maranhão, a farmácia João Victal de Mattos & Irmãos funcionou até a década de 1970, quando veio à falência devido à concorrência com grandes empresas nacionais e internacionais, bem como à má gerência da firma após a morte de João Victal, em 1925, e, posteriormente, de seus irmãos (Baima, 2012). A sobrinha do farmacêutico, Moema de Castro Alvim, escreveu, em 2011, um relato intitulado “Trajetórias entrelaçadas”

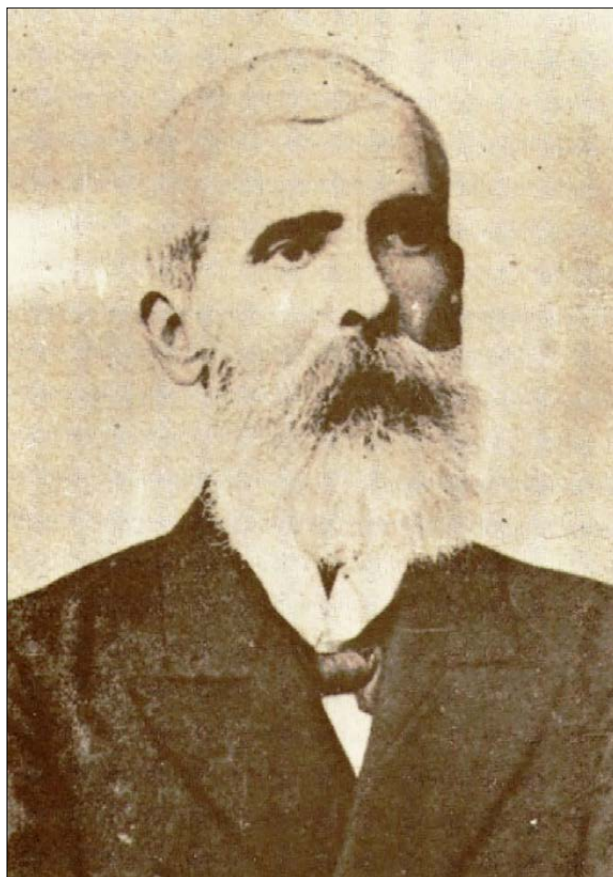


Figura 4. João Victal de Mattos. Fonte: Cerqueira (s.d.).



Figura 5. Farmácia de João Victal de Mattos & Irmãos, que funcionou entre a penúltima década do século XIX e a década de 1970. Fonte: “Antiga Pharmacia de São Luís” (2023).



Figura 6. Principais produtos da firma farmacêutica João Victal de Mattos & Irmãos, Maranhão, em periódico de 1911. Fonte: “Notabilidades...” (1911).

(Alvim, 2011), no qual narrou um pouco sobre sua experiência de trabalho na empresa dos tios. A médica e farmacêutica diz:

Um pouco por discrição e mais por timidez, raramente eu descia ao laboratório. Porém, nas poucas vezes que o fiz, ficava fascinada com a profusão de equipamentos, a grande variedade da vidraria, o cheiro que emanava dos recipientes nos quais as ervas medicinais eram maceradas para posterior decocção e extração dos princípios ativos. Alambiques, destiladores, retortas, balões de vários tamanhos, almofarizes, béqueres, erlenmeyers, provetas, funis, kitasatos, buretas e balanças. Nunca esqueci os potes de porcelana para ervas desidratadas, as caixinhas para as pílulas, os frascos de vidro transparentes e de cor âmbar, estes para impedir a passagem da luz, evitando, assim, a oxidação das tisanas, dos elixires, dos vinhos. Em todo o laboratório, junto aos odores exalados dos remédios em processo de fabricação, sentia-se a presença de João Victal, o seu espírito criador, a sua perspicácia, liderança e inteligência que o tornaram o pioneiro na industrialização de fármacos no Maranhão (Alvim, 2011).

Destacamos, tanto no anúncio de jornal (Figura 6) quanto na fala de Moema (Alvim, 2011), a sutil presença das plantas medicinais, agentes que preenchiam os recipientes e o ambiente da farmácia com odores, funcionando como gatilhos de memória da narradora e evocando a presença do fundador (Hoskins, 2008). Ademais, embora transmutadas em vinhos, pílulas e elixires, essas plantas também compõem o conjunto de migrantes do nordeste para a Amazônia, no âmbito da economia da borracha, tendo nos frascos de vidro o meio de migração para sua materialidade líquida. Contudo, certamente chegam com *status* diferenciado das levas de trabalhadores dos seringais, como o 'elixir de carnaúba', carro-chefe da João Victal, que chega nas farmácias e nos interiores da Amazônia como prestigiado fármaco.

Encontramos gravações da empresa Rodolpho Theóphilo em dois dos três frascos medicinais, ambos parcialmente íntegros. No entanto, as dimensões físicas dos fragmentos do terceiro frasco da empresa são diferentes das identificadas nos outros dois, impossibilitando a identificação do

conteúdo dos remédios pela comparação direta. Ainda assim, é possível que se trate de um dos renomados xaropes da empresa, conhecidos por tratar mal-estar estomacal.

Nos exemplares da firma farmacêutica Rodolpho Theóphilo, havia a gravação '[RO]DOLPHO THEOPHILO' e 'CEARÁ', às vezes em letras minúsculas e outras em letras maiúsculas. Esta empresa destacou-se por carregar o nome de um renomado filantropo, escritor, professor e farmacêutico do Ceará. Rodolpho Theóphilo (Figura 7) formou-se em Farmácia em 1875 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Além de farmacêutico, ele foi jornalista, poeta e contista. Sua empresa fabricava uma variedade de produtos, incluindo xaropes, remédios para reumatismo, doenças de pele, asma, coqueluche, problemas estomacais e dores de cabeça, além de pomadas para eczemas e loções para o tratamento de doenças como tuberculose e sífilis (Scientia Consultoria, 2022). Esses produtos se popularizaram na região Norte do país a partir de meados da década de 1880, sendo comercializados em farmácias de Belém. Era um exímio botânico, como muitos agentes envolvidos no ciclo da borracha, tendo escrito, com Garcia Redondo, a obra "Botânica elementar" (Redondo & Theóphilo, 1997).



Figura 7. Rodolpho Theóphilo. Fonte: Academia Cearense de Letras (s.d.).

Rodolpho Theóphilo foi uma figura de grande importância durante a seca que assolou o Ceará, especialmente no combate à epidemia de varíola, em 1878. Em 1901, Theóphilo fabricou uma vacina contra a varíola, custeando todas as despesas com recursos próprios e organizando campanhas de vacinação autônomas para a população cearense (Figura 8; Nobre, 2012). Seu trabalho não só salvou inúmeras vidas, mas também demonstrou seu compromisso com a saúde pública e o bem-estar da comunidade.

O caso dos dois farmacêuticos, cujos produtos compõem a coleção artefactual do sítio Taboca-1, evidencia distinções socioeconômicas dos sujeitos nordestinos integrados na economia da borracha. Por um lado, ocuparam os seringais como mão de obra na extração do látex. Por outro, disputaram espaço como empresários no mercado internacional de medicamentos. Ademais, a materialidade vítrea de sua criação nos aponta outras plantas envolvidas nos fluxos comerciais desse contexto, mesmo se coadjuvantes da *Hevea brasiliensis*.

COMO E POR QUE AS COISAS MIGRAM: PESSOAS E A MATERIALIDADE SERINGUEIRA

A materialidade seringueira na Amazônia incorporou elementos como os frascos medicinais aqui analisados, que foram agentes ativos, atrelados às pessoas, na costura de novas interações sociais. Os objetos de vidro fizeram parte desse emaranhado de relações entre pessoas e coisas – como mercadorias “representadas como o resultado mecânico de regimes de produção governados pelas leis de oferta e procura” (Appadurai, 2008, p. 31). Essas coisas importam para pensarmos as trajetórias das pessoas que estavam ocupando as ilhas do Xingu. Os sujeitos da história social da borracha no curso médio do rio Xingu foram os indígenas da região, os seringalistas que representavam o poder econômico e político à época e os seringueiros migrantes, trabalhadores que foram atraídos à



Figura 8. Morro do Moinho - Rodolpho Theóphilo vacinando a população contra a varíola. Fonte: Nobre (2012).

Amazônia e escravos negros⁵. Abordaremos, a seguir, os dois momentos em que fluxos migratórios de nordestinos foram direcionados para o sítio Taboca-1, correspondentes aos dois ciclos da borracha.

No final do século XIX, a região da ilha Taboca pertencia ao seringal da família Balão. Dentre os membros dessa família, estavam os irmãos seringalistas Assis e Victorino Balão. As estradas, em geral, eram compostas por dezenas ou centenas de seringueiras. No caso da ilha Taboca, havia mais de vinte estradas de seringa, ultrapassando duzentas árvores para extração de borracha por estrada (Scientia Consultoria, 2022). No primeiro ciclo da borracha, a Amazônia recebeu migrantes nacionais, principalmente nordestinos, em razão de duas grandes secas do Ceará. Ademais, neste período ocorreram tentativas dos poderes públicos de implementar núcleos coloniais de imigrantes estrangeiros na região (Lacerda, 2006).

O programa de colonização imperial consistia principalmente em medidas voltadas para facilitar a introdução de colonos, promover a agricultura mercantil, proteger áreas de fronteira e estabelecer colônias para receber trabalhadores migrantes na região. Somadas a essas medidas, foram instituídas ações para a promoção da catequese e a civilização dos povos indígenas, aproveitando-se também o trabalho desses indivíduos (Weinstein, 1993; Nunes, 2016).

⁵ Os escravos estiveram inseridos no contexto do primeiro ciclo da borracha durante o Brasil Império.

A Resolução Provincial n. 263, 13 de outubro de 1854 (Governo do Estado do Pará, 1855), de João Pinto de Araújo, aumentou os fundos destinados à introdução de colonos e especificou os tipos de imigrantes a serem transferidos para o atual estado do Pará. Essa resolução defendia a seleção de nacionais de Portugal e da Galícia, argumentando que esses grupos compartilhavam o mesmo idioma dos brasileiros, o que facilitaria a adaptação ao novo território (Nunes, 2016). Mais efeitos desta resolução são vistos nos anos de 1855 e 1857 na província do Pará, quando se planejou a imigração de cem operários e agricultores por mês durante dois anos. Todos esses imigrantes deveriam ter entre 18 e 40 anos, ser saudáveis, robustos e possuir atestados de bons costumes validados pelos agentes do império. O seringalista tinha a responsabilidade de adiantar o valor das passagens (48 mil réis por imigrante), havendo a possibilidade de multa de 40 mil réis para aqueles que não conseguissem emprego (Governo do Estado do Pará, 1855, 1857a, 1857b).

Apesar do potencial da indústria da borracha para trazer prosperidade e aumento populacional sem precedentes na Amazônia, apenas alguns defensores comprometidos apoiavam este setor extrativo durante as primeiras décadas dessa empreitada (Weinstein, 1993). A potencialidade da extração da borracha tornava-a símbolo do 'progresso' no Xingu; principalmente nos discursos dos grupos sociais interessados no seu aumento (M. Cunha, 2008). Desse modo, situamos a inserção dos empresários farmacêuticos nordestinos nesse contexto de influência das relações familiares e das conexões políticas no acesso a oportunidades de negócios na economia da borracha, para além do comércio de *Hevea brasiliensis*.

A princípio, muitos dos trabalhadores foram direcionadas para a região do atual município de Souzel, no qual o presidente de vogais, Major Leocádio de Souza, aproveitava-se da mão de obra para extrair produtos naturais da região, entre os quais a borracha (Chambouleyron, 2008). Assim, a economia da borracha

foi ganhando espaço por todo curso do Xingu, povoando, sobretudo, as ilhas, já que as matas eram ocupadas pelos indígenas não aldeados (Caldarelli et al., s.d.). Devido aos iminentes ataques indígenas, os seringueiros eram obrigados a residir nas ilhas ao longo do rio Xingu, deixando suas famílias lá enquanto trabalhavam nos seringais situados no interior do vale do rio (Marinho, 2019).

Conforme a bibliografia historiográfica, durante o período de maior atividade extrativa da borracha no médio Xingu, Souzel e Porto de Moz eram os centros de exportação da borracha e circulação de pessoas, sobretudo aquelas que habitavam os povoados nas proximidades. A importância estratégica dessas localidades é documentada em uma solicitação do próprio imperador de que duas léguas de terras fossem reservadas para seu patrimônio em Porto de Moz, na província do Grão Pará. Uma dessas léguas deveria iniciar a partir dos limites urbanos em direção ao sul, seguindo o rio Xingu, enquanto a outra deveria seguir em direção ao norte, ao longo do mesmo rio (Governo do Estado do Pará, 1874). Embora essa fonte não tenha informações detalhadas acerca da implantação de um seringal dentro dessas duas léguas, ela nos permite vislumbrar o contexto socioespacial no qual estavam inseridos a ilha Taboca e o sítio Taboca-1, possivelmente como lugares de acesso à matéria-prima e também como espaço para habitação das famílias de seringueiros nordestinos. Portanto, as coisas escavadas no Taboca-1 possuem uma característica representativa das dinâmicas da atividade econômica em função da borracha amazônica.

Nesse cenário, dois eventos desempenham um papel crucial na migração em massa de nordestinos em direção à Amazônia. O primeiro foi a seca severa que afetou o nordeste brasileiro entre 1877 e 1879, impactando especialmente os habitantes do estado do Ceará. Essa migração não apenas refletia a busca por condições climáticas mais favoráveis, mas também se alinhava aos esforços governamentais para mitigar os conflitos sociais decorrentes da concentração fundiária

histórica na Amazônia, que remonta ao período colonial (Silva et al., 2010). O segundo foi o fim da Guerra Civil Americana (1861-1865), que permitiu aos Estados Unidos retomar a produção de algodão para consumo doméstico, afetando esse setor no nordeste e resultando na liberação de uma grande quantidade de trabalhadores nordestinos anteriormente empregados na indústria algodoeira, especialmente no Ceará (Silva et al., 2010).

As casas aviadoras foram muito importantes nesse momento, pois, como representantes legais e financeiros dos clientes mais ricos que residiam no interior, providenciavam o transporte e a distribuição de migrantes na Amazônia (Weinstein, 1993; Lacerda, 2006). Eram também os locais de comercialização de aviamentos para os trabalhadores, configurando-se como importantes elementos nas biografias dos objetos escavados no sítio Taboca-1. A análise do processo de des(re)territorialização⁶ (Silva et al., 2010), ou de mobilidade migratória (Rosa, 2021), dos nordestinos, conhecido como Batalha da Borracha⁷ no território amazônico, resultou em uma série de transformações culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas que vinham ocorrendo na região desde o primeiro ciclo da borracha. Esses processos podem ser compreendidos como uma estratégia geopolítica para garantir a integridade territorial e a identidade nacional brasileira.

Em síntese, observamos uma “migração de crise” (Rosa, 2021) durante a seca que assolou o nordeste brasileiro no final do século XIX. Esse movimento resultou em uma terrível situação de miséria para os retirantes nordestinos, impulsionando-os a enfrentar inúmeras dificuldades em outros estados para sobreviver. Contudo, essa oferta iludia os migrantes com a perspectiva de trabalho fácil e ganhos financeiros elevados, num processo controlado pelas instituições, que envolvia o endividamento dos seringueiros desde o momento de

sua partida do nordeste até sua chegada à Amazônia. E, nesse sentido, a partir da valorização econômica da borracha na década de 1890, os extensos seringais passaram a ser explorados de maneira efetiva até o alto curso do rio Xingu; ainda que se mantivessem protegidos pelas cachoeiras e corredeiras, atraíram-se mais ainda os cearenses quando os preços do látex atingiram o seu ápice (Lacerda, 2006; Marinho, 2019).

A partir de 1942, o “Brasil assinou com os EUA os acordos de Washington, comprometendo-se a fornecer látex para os países aliados, tendo em vista a interdição das grandes áreas produtoras dessa matéria-prima na Ásia pelas potências do Eixo” (Marinho, 2019, p. 51). No entanto, a decisão do Brasil de alinhar-se com os Estados Unidos trouxe uma mudança significativa na atuação do governo Vargas na região amazônica, conferindo-lhe uma nova dimensão estratégica (Miranda & Hochman, 2021).

Durante a Segunda Guerra Mundial, com as Batalhas da Borracha, a atuação na extração de látex se propagou como uma alternativa de ‘melhores condições financeiras’, ‘alternativa de enriquecimento’ e ‘integração à sociedade civilizada’ pelo poder governamental, representado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e suas estratégias de recrutamento de trabalhadores (Brito, 2017). O procedimento de migração institucionalizado compreendia o endividamento do seringueiro desde seu deslocamento de origem até a Amazônia, com adiantamento de instrumentos de extração da borracha a serem cobrados com juros exorbitantes, subvalorizando aquilo que o seringueiro produziria (Marinho, 2019). Nas propagandas do SEMTA (Figura 9), percebemos como as garrafas e os frascos de medicamentos poderiam iniciar sua migração com os trabalhadores, pois a assistência médica era incluída nos

⁶ O conceito prevê a desapropriação do território dos migrantes, nordestinos, assim como o processo de ocupação amazônica em decorrência do deslocamento (Silva et al., 2010).

⁷ A expressão buscava equiparar os soldados brasileiros, os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), aos soldados que seriam enviados para a frente europeia em julho de 1944, criando uma imagem nacionalista e heroica (Miranda & Hochman, 2021).

serviços ofertados para suscitar a mobilidade dessa mão de obra à Amazônia. Esse acesso aos medicamentos poderia ocorrer na rota de deslocamento dos migrantes, especialmente nas casas de aviação.

Uma vez mais, a seca no início da década de 1940 causou adversidades sociais e econômicas no nordeste, as quais foram gerenciadas pelas instituições governamentais, que investiram em campanhas de recrutamento para atrair homens jovens nordestinos aos seringais amazônicos. Após serem recrutados, os trabalhadores eram encaminhados à Fortaleza, onde aguardavam para ser embarcados em 'grupos' ou 'comboios', organizados por 'turmas' (Brito, 2017; Figura 10). Em síntese, o transporte de mais de 54.000 migrantes para a Amazônia, entre 1941 e 1945, representou a maior transferência de mão de obra subsidiada pelo Estado na história do Brasil. No entanto,

os registros oficiais não incluem migrações 'espontâneas' e não oferecem muitos detalhes sobre os destinos precisos dos migrantes (Brito, 2017).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Basílio Lima era o seringalista (patrão) do seringal na ilha Taboca. Seu 'barracão', como era chamada a sede administrativa e comercial dos seringais, ficava na ilha da Fazenda. Além desta, faziam parte da 'região do brasileiro' outras ilhas, como a ilha do Canteiro, a ilha do Pimental, a ilha da Palmeira, a ilha do Maia, a ilha do Crente e a ilha do Patí, dentre outras. Conforme fontes orais, a extração da borracha nessa área durou até a década de 1970 (Scientia Consultoria, 2022).

O governo brasileiro, diante das adversidades enfrentadas pelos nordestinos em sua região de origem, ativamente promoveu o fluxo migratório para a Amazônia (Miranda & Hochman, 2021). No imaginário amazônico (i.e., nas matérias de jornais, literatura e historiografia), os emigrantes nordestinos são majoritariamente vinculados à figura do seringueiro, que, em sua lida cotidiana de extração do látex, transformava e se familiarizava com a floresta, enfrentando as adversidades climáticas e sociais no trato com os seringalistas (Weinstein, 1993; E. Cunha, 2000; Lacerda, 2006; Marinho, 2019). Portanto, a arqueologia nos possibilita refletir sobre a modificação da floresta amazônica no contexto socioambiental da atividade seringueira.



Figura 9. Propaganda do SEMTA em 1943. Fonte: Reis et al. (2022).



Figura 10. 'Soldados da borracha' partindo do estado do Ceará na década de 1940. Fonte: Reis et al. (2022).

CONCLUSÕES

Este artigo traçou brevemente a biografia de duas empresas farmacêuticas nordestinas, através do cotejo da análise de garrafas e frascos por elas produzidos, de fontes históricas e em diálogo com a literatura historiográfica e arqueológica. Abordamos a presença desses artefatos no âmbito das migrações de *Hevea brasiliensis*, pessoas e objetos dentro da economia gomífera, e como chegaram a lugares tão remotos como as ilhas do Xingu, integrando novas relações sociais.

Posicionamos os frascos medicinais (artefatos arqueológico-históricos) e as empresas farmacêuticas – conceituadas como “coisas” por Miller (2013) – em igualdade com as pessoas na formação dos contextos sociais (Latour, 2009). Isso se aplica ao contexto tecnológico da produção, comercialização e consumo, onde atores não humanos podem influenciar as ações humanas. Portanto, reconhecemos que as empresas, assim como os frascos, desempenham um papel relevante na construção deste estudo sobre cultura material. De fato, a presença desses frascos medicinais das empresas nordestinas no sítio Taboca-1 nos permite afirmar que a dinâmica de expansão comercial, decorrente da migração de seringueiros nordestinos, pode ter sido um fator importante para o tratamento de doenças na Amazônia.

O esforço de investigar o papel agêntico das coisas tratadas neste artigo se deu com base na identificação das firmas gravadas nos frascos medicinais, o que permitiu refletir sobre as redes de circulação e os usos desses objetos nas práticas sociais. No entanto, considerando o contexto de Arqueologia Preventiva no qual o sítio está inserido, os dados disponíveis sobre o contexto arqueológico são limitados, o que dificultou o refinamento da cronologia dos artefatos. A ausência de estratigrafia precisa e de associações contextuais mais robustas comprometeu a possibilidade de datá-los com maior exatidão, e tais limitações foram devidamente apontadas no texto.

Da mesma forma, a identificação dos conteúdos específicos dos frascos se mostrou inviável, uma vez que não

foi possível acessar catálogos das empresas produtoras, e as propagandas disponíveis concentram-se nos fabricantes, não nos produtos. Por fim, também se considerou a possibilidade de usos secundários desses recipientes, uma prática recorrente e ainda observável em sociedades amazônicas contemporâneas, o que amplia a compreensão sobre a trajetória desses objetos para além de seu uso primário.

Também não há registros diretos sobre o contexto de salubridade na região onde está localizado o sítio arqueológico. Porém, a historiografia destaca o déficit calórico diário que levava os seringueiros a uma vulnerabilidade a doenças devido à desnutrição e às condições precárias de trabalho, saneamento e moradia (Almeida & Heller, 2014). A Amazônia, muitas vezes referida como ‘deserto verde’, recebia indivíduos solitários enfrentando uma espécie de “solidão na selva” (Muniz, 2020). Aventamos que os migrantes nordestinos, seringueiros nas ilhas do Xingu, encontraram nos frascos de João Victal e Rodolpho Theóphilo não apenas a cura para os males físicos, mas que estes objetos e seus conteúdos podem ter sido gatilhos de memória da sua terra natal.

Nesse sentido, inferimos que, além da materialidade dos vidros, esses objetos – e, por extensão, as coisas em geral – permitem um distanciamento da abordagem nacionalista nos estudos de migração (Moraes, 2019), destacando o contraste sociocultural presente no Xingu, em um esforço para não negligenciar as identidades que moldaram os fluxos decorrentes da atividade de extração de látex na Amazônia brasileira.

O sítio Taboca-1 possibilita reflexões sobre a dinâmica entre seringueiros, seringalistas, empresários, governo e as coisas. O Estado brasileiro interferiu ativamente nas migrações de trabalhadores rumo aos seringais amazônicos – e ao médio Xingu, incentivando a atuação das casas de aviação e dos seringalistas. Os farmacêuticos nordestinos eram membros das elites e integraram a economia da borracha como comerciantes de medicamentos. Os milhares de nordestinos seringueiros que vivenciaram a des(re)territorialização moldaram uma nova existência em

terras desconhecidas. No entanto, essa transição não os desvinculou das raízes que deixaram para trás. Os frascos e os medicamentos, subprodutos das plantas medicinais, se inseriram como mercadoria (simbolicamente mais prestigiados do que os próprios trabalhadores), circulando entre todos esses sujeitos, desde as empresas farmacêuticas, passando pelas casas de aviamento e chegando aos seringais. E, na esfera de interações dos seringais, seu potencial agentivo estaria em despertar afetos nos seringueiros, evocando suas paragens e sendo um vínculo material para elas.

REFERÊNCIAS

- Academia Cearense de Letras. (s.d.). *Rodolfo Teófilo*. <https://academiacearnsedeletas.org.br/membros/rodolfo-teofilo-2/>
- Almeida, D. J., & Heller, L. (2014). Saúde e ambiente nos seringais do Acre boliviano (1870-1903): o papel de fatores e processos exógenos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(10), 3991-4000. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.08912014>
- Alvim, M. C. (2011, junho 26). Trajetórias entrelaçadas. *Pinheiro em Pauta* [Blog]. <https://pinheiroempauta.blogspot.com/2011/06/>
- Antiga Pharmacia de São Luís. (2023, abril 25). *Agenda Maranhão*. <https://agendamaranhao.com.br/2023/04/25/antiga-pharmacia-de-sao-luis/>
- Appadurai, A. (2008). Introdução: mercadorias e a política de valor. In A. Appadurai, *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural* (pp. 15-88). EdUFF.
- Baima, C. B. (2012). *Toda cura para todo mal? Discurso médico e práticas curativas no tratamento de doenças e na conservação higiênica de São Luís (1880-1905)* [Monografia de graduação, Universidade Estadual do Maranhão].
- Bastos, C. A., & Lopes, S. N. (2008). Nas rotas do Xingu e do Tapajós: desertores, remeiros e regatões no Grão-Pará do pós-Cabanagem. In C. M. Souza, & A. Cardoso (Orgs.), *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)* (pp. 159-188). Edufpa.
- Bourdieu, P. (2011). The forms of capital (1986). In I. Szeman, & T. Kaposy (Eds.), *Cultural Theory: An Anthology* (pp. 81-93). Wiley-Blackwell.
- Brito, A. L. (2017). *Mulheres no seringal: experiências, trabalhos e muitas histórias (1940-1950)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13825>
- Caldarelli, C. E., Júnior, A. R., & Matos, F. (s.d.). *Médio e Baixo Xingu: um caldeirão étnico-cultural*. Scientia Consultoria Científica.
- Camargo, P. F. B., & Zanettini, P. E. (2017). *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? Guia arqueológico de classificação e análise*. Edufs.
- Castro, A. M. (2020). *Um regime de opulência: grupos ceramistas na Volta Grande do rio Xingu* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. https://drive.google.com/file/d/1urZOncETTV5BWgrj2mZJ7OkycvVaj_en/view?usp=share_link
- Cerqueira, D. L. (s.d.). *João Victal de Mattos*. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), Acervo Digital. <https://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/198>
- Chambouleyron, R. (2008). O Sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e Guerras no Xingu Seiscentista. In C. M. Souza, & A. Cardoso (Orgs.), *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)* (pp. 51-74). Edufpa.
- Costa, D. M. (2017). Arqueologia histórica amazônica: entre sínteses e perspectivas. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 154-174. <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.506>
- Cruz, A. G. (2019). Dois séculos de extrativismo e especialização primário-exportadora na Amazônia: uma análise comparada entre os ciclos da borracha e do minério de ferro. *Cadernos CEPEC*, 8(1), 43-66. <http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v8i1.7764>
- Cunha, E. (2000). *Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos*. Senado Federal.
- Cunha, M. S. C. (2008). Xingu e Belém: o entrelaçamento das querelas políticas na República. In C. M. Souza, & A. Cardoso (Orgs.), *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)* (pp. 159-203). Edufpa.
- Faria, E. S. S. (2016). *Viagem etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu: memória e história indígena na Amazônia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://ppga.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses2016/tese%20Eliane%20vers%C3%A3o%20pdf.pdf>
- Governo do Estado do Pará. (1855). *Termos de contrato n. 32* [Documento de arquivo, código 1226]. Secretaria da Presidência da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- Governo do Estado do Pará. (1857a). *Termos de contrato n. 37* [Documento de arquivo, código 1226]. Secretaria da Presidência da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- Governo do Estado do Pará. (1857b). *Termos de contrato n. 35* [Documento de arquivo, código 1226]. Secretaria da Presidência da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

- Governo do Estado do Pará. (1874). *Minutas de ofícios do Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* [Documento de arquivo, código 1523]. Secretaria da Presidência da Província, Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).
- Hecht, S. B. (2013). *The scramble for the Amazon and the 'Lost Paradise' of Euclides da Cunha*. The University of Chicago Press.
- Hodder, I. (2012). *Entangled: An archaeology of the relationships between humans and things*. Wiley-Blackwell.
- Hoskins, J. (2008). Agency, biography, and objects. In C. Tilley, W. Keane, S. Küchler, M. Rowlands, & P. Spyer (Eds.), *Handbook of material culture* (pp. 74-84). Sage.
- Ingold, T. (2007). Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, 14(1), 1-16. <https://doi.org/10.1017/S1380203807002127>
- Lacerda, F. G. (2006). *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-16072007-105321>
- La Condamine, C. (2000). *Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*. Senado Federal. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1045>
- Latour, B. (2009). Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts. In F. Candlin, & R. Guins (Eds.), *The object reader* (pp. 229-254). Routledge.
- Loureiro, V. (2022). *Amazônia colônia do Brasil*. Editora Valer.
- Marin, R. A. (2010). Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica. *Papers do NAEA*, 1(1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v19i1.11372>
- Marinho, J. A. M. (2019). *As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-19122019-163007>
- Marques, A. J. M. (2020). *A variabilidade artefactual cerâmica nas ocupações Bela Vista na Volta Grande do Xingu/PA* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. <https://logosamazonico.com.br/tese/variabilidade-artefactual-ceramica-nas-ocupacoes-bela-vista-na-volta-grande-do-xingu-pa-a/>
- Miller, D. (2013). Teoria das coisas. In D. Miller, *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material* (pp. 66-118). Zahar.
- Miranda, G. A., & Hochman, G. (2021). Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(3), 1-25. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0152>
- Moraes, L. E. (2019). O nacionalismo metodológico e os estudos sobre migração: seus limites e possibilidades de sua superação. In P. Reinheimer, N. Araújo, & M. Santos (Orgs.), *Imigração e cultura material: coisas e pessoas em movimento* (pp. 159-189). Oikos.
- Moshenska, G. (2010). Gas masks: material culture, memory, and the senses. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16(3), 609-628. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9655.2010.01642.x>
- Müller, L. M. (2022). *Escrito em ossos e dentes: dieta e saúde oral de populações pré-coloniais da Volta Grande do Rio Xingu (PA) por meio da análise de isótopos estáveis e bioarqueologia* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. https://drive.google.com/file/d/1TgCmdQnaf2N7bTwlnzi4rABM4lvaBEBu/view?usp=share_link
- Muniz, T. S. A. (2019). Os agentes do deus elástico no Baixo Amazonas: apontamentos sobre materialidade e patrimônio do período da borracha. *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6(11), 81-96. <https://doi.org/10.48074/aceno.v6i11.8253>
- Muniz, T. S. A. (2020). Ensaio sobre arqueologia do período da borracha no Baixo Amazonas: materialidade, ontologia e patrimônio. *Oficina do Historiador*, 13(1), e36732. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2020.1.36732>
- Muniz, T. S. A. (2022). *Da materialidade do período da borracha (1850-1920) aos agentes do deus elástico durante o século XIX no Baixo Amazonas: Arqueologia e emaranhamentos em um presente emergente* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. <https://logosamazonico.com.br/tese/materialidade-do-periodo-da-borracha-1850-1920-aos-agentes-do-deus-elastico-durante-o-seculo-xix-no-baixo-amazonas-emaranhamentos-em-um-presente-emergente-da/>
- Muniz, T. S. A. (2023). Materiality of rubber: An emerging past from the Brazilian Amazon that entangled the world. *International Journal of Historical Archaeology*, 27, 1134-1160. <https://doi.org/10.1007/s10761-023-00701-x>
- Neves, F. A. F. (2008). Xingu, Bosquejo de Notas a Partir de Porto de Moz. In C. M. Souza, & A. Cardoso (Orgs.), *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)* (pp. 137-158). Edufpa.
- Nobre, L. (2012, fevereiro 7). Rodolfo Teófilo – um grande filantropo cearense de alma e coração. *Ceará Nobre* [Blog]. <http://cearanobre.blogspot.com/2012/02/rodolfo-teofilo-um-grande-filantropo.html>
- Notabilidades do Estado do Maranhão. Principaes Casas de Maranhão (Capital). (1911). In *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*, 2895. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=46941&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

- Nunes, F. A. (2016). Entre outras estratégias de controle e dominação: Estado, agricultura e colonização na Amazônia Oitocentista. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, 34(2), 112-129. <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2016.34.2.do.06>
- "Quarta Epocha". (1892, 6 de novembro). *O Democrata*, (244), 3. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186171&id=116550051449&pagfis=3088>
- Redondo, M. F. G., & Theóphilo, R. (1997). *Botânica elementar* (2. ed.). Fundação Waldemar Alcântara. <https://www.fwa.org.br/livros/botanica-elementar.pdf>
- Reis, A. F. de S., Siqueira, G. K., & Freitas, T. N. de (Orgs.). (2022). *SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – por J. P. Chabloz*. Mauc. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68494>
- Ribeiro, M. S. (2013). Por uma biografia das coisas: a vida social da marca Havaianas e a invenção da brasilidade. *Etnográfica*, 17(2), 341-368. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3148>
- Rosa, M. (2021). *A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA* (Coleção Antropologias, n. 16). Laced; E-Papers.
- Santos, R. (2019). *História econômica da Amazônia, 1800-1920* (2. ed.). Editora Valer.
- Scientia Consultoria. (2014). Arqueologia (prospecções, resgates, laboratório, divulgação científica) e educação patrimonial. *Projeto Arqueologia Preventiva nas Áreas de Intervenção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, Rio Xingu, PA*. Relatório 8.
- Scientia Consultoria. (2022). Atividades de Laboratório, Volume 1. *Projeto Arqueologia Preventiva nas Áreas de Intervenção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, Rio Xingu, PA*. Relatório 17.
- Seabra, A. C. S., & Viveiros Pina, A. D. (2023). A (re)utilização das garrafas de vidro do edifício histórico solar da beira em Belém-PA. *Revista Arqueologia Pública*, 18, e023005.
- Silva, A. A., Silva, A. C. G., Paula, J. M., Silva, J. C., & Sousa, L. F. (2010). O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. *Revista Geografar*, 5(1), 61-82.
- Ter Steege, H., Pitman, N. C., Sabatier, D., Baraloto, C., Salomão, R. P., Guevara, J. E., . . . Silman, M. R. (2013). Hyperdominance in the Amazonian tree flora. *Science*, 342(6156), 1243092. <https://doi.org/10.1126/science.1243092>
- Torres, A. M. (2018). Os colares de vidro de Quiatoni (México): suas agências e simetrias na prática museológica e antropológica. *Etnográfica*, 22(1), 27-51. <https://doi.org/10.4000/etnografica.5141>
- Weinstein, B. (1993). *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. HUCITEC; Edusp.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

A. Guimarães contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); e D. A. Alves com conceituação, metodologia, administração de projeto, supervisão, validação e escrita (revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

A curadoria como forma de conectar mundos vividos: metodologias para o envolvimento de museus com comunidades indígenas do alto rio Negro

Curatorship as a means of connecting lived worlds: methodologies for museums' engagement with indigenous communities from the Rio Negro

Thiago da Costa Oliveira^I  | Andrea Scholz^{II} 

^IUniversity of Music Franz Liszt Weimar. Weimar, Alemanha

^{II}Ethnological Museum of Berlin. Berlin, Alemanha

Resumo: Partindo do lugar especial ocupado pelos artefatos na composição dos grupos sociais rionegrinos e da presença massiva de coleções oriundas dessa região nos mais diversos museus etnográficos do mundo, o artigo apresenta múltiplas experiências de curadoria colaborativa que envolveram tais coleções. O texto inicia discutindo a diferença constituinte entre os regimes de objetos ocidentais e amazônicos/rionegrinos, para, em seguida, explorar metodologias curatoriais que buscaram uma pluralização epistêmica nas práticas dos museus etnográficos. Como resultado, o trabalho destaca as práticas de curadoria colaborativa como fundamentais para abrir, de um lado, os museus etnográficos às populações cujos conhecimentos e práticas essas instituições se propuseram a salvaguardar e, de outro lado, os mundos vividos dessas populações, permitindo que os museus atuem como parceiros.

Palavras-chave: Curadoria colaborativa. Regimes de objetos. Museus etnográficos. Povos indígenas do rio Negro. Cultura material do rio Negro.

Abstract: Starting from the distinctive role of artifacts in the social groups of the Upper Rio Negro and the widespread presence of collections from this region in various ethnographic museums worldwide, the article presents a series of collaborative curation experiences involving these collections. The text starts by examining the fundamental differences between Western and Amazonian/Rio Negro object regimes and then explores curatorial approaches aimed at expanding epistemic diversity in ethnographic museum practices. Consequently, the work highlights collaborative curation practices as essential for opening ethnographic museums, both to the populations whose knowledge and practices these institutions seek to protect, and to their lived worlds, allowing museums to function as their partners.

Keywords: Collaborative curation. Object regimes. Ethnographic museums. Upper Rio Negro Indigenous people. Upper Rio Negro material culture.

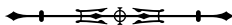
Costa Oliveira, T., & Scholz, A. (2026). A curadoria como forma de conectar mundos vividos: metodologias para o envolvimento de museus com comunidades indígenas do alto rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20230107. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0107>

Autor para correspondência: Thiago da Costa Oliveira. University of Music Franz Liszt Weimar. Music of the World Hochschulzentrum am Horn Carl-Alexander-Platz 1. Leibnizallee, Weimar, Thuringia 99425 Alemanha (thiago.lc.oliveira@gmail.com).

Recebido em 20/09/2024

Aprovado em 21/11/2025

Responsabilidade editorial: Marília Xavier Cury



INTRODUÇÃO

Dentre as chamadas regiões etnográficas amazônicas, o alto rio Negro destaca-se, entre outros fatores, pelo lugar ocupado pelos artefatos na composição de seus grupos sociais. Este destaque é de tal ordem que certos objetos são considerados como 'instrumentos de criação e transformação', ou mesmo 'ancestrais' clânicos desses grupos, sugerindo uma mistura entre pessoas e coisas que ultrapassa o senso comum e converge ao que ocorre em outras regiões etnográficas do mundo, como a costa noroeste dos EUA e do Canadá, para ficar em um exemplo célebre.

Uma das consequências desse lugar especial ocupado pelos objetos na região é a presença massiva de coleções rionegrinas nos mais diversos museus etnográficos do mundo – tanto no Norte como no Sul globais. Além disso, e esse é o tema deste texto, a existência atual dessas coleções em lugares distantes do rio Negro coloca questões relacionais fundamentais para os povos da região: como se relacionar, no presente, com os 'instrumentos rituais' e/ou 'ancestrais artefatuais' deslocados para o mundo dos museus e das representações etnográficas? Como eventualmente refazer o elo com esses seres tão especiais levados para longe, muitas vezes em contextos colonialistas complexos e violentos? Eles poderiam voltar ao rio Negro depois de suas experiências de deslocamento?

Para discutir esses temas, o presente texto apresenta múltiplas experiências de curadoria colaborativa realizadas em parceria com comunidades do alto rio Negro – notadamente entre os Baniwa, Kotiria, Tukano, Tuyuka e Yebamasa. Tais experiências envolveram a exploração de coleções etnológicas presentes no Brasil e na Alemanha, formadas nos últimos 200 anos, e realizadas por atores variados – desde viajantes e pesquisadores, até missionários e administradores coloniais.

Partindo do reconhecimento de uma diferença basilar constituinte entre os regimes de objetos ocidentais e amazônicos/rionegrinos, o artigo explora metodologias curatoriais que visaram uma pluralização epistêmica nas práticas dos museus etnográficos envolvidos nesses projetos.

Nossa ênfase na metodologia visa destacar como as práticas de curadoria colaborativa são fundamentais para se abrir, de um lado, os museus etnográficos para as populações cujos conhecimentos e práticas estas instituições se propuseram a salvaguardar, e de outro, os mundos vividos dessas populações para que os museus atuassem como parceiros. Dito de outro modo, trata-se de reconhecer que a resiliência dessas populações ao avanço homogeneizador do Ocidente nos convida tanto a repensar o significado e os beneficiários do projeto original dos museus etnográficos (Clifford, 1997a, 1997b) quanto a transformar os museus em atores mais presentes nos contextos indígenas.

Antes de entrarmos propriamente nos projetos aqui em tela, passemos à fundamentação teórica que sustenta as escolhas metodológicas de curadoria coletiva que orientam esses projetos. Tal fundamentação compreende uma discussão das noções de coisa e de pessoa na antropologia como um todo, e na subdisciplina amazônica em particular.

PENSANDO AS COISAS ANTROPOLOGICAMENTE

A partir do século XVIII, pensadores ocidentais como Adam Smith, Anne Robert Jacques Turgot, dentre outros, desenvolveram uma visão da natureza das coisas nos mundos não ocidentais ligada inicialmente a uma perspectiva sobre as chamadas trocas 'primitivas' ou 'comunitárias' (cf. Servet, 1981; Graeber, 2011). Antropólogos, sociólogos e economistas contrastavam as formas de permutas características das sociedades 'modernas' e 'pré-modernas' de tal forma que as primeiras apareciam como 'racionais' e 'impessoais' – constituindo um domínio autônomo do mundo social (o 'econômico') –, enquanto as segundas articulavam domínios sociais distintos – o individual, o doméstico, o público –, sendo 'contaminadas' por laços que não seriam 'estritamente' econômicos.

Nesse contexto, o famoso "Essai sur le don", de Mauss (1925), apresentou as trocas em sociedades do Pacífico e da costa noroeste da América do Norte como um 'fato social total'. Elas teriam um caráter obrigatório, mútuo

e inalienável, que destacaria uma conexão duradoura entre a coisa trocada e as pessoas que as trocavam. As trocas seriam, portanto, 'o fundamento dos laços sociais' em contextos que (ainda) não observavam a separação entre coisas (*res*) e pessoas (*personae*), conhecidas (e aplicadas) no mundo ocidental desde os tempos dos romanos.

Desde a obra fundamental de Mauss (1925), várias abordagens sobre a posição que ocupam as coisas nas sociedades não ocidentais lidam com as proposições fundamentais apresentadas no "Ensaio sobre o dom". Considere-se, por exemplo, a ênfase estruturalista no conceito de troca e reciprocidade (Lévi-Strauss, 1949), a tipologia dos modos de produção do marxismo estrutural (Sahlins, 1972), a crítica culturalista deste último pela antropologia feminista (Strathern, 1988), a visão contextual e transformacional das trocas que enfatiza a sua historicidade e a possibilidades de mudança de valor (Appadurai, 1986; Thomas, 1991), e a própria crítica dos pressupostos básicos do pensamento econômico ocidental (Graeber, 2001, 2011; Graeber & Wengrow, 2021), que inclui uma revisão da suposta separação entre economia e vida privada como traço fundamental das trocas econômicas nessa parte do mundo (Zelizer, 2005).

Este legado é também importante para a antropologia sobre as coisas produzidas na Amazônia. Nos últimos anos, diversas publicações têm enfatizado o *status* ontológico particular dos objetos na região (Santos-Granero, 2009; Hill & Chaumeil, 2011). Esses textos destacam como os chamados 'regimes de objetos' variam imensamente de sociedade para sociedade (S. Hugh-Jones, 2009) e são influenciados por conceitos específicos de parentesco, cuidado e propriedade (Carneiro da Cunha, 2009; Brightman et al., 2016). Tal reflexão liga-se à chamada 'virada ontológica', estendendo sua demanda de 'levar a sério os sistemas de conhecimento dos povos indígenas' para a compreensão do mundo material desses povos.

No que nos interessa de perto, esses estudos apontam para a relevância crítica de se compreender

as concepções nativas sobre a cultura material como ponto de partida para refundar as práticas curatoriais dos museus etnográficos. Especialmente, nos parece que o foco nos diferentes mundos vividos em que objetos podem ser criados, usados e destruídos é crucial para promover uma maior conscientização sobre as diferentes éticas que orientam as relações entre os humanos e as coisas em contextos distintos. Como poderíamos, por exemplo, colecionar e exibir adornos corporais Mamaindê (Nambikwara) ou Mebengokrê-Kayapó, sem considerar que tais artefatos são entendidos como 'partes' das pessoas por ambos os grupos, a tal ponto que os últimos chegam a enterrar os pertences pessoais ao lado de seus parentes mortos (Miller, 2009; Turner, 2009)? Como repensar políticas de conservação, considerando-se, por exemplo, as ofertas de alimentos para máscaras e flautas, características de regimes de objetos como o dos Waujá (Barcelos Neto, 2009)?

Temos lidado com questões semelhantes levantadas pelos encontros com artefatos colecionados no alto rio Negro (ARN) e atualmente hospedados em museus etnográficos do Brasil e da Alemanha. Para apresentar as relações humano-coisa que orientam nossas práticas curatoriais, discutiremos mais detalhadamente as concepções subjacentes ao regime de objetos do ARN na próxima seção.

O REGIME DE OBJETOS DO ALTO DO RIO NEGRO

De forma muito sucinta, poderíamos definir as ideias e práticas dos povos do ARN em relação às coisas materiais da seguinte maneira: nessa região, artefatos estão envolvidos em redes de troca e reciprocidade que, por sua vez, se inserem em uma socioecologia de seres humanos e seres mais que humanos. Tais redes apontam para a importância da biografia de um determinado artefato que se expressa tanto em atividades cotidianas, quanto em elaboradas práticas rituais.

Os primeiros relatos etnográficos sobre o ARN mostram a presença bastante destacada de artefatos entre os povos dessa região (Ferreira, 1972; Coudreau, 1887; Wallace, 1889); uma presença que despertou o interesse de colecionadores e exploradores do mundo todo (e.g. Koch-Grünberg, 1909; Nimuendajú, 1950 [1927]¹) e resultou, como já dissemos, em dezenas de coleções hoje presentes nos principais museus etnográficos do mundo – de Gotemburgo, Paris e Berlim a Rio de Janeiro, Belém, Washington e Nova York. Tais coleções, aliás, compreendem não só artefatos, mas também animais e plantas oriundos da região e coletados com participação central de pessoas indígenas (Costa Oliveira, 2025).

Ademais, as descrições e os documentos produzidos por esses viajantes cientistas legaram ao futuro também os primeiros registros audiovisuais da cultura material da região. Os museus etnográficos fomentaram publicações em que se podem ver máscaras mortuárias, instrumentos musicais, potes de cerâmica, cestos trançados, adornos corporais, padrões de pinturas, armadilhas e construções indígenas. Como um todo, tais registros oferecem um testemunho contundente da vida social na região em diversas fases da sua relação com o mundo ocidental, oferecendo um contraponto entre as ideias e os valores locais e aqueles veiculados por meio da atuação de patrões, mercadores, missionários e cientistas.

A partir de meados do século XX, etnógrafos modernistas que atuaram na região enfatizaram, sob diversos ângulos, o modo como a troca de objetos entre as unidades componentes dos muitos grupos étnicos – subgrupos ou clãs – desempenhava um papel vital na coesão social dos povos do ARN. Esse papel inclui direitos exclusivos para a produção de coisas como bancos rituais, cestaria, cerâmica, canoas e raladores de mandioca (Galvão, 1959, 1979; Reichel-Dolmatoff, 1985; Ricardo & Cabalzar, 2006), assim como direitos para a distribuição das matérias-primas necessárias para a produção de certas coisas (Ribeiro, 1980, 1995).

Além disso, a troca ou a produção de artefatos especiais foi descrita em sua relação com complexos rituais abrangentes, como os rituais fúnebres, com suas máscaras de animais (Goldman, 2004); o complexo do Jurupari, com suas trombetas proibidas (Saake, 1956; S. Hugh-Jones, 1979); e o complexo do Dabucuri, com seus instrumentos musicais e a troca lúdica de alimentos, bebidas, cestaria e cerâmica (C. Hugh-Jones, 1980; Hill, 1993).

Mais recentemente, houve ênfase na forma como a origem da humanidade é concebida como ligada a certas coisas primordiais e poderosas com *status* de sujeito (S. Hugh-Jones, 2009). Dentre elas, encontram-se os chamados ‘instrumentos de criação e transformação’, por nós já mencionados, os quais, em sua forma original (feitos de quartzo branco), existiam como partes do corpo dos criadores do universo. O poder desses antepassados criou não só os seres humanos atuais, mas tudo que existe e já existiu no mundo.

Nesse contexto, conhecer a biografia de uma determinada coisa, sua origem, foi descrito como parte fundamental da noção de propriedade rionegrina (S. Hugh-Jones, 1995, 2009). Possuir uma caixa de adornos, por exemplo, envolve não só ter a coisa física, mas saber contar – e dançar – a história de como ela chegou até as suas mãos, desde os tempos primordiais até o presente. Essa capacidade é parte dos atributos de especialistas rituais, responsáveis por manter relacionamentos entre pessoas e coisas para suas comunidades, em particular o *baya* e o *maadzero*, designações, respectivamente, tukano e baniwa, para o ‘mestre de danças e cerimônias’ do ARN.

Essa inserção das coisas na vida social da região indica que os chamados objetos etnográficos são, na verdade, ‘mais do que objetos’. Como nos disse uma vez um de nossos interlocutores, o pesquisador e agente ambiental Damião Amaral Barbosa, da etnia Yeba Masã, esses artefatos são ‘coisas de valor’, são ‘ferramentas’ em um sentido amplo do termo. São ‘instrumentos’ usados

¹ Curt Nimuendajú viajou ao ARN em 1927, mas seu relato só foi publicado em 1950.

no passado e no presente para criar outras coisas, atuando sobre o mundo.

CURADORIA E CRIAÇÃO DE RELAÇÕES

Normalmente, curadores de museus etnográficos procuram apresentar tais conceitos ao público por meio de textos explicativos relacionados aos artefatos por meio de etiquetas, textos de parede ou vídeos que contextualizam etnograficamente uma dada coisa. Por meio dessa abordagem, as ideias indígenas são apresentadas como objetos de conhecimento – ou seja, algo de que se fala, sem que as práticas curatoriais sejam necessariamente impactadas pelas proposições e pelos conceitos daquilo que tais proposições apresentam e representam. Nesse sentido, as ideias indígenas são deslocadas de seu contexto original para o contexto de representações e ilustrações característico do complexo museal (ver, por exemplo, Bennett, 1995). Como resultado, elas perdem eficácia, ou seja, poder de agir sobre o mundo segundo seus próprios termos relacionais, passando a agir sobre o mundo segundo os termos imperialistas propostos pelas instituições que fazem parte do complexo museal (Azoulay, 2024 [2019]).

Ao longo de nossos projetos, nós procuramos criar formas de subverter esse jogo. Ao invés de alimentar a máquina representativa dos museus, nos pareceu progressivamente mais interessante levar o conteúdo relacional proposto pelo regime de objetos rionegrino para dentro dessa máquina. Idealmente, com esse movimento, desejávamos incorporar algumas proposições desse regime como diretrizes para a política de acervo dos museus etnográficos em que atuamos. Essa abordagem respondia, também, a uma inquietação gerada pelo exame de certos registros documentais ligados a artefatos importantes, para os quais, frequentemente, as informações históricas de aquisição eram superficiais. Esse fato desafiava o senso de propriedade do ARN que, como

vimos, exige um conhecimento específico da biografia dos objetos. E a impossibilidade de recuperar essas biografias com precisão tornava mais complexa a discussão sobre a possibilidade de restituição dessas coleções históricas, sobretudo as mais antigas.

Diante desse cenário, optamos por trabalhar em torno de uma reconexão cuidadosa entre nossos parceiros e os bens culturais de seus antepassados, alojados nos museus em que trabalhamos². Tal escolha implicou incorporar, de modo progressivo, a ideia de que as coisas mantidas em museus existem em continuidade com o campo relacional em que foram criadas e que práticas como a mutualidade e a reciprocidade devem servir como guias para o desenvolvimento de abordagens metodológicas de curadoria colaborativa. Em outras palavras, inspirados em certos aspectos do conteúdo relacional proposto pelo estudo de campo da cultura material do rio Negro, passamos a conceber a curadoria etnográfica como o ato de criar e cuidar das relações entre pessoas e coisas, dentro e fora do ambiente dos museus. Assim, foi possível encontrar tempo e espaço para nos preocuparmos com o futuro desse patrimônio compartilhado. Inicialmente, como veremos a seguir, promovemos esse tipo de reconexão em dois contextos: oficinas de análise de coleções históricas e oficinas de produção de novas coleções.

ENVOLVIMENTO COM AS COLEÇÕES

A primeira estratégia para promover conexões entre coleções de museus etnológicos e comunidades do ARN consistiu na realização de oficinas focadas em oferecer uma visão geral de coleções históricas. Tais oficinas aconteceram tanto nos acervos de museus – como no caso do projeto “Sharing knowledge”, coordenado por Andrea Scholz, no qual representantes da Amazônia colombiana, venezuelana e brasileira viajaram para a Alemanha para entrar em contato com as coleções do

² Para abordagens semelhantes, ver Silverman (2015) e Anderson e Christen (2019).

Ethnologisches Museum Berlin (EM) —³, quanto em comunidades indígenas, com o apoio de fotografias e outros registros de coleções, como ocorreu no projeto “Prodocult Baniwa”, realizado por Thiago da Costa Oliveira no Museu do Índio, vinculado à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), no Brasil, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁴ (Figuras 1 e 2).

No primeiro caso, o contato começou pelo museu; Andrea Scholz já conhecia a primeira instituição parceira do projeto, a *Universidad Nacional Experimental Indígena del Tauca* (UNEIT), na Venezuela, devido à pesquisa de campo para a tese de doutorado que tratava do tema da territorialidade e dos direitos originários. Mais tarde, ao entrar em contato, primeiro à distância e depois pessoalmente, com os estudantes e docentes da UNEIT,

para perguntar sobre a possibilidade de um projeto de cooperação centrado nas coleções etnográficas do Museu Etnológico de Berlim, a primeira reação foi marcada pelo questionamento da iniciativa, por ela aparentar ampliar a sensação de perda dos Yek’wana, na medida em que lhes parecia que ‘o museu já havia levado os objetos, e agora queria os conhecimentos’. Contudo, e depois de um convívio de duas semanas, os estudantes levaram a ideia para o Conselho dos Anciãos, que acabou aprovando a primeira viagem de um grupo de representantes para Berlim, o que deu início à parceria.

No segundo caso, as relações com museus começaram por iniciativa de Thiago da Costa Oliveira, que havia participado de projetos colaborativos no Museu do Índio, em parceria com os Mebengôkrê-Kayapó, e que se propôs a investigar o tema também entre os



Figura 1. Guilherme (Guiré) Tenório demonstrando o uso da lança-chocalho para os convidados brasileiros e colombianos da oficina “Sharing knowledge”. Foto: Natalia Pavia (2018).



Figura 2. Maria Fontes e outras duas mulheres olham fotos de cerâmica de várias coleções de museus etnográficos brasileiros durante a primeira oficina do projeto “Prodocult Baniwa”, na aldeia baniwa de Ucuqui-Cachoeira. Foto: Thiago da Costa Oliveira (2012).

³ O projeto “Sharing knowledge” foi inicialmente financiado pela *Kulturstiftung des Bundes*, como parte do *Humboldt Lab Dahlem* (2014/2015). De 2016 a 2021, foi financiado principalmente pela *Volkswagen Stiftung*, com apoio adicional da *Kulturstiftung des Bundes*. Algumas atividades mencionadas neste texto foram cofinanciadas pelo *Stiftung Humboldt Forum im Berliner Schloss*. Os parceiros ativos do projeto foram a *Organización Indígena de la Cuenca del Caura Kuyujani* (Venezuela), o Conselho Indígena de Roraima (Brasil) e a Associação Wanasseduume Ye’kwana (Brasil) – todos da região de Guayana/nordeste da Amazônia –, e a *Escuela Normal Superior Indígena María Reina* (Colômbia), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/Instituto Socioambiental (FOIN/ISA) (Brasil) – todos da região do ARN. Os contatos com os parceiros surgiram gradualmente por meio de redes pessoais e de contatos proativos, sugeridos pelos focos da coleção sul-americana do Museu Etnológico.

⁴ O projeto “Prodocult Baniwa” fazia parte de uma iniciativa mais ampla denominada “Programa de documentação de línguas e culturas indígenas no Brasil” (PROGDOC). O PROGDOC foi conceitualizado e executado pelo Museu do Índio/FUNAI, financiado pelo governo brasileiro e administrado com o apoio da UNESCO (cf. Couto et al., 2021). O “Prodocult Baniwa” existiu entre 2012 e 2014 e financiou diversas atividades sobre cerâmica baniwa, em uma parceria especial com a União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari (UMIRA).

Baniwa. Por meio de uma coincidência feliz, a ideia foi bem recebida, sobretudo pelas mulheres baniwa, que estavam interessadas em retomar a sua produção cerâmica, e já tinham tido algumas experiências neste sentido, desenvolvidas em oficinas fomentadas pelo Instituto Socioambiental (ISA). Mais tarde, os autores Thiago da Costa e Andrea Scholz se conheceram por meio de uma iniciativa do ISA, já em uma segunda etapa do projeto “Sharing knowledge” do EM, que envolveu também parceiros colombianos do alto rio Negro, com os quais o EM já tinha iniciado relações (ver nota 4).

Após encontrar uma área do acervo que despertasse o interesse comum de trabalho, a segunda etapa desses encontros seguiu um modelo de conversas abertas e longas, além de outras dinâmicas em torno dos artefatos escolhidos. Nessas situações, os parceiros indígenas dos respectivos projetos podiam explorar livremente os pertences de seus antepassados (um encontro que, às vezes, acontecia pela primeira vez), compartilhar histórias transmitidas a eles por seus parentes mais velhos, fazer fotografias ou desenhos e comentar sobre as técnicas e os materiais usados para produzi-los. As coleções foram, assim, estudadas em processos de autoetnografia que “viraram o trabalho de campo de cabeça para baixo” (Fienup-Riordan, 1998), não sendo incomum que, em tais contextos, ocorressem performances como dançar ou cantar com os itens da coleção⁵.

Este ponto mostrou-se de extrema relevância sob a ótica de nossos parceiros indígenas, uma vez que os objetos nos depósitos eram frequentemente descritos como ‘solitários’ ou ‘abandonados’, por encontrarem-se desconectados da vida social com a qual estiveram previamente envolvidos. Pegar, dançar, cantar e relembrar histórias foram atos que criaram, assim, um novo vocabulário prático e relacional para aqueles artefatos solitários, deslocando-os do universo museológico ocidental, no qual figuravam como itens isolados e

sacralizados, a serviço da representação ou do testemunho da existência de uma dada cultura.

Outro aspecto importante desses primeiros projetos foram os intercâmbios de conhecimento sobre práticas de cuidado de artefatos. Essas trocas de informações ajudaram os conservadores e curadores dos museus a entender o ponto de vista indígena sobre um assunto que eles costumam estudar apenas a partir da tradição de suas disciplinas (Gabler & Tello, 2019). Ao mesmo tempo, sob a perspectiva indígena, o contato direto com os conservadores do museu teve uma dimensão afetiva, pois nossos parceiros rapidamente compreenderam a importância desta parte do *staff* para o bem-estar de seus bens culturais nessas instituições.

Essas conversas também ajudaram a difundir a compreensão do que são e para que os museus servem. Pelo fato de serem uma instituição tipicamente ocidental e metropolitana, pessoas que não cresceram nesses contextos têm dificuldades básicas para compreender os modos de operação dos museus. Assim, o envolvimento com a equipe e o espaço desse tipo de instituição – com seus laboratórios, gavetas, armários, divisórias, vitrines, computadores e seus profissionais de máscaras, luvas e aventais – tem o poder de transmitir, de modo mais claro do que longas explicações sobre o assunto o fariam, o espírito desses lugares. Com isso, não estamos querendo dizer que o museu deve servir como um modelo, mas sim que esses encontros abrem espaço para um aprendizado crítico sobre tais instituições. Como resultado, por meio das interações ocorridas nessas visitas, pudemos aumentar a consciência, a compreensão e a familiaridade entre as partes envolvidas nesses projetos, pré-requisitos essenciais para o tipo de trabalho colaborativo que gostaríamos de promover.

PRODUZINDO COISAS

Após os primeiros contatos com as coleções, os projetos aqui comentados evoluíram para oficinas de campo em

⁵ Ver Bell (2017) para outros exemplos semelhantes.

que novos artefatos foram produzidos. Na verdade, do lado de nossos parceiros indígenas, o desejo de retomar o contato com as coisas no museu sempre esteve ligado ao desejo de ser capaz de produzir objetos que muitas vezes não se encontravam mais presentes nas comunidades. Entre outros motivos, nos parece que isso ocorria porque os artefatos do rio Negro estão inseridos em uma rede de vida, de modo que o conhecimento necessário para os elaborar equivale à capacidade de habitar e dominar essas redes. E essas relações de habitação e domínio são, em certa medida, ainda mais importantes do que a simples posse de uma determinada coisa.

As oficinas de produção de que participamos normalmente tiveram a duração de uma a três semanas e, em alguns casos, também foram realizadas em nossa ausência. Mesmo quando participávamos, costumávamos ficar em segundo plano e nos concentrávamos na documentação, ou tentávamos fazer nossos próprios artefatos. Essas oficinas geralmente foram conduzidas por anciãos das comunidades, ou mestres em um determinado fazer, que transmitiam seu conhecimento prático sobre materiais e técnicas às gerações mais jovens. Elas também se valiam de experiências prévias das comunidades envolvidas, seja por meio de práticas de educação diferenciada, seja por meio de parcerias com ONG. As mulheres baniwa, por exemplo, já haviam feito algumas oficinas de cerâmica em parceria com o ISA. Membros das comunidades envolvidas já haviam também feito parte de práticas de ensino-pesquisa compartilhados em espaços como a escola indígena Paamali. Desta forma, a organização das oficinas era feita em diálogo com essas experiências, e não a partir de um modelo sugerido por nós ou pelos museus que representávamos.

Para nós, observadores externos, acompanhar as cadeias operacionais de produção significa entrar em um mundo de relações socioecológicas dificilmente percebidas na forma do objeto final.

A produção de artefatos normalmente inicia-se com a coleta de matérias-primas em diferentes partes do território. Essa etapa, em contexto de oficinas, pode ocorrer de uma só vez, ou repetidas vezes, a depender da quantidade de material requerida e da complexidade dos objetos a serem elaborados. Nessas ocasiões, aprendemos que objetos supostamente 'simples', descritos nas fichas dos museus como feitos de 'barro' ou 'fibra vegetal', são o resultado de processos mais complexos e elaborados. A cestaria, por exemplo, contém pigmentos e corantes, usados para pintar as fibras vegetais, e diferentes plantas, transformadas em cordas e aros de acabamento. A cerâmica, por sua vez, precisa de barro, mas também de cinzas de casca de caraipé (*Licania* sp.) para transformá-lo em uma mistura moldável. Essa arte também envolve a aquisição de pigmentos minerais, para criar desenhos gráficos nos vasos, e o uso de pedras ou sementes de polimento, para dar acabamento à superfície dos potes.

Muitas vezes, os materiais para se fazer um artefato só são encontrados longe de uma determinada comunidade, e as viagens para obtê-los colocam os coletores em contato com um ambiente marcado pela presença de 'seres humanos e seres mais que humanos', desde insetos e animais, cachoeiras perigosas e terrenos pantanosos, até aldeias vizinhas e locais que pertencem a seres considerados 'donos' de animais ou peixes. Portanto, além do desafio de locomoção, leitura e compreensão do meio em que se encontram os materiais, também é necessário observar as restrições colocadas pela presença desses seres humanos e mais que humanos para a produção de artefatos (Costa Oliveira, 2015, 2016).

Isso implica obter permissão desses 'coabitantes' do território para a coleta, seja pedindo autorização direta, no caso dos humanos, seja recorrendo ao conhecimento xamânico, no caso dos seres mais que humanos. No que nos interessa mais de perto, consideramos que esses atos de produção – o deslocamento e a coleta de materiais – são inseparáveis de uma 'ética relacional' particular que

vê as ‘matérias-primas’ menos como meros ‘recursos’ disponíveis para os projetos humanos⁶, e mais como seres encadeados em relações escalares com as quais o produtor de artefatos tem de interagir por meio de atentas operações de contextualização e descontextualização (Costa Oliveira, 2015, 2016).

Após as incursões para coleta de materiais, a próxima etapa da produção de um artefato envolve o processamento dos itens coletados. Essa etapa pode começar na floresta, dependendo do tamanho do material coletado – como toras de madeira – ou ser realizada inteiramente nas aldeias. Durante a coleta de materiais, observamos frequentemente o intercâmbio de técnicas e outras práticas de conhecimento entre os participantes indígenas. Para fazer cerâmica, por exemplo, é necessário remover as pedras da argila, misturá-la com cinzas da casca do caráipe e amassar essa mistura por um longo tempo até que ela se torne homogênea e maleável o suficiente para começar a modelar. As conversas entre as participantes das oficinas de cerâmica do “Prodócult Baniwa” discutiam esse processo em detalhes, e chamavam atenção para características sensíveis e muito particulares da produção de cerâmica, como o som característico dos polidores quando atingem uma pedra que deve ser removida da massa cerâmica; ou a sensação, nas mãos, da massa cerâmica excessivamente encharcada e, portanto, imprestável à modelagem (Figura 3).

Essas oficinas de produção ajudam a perceber, portanto, as relações entre os artefatos e as técnicas corporais inscritas em seus materiais e em suas formas. É essa conexão entre corpos, coisas e territórios que está no centro da ambição de voltar a produzir uma determinada coisa, ou difundir o conhecimento sobre a sua elaboração entre mais pessoas.

Além do foco no compartilhamento de técnicas e conhecimento ecológico, acompanhar a produção de artefatos também ajuda a perceber a relevância das narrativas relacionadas às coisas para os povos da região.



Figura 3. Nazaria Montenegro, cocoordenadora de pesquisa de campo do “Prodócult Baniwa”, modelando um vaso durante a oficina de produção do projeto no Museu do Índio. Foto: Thiago da Costa Oliveira (2014).

Durante o tempo necessário para elaborar um objeto, surge uma atmosfera particular, propícia para o compartilhamento de histórias. Nessas ocasiões, os mestres e anciãos, em particular, referem-se a contextos passados do uso de um determinado artefato, às canções e aos movimentos de uma determinada dança a eles relacionada, ou às ocasiões ritualísticas em que um determinado objeto foi trocado. Assim, os participantes das oficinas aprendem e compartilham conhecimentos biográficos específicos de cada clã (S. Hugh-Jones, 2009, 2014) sobre determinados artefatos.

Para concluir esta seção, consideremos que os contextos de autoetnografia e produção de artefatos e conhecimentos geram ganhos de diversas ordens. Em primeiro lugar, os museus que promovem essas atividades conseguem aumentar o volume de dados disponíveis sobre seus acervos por meio dos relatórios de pesquisa enviados pelos pesquisadores responsáveis pelas oficinas realizadas no território. No caso das mulheres baniwa produtoras de cerâmica, por exemplo, elas ajudaram o Museu do Índio a reunir uma melhor documentação para suas coleções históricas, nas quais se individualizam

⁶ Ver Ingold (2007) para uma crítica semelhante.

uma série de informações até então ausentes no registro documental disponível.

Em segundo lugar, tais informações permitem, também, sofisticar o conhecimento antropológico a respeito desses artefatos. No caso do acompanhamento da cerâmica baniwa, por exemplo, foi possível compreender, a partir da sua produção, que a 'vida social das coisas' (Appadurai, 1986) antecede a própria forma acabada dos objetos, uma vez que os materiais, o território, as técnicas e as histórias que gravitam em torno de um dado artefato também devem ser compreendidos como parte dessa vida social (Costa Oliveira, 2015). Em outras palavras: a produção contém também em si elementos de circulação e reavaliação de valores das coisas. E esse tipo de conhecimento é importante não só pela contribuição à teoria antropológica, mas também para permitir que sigamos refinando as metodologias de pesquisa e compartilhamento de coleções que estamos desenvolvendo nesses encontros, a fim de criar museus que incluam melhor as perspectivas indígenas em suas formas de funcionamento.

Por último, mas não menos importante, as comunidades participantes também saem ganhando. Para elas, um dos principais resultados positivos do envolvimento nesse tipo de projeto é o apoio, por meio das oficinas, à manutenção e à circulação de conhecimentos sob risco de desaparecimento (Figura 4). Como decorrência dessa maior circulação, as comunidades passam a fortalecer seus projetos comunitários. No que se refere ao caso baniwa, por exemplo, o apoio do Museu do Índio à União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari (UMIRA) contribuiu para algo que as mulheres baniwa vinham planejando há anos: a criação de uma rede de parceiros para o comércio de seus potes nos mercados local e nacional. O fato de o museu ter sido o primeiro comprador de suas peças deu às associadas a confiança necessária para se lançarem em empreendimentos maiores, da mesma forma que a publicação da documentação fotográfica e etnográfica reunida pelo projeto gerou materiais de divulgação do



Figura 4. Orlando Fontes registra sua mãe, Nazaria Montenegro, falando sobre o resultado da oficina de produção promovida pelo Prodocult Baniwa - Museu do Índio/FUNAI, na aldeia baniwa de São Joaquim. Foto: Thiago da Costa Oliveira (2014).

trabalho e do associativismo dessas mulheres (Costa Oliveira, 2017). Depois dessa primeira oficina bem-sucedida, elas seguiram organizando outros encontros e circulando seu conhecimento dentro e fora do rio Negro (Francy Baniwa, comunicação pessoal, 2022). E esse impacto é fundamental especialmente se considerarmos que estamos lidando com um contexto de fronteira, em que as comunidades são pressionadas para se engajar em atividades predatórias, como a extração de madeira e a mineração ilegais.

PRODUZINDO E REPRODUZINDO RELAÇÕES

Os exemplos apresentados mostram como as atividades de pesquisa e curadoria compartilhadas ajudam a encontrar áreas de relevância para além do mundo da coleção e da representação da cultura, ou seja, para além das preocupações características dos museus. Uma dinâmica semelhante, embora com resultados diferentes, pôde ser observada na cooperação entre a *Escuela Normal Superior Indígena Maria Reina* (ENOSIMAR), na Colômbia, e o EM, que fazia parte do contexto do projeto "Sharing knowledge".

A colaboração entre o EM e a ENOSIMAR começou em 2014, quando representantes Kotiria e Desana, da Colômbia, participaram de uma oficina organizada por colegas das universidades de Berlim, Bonn e

Marburg (Kraus et al., 2018), e tiveram a oportunidade de ver alguns adornos tradicionais de sua região pela primeira vez.

Esse encontro foi, de certa forma, traumático para os convidados indígenas por uma série de motivos. Em primeiro lugar, esses artefatos não são simplesmente adornos corporais, como a palavra usada para descrevê-los pode sugerir. No ARN, os enfeites de plumas e penas são muito mais do que objetos usados para ‘enfeitar’ o corpo. Devido à biografia dessas coisas, suas histórias de origem, eles são, como já dissemos, considerados membros ancestrais dos clãs da região. Assim, no caso da visita a Berlim, o reencontro com os adornos presentes na coleção guardava a expectativa de encontrar mais do que objetos. Em certo sentido, aquela visita ao museu poderia ser mais bem descrita como uma tentativa de reencontrar antepassados desaparecidos há muito tempo.

Em segundo lugar, é necessário lembrar que, dentre os inúmeros itens presentes nas coleções dos museus, os adornos cerimoniais estão entre aqueles mais raramente encontrados nas atuais comunidades rionegrinas. A violenta história colonial da região incluiu um projeto de conversão radical, implementado por missionários salesianos e monfortinos, respectivamente no Brasil e na Colômbia, entre as décadas de 1910 e 1980. Durante o tempo dos missionários, em um esforço pensado de promoção de transformações culturais, os povos da região foram estimulados e forçados a deixar de lado suas práticas rituais e sociais mais características – o que envolveu não só o desaparecimento das tradicionais caixas de adornos plumários mantidas pelos grupos da região, mas também a dissolução das malocas como espaço de convívio, moradia e práticas rituais⁷. Essa dissolução veio acompanhada da transferência das crianças indígenas para colégios internos e a consequente separação entre as gerações de conhecedores e aprendizes. Encontrar tais

artefatos em Berlim, portanto, significava também ativar parte dessas memórias traumáticas.

A terceira fonte de mal-estar durante a visita de que estamos tratando está relacionada a certas expectativas sobre o manejo e o cuidado dos artefatos. Os convidados indígenas colombianos esperavam encontrar seus adornos armazenados em uma caixa tecida com folhas de palmeira, seguindo a prática histórica dos povos do rio Negro. Contrariando tais expectativas, os adornos encontravam-se armazenados em diferentes armários, em uma disposição que seguia a lógica interna do museu de separar objetos por tipos, materiais e tamanhos. Além disso, a pesquisa nos registros do museu frustrou também a expectativa de encontrar caixas de penas específicas dos Desana ou Kotiria, já que a maioria dos artefatos da coleção de Berlim tinha descrições lacunares, produzidas na época em que foram coletados – em geral, há mais de cem anos. Foram realizadas investigações nos livros de tombo, nas fichas técnicas junto aos objetos e no dossiê⁸ em que a viagem de Theodor Koch-Grünberg está documentada, com base em correspondências e listas de objetos.

Assim, o museu parecia um lugar estranho onde os objetos se tornavam importantes – dado o esforço em colecioná-los e conservá-los –, mas, ao mesmo tempo, impotentes – dada a sua distância dos modos indígenas de mantê-los e usá-los.

Aqui, é apropriado observar que, em museus etnográficos, os artefatos são normalmente identificados por três conjuntos de categorias: o primeiro destaca os ‘usos’ indígenas (objetos ritualísticos, utensílios de cozinha etc.) e os ‘materiais’ (cerâmica, cestaria); a segunda categoria indica o histórico da coleção (coleccionador e ano de coleta); e a terceira destaca as atribuições étnicas (como o nome de um determinado grupo étnico, a região ou a família linguística). No caso do ARN, a simples menção

⁷ Posteriormente, os povos indígenas ficaram sabendo que os padres as vendiam para museus ou as mantinham em suas instituições museológicas (Martini, 2012; Nimuendajú, 1950 [1927]).

⁸ Dossiê número I/MV 0598, no acervo do Museu Etnológico de Berlim.

de grupos étnicos como ‘Tukano’ e ‘Baniwa’ encontrada nos registros do museu não destaca a unidade social relevante – o clã – que, de uma perspectiva indígena, conecta um artefato ao seu proprietário. Na ausência dessas informações, é impossível identificar com precisão quem era o proprietário dos objetos coletados no passado, e de quem é o poder criativo que está ou esteve presente em um dado objeto.

Como resultado, nossos parceiros frequentemente relacionam a restituição de artefatos ao perigo de levar para casa algo que pertence a outras pessoas, ato esse que poderia levar à morte ou provocar doenças (Costa Oliveira & Scholz, no prelo; ver também Martini, 2012). No contexto da visita aqui descrita, a pesquisa mostrou que os artefatos abrigados em Berlim pertenciam a vários povos do ARN – em vez de serem provenientes de apenas um⁹. Não faria sentido, portanto, devolvê-los a uma única comunidade, uma vez que potencialmente pertenciam a várias, inclusive àquelas que desapareceram nos últimos 100 anos.

Diante dessa situação, os parceiros Kotiria e Desana propuseram duas ações complementares, uma dentro, outra fora do museu. A primeira pretendia garantir que os adornos tivessem uma vida diferente no depósito. Em 2018, para atingir o primeiro objetivo, durante outra visita da delegação colombiana que também envolveu representantes da parte brasileira do ARN, foi realizado um ‘exercício’ no depósito do EM que consistiu em usar uma das caixas de adornos da coleção de Koch-Grünberg para abrigar um conjunto cerimonial completo, desmontado (Figura 5). Assim, pelo menos idealmente, eles se tornariam

um único corpo alegórico, questionando, ao menos simbolicamente, parte da história colonial de sua aquisição.

O segundo conjunto de ações propostas envolveu a construção de uma maloca em Macucu, no ARN colombiano – comunidade de Orlando Villegas, um dos principais parceiros do projeto, que pertence ao proeminente clã Ñahori, do povo Kotiria. Devido à história colonial acima mencionada, esse clã conta atualmente com apenas alguns membros. A sua aldeia base, Macucu, foi exposta a todo tipo de contato violento, da presença de militares brancos, chefes da borracha, missionários, até a subjugação às guerrilhas separatistas colombianas. Portanto, a decisão de construir uma maloca na localidade, em 2019, fazia parte de um esforço local de rever a própria história,



Figura 5. Oficina “Sharing knowledge”, realizada para discutir as coleções do ARN do EM com parceiros brasileiros e colombianos. A mesa mostra como os adornos estavam dispostos nos corpos dos dançarinos– da cabeça (em cima) aos pés (embaixo). Foto: Natalia Pavia (2018).

⁹ Theodor Koch-Grünberg montou a coleção de Berlim em circunstâncias diferentes, mas não na ausência de uma notável resistência indígena. Em seu relato de viagem publicado (Koch-Grünberg, 1909), o colecionador menciona como superou essa resistência recorrendo à troca de presentes cada vez mais valiosos com os chefes das malocas. Com base nos documentos deixados, é impossível saber até que ponto suas ofertas foram compreendidas em relação às possibilidades de transferência desses bens inalienáveis entre as comunidades. Tradicionalmente, isso poderia acontecer em ocasiões ritualísticas especiais ou durante invasões intertribais (S. Hugh-Jones, 2014, p. 158). Em uma oportunidade pelo menos, Koch-Grünberg relata que seu companheiro de viagem, O. Schmidt, conseguiu obter um conjunto completo de adornos de um chefe indígena que havia perdido seu povo para um seringueiro. A menção a essa aquisição precisa ser levada em consideração ao lado do fato de que parte da coleção e da documentação reunida por Koch-Grünberg foi desmembrada em pelo menos duas ocasiões: em Belém do Pará, onde parte de suas aquisições foi doada ao Museu Paraense Emílio Goeldi, como contrapartida por suas atividades de coleta em território brasileiro; durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando as coleções etnográficas alemãs se dispersaram pelo território alemão, circulando também entre países da antiga URSS.

criando fatos que propunham elementos para a biografia dos adornos do clã que iam para além das perdas.

Como a maloca é um local de rituais, para concluir e inaugurar a Casa do Conhecimento de Macucu, cantores e dançarinos de outras comunidades foram convidados para recriar uma atmosfera perdida há muito tempo. Com o tempo, as visitas de comunidades vizinhas se intensificaram, dando início a um processo no qual *dabucuris* foram realizados para a troca de ornamentos de dança com comunidades vizinhas. Macucu começou a caminhar em direção a reaver seu antigo lugar no sistema regional, assim como os adornos necessários para exibi-lo e celebrá-lo¹⁰.

Com base nos antigos ornamentos de dança, o projeto desenvolveu sua própria dinâmica entre os descendentes daqueles cujos objetos foram coletados. Macucu está localizada em uma área que, até o momento, tem sido pouco visada por projetos culturais iniciados pelo governo colombiano ou por organizações indígenas e indigenistas locais, de modo que os habitantes se sentem protagonistas deste processo – um processo que, ademais, já se distanciou das coleções do EM. Andrea Scholz segue visitando Macucu anualmente, tendo notado mudanças significativas desde sua primeira visita, em 2018. A comunidade, antes muito pequena, cresceu um pouco, a colaboração com o museu continuou e outras oficinas – por exemplo, sobre cerâmica e plantas medicinais tradicionais – foram realizadas por iniciativa da própria comunidade. A execução está cada vez mais nas mãos dos membros da comunidade (não só de Orlando Villegas, mas também do capitão Jaiver Ramírez e da mulher dele, que moram permanentemente na aldeia). Eles agora estruturam e gerenciam o orçamento disponibilizado pelo museu e decidem sobre o uso da documentação audiovisual (Figura 6).



Figura 6. Celebração da construção da Maloca de Macucu durante uma oficina no local do projeto “Sharing knowledge”. Foto: Miko Gaestel (2019).

Nessa experiência, os ornamentos encontrados no depósito do EM atuaram como catalisadores e mediadores para a construção da maloca no território kotiria, o que nos leva a afirmar que eles recobram parte de seu poder criativo original. Em vez da restituição dos ornamentos de dança, o que não faria sentido no caso de Macucu pelas razões já mencionadas, o projeto do museu procurou promover o empoderamento de uma comunidade fragmentada e enfraquecida, que foi colocada de volta na situação de poder celebrar rituais e festivais em sua nova maloca.

CRIANDO NOVOS MEIOS DE EXPRESSÃO

O último projeto que vamos apresentar teve início na mesma oficina do “Sharing knowledge”, em 2018, na qual uma nova opção de armazenamento para os ornamentos do ARN foi proposta. Naquela ocasião, um artefato específico chamou a atenção dos convidados da parte brasileira do rio Negro. Damião Amaral Barbosa, cujo comentário sobre o valor dos objetos já citamos anteriormente neste texto, explicou que a *enxó*, uma mistura de enxada e machado, uma ferramenta de entalhe bastante comum na região, é

¹⁰ Como já deve ter ficado claro, cada elemento da mitologia e da cosmologia do ARN tem uma contrapartida em diferentes níveis. A caixa de penas, com seus elementos, por exemplo, é uma representação da anaconda mítica com seus ocupantes, guardada em um nível mais alto nas malocas e utilizada para a reprodução ritualística das comunidades rionegrinas (S. Hugh-Jones, 2014, 2019).

considerada um poderoso instrumento de proteção na tradição Tukano do ARN¹¹. Como tal, *Sio Yahpu*, nome yebamasa do artefato, representa o poder cósmico dos Ayawa, seres que criaram o mundo. Em ocasiões rituais, tais artefatos eram carregados pelo dançarino principal de uma dada maloca em uma performance que evocava o ciclo anual das constelações ao redor da Terra.

Mas isso não é tudo. Como explicou Barbosa, os significados do *Sio Yahpu* não terminam aqui. Como uma constelação que coincide parcialmente com a constelação grega de Órion, ela está entre as muitas estrelas que ajudam as pessoas da região a identificar a mudança das estações nessa parte equatorial do mundo.

Os grupos Tukano e Arawak da região são ribeirinhos, e vivem em um contexto em que a pesca, a caça e a agricultura são atividades extremamente elaboradas. O trabalho de pesquisadores como Barbosa é documentar as complexidades do calendário do ARN e suas estações, registrando em diários e representando em calendários circulares fenômenos como as enchentes dos rios, os períodos de chuva e seca, as épocas de reprodução de peixes e de maturação e colheita de frutos e tubérculos, assim como os rituais ligados a cada momento do ano (Figura 7).

Inspirado pelo encontro com *Sio Yahpu* no depósito, Barbosa apresentou aos demais participantes da oficina o trabalho dos agentes indígenas de manejo ambiental (AIMA), do qual ele faz parte. Esse trabalho faz parte de um projeto fomentado pelo ISA há cerca de duas décadas, e trata do monitoramento ambiental com base no ciclo ecológico anual e sua conexão com as constelações. Os AIMA e o ISA foram convidados a participar do projeto “Sharing knowledge” e convidaram, por sua vez, Thiago da Costa Oliveira para visitar as coleções do EM.

Com a apresentação e as discussões que se seguiram, os convidados da parte brasileira do ARN formularam seu desejo de realizar uma apresentação mais ampla sobre o



Figura 7. O pesquisador yebamasa Damião Amaral Barbosa explora os múltiplos significados do artefato VB 5445 da coleção do EM em uma entrevista no depósito deste museu. Foto: Thiago da Costa Oliveira (2019).

tópico de suas investigações na forma de uma exposição no Fórum Humboldt, instituição que atualmente exhibe os acervos do EM e do Museu de Arte Asiática de Berlim. A ideia era apresentar o calendário e o foco dos agentes ambientais em documentá-lo, conectando o registro de suas tradições a um panorama mais amplo que recobre os efeitos das mudanças climáticas em sua região.

Os desenhos observacionais desempenham um papel importante na documentação dos agentes, e foi justamente essa prática bem estabelecida de comunicação intercultural que deu origem à ideia de uma projeção de vídeo na fachada do Fórum Humboldt. A realização da apresentação “O ciclo anual no alto Tiquié” incluiu uma oficina no local, em São Gabriel da Cachoeira. Alguns agentes indígenas, entre os quais Damião, foram orientados pelo ancião Tarcisio Barreto e acompanhados por Andrea Scholz no processo de criação de um roteiro sobre a origem das constelações e dos fenômenos e das atividades do ciclo anual. Baseando-se nesse roteiro, alguns dos agentes indígenas (AIMA) – que ao longo dos anos se tornaram especialistas em representações, como Felix Resende, Cesar Meira e Ismael dos Santos –

¹¹ Esse artefato foi coletado por Theodor Koch-Grünberg, que viajou pelo rio Tiquié entre 1903 e 1905. O rio Tiquié é um afluente do rio Vaupés, que, por sua vez, deságua no rio Negro.

realizaram desenhos performativos sobre uma placa transparente de acrílico¹². Todo o processo foi filmado através da transparência por Thiago da Costa Oliveira. Posteriormente, a filmagem foi montada por Mikko Gaestel e por Thiago da Costa Oliveira, em Berlim, para ser projetada na fachada do edifício berlinense, em setembro de 2019, durante as comemorações do 250º aniversário de Alexander von Humboldt, celebrado naquela ocasião, quando alguns dos AIMA participantes voltaram a Berlim para ver o resultado de seu trabalho e participar de eventos de divulgação das suas pesquisas (Costa Oliveira, 2021).

A projeção apresentou as principais características do calendário do ARN na fachada do Fórum Humboldt por meio de uma obra de arte coletiva e transcultural que unia 'gêneros' completamente diferentes: arte narrativa, desenhos performativos e *videomapping* (Figura 8). Esse processo, que começou com uma visita ao museu, se desenvolveu de forma aberta, convergindo, a cada etapa, habilidades e práticas dos diversos atores envolvidos na sua elaboração. Ao final, a realização dessa projeção nos mostrou como a curadoria colaborativa pode desenvolver novos formatos comunicacionais capazes de criar um produto cultural que seja ancorado nas tradições e nos projetos de colaboração locais, mas também seja inovador em suas realizações estéticas. Com isso, foi possível convergir os três aspectos comentados a partir

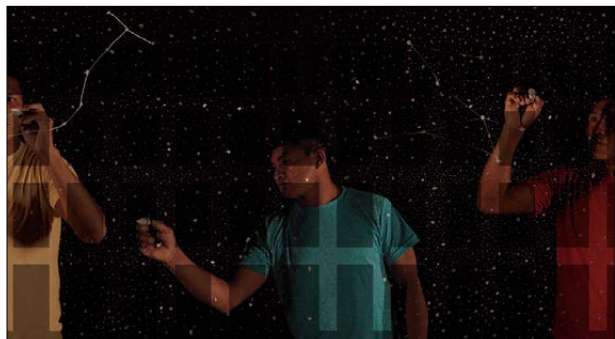


Figura 8. Projeção do vídeo “O calendário ecológico do rio Tiquié”, na fachada do Fórum Humboldt. Foto: Miko Gaestel (2019).

dos exemplos anteriores – a qualificação das coleções, a autoetnografia e a repartição de benefícios –, na mesma medida em que se criou uma plataforma em Berlim para expor os conhecimentos tradicionais e os dilemas contemporâneos colocados pelas mudanças climáticas no alto rio Negro.

CONCLUSÃO

Selecionamos esses projetos entre um conjunto mais amplo de trabalhos que desenvolvemos nos últimos anos, porque eles foram fundamentais para o avanço de uma série de aprendizados e desafios que temos abordado em nossas colaborações.

Essas experiências nos ensinaram que os itens de coleção, como artefatos etnográficos, fotos e registros audiovisuais, têm uma natureza indiciária, na medida em que neles são condensados múltiplos referentes. Os artefatos apontam para plantas e animais, que, por sua vez, apontam para lugares no território, que, por sua vez, apontam para seres mais do que humanos (por exemplo, os Ayawa, a gente-estrela e os criadores do mundo), que apontam para as conquistas ocorridas no tempo mítico as quais viabilizaram a existência da atual humanidade no planeta, e assim por diante.

Quando um artefato se torna item de uma coleção, essa rede de conexões liga-se a outra, na qual estão presentes colecionadores, expedições, museus, números de repositórios de objeto etc. Consequentemente, quando uma fotografia apresenta um desses artefatos em contexto, ela condensa todas essas conexões e aponta ainda para outras entidades – a pessoa que tirou a foto, o equipamento e a mídia usados, o número da imagem no arquivo, e assim por diante. O mesmo, é claro, poderia ser dito sobre gravações de áudio e outros materiais documentais.

Essas experiências, portanto, nos convidam a rever a ideia de arquivo e a propor uma nova forma de abordá-lo, uma forma mais integrada, interdisciplinar e multiperspectiva. Uma forma que se inspira no conhecimento indígena

¹² A transposição do roteiro às imagens teve o apoio do artista gráfico Raiz Campos.

para chamar atenção para a fragmentação característica do sistema de conhecimento desenvolvido ao longo da história do colecionismo ocidental, na sua busca por sistematizar, no interior de disciplinas apartadas – a arte, a biologia, a antropologia, a botânica, a mineralogia etc. –, conhecimentos que, de acordo com certas perspectivas não hegemônicas, só fazem sentido em conexão.

A segunda lição aprendida diz respeito a uma característica persistente do empreendimento museológico, a tendência a coletar um excedente de materiais que ultrapassa a capacidade 'digestiva' dessas instituições. Hoje, o desafio de digitalizar todos esses materiais vem acompanhado daquele de digerir os novos registros produzidos, após a popularização de formatos de documentação digital. Esse grande número de materiais precisa ser integrado, por meio da perspectiva de interconexão de saberes e domínios de vida e conhecimento apresentada acima.

Esse excedente de materiais também está relacionado a um problema de comunicação. Apenas uma pequena seleção do que é coletado e documentado pode ser mostrada ao público. Isso ocorre devido a limitações tecnológicas e de infraestrutura que dificultam a conexão entre, por exemplo, materiais de arquivo e objetos na exposição, mas também devido a formatos de exibição preconcebidos, derivados de certas ideias sobre o que o público quer ver – como 'obras-primas' ou 'grandes realizações culturais humanas' – ou como quer ver – organizado por continentes, regiões, línguas etc. Para implementar esse tipo de solução, os museus precisam

se organizar para identificar e publicar suas fontes de informação, tornando-as acessíveis a pesquisadores, visitantes de museus e, principalmente, às chamadas 'comunidades de origem', ajudando-as a usá-las para além dos objetivos e modos de funcionamento dos museus.

O terceiro conjunto de lições aprendidas se refere, justamente, ao que não cabe usualmente dentro dessas instituições, ou seja, a uma dimensão que podemos considerar como mais política. Os projetos aqui descritos nos ensinaram que precisamos estar atentos ao que acontece para além daquilo com que os museus se ocupam. As coleções são bons pontos de partida para projetos, mas elas não precisam ser o ponto final dessas empreitadas. Os projetos de museus etnográficos são boas oportunidades para os museus não apenas atualizarem e ampliarem seu conhecimento sobre suas coleções, mas também para que essas instituições se envolvam com a vida das comunidades representadas em seu acervo – como ocorreu com a cerâmica baniwa e a maloca kotiria, discutidas neste artigo. Buscar ativamente esse envolvimento significa afirmar uma nova posição em relação a essas comunidades e aceitar um papel de reciprocidade que implica, muitas vezes, dar mais do que receber¹³.

Um outro efeito desta busca ativa é permitir que as comunidades usem o espaço dos museus para representarem a si próprias e às suas questões e aos dilemas fundamentais. Essa é uma possível saída para a natureza objetificadora do chamado 'complexo de exposições' (Bennett, 1995). Projetos como a projeção do calendário anual do rio Tiquié nos convidaram a refletir sobre a vida indígena contemporânea em formatos que

¹³ Esses três conjuntos de aprendizados e desafios vêm sendo abordados em nosso último projeto colaborativo intitulado "Conectar – Compreender – Comunicar: a Amazônia como laboratório para o futuro" (2021-2024, financiado pela Fundação Cultural Federal Alemã). O projeto procura comunicar, por meio de ferramentas digitais, perspectivas transculturais sobre a complexidade de coleções museológicas, ao mesmo tempo em que promove a circulação desse conhecimento em contextos indígenas. Inspirados no holismo indígena aqui descrito, estamos criando um sistema em que coleções digitalizadas de artefatos, herbários botânicos, materiais audiovisuais, livros, diários de viagem, registros de arquivos e outras entidades podem ser conectadas para se apresentar diversas perspectivas sobre estes itens – de narrativas indígenas e história da botânica (cf. [ocultado](#)). Por esse motivo, o projeto é multidisciplinar, e tem como parceiros o Ethnologisches Museum Berlin, o Ibero-Amerikanisches Institut e o Institut für Museumsforschung (todas parte da Stiftung Preussischer Kulturbesitz). A parceria inclui, ainda, o Botanischer Garten/Botanisches Museum Berlin, o Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), no Brasil, e a Fachhochschule Potsdam (responsável pelo desenvolvimento das ferramentas digitais), além das comunidades indígenas do alto Xingu e do alto rio Negro.

vão além de nossas ideias pré-concebidas. Ao permitir que nossos parceiros indígenas reinterpretem a ‘máquina de representação’ dos museus, enfatizando a pesquisa ambiental e o trabalho artístico não tradicionais, esse projeto deixou claro que os povos indígenas vivem no presente e têm um futuro no qual eles próprios são os protagonistas.

Para encerrar este texto, é fundamental dizer novamente que a criação desses métodos colaborativos reflete uma mudança pretendida por nossas intervenções curatoriais, que envolveu uma recusa da objetificação do conhecimento indígena em nome de um envolvimento criativo com a ética relacional indígena. Criatividade e abertura são dois pré-requisitos inspirados nessa ética, como procuramos deixar evidente. Nas muitas situações de cooperação em que estivemos inseridos, aprendemos, repetidas vezes, que as coisas no museu não são meros objetos, mas instrumentos, agentes, representantes de um território específico e mediadores de relações recíprocas. Consideramos que esses conceitos não devem ser tratados simplesmente como informações sobre a condição ontológica dos objetos nas sociedades de origem, transmitidas por ‘informantes’ indígenas a especialistas acadêmicos, mas levados a sério como paradigmas para a criação de novas e sustentáveis relações entre museus e comunidades.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da *Alexander von Humboldt-Stiftung* e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiaram uma bolsa de pesquisa para Thiago da Costa Oliveira no âmbito do programa *CAPES-Humboldt Research Fellowship* (processo nº 88881.312903/2018-01). Agradecemos também à Gerda Henkel Stiftung, pelo apoio a Thiago da Costa Oliveira, por meio de bolsa de pesquisa concedida em 2022 no âmbito do programa *Patrimoines* (projeto AZ 20/BE/19 – “Connecting Karajá and Upper Rio Negro indigenous collections in Germany to native people in Brazil”). Thiago da Costa Oliveira

trabalha atualmente como pesquisador na *Hochschule für Musik Franz Liszt Weimar*, no quadro do projeto financiado pelo *Schweizerischer Nationalfonds zur Förderung der Wissenschaftlichen Forschung*/Fundo Nacional Suíço de Ciência (SNSF, Grant nº 220198). Os projetos colaborativos descritos neste artigo contaram com o financiamento da *Kulturstiftung des Bundes* e da *Volkswagen Stiftung*, no âmbito do projeto “Sharing knowledge” (2014–2021), com contribuições adicionais da *Stiftung Humboldt Forum im Berliner Schloss*. O projeto “Prodocult Baniwa” foi realizado no quadro do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas no Brasil (PROGDOC), executado pelo Museu do Índio/FUNAI, financiado pelo Ministério da Justiça (Governo Federal do Brasil) e administrado com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os aprendizados metodológicos aqui descritos foram também aprofundados no âmbito do projeto “Conectar – Compreender – Comunicar: a Amazônia como laboratório para o futuro” (*Amazonia Future Lab*, 2021–2024), financiado pela *Kulturstiftung des Bundes* por meio do *Fonds Kultur Digital*.

REFERÊNCIAS

- Anderson, J., & Christen, K. (2019). Toward slow archives. *Archival Science*, 19(1), 87-116. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09307-x>
- Appadurai, A. (1986). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press.
- Azoulay, A. A. (2024 [2019]). *História potencial: desaprender o imperialismo*. Ubu Editora.
- Barcelos Neto, A. (2009). The de-animalization of objects: food offerings and subjectivation of masks and flutes among the Wauja of Southern Amazonia. In F. Santos-Granero (Ed.), *The occult life of things: native amazonian theories of materialization and objects* (pp. 128-151). The University of Arizona Press. https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/fernando_santos-granero_the_occult_life_of_thingb-ok-org.pdf
- Bell, J. A. (2017). A bundle of relations: collections, collecting, and communities. *Annual Review of Anthropology*, 46, 241-259. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102313-030259>

- Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. Routledge. <https://freight.cargo.site/m/L2012294489115848705274294807587/The-Birth-of-the-Museum-History-Theory-Politics-Tony-Bennett-Z-Library.pdf>
- Brightman, M., Fausto, C., & Grotti, V. (Eds.). (2016). *Ownership and nurture: studies in native Amazonian property relations*. Berghahn Books.
- Carneiro da Cunha, M. (2009). *Culture and culture: traditional knowledge and intellectual rights*. Prickly Paradigm Press.
- Coudreau, H. A. (1887). *La France équinoxiale. Études sur les Guyanes et l'Amazonie*. Challamel Ainé.
- Clifford, J. (1997a). Museums as contact zones. In *Routes: travel and translation in the late twentieth century* (pp. 188-220). Harvard University Press.
- Clifford, J. (1997b). Four Northwest coast museums: travel reflections. In *Routes: travel and translation in the late twentieth century* (pp. 107-146). Harvard University Press.
- Costa Oliveira, T. L. (2015). *Os Baniwa, os artefatos e a cultura material no Alto Rio Negro* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Costa Oliveira, T. L. (2016). Interfaces híbridas: armas e armadilhas de caça e pesca no alto Rio Negro. *Iluminuras*, 17(42), 214-247. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.69985v>
- Costa Oliveira, T. L. (2017). Corpos partidos: adornos cerimoniais, benzimentos rituais e a estética da produção no alto Rio Negro. *Mana*, 23(1), 37-76. <https://doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p037>
- Costa Oliveira, T. (2021, 13 de julho). *Making-of: the annual cycle at the Tiquié River – Portuguese version (30.11.2020)* [Video]. Vimeo. <https://vimeo.com/574517155>
- Costa Oliveira, T. L. (2025). On collecting Amazonia: beyond material culture and ethnological museums. In C. High, & L. Costa (Eds.), *The lowland South American world* (pp. 546-569). Routledge.
- Costa Oliveira, T. L., & Scholz, A. (no prelo). Questions of ownership, property and translocation through an Amazonian gaze. In B. Savoy, F. Bodenstein, & M. Lagatz (Eds.), *Translocations*. Transcript.
- Couto, I. H. P., Levinho, J. C., & Oliveira, T. C. (2021). *Coleções etnográficas virtuais: a construção de um conhecimento digital*. In C. P. dos Santos, C. P. de Azevedo, L. C. C. Souza, M. F. Rangel, & R. G. Silva (Eds.), *Museus, acervo e ambiente digital* (MAST Colloquia, Vol. 16, pp. 73-97). Museu de Astronomia e Ciências Afins. https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2021/dezembro/mast_colloquia_16.pdf
- Ferreira, A. R. (1972). *Viagem filosófica pelas capitânias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792*. Conselho Federal de Cultura. <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/457>
- Fienup-Riordan, A. (1998). Yu'pik elders in museums: fieldwork turned on its head. *Arctic Anthropology*, 35(2), 39-52. <https://doi.org/10.18261/9788215069159-25-09>
- Gabler, D., & Tello, H. (2019). Das Wissen der Anderen. Über die Zusammenarbeit mit Indigenen in der Konservierung und Restaurierung. *Beiträge zur Erhaltung von Kunst- und Kulturgut*, 2, 104-115.
- Galvão, E. (1959). Aculturação indígena no Rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, (7), 1-78. https://boletimch.museu-goeldi.br/wp-content/uploads/2025/04/Antropologia_n1-20_1957-1964_07-GALVAO.pdf
- Galvão, E. (1979). *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Paz e Terra. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:galvao-1979-encontro>
- Goldman, I. (2004). *Cubeo hehénewa religious thought: metaphysics of a northwestern amazonian people*. Columbia University Press.
- Graeber, D. (2001). *Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams*. Macmillan. https://monoskop.org/images/3/36/Graeber_David_Toward_an_Anthropological_Theory_of_Value.pdf
- Graeber, D. (2011). *Debt: the first 5000 years*. Melville.
- Graeber, D., & Wengrow, D. (2021). *The dawn of everything: a new history of humanity*. Macmillan.
- Hill, J. D. (1993). *Keepers of the sacred chants: the poetics of ritual power in an amazonian society*. University of Arizona Press.
- Hill, J. D., & Chaumeil, J. P. (Eds.). (2011). *Burst of breath: indigenous ritual wind instruments in lowland South America*. University of Nebraska Press.
- Hugh-Jones, C. (1980). *From the milk river: spatial and temporal processes in northwest Amazonia*. Cambridge University Press. <https://pt.scribd.com/document/283017177/From-the-Milk-River-Spatial-and-Temporal-Processes-in-Northwest-Amazonia>
- Hugh-Jones, S. (1979). *The palm and the pleiades: initiation and cosmology in northwest Amazonia*. Cambridge University Press. <https://pt.scribd.com/document/501429918/Cambridge-Studies-in-Social-Anthropology-Stephen-Hugh-Jones-The-Palm-and-the-Pleiades-Initiation-and-Cosmology-in-Northwest-Amazonia-Cambridge-Un>

- Hugh-Jones, S. (1995). Inside-out-and-back-to-front: the androgynous house in Northwest Amazonia. In S. Hugh-Jones, & J. Carsten (Eds.), *About the house: Lévi-Strauss and beyond* (pp. 226-252). Cambridge University Press.
- Hugh-Jones, S. (2009). The fabricated body: objects and ancestors in Northwest Amazonia. In F. Santos-Granero (Ed.), *The occult life of things: native amazonian theories of materialization and objects* (pp. 33-59). The University of Arizona Press. https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/fernando_santos-granero_the_occult_life_of_thingb-ok-org.pdf
- Hugh-Jones, S. (2014). Caixa da Pandora: estilo alto-rio-negrino. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 6(1), 155-173. <https://doi.org/10.52426/rau.v6i1.115>
- Hugh-Jones, S. (2019). Thinking through tubes: flowing h/air and synaesthesia. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 16(2), 20-46. <https://doi.org/10.70845/2572-3626.1275>
- Ingold, T. (2007). Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, 14(1), 1-16. <https://doi.org/10.1017/S1380203807002127>
- Koch-Grünberg, T. (1909). *Zwei Jahre unter den Indianern: Reisen in Nordwest-Brasilien (1903-1905)*. Wasmuth. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7613>
- Kraus, M., Halbmayer, E., & Kummels, I. (Eds.). (2018). *Objetos como testigos del contacto cultural: perspectivas interculturales de la historia y del presente de las poblaciones indígenas del alto río Negro (Brasil/Colombia)*. Estudios Indiana. https://www.lai.fu-berlin.de/homepages/kummels/publikationen/Kummels_2018_Introduccion_Estudios_Indiana_11.pdf
- Lévi-Strauss, C. (1949). *Structures élémentaires de la parenté*. Presses Universitaires de France.
- Martini, A. (2012). O retorno dos mortos: apontamentos sobre a repatriação de ornamentos de dança (basá busá) do Museu do Índio, em Manaus, para o rio Negro. *Revista de Antropologia*, 55(1), 331-355. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.46968>
- Mauss, M. (1925). Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *L'Année Sociologique*, 1, 30-186.
- Miller, J. (2009). Things as persons: body ornaments and alterity among the Maimandê (Nambikwara). In F. Santos-Granero (Ed.), *The occult life of things: native amazonian theories of materialization and objects* (pp. 60-80). The University of Arizona Press. https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/fernando_santos-granero_the_occult_life_of_thingb-ok-org.pdf
- Nimuendajú, C. (1950[1927]). Reconhecimento dos rios Içána, Ayari e Uaupés. *Journal de la Société des Américanistes*, 39, 125-182.
- Reichel-Dolmatoff, G. (1985). *Basketry as metaphor: arts and crafts of the Desana indians of the northwest Amazon*. University of California Press.
- Ribeiro, B. G. (1980). *A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Ribeiro, B. G. (1995). *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. Editora da Universidade de São Paulo/Companhia das Letras. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aribeiro-1995-indios/Ribeiro_1995_OsIndiosDasAguasPretas.pdf
- Ricardo, B., & Cabalzar, A. (2006). *Povos indígenas do rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. Instituto Socioambiental. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/A00104.pdf>
- Saake, W. (1956). Die Juruparilegende bei den Baniwa des Rio Issana. *Proceedings of the Thirty-second International Congress of Americanists*, 271-279.
- Sahlins, M. (1972). *Stone age economics*. Aldine & Atherton. <https://files.libcom.org/files/Sahlins%20-%20Stone%20Age%20Economics.pdf>
- Santos-Granero, F. (Ed.). (2009). *The occult life of things: native amazonian theories of materialization and objects*. The University of Arizona Press. https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/fernando_santos-granero_the_occult_life_of_thingb-ok-org.pdf
- Servet, J. M. (1981). Primitive order and archaic trade. *Economy and Society*, 10(4), 423-450.
- Silverman, R. (Ed.). (2015). *Museum as process: translating local and global knowledges*. Routledge.
- Strathern, M. (1988). *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. University of California Press.
- Thomas, N. (1991). *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the pacific*. Harvard University Press. <https://pt.scribd.com/document/618449013/Thomas-Entangled-objects>
- Turner, T. (2009). Valuables, value and commodities among the Kayapó in central Brazil. In F. Santos-Granero (Ed.), *The occult life of things: native amazonian theories of materialization and objects* (pp. 152-169). The University of Arizona Press. https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/fernando_santos-granero_the_occult_life_of_thingb-ok-org.pdf
- Wallace, A. R. (1889). *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro: with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley* (No. 8). Ward, Lock & Co.
- Zelizer, V. A. (2005). *The Purchase of Intimacy*. Princeton University Press.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

T. da Costa Oliveira contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição); e A. Scholz com conceituação, curadoria de dados, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Rastreando memorias indígenas en Buenos Aires: vínculos entre materiales, sensorialidades y narrativas

Tracing Indigenous memories in Buenos Aires: connections between materials, sensory experiences, and narratives

Virginia M. Salerno^I  | Carolina Leiva^{II}  | María Gabriela Chaparro^{III}  | María Alejandra Pupio^{IV} 

^IConsejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina

^{II}Universidad Nacional de Luján. Buenos Aires, Argentina

^{III}Instituto INCUAPA. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina

^{IV}Universidad Nacional del Sur. Buenos Aires, Argentina

Resumen: Este artículo examina el papel de los materiales arqueológicos en los procesos de memoria indígena en la provincia de Buenos Aires, Argentina, destacando el vínculo entre materialidad, memoria y sensorialidad. Con este fin se abordan dos experiencias, una de ellas vinculada a las prácticas de ceramistas que utilizan fragmentos arqueológicos como fuente de inspiración, trabajan con materias primas locales y reproducen técnicas indígenas estableciendo un vínculo afectivo, sensorial y corporal con la historia de la depresión del Salado. La segunda experiencia se centra en El Antigal, un espacio gestionado por la comunidad indígena Lma lacia Qom en San Pedro donde se resguardan materiales arqueológicos que son redefinidos e incorporados en tramas comunitarias. En este caso se aborda el desarrollo de actividades interculturales desde las que se reconfigura su valor fortaleciendo la memoria y el compromiso con las reivindicaciones de la comunidad. En ambos casos los materiales arqueológicos se integran en procesos contemporáneos de memoria indígena. El estudio de estas dinámicas resulta esencial para reconocer las tensiones, negociaciones y significados que configuran los procesos patrimoniales donde se entrelazan las definiciones disciplinares con trayectorias, memorias y luchas identitarias en el presente.

Palabras-clave: Arqueología. Materialidad. Patrimonio. Cerámica. Indígenas urbanos.

Abstract: This article examines the role of archaeological materials in Indigenous memory processes in the province of Buenos Aires, Argentina, highlighting the link between materiality, memory, and sensoriality. To this end, two experiences are analyzed, one of which is related to the practices of ceramists who use archaeological fragments as a source of inspiration, work with local raw materials and reproduce indigenous techniques, establishing an emotional, sensory and, bodily connection with the history of the Salado River. The second experience focuses on El Antigal, a space managed by the Lma lacia Qom indigenous community in San Pedro where archaeological materials are preserved, redefined and incorporated into community practices. In this case, the development of intercultural activities is examined, and the value of these materials is reconfigured, strengthening collective memory and commitment to the community's demands. In both cases, archaeological materials are integrated into contemporary processes of Indigenous memory. The study of these dynamics is essential to recognize the tensions, negotiations and meanings that shape heritage processes in which disciplinary definitions are intertwined with trajectories, memories and ongoing identity struggles.

Keywords: Archaeology. Materiality. Heritage. Pottery. Urban Indigenous people.

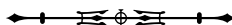
Salerno, V. M., Leiva, C., Chaparro, M. G., & Pupio, M. A. (2026). Rastreando memorias indígenas en Buenos Aires: vínculos entre materiales, sensorialidades y narrativas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240105. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0105>

Autora de correspondencia: Virginia M. Salerno. Universidad de Buenos Aires. 25 de Mayo 217. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CEP 1053 (vmasalerno@gmail.com).

Recibido en 17/03/2025

Aprobado en 10/09/2025

Responsabilidad editorial: Fernando Almeida



INTRODUCCIÓN

La historia del poblamiento indígena en el actual territorio argentino se remonta, al menos, a 13.000 años. A lo largo de este amplio periodo de tiempo se conformaron diversos pueblos desde sociedades cazadoras-recolectoras hasta poblados agrícolas (Politis & Borrero, 2024; Tarrago, 2000; entre otros). Estas sociedades desplegaron un uso creativo de los espacios, configurando territorios materiales y simbólicos que aún hoy resuenan en distintas memorias e identidades indígenas. A lo largo del tiempo, estas poblaciones han sido objeto de persecución y silenciamiento, primero en el marco de los procesos coloniales y luego en el contexto de formación de los estados nacionales del siglo XIX. Dicho proceso se inscribe en un patrón más amplio de invisibilización de las memorias y materialidades indígenas en América Latina (Bonfil Batalla, 1972; Gnecco & Ayala Rocabado, 2011; Piñon, 2008; entre otros). En perspectiva de larga duración es posible comprender estos procesos como formaciones históricas que integran relaciones sociales, desarrollos tecnológicos y modos específicos de conocer, habitar e interpretar el mundo contemporáneo (Braudel, 1979). Esta mirada permite vincular dinámicamente pasado y presente, ofreciendo un marco de interpretación para abordar las memorias e identidades indígenas en el presente.

En la actualidad, diversos colectivos y perspectivas críticas señalan el rol de los saberes disciplinares, como la arqueología y la historia, en los procesos de invisibilización indígena. Al mismo tiempo, destacan la relevancia de promover enfoques más complejos y relacionales, capaces de articular múltiples formas de conocimiento y de generar instancias de diálogo entre saberes académicos, comunitarios y ancestrales (Atalay, 2006; Bonnin et al., 2024; Colwell-Chanthaphonh & Ferguson, 2008; Kalazich, 2015). A su vez, tanto colectivos indígenas como no indígenas impulsan iniciativas orientadas a resignificar las materialidades arqueológicas, en el marco de procesos sociales, políticos y territoriales diversos. Estas acciones

dan lugar a procesos de reconocimiento y de resignificación de materiales y lugares indígenas como testimonios vivos, vinculados a la memoria y a la reivindicación de derechos de las comunidades (Canessa, 2012; Castañeda, 2023; Lazzari, 2012; Picoy, 2021; entre otros).

En este contexto, la práctica arqueológica y la gestión patrimonial son interpeladas, ampliando el campo de discusión respecto de la manera en que los materiales arqueológicos son interpretados y utilizados, dejando de ser tratados sólo como objetos de estudio (Gnecco & Ayala Rocabado, 2011; Manasse & Arenas, 2009; Millán et al., 2019; Salerno, 2018; entre otros). El reconocerlos como elementos activos en la construcción de memoria y la reivindicación de derechos conlleva una reconfiguración de los vínculos entre la arqueología y las comunidades. Cada vez con mayor presencia, se promueven prácticas disciplinares capaces de articular múltiples formas de conocimiento y de generar instancias de diálogo entre saberes académicos, comunitarios y ancestrales (Atalay, 2006; Bonnin et al., 2024; Colwell-Chanthaphonh & Ferguson, 2008; Kalazich, 2015).

En este trabajo reflexionamos sobre estos procesos centrándonos en dos experiencias de la provincia de Buenos Aires (Figura 1). La primera experiencia está vinculada a prácticas alfareras impulsadas por ceramistas de pueblos y ciudades a unos 130 km al sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), quienes utilizan materias primas locales y reproducen técnicas indígenas prehispánicas. La segunda experiencia se desarrolla en El Antigal, un espacio de interpretación gestionado por la comunidad indígena Lma Iacia Qom en la ciudad de San Pedro, a 164 km al norte de CABA, que resguarda materiales arqueológicos de la zona y otras partes del país, muchos de ellos donados por comunidades indígenas. En este espacio los objetos no se entienden en términos arqueológicos sino como portadores de memorias vivas, asociadas a la identidad y la lucha contemporánea.

A pesar de sus diferencias, estas experiencias tienen en común un conjunto de iniciativas que resitúan

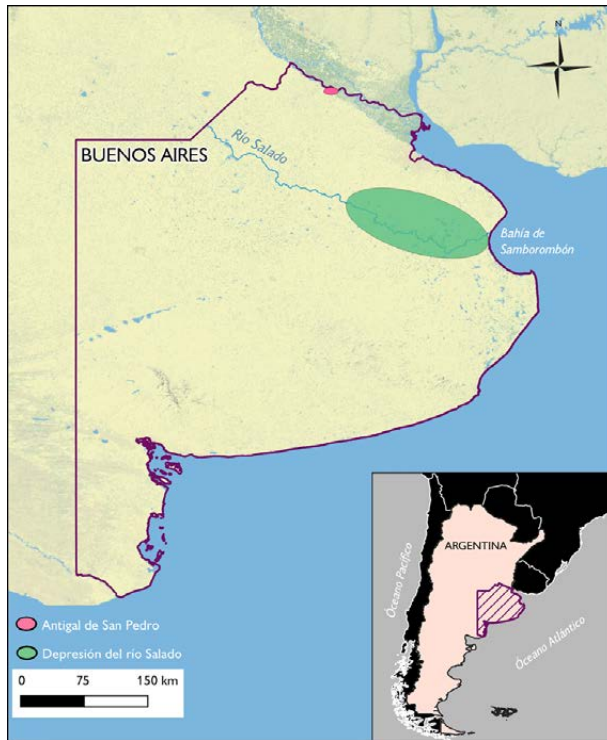


Figura 1. Mapa de la provincia de Buenos Aires donde se ubican las experiencias analizadas. Mapa elaborado por Olivia Sokol (16 de diciembre de 2024).

las materialidades arqueológicas en contextos de uso y prácticas dirigidas a visibilizar y revalorizar la historia indígena en el territorio provincial. Buscamos aportar al debate sobre la relación entre materialidad, memoria y territorio en el contexto de la arqueología. Ponemos la atención en las formas en que esas materialidades, cuando son socializadas, producen expresiones sensoriales que inciden en las formas de vivenciar las memorias evocadas. Con este fin, en primer lugar, describimos dos experiencias de la provincia de Buenos Aires, su consolidación y las materialidades que participan en el interjuego entre pasado, presente y memoria. En segundo lugar, reflexionamos sobre los modos en que estas experiencias configuran la memoria colectiva y subjetiva, impactando en la percepción y reconocimiento histórico del poblamiento indígena en Buenos Aires. Finalmente, nos enfocamos en el papel de los materiales, las diferentes

formas de uso y su resignificación poniendo el foco en la experiencia sensorial así como, en los procesos de memoria que movilizan.

Describimos estas iniciativas, su consolidación y las materialidades que participan en el interjuego entre pasado, presente y memoria. A partir de ello, reflexionamos sobre los modos en que estas experiencias configuran la memoria colectiva y subjetiva, impactando en la percepción y reconocimiento histórico del poblamiento indígena en Buenos Aires. Con este enfoque, no solamente buscamos aportar al debate sobre la relación entre materialidad, memoria y territorio en el contexto de la arqueología, sino que también nos proponemos reflexionar sobre las formas en que esas materialidades, cuando son socializadas, producen expresiones sensoriales que inciden en las formas de vivenciar las memorias que dichas materialidades evocan.

PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO, MEMORIA INDÍGENA Y MATERIALIDAD

Durante el Virreinato del Río de la Plata, la cuestión de la frontera ya ocupaba un lugar central en las estrategias de control territorial. Las fronteras eran zonas de contacto y conflicto entre las autoridades coloniales y los pueblos originarios, particularmente en regiones como la Patagonia, las Pampas y el Chaco. En estas áreas, la presencia indígena seguía siendo dominante, y el control efectivo por parte del poder colonial era limitado. A través de fuertes, misiones y alianzas estratégicas, se intentó avanzar sobre estos territorios, pero sin lograr una soberanía plena (Lucaioli & Nacuzzi, 2010; Cruz, 2014). Desde fines del siglo XVIII y, con mayor intensidad, a partir de mediados del siglo XIX, la expansión de la frontera hacia el sur y el norte se convirtió en un objetivo geopolítico en el marco de la conformación del estado nacional. En la región chaqueña, al igual que en la región pampeano-patagónica se llevaron a cabo campañas militares orientadas a establecer el dominio

efectivo sobre estas tierras con el fin de explotarlas bajo un modelo económico agroexportador (Delrío, 2005). Estas campañas resultaron en el desplazamiento, persecución y exterminio de numerosas comunidades indígenas. A la par se forjaron representaciones estigmatizantes que posicionaron lo indígena como una amenaza al progreso de la nación argentina, legitimando así un proyecto genocida que facilitó la ocupación del territorio (Papazzian & Nagy, 2018). Las estructuras de exclusión y despojo que se consolidaron perduran bajo nuevas formas, alimentando condiciones de vulnerabilidad, desigualdad territorial y desplazamiento forzado. En muchos casos, como el de la comunidad Lma lacia Qom que aquí se desarrolla, estas continuidades se expresan en las migraciones indígenas hacia contextos urbanos como respuesta a la pérdida de territorios, la degradación ambiental y la precarización de las condiciones de vida.

Dentro de estos procesos fue significativa la homogeneización de las identidades indígenas bajo el término genérico de indio, promovida tanto por las administraciones coloniales como republicanas (Tamagno, 1991). Como sucedió en otros lugares de Latinoamérica, los materiales relacionados con el poblamiento y la historia indígena fueron apropiados y clasificados como patrimonio arqueológico, tratándose como evidencias de un pasado remoto y extinto que antecedió a la moderna nación argentina (Díaz-Andreu, 1999; Gnecco & Ayala Rocabado, 2011; Menezes Ferreira & Mujica Sallés, 2012; Piñon, 2008, entre otros). Con el tiempo las políticas de negación y asimilación de la diferencia fortalecieron la creencia de que la mayoría de la población indígena pereció durante las campañas militares y que los escasos sobrevivientes se integraron a la población argentina (Briones, 2005). Tales estereotipos contribuyeron a cimentar el mito fundacional de una Argentina sin indígenas, blanca y europea (Nagy, 2017), ubicando a la población indígena en una relación de alteridad subordinada (Briones, 2005).

En particular, en la región pampeana, de la que forma parte la provincia de Buenos Aires, tales representaciones

se forjaron a partir de la figura del desierto, contribuyendo a la invisibilización sistemática de la historia y el presente indígena (Arislur et al., 2022). En consonancia, los relatos historiográficos, reproducidos en narrativas escolares y gubernamentales, abordaron la historia indígena de este territorio casi exclusivamente en relación con los conflictos asociados a la ocupación colonial de la tierra a fines del siglo XVIII (Mandrini, 2007). De esta manera no solo se invisibilizó la profundidad temporal del poblamiento indígena, sino también la complejidad de las relaciones interétnicas que caracterizaron el período colonial en este vasto territorio, así como las estrategias de resistencia ante la colonización.

No fue sino hasta las últimas décadas del siglo XX que las reivindicaciones indígenas comenzaron a ganar visibilidad y fuerza con la implementación de marcos jurídicos y políticas orientadas al reconocimiento de la diversidad cultural, tanto nacionales como internacionales (Briones, 2005). En este nuevo escenario, marcado por una retórica multicultural internacional, los pueblos indígenas empezaron a ser reconocidos como sujetos de derecho (Atalay, 2006; Gnecco & Ayala Rocabado, 2011). Los materiales previamente apropiados y clasificados como patrimonio arqueológico nacional, se convirtieron en elementos clave de las luchas por el reconocimiento. Estos elementos fueron y son reclamados por agencias indígenas en términos de ancestralidades y como dispositivos de memoria que permiten revisar y entrelazar procesos históricos, genealogías familiares y trayectorias personales (Becerra et al., 2012; Curtoni et al., 2003; Escolar, 2005; Grosso, 2008; Manasse & Arenas, 2009; Millán et al., 2019; Salerno & Cañardo, 2022; Salerno & Leiva, 2017; Picoy, 2021, entre otros).

Los casos que aquí se presentan contribuyen a explorar el papel que desempeñan los materiales arqueológicos en los procesos de memoria. Para su análisis, recuperamos y ponemos en diálogo aportes de los estudios sobre patrimonio, entendido como un constructo social, emergente en el desarrollo del

occidente moderno (Bonfil Batalla, 1972; Prats, 2005; Smith, 2006) y los estudios sobre la memoria, focalizando en la dimensión material y sensorial de esta última (Carsten, 2008; Connerton, 1989; Hamilakis, 2015). Entendemos la memoria como una práctica social en la que se elaboran y reconfiguran marcos de interpretación heredados (Halbwachs, 2004). Las experiencias colectivas, situadas temporal y espacialmente, permiten que recuerdos y olvidos adquieran significado en el presente (Connerton, 1989; Nora, 1998). Sin embargo, toda memoria conlleva olvidos y silencios, lo que pone de manifiesto el modo en que las narrativas del pasado se entrelazan con el presente, participando activamente en disputas materiales e ideológicas (Jelin, 2002; Pollak, 2006). Este campo se expresa en múltiples situaciones como las ceremonias conmemorativas y ciertas prácticas corporales (Carsten, 2008; Connerton, 1989), que propician el entrelazamiento de trayectorias de vida personales y colectivas (Halbwachs, 2004) en diversos espacios (Nora, 1998) y materialidades (Jones, 2007).

A través de la perspectiva de la larga duración propuesta por Braudel (1979), es posible abordar estas disputas desde una dimensión temporal más amplia, que permita entender el modo en el que las memorias se constituyen a partir de la interacción de diferentes temporalidades que incluyen tanto los hechos inmediatos como estructuras profundas y duraderas que se desarrollan a lo largo del tiempo. Esta visión de larga duración nos invita a considerar los eventos de memoria más recientes como parte de los procesos en que las comunidades han sostenido y reconfigurado sus modos de vida, tradiciones y formas de organización social.

A su vez, recuperamos la noción de memoria encuadrada propuesta por Pollak (2006) que permite comprender cómo estas memorias se construyen activamente dentro de estructuras de poder. Establecidas por instituciones y grupos hegemónicos, estas estructuras moldean relatos dominantes que inciden en las formas en que se recuerda y se olvida. En relación con esta

noción reflexionamos sobre la centralidad de los procesos patrimoniales en la configuración de las identidades nacionales, forjando representaciones que entrelazan pasado y presente con territorios, prácticas y materiales en disputa (Díaz-Andreu, 1999; Smith, 2006). Como hemos mencionado, en nuestro país, al igual que otros lugares de Latinoamérica, estos procesos han impactado en la configuración de identidades indígenas, históricamente ubicadas en diferentes regímenes de alteridad, lo que ha perpetuado su exclusión y despojo (Becerra et al., 2012; Gnecco & Ayala Rocabado, 2011; Layton, 1989; López Caballero & Giudicelli, 2019; Manasse & Arenas, 2009; entre otros).

En el mundo contemporáneo, las dinámicas patrimoniales constituyen un campo de negociación dinámico en el que se reconfiguran las memorias colectivas y las representaciones identitarias (Huyssen, 2002). Aunque los procesos patrimoniales se han desplegado principalmente a partir de los poderes instituidos (Prats, 2005), también se ha destacado la importancia de los intersticios en los que ciertas prácticas patrimoniales llegan a desplegarse como resultado de la lucha de sectores subalternos, constituyéndose en herramientas reivindicatorias (Arantes, 1989). Estos lugares de enunciación desiguales se manifiestan en el espacio público a través de múltiples prácticas, materialidades y discursos visibilizando la vigencia de las disputas por la memoria y el control de las narrativas históricas (Rufer, 2009).

Este trabajo reflexiona sobre el rol de los materiales arqueológicos y de la arqueología en estas dinámicas de poder y representación. Para esto, buscamos aportar elementos para la comprensión de dichas dinámicas poniendo el foco en el vínculo con lo material, entendiendo que la memoria no solo se remite a narrativas y relatos, sino que está entrelazada con la experiencia física y sensorial del mundo, lo que permite afirmar y renegociar la historia y la identidad en dicha interacción (Carsten, 2008; Jones, 2007). Las cosas, su disposición y organización en entornos concretos generan referencias temporales que

permiten valorar y objetivar el pasado, creando la ilusión de que este existe como una entidad en sí misma (Layton, 1989). En relación con ello se ha argumentado sobre las múltiples temporalidades que las entidades materiales pueden evocar (Miller, 2005). A los fines de este trabajo, concebimos lo material tanto a los objetos físicos, el entorno y nuestra propia corporalidad, como elementos que median y dan forma a las experiencias humanas (Ingold, 2011). El contacto físico, la manipulación de materiales y la inmersión en entornos específicos que configuran las experiencias sensoriales son centrales en la formación y evocación de recuerdos (Hamilakis, 2015). A continuación, exploramos esta vinculación a partir de dos experiencias registradas en la provincia de Buenos Aires.

PRÁCTICAS CERÁMICAS COMO PUENTE ENTRE PASADO Y PRESENTE EN LA DEPRESIÓN DEL RÍO SALADO

La depresión del río Salado comprende una serie de pueblos y ciudades ubicados en las cercanías de su cuenca media e inferior, en la provincia de Buenos Aires y a unos 120 a 150 km al sur de la capital del país. Esta depresión forma parte de la región pampeana, que se distingue geomorfológicamente por su llanura y sus vastas extensiones rurales, surcadas por arroyos y lagunas conectadas a la cuenca del Salado y vinculadas por una red de rutas y caminos internos. En esta zona el equipo de Arqueología del Salado viene desarrollando investigaciones sobre la historia indígena prehispánica desde fines de la década de 1980 (Escosteguy, 2011; Frère, 2015; González, 2005) y una de nosotras forma parte del mismo estudiando los usos y apropiaciones de las materialidades en el presente (Salerno, 2018). A partir de ello se ha generado un marco interpretativo para comprender la presencia de los numerosos fragmentos de cerámica, restos de talla lítica y del procesamiento de fauna que se hallan dispersos en el campo y que hoy forman parte de la cotidianeidad de la gente, integrando colecciones públicas y privadas.

Se trata de elementos de escasa visibilidad en el paisaje que remiten a la cotidianeidad de otras personas que habitaron este territorio hace aproximadamente 1700 años antes del presente. Durante casi dos mil años, esas personas vivieron en la zona aprovechando los recursos del humedal y trabajaron los barros locales para elaborar piezas cerámicas de calidad que fueron principalmente utilizadas para cocinar y almacenar (González et al., 2012, entre otros). Los estudios arqueológicos también identificaron la existencia de redes de interacción con poblaciones de distintos territorios (González & Frère, 2019; Frère, 2015). Por ejemplo, en la cerámica local se han identificado diseños característicos de la tradición guaraní que refuerzan la hipótesis de posibles vínculos con dichos pueblos, sin que ello implicase transformaciones estructurales en dicha tecnología (Frère et al., 2022). A su vez, estos intercambios permiten pensar el poblamiento y las prácticas de la región en clave de larga duración (Braudel, 1979), reconociendo cómo ciertas formas de habitar, usar el territorio y manipular materiales se sostienen y transforman a lo largo de siglos, articulando múltiples temporalidades. En estos se hace relevante el rol de la cerámica como soporte material de relaciones sociales, circulación de saberes y procesos de apropiación selectiva.

En el actual contexto económico y social, la cerámica continúa siendo una actividad ampliamente practicada, tanto en espacios privados autogestionados como en espacios institucionales locales (principalmente escuelas y talleres municipales). La alfarería se enseña y se aprende con múltiples fines, desde el disfrute personal hasta la venta o la exhibición de obras. Algunos ceramistas incluyen en sus prácticas el uso de los barros locales, así como diseños y técnicas que reproducen las utilizadas por las y los alfareros indígenas prehispánicos. Estas experiencias son diversas y se impulsan en disímiles marcos de formalidad, con diferentes propósitos y trayectorias. Por ejemplo, mientras que algunas de estas experiencias han surgido en marcos institucionales, a partir del intercambio con

el equipo de arqueología de la zona¹ (Francese et al., 2011); otras se han desplegado en talleres municipales o privados que buscan difundir la alfarería indígena, sin conocimiento sobre los resultados de las investigaciones arqueológicas regionales (Salerno et al., 2018).

Muchos de estos ceramistas utilizan los fragmentos de cerámica arqueológica local, junto con sus imágenes e información, como modelo e inspiración. De esta manera, la práctica cerámica en el presente se ilumina (en el sentido de Braudel, 1979) como parte de un continuo histórico donde las huellas materiales activan memorias y saberes que se reconfiguran en el territorio. Desde 2014, realizamos trabajo de campo antropológico con estas personas para comprender los significados que guían sus prácticas y su conexión con las tradiciones ceramistas de los antiguos habitantes (Salerno, 2018; Salerno & Cañardo, 2022). Además, en los últimos años acompañamos el desarrollo de iniciativas participativas destinadas a visibilizar la actividad alfarera en la región y a fortalecer las redes entre ceramistas, instituciones locales y académicos involucrados (Salerno, 2019; Salerno et al., 2023). La decisión de trabajar con los barroes locales y reproducir técnicas prehispánicas implica un gran esfuerzo focalizado en la búsqueda de saberes sobre la cerámica indígena (Salerno et al., 2018; Salerno, 2019). Frente a la escasez de espacios donde aprender sobre estas formas de hacer alfarería, los y las ceramistas han asistido a diferentes cursos -prácticas o teóricos- en distintos lugares del país, se han nutrido con un amplio y variado repertorio bibliográfico sobre historia y arte indígena, mediante visitas a museos y a otros talleres, han invertido mucho tiempo experimentando para resolver cuestiones técnicas del trabajo alfarero (relativas a la extracción y preparación de los barroes, el uso de antiplásticos, los procesos de secado, el tipo de herramientas que se utilizan, las formas de cocción, entre

otros). En estos recorridos autodidactas han generado redes solidarias y de amistad en las que circulan saberes. En particular, los momentos de cocción de las piezas suelen ser instancias grupales de cierre y encuentro (Figura 2).

El uso de técnicas indígenas en sus producciones es descrito por estos actores como “un camino que se inicia en la contemplación de objetos y de imágenes de objetos arqueológicos (locales y no locales) que interpela e interroga, que llama a sorprenderse en el conocer lo otro” (Salerno et al., 2018, p. 157). En otras publicaciones hemos argumentado que la valoración de la práctica alfarera y del territorio compartido dan lugar al acercamiento e identificación con lo indígena, mientras que la diferencia se construye a partir del reconocimiento de la distancia temporal. Por estos motivos en este vínculo de alteridad lo otro remite a un tiempo pasado objetivado en los fragmentos arqueológicos que a partir de las nuevas experiencias con los barroes locales se vivencia como propio (Salerno, 2019). Estas formas de identificación se expresan por ejemplo en el establecimiento de parámetros que les permiten distinguirse de aquellos ceramistas que trabajan la cerámica blanca² (Salerno, 2019). Desde finales del



Figura 2. Preparación de piezas para su cocción a cielo abierto en Las Flores, Buenos Aires. Fotografía cortesía de Olivia Sokol (2022).

¹ Los intercambios mencionados se dieron en el marco de un proyecto de arqueología experimental de tecnología cerámica que con el tiempo dio lugar a colaboraciones docentes entre la Escuela de Cerámica de Chascomús y la cátedra Ergología y Tecnología de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA. Para mayor información puede consultarse Francese et al. (2011).

² Con este adjetivo se hace referencia a la alfarería que es elaborada utilizando barroes industriales.

siglo XX, estas vías de distinción de la práctica alfarera adquieren relevancia en un contexto caracterizado por la implementación de políticas de reconocimiento de la diversidad (Nivón Bolán, 2013) desde las que se promueve la recuperación del pasado indígena como recurso cultural y turístico (Pérez Winter & Zusman, 2014), utilizándolos para elaborar representaciones de lo autóctono y local en clave patrimonial (Prats, 2005). En este marco, las prácticas alfareras locales al definirse en vínculo con la historia de la región, establecen parámetros de identificación y diferenciación respecto de los ceramistas de otras regiones. Además, en algunos casos, las experiencias con los barros locales y los fragmentos de alfarería arqueológica movilizaron conexiones emocionales con múltiples saberes y temporalidades dando lugar a la revisión de trayectorias personales y procesos de autoadscripción étnica (Salerno & Cañardo, 2022).

En suma, las experiencias de las y los ceramistas en la depresión del Salado dan cuenta de una postura activa de reivindicación de la memoria indígena que discute principalmente el escaso reconocimiento social en torno a la cerámica local. Estos ceramistas reivindican la calidad y diversidad de las técnicas presentes en los fragmentos de alfarería arqueológica, desafiando así los estereotipos hegemónicos que asocian las tecnologías indígenas del pasado con lo rudimentario (Salerno, 2018). Esta propuesta se manifiesta en las propuestas educativas que desarrollan en sus talleres, así como en colaboración con escuelas y museos. Interpretamos estas prácticas alfareras como procesos de memoria porque resignifican y rememoran la larga historia indígena en la región.

EL BARRO, EL CUERPO Y LA MEMORIA

El proceso creativo en cerámica es intuitivo y sensorial, se despliega a partir del encuentro del cuerpo con la arcilla (Poggio Schapiro, 2019). En función de ello analizamos la experiencia sensorial que conlleva la actividad alfarera de los y las ceramistas del Salado como un espacio que, desde la práctica, moviliza emociones y establece conexiones

entre el pasado y el presente. Para abordar estas prácticas empleamos el concepto de memoria incorporada de Connerton (1989), que se enfoca en la transmisión de la memoria a través de acciones no discursivas que son aprendidas y repetidas cotidianamente. En esta línea, interpretamos que la recuperación y reproducción de saberes y formas de trabajo con los barros locales permiten actualizar en el presente un conocimiento práctico asociado al pasado indígena. A su vez, en este proceso subrayamos la importancia que adquieren los fragmentos de alfarería arqueológica que se hallan dispersos en el río.

La relación entre el artista y la materia ha sido ampliamente explorada en el campo del arte (Guasch, 2000). En la cerámica se ha señalado la potencia del trabajo con la arcilla debido a los universos simbólicos que permite evocar (Olio et al., 2017; Poggio Schapiro, 2019). En la depresión del Salado, el trabajo requerido para extraer, trasladar y preparar el barro está mediado por un conjunto de vivencias sensoriales: el esfuerzo, la humedad, los sonidos del río, el viento en la cara, todo lo cual refuerza la conexión corporal con la tierra creando una relación íntima y directa (Figura 3). Las y los ceramistas exploran las diferencias entre los tipos de barro disponibles, los mezclan y buscan formas propias para generar texturas y coloraciones. Destacan las cualidades del barro extraído de esa manera en contraposición con formas industriales: “la arcilla del río no seca las manos”, aseguran (Josefina Granara, comunicación personal, septiembre 7, 2019). En estas instancias reconocen y experimentan una relación material similar a la que tuvieron las y los alfareros de tiempos pasados, entrelazando sus prácticas con una historia de larga duración (Hamilakis, 2015).

El río y el paisaje lagunar, como fuentes de arcilla, no solo proporcionan el material necesario para el trabajo alfarero, sino que también actúan como un vínculo tangible con el paisaje y la historia de la región (Ingold, 2011). En las orillas, los ceramistas a veces encuentran fragmentos de cerámica arqueológica que utilizan como fuente de inspiración. Estos tiestos

pueden pensarse como puentes materiales que invitan a conectar con las prácticas de las y los alfareros de épocas pasadas, contribuyendo a la creación de marcos de interpretación colectivos (Jones, 2007). Desde estos marcos, se establecen diálogos entre el presente y los universos del pasado evocados en el trabajo alfarero.

Estos diálogos se despliegan cuando las manos trabajan el barro, dando lugar a vivencias sensoriales y emotivas que relacionan lo subjetivo con la grupalidad (Assmann, 2006). Esta dimensión corporal y sensorial de la memoria permite pensar la perdurabilidad de ciertas formas de habitar o relacionarse como prácticas vivas

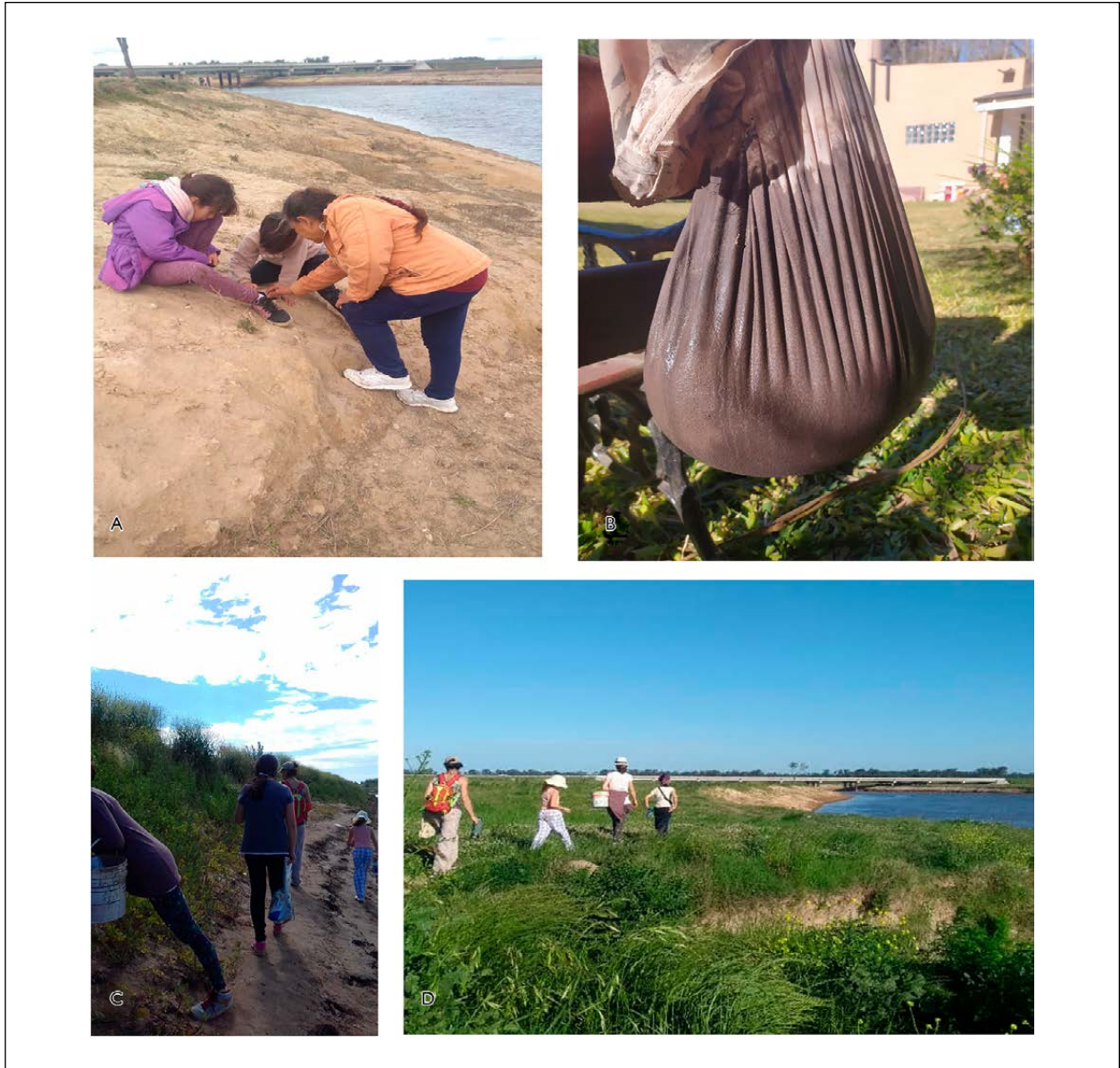


Figura 3. Recorridas en el río Salado en busca de arcilla en General Belgrano (Buenos Aires). A) Taller Familiar Lincon Pagny; B-D) Milon Taller. Fotografías cortesía de Josefina Granara (2019).

que encarnan estructuras sociales de larga duración. Así, el vínculo sensorial se convierte en un proceso dialógico de creación, producción e interpelación. En este contexto suelen surgir interrogantes respecto de cómo resolvieron estas tareas quienes trabajaron la arcilla en tiempos pasados. Se elaboran así sentidos históricos sobre la historia de la cerámica y lo indígena alternativos a los relatos dominantes.

En el modelado la búsqueda por las formas propias se despliega en intercambio con las técnicas y diseños evocados en los fragmentos arqueológicos. Por estos motivos se buscan y elaboran herramientas con diversos elementos hallados en la zona (por ejemplo, espinas de pescado, dientes de coipo, cantos rodados) para diseñar, decorar y lograr los acabados finales. El cuerpo del alfarero se constituye en herramienta: desde la cabeza para moldear la forma cóncava de los cuencos hasta las uñas para crear decoraciones incisas. Así, el acto de trabajar el barro adquiere el carácter de un encuentro entre pasado y presente en el que los ceramistas no solo reproducen técnicas, sino que las viven, recrean y experimentan en su propio presente, estableciendo un puente tangible entre lo antiguo y lo contemporáneo (Figura 4).

La cocción de las piezas se realiza con fogones abiertos o en hornos de barro contruidos colectivamente, suele ser una instancia grupal, en la que la transformación de las piezas y el intercambio social se entrelazan. Las formas y diseños decorativos que se priorizan en las piezas resultantes junto al color de la pasta generan una marca única en cada pieza. Estas creaciones pueden interpretarse como materializaciones de un diálogo entre ceramistas de diferentes épocas, donde el sentido del encuentro temporal se configura a partir del trabajo con los barro locales. Así por ejemplo, se destaca la incorporación de la cerámica en la vida diaria emulando la importancia que esta tecnología tuvo en tiempos pasados. En función de ello, se prioriza la producción de cuencos y ollas que se utilizan en las cocinas modernas con funciones utilitarias, pero también como objetos valorados por su estética y su

conexión con el territorio y la alfarería de otros tiempos. La producción de estas piezas cerámicas refleja la idea de Escobar (2013), quien sostiene que lo que parece ajeno se asume propio y significativo al incorporarse en la cotidianidad (Figura 5).

Para finalizar, destacamos que el vínculo entre pasado y presente activado a través de las prácticas ceramistas relevadas no puede ser interpretado en términos lineales, ni desde una perspectiva subjetiva. Entendemos que el vínculo que se forja con el pasado en la depresión del Salado constituye una forma de acercamiento que a la vez evidencia la alteridad de lo indígena, una alteridad que es vivida y resignificada, interpelando las narrativas



Figura 4. Bruñido con canto rodado. Fotografía tomada por Lorena Cañardo (19 de agosto de 2018).

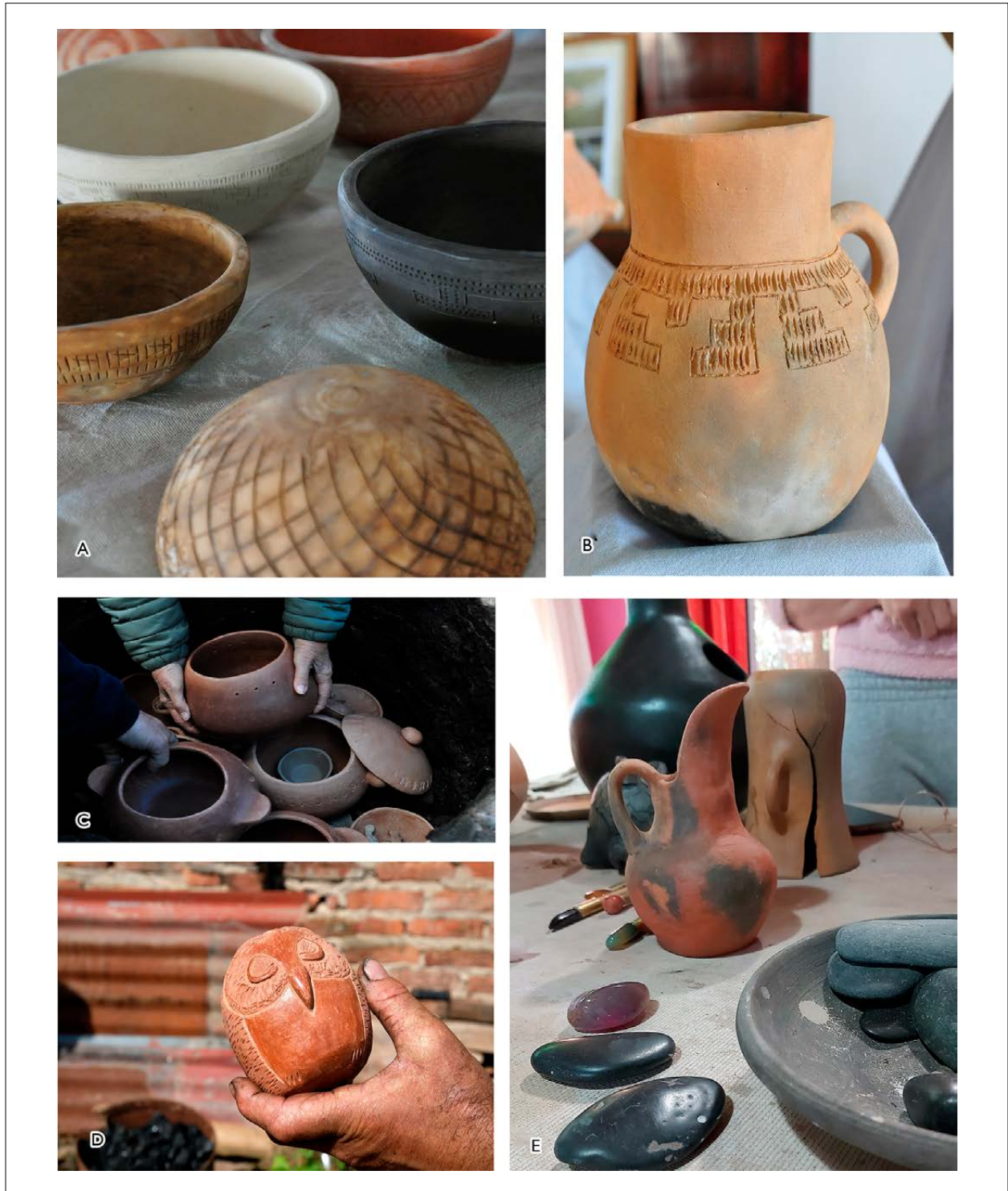


Figura 5. A-E) Piezas cerámicas elaboradas con arcilla local. Fotografías tomadas por Lorena Cañardo (A, B: 1 de septiembre de 2018; C, D: 10 de julio de 2019; 5 de octubre de 2019; E: 20 de octubre de 2022).

hegemónicas contemporáneas. De esta manera, el trabajo con los barroes locales permite generar un acercamiento que resignifica y transforma el presente, integrando la alteridad indígena en la identidad y la memoria de la región. Resulta pertinente considerar estas prácticas como expresiones de una memoria incorporada (Connerton, 1989), donde el saber hacer se transmite a través del cuerpo, en gestos, técnicas y ritmos. Estas formas de memoria se inscriben en estructuras de larga duración (Braudel, 1979), que configuran modos de vida persistentes al olvido y que se reconfiguran en el presente como prácticas vivas, aunque no siempre reconocidas como tales. En este sentido puede decirse que el trabajo con la cerámica no sólo evoca el pasado, sino que lo actualiza y lo reinscribe en la experiencia contemporánea, habilitando otras formas de relación con el tiempo, la identidad indígena y el territorio.

MEMORIA Y MATERIALIDAD EN DIÁLOGO COMUNITARIO: LA EXPERIENCIA DE LA COMUNIDAD LMA IACIA QOM EN SAN PEDRO

En San Pedro, una localidad de la provincia de Buenos Aires situada a orillas del río Paraná, ubicada a 164 kilómetros al norte de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, reside la comunidad Lma Iacia Qom. Esta comunidad se formó tras la migración de una familia Qom desde la provincia del Chaco, noroeste de la Argentina, liderada por Clara, quien asumió el rol de cacique. Después de pasar por la ciudad de Rosario, se establecieron en San Pedro, donde adquirieron un terreno en la periferia de la ciudad. Clara describe su experiencia migratoria como un desarraigo persistente, marcado por la pérdida de territorios ancestrales y la necesidad de reconfigurar sus estilos de vida a un entorno urbano (Clara, comunicación personal, octubre 27, 2021).

El caso de Clara y su familia no es un hecho aislado. Los movimientos indígenas hacia zonas urbanas están estrechamente relacionados con el proceso histórico de la Conquista del Desierto y las políticas de

despojo territorial (Nagy, 2017), lo que ha generado obstáculos para el reconocimiento y la afirmación de la identidad indígena (Engelman, 2016). Cherñavsky (2023) sostiene que uno de los obstáculos para su reconocimiento se relaciona con el supuesto de la llamada pureza indígena, criterio que descansa en una perspectiva de la identidad esencialista e inmutable que hace incomprensibles los procesos de reconfiguración de las identidades étnicas en los territorios donde han migrado. La autora destaca que este tipo de prejuicios retroalimentan los debates entre falsos y verdaderos indígenas (Cherñavsky, 2023). Para analizar el impacto de dichos debates, Tamagno (1991) introdujo el concepto de censores de indianidad refiriéndose a las personas o estructuras que imponen normas sobre qué características o comportamientos son considerados auténticamente indígenas. Los censores limitan y condicionan la expresión de la identidad indígena, reforzando la doble negación identitaria y dificultando aún más la afirmación de su identidad en contextos urbanos. En este escenario, la comunidad Lma Iacia Qom ha impulsado múltiples estrategias para visibilizar y fortalecer su identidad indígena dando lugar a procesos de territorialización en el municipio de San Pedro (Hollmann, 2015). Clara describe este proceso como una forma de reconstrucción y reafirmación cultural, donde los objetos y prácticas tradicionales encuentran un nuevo contexto y significado. En sus palabras:

nos fuimos rearmando, le pedimos a los hermanos que nos mande las semillas, un hermano que viene o nosotros que vamos, volvemos a traer nuestras plantas... y tenemos en nuestro sitio ceremonial un algarrobo que ya debe tener 20 metros y ya dio los primeros frutos, o sea nos venimos con todo, nos cuesta tiempo volver a hacerlo pero si los tenemos, los volvemos a hacer los traemos, los conseguimos (Clara, comunicación personal, octubre 27, 2021).

Las estrategias desplegadas reinscriben en el presente saberes, relaciones y sentidos asociados con memorias territoriales y prácticas ancestrales. En este sentido, pueden

entenderse como expresiones materiales que activan estructuras culturales de larga duración para resistir la fragmentación impuesta por el desarraigo y los dispositivos de censura identitaria, evidenciando que la identidad indígena no es un legado estático sino una forma de habitar el tiempo que articula continuidad y transformación.

Desde su llegada a San Pedro, la comunidad ha fortalecido sus lazos con otras comunidades y espacios institucionales, logrando establecer una mesa indígena en el Consejo Deliberante de la Municipalidad de San Pedro e integrarse al Observatorio de la región norte de la Dirección Provincial de Patrimonio Cultural de Buenos Aires. También han implementado un proyecto de educación intercultural bilingüe en instituciones escolares, impactando en las construcciones identitarias y los sentidos de pertenencia étnica de estudiantes y familias. Este proceso está guiado por el compromiso con el autorreconocimiento y el fortalecimiento de la identidad indígena (Romero, 2015).

En 2008, establecieron contacto con un equipo de arqueología de la Universidad Nacional de Luján, dirigido por el Dr. Mariano Ramos, que se encontraba realizando trabajos de campo en San Pedro para investigar sobre la batalla decimonónica de la Vuelta de Obligado³ y en el que dos de las autoras participamos. El objetivo de este primer encuentro fue solicitar el reconocimiento de la presencia indígena en dicha batalla y reclamar el material cerámico hallado durante las excavaciones (testimonio de ocupaciones indígenas anteriores al evento estudiado), para que este no quedara en los depósitos del Museo Paleontológico de San Pedro junto a restos de “animales extintos” (Ramos, comunicación personal, 2011). En otro trabajo hemos argumentado que este reclamo por la restitución de objetos arqueológicos permite a la comunidad

migrante hermanar sus reivindicaciones con la de aquellos indígenas invisibilizados en la historia bonaerense puesto que recupera a la cultura y la memoria como marco de diferenciación y afirmación identitaria (Salerno & Leiva, 2017). Es importante destacar que la comunidad discute la definición de estos elementos como objetos de estudio y en términos arqueológicos puesto que remiten a ancestralidades que continúan presentes en la cosmovisión indígena y en prácticas cotidianas. En este sentido, dicho reclamo puede interpretarse como una búsqueda por la memoria y la identidad que desafía las narrativas hegemónicas y reivindica la presencia indígena como parte integral del pasado y del presente.

La colaboración entre la comunidad Lma Iacia Qom y el equipo de arqueología de la Universidad Nacional de Luján contribuyó a resolver los reclamos iniciales y consolidó un vínculo duradero, enriqueciendo proyectos de extensión y educación intercultural (Leiva et al., 2023; Ramos, 2015; Romero, 2016; Romero et al., 2016). Este diálogo también facilitó la vinculación entre la comunidad, las autoridades municipales de San Pedro, y el Centro de Registro del Patrimonio Arqueológico y Paleontológico de la Provincia de Buenos Aires. En 2010, se instaló una placa en el museo del sitio histórico que visibiliza y conmemora a la población indígena que participó en la batalla de la Vuelta de Obligado. Un año antes, en 2009, la comunidad fundó El Antigal de San Pedro, un Centro de Interpretación Indígena que se convirtió en sede de las actividades comunitarias. Las autoridades municipales y provinciales acordaron entregar a este espacio los hallazgos arqueológicos vinculados con la historia indígena del municipio para su resguardo.

El Antigal se ha consolidado como un espacio donde la identidad indígena se entrelaza con el presente y la historia bonaerense, reivindicando a los pueblos indígenas

³ La Batalla de la Vuelta de Obligado tuvo lugar el 20 de noviembre de 1845 a orillas del río Paraná, provincia de Buenos Aires, Argentina. Fue un enfrentamiento significativo en el contexto de la resistencia argentina contra la invasión anglo-francesa, que buscaba asegurar sus intereses comerciales en la región. Este conflicto es recordado como un símbolo de la defensa de la soberanía nacional y de la lucha contra la intervención extranjera (Ramos et al., 2011).

en un contexto de negación sistemática. Los espacios que lo conforman se han forjado a partir de gestiones institucionales, esfuerzos de construcción colectiva e intercambios con otras comunidades indígenas que han contribuido a enriquecer las colecciones. En la actualidad el Antigal cuenta con una biblioteca especializada, una sala de exposiciones que incluye elementos arqueológicos y contemporáneos, un salón de reunión y de uso educativo, un espacio ceremonial y un vivero de plantas medicinales. En 2019 se inauguró también un Centro de Atención Primaria Intercultural, el primero en el país gestionado por indígenas, en el que se aborda la salud y la enfermedad como una dualidad entre el conocimiento ancestral y la medicina occidental.

En El Antigal la identidad se construye y resignifica a través de múltiples actividades y de talleres interculturales de las que participan distintos sectores de la sociedad, constituyéndose en un lugar de referencia (Hollmann, 2015). En particular nos detendremos en una experiencia vivenciada en el marco del proyecto Educación Intercultural Bilingüe, formalizado en el año 2013, nucleando distintas propuestas de educación intercultural que la comunidad venía impulsando (Romero et al., 2016). Se trata de una propuesta de educación no formal que se despliega a través de talleres en escuelas de áreas urbanas y rurales de San Pedro y Baradero, en los niveles inicial, primario y secundario. Desde esta modalidad se abordan temas claves relacionados con la historia y el presente indígena con el objetivo de revertir la invisibilización indígena en las ciudades, y a la vez, discutir las concepciones esencialistas sobre esos pueblos que circulan en diferentes sectores de la sociedad. En el ámbito educativo de la provincia de Buenos Aires, este tipo de experiencias educativas han sido destacadas como instancias transformadoras en los espacios locales debido a que ponen en juego diferentes sistemas de conocimiento y una “desnaturalización de parámetros hegemónicos como proceso necesario para el diálogo intercultural” (Lucas, 2018, p. 101).

En particular en San Pedro, la sistematicidad del proyecto de Educación Intercultural Bilingüe a lo largo

del tiempo permitió fortalecer la agencia pública de la comunidad y generar vínculos de colaboración con instituciones educativas así como con el municipio. El desarrollo de los talleres se realiza a partir de una serie de intercambios y acuerdos previos, en el que los temas y actividades se planifican con las y los directivos y docentes a cargo de las aulas. Se acuerdan los ejes temáticos y las secuencias de contenidos, la cantidad de encuentros y los días de realización. Además, se incluye la participación colaborativa de los profesionales de antropología y arqueología involucrados con la comunidad Lma Iacia Qom. Estas experiencias se desarrollan en las escuelas y culminan con la visita de las y los estudiantes a El Antigal, promoviendo una movilidad física que permite el intercambio de entornos desde los que se despliega el diálogo intercultural. Como resultado de estas acciones, la cacica destaca que han aumentado “los niveles de adscripción de alumnos y familias indígenas que acuden a las diversas escuelas rurales y urbanas del partido” (Romero et al., 2016, p. 6). Al momento, en este camino se ha logrado el auto-reconocimiento y la reafirmación de la identidad indígena en alrededor de 60 familias, mayoritariamente pertenecientes al pueblo Qom (Hollmann, 2015).

La interculturalidad no se limita a la mera tolerancia del otro, sino que busca fomentar una interacción entre personas y saberes culturalmente diversos (Restrepo, 2004). Por estos motivos la diversidad de actores involucrados y los diferentes espacios que se utilizan en el despliegue de estos talleres resultan clave para ampliar los marcos conceptuales y reconocer distintos sistemas de conocimiento. Además, su desarrollo conlleva una experiencia sensorial y emotiva, mediada por el uso de vestimentas tradicionales por parte de los integrantes de la comunidad, la presencia de objetos cargados de sentido simbólico y cultural, la introducción de saberes y relatos históricos que discuten los cánones oficiales y la visita al espacio de El Antigal. Para reflexionar sobre el potencial de esta experiencia y su vínculo con los procesos de memoria

indígena a continuación nos enfocamos en el análisis de un taller realizado en 2023 con estudiantes de tercer año (14 y 15 años) de la Escuela Secundaria Rural N° 27 de San Pedro, en el cual una de nosotras, Carolina Leiva, acompañó a la cacica en su desarrollo.

EDUCACIÓN INTERCULTURAL Y MEMORIA INDÍGENA

El taller de educación intercultural realizado en el 2023 con estudiantes de tercer año (14 y 15 años) de la Escuela Secundaria Rural N° 27 se planificó en torno a tres ejes conceptuales (educación, salud y derecho) que se ejecutaron a partir de tres encuentros mensuales. El eje educativo introdujo a los y las estudiantes en el conocimiento de las comunidades indígenas de Argentina y la región, comenzando con el proceso de colonización y sus efectos sobre estas poblaciones, y luego abordando las formas de vida actuales, tanto dentro como fuera de sus territorios. También se explica la cosmovisión indígena a partir de ejemplos ampliamente difundidos como es el caso de la noción de Pachamama. En el eje de salud, se exploraron las formas de tratar padecimientos a través de la medicina indígena, destacando prácticas como los partos. Se puso énfasis en la experiencia transitada por el consultorio de Atención Intercultural de El Antigal, donde se combinan la medicina occidental e indígena. El tercer eje introdujo los convenios internacionales y la legislación nacional que garantizan a los pueblos indígenas el derecho a mantener sus culturas y participar en las decisiones que los afecten, destacando el derecho a la consulta libre, previa e informada, y explicando días conmemorativos claves a nivel internacional, nacional y local como el Día Internacional de la Mujer Indígena⁴.

En todo momento, las y los integrantes de la Comunidad utilizaron una serie de diacríticos (Barth, 1976), tanto en las escuelas, como en El Antigal, entre los que se destacan el uso de la lengua Qom, la vestimenta y adornos característicos. En particular la cacica llevó en todo momento una vincha que la distingue como autoridad. Estos elementos culturales actúan como mediadores del intercambio intercultural, transformando el aula en un espacio donde la identidad indígena se afirma y reconfigura en el diálogo con la mirada externa. El concepto de fronteras étnicas desarrollado por Barth (1976) es útil aquí, para reflexionar sobre cómo estos diacríticos refuerzan los límites simbólicos entre grupos y permiten que la identidad se haga visible y tangible. Al introducir estos signos en un espacio educativo, se propicia una negociación de significados que va más allá de lo discursivo, creando una conexión emocional entre percepción y autoidentificación. La afirmación de la identidad mediante estos símbolos genera lo que Hamilakis (2015) aborda como experiencia sensorial, en la que los sentidos adquieren un rol central en el proceso de aprendizaje, involucrando la totalidad del cuerpo y las emociones.

Asimismo, las actividades en el aula se desarrollaron a partir de la referencia a elementos culturales como banderas y chacanas que dan lugar al trabajo de los contenidos desde un abordaje experiencial. La interacción con estos elementos moviliza estímulos sensoriales que exceden su contemplación. Al tocar estos objetos, observar sus detalles y escuchar los relatos asociados, se facilita una forma de aprendizaje que no solo es cognitiva, sino que también involucra los afectos y lo corporal. Así por ejemplo, fue común que las y los estudiantes se movilaran emocionalmente con los relatos y las explicaciones sobre determinados temas, tal es el caso de la

⁴ En estas explicaciones un asunto clave es la distinción de nombres e identidades que desafía la categoría generalizada de indio o indígena. Tal como señala Bonfil Batalla (1972), esta etiqueta fue impuesta como una categoría supraétnica, eliminando el contenido específico y único de los distintos grupos que engloba. Más que una mera denominación, esta categoría refleja una relación particular entre los pueblos indígenas y otros sectores sociales, y en muchos casos, ha sido utilizada para invisibilizar las identidades propias y diversas de cada comunidad.

Masacre de Napalpí⁵, donde todas y todos manifestaron desconocer el hecho histórico, pero asimismo, pudieron conectar con el sufrimiento de las comunidades y comprender desde una perspectiva subjetiva su carácter dramático. Este tipo de conexión emocional puede interpretarse como una experiencia de aprendizaje histórico situado, en la que el pasado no se enseña como una secuencia lineal y cerrada, sino como una dimensión viva que interpela el presente.

En estos intercambios se introdujeron referencias a diversas fechas conmemorativas, como la mencionada, y biografías vinculadas a localizaciones espaciales y monumentos significativos, lo que contribuye a generar una forma alternativa de experimentar el pasado reinterpretando las narrativas hegemónicas desde una perspectiva indígena. La organización temporal en torno a conmemoraciones y figuras invisibilizadas permite la resignificación de acontecimientos históricos, contribuyendo a lo que Carretero (2007) llama enseñanza emocional, una estrategia pedagógica que refuerza el vínculo subjetivo con la historia. Así por ejemplo, la reivindicación de la figura de Fray Cayetano Rodríguez, el sampedrino que tradujo el Acta de Independencia al aymara; la existencia de una Ordenanza Municipal que conmemora la masacre de Napalpí y la visibilización de la participación indígena en eventos como la Batalla de la Vuelta de Obligado mediante una placa conmemorativa en el museo de sitio, constituyen vehículos de la memoria que permiten recrear las historias oficiales reivindicando el lugar activo de los pueblos indígenas en estas.

Estas reivindicaciones pueden pensarse como contramarcos dentro del concepto de memoria encuadrada de Pollak (2006), en tanto no solo permiten visibilizar y resignificar acontecimientos que desafían los relatos hegemónicos, sino que también se generan

espacios para que las comunidades indígenas inscriban sus propias experiencias y memorias en la trama sociales y políticas. De esta manera, la comunidad Lma Iacia Qom puede proyectar su experiencia histórica desde una perspectiva situada y performativa, articulando el pasado con la acción en el presente. Al respecto, Hollmann (2015, p. 180) señala que “la historia y la memoria cumplen en los contextos migrantes una función fundamental: favorecen la sedimentación identitaria en territorios y contextos diferentes al de origen”.

La última actividad del taller se desarrolló en El Antigal. La visita a este espacio tuvo como objetivo que los y las estudiantes conozcan y vivencien el Centro de Interpretación Indígena, su sitio ceremonial, la biblioteca intercultural, el espacio de exposiciones y el vivero de plantas medicinales que provee al Centro de Atención Primaria Intercultural. La jornada adquirió una dinámica completamente distinta a los encuentros ocurridos en el aula, propiciando la experiencia educativa en un contexto más inmersivo y directo. A su vez, la presencia conjunta de estudiantes, autoridades de la escuela secundaria N° 27, docentes e investigadores de la Universidad Nacional de Luján (UNLu), no solo evidenció el acompañamiento institucional sino que también subrayó la importancia de la organización y visibilización local de la comunidad Lma Iacia Qom. Las actividades comenzaron en el sitio ceremonial, con las personas dispuestas en círculo, alrededor del lugar donde habitualmente se inicia el fuego (Figura 6). La cacica dió la bienvenida, invitando a que cada uno expresara palabras de agradecimiento o realizará una petición personal, como el caso de un estudiante que pidió por la salud de su abuelo. Este momento, al involucrar elementos rituales y simbólicos, activó una experiencia sensorial y emotiva que fue clave para la vivencia del taller. La conexión con el ritual no solo promovió la reflexión sobre la importancia

⁵ Matanza de cientos de integrantes de las comunidades Qom y Moqoit ocurrida el 19 de julio de 1924 en la región del Chaco Argentina, a manos de la policía chaqueña y grupos paramilitares de los estancieros regionales. El hecho ocurrió debido a reiterados reclamos sobre la falta de pago por el trabajo que debían realizar en condiciones deplorables. Los crímenes fueron caratulados como de lesa humanidad y fueron juzgados encontrando al Estado provincial culpable de genocidio indígena en el año 2022.

de la comunidad y la memoria colectiva, sino que también favoreció la creación de un ambiente de respeto y empatía desde el que se experimentaron y vivenciaron costumbres y valores de la comunidad Lma Iacia Qom.

A continuación, las y los participantes fueron guiados hacia el interior de las instalaciones, donde se dividieron en dos grupos, donde uno de ellos se dirigió a la sala de exposición de materiales indígenas. En este espacio se exhiben materiales arqueológicos que son conservados e interpretados en asociación con elementos indígenas contemporáneos (instrumentos musicales, joyería, vestimenta como ponchos o gorros y utensilios de cocina) y en instancias dialógicas guiadas por integrantes de la comunidad. Su exhibición no incluye cartelera explicativa invitando a los visitantes a cuestionar lo no dicho y a comprender la historia indígena desde la perspectiva de sus protagonistas. Este enfoque fomenta un aprendizaje activo y crítico, alineado con los principios de la educación intercultural, que busca valorar y reconocer diferentes sistemas de conocimiento (Figura 7).

El otro grupo ingresó a un espacio común donde compartieron y comentaron las producciones artísticas que cada participante había elaborado para este encuentro final (Figura 8). Estas creaciones, materializadas en dibujos y pinturas con diferentes técnicas, reflejaron el aprendizaje y las vivencias acumuladas durante los meses previos. Muchos optaron por representar diversas versiones de mujeres indígenas en alusión al Día Internacional de la

Mujer Indígena, mientras que otros decidieron dibujar la whipala y la bandera de la comunidad Qom. Este enfoque artístico no sólo les permitió expresar su comprensión de la identidad indígena, sino que también fomentó una reflexión sobre el rol de las comunidades en el contexto contemporáneo.

Una vez que cada grupo participó en ambas actividades se dirigieron al área exterior del Centro de Interpretación, donde realizaron un breve recorrido por el vivero de plantas medicinales. Allí se abordó la importancia de las plantas en la cultura indígena y su uso en la medicina. La jornada culminó con una merienda conjunta, un momento que refuerza el sentido de comunidad y celebración de los aprendizajes compartidos. Este tipo de cierre es significativo, ya que permite consolidar las experiencias vividas y fortalecer las relaciones interpersonales, esenciales en el marco de la educación intercultural. En conjunto, las actividades experimentadas durante esta jornada permitieron a los participantes conectarse de una manera tangible con la historia indígena y el presente de la comunidad Lma Iacia Qom, vivenciando lo que de otro modo sería abstracto o lejano y contribuyendo a un aprendizaje significativo. Los gestos, los rituales, las narraciones orales y los objetos compartidos pueden pensarse como vectores de una memoria encarnada que interpela tanto a los estudiantes como a la sociedad en su conjunto respecto de una historia larga y frecuentemente silenciada.



Figura 6. Ceremonia de inicio del encuentro en El Antigal, San Pedro, Buenos Aires. Fotografía tomada por Carolina Leiva (2023).



Figura 7. Visita en la sala de exposición de El Antigal, San Pedro, Buenos Aires. Fotografía tomada por Carolina Leiva (2023).



Figura 8. Producciones de los y las estudiantes compartidas durante el encuentro. Fotografía tomada por Carolina Leiva (2023).

REFLEXIONES FINALES

Con las experiencias presentadas buscamos aportar a la discusión sobre el rol de los materiales arqueológicos en los procesos de memoria indígena en la provincia de Buenos Aires. Los dos casos nos permiten explorar los modos en los que, a nivel local, las narrativas arqueológicas se transforman a través de diversas formas de interacción con los materiales. Por ello, el estudio de estas dinámicas constituye una vía de acercamiento a la complejidad del patrimonio y los procesos de construcción de la memoria.

Los y las ceramistas del Salado evidencian los modos en los que el uso de materiales y técnicas prehispánicas contribuye a la resignificación de la historia indígena. Desde la extracción y preparación del barro hasta el modelado y la cocción de las piezas, estas prácticas tejen un diálogo íntimo con las materialidades de la región, conectándolos con los paisajes que los rodean y con aquellos que trabajaron la misma arcilla en tiempos pasados. Los fragmentos de cerámica arqueológica evocan una memoria vivencial que se experimenta en

el cuerpo y en los gestos cotidianos. Por su parte, la experiencia de El Antigal resalta el papel de los espacios autogestionados por referentes indígenas, actuando como puntos de encuentro donde la memoria indígena se entrelaza con el presente. En estos espacios se fortalece la visibilidad y el reconocimiento de las comunidades y su agencia a través de talleres interculturales que permiten a los participantes conectar de manera sensorial y emotiva con una trama histórica profunda de resistencias y resignificaciones frente al despojo y la negación estatal. La definición patrimonial y científica en torno a dichos objetos es discutida y reconfigurada, dando centralidad a la perspectiva de la comunidad que los revaloriza no solo como elementos del pasado sino como ancestralidades vivas que contribuyen activamente a su identidad.

Finalmente, centrar la atención en las experiencias sensoriales como espacios de creación de significados en torno a los materiales arqueológicos nos permitió reflexionar sobre su conexión con prácticas contemporáneas y sobre cómo estos objetos se comprenden dentro de distintas lógicas de saber. Mientras que en El Antigal los materiales no se conservan sólo como restos arqueológicos, sino que son resignificados en un espacio de encuentro comunitario que conecta memorias, ancestralidades y dinámicas contemporáneas, en las prácticas ceramistas del Salado los fragmentos de alfarería se abordan como materialidades que evocan una historia viva y tangible. Ambos casos revelan las fisuras y tensiones inherentes a los procesos patrimoniales, iluminando la forma en que estos materiales pueden dar lugar a diferentes formas de entender y experimentar lo patrimonial. En este sentido, lo patrimonial no se presenta únicamente como una categoría normativa o institucional, sino como una experiencia situada y vivida, que se activa en el hacer, en el contacto con la materia, y en la memoria sensible de quienes la practican. Estas prácticas y memorias se inscriben en temporalidades que permiten comprender la persistencia de ciertos vínculos con el territorio y el pasado más allá de los cortes impuestos en las narrativas hegemónicas.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a las y los ceramistas del Salado y a la comunidad de El Antigal de San Pedro por compartir sus saberes, experiencias y espacios, y por permitirnos acompañar sus prácticas. Este trabajo se nutre del diálogo y la confianza construidos colectivamente. Agradecemos también las evaluaciones anónimas que contribuyeron a mejorar este manuscrito. Este trabajo se ha realizado en el marco de los proyectos PICT-2021-GRF-TI-00116, dirigido por María Gabriela Chaparro, y UBACYT 20020220400343BA, dirigido por Virginia Salerno.

REFERENCIAS

- Arantes, A. (1989). La preservación del patrimonio como práctica social. In R. Ceballos, & N. G. Canclini (Eds.), *Antropología y políticas culturales: patrimonio e identidad* (pp. 30-41). Departamento Nacional de Antropología y Folklore; Universidad de Buenos Aires.
- Arlsur, S., Elichiry, V., Mazzia, N. I., & Salerno, V. M. (2022). Narrativas sobre el pasado en la región pampeana y territorios en tensión. In M. Irianni (Coord.), *Atlas histórico y geográfico de la argentina: población* (pp. 113-129). Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.
- Assmann, J. (2006). *Religion and cultural memory: ten studies*. Stanford University Press.
- Atalay, S. (2006). Indigenous archaeology as decolonizing practice. *The American Indian Quarterly*, 30(3-4), 280-310. <https://doi.org/10.1353/aiq.2006.0015>
- Barth, F. (1976). Introducción. In F. Barth (Comp.), *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales* (pp. 9-49). FCE.
- Becerra, M. F., Pierini M. V., Rodríguez L. B., Sidy, B., & Tolosa, S. (2012). De ollitas y paredes volteadas a urnas y monumento patrimonial: la comunidad India de Quilmes y las resignificaciones del sitio arqueológico a partir de la reconstrucción. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Cuestiones del Tiempo Presente*. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.64017>
- Bonfil Batalla, G. (1972). El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. *Anales de Antropología*, 9, 105-124.
- Bonnin, M. I., Cattaneo, G. R., Izeta, A. D., & Laguens, A. G. (2024). Prácticas arqueológicas situadas: una perspectiva desde la gestión institucional en contextos cambiantes desde el Museo de Antropología de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) IDACOR (CONICET-UNC). *Práctica Arqueológica*, 7(2), 43-64. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14218568>

- Braudel, R. (1979). La larga duración. In R. Braudel, *La historia y las ciencias sociales* (pp. 60-106). Alianza Editorial.
- Briones, C. (2005). Formaciones de alteridad: contextos globales, procesos nacionales y provinciales. In C. Briones (Ed.), *Cartografías argentinas: políticas indigenistas y formaciones provinciales de alteridad* (pp. 9-39). Antropofagia.
- Canessa, A. (2012). De la arqueología a la autonomía: el uso de restos precolombinos para forjar una nueva relación con el Estado en Bolivia. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Cuestiones del Tiempo Presente*. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/64577>
- Carretero, M. (2007). *Documentos de identidad: la construcción de la memoria histórica en un mundo global*. Paidós.
- Carsten, J. (2008). Introduction: ghosts of memory. In J. Carsten (Ed.), *Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness* (pp. 1-35). Blackwell Publishing.
- Castañeda, Q. (2023). La performatividad de Chichen Itzá: tiempos y tácticas de ruinas, patrimonio y herencia. In C. Gnecco, & M. Rufer (Eds. y Comps.), *El tiempo de las ruinas* (pp. 243-290). Ediciones Uniandes; UAM.
- Cherñavsky, S. C. (2023). De la sociedad civil a una sociedad informacional: una ruptura con el esencialismo y la supuesta pureza indígena. *Comunicación, Política y Seguridad*, (5), 44-68.
- Colwell-Chanthaphonh, C., & Ferguson, T. J. (2008). Introduction: the collaborative continuum. In C. Colwell-Chanthaphonh, & T. J. Ferguson (Eds.), *Collaboration in archaeological practice: engaging descendant communities* (pp. 1-32). AltaMira Press.
- Connerton, P. (1989). *How societies remember*. Cambridge University Press.
- Cruz, E. N. (2014). *Del fuerte a la hacienda: historia de una frontera colonial (Virreinato del Río de la Plata, siglos XVIII y XIX)*. Purmamarka Ediciones.
- Curtoni, R., Lazzari, A., & Lazzari, M. (2003). Middle of nowhere: a place of war memories, commemoration and aboriginal re-emergence (La Pampa, Argentina). *World Archaeology*, 35(1), 61-78. <https://doi.org/10.1080/0043824032000078081>
- Delrío, W. M. (2005). *Memorias de expropiación: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872-1943)*. Universidad Nacional de Quilmes Editorial.
- Díaz-Andreu, M. (1999). Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (Supl. 3), 161-180. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172016000200067&lng=es&nrm=iso
- Engelman, J. M. (2016). Migración étnica y condiciones de vida urbana al sur del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Alteridades*, 26(52), 67-79. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172016000200067&lng=es&nrm=iso
- Escobar, T. (2013). Arte indígena: el desafío de lo universal. *Revista Casa de las Américas*, (271), 3-18.
- Escobar, D. (2005). El 'estado de malestar': movimientos indígenas y procesos de desincorporación en la Argentina: el caso Huarpe. In C. Briones (Ed.), *Cartografías Argentinas: políticas indigenistas y formaciones provinciales de alteridad* (pp. 37-64). Antropofagia.
- Escosteguy, P. (2011). *Etnoarqueología de nutrieros: una propuesta metodológica aplicada al registro arqueológico de la depresión del Salado y del noreste de la provincia de Buenos Aires* [Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires]. <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/1849>
- Francesca A., Migueliz, G., González, M. I., & Frère, M. M. (2011, agosto 30). Proyecto de intercambio científico, artístico y pedagógico: ISFA Escuela de Cerámica de Chascomús e Instituto de Arqueología de la Facultad de Filosofía y Letras UBA. In *Actas 1º Congreso Docente de Experiencias Educativas Transformadoras: volver la mirada desde el desafío y la transformación*. Dirección General de Cultura y Educación, Buenos Aires.
- Frère, M. M. (2015). *Tecnología cerámica de los cazadores-recolectores-pescadores de la microrregión del río Salado, provincia de Buenos Aires* [Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires]. <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/12539>
- Frère, M. M., González, M. I., & Costa Angrizani, R. (2022). Circulación de objetos, personas y saberes técnicos en el humedal del río Salado Bonaerense, Argentina. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(2), e20210041. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0041>
- Gnecco, C., & Ayala Rocabado, P. (Eds.). (2011). *Indigenous People and Archaeology in Latin America*. Left Coast Press.
- González, M. I. (2005). *Arqueología de alfareros, cazadores y pescadores pampeanos*. Sociedad Argentina de Antropología.
- González, M. I., Frère, M. M., & Frontini, R. (2012). Formas de ollas de cerámica pampeana y consumo de alimentos. In M. P. Babot, M. Marchoff, & F. Pazzarelli (Eds.), *Las manos en la masa. Arqueologías, Antropologías e Historias de la Alimentación en Suramérica* (pp. 405-424). Instituto Superior de Estudios Sociales UNT; Universidad Nacional de Córdoba.
- González, M. I., & Frère, M. M. (2019). Río Salado: espacio de interacción de cazadores-recolectores-pescadores (provincia de Buenos Aires, Argentina). *Revista del Museo de La Plata*, 4(2), 621-642.
- Grosso, J. L. (2008). *Indios muertos, negros invisibles: hegemonía, identidad y añoranza*. Encuentro Grupo Editor.
- Guasch, A. M. (2000). *El arte último del siglo XX: del posminimalismo a lo multicultural*. Alianza Editorial.

- Halbwachs, M. (2004). *La memoria colectiva*. Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Hamilakis, Y. (2015). Arqueología y sensorialidad: hacia una ontología de afectos y flujos. *Vestigios. Revista Latinoamericana de Arqueología Histórica*, 9(1), 31-53. <https://doi.org/10.31239/vtg.v9i1.10579>
- Hollmann, F. (2015). La urbe como territorio: trayectorias de la comunidad 'Lma Iacia Qom' de San Pedro, provincia de Buenos Aires. In S. Valverde, M. Aurand, F. Harguinteguy, Z. Crosa, & A. Pérez. (Coords.), *Del territorio a la ciudad: revalorizando saberes, identidades y trayectorias indígenas* (pp. 171-186). Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras.
- Huyssen, A. (2002). *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*. Fondo de Cultura Económica.
- Ingold, T. (2011). *Being alive: essays on movement, knowledge, and description*. Routledge.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI Editores.
- Jones, A. (2007). *Memory and material culture*. Cambridge University Press.
- Kalazich, F. (2015). Memory as archaeology: an experience of public archaeology in the Atacama Desert. *Public Archaeology*, 14(1), 44-65.
- Layton, R. (1989). Introduction: who need the past? In R. Layton (Ed.), *Who needs the past? Indigenous values and archaeology* (One World Archaeology, Vol. 5, pp. 1-18). Routledge.
- Lazzari, M. (2012). El pasado-presente como espacio social vivo: identidades y materialidades en Sudamérica y más allá (primera parte). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Cuestiones del Tiempo Presente*. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.64015>
- Leiva, C., Salerno, V. M., & Ramos, M. S. (2023). Diálogos entre la comunidad Lma Iacia Qom y estudiantes de la Licenciatura de Información Ambiental: reflexiones sobre una acción de extensión. *Revista Huellas*, 27(2), 45-57. <http://dx.doi.org/10.19137/huellas-2023-2715>
- López Caballero, P., & Giudicelli, C. (Comps.). (2019). *Regímenes de alteridad. Estados-Nación y alteridades indígenas en América Latina, 1810-1950*. Universidad de los Andes; Universidad Nacional de Villa María; Universidad Nacional Autónoma de México.
- Lucaioi, C. P., & Nacuzzi, L. R. (Comps.). (2010). *Fronteras: espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América*. Sociedad Argentina de Antropología.
- Lucas, M. (2018). Acciones educativas interculturales en la Provincia de Buenos Aires (Argentina). *Polifonías. Revista de Educación*, (12), 81-106.
- Manasse, B., & Arenas, P. (Eds.). (2009). *Arqueología, tierra y territorios: conflictos de interés*. Lucrecia Editorial.
- Mandrini, R. J. (2007). La historiografía argentina, los pueblos originarios y la incomodidad de los historiadores. *Quinto Sol*, (11), 19-38. <https://doi.org/10.19137/qs.v11i0.718>
- Menezes Ferreira, L., & Mujica Sallés, J. (2012). Construcciones alternativas: apuntes sobre las relaciones entre arqueología, patrimonio cultural y diversidad. *Estudios Sociales Del NOA*, (12), 161-171.
- Millán, M. F., Chaparro, M. G., & Mariano, M. (2019). Diálogos interculturales sobre territorios ancestrales en la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, (63), 161-184. <http://dx.doi.org/10.17141/iconos.63.2019.2951>
- Miller, D. (Ed.). (2005). *Materiality*. Duke University Press.
- Nagy, M. (2017). Memorias, historias de vida y trayectorias indígenas en la provincia de Buenos Aires. *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*, 25(2), 168-186.
- Nivón Bolán, E. (2013). Las políticas culturales en América Latina en el contexto de la diversidad. In A. Grimson, & K. A. Bidasaca (Coords.), *Hegemonía cultural y políticas de la diferencia* (pp. 23-46). CLACSO.
- Nora, P. (1998). *Les lieux de mémoire*. Gallimard.
- Olio, G., Toro, C., & González Alonso, A. (2017). La relación Barro-Cuerpo-Espacio. Una propuesta pedagógica experimental en el campo de la Cerámica Expandida. *Revista Nupeart*, 18, 14-27.
- Papazzian, A., & Nagy, M. (2018). De todos lados, en un solo lugar. La concentración de indígenas en la isla Martín García (1871-1886). In W. Delrío, D. Escolar, D. Lenton, & M. Malvestitti. (Dirs.), *En el país de Nomeacuerdo. Archivos y memorias del genocidio del Estado argentino sobre los pueblos originarios, 1870-1950* (pp. 69-98). Editorial UNRN.
- Pérez Winter, C., & Zusman, P. (2014). Touristification and cultural heritage in the Pampas: new ruralities and idyllic stories of rural areas in the province of Buenos Aires (Argentina). In K. Dashper (Ed.), *Rural tourism: an international perspective* (pp. 303-319). Cambridge Scholars Publishing.
- Picoy, C. (2021). *De sitio arqueológico Punta Canal a territorio Indígena Punta Querandí: patrimonios y memorias en disputa* [Tesis de licenciatura, Universidad de Buenos Aires].
- Piñon, A. (2008). *Brasil: arqueología, identidad y origen*. Ediciones Suárez; Fernando Brittez editor.
- Poggio Schapiro, L. (2019). *El destino trágico de la cerámica. Procedimientos contradisciplinares* [Tesis de licenciatura, Universidad Nacional de las Artes].

- Politis, G. G., & Borrero, L. A. (2024). *The Archaeology of the Pampas and Patagonia* (Cambridge World Archaeology). Cambridge University Press.
- Pollak, M. (2006). *Memoria, olvido silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. Ediciones al Margen.
- Prats, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, (21), 17-35.
- Ramos, M., Bognanni F., Lanza, M., Helfer, V., González Toralbo C., Senesi, R., ... Clavijo J. (2011). Arqueología histórica de la batalla de Vuelta de Obligado, Provincia de Buenos Aires, Argentina. In M. S. Ramos, & O. Hernández de Lara (Eds.), *Arqueología Histórica en América Latina: perspectivas desde Argentina y de Cuba* (pp. 13-32). Universidad Nacional de Luján.
- Ramos, M. (2015). Restitución de tuestos: una noche de otoño y una mañana de primavera en Vuelta de Obligado. In S. Valverde, M. Aurand, F. Harguinteguy, Z. Crosa, & A. Pérez. (Eds.), *Del territorio a la ciudad: revalorizando saberes, identidades y trayectorias indígenas* (pp. 159-170). Editorial de la facultad de Filosofía y Letras; UBA.
- Restrepo, E. (2004). Biopolítica y alteridad: dilemas sobre la etnización de las Colombias Negras. In E. Restrepo, & A. Rojas (Eds.), *Conflicto e (in)visibilidad: retos en los estudios de la gente negra en Colombia* (Colección Políticas de la Alteridad, pp. 271-301). Editorial Universidad del Cauca.
- Romero, C. (2015). Palabras preliminares: ser indígena en la ciudad. In S. Valverde, M. Aurand, F. Harguinteguy, Z. Crosa, & A. Pérez (Eds.), *Del territorio a la ciudad: revalorizando saberes, identidades y trayectorias indígenas* (pp. 11-12). Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras; UBA.
- Romero, C. (2016). Naponagac (Encuentro). *Cuadernos de Antropología*, (15), 55-57.
- Romero, C., Valverde, S., Engelman, J., Weeiss, M. L., Perez, A., Süther, R., & Aurand, M. (2016). Educación y etnicidad: comparación de experiencias indígenas e importancia del contexto educativo en el nivel medio y superior para la visibilización identitaria. In D. Mato (Coord.), *Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos* (pp. 335-354). Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero.
- Rufer, M. (2009). *La nación en escenas: memoria pública y usos del pasado en contextos poscoloniales*. El Colegio de México A. C.
- Salerno, V. M., & Leiva, C. (2017). 'El pasado es nuestro futuro': memoria y arqueología en 'El Antigal' de San Pedro. *Anuario de Arqueología*, (9), 25-38.
- Salerno, V. M. (2018). Testimonios que nos da la tierra: apropiación de objetos arqueológicos en la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, (31), 89-107.
- Salerno, V. M., Frère, M. M., Francese, A. L., González de Bonaveri, M. I., Funes, P., Grzegorzyc, M., & Sokol, O. L. (2018). El uso de técnicas prehispánicas de alfarería en la microrregión del río Salado Bonaerense. In J. Sellés-Martínez (Ed.), *1ª Reunión Internacional. Intersecciones ciencia, arte y patrimonio* (pp. 156-159). InMiBo Ediciones.
- Salerno, V. M. (2019, julio 17). Prácticas actuales en torno a la cerámica arqueológica en la microrregión del Río Salado bonaerense. In *Actas del XX Congreso Nacional de Arqueología Argentina*, (2), 610-613.
- Salerno, V. M., & Cañardo, L. (2022). El 'otro lado' de la historia: patrimonio arqueológico y procesos de memoria. *Latin American Antiquity*, 33(3), 485-499. <https://doi.org/10.1017/laq.2022.1>
- Salerno, V. M., Estruch, D., & Stáffora, V. (2023). 'Cocinando' un proyecto de extensión universitaria en clave audiovisual y museográfica. Diálogos entre saberes 'locales' y 'académicos' en torno a la cerámica de la Microrregión del Salado. *Revista Redes de Extensión*, 10(1), 12-37.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.
- Tamagno, L. E. (1991). La cuestión indígena en la Argentina y los censores de la indianidad. *América Indígena*, 51(1), 123-152.
- Tarrago, M. N. (Coord.). (2000). *Los pueblos originarios y la conquista* (Nueva Historia Argentina, Tomo 1). Editorial Sudamericana.

CONTRIBUCIONES DE LOS AUTORES

Los autores declararon participación activa durante todas las etapas de elaboración del manuscrito.

DATOS DE INVESTIGACIÓN

Los datos no se depositaron en un repositorio.

PREIMPRESIÓN

No publicada en un repositorio.

REVISIÓN POR PARES

Revisión doble ciego y cerrada.

Organizando dados e contando histórias: a longa história indígena do vale do Itajaí a partir de um banco de dados arqueológicos

Organizing data and telling stories: the long Indigenous history of the Itajaí Valley (Southern Brazil) from an archaeological database

Fabiana Terhaag Merencio^I  | Lucas Reis Bueno^{II}  | Gabriela Oppitz^{III}  | Lucas Bond Reis^{IV}  |
Thiago Umberto Pereira^{II}  | Lorena Ferreira Nogueira^{II}  | Bettina Denardi^{II} 

^IUniversidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil

^{II}Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

^{III}Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{IV}University of Arizona, Tucson, Arizona, Estados Unidos

Resumo: O vale do Itajaí possui uma longa história indígena, evidenciada pela diversidade de sítios arqueológicos que remontam a cerca de 10.000 anos cal AP, bem como pela memória do povo Laklãnō-Xokleng. No entanto, a ênfase no uso de categorias compartimentalizadas na arqueologia dificulta a compreensão da profundidade temporal dos processos de ocupação da região. A partir de uma síntese atualizada do contexto arqueológico do vale do Itajaí, com base na sistematização do banco de dados arqueológicos (BDA) e nas atividades de campo realizadas nos últimos anos, este artigo propõe uma perspectiva que ressalta o entrelaçamento das histórias indígenas de longa duração. O objetivo é ampliar as sínteses anteriores, incorporando informações sobre o médio e o baixo vale, promovendo uma visão integrada das dinâmicas de ocupação e de interação ao longo do vale do Itajaí. São apresentados os dados referentes às categorias de sítios arqueológicos registrados na região e às características de localização na paisagem de sítios líticos, Jê meridionais, de terra preta, abrigos sob rocha e sambaquis (costeiros e fluviais). Por fim, são apresentados os dados da cronologia regional, destacando-se três períodos de ocupação contínuos que não correspondem, necessariamente, a rupturas do processo histórico de ocupação do vale do Itajaí.

Palavras-chave: Arqueologia do vale do Itajaí. Longa história indígena. Banco de dados arqueológicos.

Abstract: The Itajaí Valley has a long Indigenous history, evidenced by the diversity of archaeological sites dating back approximately 10,000 years BP and the enduring memory of the Laklãnō-Xokleng peoples. However, archaeology's tendency to categorize data into discrete units has often limited the understanding of the temporal depth and continuity of regional occupation processes. Based on the systematization of the archaeological database (AD) and recent fieldwork, this article proposes a perspective that highlights the intertwining of long Indigenous histories. The objective is to build upon previous syntheses by incorporating data from the middle and lower valley, thereby fostering a more integrated understanding of the dynamics of occupation and interaction throughout the study area. The data presented herein concern the categories of archaeological sites recorded in the Itajaí valley and environmental variables related to the spatial distribution of lithic sites, Southern Jê sites, black earth sites, rock shelters and shellmounds (coastal and riverine). Additionally, the regional chronology is addressed, highlighting three continuous periods of occupation, that should not be interpreted as ruptures in the historical process of occupation of the Itajaí valley.

Keywords: Archaeology of the Itajaí Valley. Long Indigenous History. Archaeological database.

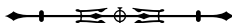
Terhaag Merencio, F., Bueno, L. R., Oppitz, G., Reis, L. B., Pereira, T. U., Nogueira, L. F., & Denardi, B. (2026). Organizando dados e contando histórias: a longa história indígena do vale do Itajaí a partir de um banco de dados arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240087. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0087>

Autora para correspondência: Fabiana Terhaag Merencio. Universidade Federal de Santa Catarina. *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/n – Trindade. Florianópolis, SC, Brasil. CEP 88035-972 (f.terhaag@gmail.com).

Recebido em 22/10/2024

Aprovado em 11/12/2025

Responsabilidade editorial: Jorge Eremites de Oliveira



INTRODUÇÃO

A longa história dos povos indígenas no Sul do Brasil é conhecida pela memória dos povos Guarani, Kaingang, Laklãnõ-Xokleng, Xetá e Charrua, por documentos históricos e ampla variedade de sítios arqueológicos, cujas datas remontam a pelo menos 12.000 anos cal AP (Dias & Jacobus, 2003; M. Santos et al., 2024; G. Silva, 2022). Considerando o conjunto de informações disponíveis sobre a diversidade, a distribuição geográfica e cronológica dos sítios arqueológicos no Sul, bem como as características ambientais, uma das áreas que se destaca é o vale do rio Itajaí, em Santa Catarina. Do ponto de vista ambiental, o vale do Itajaí representa a principal bacia fluvial que une o planalto ao litoral, perpassando áreas de serra, sendo também uma das maiores em termos de extensão ($\cong 15.000 \text{ km}^2$). Do ponto de vista arqueológico e da história indígena, reúne atualmente uma amostra com mais de 400 sítios, cuja cronologia abrange aproximadamente 10.000 anos cal AP até o presente, além da única terra indígena (TI) demarcada e homologada no Brasil para o povo Laklãnõ-Xokleng.

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no Sul tiveram como objetivo mapear a dispersão temporal e espacial dos conjuntos artefatuais, resultando na identificação das tradições arqueológicas, que foram e continuam sendo utilizadas para classificar e analisar os contextos a partir de perspectivas rígidas e dicotomizadas dos processos históricos de ocupação da região (Noelli, 1999, 2000; Reis et al., 2018; F. Silva & Noelli, 1996). Segundo o modelo interpretativo tradicional, o processo de ocupação do vale do Itajaí seria marcado por quatro conjuntos arqueológicos principais: 1) uma ocupação antiga, associada à tradição Umbu, caracterizada pela presença de sítios líticos com pontas bifaciais, localizados em áreas abertas e abrigos, principalmente no alto vale; 2) os sambaquis no alto e baixo vale, identificados no contexto arqueológico a partir de 5.000 anos cal AP; 3) os sítios vinculados aos povos Jê meridionais, com composição variada, distribuídos predominantemente no alto vale e associados a um intervalo cronológico de 3.000 anos cal AP

até o presente; e 4) sítios associados aos povos Guarani, com pouca representatividade amostral até o momento, mas que, assim como os povos Laklãnõ-Xokleng e Kaingang, seguem presentes no vale do Itajaí (Eble, 1973b; Eble & Scatamacchia, 1974; IBGE, 2023, 2025; Piazza, 1966a, 1966b, 1967; Rohr, 1984; Schmitz et al., 2009).

Pesquisas realizadas nos últimos dez anos, assim como mudanças em termos de orientação teórico-metodológica, apontam para os limites, os problemas e as inadequações desse modelo interpretativo na construção de uma narrativa sobre a longa história indígena que se desenvolve no vale do Itajaí há pelo menos 10.000 anos cal AP (Fonseca, 2015; Machado et al., 2020b; Machado, 2021; W. Priprá, 2021; Reis, 2015; Tschucambang, 2015).

A partir da síntese atualizada do contexto arqueológico do vale do Itajaí, construído por meio da sistematização do banco de dados arqueológicos e trabalhos de campo orientados para a conferência desses dados, este artigo busca construir uma perspectiva que destaque o entrelaçamento das histórias indígenas de longa duração, considerando lugares e coisas (Bueno, 2019; Corrêa, 2013; Douki & Minard, 2007; Neves, 2015). O objetivo é complementar e expandir as sínteses e as pesquisas anteriores que abordaram o alto vale (Almeida, 2020; Eble, 1973b; Machado et al., 2020b; Machado, 2021; Matarrese, 2018; Pereira, 2021; Piazza, 1967; W. Priprá, 2021; Reis et al., 2018), incorporando informações sobre as demais áreas do vale (baixo e médio). Com isso, buscamos construir uma perspectiva integrada que possibilite compreender as dinâmicas de interação entre os diversos compartimentos da paisagem, discutindo o papel do vale do rio Itajaí nos processos históricos de ocupação indígena da região, que seguem em transformação no contexto atual.

O VALE DO ITAJAÍ: CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E HISTÓRICO DE PESQUISAS

O vale do Itajaí corresponde à área da bacia hidrográfica do rio homônimo, formado pela confluência dos rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste e que deságua no

oceano Atlântico, apresentando uma grande diversidade florística relacionada à presença das florestas Ombrófila Densa (Mata Atlântica), Ombrófila Mista (Mata de Araucárias) e Estepes Ombrófilas (campos naturais) (Aumond et al., 2018). A região é dividida em três segmentos: o baixo, localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina; o médio, que corresponde a uma área de transição com as encostas da serra; e o alto, caracterizado pelos patamares e planaltos. O baixo vale é marcado pelo relevo suavemente ondulado das extensas planícies litorâneas e fluviais, formadas pelos depósitos colúvio-aluvionares, cercadas por encostas íngremes do embasamento cristalino da serra do Tabuleiro/Itajaí, formando vales profundos com cristas bem marcadas. A elevação nas planícies não passa de 100 m, enquanto nas porções da serra pode atingir até 800 m (Adami & Frank, 2018; G. Santos, 2018).

O médio vale possui quatro unidades geomorfológicas: os depósitos colúvio-aluvionares (vales), a serra do Tabuleiro/Itajaí (leste), os patamares do alto rio Itajaí (oeste) e de Mafra (norte). O relevo é constituído por um mosaico de planícies nos vales, encostas com vales encaixados e topos convexos (*inselbergs*) na serra, além de terrenos planos e ondulados em formato de degraus nos patamares. A altitude oscila entre 600 e 1.000 m nas áreas dos patamares, e até 70 m nas planícies (Adami & Frank, 2018; G. Santos, 2018). No alto vale, predominam os patamares com relevo caracterizado por intensa dissecação, com escarpas e vales. A região possui variações altimétricas significativas: de 220 m nas áreas de vales até

1.220 m nos topos (Aumond, 2018; G. Santos, 2018). A dinâmica entre esses segmentos pode ser resumida no transporte de sedimentos das porções do médio e alto vale que são depositados nas planícies de inundação do baixo vale¹ (Aumond et al., 2018).

Apesar de se tratar de uma das principais vias fluviais que interligam o planalto à faixa costeira em Santa Catarina, poucas pesquisas arqueológicas foram realizadas na região, sobretudo nas áreas da encosta e serra do alto e do médio vale, bem como nas planícies de inundação do baixo vale. Os primeiros relatos sobre sítios arqueológicos na região são de Wiener (1876) que, acompanhado de Fritz Müller, visitou sambaquis no baixo vale, descrevendo suas dimensões e estratigrafias, além de coletar lâminas de machado e outros artefatos polidos.

As primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas na região foram realizadas no início dos anos 1960, conduzidas por Walter Piazza e Alroíno Eble², e resultaram no registro de 19 sítios³ arqueológicos ao longo do vale do Itajaí. No mesmo período, João Alfredo Rohr escavou um sítio lítico a céu aberto, o SC-VI-13, em Alfredo Wagner, que apresentava características únicas para a região: a sua localização, em meio a um antigo pântano, possibilitou a preservação de vestígios em madeira, fibra de imbé, argila não queimada, além de líticos lascados, alisados e modificados pelo uso (Rohr, 1967). A primeira datação da região é proveniente desse sítio, com idades entre 3.800-2.500 anos cal AP⁴ (Mielke & Long, 1969; Prous & Piazza, 1977). Alguns dos sambaquis do baixo vale também foram datados nesse período e, embora não apresentem

¹ Destacamos o impacto que essas dinâmicas possuem sobre as questões tafonômicas relacionadas à identificação de sítios com datas antigas no baixo vale. A ocorrência periódica de grandes inundações na planície fluvial, e subsequente depósito de sedimentos, associados aos episódios de transgressão e regressão marinha, é um fator que impacta a identificação de sítios líticos a céu aberto vinculados a uma faixa cronológica entre dez e oito mil anos AP no médio e, principalmente, no baixo vale.

² Mais informações sobre as primeiras pesquisas no alto vale do Itajaí são encontradas em Reis et al. (2018), Machado et al. (2020b), Machado (2021) e Pereira (2021).

³ No baixo vale, foram identificados sete sambaquis, enquanto no médio vale foi localizado um sítio com amolador-polidor. O restante dos sítios foi registrado no alto vale: um sambaqui fluvial, seis abrigos sob-rocha com lítico e sepultamentos humanos, um abrigo sob rocha apenas com vestígios líticos, dois sítios líticos e um cerâmico a céu aberto no alto vale (Piazza, 1966a, 1966b, 1967).

⁴ O gráfico das datações de C¹⁴ e respectivos códigos de laboratórios disponíveis para os sítios do vale do Itajaí serão apresentados no item dos resultados.

informações claras sobre os contextos das amostras, as datas obtidas indicam ocupações entre 7.100-4.300 anos cal AP nos sambaquis Pocinho (SC-VI-06) e Gaspar (Mielke & Long, 1969; Martin et al., 1988).

Dando continuidade aos trabalhos de Piazza, Eble (1973b) identificou mais de uma centena de sítios distribuídos no médio e alto vale, destacando-se sítios líticos e de estruturas semissubterrâneas, além de poucos sítios com cerâmica ‘não Tupiguarani’ – posteriormente reconhecida como cerâmica Jê meridional⁵ – e cerâmica Guarani. Eble destacou a presença de cerâmica fragmentada em sítios líticos, observando que os conjuntos líticos em superfície, tantos de sítios líticos quanto lito-cerâmicos, eram semelhantes, embora não tenha detalhado suas características. Em relação ao contexto registrado, o autor sugeriu que a variabilidade artefactual e a localização dos sítios poderiam ser resultado de adaptações sazonais de um mesmo grupo (Eble, 1973b, pp. 43-44).

A partir da década de 1990, o engenheiro Altair Wagner (2002) registrou possíveis sítios arqueológicos no município de Alfredo Wagner, no alto vale do Itajaí. Os sítios foram categorizados em quatro grupos: ‘manchas pretas’, em sua maioria com líticos (n = 60), abrigos sob rocha (n = 54), estruturas semissubterrâneas (n = 42) e galerias subterrâneas (n = 6). Wagner (2002) também realizou intervenções e coletas assistemáticas, cujo material coletado compõe o acervo do Museu de Arqueologia Dr. Altair Wagner, fundado em 2002 e localizado na comunidade de Lomba Alta.

Ainda no alto vale, o Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (IAP-UNISINOS) desenvolveu pesquisas em Taió e Mirim Doce, no início dos anos 2000 (Schmitz et al., 2009, pp. 194-195). Como resultado, foram registrados 25 sítios líticos a céu aberto, em sua maioria com pontas bifaciais, e um sítio de estruturas semissubterrâneas. Além do registro de

novos sítios, foram realizadas intervenções e coletas de vestígios, bem como foram enviadas amostras para datação de três sítios: dois sítios líticos – SC-TA-19, com datas de 9.100-8.500 anos cal AP, sendo uma das ocupações mais antigas para o estado até então, e SC-TA-03, com idades de 4.800-4.400 anos cal AP – e um sítio de estruturas semissubterrâneas – SC-TA-04, com ocupação de 1.300-500 anos cal AP (Schmitz et al., 2009).

Desde 2014, por meio de diferentes projetos, a equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia da Universidade Federal de Santa Catarina (LEIA-UFSC) vem desenvolvendo pesquisas na região do alto vale (Almeida, 2020; Bueno et al., 2023b; Gonzaga, 2022; Machado, 2016a, 2016b; Machado et al., 2020a, 2020b; Matarrese, 2018; Pereira, 2021; W. Priprá, 2021; Reis, 2015; Reis et al., 2018; Reis, 2024). Esses trabalhos tiveram como foco os municípios de Alfredo Wagner, Rio do Oeste e Taió, onde foram realizadas prospecções e intervenções em sítios em abrigo e a céu aberto, com estruturas semissubterrâneas, e lítico em superfície e subsuperfície. Destacam-se as pesquisas realizadas no SC-TA-19, na Gruta do Presépio e na Fenda do Tigre, sendo esses dois últimos associados ao complexo arqueológico Gruta do Tigre em Rio do Oeste (Pereira, 2021).

Além disso, também foram realizadas prospecções em locais selecionados do alto vale para a conferência de informações oriundas das pesquisas de Eble e Piazza. Esses trabalhos de prospecção e conferência de sítios envolveram também áreas dentro da TI Ibirama Laklãnô-Xokleng, desenvolvidos por meio de pesquisas colaborativas com a comunidade, envolvendo a participação de pesquisadores indígenas durante todo o processo (Machado, 2017). O conjunto das atividades desenvolvidas pelo LEIA-UFSC gerou dados detalhados sobre a localização, a composição e a cronologia associada aos sítios arqueológicos do alto vale do Itajaí, enfatizando a história indígena contínua e

⁵ Pesquisas recentes adotam essa nomenclatura para designar a tradição Itararé-Taquara, como forma de reconhecer, de maneira mais direta, a associação desse conjunto com os povos Laklãnô-Xokleng e Kaingang (Gonzaga, 2022; F. Silva, 1999).

profunda da região e aumentando também, de forma significativa, o número de datações radiocarbônicas disponíveis (Bueno et al., 2023b; Machado et al., 2020a).

Paralelamente, as pesquisas preventivas realizadas no vale do Itajaí resultaram na realocização de alguns sítios identificados por Piazza e Eble (1968)⁶, como os sambaquis Pedra de Amolar e Ilhota 2 no baixo vale⁷ (Schwengber & Santos, 2018; Geoarqueologia, 2011), bem como de sítios líticos a céu aberto com terra preta e de amoladores polidores-fixos no alto vale (Schwengber, 2016; Schwengber et al., 2021).

A pesquisa de W. Priprá (2021) destaca-se por narrar a história do seu povo, os Laklãnō-Xokleng, a partir da memória dos lugares de acampamentos antigos existentes na TI Laklãnō-Ibirama e em áreas do entorno. Com base em fotografias históricas, entrevistas com anciãos e visitas aos locais mencionados, W. Priprá (2021) registrou pelo menos 17 lugares de acampamentos relacionados tanto ao período anterior ao contato quanto ao posterior. Tal abordagem de pesquisa, ancorada na memória territorial dos Laklãnō-Xokleng, contribui significativamente para a compreensão da profundidade temporal da ocupação indígena na região, dialogando diretamente com as evidências arqueológicas registradas no vale do Itajaí e região sul. Assim, os dados arqueológicos, etnohistóricos e etnográficos indicam, de forma convergente com o registro da memória Laklãnō-Xokleng, que o vale do Itajaí tem sido continuamente ocupado, ao longo de pelo menos dois milênios, por comunidades falantes do ramo meridional da família

linguística Jê e seus ancestrais (Gakran, 2015; Lavina, 1994; Machado, 2015; Machado et al., 2020a; Noelli, 2000; S. Santos, 1973; Urban, 1992; Wiesemann, 1978).

No século XIX, a longa e contínua história de ocupação indígena no vale do Itajaí foi impactada pela intensificação da colonização europeia na região. Esse processo foi marcado pela violência organizada e institucionalizada, impulsionada por políticas estatais como a 'Lei de Terras', de 1850, que acelerou a expropriação do território Laklãnō-Xokleng ao defini-lo como devoluto (vazio). O etnogenocídio foi estruturado em diferentes frentes: o governo imperial e provincial autorizou, financiou e organizou a repressão da resistência dos povos indígenas à invasão de seus territórios⁸ por meio da formação de milícias, como a 'Companhia de Pedestres', em 1836, e, posteriormente, apoiou a atuação de grupos armados locais, denominados de 'bugreiros', cujas ações foram classificadas como 'medidas de costume' em documentos oficiais.

Tais grupos armados eram contratados e remunerados pelo Estado, por empresas colonizadoras e pelos próprios colonos, em um processo que visava o extermínio ou a expulsão dos povos indígenas de seus territórios, tendo como justificativa a necessidade de proteger os colonos que viviam com medo dos conflitos com os indígenas (Buba & Paula, 2016; Peres, 2009, 2022; S. Santos, 1973, 1997; Szlachta & Guimarães, 2024; Viana et al., 2025).

O sofrimento imposto ao povo Laklãnō-Xokleng foi sistêmico e multifacetado: extermínio físico perpetrado

⁶ Os relatórios das pesquisas preventivas não fazem relação à realocização dos sítios registrados por Piazza e Eble (1968) e adotam uma nomenclatura distinta. Contudo, a partir do cruzamento da documentação disponível, foi possível correlacionar e unificar diferentes registros de sítios.

⁷ A partir do cruzamento da documentação primária de Piazza, como as descrições dos sítios e dos mapas de distribuição, foi possível identificar que os sítios mencionados correspondem ao Barranco Alto I (SC-VI-01) e Barranco Alto II (SC-VI-02), respectivamente.

⁸ Os estudos realizados pelos pesquisadores Laklãnō-Xokleng evidenciam a estratégia de contra-ataque físico empregada pelos indígenas em resposta aos ataques violentos perpetrados pelo Estado, empresas e colonos. A estratégia de reação dos Laklãnō-Xokleng diante da invasão de seu território foi apresentada nos discursos oficiais de modo a aumentar o temor entre os colonos, além de justificar e legitimar as ações violentas de etnogenocídio. Tal estratégia constituiu uma inversão colonial, na qual se atribuiu um sentido ético às ações de violência perpetradas pelos agressores, que passaram a ser retratados unicamente como vítimas (Peres, 2022; Viana et al., 2025). Nesse sentido, as próprias empresas de colonização recomendavam que os colonos utilizassem armas para defesa pessoal (S. Santos, 1973; Szlachta & Guimarães, 2024).

por balas, facões, raptos e aprisionamento de mulheres e crianças, frequentemente exibidas como troféus. Após anos resistindo ao projeto colonial etnogenocida e enfrentando violências que resultaram na redução drástica de sua população, chegando perto da extinção (S. Santos, 1973; Viana et al., 2025), comunidades Laklãnõ-Xokleng decidiram firmar uma aliança com os funcionários do posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no alto vale do Itajaí, em 1914, processo no qual foi fundamental a participação dos Kaingang (Paté, 2020). Atualmente, os Laklãnõ-Xokleng vivem em áreas urbanas dos municípios do vale do Itajaí e na TI Ibirama-Laklãnõ, no alto vale, que possui dez aldeias. Nessa TI, também vivem pessoas autoidentificadas como Kaingang e Guarani, sendo que uma das aldeias na TI é Guarani (Taquaty/Takáty) (Paté, 2020; W. Priprá, 2021).

MÉTODOS E MATERIAIS

Os bancos de dados arqueológicos têm se tornado uma importante fonte de pesquisa para investigar questões como processos de transformação em perspectivas de longa duração, identificação de áreas de dispersão de conjuntos materiais e análises espaciais (Bueno et al., 2023a; Hissa & Isnardis, 2022; Kandel et al., 2023; Kozłowski et al., 2022; Milheira et al., 2019; Perez et al., 2018; Steele & Shennan, 2020). A construção do banco de dados arqueológicos (BDA) do vale do Itajaí teve início em 2013, sob responsabilidade do LEIA-UFSC, com o objetivo de compilar dados dos sítios da região de modo a elaborar uma fonte de pesquisa para consultas e análises espaciais.

Desde 2021, o BDA do LEIA foi ampliado para incluir os dados de Santa Catarina, com maior foco no

vale do Itajaí. Isso motivou a revisão e a atualização do BDA e, para isso, foram consultados publicações acadêmicas (artigos, dissertações e teses⁹) e relatórios de pesquisas preventivas, além de informações do banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) (Merencio, 2024). Foram adotadas duas estratégias complementares: para o vale do Itajaí, foi realizado um levantamento intensivo, enquanto as demais áreas foram incluídas por meio de consultas extensivas. Atualmente, o BDA é composto por 27 campos relacionados a cinco categorias: dados básicos, forma (características), espaço (localização¹⁰), tempo (datas¹¹) e referências (Tabela 1).

Como todo banco de dados, a sistematização do BDA apresenta problemas decorrentes da própria documentação disponível, como as pesquisas de Eble (1973a, 1973b), Rohr (1984) e Wagner (2002), para as quais é recorrente a falta de informações acerca da localização e do tipo de material registrado. Em relação às pesquisas de Eble (1973a, 1973b), o Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE-UFSC) possui a salvaguarda de esparsos documentos primários e de uma grande quantidade de líticos e poucas cerâmicas provenientes de suas pesquisas, cuja localização das coletas, precisa ou circunstancial, é desconhecida (Machado, 2015, 2021; Namem, 2016). Nesse contexto, outro objetivo relacionado ao BDA foi o de preencher as lacunas informativas sobre a localização dos sítios, possibilitando a correlação, mesmo que aproximada, dos vestígios

⁹ Os principais trabalhos acadêmicos consultados foram: Almeida (2020), Brandi (2009), Bueno et al. (2023b), Eble e Scatamacchia (1974), Eble (1973a, 1973b), Farias (2005), Machado (2015, 2016a, 2016b), Machado et al. (2019, 2020a), Matarrese (2018), Pereira (2021), Piazza e Eble (1968), Piazza (1966b, 1967), Reis (2015, 2024), Reis et al. (2018), Rohr (1984) e Schmitz et al. (2007, 2009).

¹⁰ Foi realizada a conversão padronizada dos *data* SAD 69 e WGS 84 para SIRGAS 2000 e de coordenadas projetadas (UTM) para geográficas (em graus decimais).

¹¹ Compilação das datas disponíveis para os sítios do vale do Itajaí por meio da consulta ao banco de datações radiocarbônicas (BRC14, 2026; Bueno et al., 2023a, 2026).

Tabela 1. Categorias e campos que compõem o banco de dados arqueológicos.

Categorias	Campo	Descrição
Dados básicos	Categoria	Identificação da categoria da entrada: sítio arqueológico, informação oral, coleção arqueológica, ocorrência arqueológica e local de interesse.
	Nome	Nome do sítio, utilizando-se preferencialmente do CNSA.
	Outros nomes	Relação de outros nomes que foram atribuídos ao sítio na bibliografia.
Forma	Tipo de sítio	Classificação do sítio em: a céu aberto, abrigos sob rocha ou submerso.
	Característica marcante	Característica mais evidente no sítio, categorizada em: obras de terra, conchífero, lítico, cerâmico, arte rupestre, cemitério, sepultamento, terra preta, armação, naufrágio, estrutura doméstica, entre outros.
	Característica específica	Detalhamento das características. Exemplo, as obras de terra foram especificadas em estrutura semissubterrânea, montículo, aterro anelar, enquanto os sítios líticos em lascado, ponta bifacial, oficina Lítica, amolador-polidor fixo.
	Classificação cultural	Classificação cultural associada ao sítio segundo a bibliografia e a documentação consultada. Exemplos: Itararé-Taquara, Guarani, Umbu, Histórico, entre outros.
	Componente	Classificados em unicomponencial, multicomponencial e sem informação.
	Composição da amostra	Indicação da variedade de vestígios que compõem a amostra do sítio: amolador-polidor fixo, lítico, cerâmica, fauna, material vegetal, ossos humanos, amostra de solo, amostra de carvão, louça, vidro, entre outros.
	Análise dos vestígios	Instituição e/ou pesquisador responsável pela análise.
Espaço	Bacia hidrográfica	Conforme o <i>shapefile</i> de Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalas v.1.5 (ANA, 2017).
	Estado	Sigla da unidade federativa conforme <i>shapefile</i> das unidades federativas do IBGE (2022).
	Município	Município de localização conforme <i>shapefile</i> de municípios do IBGE (2022).
	UTM	Coordenada no formato UTM.
	Latitude	Em graus decimais.
	Longitude	
	Datum	Sistema de referência de coordenadas adotado: SIRGAS 2000.
Tempo	Período	Pleistoceno pré-UMG: antes de 20.000 cal AP; Pleistoceno final: 20.000-12.000 cal AP; Holoceno inicial: 12.000-8.000 cal AP; Holoceno médio: 8.000-3.000 cal AP; Holoceno recente: 3.000 cal AP-presente.
	Datas	Classificados em: NA (sem data), data isolada, múltiplas datas, datas contínuas. A quantidade de datas é especificada entre parênteses no caso de múltiplas ou contínuas.
	Datação	Inserção das datas convencionais realizadas.
Referências	Como obtivemos	Indicação da forma de obtenção das coordenadas: publicação, mapa, localização aproximada, banco de dados, caderno de campo, levantamento extensivo/prospecção.
	Fonte da informação	Fonte da informação de localização geográfica do sítio, podendo ser uma referência bibliográfica ou um banco de dados (CNSA/SICG).
	Publicação	Publicação em que o sítio arqueológico foi descrito.
	Processo no IPHAN	Inserção do número do processo no IPHAN referente à pesquisa em que o sítio foi registrado e/ou escavado.
	CNSA	Código do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos atribuído ao sítio.
	SICG	Código do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão atribuído ao sítio.
Observações	Outros	Qualquer observação importante sobre o sítio que não tenha sido contemplada nos campos anteriores.

arqueológicos do acervo do MARquE-UFSC com lugares. Para isso, buscou-se identificar nominalmente os 88 sítios registrados por Eble (1973a, 1973b) no alto e no médio vale, documentados em um mapa de 1972¹², por meio de três estratégias complementares que envolveram o uso de sistemas de informação geográfica (SIG) e atividades de campo: 1) identificação de sítios registrados no entorno dos pontos georreferenciados; 2) correlação entre os nomes das localidades e dos pontos georreferenciados, utilizando cartas topográficas do IBGE e do Exército, produzidas nas décadas de 1960 e 1970; e 3) levantamento extensivo em duas áreas, o entorno da TI Ibirama Laklãnō e o médio vale do Itajaí, com a verificação desses pontos em campo por meio de caminhamentos e conversas com os moradores locais.

Concomitantemente, foram realizadas etapas de reconhecimento no médio e baixo vale, que consistiram em visitas aos acervos de museus, bibliotecas e arquivos históricos para mapear a presença de vestígios arqueológicos nessas instituições, além de conversas informais com moradores. Durante esse levantamento, registramos informações sobre a presença de sítios arqueológicos em todos os municípios visitados, assim como a presença de coleções arqueológicas¹³.

Todas as datas publicadas para os sítios inseridos no BDA foram calibradas por meio da versão *online* 4.4 do *OxCal* (Ramsey, 2022), com dois sigma (2σ). Para as amostras de carvão e concha fluvial, foi utilizada a curva atmosférica ShCal20 (Hogg et al., 2020), e a curva Marine 20 para conchas marinhas e amostras litorâneas (Heaton et al., 2020). A influência de dieta mista de

recursos marinhos e terrestres foi estimada para as datas provenientes de ossos humanos da costa, com aplicação de uma curva mista (ShCal20 e Marine 20, 50% cada) (Scheel-Ybert, 2019). Para estimar o efeito reservatório do consumo de recursos marinhos, calculamos um ΔR médio de -87 ± 38 ^{14}C anos (Alves et al., 2023; Angulo et al., 2005). Além desses procedimentos, foi realizada a correção do ^{13}C para as amostras analisadas antes de 1970, conforme Gilson e Lessa (2020).

Para investigar as possíveis relações de localização na paisagem entre as categorias de sítios, foram adicionadas variáveis ambientais para cada entrada do BDA. Esse procedimento foi realizado no QGIS 3.28, por meio do plugin *Point Sampling Tool*. Foram adicionados os seguintes dados: 1) elevação do modelo digital *Forest And Buildings removed Copernicus DEM* (FABDEM) com resolução de 30 metros (Neal & Hawker, 2023), 2) classes de declividade, obtidas por meio do cálculo da declividade em porcentagem do raster de elevação e da classificação dos valores, conforme procedimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)¹⁴ (H. Santos et al., 2018), 3) compartimentos e formas do relevo do *shapefile* de geomorfologia fornecido pelo IBGE (2021), e 4) custo de distância da água, calculado por meio da rasterização do *shapefile* das drenagens da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2017), atribuindo-se o valor fixo de 1 para as drenagens, seguido da aplicação da ferramenta *r.walk.rast*, com os seguintes parâmetros: elevação (raster FABDEM), custo de fricção (raster de declividade em graus) e pontos iniciais (raster das drenagens).

¹² Esse documento integra o acervo documental do MARquE-UFSC e foi localizado na pesquisa de pós-doutorado de Juliana Salles Machado. Infelizmente, esse mapa não apresenta as informações básicas, como a nomenclatura e o tipo de material registrado nos sítios. As coordenadas desses pontos foram obtidas por meio do georreferenciamento do mapa realizado por Fernando Almeida, o que resultou na adição desses sítios ao BDA com a sigla ABE (Machado, 2015).

¹³ O nível de detalhamento das informações referentes à localização desses possíveis sítios e dos vestígios que compõem essas coleções é bastante variável e não foi possível, até o momento, realizar uma conferência *in situ* de todos os dados obtidos. Essa atividade está prevista para ser desenvolvida nas próximas etapas do projeto, podendo resultar numa ampliação da amostragem disponível, principalmente, para o médio vale do Itajaí.

¹⁴ Classes e valores utilizados: plano (0-3%), suave ondulado (3-8%), ondulado (8-20%), forte-ondulado (20-45%), montanhoso (45-75%) e escarpado (> 75%).

RESULTADOS

BANCO DE DADOS

Ao longo da revisão e complementação do BDA, foram identificados erros relacionados ao preenchimento incorreto ou inserção de informações provenientes de bancos de dados externos sem a verificação do conteúdo nas publicações originais. Tais problemas foram identificados nos campos de classificação cultural (associação equivocada), localização (inserção de coordenadas erradas), características marcantes e específicas (inclusão de elementos não associados ao sítio) e referências bibliográficas (indicação de textos que não citavam o sítio). A revisão e a sistematização do BDA do vale do Itajaí revelaram, ainda, a presença de registros duplicados de sítios, que foram identificados com diferentes nomenclaturas ao longo das pesquisas realizadas na região.

Após a revisão, o número de registros aumentou de 320 entradas (264 sítios e 56 locais de interesse¹⁵) para 486, incluindo 421 sítios, dos quais 318 possuem informações de localização, além de 58 locais de interesse, quatro informações orais e três coleções pessoais. Ao final da compilação dos dados, observou-se uma diversidade considerável de sítios associados a conjuntos materiais distintos em todo o vale (Figuras 1 e 2).

A maior parte dos sítios está localizada no alto vale ($n = 281$), seguido pelo médio e baixo vale ($n = 20$ e 17 , respectivamente) (Figuras 2 e 3). Como já observado em trabalhos anteriores (Machado, 2021; Machado et al., 2020a; Piazza, 1966b, 1967; Reis et al., 2018; Rohr, 1984), os sítios líticos predominam no vale do Itajaí ($n = 127$ ¹⁶). Esse conjunto pode ser subdividido em três categorias principais: 1) a maioria não foi associada a uma tradição arqueológica específica ($n = 84$), englobando

uma diversidade de composições, como conjuntos com vestígios lascados, com e sem pontas bifaciais, sítios com material polido e outros com instrumentos transformados pelo uso; 2) em seguida, há os sítios que, segundo a documentação consultada, foram associados à tradição Umbu ($n = 35$), possivelmente devido à presença das pontas líticas; 3) com menor representatividade, há os sítios com amoladores polidores-fixos ($n = 7$). Soma-se aos sítios líticos, ainda, um sítio que apresenta somente vestígios líticos alisados, mas foi classificado como Umbu/Jê na ficha de registro. Em relação à distribuição espacial, tanto os sítios líticos sem tradição atribuída como os associados à tradição Umbu ocorrem, até o momento, somente no alto e no médio vale¹⁷ ($n = 110/n = 7$). Já os sítios com amoladores polidores-fixos ($n = 7$) estão distribuídos nos três compartimentos do vale do Itajaí.

A segunda maior categoria é formada pelos sítios 'não definidos' ($n = 61$), que correspondem aos pontos do mapa de Eble (1972), localizados no alto vale e que não tiveram, até o momento, a correlação nominal definida. Os vestígios dessa categoria de sítio compõem o acervo do MARquE-UFSC, e apresentam, em sua maioria, líticos, tanto lascados como modificados pelo uso, mas há, também, fragmentos de cerâmica Jê meridional e Guarani, além de madeiras fossilizadas. Como não dispomos de informações que nos permitam relacionar sítios e coleção, não há como classificá-los quanto ao seu conteúdo.

Em terceiro, há os sítios associados à presença Jê meridional ($n = 59$), segundo a bibliografia. Nessa categoria, há uma grande diversidade, com predomínio das estruturas semissubterrâneas ($n = 55$), seguidas dos montículos ($n = 2$) e dos sítios líticos e cerâmicos ($n = 2$). Assim como observado nos sítios líticos, com e sem pontas, a maioria

¹⁵ Os locais de interesse arqueológico incluem, em sua maioria, abrigos e outros pontos relatados em entrevistas que possuem potencial para a presença de vestígios arqueológicos. Alguns desses locais foram visitados pela equipe do LEIA, mas não foram realizadas intervenções.

¹⁶ Desse total de sítios líticos, foi registrado sedimento escuro (terra preta) em sete sítios: seis na sub-bacia do rio Itajaí do Sul, no alto vale, e um sítio na sub-bacia do rio Benedito Novo, no médio vale.

¹⁷ Dentre os sítios com pontas no médio vale, há um conjunto registrado na Serra do Moura, entre Brusque e Canelinha, e que está muito próximo do baixo vale (Scatamacchia, 1999). Além disso, há outro conjunto de sítios com pontas localizados na faixa costeira continental próximo à Florianópolis e na encosta adjacente, nas bacias do Tijucas e Cubatão do Sul (GRUPEP, 2022).

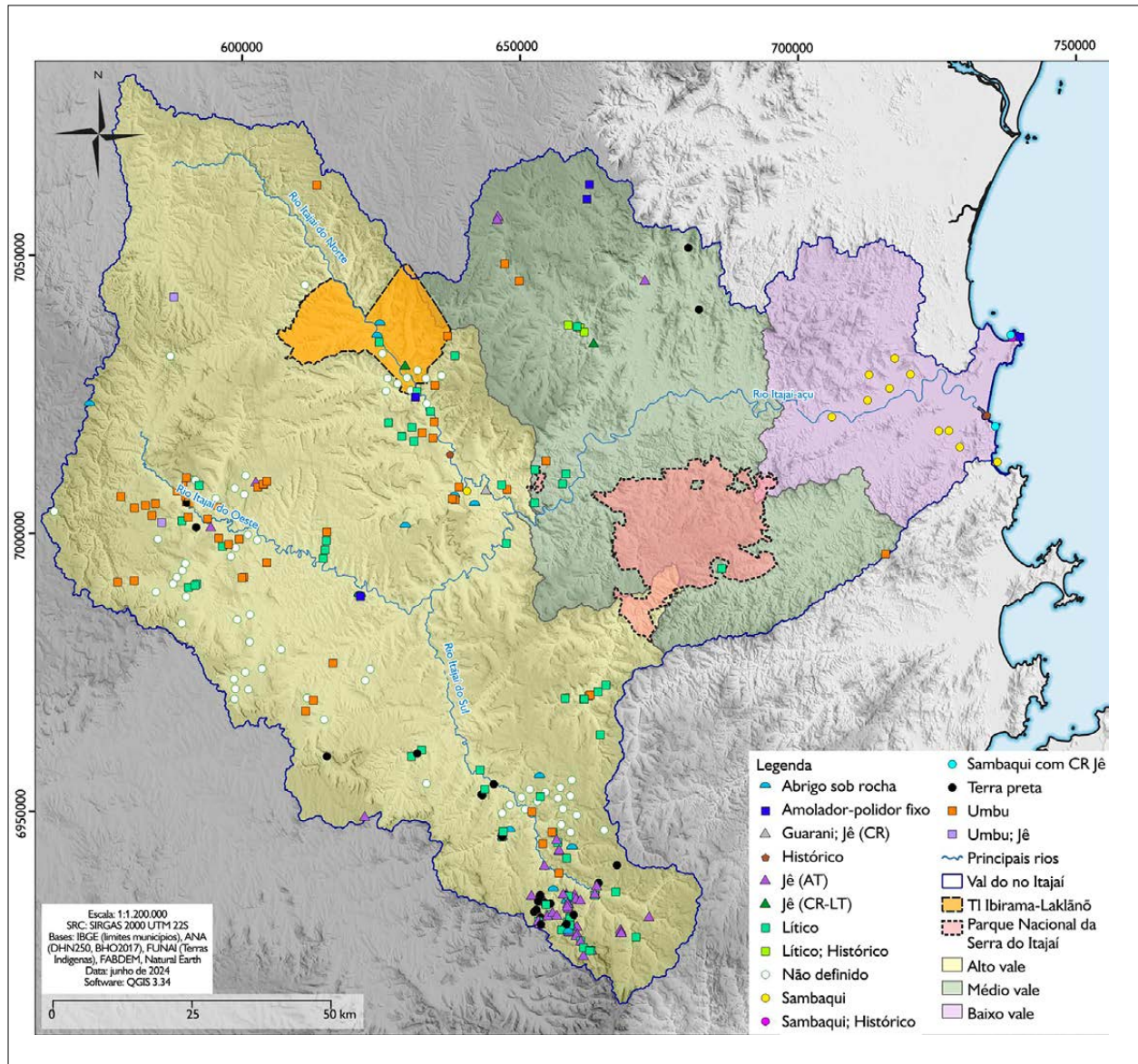


Figura 2. Mapa com distribuição dos sítios arqueológicos no vale do Itajaí. Legendas: AT = arquitetura de terra, como estruturas semissubterrâneas e montículos; CR = cerâmica; CR-LT = sítios que possuem líticos e cerâmica no mesmo componente. Mapa: F. T. Merencio (2024).

Após a revisão dos dados, foi constatado que os abrigos sob rocha correspondem à quinta categoria de sítios, com localização concentrada no alto vale ($n = 16$). Os dados disponíveis indicam que a maioria desses abrigos apresenta sepultamentos e que podem ou não ocorrer líticos, como na Gruta do Ribeirão Herta (SC-VI-16)

e no Alto Jararaca II (SC-VI-33), respectivamente. Por outro lado, não há, até o momento, indícios de que outros abrigos tenham sido utilizados para enterramentos, ocorrendo, assim, somente vestígios líticos, estruturas de combustão e fauna, como na Gruta do Presépio.

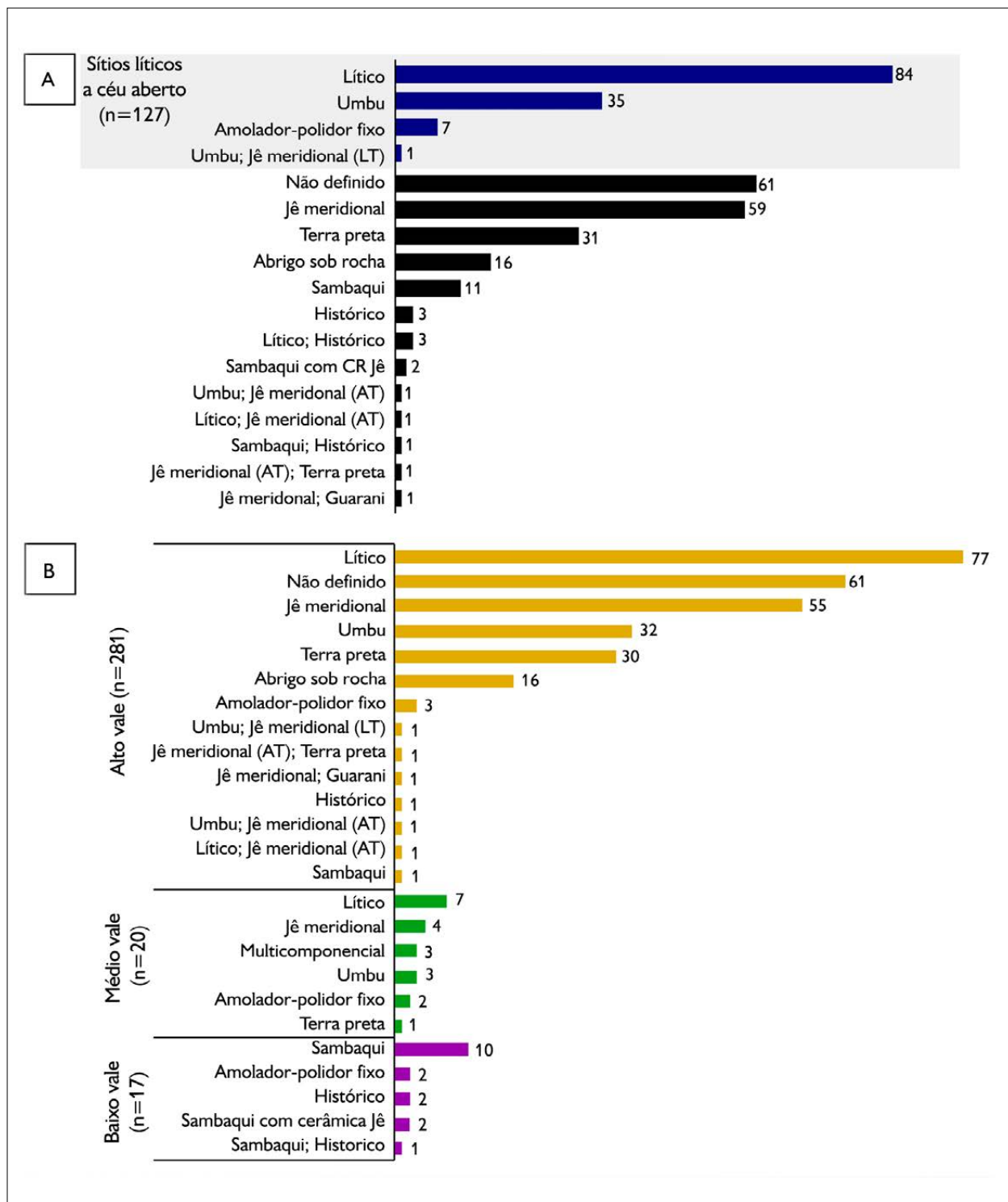


Figura 3. Quantitativo de sítios registrados por categorias/classificação cultural e respectiva distribuição em cada compartimento do vale (alto, médio e baixo). Legendas: LT = Lítico; AT = arquitetura de terra. Gráfico: F. T. Merencio (2025).

Os sambaquis correspondem à sexta categoria e estão localizados em sua maioria no baixo vale ($n = 10$), ocorrendo também um sambaqui fluvial no alto vale – Nova Bremen (SC-VI-12). Quanto ao período histórico mais recente, foram registrados três sítios: um no alto vale (antiga sede do SPI), um naufrágio em Navegantes e uma armação baleeira em Penha. Também há três sítios líticos com ocorrência de faianças e vidros, no médio vale. Por último, há categorias com menor quantidade de sítios. No baixo vale, há um sambaqui com vestígios históricos recentes e dois com cerâmica Jê meridional. Já para o alto vale, foram registrados três sítios líticos (Umbu, lítico lascado e terra preta com termóforas) que possuem estruturas semissubterrâneas (arquitetura em terra), além de um sítio com cerâmica Guarani e Jê – o sítio Ilhota (SC-VI-69) (Eble & Scatamachia, 1974).

LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS NA PAISAGEM

Com relação às variáveis ambientais referentes à localização dos sítios na paisagem, foram selecionadas para análise as cinco categorias com maior ocorrência no vale do Itajaí: sítios líticos (com e sem pontas bifaciais), Jê meridionais, terra preta, abrigos sob rocha e sambaquis. As categorias de sítios foram separadas por compartimento no vale (alto, médio e baixo) para investigar as relações de implantação dos sítios em cada compartimento (Figuras 4 e 5).

No alto vale, os sítios líticos a céu aberto e os abrigos sob rocha são mais frequentes em altitudes de 300 a 500 m, enquanto os sítios Jê e de terra preta ocorrem em terrenos mais elevados, de 700 a 900 m, e o único sambaqui fluvial, de 150 a 300 m. Quanto à declividade, todas as categorias de sítios estão localizadas em áreas suave-onduladas a onduladas, exceto pelos abrigos, cuja implantação ocorreu em terrenos montanhosos. A proximidade com as fontes de água também é uma constante, com a maioria dos sítios localizada a até 1 km. No entanto, foi observado que os sítios Jê com cerâmica e líticos estão situados de 2 a 2,5 km dos cursos de água, enquanto alguns abrigos sob rocha se encontram em áreas mais afastadas, de 4 a 7 km.

Quanto ao compartimento do relevo, todos os sítios ocorrem com maior frequência em patamares e planícies, preferencialmente em topos convexos, aguçados e tabulares, com registros esparsos de sambaquis, sítios líticos e de terra preta em terraços e planícies fluviais.

Na área do médio vale, os sítios líticos são registrados em terrenos com altitudes de até 700 m, enquanto os sítios Jê ocorrem com maior frequência de 0 a 150 m e 700 a 900 m, e os de terra preta até 150 m. Em relação à declividade, observa-se que os sítios líticos e Jê apresentam características semelhantes às observadas no alto vale, exceto pela maior presença em terrenos forte-ondulados e montanhosos, além de sítios Jê e de terra preta em áreas planas. A maioria dos sítios está situada em áreas próximas aos rios, com distância máxima até 1 km. No entanto, há maior ocorrência de sítios líticos que estão localizados de 1,5 a 4 km. Quanto ao relevo, os sítios líticos e Jê estão, em sua maioria, em serras com topos aguçados, mas há registros desses sítios em terraços fluviais nas planícies, sendo a mesma implantação dos sítios de terra preta.

Por último, os sambaquis no baixo vale apresentam características semelhantes: localizam-se em planícies com terrenos ondulados e cotas baixas (até 150 m), sendo próximos de fontes de água (até 500 m). No entanto, somente um está localizado em terraço marinho na faixa costeira, enquanto os demais estão situados em planícies alúvio-coluvionares.

CRONOLOGIA

As datações disponíveis para o vale do Itajaí indicam uma ocupação longa, atingindo até 9.550 anos cal AP no alto vale e 7.153 cal anos AP no baixo vale. O BDA possui um total de 61 datações, além de sete datas provenientes de sítios da bacia do rio Tijucas, que foram incluídas devido à grande proximidade com o vale do Itajaí (Figura 6 e Tabela 2). Um ponto de destaque diretamente relacionado à amostragem disponível envolve a ausência de referências cronológicas absolutas para o médio vale.

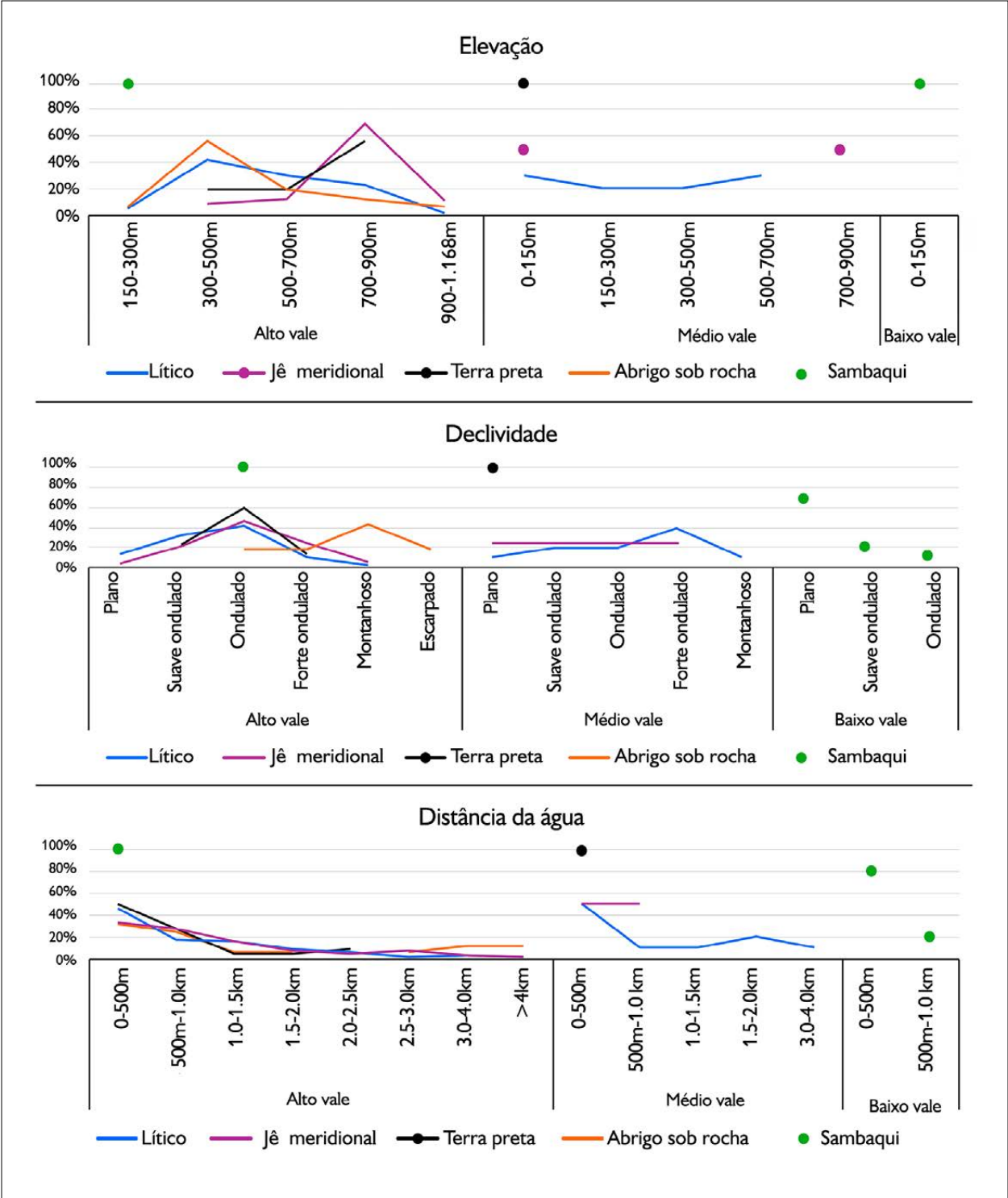


Figura 4. Distribuição das principais categorias de sítios quanto a elevação, declividade e distância de água por compartimento. Gráfico: F. T. Merencio (2024).

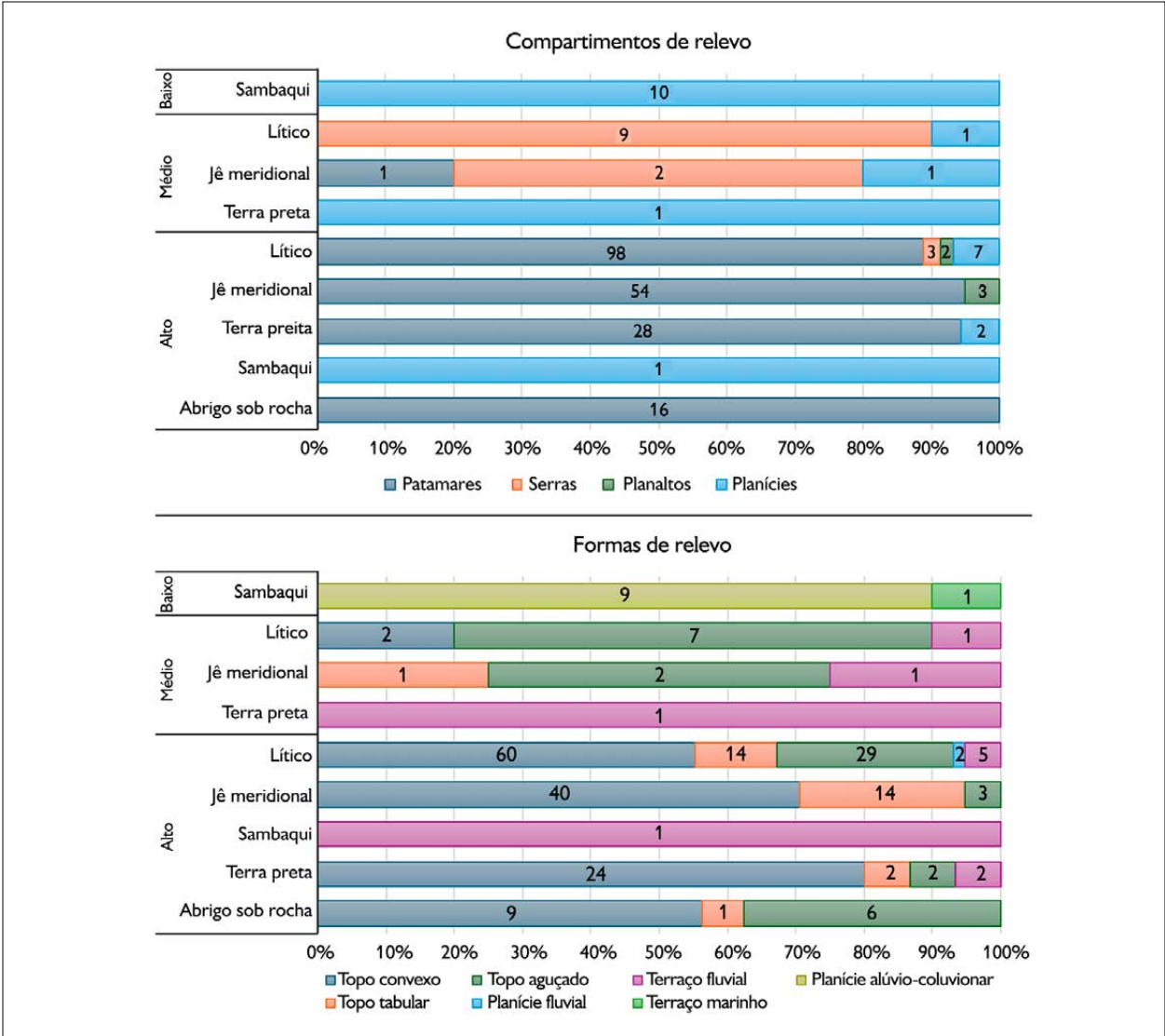


Figura 5. Características do relevo por categoria de sítio e compartimento do vale. Gráfico: F. T. Merencio (2024).

Para o alto vale, há o total de 56 datações realizadas em 14 sítios que abrangem uma grande variedade de contextos: sítios líticos a céu aberto e em abrigos sob rocha, sítios de estruturas semissubterrâneas com cerâmica e lítico, sítios Jê lito-cerâmicos com e sem arquitetura de terra, além de abrigos com sepultamentos. Recentemente, como parte do doutorado de Lucas Bond Reis (2024), foram enviadas diversas amostras para datação de sítios do alto vale, contribuindo para um maior

refinamento da cronologia regional. Dentre o conjunto de novas datas, destacamos a datação de categorias de sítios que até então não possuíam informações cronológicas, como o sítio Rio Platê (SC-VI-19), cuja amostra é composta por cerâmica Jê meridional (Gonzaga, 2022, 2024; Piazza & Eble, 1968), o sítio de estruturas semissubterrâneas com terra preta, Caixão Guarda Velha (Wagner, 2002), e o sambaqui fluvial Nova Bremen (Eble, 1973b; Machado et al., 2020a).

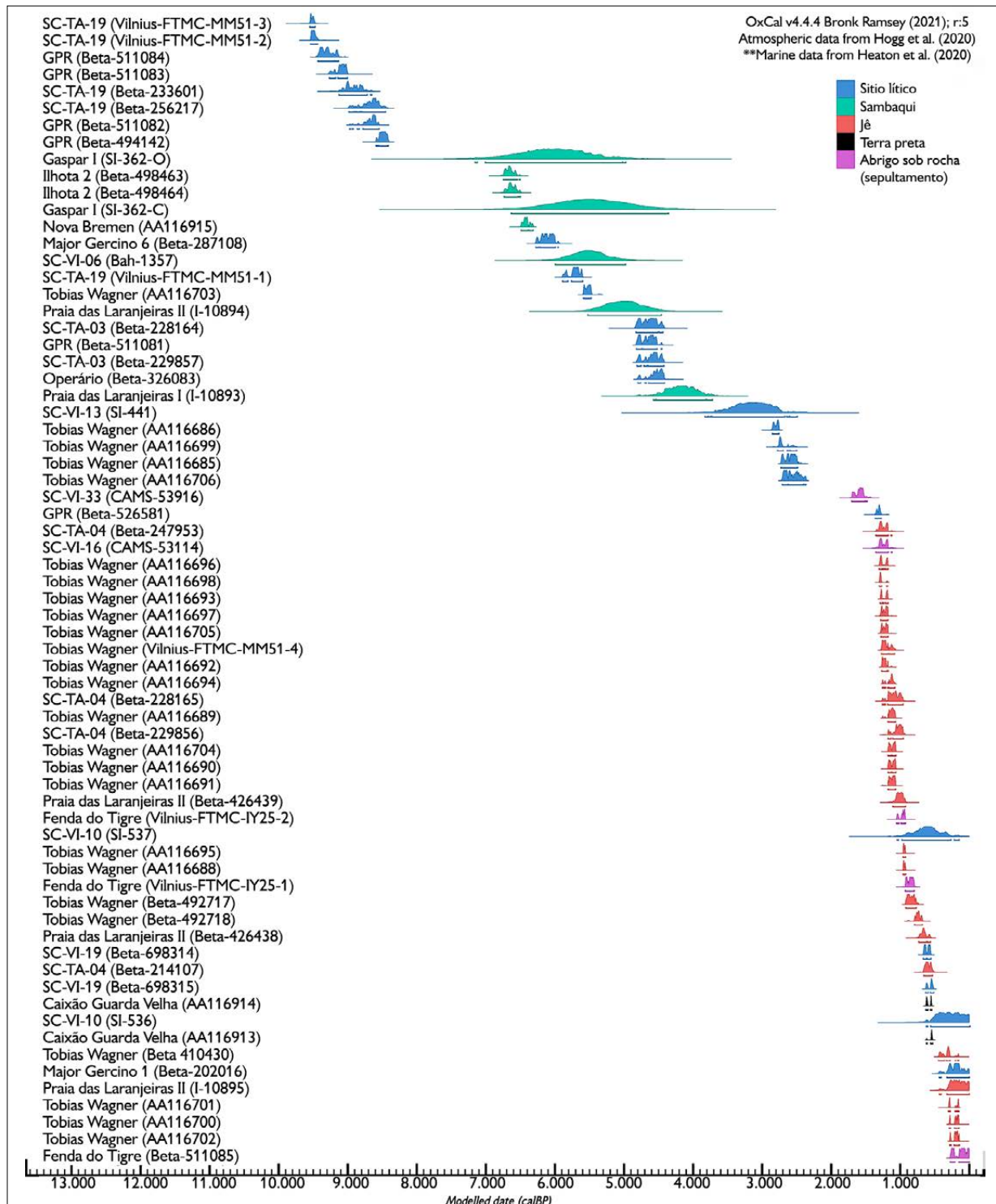


Figura 6. Gráfico multiplot das datas calibradas dos sítios arqueológicos do vale do Itajaí e entorno próximo (Praia das Laranjeiras I e II e Major Gercino 1 e 6). Gráfico: F. T. Merencio (2025).

Tabela 2. Datações disponíveis para o vale do Itajaí e entorno.

(Continua)

Sítio	Categoria	Bacia	Data C ¹⁴ (AP)	Data calibrada C ¹⁴ (AP) (95.4%)	Material / Curva	Código do laboratório	Referência
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	8.577 ± 35	9.550-9.472	Carvão / ShCal20	Vilnius-FTMC-MM51-3	Bueno et al. (2023b)
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	8.512 ± 35	9.538-9.435	Carvão / ShCal20	Vilnius-FTMC-MM51-2	Bueno et al. (2023b)
Gruta do Presépio	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	8.330 ± 30	9.430-9.134	Carvão / ShCal20	Beta-511084	Machado et al. (2019)
Gruta do Presépio	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	8.190 ± 30	9.265-9.005	Concha / ShCal20	Beta-511083	Machado et al. (2019)
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	8.090 ± 50	9.125-8.652	Carvão / ShCal20	Beta-233601	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	7.880 ± 60	8.982-8.454	Carvão / ShCal20	Beta-256217	Schmitz et al. (2009)
Gruta do Presépio	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	7.900 ± 30	8.973-8.545	Carvão / ShCal20	Beta-511082	Machado et al. (2019)
Gruta do Presépio	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	7.750 ± 30	8.588-8.414	Concha / ShCal20	Beta-494142	Machado et al. (2019)
Gaspar I	Sambaqui	Baixo Itajaí	5.270 ± 300 (431)	7.153-4.978	Material orgânico / ShCal20	SI-362-O	Mielke e Long (1969)
Ilhota 2	Sambaqui	Baixo Itajaí	5.880 ± 30	6.774-6.504	Carvão / ShCal20	Beta-498463	Schwengber (2018)
Ilhota 2	Sambaqui	Baixo Itajaí	5.860 ± 30	6.738-6.500	Carvão / ShCal20	Beta-498464	Schwengber (2018)
Gaspar I	Sambaqui	Baixo Itajaí	5.230 ± 350 (481)	6.634-4.342	Concha / marine 20, $\Delta R -87 \pm 38$	SI-362-C	Mielke e Long (1969)
Nova Bremen	Sambaqui fluvial	Alto vale	5.677 ± 16	6.491-6.317	Concha / ShCal20	AA116915	Reis (2024)
Major Gercino 1	Lítico a céu aberto	Tijucas	5.370 ± 40	6.282-6.003	Carvão / ShCal20	Beta 287108	DeBlasis et al. (2025)
SC-VI-06	Sambaqui	Baixo Itajaí	5.340 ± 210	5.998-4.975	Concha / marine 20, $\Delta R -87 \pm 38$	Bah-1357	Martin et al. (1988)
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	5.024 ± 33	5.891-5.600	Carvão / ShCal20	Vilnius-FTMC-MM51-1	Bueno et al. (2023b)
Tobias Wagner	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	4.824 ± 15	5.587-5.475	Carvão / ShCal20	AA116703	Reis (2024)
Praia das Laranjeiras II	Jê (CR)	Tijucas	4.900 ± 210	5.518-4.450	Osso de baleia / marine 20, $\Delta R -87 \pm 38$	I-10894	Schmitz (1988); Schmitz et al. (1993)
SC-TA-03	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	4.140 ± 60	4.828-4.438	Carvão / ShCal20	Beta-228164	Schmitz et al. (2009)



Tabela 2.

(Continua)

Sítio	Categoria	Bacia	Data C ¹⁴ (AP)	Data calibrada C ¹⁴ (AP) (95.4%)	Material / Curva	Código do laboratório	Referência
Gruta do Presépio	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	4.150 ± 30	4.821-4.454	Carvão / ShCal20	Beta-511081	Machado et al. (2019)
SC-TA-03	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	4.110 ± 40	4.813-4.421	Carvão / ShCal20	Beta-229857	Schmitz et al. (2009)
Operário I	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	4.080 ± 40	4.800-4.414	Carvão / ShCal20	Beta-326083	Consciência Consultoria Científica Ltda. (2014)
Praia das Laranjeiras I	Sambaqui	Tijucas	3.815 ± 145	4.573-3.720	Indefinido / ShCal20	I-10893	Schmitz e Bitencourt (1996)
SC-VI-13	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	3.000 ± 120 (251)	3.827-2.490	Carvão / ShCal20	SI-441	Mielke e Long (1969)
Tobias Wagner	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	2.732 ± 13	2.850-2.755	Carvão / ShCal20	AA116686	Reis (2024)
Tobias Wagner	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	2.627 ± 32	2.776-2.504	Carvão / ShCal20	AA116699	Reis (2024)
Tobias Wagner	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	2.540 ± 13	2.728-2.488	Carvão / ShCal20	AA116685	Reis (2024)
Tobias Wagner	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	2.500 ± 14	2.708-2.366	Carvão / ShCal20	AA116706	Reis (2024)
SC-VI-33	Sepultamento abrigo sob rocha	Alto Itajaí	1.720 ± 40	1.703-1.481	Colágeno humano / ShCal20	CAMS-53916	DeMasi (2001)
Gruta do Presépio (lítico)	Lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	1.450 ± 30	1.361-1.276	Dente animal / ShCal20	Beta-526581	Ballejo et al. (2022)
SC-TA-04	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.390 ± 50	1.353-1.120	Carvão / ShCal20	Beta-247953	Schmitz et al. (2009)
SC-VI-16	Sepultamento e lítico abrigo sob rocha	Alto Itajaí	1.390 ± 50	1.353-1.119	Colágeno humano / ShCal20	CAMS-53114	DeMasi (2001)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.385 ± 24	1.305-1.177	Carvão / ShCal20	AA116696	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.402 ± 13	1.305-1.184	Carvão / ShCal20	AA116698	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.370 ± 14	1.293-1.177	Carvão / ShCal20	AA116693	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.350 ± 25	1.284-1.177	Carvão / ShCal20	AA116697	Reis (2024)



Tabela 2.

(Continua)

Sítio	Categoria	Bacia	Data C ¹⁴ (AP)	Data calibrada C ¹⁴ (AP) (95.4%)	Material / Curva	Código do laboratório	Referência
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.347 ± 22	1.281-1.177	Carvão / ShCal20	AA116705	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.310 ± 29	1.275-1.084	Carvão / ShCal20	Vilnius-FTMC-MM51-4	Bueno et al. (2023b)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.318 ± 14	1.271-1.175	Carvão / ShCal20	AA116692	Reis (2024)
SC-TA-04	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.220 ± 50	1.260-960	Carvão / ShCal20	Beta-228165	Schmitz et al. (2009)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.281 ± 12	1.260-1.079	Carvão / ShCal20	AA116694	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.266 ± 14	1.180-1.068	Carvão / ShCal20	AA116689	Reis (2024)
SC-TA-04	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.180 ± 40	1.178-957	Carvão / ShCal20	Beta-229856	Schmitz et al. (2009)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.245 ± 13	1.177-1.065	Carvão / ShCal20	AA116704	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.244 ± 14	1.177-1.065	Carvão / ShCal20	AA116690	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.255 ± 16	1.176-1.069	Carvão / ShCal20	AA116691	Reis (2024)
Praia das Laranjeiras II	Jê (CR)	Tijucas	1.340 ± 30	1.106-923	Colágeno humano / mixa, ΔR -87 ± 38	Beta-426439	Gilson e Lessa (2020)
Fenda do Tigre	Sepultamento abrigo sob rocha	Alto Itajaí	1.112 ± 26	1.054-926	Dente humano / ShCal20	Vilnius-FTMC-IY25-2	Bueno et al. (2023b)
SC-VI-10 (Rio Krauel)	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	660 ± 80 (211)	1.047-147	Carvão / ShCal20	SI-537	Stuckenrath e Mielke (1972)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.076 ± 12	959-925	Carvão / ShCal20	AA116695	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	1.068 ± 14	959-922	Carvão / ShCal20	AA116688	Reis (2024)
Fenda do Tigre	Sepultamento abrigo sob rocha	Alto Itajaí	1.005 ± 26	926-799	Dente humano / ShCal20	Vilnius-FTMC-IY25-1	Bueno et al. (2023b)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	900 ± 30	920-769	Carvão / ShCal20	Beta-492717	Bueno et al. (2023b)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	880 ± 30	794-680	Carvão / ShCal20	Beta-492718	Bueno et al. (2023b)



Tabela 2. (Conclusão)

Sítio	Categoria	Bacia	Data C ¹⁴ (AP)	Data calibrada C ¹⁴ (AP) (95.4%)	Material / Curva	Código do laboratório	Referência
Praia das Laranjeiras II	Jê (CR)	Tijucas	970 ± 30	732-563	Colágeno humano / mixa, $\Delta R -87 \pm 38$	Beta-426438	Gilson e Lessa (2020)
SC-VI-19	Jê (CR)	Alto Itajaí	700 ± 30	666-557	Resíduo de cerâmica / ShCal20	Beta-688314	Reis (2024)
SC-TA-04	Jê (ES)	Alto Itajaí	650 ± 50	660-534	Carvão / ShCal20	Beta-214107	Schmitz et al. (2009)
SC-VI-19	Jê (CR)	Alto Itajaí	600 ± 30	632-516	Resíduo de cerâmica / ShCal20	Beta-698315	Reis (2024)
Caixão Guarda Velha	Terra preta	Alto Itajaí	623 ± 11	629-545	Carvão / ShCal20	AA116914	Reis (2024)
SC-VI-10 (Rio Krauel)	Lítico a céu aberto	Alto Itajaí	290 ± 80 (211)	625-0	Carvão / ShCal20	SI-536	Stuckenrath e Mielke (1972)
Caixão Guarda Velha	Terra preta	Alto Itajaí	595 ± 12	623-529	Carvão / ShCal20	AA116913	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	300 ± 30	445-153	Carvão / ShCal20	Beta-410430	Reis (2015)
Major Gercino 1	Lítico a céu aberto	Tijucas	230 ± 60	436-2	Carvão / ShCal20	Beta-202016	Farias (2005)
Praia das Laranjeiras II	Jê (CR)	Tijucas	195 ± 80	435-1	Carvão / ShCal20	I-10895	Schmitz (1988)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	256 ± 12	303-151	Carvão / ShCal20	AA116701	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	238 ± 13	290-150	Carvão / ShCal20	AA116700	Reis (2024)
Tobias Wagner	Jê (ES)	Alto Itajaí	217 ± 11	284-145	Carvão / ShCal20	AA116702	Reis (2024)
Fenda do Tigre	Sepultamento abrigo sob rocha	Alto Itajaí	160 ± 30	275-3	Dente humano / ShCal20	Beta-511085	Machado et al. (2019)

Os dados de cronologia para os sítios do baixo vale limitam-se a cinco datas realizadas em três sambaquis. As informações sobre a proveniência das amostras dos sambaquis Gaspar e Pocinho são escassas, além de possuírem um desvio padrão elevado (sigma) (Martin et al., 1988; Mielke & Long, 1969). No Ilhota 2, as duas datas foram obtidas na camada conchífera localizada na base do

sítio, estimando a ocupação inicial a partir de 6.700 anos cal AP (Schwengber & Santos, 2018). As datas do sambaqui Praia das Laranjeiras I (Schmitz & Bitencourt, 1996) e do sítio cerâmico Praia das Laranjeiras II (Schmitz et al., 1993), ambos localizados na bacia do rio Tijucas, complementam os dados da ocupação costeira, com datas a partir de 5.500 anos cal AP.

DISCUSSÃO

A sistematização do BDA, em conjunto com as atividades de campo e as novas datações, possibilita indicar o entrelaçamento das histórias indígenas de longa duração no vale do Itajaí a partir do refinamento da cronologia das ocupações, bem como da relação das pessoas com lugares e coisas, considerados como elementos estruturantes para os povos indígenas (Jácome, 2017; Kater & Lopes, 2021).

A análise das variáveis ambientais para cada categoria de sítio, separadas por compartimento da bacia, evidenciou uma certa recorrência na implantação de sítios de categorias diferentes, sugerindo padrões de ocupação e uso do território ao longo dos anos. Tais padrões podem ser indicativos de um conhecimento profundo e compartilhado pelos povos indígenas que ocuparam a região (Jácome, 2017; Kater & Lopes, 2021). Isso foi observado, sobretudo, nos sítios localizados no alto vale, em relação à elevação, a declividade e ao relevo (compartimento e forma). Sítios líticos e ocupações em abrigos sob rocha apresentam uma distribuição semelhante, variando de 300 a 900 m de altitude, situação essa igualmente registrada nos sítios de terra preta e Jê, com maior ocorrência de 700 a 900 m. Quanto à declividade, tanto sítios líticos, como Jê e de terra preta são registrados com maior frequência em terrenos suave-ondulados e ondulados, enquanto os abrigos sob rocha estão localizados em áreas montanhosas. Tais características resultam na prevalência de sítios no alto vale em locais de patamares e topos de morfologias distintas.

Nesse contexto, observou-se a recorrência de sítios líticos e abrigos sob rocha em topos convexos ($\cong 50\%$) e aguçados (25 a 37%). De forma similar, os sítios Jê e de terra preta apresentam, grosso modo, padrões de implantação semelhantes, com a maioria localizando-se em topos convexos ($> 70\%$) e uma menor quantidade em topos tabulares (10 a 24%). Em relação às métricas do médio vale, não foram observados padrões recorrentes entre as três categorias de sítios analisados (lítico, Jê e terra preta). Quanto aos sambaquis registrados no baixo e alto vale, as semelhanças de implantação foram observadas

na presença desses sítios nas cotas mais baixas de cada compartimento. Por último, de modo geral, todas as categorias de sítios estão localizadas próximas de cursos de água nos três compartimentos do vale do Itajaí.

Um dos elementos que pode ser destacado diz respeito à baixa representatividade de sítios nas áreas de planície, com cotas altimétricas mais baixas. Esse aspecto contrasta com dados oriundos de outras regiões do Sul e Sudeste do Brasil, nas quais sítios líticos atribuídos à tradição Umbu são frequentes em áreas de planície (Caldarelli, 1983; DeBlasis, 1988; Dias, 2003). Essa configuração contrasta também com a proposta de Farias (2005) para certos locais da encosta de Santa Catarina. No caso do vale do Itajaí, principalmente no alto vale, é necessário destacar que a maioria dos rios apresenta vales bem encaixados, acarretando áreas de várzea pouco extensas e sujeitas a inundações periódicas de grande porte. Esse aspecto pode impactar tanto em questões tafonômicas, como destruição ou enterramento dos sítios sob espessos pacotes sedimentares, quanto em escolhas culturais diversificadas, com assentamentos preferencialmente nas áreas de média e alta vertente. A presença de vestígios líticos cujos suportes indicam a apropriação de seixos em grande parte dos sítios reforça a ideia de conhecimento e uso dos diversos compartimentos da paisagem local de forma integrada, indicando a existência de redes de caminho interligando fundos de vale e topos de morro.

A distribuição das datas disponíveis para os sítios arqueológicos do vale do Itajaí e entorno próximo destaca a ocupação humana contínua e duradoura da região, relacionada à história indígena. Destacam-se três períodos de ocupação, cada um relacionado a diferentes categorias de sítios e dinâmicas de uso do espaço. Apesar de não dispormos de informações detalhadas sobre todos os contextos datados, partimos do pressuposto de que esses três conjuntos, em determinados contextos, não representam necessariamente rupturas do processo de ocupação da região. Em vez disso, podem ser interpretados como transformações resultantes das

interações ou da própria prática de reprodução dos elementos das estruturas sociais (Moore, 2009; Oppitz, 2015; Pauketat, 2001; Randall & Sassaman, 2010). Nesse sentido, a diversidade de sítios pode estar relacionada a diferentes dinâmicas de uso do espaço, vinculadas a processos históricos específicos.

O único período para o qual os sítios apresentam uma distribuição geográfica restrita ao alto vale é o primeiro, e mais antigo, com datas de 9.550 a 8.410 anos cal AP. A amostra referente ao período mais antigo é constituída por oito datas provenientes de dois sítios líticos com pontas bifaciais que possuem implantações distintas: o SC-TA-19, a céu aberto, e a Gruta do Presépio. Ambos estão localizados no vale do rio Itajaí do Oeste e distantes não mais do que 30 km entre si. As intervenções realizadas no SC-TA-19 identificaram estruturas de combustão e uma grande quantidade de líticos lascados em sílex e modificados pelo uso (Pereira, 2021; Schmitz et al., 2009). Na Gruta do Presépio, além dos líticos em sílex e das estruturas de combustão, também foram registrados vestígios faunísticos, em especial conchas fluviais (Machado et al., 2020a; Pereira, 2021). A análise dos respectivos conjuntos líticos indica forte similaridade em termos de organização tecnológica, possivelmente associados à mesma dinâmica de ocupação regional (Pereira, 2021).

Embora não estejam localizados no vale do Itajaí, é importante mencionar, para esse intervalo cronológico, dois contextos do litoral central e norte de Santa Catarina. O primeiro engloba os sítios Estaleiro 1 e Aterro Sanitário, localizados nas proximidades da Baía da Babitonga e com datas de 11.089 a 10.725 anos cal AP. Ambos os sítios apresentam conjuntos de vestígios líticos lascados cujas características indicam forte similaridade com os sítios do alto vale. Apesar de se localizarem na baixada litorânea, a projeção das curvas do nível do mar para esse período indica que o local de implantação dos sítios estava a dezenas de quilômetros da linha da costa naquele momento (Costa, 2021).

O outro contexto se refere ao sítio conchífero Rua do Papagaio, localizado no município de Bombinhas. Os momentos iniciais de ocupação desse sítio indicam uma cronologia de 8.600 a 8.400 anos cal AP vinculada a uma dinâmica de ocupação costeira (Lessa et al., 2024).

Seguindo a distribuição cronológica e geográfica dos sítios, é no segundo período de ocupação dessa longa história do vale que identificamos sítios arqueológicos tanto no alto quanto no baixo vale. Esse longo período, com idades de 7.150 a 2.366 anos cal AP, possui a maior quantidade de sítios datados ($n = 13$), com um total de 19 datas. As ocupações mais recuadas desse período são provenientes de sambaquis assentados no baixo vale, no que hoje constituem os municípios de Ilhota e Gaspar. Com base em curvas eustáticas (Cooper et al., 2016; Milne et al., 2005), que possibilitaram a projeção de paleolinhas da costa atlântica (Merencio, 2024), observou-se que os sítios Ilhota 2, Pedra de Amolar e Prata estariam localizados às margens de uma extensa paleobaía há seis e cinco mil anos cal AP. Esses sítios são compostos por bivalves de ambiente lagunar com alta salinidade¹⁸, como *Erodona mactroides* e *Anomalocardia flexuosa*, corroborando as projeções de paleolinhas, apesar de estarem atualmente a uma distância de 15 a 30 km da faixa costeira. As datas obtidas para os sambaquis do baixo vale do Itajaí se assemelham às mais antigas para sítios conchíferos de outras áreas costeiras do estado (sul e norte) (DeBlasis et al., 2021; Fossile et al., 2019; Merencio, 2021; Toso et al., 2021), integrando um contexto regional de ocupação humana mais intensa na planície costeira do Brasil meridional a partir desse período.

Nesse contexto, um sítio que merece destaque é o sambaqui fluvial Nova Bremen, localizado no alto vale, na margem direita de um trecho bastante encachoeirado do rio Hercílio, próximo à sua foz no rio Itajaí-açu. Apesar de o sítio ter sido fortemente impactado por diversas obras de urbanização ao longo dos anos, foi alvo de uma coleta arqueológica por Piazza e de pequenas intervenções pela

¹⁸ Considerando as intervenções realizadas nos sambaquis Ilhota 2 e Pedra de Amolar.

equipe do LEIA (Machado et al., 2020a). A partir dessas intervenções, obtivemos uma datação que indica ocupação por volta de 6.491-6.317 anos cal AP, ou seja, um intervalo contemporâneo aos demais sambaquis do baixo vale. Ainda que as intervenções nesse sítio tenham sido muito pontuais e não tenhamos dados precisos sobre o procedimento de coleta utilizado por Piazza, destacamos a presença de pontas bifaciais em sílex coletadas por ele nesse sítio.

Na faixa costeira, outro sítio que apresenta uma data para esse intervalo é o Praia das Laranjeiras II, com idade aproximada de 5.518 a 4.450 anos cal AP. A data provém de um osso de baleia coletado na porção oeste do sítio, em um contexto interpretado por Rohr, responsável pela escavação, como pertencente a uma ocupação pré-cerâmica (Schmitz et al., 1993). A proximidade do Laranjeiras II com o sambaqui Praia das Laranjeiras I, situado a menos de 50 m a oeste, levanta a possibilidade de que a data mais antiga do Laranjeiras II possa estar relacionada ao contexto do sambaqui Laranjeiras I, cuja datação é de 4.573 a 3.720 anos cal AP.

Além dos sambaquis costeiros e fluviais ativos no início desse período, há dados cronológicos para seis sítios líticos no alto vale a partir de 5.800 anos cal AP: SC-TA-19, Gruta do Presépio e SC-TA-03, no rio Itajaí do Oeste; Tobias Wagner e SC-VI-13, no rio Itajaí do Sul; e Operário 1, no rio Itajaí do Norte. Em relação à configuração da tecnologia lítica, as análises realizadas por Almeida (2020) indicaram mudanças tecnológicas na amostra do SC-TA-03 em relação aos conjuntos mais antigos do SC-TA-19. Tais mudanças estão relacionadas ao tipo de suporte utilizado (preferencialmente seixos) e à técnica de produção e morfologia das pontas (preferencialmente unipolar com produção de pontas apendiculadas). No entanto, conforme sugere Almeida (2020), essas variações se destacam em meio a uma série de similaridades, sendo possível identificar elementos de continuidade do ponto de vista cronológico e espacial entre os conjuntos oriundos de sítios nos vales dos rios Itajaí do Sul, do Oeste e do Norte. Essa tem sido uma observação recorrente nas análises tecnológicas de

conjuntos líticos da região, que enfatizam a articulação entre a permanência de uma série de características tecnológicas, relacionadas, por exemplo, à proporção das diferentes matérias-primas nos conjuntos, à recorrência na produção de pontas bifaciais e sua articulação com a produção de artefatos informais, à técnica de apropriação de diferentes suportes (plaquetas com lascamento bipolar, seixos com lascamento unipolar), entre outros.

Ao mesmo tempo, há indicações de variações entre sítios, regiões e períodos que estão sendo melhor investigadas em pesquisas de doutorado em andamento. De todo modo, os dados disponíveis até o momento sugerem que há elementos que são compartilhados e permanentes em âmbito macrorregional e cronológico, permeados por variações locais e, possivelmente, temporais. Essa dinâmica pode ser entendida como um diálogo entre tendências estruturais e conjunturais que demarcam a dinâmica histórica regional (Pauketat, 2001). Contudo, para dar continuidade a essa discussão, é necessário intensificar as amostragens localmente de forma a refinar o controle de proveniência espacial e cronológica, permitindo uma análise integrada da variabilidade tecnológica dos conjuntos líticos em âmbito sistêmico.

O terceiro período de ocupação compreende um total de 40 datas em 12 sítios arqueológicos, que possuem idades de 1.700 anos cal AP até o presente. Nesse período, observa-se maior diversificação das categorias de sítios arqueológicos registrados no alto e baixo vale, relacionados aos conjuntos artefatuais e à localização na paisagem. Segundo os dados disponíveis, passam a ocorrer sepultamentos em abrigos sob rocha no alto vale, representados pelos sítios Ribeirão da Herta (SC-VI-16), no Itajaí do Sul, e Alto Jararaca II (SC-VI-33), no Itajaí do Norte, destacando-se a presença de vestígios líticos no primeiro (DeMasi, 2001; Reis et al., 2018). Concomitantemente, a partir de cerca de 1.300 anos cal AP, há evidências de manutenção de lugares ocupados nos períodos anteriores no Itajaí do Oeste, como a Gruta do Presépio, bem como o registro de novas práticas, como

as estruturas semissubterrâneas, indicados pelas datas dos sítios SC-TA-04 e Tobias Wagner, localizados no Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, respectivamente (Pereira, 2021; Reis, 2015; Schmitz et al., 2009). Em alguns desses sítios, são registradas pontas bifaciais no interior das estruturas semissubterrâneas, como no SC-TA-04, que possui um contexto datado de 1.260 a 960 anos cal AP (Schmitz et al., 2009, p. 220). Na região de Alfredo Wagner, também foi identificada a presença de manchas de sedimento escuro, designadas como terra preta, no entorno de sítios com estruturas semissubterrâneas (Wagner, 2002). As intervenções realizadas em um desses sítios pela equipe do LEIA, o Caixão Guarda Velha, resultaram em duas datas com intervalo entre 629 e 529 anos cal AP, sendo essa uma das primeiras datações realizadas em sítios com essas características no vale do Itajaí.

Principalmente no alto vale, além dessa diversificação em relação às feições presentes nos sítios, continuam frequentes os sítios líticos, com conjuntos diversificados: com e sem pontas bifaciais, com material lascado e/ou polido/picoteado, com modificações decorrentes de uso e associados a sítios de terra preta. Destaca-se o sítio Krauel (SC-VI-10), localizado às margens do rio homônimo, escavado por Piazza na década de 1960 e cuja coleção integra o acervo do MARQUE-UFSC. Há duas datas para o sítio nesse período, de 1.047 anos cal AP até o presente¹⁹, indicando sua ocupação desde o século X. A coleção arqueológica associada a esse sítio apresenta material lítico lascado e polido, incluindo 25 pontas bifaciais. Segundo relatos registrados por Machado (2021), o local onde está implantado esse sítio representava, no início do século XX, um ponto de acampamento e de troca entre os Laklãnõ-Xokleng e a comunidade local.

Em relação à ocupação costeira do vale do Itajaí, os dados cronológicos são esparsos para esse período.

Para complementar essa lacuna, foram incorporadas informações do entorno, em especial do sítio Praia das Laranjeiras II, localizado em Balneário Camboriú, que possui datas nesse período de 1.106 a 506 anos cal AP, para um contexto com cerâmica Jê meridional e sepultamentos (Gilson & Lessa, 2020; Schmitz et al., 1993). Sítios com características semelhantes quanto à composição e à implantação também foram registrados na costa do vale do Itajaí, como o Cabeçudas e o Camboriú III, ambos registrados por Rohr (1984), sugerindo a presença da cerâmica Jê meridional em sítios costeiros a partir de aproximadamente 1.100 anos cal AP. No entanto, a cerâmica Jê nesses sítios não significa necessariamente a presença de grupos do planalto (Bastos et al., 2011, 2015; Cardoso et al., 2024; Oppitz et al., 2018), podendo se tratar de outras relações possíveis (Oppitz, 2021).

Para o alto vale do Itajaí, o registro mais recuado de cerâmica Jê meridional está localizado, até o momento, no interior de uma estrutura semissubterrânea do sítio Tobias Wagner, com idade estimada de 921 a 769 anos cal AP. As amostras cerâmicas do sítio Rio Platê, litocerâmico a céu aberto, localizado no interior da TI Ibirama-Laklãnõ (Piazza & Eble, 1968), submetidas à datação, resultaram em uma ocupação estimada de 920 a 516 anos cal AP, ou seja, entre os séculos XIII e XV (Reis, 2024). A pesquisa de W. Priprá (2021) sobre os lugares de memória na TI Ibirama-Laklãnõ destaca a presença de acampamentos antigos e de caminhos na região do Rio Platê, além de apresentar o relato do Sr. João Patê, ancião Laklãnõ, sobre a coleta de cerâmica na área do sítio.

A coleta de vestígios arqueológicos, em especial de pontas bifaciais e lâminas alisadas e/ou polidas, é um comportamento comum no vale do Itajaí entre colecionadores não indígenas (Pereira, 2021; Schmitz et al., 2009) e indígenas, sobretudo entre os Laklãnõ-Xokleng,

¹⁹ A correção do ¹³C foi aplicada nas duas amostras datadas do rio Krauel, seguindo as instruções de Gilson e Lessa (2020), resultando em um desvio padrão maior (de 80 para 211). Por conseguinte, foram obtidos intervalos cronológicos amplos, mas que são compatíveis com as informações do contexto.

que possuem uma profunda relação com esses objetos, como demonstram as pesquisas conduzidas pelos próprios Laklãnõ e trabalhos colaborativos e etnoarqueológicos (Machado, 2017; Machado et al., 2020b; Tschucambang, 2015). Nos últimos anos, o movimento cultural de resgate da identidade da memória dos Laklãnõ tem sido fomentado por diversos estudantes e pesquisadores indígenas da licenciatura intercultural na UFSC, responsáveis por registrar as memórias que os anciãos têm da história, dos lugares, das coisas, dos objetos e dos conhecimentos relacionados à produção (saber-fazer).

A pesquisa conduzida por Tschucambang (2015), por exemplo, ressalta as relações de parentesco e locais despertadas pelos líticos alisados e/ou polidos nos anciãos Laklãnõ, que reconheceram a quem esses objetos pertenciam e o local de uso/abandono. Nesse processo, os objetos associados à caça são considerados pelos Laklãnõ como elementos de sua identidade (Machado et al., 2020b), incluindo as pontas bifaciais líticas, que, em alguns casos, possuem formas semelhantes às que são produzidas em madeira (A. Priprá, 2020; Tschucambang, 2015). Apesar de não reconhecerem atualmente a produção das pontas bifaciais em tempos passados, os Laklãnõ as identificam como pertencentes ao seu povo, pois as utilizaram e as transportaram em suas caminhadas (Machado, 2017). A mobilidade resultante da pressão das frentes colonizadoras pode ter reforçado a importância de objetos ancestrais, como as pontas bifaciais, como elemento de identidade duradoura e vinculado a um território.

A memória Laklãnõ-Xokleng sobre o uso das pontas bifaciais suscita questionamentos e desafia a categorização de sítios com tais vestígios como pertencentes à tradição Umbu. Ademais, a longa cronologia desses sítios e a sua distribuição espacial, com ocorrência nas mesmas cotas altimétricas e compartimentos de relevo de sítios Jê meridionais, de terra preta e abrigos sob rocha, também

devem ser consideradas. Essa perspectiva é corroborada pelo contexto da bacia do rio Tubarão, ao sul do vale do Itajaí, onde foi verificada a presença de pontas bifaciais em períodos recentes, com ápice de 1.000 anos cal AP até o presente²⁰, bem como de sítios com terra preta com termóforas, sendo essa região também integrante do território histórico dos Laklãnõ-Xokleng (Claudino, 2011; DeBlasis et al., 2025; Kozłowski, 2018).

Considerando a memória de apropriação das pontas bifaciais como elementos de identidade do povo Laklãnõ-Xokleng, é importante destacar que, nos casos de sítios em que não há elementos que indiquem a produção das pontas bifaciais nos locais de registro desses vestígios, a fragilidade de se associar tais locais como pertencentes aos 'portadores da tradição Umbu' é notável. Ademais, tal questão está inserida no problema cronológico-cultural da área da encosta de Santa Catarina, no qual a sobreposição temporal de registros Umbu recentes e a expansão Jê meridional têm suscitado a hipótese de que houve um encontro cultural ou uma etnogênese local, com a associação/assimilação de grupos Laklãnõ-Xokleng e 'populações Umbu'. No entanto, a falta de evidências para afirmar categoricamente que se tratava de grupos distintos, bem como de interações constantes, impõe cautela a tais modelos.

As memórias Laklãnõ-Xokleng enaltecem que os registros e os vestígios arqueológicos estão em constante transformação em diferentes escalas e dimensões: objetos se movimentam no tempo e no espaço e são apropriados e ressignificados em diferentes contextos (Aldred, 2020; Leary, 2014; Machado, 2017). Esses dados complexificam o cenário e reforçam a necessidade de revisão da tradição Umbu (Dias, 2003), não sendo mais possível compartimentar automaticamente sítios líticos a céu aberto (com ou sem pontas bifaciais) e sítios lito-cerâmicos ou abrigos sob rocha como resultantes de dinâmicas de

²⁰ Destaca-se a presença de sítios com pontas bifaciais com datas mais recuadas na bacia do rio Tubarão, de até 4.200 cal anos AP, representados pelo sítio Major Gercino 6 (DeBlasis et al., 2025).

ocupação territorial distintas. Dessa forma, reforça-se a necessidade de se avaliar contextualmente o registro arqueológico, considerando as diferentes dinâmicas de sua produção, além dos processos tafonômicos.

Nesse mesmo sentido, o BDA amplia a compreensão do que pode vir a ser considerado um sítio arqueológico Jê no alto e no médio vale do Itajaí, para além da arquitetura de terra e da presença de cerâmica, como convencionado na literatura (Noelli, 2000; F. Silva & Noelli, 1996). A partir da análise da cronologia, dos dados espaciais de altitude e relevo, dos conjuntos artefatuais e da memória Laklãnõ-Xokleng sobre as pontas bifaciais, é possível sugerir uma relação entre sítios de terra preta e sítios líticos, com e sem pontas, e os povos Jê, mesmo na ausência da cerâmica ou da arquitetura de terra. Casos como o sítio de terra preta Caixão Guarda Velha, datado do século XV, e o sítio lítico Krauel, com datação mais recente, e que no século XX funcionou como local de acampamento e troca Laklãnõ-Xokleng (Machado, 2021), permitem estreitar a vinculação do registro arqueológico ao povo Laklãnõ-Xokleng de forma mais direta.

CONCLUSÃO

Até o momento dispomos de alguns elementos para discutir a longa história indígena no vale do Itajaí, sintetizados a seguir. Apesar da ausência de evidências na região, sítios como Estaleiro 1 e Aterro Sanitário, na costa norte, sustentam a hipótese de que os povos que ocuparam o alto vale durante o Holoceno inicial compartilhavam amplos territórios, incorporando também a planície litorânea, estabelecendo, assim, redes de interação entre esses compartimentos da paisagem, além de indicarem que a baixada litorânea era ocupada antes das primeiras evidências de construções sambaquianas. Em relação a esse aspecto, o adensamento de sítios do tipo sambaqui parece estar diretamente associado às dinâmicas de transformação da paisagem decorrentes do movimento de transgressão marinha, que afetou toda a costa meridional brasileira durante o Holoceno médio. Contudo, a datação recuada do sambaqui Rua do Papagaio corrobora a proposição de

que o processo de ocupação litorânea ocorreu no final do Holoceno inicial. No contexto do vale do Itajaí, as datações obtidas indicam a contemporaneidade na construção de sambaquis no alto e no baixo vale, em ambientes fluviais e litorâneos, evidenciando a existência de dinâmicas de interação entre o litoral e o interior no processo de ocupação do vale durante esse período.

Para além de variações locais, cronológicas e funcionais, há elementos de continuidade nos conjuntos líticos dos sítios arqueológicos do alto vale ao longo de todo o Holoceno, possivelmente envolvendo, inclusive, reincorporações de artefatos em contextos sistêmicos distintos, aspectos que dificultam uma classificação cronocultural para sítios dessa categoria e indicam um processo recorrente de ressignificação cultural de coisas e lugares.

A partir de cerca de 2.000 anos cal AP, há evidências de um processo de intensa transformação da paisagem através da presença de diferentes formas de construções com movimentação de terra para definição de estruturas semissubterrâneas, montículos, estruturas anelares, terra preta ou, ainda, para a demarcação de espaços previamente ocupados, como é o caso de abrigos sob rocha que passaram a ser utilizados como espaços funerários. Essa intensificação está materializada de forma mais efetiva no alto vale, mas há também, no litoral, indicadores de transformação sociocultural, observados a partir da presença da cerâmica Jê meridional, que, nesse período, passa a ocorrer tanto no alto quanto no baixo vale, além de mudanças nos processos construtivos dos sítios litorâneos.

Embora representem uma fração pequena da amostra de datas disponíveis para essa longa história indígena do vale do Itajaí, é fundamental destacar a existência de referenciais cronológicos para alguns sítios que incluem os séculos XVI, XVII e XVIII e que, para esses locais há uma sobreposição de informações oriundas da arqueologia, etnohistória e história oral, principalmente vinculadas ao povo Laklãnõ-Xokleng, reforçando sua relação com sítios arqueológicos que datam, pelo menos, do Holoceno tardio.

A partir desses dados, podemos começar a traçar alguns aspectos do entrelaçamento das histórias indígenas de longa duração no vale do Itajaí, em termos de espaço e tempo, que estão associados à complexidade do registro arqueológico. O primeiro corresponde à ocupação preferencial de locais com características semelhantes, remetendo a um conhecimento profundo compartilhado, como observado no alto vale entre sítios líticos, Jê meridional e de terra preta. O segundo refere-se à reocupação e à resignificação de lugares, identificados pela presença de conjuntos artefatuais distintos, e que se configuram como lugares persistentes e significativos, aspecto já discutido amplamente na arqueologia (Schlanger, 1992; Zedeño & Bowser, 2009), tendo como exemplo o sítio Tobias Wagner, no alto vale. O terceiro trata do entrelaçamento dos ciclos de movimento ao longo do alto, do médio e do baixo vale, expresso na recorrência sincrônica de objetos nos três compartimentos, como os suportes em seixos, as pontas bifaciais e a cerâmica Jê meridional, com especial atenção para os ciclos de movimento dos Laklãnō-Xokleng e da dispersão das pontas bifaciais, cuja prática resulta em uma reconfiguração da dispersão espacial e temporal desses objetos, que precisam ser compreendidos de forma contextual e relacional, ou seja, em suas novas materialidades (Fahlander, 2008; Tilley, 2007). Todos esses elementos nos remetem a uma longa história indígena, permeada por continuidades, transformações, atualizações e reapropriações de objetos e lugares, materialidades que tecem a história regional dos povos originários e mantêm viva a ancestralidade das paisagens formadas ao longo desse vale e que há milênios integram parte fundamental de territórios indígenas.

Dessa forma, descortina-se uma longa e complexa história profunda das ocupações humanas do vale do Itajaí em que é possível observar o entrelaçamento de diferentes trajetórias históricas. O BDA do vale do Itajaí se constitui, assim, em uma importante ferramenta na identificação de áreas de interesse para pesquisas futuras, além de lacunas na compreensão dos processos históricos de ocupação da

região, sobretudo em uma perspectiva de longa duração indígena de forma não compartimentalizada em categorias e segmentada em áreas. Destaca-se a necessidade de aprofundar as pesquisas para compreender as conexões das diferentes histórias de longa duração no vale do Itajaí, buscando investigar como as categorias de sítios estão conectadas umas às outras em termos espaciais e temporais, incorporando as informações etno-históricas e as memórias dos povos indígenas, além de incentivar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas realizadas para, com e pelos povos indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Walderes Coctá C. Priprá de Almeida, Simeão K. Priprá e a todo o povo Laklãnō-Xokleng, pela confiança depositada e pelas parcerias estabelecidas. No âmbito geral das pesquisas realizadas no vale do Itajaí, agradecemos o apoio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processos nº 409537/2018-7 e 406443/2021-1, contemplados pelos editais universais de 2018 e 2021, respectivamente) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) (edital nº 21/2024, projeto “Arqueologia do Vale do Itajaí”) para a realização das diversas etapas de campo e datação de amostras de sítios da região. As datações de amostras obtidas no sítio Tobias Wagner foram possíveis por meio do apoio da The Wenner-Green Foundation, concedido a L. B. Reis (Dissertation Fieldwork Grant, Gr. 10407). A atualização e a sistematização do BDA foram realizadas por F. T. Merencio por meio da bolsa de pós-doutorado concedida pelo CNPq (processo nº 152930/2022-1). Agradecemos também às bolsas de doutorado concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a L. B. Reis e G. Oppitz (processos nº 88881.128654/2016-01 e 88887.990112/2024-0) e pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina do Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (UNIEDU/FUMDES) a T. U. Pereira (processo nº 17947),

bem como às bolsas de iniciação científica do CNPq concedidas a L. N. Ferreira e B. Denardi. Agradecemos ainda aos museus e às instituições de salvaguarda do vale do Itajaí pelas informações sobre a presença de vestígios arqueológicos na região e pelo acesso aos respectivos acervos: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE-UFSC); Museu da Lomba Alta, em Alfredo Wagner; Museu Etno-Arqueológico de Itajaí (especialmente a Darlan Pereira Cordeiro); Arquivo Histórico Municipal de Gaspar; Museu de Azambuja, em Brusque; Museu Casa de Brusque; Acervo Histórico Municipal de Indaial; Museu da Família Alemã, em Blumenau; Museu Pomerano, em Pomerode; Museu da Memória Regional Alto Paraguaçu, em Itaiópolis; Museu do Imigrante, em Botuverá; e Museu Municipal de Massaranduba. Por fim, agradecemos aos dois pareceristas pelos comentários e sugestões ao manuscrito original.

REFERÊNCIAS

- Adami, R. M., & Frank, B. (2018). Unidades da Paisagem Natural. In J. J. Aumond, L. Sevegnani, & B. Frank (Orgs.), *Atlas da Bacia do Itajaí: formação, recursos naturais e ecossistemas* (pp. 227-246). Edifurb.
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). (2017). *Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalas (BHO 2017)* [Mapa].
- Aldred, O. (2020). Movement and the archaeological record. In O. Aldred, *The archaeology of movement* (pp. 1-35). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429203022>
- Almeida, F. S. (2020). *Arqueologia de caçadores-coletores no Alto Vale do Itajaí* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215957>
- Alves, E. Q., Macario, K. D., Scheel-Ybert, R., Oliveira, F. M., Colonese, A. C., Giannini, P. C. F., Guimarães, R., Fallon, S., Muniz, M., Chivall, D., & Ramsey, C. B. (2023). Assessing the 14C marine reservoir effect in archaeological contexts: data from the Cabeçuda shell mound in southern Brazil. *Radiocarbon*, 65(1), 1-27. <https://doi.org/10.1017/RDC.2022.75>
- Angulo, R. J., Souza, M. C., Reimer, P. J., & Sasaoka, S. K. (2005). Reservoir effect of the southern and southeastern Brazilian Coast. *Radiocarbon*, 47(1), 67-73. <https://doi.org/10.1017/S0033822200052206>
- Aumond, J. J. (2018). Geologia e Paleoambiente. In J. J. Aumond, L. Sevegnani, & B. Frank (Orgs.), *Atlas da Bacia do Itajaí: formação, recursos naturais e ecossistemas* (pp. 21-47). Edifurb.
- Aumond, J. J., Sevegnani, L., & Frank, B. (Orgs.). (2018). *Atlas da Bacia do Itajaí: formação, recursos naturais e ecossistemas*. Edifurb.
- Ballejo, F., Hadler, P., Cherem, J. J., Bueno, L., Machado, J. S., Matarrese, A. B., & Fernández, F. J. (2022). The first fossil record of a bone assemblage accumulated by New World vultures (Gruta do Presépio, Holocene, southern Brazil). *Boreas*, 51(3), 684-697. <https://doi.org/10.1111/bor.12579>
- Bastos, M. Q. R., Mendonça de Souza, S. M. F., Santos, R. V., Lima, B. A. F., Santos, R. V., & Rodrigues-Carvalho, C. (2011). Human mobility on the Brazilian coast: an analysis of strontium isotopes in archaeological human remains from Forte Marechal Luz Sambaqui. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 83(2), 731-743. <https://doi.org/10.1590/S0001-37652011000200030>
- Bastos, M. Q. R., Santos, R. V., Tykot, R. H., Mendonça de Souza, S. M. F., Rodrigues-Carvalho, C., & Lessa, A. (2015). Isotopic evidences regarding migration at the archeological site of Praia da Tapera: new data to an old matter. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 4, 588-595. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2015.10.028>
- Brasiliian Radiocarbon Database (BRC14). (2026). *Brasiliian Radiocarbon Database: a maior base online de datações absolutas para sítios arqueológicos do Brasil* [Banco de dados]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://brc14database.com.br/>
- Brandi, R. de A. (2009). *Patrimônio cultural arqueológico na gestão territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93310>
- Buba, N. M., & Paula, A. F. (2016). O preço de uma 'Alemanha sem passaporte': as medidas contra os Xokleng/Laklânô no interior catarinense (1836-1912). *Revista Santa Catarina em História*, 10(2), 70-82. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/1105>
- Bueno, L. (2019). Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(2), 477-496. <https://doi.org/10.1590/1981.812.22019000200011>
- Bueno, L., Gilson, S. P. N. R., Kopelke, S. F., Denardi, B. M., Fedechen, M., & Perillo Filho, Á. (2023a). Datações absolutas na arqueologia brasileira: distribuição espaço-temporal, problemas e propostas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 18(1), e20210113. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2021-0113>

- Bueno, L., Pereira, T. U., Matarrese, A., Reis, L. B., & Mokva, L. (2023b). *Territorialidades ameríndias no Alto Vale do Itajaí: um olhar a partir da Arqueologia, Ecologia e Paleontologia. Relatório final* [Relatório IPHAN]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bueno, L., Gilson, S. P. N. R., Merencio, F. T., Fedechen, M., Gomes, L. M. P. (2026). *Brazilian Radiocarbon Database* [Data set]. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13851680>
- Caldarelli, S. B. (1983). *Lições da Pedra: aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Cardoso, J. M., Merencio, F., Villagran, X., Wesolowski, V., Estevam, R., Fuller, B. T., DeBlasis, P., Pierre-Gilson, S., Guiserix, D., Méjean, P., Figuti, L., Farias, D., Guimaraes, G., Strauss, A., & Jaouen, K. (2024). Late shellmound occupation in southern Brazil: a multi-proxy study of the Galheta IV archaeological site. *PLoS ONE*, 19(3), e0300684. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0300684>
- Claudino, D. C. (2011). *Arqueologia na encosta catarinense: em busca dos vestígios materiais Xokleng* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3211>
- Consciência Consultoria Científica Ltda. (2014). *Projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da LT 69kV, PCH Ibirama. Sítios Operário, Rio Selin I e Rio Selin II. Ibirama, Alto Vale do Itajaí, SC* [Relatório final, processo IPHAN 01510.000976/2011-56].
- Cooper, J. A. G., Green, A. N., Meireles, R. P., Klein, A. H. F., Souza, J., & Toldo, E. E. (2016). Sandy barrier overstepping and preservation linked to rapid sea level rise and geological setting. *Marine Geology*, 382(1), 80-91. <https://doi.org/10.1016/j.margeo.2016.10.003>
- Corrêa, Â. A. (2013). Longue durée: história indígena e arqueologia. *Ciência e Cultura*, 65(2), 26-29. <https://doi.org/10.21800/S0009-67252013000200011>
- Costa, B. R. (2021). *Babitonga 10.000 AP: caçadores-coletores no Holoceno Inicial na baixada norte de Santa Catarina* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pelotas]. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.13668.65920/1>
- DeBlasis, P. (1988). *A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios líticos do médio curso* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- DeBlasis, P., Gaspar, M., & Kneip, A. (2021). Sambaquis from the Southern Brazilian Coast: landscape building and enduring heterarchical societies throughout the Holocene. *Land*, 10(7), 757. <https://doi.org/10.3390/land10070757>
- DeBlasis, P., Kozłowski, H., Perin, E. B., Campos, J. B., Guimarães, G. M., & Farias, D. S. E. (2025). A ocupação da encosta da serra sul catarinense: encontros culturais no Holoceno tardio. *Revista de Arqueologia*, 38(1), 108-136. <https://doi.org/10.24885/sab.v38i1.1217>
- DeMasi, M. A. N. (2001). Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas- Antropologia*, (57), 7-136. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/057.pdf>
- Dias, A. S. (2003). *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pelotas]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2004.tde-21102004-162152>
- Dias, A. S., & Jacobus, A. L. (2003). Quão antigo é o povoamento do sul do Brasil? *Revista do CEPA*, 27(38), 39-67.
- Douki, C., & Minard, P. (2007). Global history, connected histories: a shift of historiographical scale? *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 544(5), 7-21. <https://shs.cairn.info/journal-revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2007-5-page-7>
- Eble, A. B. (1972). *Mapa da região do alto vale do Itajaí mostrando a localização dos sítios arqueológicos prospectados em 1972* [Documento cartográfico]. Coleção Walter Piazza, acervo documental, MarquE-UFSC.
- Eble, A. B. (1973a). Identificação arqueológica de padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí - Santa Catarina - Brasil. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 6(6), 63-74.
- Eble, A. B. (1973b). Problemas arqueológicos da região do Alto Vale do Itajaí. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 6(6), 41-49.
- Eble, A. B., & Scatamacchia, M. C. M. (1974). Sítio cerâmico Tupi-Guarani no Vale do Itajaí (SC-VI-69). *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 7(7), 67-79.
- Fahlander, F. (2008). Differences that matter: materialities, material culture and social practice. In H. Glørstad, & L. Hedeager (Orgs.), *Six essays on the materiality of society and culture* (pp. 127-154). Bricoleur Press.
- Farias, D. S. E. (2005). *Distribuição e padrão de assentamento - Propostas para os sítios da tradição Umbu na encosta de Santa Catarina* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Fonseca, J. R. (2015). *O conhecimento dos sábios sobre a cerâmica na terra indígena Xokleng-Laklãnõ* [Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Fossile, T., Ferreira, J., Bandeira, D. da R., Figuti, L., Dias-da-Silva, S., Hausmann, N., Robson, H. K., Orton, D., & Colonese, A. C. (2019). Pre-Columbian fisheries catch reconstruction for a subtropical estuary in South America. *Fish and Fisheries*, 20(6), 1124-1137. <https://doi.org/10.1111/faf.12401>
- Gakran, N. (2015). *Elementos fundamentais da gramática Laklãnõ* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.5.T.19096>

- Geoarqueologia. (2011). *Programa de Levantamento Arqueológico Prospectivo na área de duplicação da BR-470, trecho Navegantes a Indaial/SC* [Relatório de pesquisa, processo IPHAN 01510-000716/2009-66].
- Gilson, S.-P., & Lessa, A. (2020). Ocupação tardia do litoral norte e central catarinense por grupos pescadores-caçadores-coletores: uma revisão crítica do contexto cronológico dos sítios rasos com presença de cerâmica. *Revista de Arqueologia*, 33(1), 55-77. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i1.702>
- Gonzaga, F. A. (2022). *Revisitando a cerâmica Jê meridional em Santa Catarina: o sítio Rio Platê I* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe].
- Gonzaga, F. A. (2024). O Sítio Rio Platê I: análise tecnológica de uma coleção cerâmica Jê Meridional do Alto Vale do Itajaí (SC). *Revista de Arqueologia*, 37(3), 84-103. <https://doi.org/10.24885/sab.v37i3.1220>
- Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP). (2022). *Resgate Arqueológico na área de implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis – Sítio Rússia III e IV* [Relatório final, processo IPHAN 01510.000594/2014-75].
- Heaton, T. J., Köhler, P., Butzin, M., Bard, E., Reimer, R. W., Austin, W. E. N., Bronk Ramsey, C., Grootes, P. M., Hughen, K. A., Kromer, B., Reimer, P. J., Adkins, J., Burke, A., Cook, M. S., Olsen, J., & Skinner, L. C. (2020). Marine20-The Marine Radiocarbon Age Calibration Curve (0-55,000 cal BP). *Radiocarbon*, 62(4), 779-820. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.68>
- Hissa, S. B. V., & Isnardis, A. (2022). Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(3), e20210103. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0103>
- Hogg, A. G., Heaton, T. J., Hua, Q., Palmer, J. G., Turney, C. S. M., Southon, J., Bayliss, A., Blackwell, P. G., Boswijk, G., Bronk Ramsey, C., Pearson, C., Petchey, F., Reimer, P., Reimer, R., & Wacker, L. (2020). SHCal20 Southern Hemisphere Calibration, 0-55,000 Years cal BP. *Radiocarbon*, 62(4), 759-778. <https://doi.org/10.1017/RDC.2020.59>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Geomorfologia – Brasil. Arquivo vetorial, escala 1:250.000* [Mapa]. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73103>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2025). *Censo demográfico 2022: localidades indígenas: resultados do universo*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102157>
- Jácome, C. P. (2017). *Dos Waiwai aos Pooco - fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2017.tde-07072017-160154>
- Kandel, A. W., Sommer, C., Kanaeva, Z., Bolus, M., Bruch, A. A., Groth, C., Haidle, M. N., Hertler, C., Heß, J., Malina, M., Märker, M., Hochschild, V., Mosbrugger, V., Schrenk, F., & Conard, N. J. (2023). The ROCEEH out of Africa Database (ROAD): a large-scale research database serves as an indispensable tool for human evolutionary studies. *PLoS ONE*, 18(8), e0289513. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0289513>
- Kater, T., & Lopes, R. A. (2021). Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. *Revista de História*, (180), a11720. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.174977>
- Kozłowski, H. S. (2018). *Modelagem preditiva e ocupação Jê meridional na encosta catarinense* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.71.2018.tde-23102018-175041>
- Kozłowski, H. S., Kneip, A., & DeBlasis, P. (2022). Aspectos da ocupação Sambaqueira e Guarani na Lagoa de Imaruí, litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 35(2), 63-84. <https://doi.org/10.24885/sab.v35i2.994>
- Lavina, R. (1994). *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Leary, J. (2014). Past mobility: an introduction. In J. Leary (Ed.), *Past mobilities: archaeological approaches to movement and mobility* (pp. 1-20). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315599632>
- Lessa, A., Santos, C. S., & Silva, O. P. (2024). Sítio Arqueológico Rua do Papagaio: uma ocupação diferenciada e muito antiga no litoral sul do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 37(3), 56-83. <https://doi.org/10.24885/sab.v37i3.1121>
- Machado, J. S. (2015). *Ũ TÔ DÉN TXI KABEL, aqueles que contam histórias: memória e território Laklãnô (Xokleng)* [Relatório final FAPESP]. Universidade de São Paulo.
- Machado, J. S. (2016a). Caminhos e paradas: perspectivas sobre o território Laklãnô (Xokleng). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (27), 179-196. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137298>
- Machado, J. S. (2016b). *Ũ TÔ DÉN TXI KABEL, aqueles que contam histórias: memória e território Laklãnô (Xokleng) - Parte 2* [Relatório final 2 FAPESP]. Universidade de São Paulo.
- Machado, J. S. (2017). Arqueologias indígenas, os Laklãnô Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, 30(1), 89-119. <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.504>

- Machado, J. S., Bueno, L., Peroni, N., & Hadler, P. (2019). *Territorialidades ameríndias no Alto Vale do Itajaí: um olhar a partir da Arqueologia, Ecologia e Paleontologia* [Relatório parcial]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Machado, J. S., Bueno, L., Peroni, N., & Hadler, P. (2020a). *Territorialidades ameríndias no Alto Vale do Itajaí: um olhar a partir da Arqueologia, Ecologia e Paleontologia* [Relatório final]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Machado, J. S., Tschucambang, C., & Fonseca, J. R. (2020b). Stones, clay and people among the Laklãnô Xokleng indigenous people in Southern Brazil. *Archaeologies*, 16(3), 460-491. <https://doi.org/10.1007/s11759-020-09405-8>
- Machado, J. S. (2021). Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios, coleções arqueológicas e os Laklãnô-Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC. *Revista Hawô*, 2, 1-49. <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/68725>
- Martin, L., Suguio, K., Flexor, J.-M., & Azevedo, A. E. G. (1988). *Mapa geológico do Quaternário Costeiro dos estados do Paraná e Santa Catarina* (Série Geologia, 28; Seção Geologia Básica, 18). Departamento Nacional de Produção Mineral.
- Matarrese, A. (2018). *Ocupação humana dos povos Jê no Alto Vale do Itajaí* [Relatório final de pesquisa de pós-doutorado CNPq]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Merencio, F. T. (2021). *Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2021.tde-20042021-161057>
- Merencio, F. T. (2024). *Arqueologia da mobilidade: Modelagem de redes de movimento e dinâmica de uso dos caminhos ao longo do Holoceno no vale do Itajaí, Santa Catarina* [Relatório final de pesquisa de pós-doutorado CNPq]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Mielke, J. E., & Long, A. (1969). Smithsonian Institution Radiocarbon Measurements V. *Radiocarbon*, 11(1), 163-182. <https://doi.org/10.1017/S003822200064511>
- Milheira, R. G., Souza, J. G., & Iriarte, J. (2019). Water, movement and landscape ordering: a GIS-based analysis for understanding the mobility system of late Holocene mound-builders in southern Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 111, 1050142. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2019.105014>
- Milne, G. A., Long, A. J., & Bassett, S. E. (2005). Modelling Holocene relative sea-level observations from the Caribbean and South America. *Quaternary Science Reviews*, 24(10-11), 1183-1202. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2004.10.005>
- Moore, H. (2009). Problems in the analysis of social change: an example from the Marakwet. In I. Hodder (Ed.), *Archaeology as long-term History* (pp. 85-104). Cambridge University Press.
- Namem, A. M. (2016). Arqueologia e Antropologia Laklãnô: diálogo possível? *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (27), 226-230. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137348>
- Neal, J., & Hawker, L. (2023). *FABDEMv1-2* [Mapa]. University of Bristol. <https://doi.org/10.5523/bris.s5hqmjcdj8yo2ibzi9b4ew3sn>
- Neves, E. G. (2015). Existe algo que se possa chamar de 'arqueologia brasileira'? *Estudos Avançados*, 29(83), 07-17. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100002>
- Noelli, F. S. (1999). Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (Sup. 3), 285-302. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113474>
- Noelli, F. S. (2000). A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, (44), 218-269. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>
- Oppitz, G. (2015). *Coisas que mudam: os processos de mudança nos sítios conchíferos catarinenses e um olhar isotópico sobre o caso do sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.71.2015.tde-11112015-105226>
- Oppitz, G., Bastos, M. Q. R., Scherer, L. Z., Lessa, A., Martins, V., Camargo, P., & DeBlasis, P. (2018). Pensando sobre mobilidade, dieta e mudança social: análises isotópicas no sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC. *Cadernos do LEPAARQ*, 15(30), 237-266. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13034>
- Oppitz, G. (2021). Os sambaquis e suas histórias: o que sabemos até agora? In L. Bueno, & L. B. Reis (Orgs.), *Florianópolis arqueológica* (pp. 90-140). Editora UFSC. <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-023-0>
- Paté, O. K. (2020). *O contato descrito pelos Laklãnô-Xokleng, os descendentes de Kaingang e as trocas de costumes e saberes* [Monografia de conclusão de curso Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204696>
- Pauketat, T. R. (2001). Practice and history in archaeology: an emerging paradigm. *Anthropological Theory*, 1(1), 73-98. <https://doi.org/10.1177/146349960100100105>
- Pereira, T. U. (2021). *Análise tecnológica de coleções líticas no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8468>
- Peres, J. A. (2009). *Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92792>

- Peres, J. A. (2022). A lei de terras e os Xokleng-Laklânô em Santa Catarina (1850-1890). *Faces de Clio*, 8(16), 88-107. <https://periodicos.ufrf.br/index.php/facesdeclio/article/view/38661>
- Perez, G. C., Afonso, M. C., & Mota, L. T. (2018). Métodos de análise espacial para sítios arqueológicos: um modelo preditivo para o Estado de São Paulo. *Cadernos do LEPAARQ*, 15(30), 98-120. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13746>
- Piazza, W. F. (1966a). As fontes primárias da História: fontes arqueológicas catarinenses. In *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História - ANPUH* (pp. 439-482). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Piazza, W. F. (1966b). *Memória arqueológica sobre o vale do Itajaí (Santa Catarina - Brasil)*. Museu Arqueologia e Etnologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Piazza, W. F. (1967). Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, (6), 39-46.
- Piazza, W. F., & Eble, A. B. (1968). Arqueologia do Vale do Itajaí. Sítio cerâmico "Rio Plate" (SC.VI.19). *Blumenau em Cadernos*, 9(1), 6-14.
- Priprá, A. N. (2020). *A cultura material do povo Xokleng/Laklânô: as armas tradicionais* [Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Priprá, W. C. (2021). *Lugares de acampamento e memória do povo Laklânô/Xokleng, Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226839>
- Prous, A., & Piazza, W. F. (1977). *Documents pour la préhistoire du Brésil meridional – 2. L'État de Santa Catarina* (Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud, 4). EHESS.
- Ramsey, C. B. (2022). *OxCal (Versão 4.4)* [Software]. <https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal.html>
- Randall, A. R., & Sassaman, K. E. (2010). (E)mergent complexities during the Archaic Period in Northeast Florida. In S. M. Alt (Ed.), *Ancient complexities: new perspectives in precolumbian North America* (pp. 8-31). University of Utah Press.
- Reis, L. B. (2015). *Para uma história Jê meridional na longa duração: o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169595>
- Reis, L. B., Almeida, F. S., & Bueno, L. R. (2018). Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13(3), 597-623. <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000300007>
- Reis, L. B. (2024). *People, plants, and land in long-term bundled interactions: composing Southern Jê complexities in the Upper Itajaí Valley (Santa Catarina State, Brazil)* [Relatório final]. Dissertation Fieldwork Grant, The Wenner-Gren Foundation, University of Arizona.
- Rohr, J. A. (1967). O sítio arqueológico de Alfredo Wagner: SC-VI-13. *Pesquisas. Antropologia*, 14, 3-28. <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/017.pdf>
- Rohr, J. A. (1984). Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, (17), 77-168.
- Santos, G. F. (2018). Geomorfologia. In J. J. Aumond, L. Sevegnani, & B. Frank (Orgs.), *Atlas da Bacia do Itajaí: formação, recursos naturais e ecossistemas* (pp. 49-74). Edifurb.
- Santos, H. G. dos, Jacomine, P. K. T., Anjos, L. H. C. dos, Oliveira, V. A. de, Lumbrellas, J. F., Coelho, M. R., Almeida, J. A. de, Araujo Filho, J. C. de, Oliveira, J. B. de, & Cunha, T. J. F. (2018). *Sistema brasileiro de classificação de solos* (5. ed.). EMBRAPA. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094003/sistema-brasileiro-de-classificacao-de-solos>
- Santos, M. C. P., Rosina, P., Carbonera, M., Hatté, C., & Lourdeau, A. (2024). Geoarchaeology of open-air sites of the Foz do Chapecó area in the upper Uruguay river, southern Brazil. *Quaternary Science Reviews*, 325, 108489. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2023.108489>
- Santos, S. C. (1973). *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Edeme.
- Santos, S. C. (1997). *Os índios Xokleng: memória visual*. EdUFSC.
- Scatamacchia, M. C. M. (1999). *Levantamento do patrimônio arqueológico da área de influência do gasoduto Brasil-Bolívia nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* [Relatório final - complementar].
- Scheel-Ybert, R. (2019). Calibração de datas radiocarbônicas em sítios costeiros. *Revista de Arqueologia*, 32(2), 119-134. <https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.710>
- Schlanger, S. H. (1992). Recognizing persistent places in anasazi settlement systems. In J. Rossignol, & L. Wandsnider (Eds.), *Space, time, and archaeological landscapes. Interdisciplinary contributions to archaeology* (pp. 91-112). Springer.
- Schmitz, P. I. (1988). *As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro* (Documentos, n. 2, pp. 75-139). Instituto Anchietano de Pesquisas.
- Schmitz, P. I., Verardi, I., DeMasi, M. A. N., Rogge, J. H., & Jacobus, A. L. (1993). Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr. O sítio da Praia das Laranjeiras II. Uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas. Antropologia*, (49), 7-181.

- Schmitz, P. I., & Bitencourt, A. L. V. (1996). O sítio arqueológico de Laranjeiras I, SC. *Pesquisas. Antropologia*, (53), 13-76.
- Schmitz, P. I., Arnt, F. V., Beber, M. V., Rosa, A. O., & Rogge, J. H. (2007). A arqueologia do planalto catarinense: Projeto Taió, SC. *História - Unisinos*, 11(2), 271-273. <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5896>
- Schmitz, P. I., Arnt, F. V., Rosa, A. O., & Rogge, J. H. (2009). Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC: O encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. *Pesquisas. Antropologia*, (67), 185-320.
- Schwengber, V. L. (2016). *Prospecção arqueológica nas áreas impactadas pelo alteamento da barragem sul, Município de Taió/SC*. Espaço Arqueologia [Relatório de pesquisa, processo IPHAN 01510.000894/2014-54].
- Schwengber, V. L., & Santos, L. S. (2018). *Programa de resgate arqueológico e educação patrimonial na área de duplicação da BR-470-SC* [Relatório de pesquisa, processo IPHAN 01450.005896/2014-91]. Espaço Arqueologia.
- Schwengber, V. L., Novasco, R. V., Konrad, W., Mendes, W. M., Joaquim, L. E. L., Schwengber, L. M. K., & Konrad, R. (2021). *Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área afetada pela conclusão do canal extravasador da barragem Norte, município de José Boiteux/SC* [Relatório de pesquisa, processo IPHAN 01510.000835/2020-24]. Espaço Arqueologia.
- Silva, F. A., & Noelli, F. S. (1996). Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, 22(1), 5-12. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28771>
- Silva, F. A. (1999). As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Revista do CEPA*, 23(30), 57-73.
- Silva, G. P. N. (2022). *A evolução da paisagem no processo de formação do sítio arqueológico Céu Azul 2* [Dissertação de mestrado, Universidade do Paraná]. <https://acervodigital.ufr.br/handle/1884/76578>
- Steele, J., & Shennan, S. J. (2020). *Spatial and chronological patterns in the neolithisation of Europe* [Dataset]. <https://doi.org/10.5284/1000207>
- Stuckenrath, R., & Mielke, J. E. (1972). Smithsonian Institution Radiocarbon Measurements VII. *Radiocarbon*, 14(2), 401-412. <https://doi.org/10.1017/S0033822200059452>
- Szlachta, T. S., & Guimarães, G. M. (2024). Colonização e genocídio: o caso dos indígenas Laklãnô/Xokleng na colônia Grão-Pará. *Revista História em Reflexão*, 18(35), 33-61. <https://doi.org/10.30612/rehr.v18i35.16934>
- Tilley, C. (2007). Materiality in materials. *Archaeological Dialogues*, 14(1), 16-20. <https://doi.org/10.1017/S1380203807002139>
- Toso, A., Hallingstad, E., McGrath, K., Fossile, T., Conlan, C., Ferreira, J., Bandeira, D. da R., Giannini, P. C. F., Gilson, S.-P., Bueno, L. de M. R., Bastos, M. Q. R., Borba, F. M., Santos, A. M. P. do, & Colonese, A. C. (2021). Fishing intensification as response to Late Holocene socio-ecological instability in southeastern South America. *Scientific Reports*, 11, 23506. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-02888-7>
- Tschucambang, C. (2015). *Artefatos arqueológicos no território Laklãnô/Xokleng-SC* [Monografia de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2015/04/COPAC%C3%83M-TSCHUCAMBANG.pdf>
- Urban, G. (1992). A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In M. C. Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (Vol. 2, pp. 87-102). Companhia das Letras.
- Viana, I., Priprá, D. L., Patté, S. A. F., & Maheirie, K. (2025). O 'Tempo do Mato' vive: a luta contracolonial Laklãnô Xokleng em Santa Catarina, Brasil. *Revista Cadernos do Ceom*, 38(62), 189-202. <https://doi.org/10.22562/2025.62.13>
- Wagner, A. (2002). *Alfredo Wagner: terra, água e índios*. Fundação Alfredo Wagner.
- Wiener, C. (1876). Sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*, 1, 1-20.
- Wiesemann, U. (1978). Os dialetos da língua Kaingáng e o Xokleng. *Arquivos de Anatomia e Antropologia*, 3, 199-217.
- Zedeño, M. N., & Bowser, B. J. (2009). The archaeology of meaningful places. In B. J. Bowser, & M. N. Zedeño (Orgs.), *The archaeology of meaningful places* (pp. 1-14). University of Utah Press.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

F. Terhaag Merencio contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, *software* e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. R. Bueno com conceituação, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração de projeto, supervisão, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); G. Oppitz com análise formal, investigação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); L. B. Reis com análise formal, aquisição de financiamento, investigação, visualização e escrita (rascunho original, revisão e edição); T. U. Pereira com análise formal, investigação e escrita (rascunho original); L. F. Nogueira com curadoria de dados, investigação e escrita (revisão e edição) e B. Denardi com curadoria de dados e investigação.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Dimensões políticas dos discursos rondonianos

Political dimensions of Rondonian speeches

Pedro Libanio Ribeiro de Carvalho 

Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Estágio pós-doutoral em Museologia. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo apresenta uma etnografia de dois discursos – da ciência e da civilização dos índios – veiculados na imprensa entre 1900 e 1920. O primeiro trata da influência de teorias científicas generalizantes na sociedade, o segundo, da narração do contato interétnico dentro do projeto de nação. Nos textos, a modernidade era difundida como um fim em si, usada como ferramenta para convencimento do leitor urbano acerca de tal projeto. Examinam-se as mudanças sutis nos textos que mantêm os discursos operantes com base em suas condições de elaboração, temáticas recorrentes e intenções dos enunciadores. O corte sincrônico permite analisar os eventos-chave que auxiliaram na divulgação dos trabalhos de Candido Rondon e do Museu Nacional.

Palavras-chave: Análise do discurso. Rondon. Museu Nacional.

Abstract: The article presents an ethnography analysis of discourses of science and civilization of the Indians published in the press between 1900 and 1920. The first addresses with the influence of generalizing scientific theories on society, while the second with the narration of interethnic contact within the national project. In the texts, modernity is disseminated as an end in itself, serving as a tool to persuade urban readers of such a project. The subtle shifts in the texts that sustain these discourses are examined based on their conditions of production, recurring themes, and the intentions of their enunciators. The synchronic perspective allows for the analyze of key events that contributed to publicizing the work of Candido Rondon and the National Museum.

Keywords: Speech analysis. Rondon. National Museum.

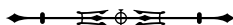
Carvalho, P. L. R. de. (2026). Dimensões políticas dos discursos rondonianos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240045. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0045>

Autor para correspondência: Pedro Libanio de Carvalho. Universidade de São Paulo. Av. Professor Almeida Prado, 1466 – Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (pedrolibanio@gmail.com).

Recebido em 25/07/2024

Aprovado em 27/03/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Neste artigo, faço uma etnografia das falas sobre os povos indígenas. Trabalho a reverberação da divulgação científica do Museu Nacional na imprensa. Sob a perspectiva entre linguística e teorias antropológicas, examino relações próximas entre dois discursos importantes e veiculados em diferentes suportes entre 1900 e 1920: o discurso da ciência e o da civilização dos índios. Eram imbricados um no outro, mas também poderiam ser vistos em separado.

A inserção do Brasil no contexto científico e econômico mundial trouxe o embevecimento da sociedade urbana com a modernidade e com as grandes ideias liberais. O Rio de Janeiro, como capital federal e maior porto do país, era centro irradiador desse movimento. Nesse contexto socioeconômico, os dois discursos foram usados dentro do espírito da modernidade almejada¹ do período e sofreram modificações ao longo do tempo para a melhor organização das forças políticas que os usavam. Foram mantidos na mídia, por meio da espetacularização dos trabalhos dos representantes do Estado (a Comissão Rondon² e o Museu Nacional) no sertão.

Pela imprensa, saliento eventos e tomadas de posição que possibilitam a análise desses discursos por meios de tópicos recorrentes, ferramentas retóricas e o uso e reuso ideológico. O discurso da ciência, aqui, não é exatamente uma descrição objetiva ou o uso dos métodos científicos, mas emprego de teorias generalizantes que explicam o país. Pelo início do profissionalismo na imprensa, a ciência periodista tem a objetividade cambiável em que os efeitos

de sentido não são dados pelos fatos (Fiorin, 2008). O discurso da civilização do índio traz narração de contato entre grupos humanos distintos, mas é também controle e dominação. Sob a perspectiva de Said (2003), é parte de uma disciplina, elaborada e contextualizada para angariar simpatia dos cidadãos da metrópole para um projeto colonial específico.

MODERNIDADE COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO

Todo discurso está imerso em seu tempo e traz consigo fatores que reafirmam, refutam e reorganizam a realidade, por isso é preciso compreender o contexto social, político e econômico brasileiro e mundial. O discurso é constituinte da subjetividade, é troca de efeito de sentido³ entre interlocutores (Orlandi, 2000). É a organização de um entrecruzamento de proposições, enunciados, “dentro do qual e pelo qual o mundo pode ser conhecido” (Ashcroft & Ahluwalia, 2001). A realidade se forma e se reafirma discursivamente por meio das interações. Nesse sentido, o discurso é instantâneo, dado que é individual e de momento, e também posição política, pois é coletivo e memória. É já-dito e intertexto⁴. Procuro aqui argumentações, reproduções e tópicos recorrentes de certas parcelas dos discursos em diversos textos. São *topoi*, pontos de apoio que engatilham raciocínios lógicos, que iniciam as teses que devem ser reproduzidas. O discurso não é válido por sua tese em si, mas por sua reprodução. Não elaboro juízos de valor sobre as teses, mas busco analisar as forças políticas que se

¹ Para Canclini (1997), a modernidade foi encarada de forma diferente em cada país e, penso aqui, por cada grupo social, justamente por uma dinâmica particular dos grupos entre si e com os processos de modernização, que, por razões diversas, se diferenciavam da política de cada lugar. Por exemplo, as instituições em que se organizavam intelectuais reinterpretavam o Brasil por meio das teorias científicas distintas (Cid & Waizbord, 2006, p. 215). Uso o termo modernidade almejada, pois os diversos grupos têm percepções distintas do que seria a modernidade: para um, a instantaneidade da riqueza e da ciranda financeira e a suposta igualdade de relações sociais, para outro, o escoamento fácil de produtos e a manutenção do poder local. A modernidade não era pensada como inclusiva, mas como uso e descarte do outro.

² Nome divulgado pela imprensa da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, que ligou Cuiabá, Mato Grosso, a Santo Antônio do Madeira (atual Porto Velho, Rondônia) entre 1907 e 1915.

³ Utilizo aqui a definição de efeito de sentido como possibilidade de realidade dentro de um contexto. Efeito de sentido não é o real, mas uma sensação de realidade. São o duplo sentido e a ambiguidade que deixam o receptor tirar sua conclusão (Greimas & Courtès, 1979, p. 136).

⁴ Já-dito é memória no sentido de uso cotidiano das palavras, por meio de expressões generalizantes. O interdiscurso é memória que remete à filiação de sentidos em determinado contexto. É ligação entre diversos sentidos similares que indicam filiação ideológica (Orlandi, 2000).

engendravam para a reprodução, as disputas internas e os silenciamentos de teses concorrentes. O artigo procura os lugares de convergência e de tensão entre os discursos.

Condição de produção é a concorrência de várias partes para o exame da gênese do discurso. Assim, não saliento a primeira vez que uma posição foi tomada, mas o conjunto de situações, fatos e elementos que contribuíram para a produção do discurso. Nesse sentido, a condição de produção é exterior ao discurso (Orlandi, 1987). Observa-se contexto momentâneo e posição política: por qual motivo um discurso foi utilizado como reação; e, num sentido mais amplo, quais as representações em que se ancora, quais são as posições objetivas e subjetivas nas relações de poder e embate entre os interlocutores (Orlandi, 2000, p. 31). O corte sincrônico, entre 1900 e 1920, permite analisar um reuso específico do momento e sua adequação política.

A Primeira República é marcada pela acomodação do regime e pela reorganização das oligarquias. Os dois primeiros presidentes do século XX, Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), traçaram um “movimento de pêndulo que vai da recessão saneadora ao desenvolvimento inflacionário” (Pilagallo, 2002, p. 3). Tal afirmação indica que a modernidade teria seu preço.

O país estava imerso numa mudança incerta mesclada com fé nas ideias liberais. O Brasil era um paradoxo entre o arcaico e uma modernidade almejada, a sociedade imperial seria sobrepujada por uma nova sociedade liberal e republicana. Sevcenko (1995) indica que o Rio de Janeiro era o epicentro desse terremoto de mudanças. A capital federal servia de exemplo das transformações tanto na infraestrutura física quanto na mentalidade. O autor assinala que o torvelinho de emoções e de transformações traz consigo questões idiossincráticas. Tratada como “regeneração” pela imprensa da época, tal mudança é tida como redentora (Sevcenko, 1995, p. 30).

Essa modernidade almejada, o espírito do tempo, é a subjetivação do pensamento e da cultura de sua época. A mudança não é necessariamente radical, mas, na modernidade, pode ocorrer mais rápido do que o

homem pode digerir e com intervalos irregulares. Uma característica da modernidade é devorar o antigo, que lhe serve de parâmetro (Ianni, 1990). No sentido generalizante e extremamente liberal, a modernidade ‘regeneradora’ seria marcha niilista de terra arrasada, eliminação da antiga sociedade e das camadas populares, que abriria espaço para que uma civilização ocidental e cosmopolita brotasse da semente da iniciativa privada aliada a um estado liberal.

Sevcenko (1995) e Ianni (1990) salientam que, nesse momento, a intelectualidade toma consciência de que há um antagonismo particular no Brasil, entre moderno e arcaico, litoral e sertão, urbano e rural. No entanto, o primeiro indica que haveria uma prevalência de um sobre o outro ou, como ele mesmo denomina, um ajustamento (Sevcenko, 1995, p. 32). Como apresentou o segundo, há uma imposição de regras e a necessidade de adequações do arcaico ao moderno. A modernização é uma aproximação forçada ao Ocidente, importada por elites que administravam o processo (Ianni, 1996). A tropicalização, ou seja, a adequação do que sobrou ou até do que resistiu à modernidade, se dá em um momento posterior, como em um freio de arrumação ou em lutas surdas ao longo do tempo. A tropicalização é simultaneidade e reorganização entre padrões, valores e manifestações culturais importadas e nativas.

A modernidade é vista como um fim em si mesmo, ainda que nunca alcançado. Cada grupo político-social tinha uma visão particular do que era ser moderno ou de como participar dessa nova ordem mundial. É forçoso perceber que algumas concepções particulares de modernidade ganham um tom caricato. Isso porque é uma “cópia” colocada em lugar em que não se encaixa (Ianni, 1990). Devido à marcha voraz que engole o antigo, a transformação moderna é feita de forma açodada. Isso causa um amálgama de articulações entre conceitos generalizantes, objetificações e diversidades que se querem mostrar como pares, semelhantes. Tais mudanças e deslocamentos são, ao mesmo tempo, individuais e coletivos. Sevcenko (1995, p. 26) descreve o tipo médio do cidadão moderno como

a contradição entre os termos nos quais ele se apresenta: um 'conservador arrojado' e com desejo por prata, título, *commodities* (café, borracha, entre outros). A contradição se explica por um empreendedorismo e uma livre iniciativa típicos do liberalismo tropical brasileiro amparado pelo Estado, o grande esteio econômico do país desde a Colônia (Carvalho, 1990). A vivacidade comercial e financeira republicana era a antagonista da pasmaceira imperial.

AS RELAÇÕES PRÓXIMAS ENTRE MUSEU, COMISSÃO RONDON E IMPRENSA

Desde a Exposição Antropológica de 1889, no Museu Nacional, a grande questão era a diferença entre a antropologia apresentada e a importância dada às origens indígenas do Brasil. Naquele momento, o indígena exótico contrastava com indígena romântico (preferivelmente extinto e tupi). O Museu Nacional, por seu diretor Ladislau Netto, queria erguer o Brasil à intelectualidade mundial, mas como conciliar que a parte mais brasileira da população, o indígena, encontrava-se em "grau civilizacional mais baixo" (Monteiro, 1996, p. 15). Ainda no Império, a ideia romântica de nação esmoreceu e o Museu Nacional ganhou protagonismo pelo estudo científico dos indígenas.

O início da República coincidiu, em parte, com a 'era de ouro dos museus' (1870-1930). Foi nas administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e de João Batista Lacerda (1895-1915) que o Museu Nacional ganhou lugar privilegiado, ao seguir o modelo de instituições europeias e participar do circuito internacional de permuta de objetos e produção científica (Schwarcz, 1993), tomando posição política ao emprestar funcionários para os diversos estudos etnográficos, mineralógicos etc. da Comissão Rondon (Santos, 2019). Para o público, museu e militares agiram sobre a terra e o povo no sentido da 'regeneração'.

Segundo Schwarcz (1993), a fragilidade dos museus brasileiros estava na dependência de diretores fortes que norteavam o debate científico e acadêmico, controlando desde a organização de coleções e revistas até a contratação de pessoal. Entre 1876 e 1900, os Archivos do

Museu Nacional apresentaram 78% de artigos de ciências naturais, enquanto antropologia e arqueologia representaram 11% e 10%, respectivamente (Schwarcz, 1993, p. 103). No período, a antropologia estava ligada à medicina e ao estudo comparativo de características físicas. A etnografia tinha base no estudo da cultura material, tida como possibilidade de mensuração de estágios civilizacionais. Em 1906, Roquette-Pinto iniciou uma reorganização da Quarta Seção do Museu Nacional, visando modernizar o trabalho e unir as coleções em um único catálogo.

Nessa modernidade move-diga, Rondon trazia uma noção de estabilidade, dada por sua posição de militar, engenheiro e positivista. Na imprensa, ele era o homem de ciência certo no lugar certo. Era o já-dito do bandeirante. Representava as relações entre os positivistas e a doutrina liberal em uma faceta da modernidade que agradava diversos grupos: intervencionista o suficiente para colocar em prática a ciência transformadora e ordenadora com a linha telegráfica; civilista e conservador o bastante para evitar levantes internos e acomodar grupos de interesse (Carvalho, 2005). A modernidade almejada positivista seria difusionista, partindo de um centro único, e conduziria o Brasil para um lugar altivo, com ordem, guias, regramentos, controles e evitando outras opções. O assimilacionismo está na base do conceito de tutela utilizado pelos militares (Carvalho, 2005). A modernidade é mudança de paradigma, mesmo que autoritário, dado que tira o outro de seu lugar.

A partir do final do século XIX, a imprensa artesanal abriu espaço para a industrial. O jornalismo da Primeira República era ainda carregado daquele do Império: eminentemente opinativo, político, panfletário e pautado pela emoção do autor. O semiprofissionalismo permitiu o posicionamento do autor em relação ao objeto. Escreviam para os pares e para os concorrentes (A. Rêgo, 2021; Sodré, 1966). Tal atuação torna mais fácil examinar o perfil editorial, devido ao jogo político de alinhamentos e oposições, do que a autoria dos textos. Era imprescindível que os símbolos da evolução tecnológica modernizante

figurassem em seções como “Nos estados”, “Movimento do porto”, “Partidas e chegadas”, “Telegramas”.

Revistas ilustradas foram os grandes veículos de comunicação e abrangiam tudo: política, economia, cultura, *faits divers*. Em contraponto, o jornal diário não era apenas monótono e sisudo (Teixeira, 2001), mas pequeno, com média de quatro a seis páginas. Rondon tinha seu trabalho divulgado em importantes veículos de diferentes matizes, como o órgão do Partido Republicano Paulista, o Correio Paulistano, o do Partido Republicano Paranaense, A Republica, além de O Estado de São Paulo, O Paiz e o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

A aquisição de maquinário moderno impulsionou uma revolução no mercado editorial brasileiro em diversos sentidos. A maior capacidade de impressão permitiu nova diagramação e paginação, o que criou um ambiente para substituição do estilo literário por um texto que se encaixa no modelo de comunicação de massa (Pessoa, 2021). Uma linguagem mais ágil contribuiu para o deslocamento do ambiente dos intelectuais, para a imprensa se tornar porta-voz de representações de modernidade e auxiliou a impulsionar uma classe de produtores e consumidores de notícias e informação⁵. É nesse ponto que a imprensa e os museus são peças-chave do debate, são atores no teatro de modernizações e mediadores entre sertão e litoral. São tradutores entre diferenças, pois tinham papel de fazer seguir a marcha da modernidade (Velloso, 2001; Sevcenko, 1995; Schwarcz, 1993). O museu funciona como avalista, e a imprensa compreende o impacto que tem. A crônica ganha importância ao impor ordem às incertezas do momento, a insegurança é substituída pelo que está em voga, assim, o cronista norteia seus leitores (Sevcenko, 1995, p. 38). De modo geral, veículos de imprensa são importantes peças do jogo político e tendem a padronizar a informação, criando um amálgama de valores éticos e culturais, de comportamento e de pensamento que

reproduzem uma ideologia (Van Dijk, 2010; Sodré, 1966). O jornalismo é uma forma de internalizar e reafirmar o espírito do tempo. Assim, a imprensa legitima um modo de vida, por ser elemento de reafirmação de uma determinada ordem social (Sevcenko, 1995).

Sevcenko (1995) salienta a força da imprensa em campanhas sistemáticas contra determinados alvos representantes, por definição, do atraso: o mendigo, o caboclo e aquele que foi exaltado como o genuíno elemento nacional, o indígena.

CIÊNCIA E CIVILIZAÇÃO, MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO

Não examino o oficial, mas o oficioso: a imprensa reverberando e reiterando discursos. Nesse sentido, Said (2003) indica que a secularização das diversas disciplinas que estudaram o Oriente auxiliou na elaboração de um discurso sobre ele. Tais “disciplinas diluídas” e popularizadas pela imprensa criam sensação de pertencimento nos leitores e, assim, intensificam sua própria disseminação orgânica. Os discursos da ciência e da civilização dos índios são intrincados ao longo do período estudado, mas é possível observá-los em separado.

Saliento que há uma diferença entre discurso científico e discurso da ciência, principalmente quando veiculado pela imprensa. O primeiro é a escrita objetiva, na qual impessoalidade e a metodologia auxiliam na exposição do objeto. No Museu Nacional, o discurso está nas descrições dos objetos etnográficos, no uso de termos corretos, na explanação de sua função, seu local de origem etc., por meio do qual são exemplificados os estágios evolutivos.

Na imprensa, o discurso da ciência é também descritivo. É forma científica de conhecer o mundo e quem o habita. É utilização cotidiana do amálgama das teorias científicas da época e exposição técnica da modernização. Por sua permeabilidade, o discurso da ciência é a escrita

⁵ É importante ressaltar que letrados representavam apenas 15% da população e se concentravam basicamente nos grandes centros (Sevcenko, 1995).

objetiva maleável empregada para dar aval a ações sobre a terra e a população. É o argumento de autoridade usado pela vontade do autor. Mostrava-se cotidiano nas resenhas de livros científicos, com notas apaixonadas pela teoria⁶. Esse cientificismo periodista tinha algumas particularidades: o *name dropping* científico (poderiam ser pessoas, designações ou teses), o primitivismo, o assimilacionismo, o progresso e a modernidade como fim em si etc. O cientificismo tem reflexo no indigenismo do período; já o assimilacionismo se mostra como a força da sociedade ocidental, um todo implacável que engole aquele que não faz parte dela ou lhe é inferior.

Já o discurso da civilização dos índios é a narração da situação de contato interétnico. Com Rondon, o Estado domina a história e não permite concorrência. É importante observar que o discurso era sobre os indígenas, e não destinado a eles, que não eram o leitor final nem tinham voz, ainda que apareçam como personagens. Eram agentes de ações pontuais, elementos ideológicos do discurso, no mais das vezes reificados como pertencentes a um estágio inferior de evolução. Ocupavam um lugar que foi do indígena romântico, que não se encaixava no espírito do período.

A narração e a documentação do contato fazem parte da força de uma retórica de transformar o indígena em cidadão. Segundo João Pacheco de Oliveira (citado por Lima, 1995, p. 40), o conflito é tomado como forma estruturante fundamental da interação, e não há um equilíbrio estático. O discurso tem variantes: relatos de encontros entre indígenas, dadas as relações mais próximas entre uns e outros, e não indígenas; relatos da força, correrias no Paraná e Santa Catarina, que passavam a ideia de lição corretiva; espoliação de território; e também interação pacífica ou eventos dentro do contexto de contato.

O efeito de sentido era encaminhar a narração da forma que se desejasse.

A história é modificada enquanto é contada, as mudanças discursivas são sutis ao longo do tempo. Conforme Tacca (2001, p. 18) indica, a Comissão Rondon criava um imaginário sobre o sertão e os indígenas. E a fotografia e os filmes etnográficos, usados amplamente pela comissão, também auxiliaram a calcar a imagem dos indígenas como exóticos.

Lima (1992) salienta que, durante o período da Primeira República, como principal produto de exportação, o café detinha toda a força política, mas o indigenismo era estrategicamente importante, dadas suas aspirações modernizantes. Indico aqui a causa indígena dentro do projeto de nação tocado pelos agentes do Estado, no caso, os militares positivistas que instalavam linhas telegráficas. Na divulgação da imprensa, inúmeras vezes o trabalho da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção do Índio (SPI)⁷ se misturam e se confundem.

1900-1908: BARBARISMO

A imprensa se faz acreditar por imparcial e objetiva para legitimar a informação veiculada. Ao narrar o cotidiano, recria, reafirma ou transforma a realidade, atualiza fatos que já estão na memória do leitor, reorganizando o passado no presente (Orlandi, 2000). A memória do leitor médio brasileiro estava povoada dos modelos e simulacros de indígenas com base em relatos de viagem, teorias científicas e fantasia. O indígena surge na mistura de informação cotidiana e narrativa fantástica. Diversas matérias indicam etapas civilizacionais com base em ataques cruéis, raptos, perseguições, rituais exóticos, antropofagia etc.

Veiculados em jornais de diversos matizes editoriais, memoriais sobre a colonização europeia ou sobre questões de limites entre estados usam o indígena como ferramenta

⁶ Abreu (1998, p. 255) assinala a combatividade da ciência nas críticas positivas a "Os sertões", de Silvio Romero.

⁷ O SPI foi o primeiro órgão estatal e centralizador no trato com os indígenas, "com a mesma metodologia para todas as etnias" (Lima, 1992, p. 155).

retórica, como *tópos* recorrente, marcos territoriais que também servem como pretexto para conquista. A lógica da argumentação depende das relações entre estes e os colonizadores; como na cartografia antiga, tais fronteiras indicam o domínio do outro (Knauss et al., 2010). A narrativa desse discurso de civilização do índio tem dois caminhos que enaltecem o elemento europeu, já-ditos da noção do caçador de riquezas do *Wild West*, da fronteira a ser desbravada, ou a ideia do religioso catequizador, transformador de população.

Como exemplo, trago querelas sobre os limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, prévias à Guerra do Contestado (1912-1916). Em A Republica, Martins (1901) indica que o escambo com os Carijós permitiu aos europeus que chegaram à ilha da Cotinga, em Paranaguá, explorar os rios Guaraguaçu, dos Almeidas e Correias. Segundo o conselheiro Manuel Mafra, a criação da vila de Lages, em 1766, foi uma usurpação de “sertões dilatados povoados pelo gentio”, e o governador de São Paulo “resolveu fazer guerra aos índios, que infestavam os campos de Curitiba, Guarapuava e de Lages” (Mafra, 1904). Os textos indicam que a colonização tirou os habitantes originais de seu território (Monteiro, 1994).

Em inúmeros jornais, informações imprecisas em poucas linhas criam uma realidade de ataques, matanças e roubos. O Paiz, na seção “Noticias do Norte” (1900), ocupa-se de assuntos variados: “Liga contra a tuberculose do Pará”; “Associação Humanitária Liga Cearense”; e até um caso de morte durante uma briga entre músicos de banda militar, em Manaus. A notícia “Parintintins em suas correrias mataram duas mulheres às margens do Madeira” segue o enredo de um conto fantástico de Robert E. Howard. As relações interétnicas aparecem no choque entre civilização e barbárie. O local não é especificado e o motivo do ataque não é declarado, mas a perseguição é descrita com detalhes: passando por ‘igapés’ e bambuzais até a maloca Parintintin (“Noticias do Norte”, 1900). As escaramuças são pormenorizadas. As relações interétnicas tem uma perspectiva superficial, apesar da introdução de

novos personagens, os Jarus, “índios inteligentes, dóceis e simpáticos” e inimigos históricos dos Parintintins. A definição supostamente apresentada por Jarus sobre os Parintintins os mostra “como ‘comedores de cabeças’”. Habitam o centro das matas e só vem à margem do Madeira para saborear o seu manjar predileto: cabeça de gente” (“Noticias do Norte”, 1900).

Porém, a matéria também reproduz observações aleatórias sobre os Jarus, sem qualquer relação com a informação anterior na mesma matéria:

Agarram-se ao homem a quem amam e com as unhas retalham-lhe a cara, dão-lhe verdadeiros golpes de onde escorre com abundância o sangue. O homem, por sua vez também, deve retribuir o carinho, mas não d'esta fôrma: deve applicar-lhe as mais tremendas bofetadas; se de cada taponar resultar uma quêda, é que o amante é realmente, é impetuosamente amoroso! Chamam a isso - “brincar gavião” (“Noticias do Norte”, 1900).

Viajantes como Hans Staden são já-ditos que alimentam a imaginação do leitor. Sequestro de pessoas por indígenas misturam passado e presente, arcaico e moderno. A falta de organização das informações, característica da imprensa da época, auxilia na verossimilhança das aventuras. O exótico dos costumes indígenas e o ordinário dos personagens centrais criam um efeito de sentido de selvageria e de diferença. Andarilhos e funcionários de ferrovias são capturados por ‘indivíduos selvagens’ de etnias genéricas, que andavam nus, untados de banha de anta, roubavam e matavam viajantes, comiam cobras ainda palpitantes e dormiam amarrados aos outros pelos polegares (“Viagem extraordinária”, 1901; “Preso por uma tribo”, 1903).

A coluna “A Semana” (1904) faz a crônica da atuação do moderno sobre o arcaico em texto que trabalha a conquista tecnológica do sertão pelo avanço das ferrovias (em particular, a de São Paulo a Cuiabá). Tem-se uma reconstrução do Brasil como o *tópos* do *locus amoenus*, o paraíso na terra (Fiorin, 2008). As riquezas brotam do chão: “matas de . . . poaia, . . . bosques de seringa, . . . ouro, ouro, ouro, . . . ferro” (“A Semana”, 1904). Porém, vagam sobre essas riquezas “o anthropophago Barbado,

o desconfiado Poreci, o dócil Cabaçal, o rebelde Cabexim, o activo Bacahyri”. É importante notar que os diversos povos são diferenciados na relação com o não índio.

O *tópos* de riquezas cercadas de selvagens cria o argumento de tomada de território e controle ou até de extermínio de população. A bonança desafiava a modernidade. O “primitivo” se afasta do “movimento civilizador” (“A Semana”, 1904). Diversos já-ditos se misturam na história de Marcelino Prado. Paulista liberal cujos negócios em Cáceres, no Mato Grosso, naufragaram, evitou procurar refúgio num emprego público e adentrou com a família pelo rio Sepotuba. Encontrou lugar rico em seringa e poaia e firmou fazenda, “é adorado” pelos “índios mansos chamados chiquilos” da Bolívia, que trouxe como “colonos livres” (“A Semana”, 1904). Fez fortuna e pagou as dívidas. Era a mistura do bandeirante brasileiro com Peachey Carnehan e Daniel Dravot, personagens do conto “O homem que queria ser rei”, publicado em 1888, de Kipling (2010 [1888]). O paraíso na terra seria tomado pela modernidade.

Os discursos da civilização dos índios e o da ciência se misturam nas sociedades e associações etnográficas ou para civilização dos índios por todo país. Tais instituições tinham diversos matizes, como a “Liga da Imprensa em favor da Catechese e Civilização dos Índios Brasileiros”, no Pará (“Em pról”, 1902), ou a “Liga Catharinense para a catechese dos selvícolas”, com o auxílio de Frik (1907)⁸.

A matéria “Associação ethnographica” (1901) apresenta o protótipo dessas agremiações. Os estatutos indicam as ações sobre o indígena: incutir o patriotismo, protegê-los e auxiliá-los no acesso à ‘civilização’. O texto alega que a sociedade contribuiria para o futuro Museu Arqueológico do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, que abrigaria as coleções e os estudos etnográficos (culturas, costumes, línguas, lendas etc.). Os museus dão legitimidade ao trabalho de contato, catalogação dos estágios e assimilação/

aculturação por meio do assentamento rural. Uma revista etnográfica divulgaria os achados. No texto, o discurso da ciência destaca que indígenas são “homens rústicos afastados já, em sua maioria, do selvagem”. Essas entidades não contextualizavam as diversas culturas, apresentando uma visão conservadora do evolucionismo.

Stocking (1985, p. 7) comenta que, entre 1840 e 1890, a antropologia estava ligada diretamente ao museu. O autor ainda apresenta que as sociedades etnográficas se tornam um “cenário institucional característico” e que as mais importantes eram as de Paris (1839), Nova York (1842) e Londres (1843). O primeiro grande museu etnográfico, que se tornou padrão a ser seguido, foi o Peabody Museum of Archaeology and Ethnology (EUA), de 1866.

No Brasil, os modelos de indigenismo dessas sociedades etnográficas se mostram como retórica⁹. A ideia de instituições municiando um museu de cultura material de uma etnia qualquer era uma questão bem orquestrada para ser apresentada como a grande solução para o ‘problema indígena’. As sociedades e os museus se encarregariam de trabalhar o jogo da alteridade. O termo sempre se relaciona ao ‘outro’, pois o material pertence e representa aquele que é descrito e objetificado no museu (Stocking, 1985).

A narração da civilização dos índios seria feita por meio da coleção de cultura material no museu. O que Rondon e Roquette-Pinto fizeram no Museu Nacional não foi ideia original, era a união entre discurso da ciência e da civilização dos índios. Dessa forma, os dois discursos participam da dimensão educativa que todo museu tem (Possamai, 2015), mesmo que restrita a eruditos. Roquette-Pinto apresenta que o positivismo não foi apenas uma doutrina da moda, tampouco um elemento retórico de letrados, mas foi um sistema “filosófico, político, científico e religioso” usado como *ethos*, no qual se compartilhava valores e todo um sistema de crença que deu direção a uma parcela importante de

⁸ Alberto Frik, etnólogo tcheco, que alertou jornais e autoridades brasileiros, em 1907, e no XVI Congresso de Americanista de Viena, em 1908, e atestou que colonos alemães financiavam correrias contra os Caingangue.

⁹ Entendido neste artigo como reprodução sistemática e organizada de determinadas teses, argumentos e conceitos.

intelectuais e cientistas no final do século XIX e início do XX (Ferreira, 2008, p. 87), mesmo não sendo um bloco único e coeso. Os positivistas tinham como um traço característico as intervenções na vida pública, por meio das quais também divulgavam seu programa cientificista.

1908-1910: MUDANÇA DE DISCURSO

Devido às vinculações políticas, órgãos da imprensa divulgavam projetos distintos de civilização dos índios. O embate era sobre quem levaria a cabo tal transformação com maior ou menor dor para todos os envolvidos: catequese religiosa e governamental, catequese leiga e privada e catequese leiga e estatal. Em grau diferente do de Rondon, as missões religiosas salesianas e o projeto de Leolinda Daltro também tiveram reverberação na imprensa.

O conceito de catequese veiculava o trabalho de assimilação e tutela da população do sertão para o leitor urbano. Como já-dito, o termo comunica uma perspectiva de ensino contínuo, trabalhando em consonância com a mistura cientificista de darwinismo social e civilização pelo exemplo. Os princípios de filantropia, de assimilação e de transposição de estágios permeavam diversas correntes do campo indigenista, definindo regras básicas de produção simbólica (Bourdieu, 2007). Os indígenas são representados em regimes narrativos e imagéticos, instaurados desde o século XIX, não considerados política ou economicamente (Oliveira, 2021). Segundo o cientificismo periodista, o contato e o exemplo fariam a transformação do indígena em civilizado. Por isso, os discursos eram de convencimento.

Dessa forma, mesmo que discretamente, diversas intuições convergiam para uma mesma posição discursiva que indica a mudança. As notícias de ataques motivados por pura bestialidade, aos poucos, perdiam o espaço. O jornal *A Republica* salientou que a “opinião geral é que urge dar um paradeiro á perseguição armada contra os índios em Santa Catharina, para evitar as represalias destes e as suas terríveis incursões pelo Paraná” (“Revanche de índios”, 1907). O mesmo jornal tomou posição em

favor dos “botocudos”, afirmando que teve repercussão favorável dos leitores, pois os ataques eram, em geral, “uma represália á provocações violentas e não justificadas, dos homens civilizados” (Castro, 1908).

A Câmara dos Deputados autorizou a criação de uma colônia militar no Maranhão com o intuito de impedir ataques de indígenas. O projeto do deputado Luiz Domingues (que depois foi governador do Maranhão, entre 1910-1914) sublinhou que não se devia retribuir brutalidade com fuzis e que o soldado auxiliava o religioso no trabalho de atração “pela civilização, é que é o nosso dever de povo culto” (Annaes da Camara dos Deputados, 1908, p. 71).

Na imprensa, o discurso da ciência era o consenso para a operacionalização do controle; a ideia de auxílio ao incapaz humanizava e criava mais identificação entre os leitores. Especificamente, a etnografia apresentava-se como conhecimento do outro e, assim, meio para ordenação e disciplina da população (Bittencourt, 2012). A mudança da perspectiva de selvagem contra civilizado para a da agressão e revide indicaria que os povos indígenas compreendiam a invasão de seu espaço, supostamente corroborando as ideias elementares, a uniformidade psíquica inerente ao ser humano, de Adolf Bastian. Já o altruísmo positivista evidenciava que não haveria transposição de estágios sem contato e controle efetivos, que só se dariam por meio pacífico.

No discurso, os conflitos são colocados em segundo plano em favor do debate sobre a tomada de território, bem como sobre a inserção desta população periférica na sociedade e no mundo do trabalho. A persuasão e o consenso são processos difusos e lentos, incutidos ao longo da reprodução dos discursos. O espírito do tempo é resumido em “O fardo do homem branco” (publicado em 1899), de Rudyard Kipling (Domingues, 2020), com um discurso imperialista que usa o subterfúgio do auxílio humanitário e da missão civilizatória para dominação do outro e exploração de seus recursos, *noblesse oblige*.

Um evento crucial para o debate indigenista é a publicação, pelo diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, de “A anthropologia do estado de São Paulo” (Ihering, 1907),

na Revista do Museu Paulista, suporte que considerava adequado para debate entre pares (Bittencourt, 2012). O artigo conclama o extermínio daqueles indígenas que impedem a colonização do interior paulista. Para E. Ribeiro (2009), trata-se de uma segunda edição, acrescida de mapas e dados linguísticos, de um trabalho apresentado na Exposição Universal de Saint Louis (EUA), em 1904, que não tinha as afirmações polêmicas.

Lima (1992, p. 156) ressalta que a repercussão do artigo de Ihering se estendeu até 1910 e que o debate não teve as proporções alardeadas pela “história oficial” do SPI, dado que o indigenismo era questão secundária, mas trouxe a figura de Candido Rondon para os holofotes. As reações ao artigo foram um ponto-chave para a consolidação da “catequese leiga”, proteção e governo oficial dos índios. A estatização do trato com o indígena deu aos rondonianos primazia sobre o discurso da civilização dos índios. Iniciavam-se jogos de forças e práticas discursivas que auxiliaram no silenciamento dos discursos concorrentes (Foucault, 1996).

O protesto da Congregação do Museu Nacional, datado de 4 de dezembro de 1908, foi redigido por Domingos Sergio de Carvalho, professor de antropologia e diretor da Quarta Seção. O texto acompanha a antropologia de seu tempo: o indígena é o habitante original do Brasil, o primeiro dono das terras; é tão “inteligente e industrioso” quanto qualquer povo do mundo; e carece de relação com o Estado (Magalhães, 1942, p. 304-305). As manifestações motivadas pela Congregação, publicadas em jornais importantes, convergem para o padrão socialmente compartilhado do cientificismo, em geral, e do positivismo, em particular. Indicam a necessidade de uma instituição civilizadora para guiar os indígenas, trazendo o sertão para a modernidade.

Alinhada ao positivismo, A Republica publicou “Telegrammas” (1908): “Rio, 7 - Os jornaes de S Paulo atacam o dr. Iheing, director do Muzeu Paulista, por aconselhar o exterminio dos indios como meio de civilisar as regiões incultas do paiz”. Depois, reproduziu integralmente o protesto da Congregação (“Os indigenas”, 1908).

A revista Matto Grosso (Rondon, 1909), marcadamente católica e ligada às missões salesianas, publicou o telegrama aberto de Rondon a Batista de Lacerda, diretor do museu.

O Malho demonstrou o espanto da população com a ideia do diretor do Museu Paulista: numa charge, três padres fazem piada com o fato de ser alemão “e a cerveja é um cozimento fermento de cevada e lúpulo, que às vezes, tem dessas coisas...” (“A causa”, 1908).

Na coluna de crônicas de costumes “Tres tiras” (1908), de O Paiz, a ideia de Ihering é tida como “esdruxula”. No discurso da ciência, o *name dropping* de teorias genéricas (como revide indicativo de grau de cultura) e de um cientista não especificado são o argumento de autoridade contra Ihering. Ao final, o autor pergunta se “Leolinda Daltro e seus apinagés” já estariam “á procura do tal homem, que quer matar os indios”. O humor silencia a concorrência. Ainda que fosse vendido na imprensa como o explorador e civilizador do sertão, o trabalho rondoniano não era unanimidade. Surgiram reclamações sobre o custo da obra e sobre castigos corporais (“Uma féra”, 1910). O trabalho no sertão era conhecido por ser brutal. Em seu livro “Through the Brazilian Wilderness”, Theodore Roosevelt reproduziu a resposta de um cozinheiro que foi convidado para integrar a comissão: “Senhor, jamais fiz nada para merecer tal castigo!” (Roosevelt, 1914, p. 155).

A repetição de um tópico ou tese mostra como se cria a realidade e se restringem discursos divergentes (Ashcroft & Ahluwalia, 2001; Said, 2003; Foucault, 1996). Com o passar do tempo, a tutela tornou-se autorrepresentação do próprio indigenismo (Oliveira, 2021). Na imprensa, a narrativa da tutela rondoniana calava concorrentes para que se protegesse tutor e tutelado. Em tal sentido, a modernidade positivista tinha um foco colonialista: uma periferia colecionada com o olhar colonial; nomear o outro e o que é dele e representá-lo.

1910-1920: CONSOLIDAÇÃO DOS DISCURSOS

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi instituído com o fim de criar um ambiente (configuração social)

para os trabalhadores livres, com associativização rural, implementação de infraestrutura e fixação de mão de obra no campo (Lima, 1992). Rodolfo de Miranda, ministro da pasta entre 1909 e 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 (Brasil, 1910), seguindo os moldes de “serviços previstos desde o Decreto nº 1.606/1906” (Lima, 1992, p. 171). O SPI foi criado com base no Apostolado Positivista, em relativa decadência, e o trabalho da linha telegráfica no sertão foi usado como mecanismo de articulação política. Rondon foi convidado para dirigir o órgão. O SPI e o Museu Nacional estavam na esfera de administração do ministério, a comissão tinha tripla subordinação a este último e aos ministérios da Guerra e da Viação e Obras Públicas. Apesar do início da profissionalização na pesquisa etnográfica e da divulgação das descobertas pela imprensa, politicamente, o museu era visto como grande depósito de coleções da administração colonial interna.

A criação do SPI foi exaustivamente trabalhada em incontáveis teses e artigos. Entendo que é importante enfatizar as relações próximas entre Comissão Rondon e SPI, já que, discursivamente, o indigenismo foi ligado propositadamente aos militares. Seguindo a premissa de Lima (1995), houve um trabalho de organização do que seria enaltecido e silenciado na atividade do SPI. Nesse sentido, a imprensa é usada para além da representação da realidade.

É importante notar que a exposição dos trabalhos da Comissão Rondon e do SPI nos jornais auxiliou a luta por verba na Primeira República. Com o SPI, o discurso da civilização ganha uma versão oficial, sendo veiculado por vozes muitas vezes difusas, mas consonantes. O indigenismo estatal fez com que o trabalho rondoniano tenha ocupado, por força, espaço midiático: a administração pública teve lugar cativo nos jornais. O modelo de comunicação de massa daquele momento tornou Rondon uma presença obrigatória nas matérias sobre os indígenas e o indigenismo.

Uma forma simples de fazer o chefe da comissão aparecer nos jornais era fazer com que a notícia partisse dele ou passasse por ele: ele recebia um telegrama e o repassava aos jornais ou lhes enviava um telegrama com determinada notícia. Há uma mudança no vocabulário. Enquanto até 1910 as palavras mais usadas eram ataque, selvagem, antropófago etc., determinados conceitos, palavras-chaves e já-ditos foram utilizados para sistematizar a midiática da política e da prática rondoniana de não violência. Na junção com o discurso da ciência, o indigenismo usava termos como: localização, pacificação, união nacional, ‘infância da humanidade’, ‘auxílio aos que vagam’ etc. Há um ufanismo científico, uma força midiática do conhecimento do Brasil por cientistas nacionais, e o *tópos* do *locus amoenus* se transformava em inferno verde, o medo do sertão (com índios antropófagos, onças, doenças, rios caudalosos), como apresentado anteriormente, alavancava a conquista do território, mas agora por meio do heroísmo, da abnegação e do patriotismo dos militares indigenistas. Trata-se, portanto, de uma reorganização dos termos cientificistas amplamente conhecidos pela elite intelectual.

No início do século XX, a pacificação se relacionava com o restabelecimento da paz nas alterações nacionais, como a Revolução Acreana (1899-1903) e o Contestado (1912-1914), e internacionais, como o Transvaal, durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902), ou a Guerra de Independência das Filipinas (1899-1902). Quanto ao indigenismo, a palavra não denota restabelecimento, mas contato e controle de população e território. Pacificar é domar, ainda que de forma simbólica. Trata-se de um processo longo e cheio de revezes; para efeito dramático, é comum que o texto padrão rondoniano apresente o primeiro contato como um clímax. Isso se deve ao fato de a pacificação ser condição *sine qua non* para a civilização/modernização e inserção do Brasil no plano econômico mundial. O termo foi mais utilizado com a midiática dos trabalhos da comissão, a partir de 1908. O contato pacífico foi o primeiro ato de um enredo que terminaria com a

transformação de uma natureza selvagem em moderna, produtora de riquezas, e de indígena em brasileiro. Para Lima (1995), a civilização dos índios representou uma guerra de conquista, o desmanche de uma sociedade tradicional e a imposição de outra.

A “pacificação dos Nhambiquaras” (Barbosa, 1910) foi a primeira midiaticizada. O ofício de Luis Bueno Horta Barbosa, inspetor regional do SPI, em 29 de dezembro, explicitava os eventos, as figuras e as práticas envolvidas: histórico de ataques aos militares, a tática de deixar presentes e a técnica de contato não violento e sem represálias. Previamente às fotos e aos filmes que povoaram a mente da elite brasileira, os elementos que atestavam o contato foram a coleta de vocabulário e de objetos etnográficos.

Publicado em O Paiz um dia depois do telegrama de Horta Barbosa, trazendo a mesma informação, o texto apócrifo “Um bello exemplo” (1910) é importante por ser um dos primeiros textos padrão sobre o trabalho rondoniano. Ainda que o emergente profissionalismo jornalístico criasse um texto objetivo, esta matéria foi organizada em esquemas com algumas imagens literárias que transformaram a informação num digesto, numa resenha. Muitas características deste artigo foram reproduzidas em outros textos. Sem a objetividade ou a impessoalidade da informação jornalística, a matéria cria um discurso coeso e homogêneo que aproxima o autor do leitor. Começa com uma descrição do avanço das explorações de 1909 e afirma a ferocidade daquela etnia. Por ser um trabalho de militares, a tática do contato é sempre ressaltada. Narra a técnica de aproximação, feita em movimentos de avanços, retrocessos e desvios, dado que os expedicionários entendiam as demonstrações de intenções e deixavam presentes estrategicamente localizados. Como indica Lima (1995), eventos como ataques são usados como *marketing* para os militares e a própria figura de Rondon. Não revidar era princípio total, a máxima pacifista dos positivistas era colocada em prática e o texto indicava que surtia o efeito apregoado pela ciência, os

“irresponsáveis malfeitores” (indígenas) entendem a nobreza dos presentes. A narração ainda mostra a civilização levada ao sertão de forma ampla, dado que o seringueiro e o caboclo também estão contemplados. A representação se afasta do outro em si e depende mais de quem a elabora, pois precisa fazer sentido para o leitor final (Said, 2003). Há suposições construídas para dar coesão interna ao texto. Na imbricação com o discurso da ciência, o da civilização do índio manipula a representação do outro de diversas formas e entrega ao leitor as convenções que este conhece: exemplos da transposição de estágios; e uma humanidade geral característica sobre a qual se baseia o assimilacionismo.

A publicização criava a homogeneização dos trabalhos pelo Brasil e a abnegação vinculada ao discurso civilizatório angariava simpatia e adesão da opinião pública. Localização, organização, contato ou pacificação ganhavam força na imprensa, trazendo notícias de diversos estados. O capitão Taulois, inspetor do SPI na Bahia, em telegrama para Rondon, informou que o estado pretendia ceder terras para o SPI fazer uma reserva para a etnia Puchichá. O texto da matéria parece cuidadosamente elaborado para refletir o projeto indigenista como representação de realidade, ou seja, o texto se coaduna com outros para criar um sentido de unidade ao trabalho rondoniano. A repetição do raciocínio cientificista de evolução e auxílio da civilização dos índios está no cerne da matéria. Ainda que o texto se distancie do digesto e tenha determinada objetividade, não mostra que o conflito se daria por terras, mas pelo “estado nomeado daqueles silvícolas”. Nomadismo e “inferioridade” são o argumento científico da intervenção oficial, chamada de “elevada missão” (“Notas”, 1911).

O Correio Paulistano publicou um telegrama de Rondon (1911) para o ministro da Agricultura sobre o início do processo de pacificação dos Caingangues de região de Avanhandava, São Paulo, por onde passa a E. F. (Estrada de Ferro) Noroeste do Brasil. O uso de intérpretes, Caingangues paranaenses, era noticiado. O discurso da civilização foi usado para silenciar a concorrência: “carrancudos partidários de

seu exterminio poderão verificar que os Kaingangs não são elementos contrários á civilização paulista; ao contrario, constituirão, nos sertões, a base essencial para a formação do uma raça de fortes” (Rondon, 1911).

As etapas da modernidade reverberavam na opinião pública. Na seção “Mala do Interior” (1911), as notas de mudanças de domicílio e casamento davam lugar à chegada, na região de Campos Novos do Paranapanema, dos “capitalistas, José Christiano de Sousa e o dr. João Gogliano, diretores de uma forte companhia” que pretendiam “plantar um milhão de pés de café”. A modernidade decorreria da pacificação, pois, como se afirmava, “o cafezal será formado no local hoje habitado pelos silvícolas” (“Mala do Interior”, 1911).

Esse contexto de modernidade favorecia o estudo etnográfico. Os discursos reorganizavam a análise de objetos, usos, costumes, relações interétnicas entre indígenas, seringueiros, fazendeiros ou colonos. Surgiam novos especialistas de um campo do saber que buscavam vínculos estreitos com a prática (Bourdieu, 2007). Com ufanismo científico, o sertão era dissecado na capital federal, e esses profissionais tinham respaldo na imprensa.

Com a chegada das primeiras peças etnográficas da Coleção Comissão Rondon (Santos 2011), Edgard Roquette-Pinto participou do Congresso Internacional das Raças, em Londres, em 1911. Esse trabalho foi posteriormente publicado com o título “Notas sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central”, na Revista Brasileira - *Brasilianische Rundschau* (Roquette-Pinto, 1912a). O Museu Nacional ganhava proeminência no cotidiano e participava do projeto de nação.

Muitos eventos concorrem para o grande momento da divulgação do trabalho rondoniano entre 1911 e 1915: o trabalho de contato e pacificação, as palestras destinadas a públicos diversos (notadamente em 1911, 1913 e 1915), a excursão de Roquette-Pinto à Serra do Norte, uma das primeiras grandes expedições etnográficas profissionais realizadas com a chancela do Museu Nacional, e a visita de Theodore Roosevelt.

É difícil encontrar interferências diretas nos jornais, mas as reações a determinado assunto ou o impacto pretendido é perceptível (Van Dijk, 2010, p. 22). A comissão e seus auxiliares tinham contato estreito com veículos de informação com linha editorial favorável ao governo, à causa indígena ou ao positivismo. Em 1911, Rondon realizou três conferências no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, amplamente divulgadas e reproduzidas integral e parcialmente na imprensa. O militar informava ter encontrado uma tapera no sertão toda forrada com caricaturas de O Malho (P. Rego, 1911). Entre os anos 1909 e 1911, a temática indígena apareceu 24 vezes nesta mesma revista, entre charges, piadas e reportagens sobre as diversas correntes do indigenismo. Porém, o humor silencia as missões religiosas e, principalmente, o trabalho de Leolinda Daltro (Corrêa, 1989).

O trabalho de convencimento também era realizado no interior, aproveitando a distância relativa que aproximava o leitor do assunto. A palestra “Catechese dos índios”, proferida por China (1912) na Associação Artística e Literária de Taubaté, em São Paulo, versava sobre o processo de pacificação no noroeste de São Paulo. José China era morador influente da região, mencionado no *Correio Paulistano* como tenente honorário do exército, catequizador de índios, professor de português, inspetor escolar, auxiliar administrativo e representante do próprio jornal.

O texto informa que o palestrante trabalhava no “serviço oficial de pacificação na Noroeste” (China, 1912), no SPI. As linhas-guias de um texto padrão rondoniano estão presentes, com adaptações devidas à política regional (menções a juiz, delegado, religiosos etc.) e à sua *expertise*. A contribuição apresenta o contexto regional do trabalho com histórico da distribuição regional, das migrações e das subdivisões principalmente dos ‘coroados’; o autor mostra erudição ao atentar sobre filiações linguísticas entre nações e comparação entre vocabulário; heroísmo e abnegação do serviço estão na narração do ataque ao acampamento em que ele era chefe; mas o protagonismo do serviço estatal fica comprometido no trecho “com toda imparcialidade

falou sobre a catequese religiosa em tempo intentada pelos missionários capuchinhos em Campos Novos” e na menção a missões particulares (China, 1912).

Em um grau maior do que José China, Roquette-Pinto foi um representante oficial da ciência que atuou no projeto de nação. A Excursão à Serra do Norte (1912) foi descrita na imprensa com o sentimento de ufanismo científico legitimador da civilização do sertão. O cotidiano dos indígenas e o choque cultural fizeram pequenas mudanças no texto padrão rondoniano, dando outra roupagem ao tom fantasioso. Informações incongruentes e objetificações criavam dramaticidade. A suposta falta de relações entre Nhambiquara e seringueiros de regiões vizinhas criou a lógica de docilidade, “confiança ingenua, franca e inteira” (“A catechese dos indios”, 1912). Alguns diários noticiavam que os militares passaram fome e foram socorridos pelos indígenas. O jornal A Noite publicou uma carta de Roquette-Pinto (1912b) que desmente tal informação.

O projeto de nação é bem utilizado no desenvolvimento da ciência brasileira, principalmente com intercâmbio de material e informações com importantes instituições estrangeiras, e na divulgação pela imprensa do trabalho de esquadrinha do país por seus naturais. Roquette-Pinto tirou proveito do momento, realizando conferências e publicando artigos, tese e livro (Santos, 2011). O trabalho de Roquette-Pinto conseguiu suposta mídia espontânea. O periódico Careta, por exemplo, descreveu Rondon e Roquette-Pinto como os desbravadores científicos do país (“No interior”, 1913). A reportagem desmonta o estereótipo de canibal e selvagem e mostra também o trabalho do seringueiro. O professor é enaltecido como um estudioso da alma daqueles que seriam incorporados à sociedade legal.

Publicada na íntegra no Jornal do Commercio, influente jornal conservador (no dia 22 de março de 1913), a conferência de Roquette-Pinto (1913) mostrava o início da profissionalização da etnografia no Brasil. O método científico se sobressai ao cientificismo ao informar que a pesquisa de campo é o rito de passagem do antropólogo. Roquette-Pinto trabalhou os temas e as contradições de

seu tempo, como a dicotomia entre litoral e sertão, bem como narrou costumes dos indígenas que os colocavam em estágios distintos de civilização com relação ao elemento europeu. A crítica social se aliava ao estudo dos tipos brasileiros; o caboclo cuiabano era o trabalhador nacional por excelência e sofria com o sistema de barracão. Exortava que a única saída desse abandono era a abolição do analfabetismo. Roquette-Pinto dizia que foi estudar os Nhambiquara antes que os alemães o fizessem. Nesse momento de transição da antropologia, é importante salientar a influência alemã na etnografia brasileira.

Ampliando o tema, é importante colocar em perspectiva a rede científica dos séculos XIX-XX e certa concorrência entre os museus. Entre 1893 e 1907, a administração de Emílio Goeldi fez do Museu Paraense um *hub* acadêmico germânico (Alemanha, Suíça e Áustria) que recebia pessoal especializado para expedições, patrocinadas por instituições europeias ou por iniciativas particulares. Um dos grandes mecenas das ciências no Pará era o cônsul alemão em Belém, que patrocinava excursões por meio da Casa Berringer & Cia, de sua propriedade (Sanjad, 2019). O profissionalismo auxiliava na análise dos objetos e na publicação de artigos na Europa, os quais aumentavam o prestígio para futuras expedições (Sanjad, 2019). Apesar de o Museu Nacional se beneficiar da administração estatal e do trânsito do material pela comissão, esses objetos ainda eram oriundos de coleta não especializada, acompanhados de documentação insuficiente e passíveis de compensação feita pela classificação de gabinete (Grupioni, 2008; Nascimento, 2009).

A. Ribeiro (1945) publicou, em O Paiz, uma crítica à administração do Museu Nacional, mostrando-se engajado no projeto de nação, ao salientar que, na República, os museus de história natural deveriam ter função prática de pesquisa e ensino em diversos âmbitos, como na agricultura, mas a realidade dos cortes de gastos chegou ao museu. Assinalou que o personalismo dos diretores refletia no ambiente institucional do museu e criava uma homogeneidade de sentido, um cientificismo que transformaria tudo em *hardsicence*, que pretendia uma

descrição minuciosa, mas criava o problema escolástico de falta de “pragmatismo mecânico” (A. Ribeiro, 1945), ou seja, falta de visão de indústria, de cadeia de produção, de ligação entre partes. Os cursos tinham poucos alunos e as publicações ficavam restritas à academia. Por falta de recursos e de vontade política, não havia conexão entre a ciência produzida no museu e a sociedade.

A viagem de Theodore Roosevelt¹⁰ pela América Latina (1913-1914) teve repercussão na mídia brasileira e americana. A parte do sertão serviu como resumo dos trabalhos civilizatórios e ocupou espaço na mídia pelos cinco meses que durou. O importante é que a ideia de que o Brasil ocupava um lugar no ocidente foi colocada na pauta.

Aproveitando a repercussão criada pela vinda de Roosevelt e a ligação final da linha telegráfica, realizou-se uma sequência de palestras ao longo do ano de 1915. No Rio de Janeiro e em São Paulo, Rondon fez o resumo técnico das conquistas geográficas durante três dias de palestras em cada cidade. Ao lado de Miranda Ribeiro, Roquette-Pinto também realizou conferências no Museu Nacional. A resenha “A Rondonia” (1915)¹¹, a primeira referência impressa à palavra, mostra o “papel científico e social” do trabalho rondoniano. Assim, a comunicação entre Amazônia e capital federal foi “um atilho a prender todo o Brasil em um só bloco, indivisível, coeso e homogêneo” (“A Rondonia”, 1915). O fardo do europeu ganhava viés de união de ordens moral e econômica.

O Jornal do Commercio (“Conferencias”, 1916) foi mais profundo e nomeou os povos recém-contatados: “Barbados, Kepi-keri-auats, Paustês, Urupús, Arikemes, Urumte e Matemautês e Cajabis” (“Conferencias”, 1916). Havia uma preocupação com o valor da ciência brasileira, ferramenta de conhecimento do indígena, que se desvencilhava da ciência periodista. Roquette-Pinto

afirmava que o primeiro contato pacífico não foi o início de amizade duradoura, mas de relações tensas que precisavam de constante acompanhamento. Trouxe o exemplo da morte de um fazendeiro por Caiabis após o primeiro contato pacífico.

O discurso de civilização dos índios deu contornos descritivos às relações interétnicas e aos diferentes costumes, criando o efeito de sentido de *still* de estágios civilizacionais. As observações antropológicas do momento estão no resumo das descobertas científicas: foram encontradas populações “ainda no estado mais primitivo”; mapearam-se “nações vagamente conhecidas” (“Conferencias”, 1916); é preciso mais estudo sobre “distribuição geographica dos grupos e suas pretendidas migrações”; e a hipótese difusionista de Paul Ehrenreich, baseada nas ideias de D'Orbigny, Martius e Von den Steinen (Noelli, 1996), de que o planalto brasileiro seria o irradiador de populações ganhou subsídios por se encontrar “lado a lado, e no mais primitivo estado tribus pertencentes a grupos diferentes” (“Conferencias”, 1916).

“Rondonia” (Roquette-Pinto, 1917) foi recebido com certo ufanismo científico. As críticas pretendiam alcançar consagração semelhante à de “Os sertões”, uma literatura científica que explica mazelas. Diferente de Euclides da Cunha, por questões profissionais, Roquette-Pinto era parte de projeto nacional estatal. É importante notar que “Rondonia” teve impacto relativo, também causado por uma força estatal de distribuição e aclamação.

Na Revista Americana, órgão do Itamaraty, a resenha de Moraes Coutinho exaltou Roquette-Pinto como real conhecedor dos povos indígenas do Brasil, afirmando que o antropólogo trazia os interesses gerais da humanidade e era conhecedor da natureza humana. Coutinho criticou outros autores por um discurso da

¹⁰ Convidado pelo ministro do Exterior, Lauro Müller, antigo colega de Escola Militar, Rondon acompanhou Roosevelt em uma viagem pelo sertão. A comitiva recebeu o nome de Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914) e rendeu o livro “Through the Brazilian Wilderness” (Roosevelt, 1914).

¹¹ Na Revista do Brasil (Roquette-Pinto, 1916, p. 170), o antropólogo fez uma pequena explicação do termo como parte de uma tradição que remete a Ayres de Casal (Mundurucuia e Bororonia) e Candido Mendes (Pinzônia).

ciência que sufocava a verve literária com “excessos de palavras” e “papagaismos” em prol de uma apresentação objetiva dos fatos (Coutinho, 1918, p. 95). O texto pendula entre poeta e cientista. O resenhista entendia que, para se compreender melhor tal obra antropológica e etnográfica, era preciso um cotejo com os trabalhos de Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich, para quem Roquette-Pinto se voltava “rectificando ou corrigindo, ou reivindicando” (Coutinho, 1918, p. 94).

Menos elitizada e com a força de O Estado de São Paulo, a resenha de Monteiro Lobato celebrava a pesquisa de Roquette-Pinto com elogios à leveza do texto e à avaliação das psicologias por meio de pequenas histórias (Lobato, 1918), usando o discurso da ciência com observações gerais das muitas teses da época. Dentro do espectro da evolução civilizacional, os Nhambiquara foram colocados no estágio mais baixo, tendo como indicação a falta da rede e de animais domésticos, a arte plumária e a cerâmica rudimentar, trazendo, como efeito dramático, “reminiscências próximas do período antropofágico” (Lobato, 1918, p. 3). O determinismo geográfico se destaca no idioma sem aparentes influências externas e em doenças únicas e endêmicas.

Monteiro Lobato criticava a administração federal que, diferente de todos os editores, não pôs o livro à venda. Para o escritor, poucas pessoas teriam um exemplar, “os outros, o caruncho comerá” (Lobato, 1918, p. 3).

Nos últimos anos da década de 1910, as três instituições se misturaram no *faits divers* e participaram da vida pública. Na matéria “A Comissão” (1918), Museu Nacional, SPI e Comissão Rondon patrimonializaram o indígena em diversas perspectivas. A Quarta Seção representava o Museu Nacional, apresentando vegetais dos Nhambiquara, musealizados etnograficamente, os quais ganhavam vida política fora da instituição. A classificação de gabinete fazia uma representação científica e multidisciplinar dos Nhambiquara, descritos em sua originalidade, no potencial uso na lavoura, nas cores, nas dimensões, na culinária, na cultura etc. Os

indígenas, colocados também em outras esferas, seriam fontes de informação e conhecimento sobre o território, trabalhando junto com outros colonos.

No livro “Rondonia” (Roquette-Pinto, 1917), os próprios Roquette-Pinto e Augusto Comte são citados diretamente (Auzemir, 1918). Em anúncios, Rondon distribuía carteiras de cigarros para os indígenas, ainda representados como exóticos. A dicotomia sertão/litoral é inferida nas “conquistas sociológicas em favor da Civilização Occidental” (Tigre, 1917, s/p) e na troca do arco e da flecha pela espingarda. A busca de uma brasilidade original, marca de alguns intelectuais do período (Abreu, 1998), modificava um tanto a ideia comum de período de civilização *versus* barbárie e se encontrava numa crítica que relativizava a noção de barbárie, comparando-a à liberdade e à nacionalidade singular. Nessa crítica, o indígena, usado como símbolo do homem livre, foi “arrancado às leis da natureza e encerrado entre os paragraphos do Código Civil” (Tigre, 1917, s/p).

Foram publicados resumos dos trabalhos da Comissão Rondon no Mato Grosso. Repletos de fotografias e sem autor, são textos laudatórios nos quais os discursos de civilização do índio e da ciência se mesclavam, mas os intrincados trabalhos da comissão foram separados sistematicamente: geográfico, viação, das ciências naturais (contando etnografia), econômico, administrativo e humanitário (“Os bandeirantes”, 1919).

Em “O nosso caboclismo”, Barreto (1919) apresentou uma crítica ácida à sociedade brasileira. Usou o *tópos* do orgulho de sangue indígena para alavancar uma crítica à pequenez burguesa. Citando o indianismo romântico, mencionou que se pretendia à época uma ancestralidade indígena, um caboclismo irreal. Criticou Rondon por uma fisionomia cruel, por descobertas já conhecidas, por não incrementar a agricultura dos Nhambiquaras e por custar caro aos cofres públicos: “só em milho, elle gastava mais de quinhentos contos por anno . . . Sei disto porque nesse tempo era eu empregado da Secretaria da Guerra e vi os papeis a tal respeito” (Barreto, 1919, s/p). Posicionou-se ao lado de Leolinda Daltro em sua candidatura à intendência

do Rio de Janeiro, indicando a modernidade como um fim alcançável, pois a cidade não é mais 'taba', nem ele, apesar de tudo, selvagem (Barreto, 1919).

Peixoto (1918) trouxe uma síntese diferente do trabalho indigenista e do projeto de nação. No comentário sobre "Rondonia" (Roquette-Pinto, 1917), disse ser a civilização um processo de doma do homem, de fazer do homem gente: "A civilização é a 'domesticação' do homem. Sempre relativa, muitas vezes precária" (Peixoto, 1918, p. 221). Dessa forma, Roquette-Pinto foi tanto naturalista quanto pedagogo. A tomada do território e a civilização se aplicariam, à força, a todos aqueles que não se encaixam, bandidos, criminosos e rebeldes. São bois sem domadores que terminam abatidos. O poeta concluiu: "O humorístico, bem humano, é que são eles que dão os tiros... nos bois" (Peixoto, 1918, p. 220). Em tal sentido, a modernidade almejada, como um conceito e fim entendido de forma distinta por cada grupo, não era para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da ciência complementa o da civilização dos índios. O primeiro é uma descrição das etapas que teria a função de comprovar a evolução social inerente aos grupos humanos. O segundo é o histórico do contato interétnico que faria tal evolução. A proximidade entre leitor e objeto, a civilização dos índios, por exemplo, é intencional. Era necessário aproximar o leitor final do trabalho no sertão e buscar apoio à ação daquele empreendimento.

Ao longo do tempo, um texto padrão indica certas características do trabalho rondoniano, usadas ao gosto do autor. As diversas figuras retóricas mexeram com os intelectuais, principalmente no final do período estudado; a ciência feita por brasileiros tinha características de um romantismo que persiste na procura por uma singularidade.

Pesquisadores do Museu Nacional e militares tinham estreitas relações com a imprensa, mas isso não permite afirmar que tal texto padrão fosse uma ação orquestrada pelos positivistas espalhados pelo Brasil, embora fossem

um grupo político forte e razoavelmente coeso. É por meio da imprensa que os cientistas alinham o museu ao projeto de nação. A confluência entre um momento de transição da antropologia, o posicionamento político e o *boom* da mídia de massa cria um momento único para Roquette-Pinto, em particular.

A espetacularização das notícias sobre os povos indígenas passa das primeiras informações sobre ataques e canibalismo para a ideia de sociedade e de proteção de território. Não busquei encontrar o redator de cada matéria ou crônica, mas a comparação entre os textos indica semelhanças e padrões textuais. Os discursos andam em paralelo quando a ciência – em particular, a etnografia – monitora os estágios civilizacionais por meio da cultura material dos diversos povos indígenas e depois passa para a observação da sociedade. Os textos buscam uma etnografia catalográfica que mensura o grau de cultura de um grupo, justamente tendo como fiel da balança o elemento europeu/branco. As colônias ou aldeamentos de povos tidos como mansos têm pouca cobertura da mídia; entende-se como silenciamento dos trabalhos de missões religiosas anteriores ou concomitantes ao órgão estatal.

Muitos motivos vistos no artigo foram depois reutilizados em diversos momentos na história do Brasil: a "Marcha para o Oeste", no Estado Novo, a doma da Amazônia como o inferno verde, na ditadura militar de 1964, e uma ideia usada recentemente pela administração de Jair Bolsonaro de que indígenas ocupam o espaço de riquezas naturais (ouro, ferro, madeira e animais). Nesse sentido, a modernidade mistura o ponto a ser atingido com o processo.

REFERÊNCIAS

- A catechese dos índios. (1912, junho 22). *Correio Paulistano*, (17.567), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/25303
- A causa da extinção dos índios. (1908). *O Malho*, (326).
- A Comissão Rondon na exposição de milho 1918. (1918 agosto 31). *Fon-Fon*, 12(35), 37-41. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/30903>

- A Rondonia. (1915, dezembro 6). *O Paiz*, 32(11.382), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/30076
- A semana. (1904, outubro 24). *O Paiz*, 21(7.321), 1. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/8541
- Abreu, R. (1998). *O enigma dos sertões*. Rocco; Funarte.
- Annaes da Camara dos Deputados. (1908, dezembro 19). *Ao projecto 396 A, de 1908. Annaes da Camara dos Deputados*, 14, 70-78. http://memoria.bn.br/docreader/060917_02/56075
- Ashcroft, B., & Ahluwalia, P. (2001). *Edward Said* (Routledge Critical Thinkers). Routledge.
- Associação ethnographica. (1901, novembro 25). *Diario da Tarde*, 3(831), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/800074/3141>
- Auzemir. (1918, junho 26). Questões pedagogicas: a arte de collar. *D. Quixote*, 2(59). <http://memoria.bn.br/docreader/095648x/1434>
- Barbosa, L. B. H. (1910, dezembro 29). Pacificação dos Nhambiquaras. *Correio Paulistano*, (17.029), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/20031
- Barreto, A. L. (1919, outubro 11). O nosso caboclistmo. *Careta*, 12(590), 17. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/22178>
- Bittencourt, V. L. N. (2012). Revista do Museu Paulista e(m) capas: identidade e representação institucional em texto e imagem. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 20(2), 149-154. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000200006>
- Bourdieu, P. (2007). *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Brasil. (1910). Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm
- Canclini, N. G. (1997). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edusp.
- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M. (2005). *Forças armadas e política no Brasil*. Jorge Zahar Editor.
- Castro. (1908, janeiro 8). Pelo Estado. *A Republica*, 23(6), 1. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/215554/20233>
- China, J. (1912, fevereiro 27). Taubaté: A Catechese dos indios. *Correio Paulistano*, (17.451), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/24127
- Cid, M. R. L., & Waizbort, R. (2006). Alípio de Miranda Ribeiro e as lições da Comissão Rondon para o Museu Nacional. *Filosofia e História da Biologia*, 1(1), 215-227. <https://www.abfhib.org/FHB/FHB-01/FHB-v01-13.html>
- Conferencias do museu. (1916, janeiro 1). *Jornal do Commercio*, 90(1), 4. http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/33160
- Corrêa, M. (1989). Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. *Revista Brasileira de História*, 9(18), 43-65.
- Coutinho, M. A. (1918, abril). Despropositos em torno de um livro: Rondonia, de E. Roquette-Pinto. *Revista Americana*, (7), 91-97. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/052558/9261>
- Domingues, J. E. (2020, agosto 6). 'O fardo do Homem Branco': exaltação do imperialismo. *Ensinar História* [Blog]. <https://ensinarhistoria.com.br/o-fardo-do-homem-branco-exaltacao-do-imperialismo>
- Em pról dos indios. (1902, junho 11). *A Republica*, 17(130), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/13350>
- Ferreira, L. O. (2008). Ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In N. T. Lima, & D. Sá (Orgs.), *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (pp. 87-98). UFMG; Fiocruz.
- Fiorin, J. L. (2008). *Em busca do sentido: estudos discursivos*. Contexto.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola.
- Frik, A. (1907, maio 15). A Liga Catharinense para a catechese dos selvícolas. *Gazeta de Notícias*, 33(135), 1. http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/14816
- Greimas, A. J., & Courtès, J. (1979). *Dicionário de semiótica*. Cultrix.
- Grupioni, L. D. B. (2008). Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (Supl. 7), 21-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2008.113491>
- Ianni, O. (1990). A ideia de Brasil moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 1(1), 19-38.
- Ianni, O. (1996). *Teorias da globalização*. Civilização Brasileira.
- Ihering, H. von. (1907). A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, 7, 202-257. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:ihering-1907-anthropologia>
- Kipling, R. (2010 [1888]). *O homem que queria ser rei e outras histórias*. Abril.

- Knauss, P., Ricci, C., & Chiavari, M. P. (2010). *Brasil: uma cartografia*. Casa da Palavra.
- Lima, A. C. S. (1992). O governo dos índios sob a gestão do SPI. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 155-172). Companhia das Letras.
- Lima, A. C. S. (1995). *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Vozes.
- Lobato, J. B. R. M. (1918, abril 23). Rondonia. *O Estado de São Paulo*, 44(14.360), 3. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19180423-14360-nac-0003-999-3-not>
- Mafra, M. S. (1904, março 9). Secção Livre: Jurisdição da União em territórios dos Estados. *O País*, 20(7092), 3-4. http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/7367
- Magalhães, A. (1942). *Impressões da Comissão Rondon*. Companhia Editora Nacional.
- Mala do Interior. (1911, setembro 11). *Correio Paulistano*, (17.284), 3. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/22398
- Martins, R. (1901, setembro 11). Limites a suéste. *A Republica*, 16(206), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/12480>
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras.
- Monteiro, J. M. (1996). As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império. In M. C. Maia, & R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 15-22). CCBB; Fiocruz.
- Nascimento, F. R. (2009). *A formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional, século XIX* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://www.museunacional.ufrj.br/semeiar/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Tese_NASCIMENTO.pdf
- No interior do Brasil: o Coronel Rondon e o Dr. Roquette Pinto. (1913, março 22). *Careta*, 6(251), 22. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/8850>
- Noelli, F. S. (1996). As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, 39(2), 7-53. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anoelli-1996-hipoteses/Noelli_1996_HipotesesOrigemExpansaoTupi.pdf
- Notas. (1911, janeiro 28). *Correio Paulistano*, (17.059), 1. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/20278
- Notícias do Norte. (1900, outubro 15). *O Paiz*, 17(5.850), 1. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/1477
- Oliveira, J. P. (2021). A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, 27(1), 1-31. <http://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a201>
- Orlandi, E. P. (2000). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Pontes.
- Os bandeirantes do século XX: a obra grandiosa da missão Rondon. (1919, agosto). *Revista Nacional*, 1(3), 15-22. <http://memoria.bn.br/docreader/331600/135>
- Peixoto, A. (1918, março). Parábolas. Domesticação e educação: A margem da "Rondonia". *Revista do Brasil*, 7(27), 219. <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26252>
- Pessoa, F. M. L. (2021). *Jeca-Tatu a rigor: representações do povo na Careta e n'O Malho: identidade nacional na Primeira República (1902-1929)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Pilgallo, O. (2002). *A história do Brasil no século 20 (1900-1920)* (Folha Explica). Publifolha.
- Possamai, Z. R. (2015). Exposição, coleção, museu escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. *Educar em Revista*, (58), 103-119. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.43467>
- Preso por uma tribo. (1903, junho 15). *O Paiz*, 19(6824), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/6132
- Rêgo, A. R. (2021). A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. *Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 15(1), 221-232. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2293/2432>
- Rego, P. C. (1911). Salada da Semana. *O Malho*, (451).
- Revanche de índios. (1907, junho 26). *A Republica*, 22(147), 2. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/19542>
- Ribeiro, A. M. (1945). *A Comissão Rondon e o Museu Nacional (conferências realizadas pelo professor Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1916)*. Ministério da Agricultura; Comissão Nacional de Proteção aos Índios.
- Ribeiro, E. R. (2009). *Ihering e a 'solução final' para o 'problema indígena'*. <http://www.etnolinguistica.org/doc:1>
- Rondon, C. M. (1909, fevereiro). Em defeza dos indígenas brasileiros. *Revista Matto-Grosso de Ciências, Letras, Artes e Variedades*, 6(2), 55-56. <http://memoria.bn.br/DocReader/355771/695>
- Rondon, C. M. (1911, maio 28). Protecção aos índios. *Correio Paulistano*, (17.178), 5. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/21336
- Roosevelt, T. (1914). *Through the Brazilian Wilderness*. Charles Scribner's Sons.

- Roquette-Pinto, E. (1912a). Notas sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central. *Revista Brasileira - Brasilianische Rundschau*, 25-43.
- Roquette-Pinto, E. (1912b, novembro 29). O Brasil selvagem. *A Noite*, 2(430), 2. http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/1940
- Roquette-Pinto, E. (1913, março 22). Os índios da Serra do Norte. *Jornal do Commercio*, (800), 3-4. http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/15537
- Roquette-Pinto, E. (1916, junho). Rondonia. *Revista do Brasil*, 2(6), 169-172. <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26231>
- Roquette-Pinto, E. (1917). *Rondonia* (Archivos do Museu Nacional, Vol. 20). Imprensa Nacional.
- Said, E. W. (2003). *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Companhia de Bolso.
- Sanjad, N. (2019). Nimuendajú, a Senhorita Doutora e os 'etnógrafos berlinenses': rede de conhecimento e espaços de circulação na configuração da etnologia alemã na Amazônia no início do século XX. *Asclepio*, 71(2), 1-25. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.14>
- Santos, R. C. M. (2011). *No 'Coração do Brasil': Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Santos, R. C. M. (2019). Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*, 25(53), 283-315. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000100011>
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1931*. Companhia das Letras.
- Sevcenko, N. (1995). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Editora Brasiliense.
- Sodré, N. W. (1996). *História da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Stocking, G. W. (Ed.). (1985). *Objects and others: essays on museums and material culture*. The University of Wisconsin Press.
- Tacca, F. (2001). *A imagética da Comissão Rondon*. Papirus.
- Teixeira, L. G. S. (2001). A charge: representações humorísticas do descobrimento do Brasil. In I. Lustosa, A. H. Lopes, L. G. S. Teixeira, M. Velloso, & R. Sá (Orgs.), *Do Guarani ao Guaraná: história, humor e nacionalidade* (pp. 20-29). Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Telegrammas: Interior: Ataque. (1908, dezembro 6). *A Republica*, 23(286), 2. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/21384>
- Tigre, M. B. (1917, outubro 31). Rondon e a cathechese. *D. Quixote*, (25), 5. <http://memoria.bn.br/docreader/095648/579>
- Tres Tiras. (1908, dezembro 12). *O Paiz*, 25(8.836), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/18179
- Um bello exemplo. (1910, dezembro 30). *O Paiz*, 27(9.582), 5. http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/4990
- Uma fêra humana. (1910, junho 6). *Correio Paulistano*, (16.824), 3. http://memoria.bn.gov.br/docreader/090972_06/18356
- Van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. Contexto.
- Velloso, M. (2001). Introdução. In I. Lustosa, A. H. Lopes, L. G. S. Teixeira, M. Velloso, & R. Sá (Orgs.), *Do Guarani ao Guaraná: história, humor e nacionalidade* (pp. 7-11). Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Viagem extraordinaria. (1901, dezembro 27). *Gazeta de Noticias*, 28(361), 1. http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/3359

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

Person auxiliaries in Wayampi

Auxiliares de pessoa em Wayampi

François Copin 

Université Paris Ouest Nanterre La Défense/Centre national de la
recherche scientifique (CNRS). Laboratoire MoDyCo. Nanterre, France

Abstract: This article describes person auxiliaries in Wayampi, a language of the Tupi-Guarani family. These elements are syntagmatic forms consisting of a person index and a non-verbal stem that cannot be related to any lexical stem in the contemporary language. Person auxiliaries, cannot function as predicates on their own, always accompany a verbal form with which they constitute a complex predicate. Depending on their role within the predicative verb form in which they appear, they can be either obligatory or optional. The purpose of this paper is to provide an in-depth analysis of these elements and, in particular, to show the essential role they play in the indexation of the transitive verbs in the language. By showing how the concept of person auxiliary is integrated into the Wayampi verbal system, this study contributes to the description of non-hierarchical marking in the Tupi-Guarani family and, more broadly, to the typology of person indexing.

Keywords: Person indexing. Complex predicates. Periphrastic forms. Serial verbs. Tupi-Guarani family.

Resumo: Este artigo descreve os auxiliares de pessoa em Wayampi (família Tupi-Guarani). Esses elementos são formas sintagmáticas que consistem em um índice de pessoa e um radical não verbal que não podem ser relacionados a nenhum radical lexical na língua de hoje. Os auxiliares de pessoa, que não podem predicar por si mesmos, sempre acompanham uma palavra verbal com a qual formam um predicado complexo. Dependendo de sua função na forma verbal predicativa em que aparecem, eles podem ser obrigatórios ou opcionais. O objetivo deste artigo é apresentar uma análise aprofundada desses elementos e, em particular, mostrar o papel essencial que eles desempenham na indexação de verbos transitivos nessa língua. Ao ilustrar como o conceito de auxiliar de pessoa está integrado ao sistema verbal do Wayampi, este estudo contribui para a descrição da marcação não hierárquica na família Tupi-Guarani e, de modo mais geral, para a tipologia da indexação de pessoas.

Palavras-chave: Indexação de pessoa. Predicado complexo. Formas perifrásticas. Verbos seriais. Família Tupi-Guarani.

Copin, F. (2026). Person auxiliaries in Wayampi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240080. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0080>

Corresponding author: François Copin. Université Paris Ouest Nanterre La Défense/Centre national de la recherche scientifique. Laboratoire MoDyCo (UMR 7114), 200 Avenue de la République, 92000. Nanterre, França (francoiscopin@proton.me).

Received on 11/18/2024

Approved on 01/05/2026

Editorial responsibility: Adam Singerman



INTRODUCTION

Wayampi is one of the three northern languages of the Tupi-Guarani family, along with Teko and Zo'e. It is spoken by approximately 2,000 people in the Brazilian state of Amapá and in southeastern French Guiana. Most of the data presented in this study come from Amapari Wayampi (AW), a subdialect of Southern/Brazilian Wayampi. However, some examples from Trois Sauts Wayampi (TW), a subdialect Northern/Guianese Wayampi, are also included. The AW data are primarily drawn from a freely available, non-literal translation of the New Testament, which poses certain analytical challenges (Wycliffe Bible Translators, 2013). All English translations from this material are my own, and any remaining errors of fact or interpretation are solely my responsibility. The TW data, by contrast, were all obtained during three field trips I conducted to the Wayampi village of Zidoc (Trois Sauts) in the late 2000s.

In Copin (2012, p. 240–241), I brought to light the verb forms used in Wayampi to express the person configuration 2→1, whose encoding is unique within the Tupi-Guarani family. A first distinctive feature of these forms is their periphrastic nature: they consist of two elements. One is what is typically referred to as a “verb” in Tupi-Guarani studies. The other is a separate morphosyntactic word that, in the person configurations where it occurs, indexes the participant not marked on the so-called ‘verb.’ This second element—which, as will be shown, also fulfills an additional function—forms the primary focus of this article. In the absence of an established term in the typological literature for this unusual word type, I propose the label ‘person auxiliary’¹. The following example offers a brief illustration of this concept in the TW dialect with the form *e-ipa*. As will be demonstrated, *e-ipa* and *ere-ika* together form a complex construction—specifically, a particular form within the indexation paradigm of the transitive verb *ika* ‘to kill.’

- (1) *Ere-ika* *so* *e-ipa,* *e'i* *jawa* *tamõ-pè.*
IND:2SG.A-kill PROH 1SG.P-AUX₁ IND:3.A:say jaguar elder-DAT
“‘Don’t kill me,” said the jaguar to the elder.’ [TW]

The purpose of this study is to provide a detailed account of the person auxiliaries in Wayampi and, in particular, to examine the various roles they play within the verbal system of this Amazonian language. It also explores how these elements combine with ‘verbs’ (or ‘verb words,’ in the alternative terminology introduced below) to form complex predicates. Since person auxiliaries challenge hierarchical argument indexing—a general principle guiding the conjugation of transitive verbs in Wayampi—this study includes at least a concise overview of the language’s hierarchical indexing system. In sum, this paper aims to present an overview of argument indexing in Wayampi transitive verbs, with a particular focus on person auxiliaries.

The remainder of the article is organized as follows. The first section outlines the verb structure in Wayampi and presents verb forms that follow a hierarchical indexing pattern. The next section introduces the concept of person auxiliaries and describes the two functions they fulfill in Wayampi. It also provides a detailed examination of the different

¹ Here I follow Rose (2015, p. 360), who uses the term ‘auxiliaries’ for elements in Teko that are quite similar to those discussed here. That said, given their somewhat particular nature compared to what linguists typically refer to as ‘auxiliaries,’ I add the qualifier ‘person’ to the term. The so-called ‘person auxiliaries’—which, as will be shown, are non-verbal in nature—represent one of the two auxiliary types attested in Wayampi. The other type of auxiliary—beyond the scope of this study and exhibiting completely different behavior—comprises the auxiliary verbs.

types of finite transitive verb forms that employ person auxiliaries. Finally, the paper concludes with a summary and some general reflections.

OUTLINE OF THE WAYAMPI VERB

The following subsections define the finite verb forms in Wayampi and provide a brief overview of their internal structure.

PRELIMINARY DEFINITIONS

In Wayampi, the verb is a lexical category whose members have at least two distinct forms capable of expressing a state of affairs: full finite forms and verbal nouns. Syntactically, full finite verb forms function exclusively as the main predicate—the absolute governor of the clause—whereas verbal nouns behave like nominals in their distribution. Morphosyntactically, full finite verb forms are marked for grammatical mood, either indicative or optative. Conversely, verbal nouns exhibit the properties typical of nouns and, more broadly, of nominals. This difference is illustrated in example (2).

- (2a) *O-ji-apisi=ta* *o-jeeve* *kupa*.²
IND:3.A-MID-fight=FUT 3SS.PSR-one.with.another 3PL.SBJ
‘They’re going to fight each other.’ [AW; Mark 24:7]

- (2b) *Sota* *kõ* *o-o* *ji-apisi-a-pè* *remě*,
soldier PL IND:3.A-go MID-fight-NMLZ.EVT:REF-LOC when

i-raparapa *te* *o-o* *kupa* *ipi*.
IND:3.P-REDUP:weapon FOC 3.A-go 3PL.SBJ HAB
‘When soldiers go to war, they go with weapons.’ [AW; 2 Corinthians 10:4]

In (2a), the verb *ji-apisi* ‘to fight’ appears as a full finite form (*o-ji-apisi*), functioning as the main predicate. In (2b), however, the same verb occurs in a nominal position—as an oblique complement marked by the locative case marker *-pè*. Here, the verbal lexical unit *ji-apisi* is converted into a verbal noun—a particular type of nominal—through the addition the event nominalizer *-a(w)*. Lexically, the form *ji-apisi-a* remains a verb (a specific lexical class), but syntactically it functions as a nominal (a particular syntactic class). In Wayampi, only verbs, as a lexical class, can be instantiated nominally by means of a form in *-a(w)*³.

² In Wayampi, the initial slot of the verb word in a finite verb form serves as the morphosyntactic locus of grammatical mood (see Figure 1). I argue that in this language, the indicative mood—whose marking is obligatory on all verb forms functioning as main predicates—has two conditioned allomorphs: *n-* (or one of its phonologically conditioned variants) when a sentential negation enclitic (*=i*, *=ãi*, *=tari*) is present, and $\emptyset$ when such a particle is absent. The zero morph expressing ‘positive indicative’ is theoretically justified on paradigmatic grounds, as it is mutually exclusive with both *n-* ‘negative indicative’ and *t-* ‘optative’ (see Copin, 2026 for further discussion). Note that all optative forms exhibit positive polarity; a negative optative may be formed periphrastically through the addition of the special sentential negator *=e’ŷ*.

³ This represents a crucial difference from nouns. Although nouns, like verbs, can function as main predicates, they do not require the event nominalizer *-a(w)* to occur in nominal positions. The noun–verb distinction in Wayampi is therefore clear-cut.

In addition to full finite forms and the nominal form (verbal noun), I propose that Wayampi verbs possess two additional non-finite forms: the converb and what I suggest calling the ‘copredicate’⁴. The converb is characteristic of transitive verbs, whereas the copredicate is exclusive to active intransitive verbs. For the purposes of this study, only the copredicate will be discussed.

A copredicate (or copredicative verb form) is characterized by several distinct properties. First, it is a finite verb form marked for person-number but not for mood, making it less finite than a full finite verb form. Second, it lacks full autonomy, exhibiting structural dependence on the main predicate—a feature I attribute to the fact that the copredicate is unmarked for mood. Third, like the converb, a copredicate shares the same TAM and polarity values as the main predicate, which can make the two difficult to distinguish and even call this distinction into question. Finally, as will be shown, a copredicate occurs only within a specific zone in the linear representation of the clause⁵.

Example (3) below illustrates the difference between an intransitive verb form functioning as a main predicate and as a copredicate. The verb form **t-o-o** is a main predicate because it is marked for mood; in this case, it contains the overt optative marker **t-**. In contrast, the verb form **o-jawa** lacks the expected optative marker **t-**, indicating its status as a copredicate in this context (although the form **t-o-jawa** is grammatical, it cannot appear here).

- (3) **T-o-o** **o-jawa.**
 OPT-3.A-go 3.A-run.away
 ‘Let him/her run away.’ [TW]

By comparing examples (1) and (3) above, we observe that both the person auxiliary **e-ipa** in (1) and the copredicate **o-jawa** in (3) are marked for person-number ‘but not for mood.’ The form ***t-e-ipa** is ungrammatical in Wayampi and while **t-o-jawa** is grammatical, it cannot appear in the copredicate context illustrated in (3)⁶. This pattern holds true for both copredicates and person auxiliaries (as well for converbs). Therefore, additional formal criteria are needed to distinguish between them and prevent potential confusion. These criteria will be introduced shortly.

THE MORPHOSYNTACTIC STRUCTURE OF THE FINITE VERB FORMS

Each verb form—whether a full finite form, copredicate, converb, or verbal noun—is constructed from a verb word composed of several structurally ordered components: stem, base, and word⁷. The ‘verb stem’, which may be internally complex, conveys the core meaning of the verb. The ‘verb base’ consists of the verb stem combined with any derivational affixes, if present, and serves as the common denominator across all forms of a given verb. The ‘verb word’ consists

⁴ In this paper, I adopt the distinction made by Rose (2009a) for Teko between the converb (more commonly referred to as the ‘gerund’ in Tupi-Guarani linguistics) and the V2 of a serial verb construction. The very term ‘copredicate’ that I employ here refers to the verb form, and by extension the syntactic function it fulfills, which occupies this V2 position.

⁵ Anticipating what follows, a copredicate appears—like a converb—to the left of the slot that hosts the subject plural index **kupa**.

⁶ This is precisely why, in Wayampi, the absence of any mood marking—whether overt or covert—in a form that is an integral part of a predicative construction can serve as a diagnostic criterion revealing the syntactic dependency linking this form to its syntactic governor (i.e., the verb word functioning as the main predicate).

⁷ I argue that the morphosyntactic structure of the Wayampi verb word is multidimensional, comprising several layers, each characterized by distinct formal properties, as demonstrated in Copin (2026). The term ‘verb word’ is borrowed from the descriptive tradition of the Dene languages (see Rice, 1998, among others), which, together with a few other traditions, provides as an important source of inspiration for my analysis of Wayampi verb structure.

of the verb base inflected for mood and potentially other grammatical categories, such as person-number and plurality. Its internal structure is illustrated in Figure 1. Naturally, not all slots need to be overtly filled in every verb form.

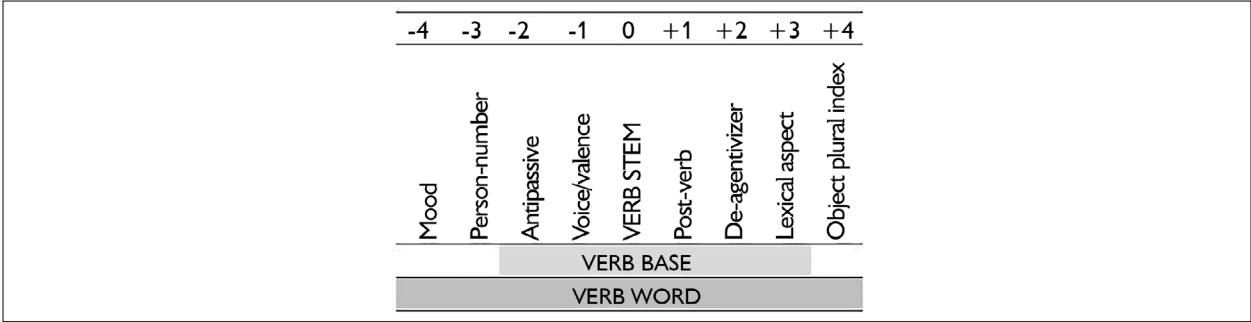


Figure 1. The Wayampi verb word template. Source: Copin (2026, p. 19).

For example, in (4) below, the form *t-o-porijauesa* is both a full finite verb form and a verb word. Syntactically, it functions independently as the main predicate—that is, it is a full finite verb form—and morphosyntactically, it is marked for mood (and person-number), making it a verb word.

- (4) *Āmō, i-moma’e ywete ipe mǎ’ě sō*
and IND:3.P-thing very.much CNTF REL EXCLM
- o-mǎ’ě i-porijau mǎ’ě re remě,*
IND:3.A-look.at IND:3.P-be.lacking REL ADESS when

t-o-porijauesa.
OPT-3.A-have.mercy
'And, when a rich man sees a poor man, he should pity him.' [AW; 1 John 3:17]
(lit., 'And, [one] who has things in abundance sees [one] who lacks [things]', may he have mercy [on him].)

A verb form that consists of only a verb word is a 'synthetic' verb form. The form *t-o-porijauesa* in (4) exemplifies this type of form. In Tupi-Guarani linguistics, the term 'verb,' when referring to a form, typically denotes this specific category of verb form.

Under certain circumstances—discussed further below—a verb word may be insufficient to form a particular full finite verb form. More precisely, a given verb word on its own does not carry the same meaning as when combined with another element. In such cases, the element in question is typically a person auxiliary, and its combination with the verb word results in a 'periphrastic' verb form. This paper primarily focuses on full finite verb forms that include a person auxiliary. The following example illustrates this type of construction.

- (5) *N-e-porijauesa=i pe-kupa ipi.*
IND-1SG.P-have.mercy=NEG.IND 2PL.A-AUX₂ HAB
'You_(PL) had no pity for me.' [AW; Matthew 25:42]

In (5), the combination of the verb word *n-e-porijauesa*, necessarily accompanied by a sentential negator (here =*i*), and the person auxiliary *pe-kupa* encodes the person configuration 2_{PL}→1_{SG}. The form *n-e-porijauesa... pe-kupa* is a periphrastic verb form. Although the absence of any person auxiliary is possible (the utterance *n-e-porijauesa=i ipi* ‘s/he had no pity for me’ is grammatical), it expresses a distinct person configuration: 3→1_{SG}. The form *n-e-porijauesa*, when not accompanied by a person auxiliary, is a synthetic verb form. Examples such as (5) justify the inclusion of person auxiliaries within verb forms.

PERSON AND NUMBER MARKING IN THE VERBAL PREDICATE

In Wayampi, the grammatical categories of person and number on predicates are expressed syncretically through two types of morphs: argument indexes and plural indexes. This section provides a brief overview of both.

PERSON INDEXATION

The person indexation paradigm in Wayampi resembles that of many other Tupi-Guarani languages. Verbs encode their core arguments (S, A, P) using two sets of prefixal argument indexes: agentive (Set A) and patientive (Set P). Table 1 presents all of these forms⁸.

Table 1. Wayampi argument indexes.

Person-value category	Set A		Set P	
	Forms	Glossing	Forms	Glossing
1·2	<i>ja-</i> (INTR.V) / <i>si-</i> (TR.V.)	INCL.A	<i>jane-</i>	INCL.P
1	<i>a-</i>	1 _{SG} .A	<i>e-</i>	1 _{SG} .P
	<i>oro-</i>	1.A	<i>ore-</i>	1 _{PL} .P
2	<i>ere-</i> (TW) / <i>ne-</i> (AW)	2 _{SG} .A	<i>ene-</i>	2 _{SG} .P
	<i>e-</i>	2 _{SG} .A.IMP	<i>pe-</i>	2 _{PL} .P
	<i>pe-</i>	2 _{PL} .A		
3	<i>o- ~ w-</i>	3.A	<i>i- / Ø</i>	3.P

In finite verb forms, the Set A and Set P argument indexes, occupying slot -3 of the verb base template (see Figure 1), function as what Haspelmath (2013, p. 219) terms “cross-indexes,” meaning they may co-occur with an

⁸ Following Daniel (2005) and Nichols (2017), I argue that in inclusive languages, the inclusive person functions as a full-fledged fourth person category. Consequently, what is commonly referred to as the ‘first person exclusive plural’ should be understood simply as ‘first person plural’. This is reflected in Table 1, where the argument indexes are grouped into four person-value categories (rather than three): the inclusive person set (1·2), the first person set (1), the second person set (2), and the third person set (3).

optional conominal in the clause⁹. These prefixes primarily differ in their morphosyntactic distribution. Specifically, Set A markers index the S argument of active intransitive verbs and the A argument of transitive verbs, whereas Set P markers predominantly index the S argument of stative intransitive verbs and the P argument of transitive verbs.

Thus, for intransitive verbs, the selection of either a Set A or Set P marker to index the S participant is lexically determined; each intransitive verb is categorized as either active—marked with a Set A marker—or stative—marked with a Set P marker. In transitive verbs, only a single morphosyntactic slot within the verb word is available to encode both core arguments (A and P), resulting in competition for access to this slot. In Wayampi, this competition is resolved through two distinct strategies, conceptualized as two types of indexing systems: hierarchical and non-hierarchical.

The person indexation paradigm for finite forms of transitive verbs adhering to a hierarchical pattern is presented in Table 2 below. For comparison, this table also includes the paradigms of the two categories of intransitive verbs: active verbs (rightmost column) and stative verbs (bottom row). Consistent with a widely accepted convention in the literature on the inverse (see, among others, Jacques & Antonov, 2014), the uppercase sigma symbol (Σ) denotes the verb base. To maintain simplicity, the table presents only verb forms in the indicative mood with positive polarity.

Table 2. The person indexation paradigms for transitive verbs (partial representation) and intransitive verbs in Wayampi.

TR.V.		(1·2) _P	1 _P		2 _P		3 _P		INTR.V.
A\P		INCL	1 _{SG}	1 _{PL}	2 _{SG}	2 _{PL}	3		S _A
(1·2) _A	INCL						<i>si-Σ</i>		<i>ja-Σ</i>
1 _A	1 _{SG}				<i>oro-Σ</i>		<i>a-Σ</i>		<i>a-Σ</i>
	1 _{PL}				<i>oro-Σ</i>		<i>oro-Σ</i>		<i>oro-Σ</i>
2 _A	2 _{SG}						<i>ne-Σ</i> (AW) <i>ere-Σ</i> (TW)		<i>ne-Σ</i> (AW) <i>ere-Σ</i> (TW)
	2 _{SG,IMP}						<i>e-Σ</i>		<i>e-Σ</i>
	2 _{PL}						<i>pe-Σ</i>		<i>pe-Σ</i>
3 _A	3	<i>jane-Σ</i>	<i>e-Σ</i>	<i>ore-Σ</i>	<i>ne-Σ</i>	<i>pe-Σ</i>	<i>o-Σ</i>		<i>o-Σ</i>
INTR.V.	S _P	<i>jane-Σ</i>	<i>e-Σ</i>	<i>ore-Σ</i>	<i>ne-Σ</i>	<i>pe-Σ</i>	<i>i-Σ</i>		

In the upper-left section of Table 2—which presents the hierarchical transitive indexation paradigm—the columns and rows correspond to the grammatical roles of the participants in the canonical transitive construction. Each cell in the grid represents a specific configuration of the two participants involved¹⁰. The light gray cells indicate the direct

⁹ Following Haspelmath (2013, p. 201), I define a 'conominal' as a free nominal that may co-occur in the same clause with a coreferential argument index. A 'cross-index' is an argument index (*i.e.*, a person-number marker encoding an argument) whose conominal is optional (Haspelmath, 2013, p. 219).

¹⁰ From Zúñiga (2006, pp. 47–54) onward, it has become standard practice in the literature on both hierarchical and inverse indexing systems to categorize the various combinations of speech-act participants and non-speech-act participants—*i.e.*, semantically 'transitive configurations'—into three directional domains. 'Non-local' configurations involve exclusively non-speech-act participants; 'local' configurations involve only speech-act participants; and 'mixed' configurations involve both a speech-act participant and a non-speech-act participant. Additionally, it is common to employ tables such as Table 2 to provide a synoptic presentation of transitive verb paradigms.

configurations (1→2, 1→3, 2→3, 3A→3P), while the dark gray cells correspond to the inverse configurations (2→1, 3→1, 3→2)¹¹. The black cells represent the reflexive configurations, which are excluded from the present discussion.

For now, only synthetic verb forms are displayed in the transitive section of the grid in Table 2. Periphrastic verb forms—specifically, those requiring a person auxiliary—are omitted and indicated by crossed-out cells. These forms will be introduced and examined in subsequent sections.

PLURAL INDEXATION

Unlike some other Tupi-Guarani languages, Wayampi has developed a plural category within its verbal indexing system. Two third-person markers express plural indexation, and their syntactic behavior differs from that of both argument indexes and strong personal pronouns. These two forms—namely *kupa* '3PL.SBJ' and *-kõ* '3PL.OBJ'—share the property of being in complementary distribution with a conominal explicitly marked by the plural nominal particle *kõ*¹².

However, these markers differ both in their placement and in their syntactic function (see below). Specifically, the marker *kupa* substitutes for a 'subject' conominal (either the A or S core argument), as illustrated in (6), whereas *-kõ* substitutes for an 'object' conominal (the P core argument), as shown in (7).

- (6a) *Tamõ* *kõ* *karamae* *w-ero-porai*.
 elder PL in.the.past IND:3.A-SOC-dance
 'In the past, the elders used to dance with it.'
 (with a dancing mask made of maú tree (*Couratari guianensis*)) [TW]
- (6b) *Owaso* *w-ero-porai* *kupa*.
 IND:3.P:be.magnificent 3.A-SOC-dance 3PL.SBJ
 'They were magnificent when they danced with it.'
 (lit., 'It was magnificent [how] they danced with it.') [TW]
- (7a) *E-jimorypa* *kõ* *a-(a)poi=ta* *parepy-ry* *pupe*.
 1SG.PSR-friend.of PL IND:1SG.A-serve=FUT peach.palm.fruit-juice.of INESS
 'I am going to serve this cassava beer made from the fruit of the peach palm tree to my friends.' [TW]
- (7b) *A-(a)poi-kõ'ẽ-kõ=ta*.
 IND:1SG.A-serve-spend.the.night-PL.OBJ=FUT
 'I am going to serve it to them all night long.' [TW]

¹¹ In the analysis of argument indexing systems, it is useful to distinguish participants involved in the speech act—namely, the speaker and the addressee—from those participants who are not part of the speech act. It is also helpful to introduce a notation that identifies the grammatical roles of the two participants involved in the various forms comprising a semantically transitive paradigm. In this study, the notation 'X→Y' is employed to indicate that the referent of an A participant acts upon the referent of a P participant. For instance, a configuration such as '2→1' denotes a scenario in which the referent of an A participant, with focal reference 2 (i.e., an addressee of whatever number value) acts upon the referent of a P participant, with focal reference 1 (i.e., either the speaker, or a plural entity including the speaker and a non-speech act participant). Put more simply (though less precisely), it describes a situation in which a second person acts upon a first person.

¹² This complementary distribution is crucial to the definition of these forms and distinguishes them from pluralizing particles, in which both the pluralizer and the nominal it modifies can co-occur in the clause (not necessarily adjacently). A pertinent example of a nominal pluralizer in Tupi-Guarani is the particle *awỹ ~ wỹ* 'PL.SBJ' in Guajá (Magalhães, 2007, pp. 89–90). Although *kupa* in Wayampi occupies a roughly analogous syntactic position to *awỹ* in Guajá, their syntactic behavior diverges significantly, reflecting their distinct functions: the former operates as a weak pronoun, while the latter functions as a pluralizer.

As demonstrated, these two markers replace plural nominals and can therefore be classified as ‘plural pronouns.’ However, their distribution within the clause differs markedly from that of strong personal pronouns (and nominals more generally). Free pronouns are a specific subclass of nominals, characterized by their ability to form independent elliptical utterances—such as responses to questions—and to occupy the same linear positions as other nominals in the clause. In this respect, the plural pronouns *kupa* ‘3PL.SBJ’ and *-kõ* ‘3PL.OBJ’ differ. Beyond their functional specialization, *kupa* is dependent on another word, whereas *-kõ* is an integral part of a word. Moreover, each occupies a distinct peripheral position: *kupa* appears in a dedicated slot at the end of the clause, as illustrated in (8), while *-kõ* occurs in slot +4 of the verb word template, as shown in (9). For these reasons, I do not classify them as strong pronouns but rather as a particular type of weak pronoun. However, since weak pronouns are typically regarded in typological literature as a diminished form of strong pronouns—a characterization that does not apply to *kupa* and *-kõ*—I will instead refer to them as ‘plural indexes’¹³.

- (8) *Ajawyi aepo e’i Jesu-pè kupa.*
 then PRO.AUD IND:3.A:say Jesus-DAT 3PL.SBJ
o-ji-mo-aty eeve kupa upa remě.
 IND:3.A-MID-CAUS-be.many 3DS.PSR:COM 3PL.SBJ 3.A:AUX₁ when
 ‘That is why they said this to Jesus when they were gathered with him.’
 [AW; Acts of the Apostles 1:6]

- (9) *Ti-ja-aka-kõ=e’ỹ i-mo-sĩ-oka-kõ ipi¹⁴.*
 OPT-INCL.A-insult-3PL.OBJ=NEG.OPT 3.P-CAUS-feel.ashamed-DEAGTZ-3PL.OBJ HAB
 ‘We (including you) must not insult or offend them. [AW; Romans 14:1]’

Of the two plural indexes attested in Wayampi, *kupa* is particularly crucial for this study because, as will be demonstrated, person auxiliaries and copredicates do not occupy the same linear position in the clause as this marker. Consequently, a positional criterion based on *kupa* is entirely reliable, since—unlike *-kõ* (see (9))—no more than one *kupa* can appear per clause in Wayampi. This point is illustrated in the following example, which features a serial verb construction: a single *kupa* indexes both the main predicate (*o-ji-moane’e*) and its dependent copredicate (*o-ji-mo-aiwe*). Were a second *kupa* to appear between *tite* and *o-ji-mo-aiwe*, the utterance would be interpreted as comprising two clauses.

- (10) *O-ji-moane’e_{v1} jě ywe’e tite o-ji-mo-aiwe_{v2}*
 IND:3.A-MID-foster PTCL not.too.much FRUST 3.A-MID-CAUS-be.evill
karakuri mo-aty-a re kupa ipi mijã.
 money CAUS-be.many-NMLZ.EVT:REF ADESS 3PL.SBJ HAB PTCL
 ‘As they accumulate money, they indulge in a life of debauchery.’ [AW; Revelation 18:3]

¹³ The term ‘plural index’ is adopted here from DeLancey (2023). It is also worth noting that plural indexes in Wayampi may bear stress.

¹⁴ In this example, the object plural index *-kõ* appears twice: once within a full finite verb form (*ti-ja-aka-kõ*), and once within a converbal form (*i-mo-sĩ-oka-kõ*). As this illustrates, Wayampi non-finite verb forms of the converb type can be inflected for both person-number and plurality. However, as previously noted, such forms lack grammatical mood (the artificial optative form **t-i-mo-sĩ-oka-kõ* is ungrammatical in Wayampi).

THE NON-PERIPHRASTIC FINITE FORMS OF TRANSITIVE VERBS

Hierarchical indexation constitutes a relatively well-established domain within Tupi-Guarani linguistics (for comparative studies, see Rose, 2015, 2018). Moreover, the hierarchical indexing system of Wayampi closely parallels that of Teko (Rose, 2009b). Consequently, I will limit myself here to outlining its principal features. For the purposes of this discussion, I also incorporate my own analysis of two verb forms that encode a first-person A (singular or plural) acting on a second-person singular P. As will be demonstrated, although these forms are not hierarchical, they share with hierarchical forms the structural characteristic of being synthetic. The paradigmatic synthetic finite forms of transitive verbs are presented in Table 3 below. Once again, the crossed-out cells indicate the periphrastic verb forms involving a person auxiliary.

Table 3. The Wayampi transitive verb paradigm: the non-periphrastic forms.

TR.V.		(1·2) ^P	1 ^P		2 ^P		3 ^P
	A\P	INCL	1 ^{SG}	1 ^{PL}	2 ^{SG}	2 ^{PL}	3
(1·2) ^A	INCL						<i>si-Σ</i>
1 ^A	1 ^{SG}					<i>oro-Σ</i>	<i>a-Σ</i>
	1 ^{PL}					<i>oro-Σ</i>	<i>oro-Σ</i>
2 ^A	2 ^{SG}						<i>ne-Σ</i> (AW) <i>ere-Σ</i> (TW)
	2 ^{SG,IMP}						<i>e-Σ</i>
	2 ^{PL}						<i>pe-Σ</i>
3 ^A	3	<i>jane-Σ</i>	<i>e-Σ</i>	<i>ore-Σ</i>	<i>ne-Σ</i>	<i>pe-Σ</i>	<i>o-Σ</i>

As this table illustrates, although these verb forms are transitive, they bear only a single cross-index, which may be either agentive (as shown in the right-hand column and *oro-Σ* in the two central cells) or patientive (as shown in the bottom row). The choice of participant indexed within the verb word is governed by a prominence hierarchy of the form (1·2, 1, 2) > 3(A > P)¹⁵, which can be interpreted as follows. An inclusive- (1·2), first- (1), or second person (2) participant ranks higher hierarchically than a third person (3) participant (leftmost component), and among third persons, an agentive (3A) participant outranks a patientive (3P) participant (rightmost component). In any given configuration involving two participants—an agent (A) and a patient (P)—the participant higher in this hierarchy is the one indexed in the verb word, appearing immediately before the verb base (slot -3).

The (1·2, 1, 2) > 3 sub-hierarchy accounts for the forms found in the right-hand column and bottom row in Table 3 (mixed configurations), with the exception of *o-Σ*. Regardless of the directionality of the person configuration—whether ‘direct’ (1·2, 1, 2)→3 or ‘inverse’ 3→(1·2, 1, 2)—participants designated as 1·2, 1, or 2 consistently take precedence over 3. In other words, the indexed participant is always one of 1·2, 1, or 2. The 3 (A > P) sub-hierarchy explains the form *o-Σ* in Table 3: when a third person A acts upon a third person P (non-local configuration), the indexed participant in the verb word is the A.

¹⁵ If the inclusive-person value is disregarded, or more precisely, if it is subsumed under the first-person value, this hierarchy then corresponds to that proposed by Rose (2009b, p. 72) for Teko, namely: (1, 2) > 3(A > P) (here, the comma denotes an exclusive-or operator).

A special case arises with the systematic homonymy (*i.e.*, syncretism) of the two **oro- Σ** forms located at the center of the grid, which correspond to the two local direct configurations: 1SG $\rightarrow$ 2SG and 1PL $\rightarrow$ 2SG. Assuming that, as with **oro-** in the 1PL $\rightarrow$ 3 configuration, **oro-** here functions as a Set A marker encoding only one of the two participants in the person configuration—namely, the A—it is reasonable to conclude that this cross-index encodes a first person ‘unmarked for number’. Accordingly, I have glossed this inflectional marker simply as ‘1.A.’ throughout this paper¹⁶.

This analysis is not only theoretically economical but also offers a plausible hypothesis for why the two ‘local direct’ **oro- Σ** forms should be excluded from the scope of the hierarchical system. If **oro-** signifies ‘1.A.’ in these two forms, then the sub-hierarchy (1.2, 1.2) > 3 cannot be applied, since 1 and 2 occupy the same leftmost position in the hierarchy and are thus indistinguishable. Furthermore, it is important to note that the presence of the explicitly singular **a-** ‘1SG.A’ cross-index does not undermine the number neutrality of **oro-**. In the 1 $\rightarrow$ 3 configurations—contexts where **a-** contrasts with **oro-**—if **a-** is inherently singular, then **oro-**, despite being underspecified for number, can function to encode a ‘passing’ first-person ‘plural’ agentive participant. From this perspective, the apparently plural reference of **oro-** is merely an epiphenomenon arising from specific grammatical contexts.

PERSON AUXILIARIES

This section defines the concept of person auxiliaries, delineates their inflectional paradigms in the two Wayampi dialects examined here, and describes the two functions these elements perform.

DEFINITION

Full finite verb forms are capable of constituting complete sentences independently. This characteristic generally facilitates their identification, particularly when they bear a Set A cross-index, as illustrated in (11). In this example, the verb form **o-kui** is unequivocally a full finite verb form, as it alone constitutes a complete sentence.

- (11) **O-kui.**
 IND:3.A-fall
 ‘It has fallen [to the ground].’ (for fruits, seeds, leaves, crumbs) [TW]

Such a property cannot be exhibited by person auxiliaries. Although they inflect for person-number similarly to full finite verb forms, they cannot alone constitute a complete sentence and, therefore, cannot be considered capable of functioning as main predicates, as demonstrated in (12)¹⁷. This single characteristic, attributable to the incompatibility of person auxiliaries with grammatical mood, suffices to demonstrate that person auxiliaries are not synchronically verbs.

¹⁶ The inflectional properties ‘1SG.A’ and ‘1PL.A’ form a natural class and can thus be subsumed under the numberless feature ‘1.A’. This analysis of **oro-** from the perspective of ‘cumulative homonymy’ (Carstairs-McCarthy, 1987, p. 204), also referred to as ‘underspecification’ (see, among others, Haspelmath, 2002, pp. 202–206), should not be regarded as ‘exotic.’ It parallels the reasoning commonly adopted by Tupi-Guarani scholars who treat a single **o-** ‘3.A’ rather than two homophonous forms **o-** ‘3SG.A’ and **o-** ‘3PL.A’. Alternative analyses of **oro-** are presented in Jensen (1998, p. 498), and Rose (2015, pp. 355–357). My analysis aligns closely with Rose’s, though it is not identical.

¹⁷ All of my TW consultants consistently rejected attempts to elicit utterances composed solely of a person auxiliary. Such attempts were typically met with puzzled expressions or laughter, followed by a uniform response: “It doesn’t mean anything.” While this may seem self-evident, it is nonetheless worth emphasizing that, among more than one thousand occurrences in my AW working corpus, not a single person auxiliary appears as a complete sentence on its own.

- (12a) * *A-jupa*.
1SG.A-AUX₁
no meaning [TW; elicited]
- (12b) * *Oro-kupa*.
1.A-AUX₂
no meaning [TW; elicited]

Given that person auxiliaries do not meet the criteria to be classified as verbs, it is necessary to explore alternative categories to which they might belong.

One plausible hypothesis is that they constitute a distinct syntactic class whose members function exclusively as copredicates—that is, a class of what might be termed ‘copredicatives’. Indeed, a person auxiliary invariably co-occurs with the full finite form of a lexical unit—typically a verb—and, like a copredicate (V2 in a serial verb construction), consistently follows this form within the clause. To evaluate this hypothesis, consider the four examples in (13) and (14) below. Examples (13a–b) present two forms of the active intransitive verb *iko* ‘to be, to exist, to act as, to become’, while (14a–b) illustrate two forms of a single person auxiliary.

- (13a) *Ajamã’ě* *pe-ja’a-katu* *jě* *ee-kõ* *ipi*.
however IND:2PL.A-think-well PTCL 3DS.PSR:ADESS-PL.PSR HAB
- Āwivo* *ve* *mir-à* *kõ* *re*
IND:be.similarly too human.being-REF PL ADESS
- ywesõ* *ti-ja-ja’a-katu*_{v1} *ja-iko*_{v2} *ipi*.
above.all OPT-INCL.A-think-well INCL.A-BE HAB
- ‘We (you_{PL}) too) must take great care of people in the same way you_{PL} take care of them (i.e. of animals).’ [AW; Luke 13:16]

- (13b) *A’e* *kõ-pè* *rõmõ’ĩte* *o-poregeta* *iko*,
PRO.ANA PL-DAT exclusively IND:3.A-talk PTCL
- o-o*_{v1} *o-iko*_{v2} *kupa* *remě*.
IND:3.A-go 3.A-BE 3PL.SBJ when
- ‘He spoke only to them when they were on their way.’ [AW; Matthew 20:17]

- (14a) *I-e-rã’ă*_v=*e’ỹ* *ikõ* *re-jupa*_{PAUX} *ně*,
OPT-1SG.P-test=NEG.OPT PTCL 2SG.A-AUX₁ OBLG
- e’i* *Janejare’e* *jane*.
IND:3.A:say God PRO.INCL
- ‘“You_{SG} must not put me to the test,” God said to us.’ [AW; Luke 4:12]

- (14b) *Kõ’ěkõ’ěve* *ore-juka*_v=*tarà* *’ejě* *kupa* *upa*_{PAUX} *ipi*.
everyday IND:1PL.A-kill=FUT altogether 3PL.SBJ 3.A:AUX₁ HAB
- ‘They will kill us for days and days.’ [AW; Romans 8:36]

In (13a), the verb form *ja-iko* follows the verb form *ti-ja-ja'a-katu*. Unlike the latter, *ja-iko* does not undergo inflection for the optative mood; consequently, the use of the optative form *ti-ja-iko* is deemed unacceptable in this context. Accordingly, *ja-iko* is unmarked for mood, indicating that it functions as a copredicate of *ti-ja-ja'a-katu*. Moreover, *ja-iko* specifies the manner in which the state of affairs is realized, signaling that the subject referent of the main predicate carries out the action by means of movement¹⁸. In this respect, *ja-iko* also functions as an auxiliary verb. More precisely, using standard typological terminology, it constitutes an auxiliary-serialized verb form.

The same applies to the form *o-iko* in (13b), whose structure and meaning closely parallel those in (13a). However, in this case, additional morphosyntactic material is present: the subject plural index *kupa* '3_{PL}.SBJ'. Notably, the copredicate *o-iko* occurs to the left of *kupa*. This specific linear order is characteristic of all finite forms of lexical units, regardless of whether they function as main predicates (i.e., full finite verb forms) or as copredicates, as in this instance. Consequently, any form inflected for person-number that follows *kupa* cannot be interpreted as a copredicate.

Logically, if person auxiliaries functioned as copredicates, they would appear to the left of *kupa*. However, this is not the case. This point is illustrated in (14), specifically in (14b), which should be compared with (13b). In (14a), similarly to the verb form *ja-iko* in (13a), the form *re-jupa* is not marked for the optative mood—the artificial optative form **te-re-jupa* is ungrammatical in Wayampi—even though the governing verb form *t-e-rã'ã* does contain the optative marker *t-*. One might therefore provisionally assume that *re-jupa* functions as a copredicate of *t-e-rã'ã*.

However, the distinction between a person auxiliary and a copredicative verb form becomes clear in (14b). In this example, the form *upa* does not occur to the left of the plural index *kupa* '3_{PL}.SBJ,' but to its right. As such, neither *upa* nor *re-jupa* can be analyzed as copredicates. Instead, they represent a distinct category: person auxiliaries.

Because copredicative verb forms and person auxiliaries occupy distinct positions relative to the subject plural index *kupa*—the former appearing to its left and the latter to its right—they can co-occur within the same clause without conflict. This is illustrated in the example below.

- (15) *Amě* *o-jimonyi*_{V1} *o-kyje*_{V2} *kupa* *upa*_{PAUX'}
then IND:3.A-be.surprised 3.A-be.scared 3_{PL}.SBJ 3.A:AUX₁
'But they were amazed and frightened.' [AW; Luke 8:25]

Example (15) consists of a single, extended monoclausal construction. With the exception of *amě* 'then', it contains two verb words (*o-jimonyi* and *o-kyje*), a subject plural index (*kupa*), and a person auxiliary (*upa*). Just as only one instance of the plural index *kupa* may appear per clause, only one person auxiliary—here, the form *upa*—is permitted per clause.

Although this is not overtly visible in its form—since the positive indicative in Wayampi is marked by a zero morph—the verb word *o-jimonyi* is nevertheless inflected for mood, as the negative indicative form *n-o-ji-monyi*

¹⁸ Wayampi can specify whether a state of affairs is carried out dynamically—by using the verb *iko* 'to be' as a copredicate—or statically, through the use of the person auxiliary *upa*. This basic opposition, sometimes accompanied by additional specifications related to the spatial orientation of the subject referent, is also attested in other Tupi-Guarani languages. See, for example, Dobson (1997, pp. 35–36) for Kayabi. Interestingly, in Guajá—a language closely related to Wayampi—the elements *iko* and *upa*, in this usage, have developed into true particles (Magalhães, 2019).

(accompanied by a sentential negator) and the optative form *t-o-ji-monyi* are equally possible in the same position¹⁹. Consequently, *o-jimonyi* constitutes the verb word of a full finite verb form. By contrast, the verb word *o-kyje* is not inflected for mood, as the forms *n-o-kyje* and *t-o-kyje* are unacceptable in this context. Thus, *o-kyje* functions as a copredicate of *o-jimonyi*, and together they constitute what is generally regarded in Tupi-Guarani linguistics as a serial verb construction. The plural index *kupa* and the person auxiliary *upa*, for their part, provide additional information relevant to the entire construction.

Returning to the question of the syntactic status of person auxiliaries: if they are neither verbs nor members of a syntactic class of copredicatives, how should they be classified? The hypothesis put forward here is that person auxiliaries constitute a distinct syntactic class in their own right. This assumption underlies the use of a dedicated term for these forms in the present study.

As demonstrated above, the classification proposed here is motivated by two key features. First, person auxiliaries cannot function as main predicates. Second, they consistently appear after the subject plural index *kupa*. The first feature follows directly from the fact that person auxiliaries lack forms marked for mood that could otherwise serve as main predicates. Their morphosyntactic paradigm is restricted to a single functional type, characterized by the following properties: (i) they are inflected for person-number, and (ii) they are unmarked for grammatical mood. The first property is shared with both main predicates and copredicatives, whereas the second is shared exclusively with copredicatives.

This is where the positional criterion becomes crucial. The post-*kupa* position of person auxiliaries is unique to this class, as copredicatives—including those grammaticalized as auxiliaries (*i.e.*, auxiliary-serialized verb forms)—must precede *kupa*. Therefore, although they function as auxiliaries, person auxiliaries do not qualify as auxiliary-serialized verb forms.

With this in mind, the next question arises: although person auxiliaries constitute a syntactic class in their own right, do they also form a lexical class distinct from verbs? The answer appears to be negative. Person auxiliaries do not influence the selection of the core arguments of the verb word(s) with which they co-occur, nor do they affect the assignment of semantic roles. In other words, they do not alter the valency of the auxiliary construction. This characteristic further explains why person auxiliaries cannot function either as main predicates or as copredicatives.

On the other hand, since a person auxiliary can—at least occasionally, as will be demonstrated—express a core argument of a verb (or verb series) through its own argument index, it may be regarded as part of the syntactic predicate of the clause. Thus, a person auxiliary and the verb word(s) it accompanies together constitute a ‘complex predicate.’

To conclude, person auxiliaries can be defined as a distinct syntactic class characterized by three key properties. First, their forms are marked for person-number (*i.e.*, they bear an argument index) but remain unmarked for grammatical mood. Second, they occupy a unique linear position within the clause, occurring immediately after the slot occupied by the subject plural index *kupa*. Third, they form a complex predicate in conjunction with a verb word or a series of verb words within a monoclausal syntactic construction.

¹⁹ In Wayampi, the position occupied by a full finite verb form—and, correspondingly, the full finite verb form itself—is defined by its capacity to bear ‘any mood value.’ If a verb form occurring in a given position (i) does not bear any overt mood marker and (ii) cannot accommodate one, it does not qualify as a full finite verb form.

INFLECTIONAL PARADIGMS AND FUNCTIONS

Wayampi has two person auxiliaries: *upa* and *kupa*. Tables 4 and 5 below present their paradigms in TW and AW, respectively.

Table 4. The inflectional paradigms for person auxiliaries in TW.

			<i>-jupa</i> 'AUX ₁ '		<i>-kupa</i> 'AUX ₂ '	
			Set A forms	Set P forms	Set A forms	Set P forms
1·2	INCL		<i>ja-ipa</i>	-	<i>ja-kupa</i>	-
1	1SG		<i>a-ipa</i>	<i>e-ipa</i>	-	-
	1PL		<i>oro-ipa</i>	-	<i>oro-kupa</i>	<i>ore-kupa</i>
2	2SG		<i>ere-ipa</i>	-	-	-
	2SG.IMP		<i>e-ipa</i>	-	-	-
	2PL		<i>pe-ipa</i>	-	<i>pe-kupa</i>	-
3	3		<i>upa</i>	-	-	-

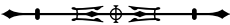
Table 5. The inflectional paradigms for person auxiliaries in AW.

			<i>-jupa</i> 'AUX ₁ '		<i>-kupa</i> 'AUX ₂ '	
			Set A forms	Set P forms	Set A forms	Set P forms
1·2	INCL		<i>ja-jupa</i>	-	<i>ja-kupa</i>	-
1	1SG		<i>a-jupa</i>	-	-	-
	1PL		<i>oro-jupa</i>	-	<i>oro-kupa</i>	-
2	2SG		<i>re-jupa ~ ne-jupa</i>	-	-	-
	2SG.IMP		<i>e-jupa</i>	-	-	-
	2PL		<i>pe-jupa</i>	-	<i>pe-kupa</i>	-
3	3		<i>upa</i>	-	-	-

The three contrasting shades (white, light gray, and dark gray) used to characterize the cells indicate two functions these forms can fulfill. These functions are introduced in the following two sections. The function of the forms in the light gray and dark gray cells is discussed in the next section. All forms, whether shaded or unshaded, also serve an additional purpose, which is addressed in the section immediately following the next one.

PERSON AUXILIARIES USED AS 'INDEXATION WORDS' IN SOME PERSON CONFIGURATIONS

The primary function of person auxiliaries is to serve as a morphosyntactic medium for expressing the core argument of a transitive verb 'that is not indexed in the verb word' itself. In such cases, the combination of an inflected person auxiliary with a verb word compensates for a gap in the verb's indexation paradigm. When used in this way, the person auxiliary and the verb word do not agree in person and number. Moreover, the argument index on the person auxiliary functions as a cross-index. This observation is crucial, as it enables the identification of when a person auxiliary serves this function in a given sentence. Two distinct scenarios arise: either the verb word is inflected for person-number (the polypersonal strategy), or it is not (the antipassive strategy). These cases are presented sequentially below.



THE POLYPERSONAL STRATEGY (2→1 CONFIGURATIONS)

Finite forms of transitive verbs exhibiting the polypersonal indexation pattern simultaneously encode their two core arguments: one within the verb word and the other via a person auxiliary, as the term implies. In this construction, the presence of the person auxiliary is mandatory, and the resulting periphrastic verb form is syntactically transitive. In Wayampi, this morphosyntactic strategy is employed to mark the four local inverse person configurations (*i.e.*, 2_{SG}→1_{SG}, 2_{SG}→1_{PL}, 2_{PL}→1_{SG}, and 2_{PL}→1_{PL}). The corresponding verb forms, consisting of the verb word combined with the person auxiliary, are presented in Tables 6 and 7 below for TW and AW, respectively.

Table 6. Encoding of the local configurations 2→1 in TW: indexation of 1 and 2.

TR.V.		1P	
	A\P	1 _{SG}	1 _{PL}
	2 _{SG}	<i>ere-Σ e-ipa</i>	<i>ere-Σ ore-kupa</i>
2A	2 _{SG} .IMP	<i>e-Σ e-ipa</i>	<i>e-Σ ore-kupa</i>
	2 _{PL}	<i>pe-Σ e-ipa</i>	<i>pe-Σ ore-kupa</i>

Table 7. Encoding of the local configurations 2→1 in AW: indexation of 1 and 2.

TR.V.		1P	
	A\P	1 _{SG}	1 _{PL}
2A	2 _{SG}	<i>e-Σ re-jupa</i>	<i>ore-Σ re-jupa</i>
	2 _{PL}	<i>e-Σ pe-kupa</i>	<i>ore-Σ pe-kupa</i>

As illustrated in these tables, the verb forms differ markedly between the two Wayampi dialects. In AW (see Table 7), the verb word indexes the P through a Set P marker (*e-* ‘1_{SG}.P’ or *ore-* ‘1_{PL}.P’), while the person auxiliary marks the A using a Set A marker (*re-* ‘2_{SG}.A’ or *pe-* ‘2_{PL}.A’). By contrast, TW (see Table 6) exhibits the inverse pattern: the verb word indexes the A with a Set A marker (*ere-* ‘2_{SG}.A’, *e-* ‘2_{SG}.A.IMP’, or *pe-* ‘2_{PL}.A’), and the person auxiliary marks the P, employing a single Set P marker (*e-* ‘1_{SG}.P’ or *ore-* ‘1_{PL}.P’). Furthermore, TW features two special imperative forms when the A is second person singular: *e-Σ e-ipa* and *e-Σ ore-kupa*—a distinction absent in AW. Finally, person auxiliaries vary across paradigm cells depending on the dialect. In this regard, *upa* functions as the singular auxiliary, while *kupa* serves as its plural counterpart. The following examples illustrate the individual cells of the sub-paradigm presented in Table 6.

- (16) 2_{SG}→1_{SG}
Ere-pokyri *so* *e-ipa*.
 IND:2_{SG}.A-tickle PROH 1_{SG}.P-AUX₁
 ‘Don’t [you_(SG)] tickle me.’ [TW]

- (17) 2_{SG}→1_{PL}
Ere-moma *so* *ore-kupa*.
 IND:2_{SG}.A-wake.up PROH 1_{PL}.P-AUX₂
 ‘Don’t [you_(SG)] wake us up.’ [TW]

(18) 2SG.IMP→1SG

E-'u *e-pota* *mõ.* *E-pytywõ-miti* *e-ipa*²⁰.
 IND:2SG.A.IMP-ingest 1SG.PSR-manioc.beer.of INDF IND:2SG.A.IMP-help-a.little 1SG.P-AUX₁
 'Drink the cachiri in my calabash. Help me a little [to finish it].' [TW]

(19) 2SG.IMP→1PL

E-pytywõ *ore-kupa.*
 IND:2SG.A.IMP-help 1PL.P-AUX₂
 'Help us.' [TW]

(20) 2PL→1SG

Je'iwe-ay *pe-moma* *e-ipa.*
 at.daybreak-INTS IND:2PL.A-wake.up 1SG.P-AUX₁
 'Wake me at dawn.' [TW]

(21) 2PL→1PL

Pe-poãñõ=ta *pũwĩ* *ore-kupa.*
 IND:2PL.A-cure=FUT Q 1PL.P-AUX₂
 'Are you_(SG) going to treat us?' [TW]

The following are illustrative examples from the sub-paradigm shown in Table 7.

(22) 2SG→1SG

N-e-reity='ãi
 IND-1SG.P-abandon=FUT:NEG.IND

o-manõ *mã'ẽ* *kõ* *rena-pè* *re-jupa.*
 IND:3.A-die REL PL place.of-LOC 2SG.A-AUX₁
 'You_(SG) will not abandon me in the realm of the dead.' [AW; Acts of the Apostles 2:27]

(23) 2SG→1PL

T-ore-mo-isryry-oka=e'ỹ *ike* *wyi* *re-jupa,*
 OPT-1PL.P-CAUS-move.away-DEAGTZ=NEG.OPT here ABL 2SG.A-AUX₁

a-'e *ene,* *e'i* *Jesu-pè.*
 IND:1SG.A-say PRO.2SG IND:3.A:say Jesus-DAT
 "Don't [you_(SG)] drive us away from here, I am asking you_(SG)," he said to Jesus.
 [AW; Mark 5:10]

²⁰ The final section of this paper provides a justification for analyzing the imperative form *e-* '2SG.A.IMP' as a mere allomorph of *ere-* '2SG.A.'

- (24) 2SG→1SG
- Ava mō, “Papa, e-pātavō re-jupa”, e’i remē,*
 person INDF father IND:1SG.P-help 2SG.A-AUX₁ IND:3.A:say when
- aje-ywete Janejare’e o-pātavō=ta.*
 true-very.much God IND:3.A-help=FUT
- ‘When someone says, “Father, help me,” God will surely help.’ [AW; Matthew 7:8]
- (25) 2SG→1PL
- Qre-porijauesa re-jupa, e’i w-apukai kupa.*
 IND:1PL.P-have.mercy 1SG.A-AUX₁ IND:3.A:say 3.A-shout 3PL.SBJ
- “Have mercy on us,” they shouted.’ [AW; Matthew 9:27]
- (26) 2PL→1SG
- T-e-rarō=e’y rā’ī ikō pe-kupa nē.*
 OPT-1SG.P-wait.for=NEG.OPT ATTN PTCL 2PL.A-AUX₂ OBLG
- ‘You_(PL) must not wait for me [to do this].’ [AW; 1 Corinthians 16:2]
- (27) 2PL→1PL
- Manyvo pō n-qre-pota=i pe-kupa.*
 how Q IND-1PL.P-like=NEG.IND 2PL.A-AUX₂
- ‘Is it conceivable that you_(PL) do not like us?’ [AW; Luke 7:32]

As mentioned earlier, the mood value of a finite verb form is expressed solely within the verb word. This is illustrated in examples (22–23) and (26–27) above, where the verb word of each full finite form contains a phonologically overt mood marker (*t-* or *n-*).

Another noteworthy point is that the finite verb forms in (22–23) and in (24–25) exhibit the same indexation pattern when considered in pairs. This is unexpected, given that (22–23) are assertive sentences, whereas (24–25) convey commands addressed to a second-person singular addressee, rather than statements or questions. One might therefore anticipate the presence of dedicated imperative forms in (24–25), similar to those found in TW. However, this is not the case²¹. Accordingly, Table 7 does not include dedicated imperative verb forms for second-person commands, in contrast to Table 6.

Finally, it should be noted that in AW, the person auxiliary form *re-jupa* has a free variant, *ne-jupa*. This alternative form is extremely rare in the biblical corpus, with only five occurrences of *ne-jupa* compared to approximately 200 instances of *re-jupa*. This distribution may suggest an emerging tendency in this dialect to blur entirely the distinction

²¹ Logically, these artificial imperative verb forms would be **e-Σ... e-jupa* <1SG.P-Σ 2SG.A.IMP-AUX₁> and **ore-Σ... e-jupa* <1PL.P-Σ 2SG.A.IMP-AUX₁>. However, neither of these forms appears in the New Testament in AW, nor in the extensive—though challenging—texts in AW published by the *Instituto de Pesquisa e Formação Indígena*.

between agentive and patientive addressees—at least in terms of phonological realization. The following example illustrates a periphrastic verb form containing *ne-jupa*.

(28)	<i>Manyvoremě</i>	<i>ywete</i>	<i>sipõ</i>	<i>ore-repy=ta</i>	<i>ne-jupa.</i>
	when	very.much	Q.EXCLM	IND:1PL.P-estimate=FUT	2SG.A-AUX ₁
	<i>Manyvoremě</i>	<i>ywete</i>	<i>sipõ</i>	<i>ne-mo-morijau=ta</i>	
	when	very.much	Q.EXCLM	IND:2SG.A-CAUS-be.lacking=FUT	
	<i>ore-apisi-ar-er-à,</i>				
	1PL.PSR-kill-NMLZ.AGT-RETR-REF				
	'When will you _(SG) make an assessment of our value? When will you _(SG) make our murderers suffer?'				
	[AW; Revelation 6:10]				

THE ANTIPASSIVE STRATEGY

Wayampi lacks finite verb forms dedicated specifically to encoding the local direct person configurations 1SG→2PL and 1PL→2PL. To compensate for this gap in the transitive verb indexation paradigm, the language employs a specific type of finite verb form characterized by two main features.

First, it is a periphrastic construction consisting of a verb word and an auxiliary. Unlike other periphrastic verb forms discussed earlier, this auxiliary can be either a person auxiliary or a serialized-auxiliary verb—in this case, a copredicative form of the verb *iko* ‘to be, to exist, to act as, to become.’ Only the strategy involving a person auxiliary will be presented here.

Second, the verb word is marked for mood but, unlike in the polypersonal strategy, it is not for person-number, and it carries the antipassive prefix *poro-*²². In this context, the person auxiliary serves as the sole morphosyntactic locus for encoding a participant, thereby making its syntactic correlate a single core argument (S). In other words, Wayampi employs syntactically ‘intransitive’ periphrastic verb forms to encode the person configurations 1SG→2PL and 1PL→2PL. These verb forms are presented in Table 8 for both dialects.

Table 8. Encoding of the local scenarios 1→2PL in TW and in AW: antipassive + indexation of 1.

TR.V.	A\P	2P
		2PL
1A	1SG	<i>poro-Σ a-ipa</i> (TW) / <i>poro-Σ a-jupa</i> (AW)
	1PL	<i>poro-Σ oro-kupa</i>

Examples (29) and (30) below each illustrate one of these forms in AW.

²² For a multi-criteria justification of the non-reference and antipassive value of *poro-* in Wayampi (and in a number of other Tupi-Guarani languages), see Copin (2024).

- (29) *A'e* *a'evo-a* *kõ* *re*
 PRO.ANA be.likewise-NMLZ.EVT:REF PL ADESS
poro-mo-tekokuwa *a-jupa* *e-kareta* *rupi* *ta-pe-kuwa*.
 IND:ANTP-CAUS-be.wise 1SG.A-AUX₁ 1SG.PSR-book PROL OPT-2PL.A-know
 'I proclaim these things through my book so that you_(PL) may know them.'
 [AW; Romans 2:16]

- (30) *Ajawyi* *aepo* *jaa* *re* *poro-mo-tekokuwa*
 then PRO.AUD news ADESS IND:ANTP-CAUS-be.wise
oro-kupa *ta-pe-enu,* *e'i*.
 1.A-AUX₂ OPT-2PL.A-listen IND:3.A:say
 "That is why we (you excluded) have announced this news, so you_(PL) can understand what it is all about," he said.'
 [AW; Acts of the Apostles 2:32]

As a final observation, it should be noted that, owing to their inherent intransitivity, periphrastic verb forms of this type do not permit the expression of the P argument of the basic transitive verb from which they are derived. Only the former A argument corresponds to a core argument in the valence pattern of these forms—reinterpreted as an S argument. Consequently, contrary to what the translations of the two examples above might suggest, these verb forms do not explicitly refer to a plural addressee; such reference is inferred solely from the discourse context.

PERSON AUXILIARIES USED AS TAM OPERATORS

In addition to its role in expressing the core argument of a transitive verb that is not indexed within the verb word itself, a person auxiliary serves a second, equally common function. This other function involves conveying additional information about the state of affairs denoted by the verb word it accompanies. In contrast to the former use, when a person auxiliary functions in this way, its argument index no longer operates as a cross-index but instead as an agreement marker. In such instances, a person auxiliary agrees in person and number with the subject core argument (A/S) of the verb word.

Each of the two person auxiliaries conveys a distinct semantic nuance of its own. The person auxiliary *upa* carries a static-progressive meaning: it indicates that the state of affairs expressed by the verb word is concomitant with a specific temporal reference point (progressive value), and that the referent of the subject participant remains in a stable location throughout the execution of this state of affairs (static value)²³. This particular usage of *upa* is exemplified below with a transitive verb (31a), an active intransitive verb (31b), and a stative intransitive verb (31c).

²³ Jensen (1984, p. 98) hypothesizes that *upa* is derived from an old lexical verb she reconstructs in Proto-Tupi-Guarani as **úβ/júβ* 'to be lying down'. This etymology appears plausible, as cognates of this reconstructed form are attested as lexical verbs with precisely this meaning in several present-day Tupi-Guarani languages—*up/jup* in Urubu-Kaapor (Kakumasu, 1986, p. 386), *'up/jup* in Kayabi (Dobson, 1997, p. 35), *upy/jupy* in Mbya Guarani (Dooley, 1998, p. 55), among others. It is important to note that this old lexical verb is not attested in Wayampi; instead, its semantic equivalent is the active intransitive verb *'au* (see example (33b) below).

- (31a) *A'evo-a-rã* *a-mome'u* *amãtejě* *a-jupa.*
 be.likewise-NMLZ.EVT:REF-PROJ IND:1SG.A-tell certainly 1SG.A-AUX_i
ta-pe-kuwa, *e'i* *ij-upe-kõ.*
 OPT-2PL.A-know IND:3.A:say 3DS.PSR-DAT-PL.PSR
 "I am telling you this in advance so that you_(sc) will know about it," he said to them.'
 [AW; Matthew 24:25]
- (31b) *Kwee* *ere-jy* *ere-ipa.* *remě*
 yesterday IND:2SG.A-be.located 2SG.A-AUX_i when
a-jo *kuwa* *ne-koty* *mijě.*
 IND:1SG.A-come COND 2SG.PSR-ALL PTCL
 'If I had been here yesterday, I would have come to your place.' [TW]
- (31c) *Ajawyi* *te* *e-rory* *jě* *a-jupa.*
 then FOC IND:1SG.P-be.joyful PTCL 1SG.A-AUX_i
N-o-pa='ăi *e-rory-a.*
 IND-3.A-finish=FUT:NEG.IND 1SG.PSR-be.joyful-NMLZ.EVT:REF
 'That is why I am still rejoicing [at his coming]. My joy will not fade.'
 [AW; Philippians 1:18]

It is important to note that the static-progressive auxiliary *upa* may also appear in conjunction with a verb word in utterances conveying commands directed to a single addressee. In such contexts, *upa* is marked by the special imperative *e-* prefix, here designated as '2SG.A.IMP' (see Table 1). The following pair of examples illustrates this imperative function of *upa*.

- (32a) *E-jy* *ra'i* *e-ipa.*
 IND:2SG.A.IMP-be.located ATTN 2SG.A.IMP-AUX_i
 'Stick around.' [TW]
- (32b) *Mokope* *korijõ* *e-po'ă* *e-jupa.* *pejě* *korijõ* *kuwa.*
 over:there only IND:2SG.A.IMP-get.up 2SG.A.IMP-AUX_i IND:2PL:say only COND
 "Just stand there," you_(pl) might say' [AW; James 2:3]

The two examples in (32) are especially significant, as they demonstrate that the imperative *e-* prefix cannot be analyzed as a portmanteau morph encoding both person-number and grammatical mood. As previously noted, person auxiliaries—like copredicative verb forms—are not marked for mood; they are incompatible with the negative indicative *n-* and the optative *t-*, and the covert positive indicative Ø. Consequently, if a given person auxiliary can be marked with *e-*, as is the case with *upa* in (32), this indicates that the prefix cannot be construed as a morphosyntactic exponent of grammatical mood.

More specifically, the existence of forms such as *e-ipa* (TW) and *e-jupa* (AW) in (32) demonstrates that, despite its dedicated use in positive imperative sentences, the *e-* prefix itself does not encode imperative mood. Furthermore, since *e-* is the sole imperative argument index in Wayampi,²⁴ it follows that the language lacks a dedicated imperative mood. Consequently, the periphrastic finite verb forms in (32) are, counterintuitively, indicative.

In sum, the *e-* prefix is simply an allomorph of *ere-* (TW) and *ne-* (AW). That is, the Set A second person singular argument index has two minimal forms that differ by dialect: *e-* and *ere-* in TW, and *e-* and *ne-* in AW. Positive imperative sentences use *e-*, while declarative, interrogative, and negative imperative sentences employ *ere-* / *ne-*.

Concerning the person auxiliary *kupa*, when employed as a TAM operator, it represents one of the strategies available for expressing universal quantification over the referent of a plural subject core argument. Specifically, the presence of this person auxiliary within a clause signals that the subject referent is interpreted as a homogeneous collection of entities—that is, it carries a group-homogenizing value. In most contexts, this construction may be rendered as ‘to be together’, ‘to form a whole’, or ‘to constitute a consistent whole’. This usage of *kupa* is illustrated below with a transitive verb (33a), an active intransitive verb (33b), and a stative intransitive verb (33c).

- (33a) *Āwitō ja-jau yy-pè remě*
just.as IND:INCL.A-bathe water-LOC when

ja-ji-pikusu-katu ja-kupa ipi,
IND:INCL.A-MID-wash.one's.body-well INCL.A-AUX₂ HAB

āwīvo ve Jesu jane-py'a-ky'a'o-pa ky'y
IND:be.similarly.to too Jesus INCL.P-inner.self.of-cleanse-CMPL ASS
‘When we bathe together in water, we cleanse our bodies. Similarly, Jesus completely purifies our hearts.’
[AW; Hebrew 10:22]
- (33b) *E-kyrỹ-gwer-à kō reve oro-'au-pa oro-kupa.*
1SG.PSR-child-COLL-REF PL COM IND:1.A-be.lying.down-CMPL 1.A-AUX₂
‘My children and I are in bed, all of us.’ [AW; Luke 11:7]
- (33c) *Pe-aepo so pe-kupa.*
IND:2PL.P-be.drunk PROH 2PL.A-AUX₂
‘You_(PL) there, do not get drunk all at once.’ [TW]

²⁴ Tupi-Guarani studies rarely argue that there is ‘only one’ imperative cross-index. However, at least Gregores and Suárez (1967, p. 132) and Estigarribia (2020, p. 170) on Paraguayan Guarani share a similar perspective to mine on Wayampi. Jensen (1998, p. 525) considers instead that Proto-Tupi-Guarani has second person “singular and plural [emphasis added] imperative prefixes: *te-* and *tpe-*.” While this position is prevalent in Tupi-Guarani linguistics, it is highly questionable (and even untrue) because, strictly speaking, any indicative verb form with a second person subject (S/A), except for those using *tere-* ‘2sg.A’ (Jensen, 1998, p. 498), can have either an indicative or an imperative reading. For example, in Kayabi, the periphrastic finite verb form *je-poar ape* <1sg.P-help 2sg→1> can mean either ‘you helped me’ or ‘help me!’ depending on the discourse context (personal knowledge from a corpus study). For a similar observation on Paraguayan Guarani, see Estigarribia (2020).

It is evident that the person auxiliary *kupa* shares a common origin with the subject plural index *kupa*²⁵. However, in the contemporary language, these forms function as distinct morphemes. First, as demonstrated earlier with *upa*, a person auxiliary does not occupy the same clausal position as the plural index *kupa*, as evidenced by the possible sequence *kupa upa*. Second, the syntactic behavior of *kupa* as a person auxiliary differs from that of *kupa* as a plural index: the former can co-occur with a conominal, as illustrated in (34), whereas the latter is in complementary distribution with a nominal, as shown previously.

- (34) *Pejë* *ajamã'ë* *n-e-rerovija=i* *pe-kupa.*
PRO.2PL however IND-1SG.P-believe=NEG.IND 2PL.A-AUX₂
- Na-pe-enu=i* *teve* *e-ayvu* *ipi,* *e'i.*
IND-2PL.A-listen=NEG.IND also 1SG.PSR-word HAB IND:3.A:say
- “‘But you_(PL) [who are here] do not know me, nor do you_(PL) listen to my words,” he said.’
[AW; John 8:43]

CONCLUDING REMARKS

The purpose of this article has been to shed light on a particular type of syntactic class in Wayampi: the person auxiliary. This class comprises two members (*upa* and *kupa*), which do not conform to the typical definition of verbs in the language. Moreover, although at least five Tupi-Guarani languages have been identified as possessing historically related morphemes,²⁶ these elements function in a highly particular manner in Wayampi.

Person auxiliaries have been shown here to fulfill two distinct functions, which are never realized together within a single clause. One of these functions is exclusive of transitive verbs and involves encoding one of the two participants in the 2→1 and 1→2PL person configurations (see the periphrastic forms in Tables 9 and 10 below). The other function applies to all verb types and contributes to the expression of aspect and modality in verb forms.

Table 9. The person indexing system of transitive verbs in Wayampi (TW dialect).

A\P		(1·2).P	1P		2P		3P
		INCL	1SG	1PL	2SG	2PL	3
(1·2)A	INCL						<i>si-Σ</i>
1A	1SG				<i>oro-Σ</i>	<i>poro-Σ... a-ipa</i>	<i>a-Σ</i>
	1PL				<i>oro-Σ</i>	<i>poro-Σ... oro-kupa</i>	<i>oro-Σ</i>
2A	2SG		<i>ere-Σ... e-ipa</i>	<i>ere-Σ... ore-kupa</i>			<i>ere-Σ</i>
	2SG.IMP		<i>e-Σ... e-ipa</i>	<i>e-Σ... ore-kupa</i>			<i>e-Σ</i>
	2PL		<i>pe-Σ... e-ipa</i>	<i>pe-Σ... ore-kupa</i>			<i>pe-Σ</i>
3A	3	<i>jane-Σ</i>	<i>e-Σ</i>	<i>ore-Σ</i>	<i>ne-Σ</i>	<i>pe-Σ</i>	<i>o-Σ</i>

²⁵ Jensen (1984, p. 98), who does not distinguish between the plural index *kupa* and the person auxiliary *kupa* as I do, hypothesizes that “*kupa*” derives from an old lexical verb she reconstructs in Proto-Tupi-Guarani *tkúß*, meaning either ‘to be together’ or ‘to be (many)’ (Jensen, 2001, p. 170). This etymology is plausible, although further evidence is needed, and the proposed phonological form may require some adjustment. For reference, Mbya Guarani has an active intransitive verb *-kuapy* with a collective meaning (Dooley, 1998, p. 60). Whether this verb is a cognate of *tkúß* remains an open question.

²⁶ Namely: Tupinambá (Rodrigues, 1953, p. 132), Kayabi (Dobson, 1997, p. 53), Tapirapé (Praça, 2007, pp. 103–104), Tenetehára (Bendor-Samuel, 1972, p. 91), and Tocantins Asurini (Harrison, 1975, p. 73).

Table 10. The person indexing system of transitive verbs in Wayampi (AW dialect).

A\P		(1·2).P	1P		2P		3P
		INCL	1SG	1PL	2SG	2PL	3
(1·2)A	INCL						<i>si-Σ</i>
1A	1SG				<i>oro-Σ</i>	<i>poro-Σ... a-jupa</i>	<i>a-Σ</i>
	1PL				<i>oro-Σ</i>	<i>poro-Σ... oro-kupa</i>	<i>oro-Σ</i>
2A	2SG		<i>e-Σ... re-jupa</i>	<i>ore-Σ... re-jupa</i>			<i>ne-Σ</i>
	2SG.IMP						<i>e-Σ</i>
	2PL		<i>e-Σ... pe-kupa</i>	<i>ore-Σ... pe-kupa</i>			<i>pe-Σ</i>
3A	3	<i>jane-Σ</i>	<i>e-Σ</i>	<i>ore-Σ</i>	<i>ne-Σ</i>	<i>pe-Σ</i>	<i>o-Σ</i>

Although the literature lacks consistent definitions of auxiliary constructions, the most influential specialists in the field generally converge on a narrow definition (Heine, 1993; Kuteva, 2001; Krug, 2012), which can be formulated as follows.

[Auxiliary verb constructions are] compound verbal forms in which one of the two fragments (the auxiliary) has at least partially the morphological characteristics of an independent verbal form but does not manifest predicative behavior (*i.e.* does not intervene in the selection of this or that formal type of complement and the assignment of semantic roles to the subject and complements), while the other fragment (the auxiliated) is formally presented as a dependent verbal form (infinitive, participle, etc.) and constitutes the predicative element in the sense given above to this term (Creissels, 1998, pp. 251–252)²⁷.

Two points of divergence can be observed between auxiliary verbs and person auxiliaries. First, an auxiliary, as generally understood in linguistics, is a form that can function as the main predicate of a clause in certain contexts—that is, not merely as an auxiliary. In other words, an auxiliary is more accurately characterized as a specific syntactic function rather than a distinct syntactic class. Moreover, many linguists consider auxiliaries to be exclusively verb forms, which accounts for the widespread use of the term ‘auxiliary verb’ in the literature. However, as demonstrated, the Wayampi person auxiliaries diverge from these assumptions in that they are neither capable of functioning as the main predicate nor do they qualify as verbs.

Second, an auxiliary, as understood in linguistics, is generally defined as a finite verb form that carries all the morphosyntactic information associated with the syntactic predicate—such as mood and person-number—while co-occurring with a content verb (also called a lexical verb) that is non-finite, typically a participle or a converb. In Wayampi person auxiliary constructions, however, the situation is quite different. Person-number marking may appear on both the content verb and the auxiliary—except when the content verb is in the antipassive, in which case only the person auxiliary bears this marking. Another point of divergence is that mood is not marked on the auxiliary, but rather on the content verb, regardless of whether the latter is marked for person-number or not. This peculiarity leads to the rather unusual situation—at least for an auxiliary construction—where, when both the content verb and the auxiliary (here, a person auxiliary) are marked for person-number, the former appears in a more finite form than the latter.

²⁷ My translation for: “formes verbales composées dont un des deux fragments (l’auxiliaire) a au moins partiellement les caractéristiques morphologiques d’une forme verbale indépendante mais ne manifeste pas de comportement prédictif (c’est-à-dire n’intervient pas dans la sélection de tel ou tel type formel de complément et l’assignation de rôles sémantiques au sujet et aux compléments), tandis que l’autre fragment (l’auxilié) se présente formellement comme une forme verbale dépendante (infinitif, participle, etc.) et constitue l’élément prédictif au sens donné ci-dessus à ce terme”.

This second feature suggests that, although the content verb is the semantic head of the entire person auxiliary construction, it also functions as an inflectional head. Indeed, a person auxiliary is always marked for person-number, while the verb word (*i.e.*, the content verb) is minimally marked for mood and, possibly, for person-number. Thus, from a syntactic perspective, a person auxiliary construction appears to consist of two inflectional co-heads: one that is both syntactic and semantic (the verb word) and one that is purely syntactic (the person auxiliary). This differs significantly from the typical definition of an auxiliary verb construction.

Another notable feature of Wayampi is its lack of specific finite verb forms for the 1→2_{PL} person configurations. To compensate, this Amazonian language employs auxiliarization and antipassivization as a syntactic workaround to express these configurations. This workaround, however, does not really allow for the expression of the demoted P of the base transitive verb. This demoted P can be expressed obliquely through the adessive postposition, but it is extremely rare (roughly once for every 1,000 occurrences of *poro-*). So, it can legitimately be considered that the Wayampi antipassive is mainly a P-suppressing antipassive.

Much remains to be explored regarding the person auxiliaries. Specifically, whereas the origin and meaning of *upa* are relatively well understood, the same cannot be said for *kupa*. Furthermore, the reasons underlying the obligatory positioning of person auxiliaries at the end of the clause remain unclear. As Jensen (2001, p. 170) suggests, a promising line of inquiry involves investigating non-finite verb forms (such as converbs) that function as auxiliaries both in Wayampi and in other Tupi-Guarani languages. The Wayampi person auxiliaries may, in fact, be fossilized remnants of these forms, constrained to the outer clause, whereas in other languages they may have shifted leftward toward the verb word. Finally, it would be typologically valuable to examine how and why antipassive verb forms—such as those discussed here—come to serve as approximate substitutes for missing cells in the indexation paradigms of transitive verbs.

ACKNOWLEDGEMENTS

This research was carried out independently, without institutional backing or financial support. I am grateful to the anonymous reviewers for their valuable insights and encouraging comments on earlier drafts; their feedback helped shape the final version of this article. Any remaining flaws are mine alone. Above all, I am deeply indebted to the Wayampi speakers of French Guiana, who welcomed me with kindness and generously shared the richness of their language and worldview. This work is a humble echo of the knowledge and openness they so freely offered.

ABBREVIATIONS

1	first person	ANA	anaphoric
2	second person	ANTP	antipassive
3	third person	ASS	assertive
*	ungrammatical form	ATTN	attenuative
†	reconstructed form	AUD	auditive
A	agent or agent-like	AUX	person auxiliary
ABL	ablative postposition	BE	auxiliary verb 'to be'
ADESS	adessive postposition	CAUS	direct causative
AGT	agent	CMPL	completive
ALL	allative	CNTF	counterfactual
		COLL	collective

COM	comitative postposition	OBJ	object
COND	conditional	OBLG	obligative
DAT	dative case or postposition	OPT	optative mood
DEAGTZ	de-agentivizer	P	patient or patient-like
DS	different referent from the subject	PL	plural
EVT	event	PRO	free-standing pronoun
EXCLM	exclamative	PROH	prohibitive
FOC	focus	PROJ	projective (“nominal future”)
FRUST	frustrative	PROL	prolative postposition
FUT	future	PSR	possessor
HAB	habitual	PTCL	modal particle
IMP	imperative (sentence type)	Q	question particle
INCL	inclusive (‘I, you, and possibly others’)	REDUP	reduplicant
IND	indicative mood	REF	referrer
INTR.V	intransitive verbs	REL	relativizer
NDF	indefinite article	RETR	retrospective (‘nominal past’)
INESS	inessive postposition	SBJ	subject
INTS	intensive	SG	singular
LOC	locative case	SOC	sociative causative
MID	middle	SS	same referent as the subject
NEG	sentential negation	TR.V.	transitive verb
NMLZ	nominalizer		

REFERENCES

- Bendor-Samuel, D. (1972). *Hierarchical structures in Guajajara*. SIL. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:bendor-1972-hierarchical>
- Carstairs-McCarthy, A. (1987). *Current morphology*. Routledge.
- Copin, F. (2012). *Grammaire wayampi* [Ph.D. dissertation, Paris Diderot University]. <https://hal.science/tel-01547977>
- Copin, F. (2024). Antipassivization in Wayampi: Towards a syntactic account. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 24, e024018. <https://doi.org/10.20396/liames.v24i00.8677194>
- Copin, F. (2026). The Wayampi verb: Structure, form, and function. *Cadernos de Etnolinguística*, 13(1), e130101. <http://www.etnolinguistica.org/article:vol13n1>
- Creissels, D. (1998). Auxiliaires et auxiliarisation, l'exemple du tswana. *Faits de Langues*, (11-12), 251-265. https://www.persee.fr/doc/flang_1244-5460_1998_num_6_11_1213
- Daniel, M. A. (2005). Understanding inclusions. In E. Filimonova (Ed.), *Clusivity: typology and case studies of the inclusive-exclusive distinction* (pp. 3-48). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/tsl.63.04dan>
- DeLancey, S. (2023). Argument indexation (verb agreement) in South Central (Kuki-Chin). *Himalayan Linguistics*, 22(1), 243-275. <https://doi.org/10.5070/H922153231>
- Dobson, R. (1997). *Gramática prática com exercícios da língua Kayabi*. SIL. <https://www.sil.org/resources/archives/17087>
- Dooley, R. A. (1998). *Lexico Guaraní, dialeto Mbyá, com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa lingüística*. SIL. <https://www.sil.org/resources/archives/16958>
- Estigarribia, B. (2020). *A grammar of Paraguayan Guaraní*. UCL Press. <https://doi.org/10.14324/111.9781787352872>
- Gregores, E., & Suárez, J. A. (1967). *A description of colloquial Guaraní*. Mouton & Company. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:gregores-suarez-1967-guarani>

- Harrison, C. H. (1975). *Gramática Asurini: aspectos de uma gramática transformacional e discursos mologados da língua assuriní, família tupi guaraní*. SIL. <https://www.sil.org/resources/archives/16993>
- Haspelmath, M. (2002). *Understanding morphology*. Arnold. https://www.researchgate.net/publication/271018639_Understanding_Morphology
- Haspelmath, M. (2013). Argument indexing: a conceptual framework for the syntax of bound person forms. In D. Bakker & M. Haspelmath (Eds.), *Languages across boundaries: studies in memory of Anna Siewierska* (pp. 197-226). De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110331127.197>
- Heine, B. (1993). *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780195083873.001.0001>
- Jacques, G., & Antonov, A. (2014). Direct/inverse systems. *Language and Linguistics Compass*, 8(7), 301-318. <https://doi.org/10.1111/lnc3.12079>
- Jensen, C. J. S. (1984). *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi* [Master's thesis, State University of Campinas]. <http://www.etnolinguistica.org/tese:jensen-1984>
- Jensen, C. J. S. (1998). Comparative Tupí-Guaraní morphosyntax. In D. Derbyshire, & G. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian languages* (Vol. 4, pp. 489-618). Mouton de Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110822120>
- Jensen, C. J. S. (2001). The origin of plural morphemes in Wayampi. *Moara*, (15), 155-177. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3137>
- Kakumasu, J. (1986). Urubu-Kaapor. In D. Derbyshire, & G. Pullum (Eds.), *Handbook of Amazonian languages* (Vol. 1, pp. 326-403). Mouton de Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110850819>
- Krug, M. (2012). Auxiliaries and grammaticalization. In B. Heine, & H. Narrog (Eds.), *The Oxford handbook of grammaticalization* (pp. 547-558). OUP. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199586783.013.0044>
- Kuteva, T. (2001). *Auxiliation: an enquiry into the nature of grammaticalization*. OUP. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198299745.001.0001>
- Magalhães, M. M. S. (2007). *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupí-Guaraní)*. [Doctoral dissertation, University of Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3188>
- Magalhães, M. M. S. (2019). A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omipredicatividade. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14(3), 897-918. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000300011>
- Nichols, J. (2017). Person and inflectional category. *Linguistic Typology*, 21(3), 387-456. <https://doi.org/10.1515/lingty-2017-0010>
- Praça, W. N. (2007). *Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupí-Guaraní)* [Doctoral dissertation, University of Brasília]. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6626>
- Rice, K. (1998). Slave (Northern Athapaskan). In A. Spencer, & A. M. Zwicky (Eds.), *Handbook of morphology* (pp. 648-689). Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781405166348.ch30>
- Rodrigues, A. D. (1953). Morfologia do verbo Tupi. *Letras*, 1, 121-152. <http://www.etnolinguistica.org/artigo:rodrigues-1953>
- Rose, F. (2009a). The origin of serialization: the case of Emerillon. *Studies in Language*, 33(3), 644-684. <https://doi.org/10.1075/sl.33.3.05ros>
- Rose, F. (2009b). A hierarchical indexation system: the example of Emerillon (Teko). In P. Epps, & A. Arkhipov (Eds.), *New challenges in typology: transcending the borders and refining the distinctions* (pp. 63-83). Mouton de Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110219067.2.63>
- Rose, F. (2015). When 'you' and 'I' mess around with the hierarchy: a comparative study of Tupi-Guarani hierarchical indexing systems. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 10(2), 347-369. <https://doi.org/10.1590/1981-81222015000200008>
- Rose, F. (2018). Are the Tupi-Guarani hierarchical indexing systems really motivated by the person hierarchy? In S. Cristofaro, & F. Zúñiga (Eds.), *Typological hierarchies in synchrony and diachrony* (pp. 289-307). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/tsl.121.08ros>
- Wycliffe Bible Translators. (2013). *Janejare'e Ayvukwerà: o Novo Testamento na língua Wajãpi do Amapari do Brasil*. Wycliffe Bible Translators, Inc. <https://www.scriptureearth.org/data/oym/PDF/00-WNTToym-web.pdf>
- Zúñiga, F. (2006). *Deixis and alignment. Inverse systems in indigenous languages of the Americas*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/tsl.70>

RESEARCH DATA

The data have not been deposited in a repository.

PREPRINT

Not published in a repository.

PEER REVIEW

Double-blind, closed review.

Usos culturais e educacionais do miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L. f.): relações possíveis na Base Nacional Comum Curricular

Cultural and educational use of the *miritizeiro* (*Mauritia flexuosa* L. f.): possible relationships in the National Common Curriculum Base

Antonio Pedro Costa Bastos^I  | Marcus Vinicius de Oliveira Magno^I  | Ely Simone Cajueiro Gurgel^I  |
Sheila Costa Vilhena Pinheiro^{II}  | Pedro Glécio Costa Lima^{III}  | Ana Cristina Andrade de Aguiar-Dias^{II} 

^IMuseu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

^{II}Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{III}Museu Nacional de História Natural e Ciência. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L.f.), símbolo de Abaetetuba, Pará, tem papel importante na economia, na cultura e na história da população local. Este artigo explicita possíveis relações entre os saberes dos artesãos e as aplicações em áreas do conhecimento propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental. Partimos da hipótese de que a bioculturalidade presente nos saberes dos artesãos em relação ao miritizeiro permite conectar práticas sustentáveis e culturais ao potencial pedagógico. Trata-se de uma pesquisa etnográfica qualitativa, realizada com 20 artesãos, selecionados por amostragem em bola de neve, cujo *locus* está situado na sede municipal e nas ilhas de Abaetetuba. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os artesãos, bem como de turnês guiadas aos ambientes naturais de ocorrência da espécie e aos locais de trabalho artesanal. Foram encontrados variados usos e práticas relacionados a 16 partes do miriti, evidenciando múltiplos usos, além do seu potencial pedagógico, integrando os saberes tradicionais às habilidades previstas na BNCC para o ensino fundamental, o que destaca a importância do miritizeiro em Abaetetuba. Esse patrimônio biocultural, ao integrar natureza, cultura e educação, promove consciência ecológica e cultural por meio de uma prática educativa contextualizada, alcançável com a formação continuada de professores.

Palavras-chave: Abaetetuba. Bioculturalidade. BNCC. Ensino fundamental. Práticas sustentáveis.

Abstract: The *miritizeiro* (*Mauritia flexuosa* L.f.), symbol of Abaetetuba-Pará, a central role in the economy, culture and history of the local population. This relevance motivated the objective of elucidating possible relationships between the knowledge held by artisans and applications across areas of knowledge proposed in the National Common Curriculum Base (BNCC) for primary education. We hypothesize that the biocultural relationship between artisans' knowledge and the *miritizeiro* enables the integration of sustainable and cultural practices with pedagogical potential. This study adopts a qualitative ethnographic approach and involved 20 artisans selected through snowball sampling, located in the municipal headquarters and the islands of Abaetetuba. Data were collected through semi-structured interviews with the artisans, guided visits to the natural environments where the species occurs, and visits to the artisans' workplaces. The analysis identified different uses and practices associated with 16 parts of the *miriti*, highlighting its multiple applications and pedagogical potential. These practices integrate traditional knowledge with the competencies outlined in the National Common Curriculum Base (BNCC) for Primary Education and emphasize the importance of the *miritizeiro* in Abaetetuba. The biocultural heritage of the *miriti*, which integrates nature, culture and education, fosters ecological and cultural awareness through contextualized education, and can be strengthened through continuous teacher training.

Keywords: Abaetetuba. Bioculturality. BNCC. Primary education. Sustainable practices.

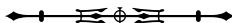
Bastos, A. P. C., Magno, M. V. de O., Gurgel, E. S. C., Pinheiro, S. C. V., Lima, P. G. C., & Aguiar-Dias, A. C. A. de. (2026). Usos culturais e educacionais do miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L. f.): relações possíveis na Base Nacional Comum Curricular. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20250007. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2025-0007>.

Autora para correspondência: Ely Simone Cajueiro Gurgel. Museu Paraense Emílio Goeldi. Av. Perimetral, 1901 – Terra Firme. Belém, PA, Brasil. CEP 66077-830 (esgurgel@museu-goeldi.br).

Recebido em 24/03/2025

Aprovado em 04/12/2025

Responsabilidade editorial: Márlia Coelho-Ferreira



INTRODUÇÃO

O conceito de bioculturalidade interconecta dois tipos de diversidade, a biológica e a cultural, referindo-se à relação dos processos culturais com a natureza (Toledo & Barrera-Bassols, 2009). Considera-se, na dimensão cultural, que a identidade territorial abrange, além dos recursos naturais, os conhecimentos que as populações possuem sobre a biodiversidade: os organismos e os ecossistemas em que vivem (Boege, 2008; Rocha, 2020).

A partir das relações bioculturais existentes entre os moradores locais de Abaetetuba e o miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), é possível observar o significado do território que habitam, não somente no que concerne ao espaço geográfico, mas no que se refere ao contexto da geografia empírica. Não se trata apenas de um local de extração e trabalho com a espécie, sendo especialmente o lar, o lugar de trocas e compartilhamentos e, sobretudo, onde os moradores enriquecem seu cotidiano com manifestações culturais, religiosas e atividades econômicas, as quais representam fatores presentes no aprendizado em sala de aula (Gomes, 2018; F. Machado, 2008; G. Silva et al., 2013).

No município de Abaetetuba, Pará, Brasil, os trabalhos artesanais realizados com o miriti, palmeira típica da região e símbolo do município, são exemplos tangíveis de práticas bioculturais na região amazônica (Bastos, 2023) e que podem ser explorados no ensino de ciências naturais/botânica, entre outras áreas. Trata-se de uma palmeira que ocorre espontaneamente, formando aglomerados populacionais que desempenham papel importante na estrutura e no funcionamento desses ambientes (Almeida et al., 2004). O miriti é considerado um recurso de valor cultural inestimável para muitas comunidades, tanto da área urbana quanto da rural de Abaetetuba, em razão do aproveitamento de praticamente todas as partes da planta, com variedade de aplicações (Germano et al., 2014).

A extração dos recursos advindos do miritizeiro, adequando-se às necessidades e ao potencial da localidade, beneficia e promove o desenvolvimento sustentável e a conservação de saberes tradicionais das

comunidades locais. A partir da coleta da matéria-prima da palmeira, as tradições produtivas do miriti contribuem para a manutenção econômica, social e cultural de inúmeras famílias, bem como para a representatividade biocultural do modo de vida amazônico (Bastos, 2023; Leoni & Marques, 2009; F. Machado, 2008).

Essas vivências, transmitidas aos mais jovens como um patrimônio cultural, podem ser valorizadas e adaptadas para o ambiente escolar, promovendo o aprendizado significativo dos estudantes por contextualizar o modo de vida das comunidades. Isso possibilita a conexão entre a realidade local do aluno e os conteúdos escolares das mais diferentes áreas de conhecimentos, propostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, a qual serve como guia de orientação curricular na educação básica, auxiliando, assim, a elaboração de currículos escolares (MEC, 2018). Além disso, as práticas dialógicas de conhecimentos e as experiências, mesmo por parte de crianças e adolescentes, são essenciais para a melhoria da sociedade, pois retratam o visível (Stengers, 2018).

A realidade educacional que justifica e maximiza a relevância do presente trabalho situa-se na tendência de a educação escolar negligenciar elementos que constituem fontes de sobrevivência e são valorizados pelos povos amazônicos há milhares de anos. Tais elementos recebem tratamento e consideração restritos nas salas de aula, sendo frequentemente retratados com dificuldades conceituais, generalizações, relativismos ou até mesmo excluídos dos livros didáticos, mesmo em escolas pertencentes a territórios de comunidades tradicionais. Essa ausência de representatividade local demonstra a grande influência eurocêntrica na educação no Brasil (Veiga, 2022; L. Ribeiro & Nogueira, 2023).

Diante disso, a presente pesquisa estrutura-se a partir da investigação quanto às possibilidades pedagógicas ligadas aos usos do miriti que emergem da relação entre o olhar do artesão e as proposições da BNCC. Na busca por respostas, o estudo explicita possíveis relações existentes entre saberes sobre usos dessa palmeira, evidenciados

por artesanos do município, das áreas urbana e rural, e as propostas de aprendizagens em botânica, no ensino de ciências naturais, entre outras áreas de conhecimentos presentes na BNCC do ensino fundamental.

METODOLOGIA

ÁREA DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba, no estado do Pará, Brasil, localizado no baixo curso do rio Tocantins. O município está inserido na mesorregião nordeste paraense e na microrregião do município de Cametá, tendo sua sede situada nas coordenadas 01° 43' 24" de latitude sul e 48° 52' 54" de longitude oeste de Greenwich ("Plano Diretor", 2006). Segundo o mais recente censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui população estimada de 158.188 pessoas, entre as quais constam os moradores das 72 ilhas de Abaetetuba (IBGE, 2023).

Em termos culturais, Abaetetuba é muito bem representada pela espécie em questão, em virtude dos amplos significados da palmeira que tornou a cidade conhecida como a capital mundial do brinquedo de miriti. Anualmente, é promovido na cidade o "Festival do Miriti", também conhecido como "Miritifest", evento em que ocorre grande comercialização e divulgação da espécie e dos mais variados produtos de artesanato e alimentação (R. Santos & Coelho-Ferreira, 2012).

PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como estratégia metodológica de determinação da população amostral, foi adotada a técnica 'bola de neve' (Bailey, 1994), que utiliza as conexões entre os membros da população para que se obtenha uma amostra baseada em indicações de participantes já incluídos, e assim sucessivamente. Nessa perspectiva, foram selecionados indivíduos que se identificaram com a temática e demonstraram conhecimento sobre manejo, extração, usos e produção de artigos relacionados ao miriti.

A partir dessa técnica, a amostra foi composta por 20 participantes ($N = 20$), com idades entre 22 e 72 anos. Quanto ao gênero, oito participantes são do sexo feminino e 12 do sexo masculino, com idades variando entre 22 e 47 anos para as mulheres, e entre 52 e 72 anos para os homens. Do total de informantes, 17 residem na área urbana do município, enquanto três são ribeirinhos, provenientes das margens dos rios Tauá, Abaeté e Genipaúba.

COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, com duração média de 20 minutos, gravadas em equipamento de áudio; turnês guiadas aos ambientes naturais de ocorrência da espécie e aos locais de trabalho com o miriti (Chauí, 1979; Alexiades, 1996; Albuquerque et al., 2014).

Os participantes foram devidamente informados sobre o estudo, que foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 61518622.6.0000.5174, expedido através do sistema eletrônico da Plataforma Brasil. Os participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As informações obtidas foram registradas por meio de caderno de campo, gravador de áudio e câmera fotográfica.

Os dados das entrevistas foram tabulados em matriz, utilizando o *Microsoft Office Excel* 2019. As informações foram sistematizadas e analisadas da seguinte forma: I) usos do miriti em Abaetetuba; II) partes utilizadas da palmeira.

PESQUISA DOCUMENTAL

Para este trabalho, utilizou-se a abordagem qualitativa de pesquisa documental (Minayo, 2014), complementada pelo documento público da BNCC, que relaciona os usos do miriti aos conteúdos e às habilidades com os assuntos abordados nas disciplinas de ciências, geografia, história, matemática, arte e ensino religioso do ensino fundamental I e II.

Inicialmente, realizou-se uma análise de conteúdo (Bardin, 2000), focando em partes específicas do documento da BNCC para correlacionar os usos dos órgãos vegetativos e reprodutivos do miriti descritos pelos artesãos com as habilidades das disciplinas mencionadas. Além disso, categorizaram-se os usos do miriti com base na coleção de etnobotânica e botânica econômica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Os termos botânicos foram complementados pelos termos usados pelos informantes da pesquisa para facilitar a identificação das partes da planta mencionadas na região de Abaetetuba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes forneceram informações sobre os usos de 16 partes do miriti, abrangendo tanto órgãos vegetativos quanto reprodutivos (Figura 1), além de práticas associadas ao manejo da palmeira. Segundo E. Araújo et al. (2023), os produtos derivados do miriti desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e na economia de Abaetetuba, agregando valor não apenas em nível local, mas também regional, especialmente por meio do artesanato.

Em termos gerais, os principais usos do miriti foram agrupados em seis categorias: a) artesanato, b) alimentação e bebida, c) construção civil, d) agricultura e pesca,

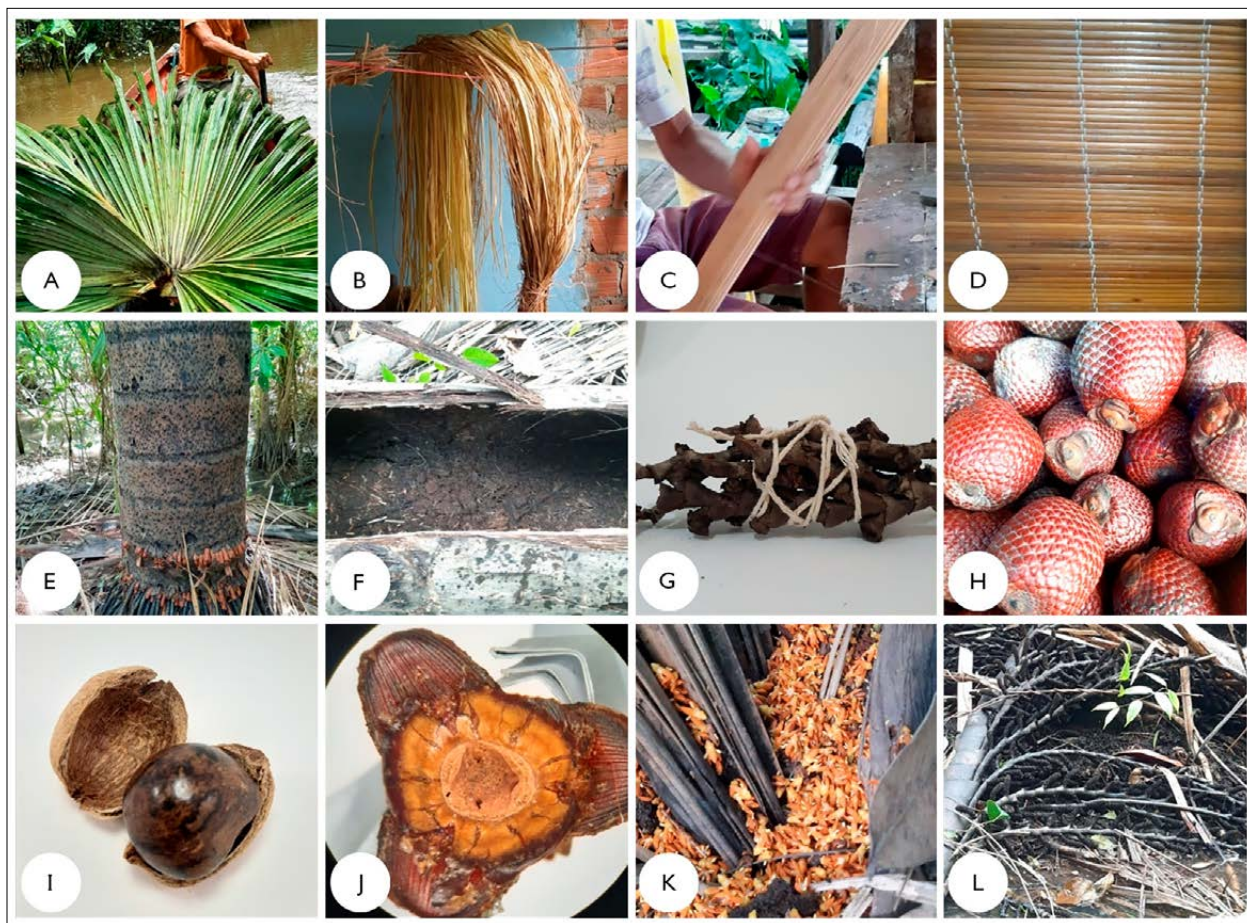


Figura 1. Órgãos de *Mauritia flexuosa* L.f.: A) folhas flabeliformes; B) envira ou grelo; C) pecíolo beneficiado; D) esteira; E) estipe e raízes adventícias; F) estipe em decomposição, medula do estipe decomposta utilizado como adubo natural; G) ráquila pistilada (fêmea); H) frutos maduros; I) endocarpo e semente beneficiada; J) perianto persistente; K) flores estaminadas (masculinas); L) ráquila estaminada (macho). Fotos: A. P. C. Bastos (2025).

e) religiosidade e f) medicina/combustível e cosmético. Em todas essas categorias, as partes da planta foram destacadas com base nos depoimentos coletados e associadas às disciplinas e às habilidades previstas na BNCC. No total, identificaram-se 16 partes do miriti, utilizadas em contextos culturais e econômicos, resultando em 57 aplicações relacionadas à BNCC: 18 habilidades em ciências, 12 em geografia, 11 em artes, dez em matemática, duas em história e quatro em ensino religioso, todas voltadas ao ensino fundamental.

ARTESANATO

Os resultados encontrados na categoria de artesanato abrangem o aproveitamento das folhas, infrutescências e estipe do miriti, mais especificamente de nove partes da palmeira, que resultam no uso de 17 tipos de artefatos, os quais podem ser explorados em disciplinas do ensino fundamental I e II, como arte, história, geografia e ciências, com o subsídio de 20 habilidades da BNCC (Tabela 1).

Partes da palmeira como folhas, infrutescências e estipes são empregadas em diversos usos (Nascimento et al., 2010; R. Santos & Coelho-Ferreira, 2012; Sena et al., 2024), como a produção de artesanatos, bem como de acessórios, brinquedos e vestuário. Um dos usos mais frequentes nas falas dos informantes é o artesanato, tendência que pode ser observada no seguinte depoimento:

De um tempo pra cá, nós estávamos vendo a possibilidade de substituir produtos industrializados na nossa biojoia pela fibra de miriti . . . Hoje o miritizeiro não serve só de ponte para nós andarmos por cima . . . Se faz artesanato. É muito importante utilizar, pois o miriti está presente no nosso dia a dia . . . A gente tem que preservar senão acaba, assim a gente pode tirar nosso sustento de onde a gente mora e de onde a gente vive... (artesão, informante 1, comunicação pessoal, 2023).

O depoimento mostra o artesanato como uma das mais significativas relações bioculturais entre o miriti e a comunidade de Abaetetuba, estabelecendo uma conexão que gera grande impacto na cultura local

e pode, ainda, contribuir para o desenvolvimento de diversas aprendizagens na educação básica. Segundo os informantes da pesquisa, os folíolos são utilizados na confecção de artefatos decorativos, enquanto os pecíolos servem para a produção de brinquedos, que podem ser estáticos, de propulsão ou articulados. A epiderme pluriestratificada é aproveitada na fabricação de caixas, chaveiros e acabamentos de brinquedos, e a epiderme do pecíolo, especificamente, é empregada na confecção de abajures. Isso é mencionado no estudo de E. Araújo et al. (2023).

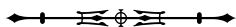
Da infrutescência, podem ser utilizados o endocarpo, a semente, o epicarpo e o perianto persistente, empregados na confecção de brincos, colares, chaveiros, anéis, pulseiras, miçangas e crucifixos para terços ou cordões. Esses objetos artesanais, além de representar a cultura local, são utilizados como acessórios, mostrando a identidade e a tradição advindas da força de trabalho quilombola e ribeirinha de Abaetetuba.

Os usos do miriti nessas categorias estão relacionados a diversas habilidades previstas na BNCC, especialmente nas áreas de arte, ciências, geografia e história (Tabela 1), contribuindo para compreensão dos conteúdos escolares por meio da contextualização com as vivências cotidianas da comunidade local. Embora a interdisciplinaridade ainda represente um desafio, como destacam N. Silva e Massena (2023) e Gasperi e Emmel (2023), o miriti pode atuar como um elemento integrador entre a realidade do aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

Nas habilidades de arte para os primeiros anos do ensino fundamental, os alunos são incentivados a 'identificar e apreciar formas distintas de artes visuais tradicionais e contemporâneas' (EF15AR01). Nesse contexto, o trabalho artesanal com o miriti pode ser usado como exemplo para incentivar a percepção e o repertório imagético, já que o processo de confecção desses artefatos envolve não apenas a estética, mas também o reconhecimento da riqueza cultural associada ao artesanato, como os brinquedos de miriti (Teixeira et al., 2023).

Tabela 1. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados no artesanato. Legendas: EF15AR01 = identificar e apreciar formas distintas de artes visuais tradicionais e contemporâneas; EF15AR02 = explorar e reconhecer elementos como forma, cor e movimento; EF15AR03 = reconhecer a influência das diversas matrizes culturais e estéticas nas manifestações artísticas; EF15AR04 = experimentar diferentes formas de expressões artísticas, incluindo o uso sustentável de materiais; EF15AR07 = reconhecer as categorias do sistema das artes visuais, como artesãos e artistas; EF15AR24 = caracterizar e experimentar brinquedos e brincadeiras de diferentes matrizes estéticas e culturais; EF69AR05 = experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística, como a modelagem e a escultura; EF69AR08 = diferenciar entre categorias os artesãos, os artistas e os *designers*; EF69AR31 = relacionar práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética; EF69AR33 = analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, *design* etc.); EF69AR34 = valorizar o patrimônio cultural material e imaterial de culturas diversas, incluindo as matrizes indígenas e africanas; EF07HI12 = identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-cultural; EF01GE02 = perceber semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares; EF01GE06 = analisar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano, considerando técnicas e materiais utilizados em sua confecção; EF01GE07 = descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade; EF01GE11 = associar mudanças de vestuário e hábitos alimentares às variações climáticas; EF01CI01 = destacar a importância para o uso de materiais do cotidiano para o desenvolvimento de práticas de ensino; EF07CI06 e EF07CI08 = retratar a influência de inovações tecnológicas nos aspectos econômicos, culturais e sociais dentro de diferentes contextos socioculturais; EF09CI15 = relacionar as leituras culturais e as explicações sobre a origem da Terra e do sistema solar com as necessidades de diferentes culturas.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Folha	Folíolo	Folha, envira e grelo	Artefatos de decoração	Arte 1º ao 5º ano	EF15AR01 EF15AR02 EF15AR03 EF15AR04 EF15AR07 EF15AR24
	Pecíolo	Braço, braça, bucha e esponja	Brinquedos estáticos, de propulsão e articulados, papel e vestuário	Arte 6º ao 9º ano	EF69AR05 EF69AR08 EF69AR31 EF69AR33 EF69AR34
	Epiderme pluriestratificada	Castanha	Caixas, chaveiros e acabamentos de brinquedos	História 7º ano	EF07HI12
	Epiderme do pecíolo	Tala	Abajur	Geografia 1º ano	EF01GE02 EF01GE06 EF01GE07 EF01GE11
Infrutescência	Endocarpo	Bucha	Brincos, colares	Ciências 1º ano	EF01CI01
	Semente	Semente e caroço	Chaveiros, anéis, brincos, pulseiras e colares	Ciências 7º ano	EF07CI06 EF07CI08
	Perianto persistente	Florzinha	Brincos e colares		EF09CI15
	Epicarpo	Casca e escama	Brincos, colares e chaveiros		
Estipe	Epiderme	Casca	Anéis, miçangas e crucifixos		



'Explorar e reconhecer elementos como forma, cor e movimento' (EF15AR02) são aspectos presentes nas criações feitas com o miriti. Essas são habilidades de reconhecimento, que, segundo Lobato e J. Ribeiro (2022), permitem identificar nos brinquedos formas inspiradas em animais amazônicos – jacarés, cobras, botos e guarás –, bem como personagens icônicos, como o girandeiro e o barqueiro. Permitem também perceber movimentos feitos por brinquedos articulados, como a pombinha, enriquecidos visualmente por cores vibrantes.

Além disso, instigar os alunos a reconhecerem a 'influência das diversas matrizes culturais e estéticas nas manifestações artísticas' (EF15AR03) é uma habilidade que contribui para a compreensão de como as práticas artesanais com o miriti, a exemplo da fabricação de brinquedos, é influenciada pelas variadas culturas amazônicas e pelas conquistas sociais da região (J. Ribeiro & Brício, 2020).

Propõe-se aos alunos também a habilidade de 'experimentar diferentes formas de expressões artísticas, incluindo o uso sustentável de materiais' (EF15AR04). Essas atitudes sustentáveis, também defendidas por Maфра e Bonassina (2022), podem incentivar o uso da bucha de miriti, apreciada na confecção de brinquedos por sua textura maleável. Agregada à matéria-prima está a habilidade de 'reconhecer as categorias do sistema das artes visuais, como artesãos e artistas' (EF15AR07), que se complementa à habilidade anterior, na qual se pode compreender a organização e a relevância do artesanato para a formação cultural do miriti no cenário amazônico.

Para os alunos do ensino fundamental II, habilidades como 'experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística, como a modelagem e a escultura' (EF69AR05), permitem que eles associem e entendam práticas tradicionais, como o artesanato de miriti, que pode servir também como recurso didático, estimulando a contextualização (Gonçalves et al., 2022). Além disso, essa habilidade, quando associada a estratégias como escultura e pintura, possibilita maior interação dos alunos – inclusive daqueles com necessidades educacionais

especiais – nas atividades propostas pelo professor, bem como a integração entre disciplinas como arte e biologia (Duarte et al., 2018). A experiência relatada por Duarte et al. (2018) também pode ser observada no contexto do uso do miriti no ambiente escolar, em oficinas de confecção de brinquedos, que contribuem para o desenvolvimento de habilidades motoras finas e estéticas.

'Diferenciar entre categorias os artesãos, os artistas e os *designers*' (EF69AR08) também é uma habilidade que pode ser citada em sala de aula, para a compreensão da bioeconomia local, na qual o miriti está inserido, cercado por esses ofícios cujas relações foram observadas por Eguchi e O. Pinheiro (2008). Nesse tópico, podem ser explanadas as conquistas e as dificuldades da comunidade de artesãos de miriti de Abaetetuba, além das etapas de criação e comércio de produtos, que são apontadas por Benz e Lessa (2016).

'Relacionar práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética' (EF69AR31) é um item que auxilia na compreensão de aspectos do desenvolvimento do artesanato de miriti como uma expressão de identidade cultural e resistência popular, especialmente entre grupos tradicionais das ilhas de Abaetetuba (Bitar & Koury, 2021; Lobato & J. Ribeiro, 2022; Teixeira et al., 2023).

Em outro ponto, 'analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêtricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, *design* etc.)' (EF69AR33), instiga a explorar de forma crítica as categorizações da arte e seus desafios, como já apresentadas por Jesus (2022), como a desvalorização de agentes fazedores de arte de comunidades indígenas. Por outro lado, tem-se a distinção entre arte e artesanato, promovendo discussões sobre a importância de valorizar o trabalho artesanal e a produção cultural.

Também, a 'valorização do patrimônio cultural material e imaterial de culturas diversas, incluindo as matrizes indígenas e africanas' (EF69AR34), pode ser observada e discutida no ambiente escolar, levando em consideração o saber fazer do artesanato de miriti, quando

a memória dos antepassados quilombolas, ribeirinhos e indígenas dos artesãos é refletida nas peças artesanais. Um exemplo são as mulheres do povo Kaingang, da Terra Indígena Mangueirinha/Paraná, que, por meio do seu território e do artesanato, estabelecem seu pertencimento e a composição do seu ser (Piaia & Wedig, 2021).

No ensino de ciências para o 1º ano, destaca-se a 'importância para o uso de materiais do cotidiano para o desenvolvimento de práticas de ensino' (EF01CI01). Nesse contexto, esta proposta ajuda no desenvolvimento cognitivo das crianças (Arruda et al., 2021), visto que os alunos podem comparar os diferentes objetos de miriti de uso recorrente em Abaetetuba com objetos de materiais distintos, como plástico ou madeira, descobrindo suas propriedades e a sustentabilidade do uso de recursos naturais na produção de brinquedos e acessórios.

No 7º ano, é relevante discutir como a confecção tradicional de artefatos de miriti enfrenta desafios (Arantes et al., 2024) em um cenário dominado pela industrialização e pela produção em larga escala de produtos derivados do petróleo. Esse diálogo pode ser subsidiado por habilidades que retratam 'a influência de inovações tecnológicas nos aspectos econômicos, culturais e sociais dentro de diferentes contextos socioculturais' (EF07CI06 e EF07CI08).

Adicionalmente, avaliar os impactos dessas mudanças nas comunidades locais e as possibilidades de substituir esses materiais por recursos renováveis e limpos, como o miriti, pode ser uma solução para a manutenção da biodiversidade. Lemos et al. (2023), por exemplo, citam o uso de fibras de miriti para a fabricação de embarcação de pequeno porte.

No último ano do ensino fundamental, relacionam-se as 'leituras culturais e explicações sobre a origem da Terra e do sistema solar com as necessidades de diferentes culturas' (EF09CI15). Nesse cenário, práticas como colheitas guiadas pela astronomia (Leite & Polli, 2020; Crepalde & Carvalho, 2021) e pela orientação espacial e temporal dessas populações mostram como os ciclos naturais influenciam a relação das comunidades tradicionais

com a extração de recursos naturais, como o miriti (M. Santos & Miranda, 2023). Assim, o corte das folhas do miritizeiro é feito em alguns locais de Abaetetuba apenas em noites de lua nova (M. Santos & Miranda, 2023), que é quando o sol está iluminando o 'lado invisível' da lua, e ela não pode ser vista da terra em nenhum momento do dia ou da noite. Segundo os participantes da pesquisa, para coletar uma nova folha de miriti, espera-se a próxima lua cheia, conforme o seguinte relato: "Tem oito folhas, se tirar quatro na outra lua já cresceu de novo, a cada lua cheia nasce o grelo. Em uma lua cheia nasce, em outra lua cheia a folha já está aberta..." (artesão, informante 2, comunicação pessoal, 2023).

Em geografia, habilidades previstas para o primeiro ano do ensino fundamental permitem que os alunos explorem a dinâmica da variação da cultura material e imaterial, incluindo mudanças nas brincadeiras, nas vestimentas e em outros acessórios que fazem parte do dia a dia dos locais em que vivem (EF01GE02 e EF01GE06). Essas habilidades proporcionam o uso de abordagens voltadas à identificação da variação cultural de brincadeiras (Souza & L. Machado, 2021) e, no caso de Abaetetuba, especialmente no que se refere aos brinquedos de miriti.

Por outro lado, as habilidades de 'descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade' (EF01GE07) e associar 'mudanças de vestuário e hábitos alimentares às variações climáticas' (EF01GE11) podem ser exploradas no contexto escolar, visualizando como as atividades de trabalho e hábitos locais no cenário da cultura do miriti são caminhos para contextualizar e auxiliar na autocompreensão da identidade cultural dos alunos.

Em história, a habilidade de incentivar os alunos a 'identificarem a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-cultural' (EF07HI12), pode auxiliá-los a compreender sua herança cultural e territorial na Amazônia, com as particularidades de costumes de diferentes povos,

bem como a perceber como essas práticas se refletem na resiliência e na adaptação de comunidades quilombolas e ribeirinhas às mudanças no território e na economia ao longo do tempo. O miriti pode ser tomado como exemplo dessa herança, visível nos traços artísticos presentes em pinturas e trançados (R. Santos & Coelho-Ferreira, 2012; Coelho et al., 2020).

ALIMENTAÇÃO E BEBIDA

No âmbito da alimentação e bebida, registraram-se dez preparos na culinária regional utilizando infrutescências e inflorescências do miriti, tendo como base as flores da palmeira macho e o mesocarpo (polpa) do fruto. Na alimentação animal, registrou-se também o consumo de flores por peixes, além do estipe em decomposição por moluscos conhecidos em Abaetetuba como ‘turus’ (*Teredo* sp.). Essa riqueza alimentícia constitui outra importante relação biocultural que pode ser abordada nas disciplinas de ciências e geografia do ensino fundamental I e II, subsidiadas por oito habilidades da BNCC (Tabela 2).

Na culinária, o miritizeiro garante a preparação de diversos alimentos a partir da polpa, como bolos, mingaus, pão, pudim, mousse, molho para comer com camarão, suco, vinho e licor (Germano et al., 2014; Bitar & Koury, 2021). Além do mais, os informantes apontaram que a flor da palmeira masculina é utilizada tanto na produção de licores quanto na alimentação, como relatado pelos artesãos, informantes 3 e 4:

O vinho usa muito no mingau e nas comidas salgadas . . . A gastronomia do miriti é uma delícia . . . Eu uso a polpa e o suco do miriti bem grosso . . . A cor é amarela, todo mundo conhece, o sabor tem doce e um meio azedo . . . Tem que escolher o sabor bem doce para não ficar azedo no dia seguinte. O cheiro é aquele aroma, é quase tucupi . . . O mingau é mais popular, na nossa cidade é o mais vendido em feira, nas frentes das casas (artesão, informante 3, comunicação pessoal, 2023).

. . . da palmeira tudo é utilizado, a gente chama de palmeira ‘benta’ . . . A flor dele dá pra fazer vários tipos de licor . . . E da fruta vários tipos de suco e mingau (artesão, informante 4, comunicação pessoal, 2023).

Os usos ora mencionados podem ser diretamente relacionados às habilidades da BNCC em ciências para o 2º ano do ensino fundamental I. Na unidade temática de vida e evolução, busca-se ‘estimular os estudantes a descrever as características das plantas envolvidas em seu cotidiano’ (EF02CI04), habilidade que abrange plantas como o miritizeiro. Nessa perspectiva, segundo C. Ribeiro et al. (2024), investigar os órgãos vegetais – observando tamanho, forma, coloração e fases de desenvolvimento, desde a semente e a plântula até a formação do fruto e seu uso em alimentos – pode ser base para discussões nessa temática, explorando como as plantas que fazem parte do dia a dia ajudam na manutenção da cultura alimentar local.

Os alunos também são instigados a ‘explorar o que acontece com as plantas na presença ou ausência de fatores como água e luz’ (EF02CI05). Essa habilidade pode ser associada ao estudo do desenvolvimento do miritizeiro, analisando, por exemplo, como o ciclo de produção dos frutos depende de condições ambientais específicas para o seu desenvolvimento (G. S. Santos & M. Araújo, 2022). Essa associação possibilita o aprendizado de que fatores como água e luz são essenciais para garantir uma colheita bem sucedida, possibilitando a produção dos alimentos listados na Tabela 2.

‘A identificação das principais partes de uma planta e a função desempenhada por cada uma delas’ (EF02CI06) é uma habilidade que pode ser aplicada ao estudo das várias partes do miritizeiro, destacando seus papéis e usos específicos no preparo de alimentos e bebidas. Os alunos podem investigar a relação entre a polpa do fruto e seus diversos produtos alimentares, já explicitados por Germano et al. (2014) e Bitar e Koury (2021), compreendendo também como as partes da planta relacionam-se com suas funções ecológicas e utilitárias, tanto para os seres humanos quanto para outros organismos, como a ictiofauna.

No 3º ano, ainda na unidade temática de vida e evolução, as características e o desenvolvimento dos animais podem ser explorados com a habilidade de ‘identificar os seres mais próximos ao ambiente de vivência dos alunos’ (EF03CI04), como os peixes, que,

segundo os informantes, se beneficiam da flor macho do miritizeiro, e os turus, que se alimentam de estipes apodrecidos da palmeira (M. G. Ferreira et al., 2022). Observações como essas abririam espaço para uma compreensão mais ampla das interações ecológicas e alimentares entre plantas e animais (Carus & Malinowski, 2023), evidenciando a importância da flora local como fonte de alimento em diferentes níveis da cadeia alimentar.

Para o 4º ano, propõe-se que os estudantes 'relacionem a decomposição ao papel de fungos e bactérias no ambiente' (EF04CI06). Nesse caso, os restos de alimentos produzidos a partir do miriti, como cascas e fibras, podem ser discutidos dentro do processo de decomposição natural, ajudando a entender o ciclo de nutrientes no ecossistema e a importância ambiental desse processo (Junk et al., 2015).

Os estudantes do 6º ano são estimulados a 'identificar transformações químicas' (EF06CI02) durante

a preparação de alimentos, ao analisarem como o mesocarpo do miriti é transformado durante a preparação de alimentos como bolos e mingaus. Os alunos podem compreender as reações químicas que ocorrem, como a mudança de estado dos ingredientes quando aquecidos, fermentados ou misturados. G. M. Santos et al. (2021) relatam que os frutos do miriti eram depositados por indígenas da Amazônia em canoas, ainda dentro da água, para o amolecimento (fermentação) da polpa. Essa antiga prática é um exemplo de como a ciência está presente no cotidiano e na alimentação.

A comparação de processos reprodutivos entre plantas e animais' (EF08CI07) é uma habilidade para o 8º ano que proporciona a discussão a respeito dos mecanismos adaptativos de espécies como o miritizeiro, por garantir sua reprodução e perpetuação na natureza. Observar uma palmeira dioica, como o miriti, as flores do indivíduo

Tabela 2. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados para alimentação e bebida. Legendas: EF02CI04 = estimular os estudantes a descrever as características das plantas envolvidas em seu cotidiano; EF02CI05 = explorar o que acontece com as plantas na presença ou ausência de fatores como água e luz; EF02CI06 = identificar as principais partes de uma planta e a função desempenhada por cada uma delas; EF03CI04 = identificar os seres mais próximos ao ambiente de vivência dos alunos; EF04CI06 = relacionar a decomposição ao papel de fungos e bactérias no ambiente; EF06CI02 = identificar transformações químicas; EF08CI07 = comparar processos reprodutivos entre plantas e animais; EF03GE05 = identificar alimentos e produtos extraídos da natureza e comparar as atividades de trabalho em localidades diferentes.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Infrutescência	Mesocarpo	Polpa	Bolo, mingau, pão, pudim, mousse, camarão ao molho de miriti, suco, vinho e licor.	Ciências 2º ano	EF02CI04 EF02CI05 EF02CI06
Inflorescência	Flor macho	Flor	Licor e alimentação para ictiofauna	Ciências 3º ano	EF03CI04
Estipe	Estipe inteiro	Caule e tronco	Alimentação e abrigo para turu	Ciências 4º ano	EF04CI06
				Ciências 6º ano	EF06CI02
				Ciências 8º ano	EF08CI07
				Geografia 3º ano	EF03GE05



masculino e o fruto que já foi uma flor de um indivíduo feminino (M. G. Ferreira et al., 2022) pode exemplificar aspectos da biologia reprodutiva e suas implicações nos ecossistemas, como a relação com polinizadores.

No campo da geografia, propõe-se que os alunos 'identifiquem alimentos e produtos extraídos da natureza e comparem as atividades de trabalho em localidades diferentes' (EF03GE05). Nesse contexto, o manejo do miritizeiro na Amazônia pode abranger o papel fundamental da agricultura e do extrativismo sustentável na região. É importante destacar como essas práticas tradicionais e contemporâneas contribuem para o sustento das comunidades locais e como cada uma interage com os recursos naturais de maneira única. Segundo Farias e Costa (2024), tal abordagem pode fornecer inferências valiosas sobre a importância do manejo sustentável do miritizeiro e seu impacto no desenvolvimento regional.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Comunidades quilombolas e ribeirinhas de Abaetetuba aproveitam diversas partes do miriti, como as folhas (fólio, pecíolo e epiderme do pecíolo) e o estipe (inteiro) para a construção civil. Foram identificadas 11 diferentes utilidades dessas quatro partes da palmeira, destacando-se o uso em cobertura de casas, revestimento de paredes, forros, divisórias, acabamentos de janelas, além de pontes e cercados, devido à resistência e à durabilidade do material, como pode ser observado no depoimento: "As casas no sítio eram cobertas de folha de miriti, açai e palha de buçu, a gente fazia as paredes de miriti, era uma esteira de tala bem amarrada que servia de divisória" (artesã, informante 5, comunicação pessoal, 2023).

Os traços e os formatos característicos da arquitetura amazônica, assim como aspectos do modo de vida das crianças nessas comunidades, podem ser explorados pedagogicamente nas disciplinas geografia, matemática e ciências, no ensino fundamental I, com o suporte para 13 habilidades previstas na BNCC (Tabela 3).

Com base nas correlações da Tabela 3, observa-se que, no componente de geografia para o 1º ano do ensino fundamental, é proposto aos alunos que 'descrevam as características dos lugares onde vivem e identifiquem semelhanças e diferenças entre eles' (EF01GE01). Essa habilidade pode ser aplicada à observação e à análise das moradias tradicionais construídas com partes do miritizeiro, conforme descrito por T. Pinheiro e Fonseca (2016). A comparação entre essas construções, baseadas no saber-fazer tradicional, e as edificações de alvenaria permite uma reflexão sobre as técnicas e os materiais utilizados localmente, valorizando os conhecimentos culturais e ambientais das comunidades amazônicas.

Em matemática, as habilidades EF01MA13 e EF01MA14 envolvem a 'identificação e a relação de figuras geométricas com objetos do cotidiano'. De acordo com Barros e Pavanello (2022), o livro didático constitui uma ferramenta importante para a compreensão dessas habilidades. No entanto, é fundamental o uso de estratégias complementares que promovam a contextualização do conteúdo. Um exemplo eficaz é a associação de formas cilíndricas ao formato transversal do pecíolo e do estipe do miritizeiro, utilizados em construções tradicionais. Também, figuras geométricas como quadrados, triângulos e retângulos podem ser identificadas na armação de braços de miriti, presentes em forros de casas, promovendo uma aprendizagem significativa e conectada à realidade dos alunos.

Melo et al. (2024) discutiram como elementos culturais das habitações Mëbengôkre Kayapó, da aldeia Prinekô, localizada no município de Santana do Araguaia, Pará, podem ser relacionados às habilidades do 3º ano do ensino fundamental, em especial a que propõe a 'classificação de figuras planas' (EF03MA15). Observações semelhantes podem ser realizadas em construções com miriti em Abaetetuba, como na análise da disposição dos fólios nas coberturas das casas ou na organização das divisórias feitas com talas de miriti em janelas.

Tabela 3. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados na construção civil. Legendas: EF01GE01 = descrever as características dos lugares onde vivem e identificar semelhanças e diferenças entre eles; EF01MA13 e EF01MA14 = identificar a relação de figuras geométricas com objetos do cotidiano; EF03MA15 = classificar figuras planas; EF03MA16 = reconhecer figuras congruentes; EF03MA17, EF03MA18 e EF03MA19 = usar unidades de medida; EF03MA20 e EF03MA21 = estimar, medir e comparar comprimentos e áreas, utilizando unidades padronizadas e não padronizadas; EF04MA20 = medir e estimar comprimentos; EF02CI01 = identificar os materiais usados em objetos do cotidiano, comparando seu uso atual e passado; EF02CI02 = usar diferentes materiais com base em propriedades como flexibilidade e resistência.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Folha	Folíolo	Folha, envira e grelo	Coberturas de casas, capelas, currais, casas de farinha e forragem para currais	Geografia 1º ano	EF01GE01
	Pecíolo	Braço, braça, bucha e esponja	Forro de casas e revestimento de paredes	Matemática 1º e 2º ano	EF01MA13 EF01MA14
	Epiderme do pecíolo	Tala	Divisórias de casas e acabamentos de janelas	Matemática 3º ano	EF03MA15 EF03MA16 EF03MA17 EF03MA18 EF03MA19 EF03MA20 EF03MA21
Estipe	Estipe e caule	Caule e tronco	Pontes e cercados	Matemática 4º ano	EF04MA20
				Ciências 2º ano	EF02CI01 EF02CI02

A habilidade que envolve o ‘reconhecimento de figuras congruentes’ (EF03MA16) também pode ser desenvolvida a partir da análise de padrões repetitivos presentes nessas construções. Tais padrões podem ser observados em coberturas, forros, cercas e persianas utilizadas como portas, evidenciando a geometria presente nas práticas construtivas tradicionais da região.

Outras habilidades relevantes dizem respeito ao ‘uso de unidades de medida’, (EF03MA17, EF03MA18 e EF03MA19). Nas comunidades, uma das etapas fundamentais do processo construtivo é a escolha do tamanho adequado das partes do miritizeiro a serem cortadas, como o comprimento do pecíolo utilizado em forros ou a espessura do estipe empregada na construção de pontes. Essa prática oportuniza aos alunos a compreensão sobre como os

trabalhadores das comunidades utilizam padrões próprios de medição, adaptando-se às características do material disponível no território. Trata-se de um exemplo contextualizado concreto da aplicação de conceitos matemáticos no cotidiano.

O exercício das habilidades que envolvem ‘estimar, medir e comparar comprimentos e áreas, utilizando unidades padronizadas e não padronizadas’ (EF03MA20 e EF03MA21), complementa as práticas observadas nas construções com miriti. No 4º ano, a habilidade EF04MA20, voltada à ‘medição e estimativa de comprimentos’, também se aplica ao planejamento dessas construções, destacando o uso consciente das partes da planta e valorizando os saberes tradicionais (T. Pinheiro & Fonseca, 2016).

Em ciências, a habilidade EF02CI01 propõe que os alunos ‘identifiquem os materiais usados em objetos do cotidiano, comparando seu uso atual e passado’. Nesse contexto, o uso tradicional do miritizeiro na construção civil pode ser explorado, destacando como comunidades utilizavam partes da palmeira em suas edificações, em contraste com a predominância atual de tijolos e concreto. Essa comparação valoriza o conhecimento ancestral e a criatividade no uso de recursos naturais (A. Santos & Claudino, 2020).

A habilidade subsequente incentiva que os alunos experimentem o ‘uso de diferentes materiais com base em propriedades como flexibilidade e resistência’ (EF02CI02). O uso do miriti na construção civil ilustra bem essa proposta: a flexibilidade dos folíolos os torna ideais para coberturas (Bitar & Koury, 2021), ainda que o uso seja atualmente limitado (R. Santos & Coelho-Ferreira, 2012). A dureza do estipe é adequada para pontes e cercados (M. G. Ferreira et al., 2022) e o formato dos pecíolos favorece o encaixe em forros. Essa análise estimula a reflexão sobre a escolha e a adaptação de materiais naturais conforme as necessidades e os contextos de uso.

AGRICULTURA E PESCA

No contexto da agricultura e da pesca, principais fontes de renda das populações insulares de Abaetetuba (R. Pinheiro et al., 2024), as folhas (epiderme do pecíolo) e o estipe do miriti desempenham um papel essencial na confecção de

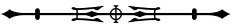
instrumentos de trabalho e no fornecimento de insumos para essas práticas. Foram identificados sete usos do miriti nessa categoria, os quais podem ser explorados em aulas de história e geografia no ensino fundamental I e de ciências no ensino fundamental II. Relacionados a três habilidades da BNCC, esses conteúdos ajudam os alunos a compreenderem práticas milenares ainda presentes no cotidiano (Tabela 4).

As talas das folhas do miritizeiro são amplamente utilizadas na confecção de utensílios como matapis, cestas para pesca, rasas, paneiros e peneiras, aplicados nas atividades agrícolas (R. Santos & Coelho-Ferreira, 2012; A. Santos & Claudino, 2020; Bitar & Koury, 2021). Sobre isso, a artesã, informante 6, relata: “A tala é esse braço da palmeira, você corta o braço . . . E a parte verde que a gente trabalha com a cestaria . . . no meu trabalho eu utilizo só a tala . . . todas as cestarias são de miriti” (artesã, informante 6, comunicação pessoal, 2023).

Segundo os informantes, o estipe também é aproveitado na construção de canteiros de plantio, enquanto sua medula é usada como adubo natural. Esse material contribui para a fertilização do solo, promovendo a ciclagem de nutrientes sem aditivos químicos (Leonardo et al., 2023), como descreve a artesã: “Quando o miriti cai, ele fica com uma terra preta dentro que serve para plantio, é um adubo natural, ela serve pra cultivar planta medicinal e viver as plantas mais rápido” (artesã, informante 2, comunicação pessoal, 2023).

Tabela 4. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados na agricultura e na pesca. Legendas: EF02HI11 = identificar os impactos ambientais causados pelas formas de trabalho em sua comunidade; EF03GE10 = abordar os cuidados com o uso da água na agricultura; EF09CI15 = relacionar as leituras do céu e as necessidades de distintas culturas.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Folha	Epiderme do pecíolo	Tala	Matapi, cestas, rasas, paneiros e peneiras	História 2º ano	EF02HI11
Estipe	Estipe	Caule, tronco	Canteiro para plantio	Geografia 3º ano	EF03GE10
	Medula	Terra, adubo	Adubo	Ciências 9º ano	EF09CI15



Na disciplina de história, a habilidade em que se propõe que os alunos ‘identifiquem os impactos ambientais causados pelas formas de trabalho em sua comunidade’ (EF02HI11) pode ser abordada ao se analisar como as atividades agrícolas e pesqueiras afetam o meio ambiente e de que forma o uso sustentável dos órgãos do miritizeiro contribui para reduzir esses impactos, evitando o uso de materiais poluentes desde a origem.

Em geografia, no 3º ano, a habilidade que trata dos ‘cuidados com o uso da água na agricultura’ (EF03GE10) pode ser abordada ao se discutir práticas tradicionais, como o uso da medula como adubo. Essa técnica reduz a necessidade de irrigação intensa, preserva os recursos hídricos e evita a poluição, uma vez que a adubação orgânica diminui o uso de fertilizantes e melhora a fertilidade do solo (Karpinski et al., 2024).

Em ciências, no 9º ano, a habilidade, que explora as ‘leituras do céu e sua relação com a agricultura’ (EF09CI15) pode ser trabalhada a partir do estudo do miritizeiro. A comunidade local sincroniza o ambiente com seus ciclos de plantio e pesca, combinando

conhecimentos ecológicos e astrológicos para otimizar o uso dos recursos (Batista et al., 2020).

RELIGIOSIDADES

As folhas (folíolos e pecíolos) e as partes das infrutescências (mesocarpo e ráquilas) do miritizeiro são utilizadas em expressões religiosas em Abaetetuba. O presente levantamento identificou sete usos do miriti em manifestações do catolicismo popular e de religiões de matriz africana. Esses usos podem ser relacionados aos conteúdos de geografia no ensino fundamental I e aos do ensino religioso no fundamental II, com oito habilidades específicas, descritas na Tabela 5.

Os informantes relataram que os folíolos do miritizeiro são utilizados na confecção de estandartes usados em procissões nas ilhas do município. Já os pecíolos servem para a produção de oratórios, imagens de santos católicos e como instrumentos ritualísticos das religiões de matriz africana, a exemplo dos vultos de orixás. Segundo os informantes, as infrutescências também são aproveitadas: do mesocarpo (polpa) é preparado o mingau de miriti, tradicionalmente

Tabela 5. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados em práticas religiosas. Legendas: EF05ER01, EF05ER04 e EF05ER05 = abordar a tradição oral como objeto do conhecimento; EF05ER06 = identificar o papel ancestral na comunicação e preservação da tradição oral; EF01GE08 = criar mapas mentais e desenhos com base em contos, histórias e brincadeiras; EF03GE01 = identificar e comparar aspectos culturais de grupos sociais em diferentes espaços; EF03GE02 e EF03GE03 = abordar a contribuição cultural e econômica de diferentes grupos e reconhecer os modos de vida das populações tradicionais.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Folha	Folíolo	Folha, envira e grelo	Estandarte para procissões	Ensino religioso 5º ano	EF05ER01 EF05ER04 EF05ER05 EF05ER06
	Pecíolo	Braço, braça, bucha e esponja	Oratórios religiosos, imagens de santos católicos, instrumentos ritualísticos da umbanda e vultos de orixás	Geografia 1º ano	EF01GE08
Infrutescência	Mesocarpo	Polpa	Preparo de mingau para festas de santos	Geografia 3º ano	EF03GE01 EF03GE02 EF03GE03
	Ráquila fêmea	Cacho do fruto	Ornamento para altares religiosos católicos		



servido nas festas dos santos como forma de celebrar os padroeiros e fortalecer os laços comunitários.

Comidas típicas presentes em festas religiosas representam a cultura local e contribuem para a construção de um espaço social (A. Ferreira et al., 2024). Outras partes do miritizeiro também são utilizadas, como as ráquias da palmeira feminina, aproveitadas por sua estética na ornamentação de altares religiosos em igrejas das comunidades ribeirinhas. Os trechos a seguir exemplificam essa relação entre o miriti e as práticas religiosas locais.

Vale a pena fazer alguma coisa religiosa para simbolizar a nossa fé... Eu não vou para o Círio sem levar peças religiosas (artesão, informante 3, comunicação pessoal, 2023).

Eu produzia peças religiosas em madeira e passei a usar a técnica no miriti... Muitas vezes, a pessoa vem com a promessa de fazer a imagem de 'tal' santo e eu reproduzo essa peça, sempre tá Nossa Senhora envolvida. De santo sai São Benedito, crucifixo, São José, que é muito forte aqui (artesão, informante 7, comunicação pessoal, 2023).

Para minha religião de matriz africana, de miriti eu faço barquinhas para iemanjá para soltar no mar, machadinha de xangô (artesão, informante 8, comunicação pessoal, 2023).

Podemos associar, de forma geral, os usos do miriti ao contexto das religiosidades com a unidade temática 'Crenças religiosas e filosofias de vida', do ensino religioso no 5º ano. Essa abordagem contempla a 'tradição oral como objeto do conhecimento', relacionada às habilidades EF05ER01, EF05ER04 e EF05ER05. Os rituais religiosos e o uso simbólico das partes da palmeira de miriti refletem tradições populares, que, segundo Vieira (2024), são transmitidas oralmente por meio de relatos, contos e lendas e são frequentemente negligenciados pelos livros didáticos (Rabelo & M. L. Ferreira, 2023).

A confecção de artefatos também pode ser compreendida como expressão de crenças populares. Essa prática relaciona-se à habilidade EF01GE08, que propõe a 'criação de mapas mentais e desenhos com base em contos, histórias e brincadeiras'. A produção de brinquedos de miriti, como a cobra inspirada na lenda da Cobra Grande – reverberada pela poética de João de

Jesus Paes Loureiro, escritor abaetetubense (D. Ribeiro & Belo, 2020) –, permite explorar a cultura de Abaetetuba. Acredita-se, de acordo com os artesãos, que essa cobra está adormecida sob o município, com a cabeça na ilha da Pacoca e o rabo sob a catedral de Nossa Senhora da Conceição. Essas representações incentivam a criatividade dos alunos e a valorização das crenças tradicionais.

No campo cultural e territorial, o uso do miriti também se alinha com habilidades da geografia. A habilidade EF03GE01 propõe 'identificar e comparar aspectos culturais de grupos sociais em diferentes espaços'. O aproveitamento das folhas e infrutescência do miriti revela a adaptação de práticas religiosas aos recursos locais, distintas em relação a outras regiões.

Essa relação se fortalece ao integrar as habilidades EF03GE02 e EF03GE03, que tratam da 'contribuição cultural e econômica de diferentes grupos e do reconhecimento dos modos de vida das populações tradicionais'. O uso do miritizeiro por tradições religiosas católicas e de matriz africana demonstra a fusão de influências culturais em torno de uma única espécie. Nesse contexto, a planta torna-se um símbolo de ligação entre o mundo dos vivos e o sobrenatural (Barboza et al., 2021).

USO MEDICINAL, COMBUSTÍVEL E COSMÉTICO

Foram identificados sete usos das infrutescências (mesocarpo e ráquias), inflorescências (ráquias) e raízes (coroa) do miriti em práticas medicinais, na produção de cosméticos e de combustíveis para uso próprio. Esses usos podem ser explorados nas disciplinas de geografia e ciências, no 4º e 6º anos do ensino fundamental, em articulação com cinco habilidades da BNCC (Tabela 6).

As ráquias são utilizadas como repelente, na forma de incenso ou aplicação corporal. O mesocarpo é empregado na fabricação de perfumes e seu óleo, extraído da polpa, serve como combustível para lamparinas e como cicatrizante na medicina popular, auxiliando na regeneração da pele. Já a raiz do miritizeiro é usada no preparo de chás medicinais para o tratamento de hemorroidas.

Tabela 6. Relações entre habilidades da BNCC e os órgãos do miritizeiro utilizados para fins medicinais, combustíveis e cosméticos. Legenda: EF04GE08 = compreender como os recursos naturais da Amazônia são processados e comercializados, além de promover discussões sobre a sustentabilidade desses processos e sua importância econômica para as comunidades locais; EF04CI01 = identificar misturas no cotidiano; EF04CI02 = testar a reação de materiais como óleo e incenso a diferentes condições, como calor ou exposição ao ambiente; EF04CI03 = compreender a reversibilidade de transformações causadas por aquecimento ou resfriamento; EF06CI01 = classificar como homogênea ou heterogênea a mistura de dois ou mais materiais.

Órgão	Nomenclatura da estrutura do vegetal		Uso	Disciplina	Habilidade
	Científica	Popular			
Inflorescência	Ráquila macho	Cacho da flor	Incenso repelente e repelente corporal	Geografia 4º ano	EF04GE08
Infrutescência	Ráquila fêmea	Cacho do fruto		Ciências 4º ano	EF04CI01 EF04CI02 EF04CI03
	Mesocarpo	Polpa	Perfume corporal, perfume para ambiente, óleo para lamparina e óleo cicatrizante	Ciências 6º ano	EF06CI01
Raiz	Raiz (coroa)	Raiz	Chá para hemorroidas		

Esses usos medicinais podem ser observados no seguinte relato: “Quando nós vamos fazer manejo do miriti, o cacho do miriti nós utilizamos como repelente, ou se queima, ou faz infusão com álcool para passar no corpo e espantar bichinhos. A raiz também é medicinal para hemorroida” (artesão, informante 9, comunicação pessoal, 2023).

Na área da geografia, a habilidade EF04GE08 aborda o processo de transformação de matérias-primas em produtos de consumo, como o óleo e o perfume obtidos do mesocarpo da infrutescência. Essa habilidade permite aos alunos ‘compreenderem como os recursos naturais da Amazônia são processados e comercializados, além de promover discussões sobre a sustentabilidade desses processos e sua importância econômica para as comunidades locais’.

Em ciências, a habilidade EF04CI01 envolve a ‘identificação de misturas no cotidiano’, exemplificada pelo uso do óleo cicatrizante, uma mistura com propriedades medicinais ou cosméticas. Esse estudo amplia a compreensão das características físicas dessas soluções, como textura e cor, e sobre como as propriedades influenciam seu uso.

Por outro lado, a habilidade EF04CI02 permite que os alunos ‘testem como materiais como o óleo e o incenso reagem a diferentes condições, como calor ou exposição ao ambiente’, levando-os a observar transformações reversíveis ou não, como a queima do óleo nas lamparinas ou a evaporação do perfume.

A habilidade EF04CI03, por sua vez, trata da ‘reversibilidade de transformações causadas por aquecimento ou resfriamento’. Pode ser aplicada ao estudo da extração do óleo do mesocarpo, analisando mudanças reversíveis, que vão da fusão à solidificação do óleo, e irreversíveis, como sua queima nas lamparinas ou as mudanças no estado físico da água no preparo do ‘chá’.

Assim, é possível perceber que a utilização de artefatos produzidos a partir de espécies vegetais amazônicas, no caso do presente estudo, o miriti, pode representar uma estratégia viável como recurso didático no ambiente escolar. Essa prática pode ser inserida e adaptada ao contexto educativo, contribuindo tanto para o trabalho pedagógico dos professores quanto para a aprendizagem dos alunos. Tal abordagem está em consonância com Freire e Faundez (1985), ao defenderem a importância da contextualização

dos conteúdos, vinculando-os à realidade concreta dos sujeitos, às suas experiências e vivências cotidianas.

Isso pode ser alcançado, por exemplo, por meio da elaboração de sequências didáticas que promovam a problematização do mundo real, aproximando o conhecimento escolar do universo dos estudantes. Esses elementos – como o artesanato, a alimentação, as ferramentas de trabalho, a moradia, as religiosidades e a medicina – passam despercebidos no conteúdo escolar, embora possam ser ferramentas facilitadoras do aprendizado dos alunos.

CONCLUSÃO

A partir de uma perspectiva etnográfica aplicada à educação, a pesquisa revelou relações bioculturais que interligam o miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L.f.), símbolo local em Abaetetuba, Pará, aos saberes dos artesãos e às possibilidades de aplicação pedagógica no ensino fundamental, conforme a BNCC. Esses elementos expressam uma ampla variedade de usos culturais, econômicos e educacionais, evidenciando o miriti como uma importante fonte de identidade social, cultural e pedagógica para a região.

O miriti é, assim, um patrimônio cultural que apresenta elevado potencial educativo interdisciplinar, capaz de articular áreas como artes, geografia, ciências, história e matemática. Essas plantas vão muito além do conteúdo de botânica, podendo ser exploradas transversalmente em diversas disciplinas. Embora o miriti tenha sido o foco desta pesquisa, outras espécies vegetais também podem cumprir o papel articulador entre a BNCC e os conteúdos escolares, com base no cotidiano e nas vivências de cada local.

As inter-relações entre as categorias investigadas – usos culturais, valor econômico e potencial pedagógico – demonstram a riqueza do patrimônio biocultural, configurando uma relação triádica entre a natureza do miriti, a cultura dos artesãos e a educação escolar. Essa abordagem contribui para a construção de uma consciência sensível em torno da biodiversidade, associada a uma educação contextualizada e significativa.

Para a concretização dessa proposta, é importante que haja formação continuada de professores, os quais devem ser preparados para integrar saberes locais e científicos. Embora a botânica não esteja presente na BNCC de forma direta, seu aproveitamento pleno depende de práticas formativas eficazes, capazes de transformar esse conhecimento em experiências pedagógicas relevantes.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) pela oportunidade de realização do doutorado do primeiro autor; ao Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Botânica na Amazônia-Miriti, pelo apoio; e à comunidade de artesãos de miriti de Abaetetuba, Pará, que contribuíram com seus ricos ensinamentos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (código de financiamento 001) e do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação da Amazônia Legal (PDPG-AL) (processo nº 88887.510208/2020-00).

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, U. P., Ramos, M. A., Lucena, R. F. P., & Alencar, N. L. (2014). Methods and techniques used to collect ethnobiological. In U. P. Albuquerque, L. V. F. C. Cunha, R. F. P. Lucena, & R. R. N. Alves (Eds.), *Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology* (pp. 15-37). Humana Press. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-8636-7_2
- Alexiades, M. N. (Ed.). (1996). *Selected guidelines for ethnobotanical research: A field manual*. The New York Botanical Garden. https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1360094912.fa_agora_2013_szent6.pdf
- Almeida, S. S., Amaral, D. D., & Silva, A. S. L. (2004). Análise florística e estrutura de florestas de várzea no estuário amazônico. *Acta Amazonica*, 34(4), 513–524. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672004000400005>
- Arantes, A. C. V., Carvalho, L. G., & Nascimento, V. B. (2024). Mudança e (re)organização social no artesanato tradicional de trançados do rio Arapiuns, Santarém, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 19(1), e20220088. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2022-0088>

- Araújo, E. F., Pinheiro, I. C., Pinheiro, M. F., Costa, R. R., & Cruz, F. M. R. (2023). Cidade e espaço público: o festival do Miriti em Abaetetuba/PA. *Concilium*, 23(14), 147-165. https://www.researchgate.net/publication/372357980_Cidade_e_espaco_publico_O_festival_do_Miriti_em_AbaetetubaPA
- Arruda, B., Guimarães, C. C. B., Pucci, R. H. P., & Azevedo, A. C. (2021). Propostas alternativas para demonstrações práticas do tema Solos no contexto da Base Nacional Comum Curricular. *Terrae Didactica*, 17, e021016. <https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8664132>
- Bailey, K. D. (1994). *Methods of social research*. Simon & Schuster.
- Barboza, M. S. L., Munzanzu, C. R., Souza, I. A. S., & Oyá, E. (2021). 'Sem as plantas a religião não existiria': simbologia e virtualidade das plantas nas práticas de cura em comunidades tradicionais de terreiros amazônicos (Santarém, Pa). *Nova Revista Amazônica*, 9(3), 147-165. <https://doi.org/10.18542/nra.v9i3.11724>
- Bardin, L. (2000). Organização da análise. In *Análise de conteúdo* (pp. 95–102). Edições 70.
- Barros, R. C. P., & Pavanello, R. M. (2022). Relações entre figuras geométricas planas e espaciais no ensino fundamental: o que diz a BNCC? *Jornal Internacional de Estudos em Educação em Matemática*, 15(1), 11–19. <https://doi.org/10.17921/2176-5634.2022v15n1p11-19>
- Bastos, A. P. C. (2023). *Bioculturalidade e valor patrimonial dos órgãos vegetativos e reprodutivos do miritizeiro (Mauritia flexuosa L.f.) na Amazônia oriental* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural da Amazônia].
- Batista, K. M., Milioli, G., & Citadini-Zanette, V. (2020). Saberes tradicionais de povos indígenas como referência de uso e conservação da biodiversidade: considerações teóricas sobre o povo Mbya Guarani. *Ethnoscientia. Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia*, 5(1), 1-17. <https://doi.org/10.18542/ethnoscientia.v5i1.10299>
- Benz, I. E., & Lessa, W. (2016). Reflexões sobre uma relação assimétrica entre designers e artesãos. *Estudos em Design*, 24(1), 1-22. <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/294>
- Bitar, H., & Koury, S. E. C. (2021). De miriti, eu estou aqui: aspectos culturais e econômicos da produção de artigos de miriti para o Círio de Nazaré. *Revista Direitos Culturais*, 16(38), 71-85. <https://doi.org/10.20912/rdc.v16i38.111>
- Boege, E. (2008). De la conservación de facto a la conservación in situ. In *El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México* (1. ed., pp. 32–45). Instituto Nacional de Antropología e Historia; Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas. https://patrimoniobiocultural.com/archivos/publicaciones/libros/El_patrimonio_biocultural.pdf
- Carus, C. O. J., & Malinowski, R. (2023). Mariposas e borboletas (Lepidoptera): a vida em metamorfose. In E. O. Canedo, G. S. Silva, & V. Korasaki (Orgs.), *Insetos na educação: um guia para professores* (Vol. 2, pp. 144–162). EPTEC. https://www.researchgate.net/publication/378208358_MARIPOSAS_E_BORBOLETAS_LEPIDOPTERA_A_VIDA_EM_METAMORFOSE
- Chauí, M. S. (1979). Apresentação: os trabalhos da memória. In E. Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (pp. 17–23). T. A. Queiroz Editor; LTDA.
- Coelho, A. A., Silva, A. A., & Peralta, N. (2020). Campesinato amazônico: retrato das mudanças na economia ribeirinha na várzea do médio rio Solimões. *Revista Campo-Território*, 15(38), 205-227. <https://doi.org/10.14393/RCT153808>
- Crepalde, R. S., & Carvalho, D. F. (2021). Os conhecimentos tradicionais sobre a lua na comunidade Jardim: reconhecendo saberes para afirmar direitos. *Revista Comunidades*, 5(9), 366–378. <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/4516>
- Duarte, S. G., Martins, C. M. M. R., Bandeira, L. G., Carramillo, L. C., Gervásio, M. P., & Wanderley, M. D. (2018). Experiência interdisciplinar na educação básica e na formação de professores: artes, biologia e geociências. *Terrae Didactica*, 14(3), 245–255. <https://doi.org/10.20396/td.v14i3.8652424>
- Eguchi, H. C., & Pinheiro, O. J. (2008, outubro). Design versus artesanato: Identidades e contrastes. In *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*, Associação de Ensino e Pesquisa de Nível Superior de Design do Brasil, São Paulo. <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/58/55>
- Farias, S. K., & Costa, G. D. S. (2024). Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: Ilhas do Combu, Murutucu e Grande. *Novos Cadernos NAEA*, 27(1), 163-186. <https://doi.org/10.18542/ncn.v27i1.13393>
- Ferreira, A. C., Gomes, I., Passarelli, U., & Resende, B. N. (2024). Festas religiosas: Socialização, celebração, devoção e conexão espiritual em áreas rurais de São João Del-Rei, Minas Gerais. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, 26(1), 290–321. <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.1012>
- Ferreira, M. G. R., Costa, C. J., Pineiro, C. U. B., Souza, E. R. B., & Carvalho, C. O. (2022). *Mauritia flexuosa*. In L. Coradin, J. Camillo, & I. C. G. Vieira (Eds.), *Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro: Região Norte* (Biodiversidade, n. 53, pp. 1215–1226). MMA. <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1145274/1/Livro-Especies-Nativas-da-Flora-Brasileira-de-Valor-Economico-Atual-ou-Potencial-Plantas-para-o-Futuro-Regiao-Norte3.pdf>

- Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta* (4 ed., Vol. 15). Paz e Terra. <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/15.-Por-uma-Pedagogia-da-Pergunta.pdf>
- Gasperi, A. M., & Emmel, R. (2023). A BNCC e a formação docente: da multidisciplinaridade a interdisciplinaridade. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, 1(11), 41-59. <https://doi.org/10.55028/gepfil.v1i11.17910>
- Germano, C. M., Lucas, F. C. A., Martins, A. C. C. T., Moura, P. H. B., & Lobato, G. J. M. (2014). Comunidades ribeirinhas e palmeiras no município de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Scientia Plena*, 10(11), 1–10. <https://www.scienciaplenu.org.br/sp/article/view/2217>
- Gomes, J. S. (2018). Cidade da arte: insurgências poéticas nas margens de Abaetetuba-PA. *Revista Paisagens Híbridas*, 1(2), 13-33. <https://revistas.ufrj.br/index.php/article/view/22963>
- Gonçalves, L. R., Freire, M. A., & Silva, R. C. (2022). A escultura na aprendizagem das séries iniciais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(6), 1568-1581. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i6.6091>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Produto interno bruto dos municípios 2021* (Contas Nacionais, n. 96). IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102057_informativo.pdf
- Jesus, N. T. (2022). Manifestações estéticas indígenas: pensar o fazer arte indígena no Brasil. *Revista Estado da Arte*, 3(2), 1-8. <https://doi.org/10.14393/EdA-v3-n2-2022-66614>
- Junk, W. J., Piedade, M. T. F., Schöngart, J., & Wittmann, F. (2015). A classificação dos macrohabitats das várzeas amazônicas. In C. N. Cunha, M. T. F. Piedade, & W. J. Junk (Eds.), *Classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e de seus macrohabitats* (Parte III, pp. 131–165). EdUFMT. <https://cpantanal.org.br/wp-content/uploads/2017/04/E-book-Classificacao-e-Delineamento-das-AUs.pdf>
- Karpinski, F. W., Dellai, D., Baldicera, A., & Jung, D. C. (2024). Agricultura sustentável e seu papel na preservação do meio ambiente: a busca por manejos conservacionistas e eficientes para um meio mais sustentável. *Revista UNICREA*, 2(2), 3-16. <https://revistaunicrea.crea-sc.org.br/index.php/revistaunicrea/article/view/76>
- Leite, A. B., & Polli, H. Q. (2020). Agricultura orgânica no Brasil com enfoque na agricultura biodinâmica. *Revista Interface Tecnológica*, 17(1), 417-430. <https://doi.org/10.31510/inf.v17i1.787>
- Lemos, V. H. C., Silva, D. S., & Fujiyama, R. T. (2023). Fabricação de embarcação de pequeno porte com aproveitamento de recursos naturais renováveis. In M. S. G. Tobias, & P. I. D. Lameira (Orgs.), *Terra do mar doce: contribuições da academia para a navegação na Amazônia* (1. ed., Vol. 2, pp. 116–136). Editora Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/221010572>
- Leonardo, F. A. P., Medeiros Neto, P. H., Souto, J. S., Pereira Filho, J. V., Souto, P. C., & Aves, A. U. (2023). Ciclagem de nutrientes e macrofauna do solo em áreas de caatinga. *Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 16(9), 16733-16752. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-175>
- Leoni, J. M., & Marques, T. S. (2009). Conhecimento de artesanato sobre as plantas utilizadas na produção de artefatos - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - AM. *Scientific Magazine UAKARI*, 4(2), 67-77. <https://doi.org/10.31420/uakari.v4i2.44>
- Lobato, L. S., & Ribeiro, J. O. S. (2022). Escritos e travessias: do brinquedo de miriti ao Círio de Nazaré. *Nova Revista Amazônica*, 10(1), 69-79. <https://doi.org/10.18542/nra.v10i1.12759>
- Machado, F. S. (2008). *Manejo de produtos florestais não-madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia* (1. ed., pp. 1-105). PESACRE; CIFOR. <https://share.google/UvqHZFydxzUwRnWfa>
- Mafrá, A. I., & Bonassina, A. L. B. (2022). Análises práticas de educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 17(3), 294-304. <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.12188>
- Melo, R. S., Silveira, H. B., Silva, R. L., & Gomes, M. C. M. (2024, maio). Elementos culturais nas construções de moradias como recurso didático para o ensino de tópicos de geometria no fundamental. In *Anais do XXII Seminário Temático Internacional*, GHEMAT, São Luiz. <http://anais.ghemat-brasil.com.br/index.php/STI/article/view/329/451>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14. ed.). HUCITEC.
- Ministério da Educação (MEC). (2018). *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Ministério da Educação. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Nascimento, A. R. T., Santos, A. A., & Dias, T. A. B. (2010). Riqueza e etnobotânica de palmeiras no território indígena Krahô, Tocantins, Brasil. *Floresta*, 40(1). <https://doi.org/10.5380/rf.v40i1.17112>
- Piaia, E., & Wedig, J. C. (2021). Mulheres Kaingang e seu saber-fazer artesanal: a interrelação entre cosmologia e conhecimento. *Tellus*, 21(45), 171-191. <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v21i45.755>
- Pinheiro, R. H. C., Silva, J. C., & Pinheiro, I. F. (2024). A voz que ecoa do povo: a influência das propagandas no comércio Municipal de Abaetetuba. *Revista Falas Breves*, (13), 136-148. <https://falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves/article/view/323>

- Pinheiro, T. J. B., & Fonseca, Z. (2016). Miriti: valorização da cultura paraense na educação. *Maiêutica – Arte e Cultura*, 4(1), 25-30. https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/ART_EaD/article/view/1546/682
- Plano Diretor Participativo de Abaetetuba: Projeto Lei: 012/06 de setembro 2006. (2006). Prefeitura Municipal de Abaetetuba. https://www.mapcam.ufpa.br/images/conteudo/PlanosDiretores/Plano_Diretor_Original_de_Abaetetuba_-_2006.pdf
- Rabelo, A. F., & Ferreira, M. L. (2023). Produção oral e escrita: Utilização dos mitos e lendas amazônicos. *Diversitas Journal*, 8(3), 2640-2655. <https://doi.org/10.48017/dj.v8i3.2547>
- Ribeiro, C. L., Cardoso, R. M. R., Lemos, B. P., Peixoto, J. C., & Caldeira, A. J. R. (2024). A botânica e o cerrado na disciplina de ciências da natureza: uma análise do documento curricular para Goiás - DC-GO ampliado. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, 22(1), 1602-1623. <https://doi.org/10.55905/oelv22n1-085>
- Ribeiro, D. S., & Belo, G. S. (2020). A cosmogonia amazônica na poética do imaginário de João de Jesus Paes Loureiro. *Travessias*, 14(1), 43-59. <https://doi.org/10.48075/rt.v14i1.24183>
- Ribeiro, J. O. S., & Brício, V. N. (2020). Imagens do corpo: superfícies reversíveis e marcas de resistências no brinquedo de miriti. *Revista Digital do LAV*, 13(2), 220-235. <https://doi.org/10.5902/1983734844049>
- Ribeiro, L. G., & Nogueira, M. G. C. (2023). Da Amazônia inventada de Spix e Martius aos livros didáticos: (re)produções de discursos sobre os povos indígenas na Amazônia. *Boletim Historiar*, 10(3), 89-100. <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/20147>
- Rocha, O. G. (2020). Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil. *Revista NERA*, 23(54), 90-114. <https://doi.org/10.47946/rnera.v23i54.7912>
- Santos, A. S. C., & Claudino, L. S. D. (2020). Agricultura e segurança alimentar em comunidades quilombolas na Amazônia brasileira: o caso da produção de farinha de mandioca em Abaetetuba, Pará, Brasil. *Humanidades & Inovação*, 7(16), 356-370. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2930>
- Santos, G. M., Cangussu, D., Furquim, L. P., Watling, J., & Neves, E. G. (2021). Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(1), e20200012. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2020-0012>
- Santos, G. S., & Araújo, M. G. P. (2022). Biometria do fruto em desenvolvimento de *Mauritia flexuosa* L.f, Arecaceae: Calamoideae. In F. M. B. Romero, R. B. Castro, & J. C. R. Tello (Orgs.), *Estudos dendrológicos e ecológicos na Amazônia: oportunidades e experiências* (1. ed., Vol. 1, pp. 10-23). Editora Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/220207592>
- Santos, M. J., & Miranda, C. L. (2023). Saberes populares do Assentamento Luiz Inácio Lula da Silva: ressonâncias nas práticas pedagógicas em Ciências da Natureza e Agroecologia. *Revista Cocar*, 19(37), 1-21. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7428>
- Santos, R. S., & Coelho-Ferreira, M. (2012). Estudo etnobotânico de *Mauritia flexuosa* L.f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil. *Acta Amazonica*, 42(1), 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672012000100001>
- Sena, M. J. da S., Pantoja Neto, L. de L., Negrão, C. A. B., Abreu, A. G. B. de, Pinheiro, H. V. A., Pantoja, S. S., Souza, E. C. de, & Silva, A. dos S. (2024). Análises físicas de frutos e físico-químicas de polpas de buriti (*Mauritia Flexuosa* L.). *Revista Foco*, 17(8), e5809. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n8-123>
- Silva, N. A., & Massena, E. P. (2023). A interdisciplinaridade na formação inicial de professores: uma abordagem a partir do 'Cenário Integrador' no contexto do sul da Bahia. *Revista Ponto de Vista*, 12(3), 1-20. <https://doi.org/10.47328/rpv.v12i3.15458>
- Silva, G. V., Pontes, A. N., Batalha, S. S. A., & Silva, L. M. (2013). Manifestação cultural no círio de Nazaré, Belém, Pará: a contribuição socioeconômica dos brinquedos de miriti na valorização do artesanato local. *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer*, 9(17), 3583-3593. <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2013b/MULTIDISCIPLINAR/MANIFESTACAO.pdf>
- Souza, L. F., & Machado, L. H. B. (2021). O ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos na educação básica. *Signos Geográficos-Boletim NEPEG de Ensino de Geografia*, 3, 1-36. <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/71517>
- Stengers, I. (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69), 442-464. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>
- Teixeira, L. C. S., Avezedo, A. D. M., & Nebot, C. P. (2023). Saberes de artesanato de Miriti: um estudo em Abaetetuba/PA. *Nova Revista Amazônica*, 11(1), 51-63. <https://doi.org/10.18542/nra.v11i1.12848>
- Toledo, V. M. M., & Barrera-Bassols, N. (2009). A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (20), 31-45. <https://doi.org/10.5380/dma.v20i0.14519>
- Veiga, C. G. (2022). Eurocentrismo e desigualdade escolar na história da educação brasileira. *Educação, Escola & Sociedade*, 16(18), 1-14. <https://doi.org/10.46551/ees.v16n18a04>
- Vieira, W. (2024). Contos populares na sala de aula: explorando o imaginário da tradição oral. *Revista Contemporânea*, 4(6), e4156. <https://doi.org/10.56083/RVC4N6-061>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

A. P. C. Bastos com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); M. V. O. Magno com curadoria de dados e escrita (rascunho original, revisão e edição); E. S. C. Gurgel contribuiu com conceituação, aquisição de financiamento, administração de projeto e escrita (revisão e edição); S. C. V. Pinheiro com análise formal, investigação, metodologia, supervisão e escrita (revisão e edição); P. G. C. Lima com conceituação, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original, revisão e edição); e A. C. A. Dias com conceituação, curadoria de dados, análise formal, metodologia, supervisão e escrita (rascunho original, revisão e edição).

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.



RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

Muquifu: um museu que acolhe a diversidade

Muquifu: a Museum that welcomes the diversity

Gabriela Sacramento Palmeira da Silva 

Universidade Federal de São João del-Rei
São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil
(gabisacra87@outlook.com)

Christianni Cardoso Morais 

Universidade Federal de São João del-Rei
São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil
(tiannimorais@hotmail.com)



Coan, S., Silva, M. L. da, & Braga, J. L. M. (Orgs.). (2021). *Museus, práticas museais e comunidades*. NS Consultoria. <https://tainacan.eci.ufmg.br/meio/livros/museus-praticas-museais-e-comunidades/>

O livro intitulado “Museus, práticas museais e comunidades” (2021) trata-se de uma coletânea em formato *e-book* de textos apresentados no 1º Seminário Internacional do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu). Esse seminário teve como temática “Museus, práticas museais e comunidades”, e foi realizado nos dias 7, 14 e 21 de novembro de 2020, de forma virtual, devido à pandemia de Covid-19.

A obra, que materializa os debates ocorridos durante o seminário, foi organizada por Samanta Coan, doutora em ciência da informação pela Universidade Federal de

Minas Gerais (UFMG) e membro do comitê gestor do Muquifu; pelo Padre Mauro Luiz da Silva, doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), idealizador e curador do Muquifu; e por Jezulino Lúcio Mendes Braga, doutor em educação e professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

O livro é composto por apresentação, prefácio, onze capítulos e posfácio. Conta com autores provenientes de diversos lugares sociais e variados campos de atuação, representantes das áreas de museologia, história, educação, ciências sociais, ciência da informação, teologia, *designer* e artes. Essa variedade na formação dos autores possibilitou um profícuo diálogo, construído a partir de diferentes perspectivas, o que vai ao encontro com a proposta do museu, que tem como princípios a denúncia da exclusão e o acolhimento da diversidade.

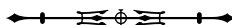
O Muquifu foi idealizado pelo Pe. Mauro Luiz da Silva e inaugurado em 2012. Trata-se de um museu comunitário, que fica localizado na rua Santo Antônio do Monte, n. 708, Vila Estrela, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A palavra ‘muquifu’ remete a uma expressão popular cujo significado é casa pequena, rústica, sem ordem, mas acolhedora. O museu em questão é, ao mesmo tempo, uma capela, uma cozinha e um jardim. Sua história remonta a cerca de 100 anos, quando mulheres do aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, reivindicaram um lugar em que pudessem se reunir para orar. Com o tempo, a capela se tornou também espaço de evocação de memórias e trocas de experiências, bem como de celebração da identidade religiosa e cultural dos moradores. Seu acervo foi organizado pelos próprios moradores do aglomerado Santa Lúcia.

Silva, G. S. P. da, & Morais, C. C. (2026). Muquifu: um museu que acolhe a diversidade. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20230103. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0103

Recebido em 06/08/2025

Aprovado em 10/09/2025

Responsabilidade editorial: Marília Xavier Cury



O seminário, assim como o próprio Muquifu, se ancorou nos ideais da 'nova museologia', que compreende o museu enquanto dispositivo de transformação social. Segundo Santos (2002), esse modo de se praticar a museologia, que ficou inicialmente conhecido como 'museologia social', visa à integração entre a instituição museal e a comunidade, construída coletivamente, o que permite a prática de ações variadas e criativas com o objetivo central de promover o desenvolvimento social.

A partir de discussão conceitual e contextualização histórica realizadas por Tolentino (2016), sabemos que as variadas maneiras de se praticar a 'museologia ativa' (fundamentada nos sujeitos e nos problemas sociais) foram identificadas a partir do conceito mais geral de 'nova museologia'. Os princípios da 'nova museologia' tomaram como referências a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), sendo esses princípios posteriormente consubstanciados no documento denominado Declaração de Quebec (1984).

De acordo com Scheiner (2012), os museus, sob a perspectiva da 'nova museologia', não só guardam as memórias, mas têm o compromisso de atuar ativamente na luta por uma sociedade democrática. Esses princípios encontram-se nos 11 capítulos publicados no livro que resenhamos.

No capítulo "Muquifu – negras e negros em um pensamento museal", Nila Rodrigues Barbosa apresenta sua visão sobre o Muquifu e como esse museu representa a cultura negra. Todo museu é, para autora, resultado de uma intencionalidade, que reverbera na construção do seu acervo e da sua expografia. Por detrás de toda exposição há ideais e teorias que norteiam a seleção dos objetos no ato de contar uma história. Assim, o Muquifu é um museu de representação que visa expor os processos que excluíram e excluem a comunidade de Vila Estrela, região periférica de Belo Horizonte.

Uma experiência similar, a partir de outro museu de comunidade, pode ser observada no capítulo intitulado

"Reinventar el museo: el Museo del Andén", de autoria de Sônia Barbosa Ortiz, Nicolás Leyva Townsend e Ricardo Toledo Castellanos. O texto versa sobre o Museo del Andén, um projeto de musealização desenvolvido entre fevereiro de 2017 e junho de 2018 por professores e estudantes da Pontifícia Universidade Javeriana da Colômbia. Trata-se de um museu que contava com exposições e instalações artísticas que iam além dos muros da universidade, e teve como objetivo envolver toda a comunidade acadêmica, os moradores, os frequentadores da universidade e, sobretudo, os vendedores informais que trabalhavam nos arredores da instituição de ensino. O intuito foi fortalecer as relações entre os ambulantes enquanto patrimônio imaterial, a comunidade e o governo colombiano.

Já o capítulo "A construção de uma museologia kilombola", de Alexsandro Claudio da Silva, busca construir uma epistemologia e uma museologia decolonial, rompendo, assim, com os padrões europeus. O autor retrata, a partir de sua vivência, os desafios da população negra periférica para adentrar na academia e nela se manter; a luta constante pelo direito de contar a sua história, resguardando as memórias e os saberes próprios do povo negro, a partir de uma história decolonial; e a importância das narrativas e dos saberes contados pelos ancestrais, a história para além dos livros eurocentrados. Conclui-se que é preciso construir uma museologia kilombola, coletiva, feita pela comunidade e para a comunidade, que afirme a cultura negra e seus corpos.

Também abordando o próprio Muquifu, sob autoria de José Augusto de Paula Pinto, o capítulo "Muquifu: museologia com afeto" versa sobre a 'nova museologia' e a possibilidade que essa perspectiva trouxe de construir uma museologia afetiva, na qual o princípio a ser seguido é o da não permanência, buscando, desse modo, construir um museu vivo. Ou seja, a museologia é um processo, é devir, um constante 'vir a ser'. O Muquifu é um museu comunitário que busca construir, segundo o autor, essa museologia afetiva, que respeita as memórias individuais e coletivas. A museologia afetiva transforma o fato museal

e o real, conduz à relação do sujeito com o palpável. Todavia, o afeto é capaz de transcender, abstrair o real e se conectar com o patrimônio intangível.

Buscando elucidar os princípios da 'nova museologia', o capítulo escrito por Dalva R. R. Pereira, intitulado "Museus ativistas", retoma o conceito filosófico de *aísthesis*, do século XVII, restrito à 'sensação do belo', que não incluía as culturas dos povos colonizados. Esse cenário começou a mudar a partir da 'nova museologia', com as noções de 'museu integral' (que se preocupa com os problemas da sociedade) e de 'museu ação' (o museu como instrumento de mudança social). Atualmente, adotou-se a definição de 'museu integrado', que corresponde melhor à função que os museus devem ter na sociedade. A partir dessa concepção, somente os próprios excluídos, por meio da coletividade, se descolonizam e fazem ouvir suas vozes, artes e culturas.

O livro conta também com textos que versam sobre algumas exposições permanentes do Muquifu, como o capítulo "Arte, afeto e memória no trabalho autoral de Bianca de Sá". De autoria da própria artista, o texto enfoca o processo de criação de suas obras a partir de uma metodologia definida como arte ou estética relacional. São analisadas os seguintes ensaios fotográficos: "Vende-se esta casa", "Meu reino sem folia", "Mapa gastronômico" e "Isabel". Essas obras têm em comum a memória afetiva da comunidade e as memórias da autora.

Outro capítulo que se refere a uma exposição permanente do Muquifu é "'Doméstica, da escravidão à extinção' no Muquifu: um espaço de pesquisa no *design*", de autoria de Samanta Coan. A autora analisa a exposição de longa duração do Muquifu, intitulada "Doméstica: da escravidão à extinção – uma antologia do quatinho de empregada", a partir do entrecruzamento de conceitos filosóficos, museológicos e do *design*. Coan realizou cinco

entrevistas, com quatro mulheres moradoras do Morro do Papagaio¹, todas com experiência como trabalhadoras domésticas, e um homem, também morador do morro e filho de doméstica. O texto conta que a ideia da obra nasce do desejo dos curadores do museu de denunciar o lugar ao qual a mulher 'preta e favelada' foi condicionada a ocupar na sociedade brasileira.

O capítulo "Objetos sagrados: performances museais no Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas", de Jezulino Lúcio Braga, apresenta o processo de musealização da "Caixa de Congo de Moçambique", obra artesanal resultado de oficinas realizadas na Guarda do Congo e Moçambique Treze de Maio². O autor retrata os modos como são construídos os instrumentos do congado e como essa tradição extrapola os limites de uma construção artesanal, sendo um ritual religioso. O texto coloca em questão o valor do artefato ao se tornar um objeto museal. A partir de análises da fala de um membro da comunidade, o autor conclui que, no museu, a Caixa de Congo passa a ter um valor de representação e de resistência da história e da cultura afro-brasileiras.

No que diz respeito ao domínio das artes e sua potência social, sob o título "Teologia negra na iconografia da Igreja das Santas Pretas", o capítulo de autoria de Cleusa Caldeira se refere aos afrescos desenhados no interior da Capela da Vila Estrela, denominada de Igreja das Santas Pretas. A igreja foi idealizada por um grupo de mulheres da comunidade, sendo uma tentativa de reconciliação do cristianismo com a ancestralidade africana. A iconografia da Igreja das Santas Pretas é justamente uma ação de resistência com o objetivo de descolonização da visão branca sociorreligiosa hegemônica na sociedade. A pintura de afrescos de 110 metros quadrados (de autoria de Cleiton Gos e Marcial Ávila, o iconógrafo

¹ O Morro do Papagaio (vila Santa Rita de Cássia), como é popularmente conhecido, faz parte do Aglomerado Santa Lúcia, que fica localizado na região centro-sul de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Ganhou esse nome por muitas crianças e jovens subirem o morro para soltar papagaios. O aglomerado surgiu no início do século XX, tendo sua ocupação aumentada na década de 1940 (Aglomerado Santa Lúcia, s.d.).

² Guarda de Congo e Moçambique Treze de Maio é uma das mais tradicionais representantes do Reinado, localizada no bairro Concórdia, na cidade de Belo Horizonte.

Pe. Mauro Luiz da Silva) conta as narrativas bíblicas com figuras femininas negras, mulheres de grande importância para a comunidade da Vila Estrela.

Considerando a história do Muquifu e seu reconhecimento social, em “Prospectivas de pesquisa a respeito do Muquifu”, Giuliana Tomasella relata alguns seminários internacionais dos quais ela e representantes do Muquifu participaram, apresentando o museu, suas obras e a comunidade em que ele está inserido. Entre 2014 e 2020, o museu foi apresentado em variados lugares e eventos de relevância internacional. A autora mostra a maneira como o museu recebe mais reconhecimento de comunidades que estão bem distantes dele do que da própria cidade de Belo Horizonte.

Ao apresentar a cultura negra em contexto histórico, o capítulo “Do Muquifu ao NegriCidade: análise da construção da Belo Horizonte segregada”, de Mauro Luiz da Silva, faz uma análise da segregação do povo negro e de sua cultura no processo de construção da capital mineira. Através de uma pesquisa documental, o autor percebeu que a cultura dos congados de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja Católica conviviam em harmonia, e a cultura negra tinha espaço no antigo Curral Del Rey. Essa harmonia durou até a chegada de Dom Cabral, que, como novo bispo diocesano, pediu a proibição das manifestações afro-culturais na capela, a fim de começar uma ‘purificação’ dos rituais católicos e da igreja. Houve, assim, um afastamento da população negra da região central da capital para as periferias.

É possível perceber, a partir do livro que resenhamos, que o Muquifu é um museu comunitário de representação, que se ancora em princípios norteadores da ‘nova museologia’, sendo um lugar da memória e da identidade de um povo excluído no processo histórico oficial.

A obra resenhada traz uma grande contribuição histórica e social, na medida em que revela a história da cidade de Belo Horizonte e do Aglomerado Santa Lúcia a partir de objetos, histórias e memórias de moradores da comunidade, problematizando questões sociais

importantes, que extrapolam os muros do museu e da própria comunidade. A obra “Museus, práticas museais e comunidades” elucida questões relevantes, traz reflexões sobre a ‘nova museologia’, contribuindo, assim, para o campo da museologia, ao alertar sobre a necessidade de ampliação do conceito para uma ‘museologia decolonial’, que se distancie cada vez mais do domínio intelectual e cultural europeu e centre suas perspectivas nos povos excluídos pela história eurocentrada.

A comunidade do Aglomerado de Santa Lúcia tem uma experiência de luta e de mobilização pela garantia de direitos básicos, como moradia, educação e saúde. E, com a criação do museu, a comunidade organizada conseguiu agir para romper o silenciamento que lhe foi imposto, materializando a luta pelo direito à memória e ampliando o conceito de patrimônio para além do que foi estabelecido pelas elites. As atividades empreendidas no espaço do museu pelos agentes da comunidade, o I Seminário Internacional do Muquifu e este livro que resenhamos integram um conjunto de ações que contribuem, sem dúvida alguma, para a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Este livro, um artefato cultural potente e que pode atingir muitos leitores, é um belo registro de ações culturais que foram consolidadas a partir de um símbolo vivo, um caso exemplar de museologia ativa, inclusiva e da luta contra o racismo que ainda reina em nossa sociedade e que devemos combater.

REFERÊNCIAS

- Aglomerado Santa Lúcia. (s.d.). Favela é Isso Aí. <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/aglomerado-santa-lucia/>
- International Council of Museums (ICOM). (1984). *Declaração de Quebec: princípios de base de uma nova museologia*. Quebec. <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-quebec-1984-por.pdf>
- Santos, M. C. T. M. (2002). Reflexões sobre a nova museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), 93-139. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>



Scheiner, T. C. (2012). Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 15-30. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>

Tolentino, A. B. (2016). Museologia social: apontamentos históricos e conceituais *Cadernos de Sociomuseologia*, 52(8), 21-44. <https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.52.02>

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

G. S. P. da Silva contribuiu com conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia e escrita (rascunho original) e C. C. Moraes com metodologia, supervisão e escrita (revisão e edição).

TESES E DISSERTAÇÕES

**Por uma literatura
afro-pindorâmica: as narrativas
de Itamar Vieira Junior
(2012-2021)**

Zidelmar Alves Santos 

zid175@hotmail.com

Tese de Doutorado

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Estadual de Santa Cruz

Bahia (BA), 2026

**For an afro-pindoramic
literature: the narratives of
Itamar Vieira Junior
(2012-2021)**

Zidelmar Alves Santos 

zid175@hotmail.com

Doctoral Thesis

Postgraduate Program in Letters

Universidade Estadual de Santa Cruz

Bahia (BA) – Brazil, 2026

Este trabalho tem como objetivo reconhecer, na abordagem dos temas que caracterizam a ficção de Itamar Vieira Junior, a composição de uma perspectiva afro-pindorâmica no âmbito da literatura brasileira de autoria negra. Partimos do pressuposto de que as narrativas do referido escritor desnudam diversas situações de exclusão, destacando-se a questão étnico-racial, principalmente em seu livro de maior sucesso: o romance "Torto arado". Nessa obra, o escritor ressalta a questão da luta pela sobrevivência e pela moradia, as práticas religiosas afro-brasileiras e os usos da terra em um romance que indica novas possibilidades para interpretação da história na literatura. Para fundamentar o estudo sobre a literatura de autoria negra, discutimos as principais abordagens conceituais, notadamente, de Eduardo de Assis Duarte e de Cuti (Luiz Silva), bem como o trabalho de Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, que é basilar para a nossa proposta conceitual, com vistas a abarcar a escrita de autoria negra em sua confluência com a ancestralidade indígena, a qual denominamos de 'literatura afro-pindorâmica'. Investigamos, também, a relação entre o romance "Torto arado" e o trabalho acadêmico de Itamar Vieira Junior. Esperamos, assim, ressaltar o impacto e a relevância da obra desse autor, a partir de suas relações com as realidades de exclusão na sociedade brasileira, afirmando que o seu trabalho literário tem contribuído para o debate acerca dos muitos problemas sociais do Brasil.

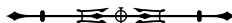
This study seeks to recognize, in addressing the themes that characterize Itamar Vieira Junior's fiction, the formation of an 'Afro-Pindoramic' perspective within the scope of Brazilian literature written by black authors. It is based on the premise that the aforementioned writer's narratives reveal various situations of exclusion, highlighting the ethnic-racial issue, especially in his most successful book: the novel "Torto arado". In this work, the writer highlights the issue of the struggle for survival and housing, Afro-Brazilian religious practices, and the uses of land, constructing a narrative that opens new possibilities for interpreting history through literature. To support the study of literature written by black authors, this article discusses key conceptual approaches, notably those proposed by Eduardo de Assis Duarte and Cuti (Luiz Silva), as well as by Antônio Bispo dos Santos, known as Nego Bispo, whose reflections are fundamental to our conceptual proposal. His ideas help frame the convergence between Black authorship and Indigenous ancestry, which we refer to here as 'Afro-Pindoramic literature.' We also examine the relationship between the novel "Torto arado" and the academic work of Itamar Vieira Jr. We hope, therefore, to highlight the impact and relevance of this author's contribution, grounded in his engagement with the exceptional realities of Brazilian society, and to argue that his literary work has significantly enriched the debate on Brazil's persistent social challenges.

Santos, Z. A. (2026). Por uma literatura afro-pindorâmica: as narrativas de Itamar Vieira Junior (2012-2021). Resumo de tese de doutorado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20250055.

Recebido em 16/07/2025

Aprovado em 30/09/2025

Responsabilidade editorial: Jimena Felipe Beltrão



ERRATA

Na nota de pesquisa intitulada **“Coleções e redes de intercâmbios na Amazônia do início do século XX: considerações sobre o legado de Emília Snethlage”**, publicada no periódico Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 20, n. 1, 2025, há um erro na identificação do DOI.

Onde se lia:

“e20240031” e “doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0031”

Leia-se:

“e20230097” e “doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0097”

Equipe editorial do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas



BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Foco e escopo

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas, bem como promover a diversidade no que se refere à equidade de gêneros e grupos étnicos e à representatividade geográfica.

Políticas de seção

A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituario ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livedocência. Uma lauda.

Entrevista - entrevistas com pesquisadores, pensadores ou agentes culturais cujas trajetórias e reflexões contribuam de forma relevante para o campo das Ciências Humanas. As entrevistas devem abordar temas atuais ou históricos com profundidade crítica, promovendo o intercâmbio de ideias e experiências. Até 5 laudas.

Ensaio Fotográfico - produções visuais que dialoguem com temas, práticas e problemáticas das Ciências Humanas. Os ensaios devem apresentar uma proposta estética e conceitual coerente, acompanhados de um texto introdutório que contextualize as imagens e sua relevância para o debate acadêmico ou sociocultural. Até xx imagens, com breves legendas e texto introdutório (até 5 páginas).

O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta, onde adequado. Essa orientação contempla monografias em geral, bem como trabalhos de conclusão de curso de graduação.

A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em qualquer meio de acesso público, com exceção para Preprints, que são manuscritos não avaliados por um periódico científico ou já avaliados, mas em processo de publicação, disponibilizados em servidores de preprints confiáveis. A editoria recomenda aos autores que disponibilizem os manuscritos à base SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciência aberta

O periódico atua em conformidade com a Ciência Aberta e com os Critérios SciELO.

Cobrança de Taxas

O periódico é de acesso aberto, o que significa que todo o conteúdo está disponível gratuitamente, sem custo para o usuário ou instituição. Também não são cobradas taxas para submissão de manuscritos ou para a publicação.

Processo de avaliação pelos pares

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor Científico ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (peer-review). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão. Em atenção aos princípios de equidade étnica, de gênero e de representatividade geográfica, a revista tem o compromisso de potencializar a diversidade de opiniões especialistas, resguardados, obviamente, os princípios de expertise e formação exigidos. Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o(s) autor(es) é/são convidado(s) a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O(s) autor(es) deve(m) explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do Word para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma online, por meio do link de revisão disponível em “PAINEL AUTOR” na plataforma ScholarOne, clicando em “CRIAR UMA REVISÃO”.

Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno. Um autor só poderá submeter nova contribuição passado período de 12 meses a contar da data da submissão anterior.

Ao final do documento, um fluxograma demonstra as etapas do processamento editorial na revista.

Contribuição dos Autores

No momento da submissão, é necessário informar sobre a contribuição de cada um dos autores, seguintes as categorias segundo o CRediT: 1) Administração de projeto; 2) Análise formal; 3) Aquisição de financiamento; 4) Conceituação; 5) Curadoria de dados; 6) Escrita - rascunho original; 7) Escrita - revisão e edição; 8) Investigação; 9) Metodologia; 10) Recursos; 11) Software; 12) Supervisão; 13) Validação; 14) Visualização. Essas informações são publicadas na última página do artigo.

Política de preprint

Como forma de acelerar a comunicação científica, o periódico recomenda o depósito de suas submissões na SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>) não sendo admitida, porém, a submissão simultânea para outro periódico. As submissões compartilham com os periódicos o ineditismo na publicação e o processo de avaliação não utilizará o procedimento duplo anonimizado, visto que, com a publicação na categoria Preprints, a autoria passa a ser conhecida. As contribuições passarão pelo processo de avaliação e, caso aceitas, os autores devem atualizar os registros no servidor de Preprints e informar a referência completa da publicação feita. Em caso de depósito de Preprint, os autores devem informar o link em um arquivo à parte, denominado “Preprint”, a ser submetido junto com o documento principal no momento do encaminhamento da contribuição, na Etapa 2: Carregamento de arquivos.

Política de dados

Após a aprovação dos artigos, recomenda-se que os autores depositem os dados associados à pesquisa na interface da revista no repositório SciELOData (<https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi>). A recomendação aplica-se apenas para casos que não apresentem questões éticas ou legais. Para informações sobre o depósito dos dados no repositório SciELOData, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_deposito_pt.pdf.

Dados de pesquisa são registros científicos gerados ao longo do processo de investigação e essenciais para a validação dos resultados obtidos, a exemplo de projetos de pesquisa, relatórios submetidos a agências de fomento, descrições de acervos utilizados, tabelas, quadros e informações estatísticas não incluídas no artigo, bem como gravações ou transcrições de entrevistas orais. Todos os dados de pesquisa citados no manuscrito e já disponibilizados publicamente devem ser devidamente referenciados e listados na seção de referências (para informações sobre como citar esses documentos, acesse https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf).

Aos autores é obrigatória a assinatura do Formulário sobre conformidade com a Ciência Aberta a ser enviada junto com a versão prévia à publicação do artigo. Em caso de depósito em outros repositórios, o autor deverá informar o link nesta etapa à revista, por meio da declaração. Recomenda-se acessar a lista de repositórios para depósito de dados de pesquisa fornecida pela coleção SciELO, disponível em https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lista-de-Repositorios-Recomendados_pt.pdf

Adoção de Softwares Uso de Recursos de Inteligência Artificial

O BMPEG. Ciências Humanas orienta autores e avaliadores a consultarem o “Guia de utilização de ferramentas e recursos de Inteligência Artificial (IA)” (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) sempre que forem empregadas ferramentas ou conteúdos gerados por aplicações de inteligência artificial (IA) nos manuscritos, com destaque para os seguintes princípios elencados no guia:

- Informar/mencionar as fontes dos materiais usados na pesquisa e na redação do artigo ou capítulo. Todo e qualquer uso ou conteúdo gerado por uma aplicação de IA deve ser informado no resumo e na seção métodos ou equivalente;
- Certificar-se que todo o material citado seja corretamente atribuído, inclusive as citações completas, e que as fontes citadas respaldem as declarações da aplicação de AI, pois não é incomum que gerem referências a obras inexistentes;
- Assumir a responsabilidade pública por seu trabalho;
- Ocultar o uso e conteúdo de IA é uma falha ética que viola os princípios de transparência e honestidade em pesquisa.

Política de acessibilidade

É compromisso da revista a incorporação de recursos visuais e auditivos inerentes à inclusão e à acessibilidade. A autoria de cada submissão aceita para publicação deve enviar gravação em vídeo com a leitura de resumos dos artigos que será associado ao artigo publicado com acesso via link para usuários que necessitem ou desejem utilizar esse tipo de mídia.

Recomendações éticas

O periódico segue as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* (COPE), bem como o uso do “Guia de boas práticas para o fortalecimento da ética na publicação científica”. (2018), e segue as recomendações do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors - ICMJE*) para garantir a integridade dos resultados publicados pela revista.

O plágio é visto como um crime editorial, sendo uma conduta inaceitável para o periódico. Como forma de evitar esta falta de ética, o BMPEG. Ciências Humanas utiliza o software antiplágio *iThenticate*, do Crossref.

Declaração de direitos autorais

Todo o conteúdo do periódico, está licenciado sob uma *Licença* Creative Commons do tipo atribuição CC-BY. Nessa modalidade, as autorias mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação. Após a primeira publicação na revista, autorias poderão assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho como publicada nesta revista em repositório institucional ou publicar como capítulo de livro, com o devido reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. O Boletim segue as recomendações do Movimento de Acesso Aberto (Open Access), disponibilizando todo o seu conteúdo de modo online e gratuito.

Pesquisas com seres humanos

Pesquisas que envolvam seres humanos devem atender à Resolução CNS nº 466/2012 <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Em submissões resultantes de pesquisas com grupos humanos, é atribuição do(s) autor(es) enviarem, no ato da submissão do manuscrito, o termo de consentimento livre e esclarecido, documento pertinente ao cadastramento do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Recomenda-se ainda que os autores mencionem no manuscrito a aprovação da pesquisa por Comitê de Ética reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (CONEP-CNS).

Indexadores

Anthropological Index Online;

Anthropological Literature;

Directory of Open Access Journals (DOAJ);

Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);

Latindex;

Redalyc;

Scientific Electronic Library Online (SciELO);

SCOPUS ELSEVIER.

Apresentação de artigos

O *Boletim* recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos *online* na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> ou diretamente via o *link* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma. Antes de enviar seu trabalho, o autor precisa verificar se foram cumpridas as normas da revista. Disso depende o início do processo editorial.

O Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas não aceita submissões simultâneas de autor ou coautor. Um prazo de 12 meses deve ser observado para submissão de uma nova contribuição.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (*Login/Senha*), criando uma conta pessoal na plataforma *online*, na seção “CRIAR UMA CONTA”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

Ao submeter o artigo, é necessário que todos os autores realizem cadastro na base de identificação acadêmica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). O cadastro é necessário para autores e coautores. A publicação científica atribui o *Digital Object Identifier* (DOI) nos trabalhos publicados, bem como adota a publicação contínua de artigos aprovados pela revista.

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o *login* na plataforma *online* e clicar em "AUTOR". Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela "PAINEL AUTOR" e iniciar o processo de submissão através do *link* "INICIAR NOVA SUBMISSÃO", no qual deverá realizar os sete passos:

- **Etapa 1: Tipo, título e resumo**

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Etapa 2: Carregamento de arquivos**

- Fazer o *upload* do(s) arquivo(s).
- (Pelo menos um dos arquivos deve representar o documento principal).

- **Etapa 3: Atributos**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Etapa 4: Autores e instituições**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.
- Fornecer a contribuição do CRediT.

- **Etapa 5: Avaliadores**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar. É discrição da revista acatar ou não os avaliadores recomendados.

- **Etapa 6: Detalhes e comentários**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o *Boletim* e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares, caso a opção do autor seja pelo não depósito do artigo em repositório confiável de Preprints
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Etapa 7: Avaliar e submeter**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas, visualizar a prova em PDF e concluir a submissão, clicando em "SUBMETER".

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados por *e-mail*, em PDF, para aprovação final dos autores, que devem responder com a maior brevidade possível. Nessa etapa, não são aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada é considerada aprovada.

Diretrizes para autores

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão *online ScholarOne*.

Os originais devem ser enviados:

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional - AFI (International Phonetic Alphabet – IPA). Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *i*, *u* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
 - a. título (no idioma do texto e em inglês);
 - b. resumo;
 - c. *abstract*;
 - d. palavras-chave e *keywords*.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
6. Os artigos deverão seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide* (acesso gratuito em <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) para uso e apresentação de citações e de referências.
7. Tabelas devem ser digitadas em Word, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc.) devem ser submetidas na plataforma online em arquivos à parte, com as respectivas legendas, numeradas sequencialmente. Devem ter resolução mínima de 300 DPI e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF, obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do *Boletim*, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referenciação e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.
15. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
16. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquemos tem as do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: “A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular”. Citações com menos de 40 palavras devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (“); citações com 40 ou mais palavras devem ser destacadas do texto, com recuo de 1,3 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente anti natural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais antigo ao mais recente. Todas as referências devem seguir as recomendações da *APA 7th Edition - Citation Guide*.

Normas e padrões bibliográficos

A utilização correta das normas referentes à elaboração de referências e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Citação no texto: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

Citação no texto: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Citação no texto: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de livro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Citação no texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Citação no texto: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Série/Coleção

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Citação no texto: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Artigo de periódico

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Citação no texto: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Citação no texto: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Citação no texto: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Citação no texto: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

Citação no texto: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artigo e/ou matéria de jornal

Naves, P.(1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Citação no texto: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Citação no texto: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Citação no texto: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Trabalho apresentado em evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Citação no texto: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Mensagens de Internet: lista de discussão eletrônica e outras comunidades online

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Citação no texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Citação no texto: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Citação no texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Citação no texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico em meio eletrônico

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Citação no texto: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Citação no texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Citação no texto: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York].

Citação no texto: Moore (1984) ou (Moore,1984)

Documento de arquivo

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Campos (1964) ou (Campos,1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Citação no texto: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Meios audiovisuais

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion.

Citação no texto: Herzog (1970) ou (Herzog,1970)

Divulgação

Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio da revista, no *Digital Publishing Platform* (ISSUU), no DOAJ e no SciELO, além de redes sociais como o Facebook.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

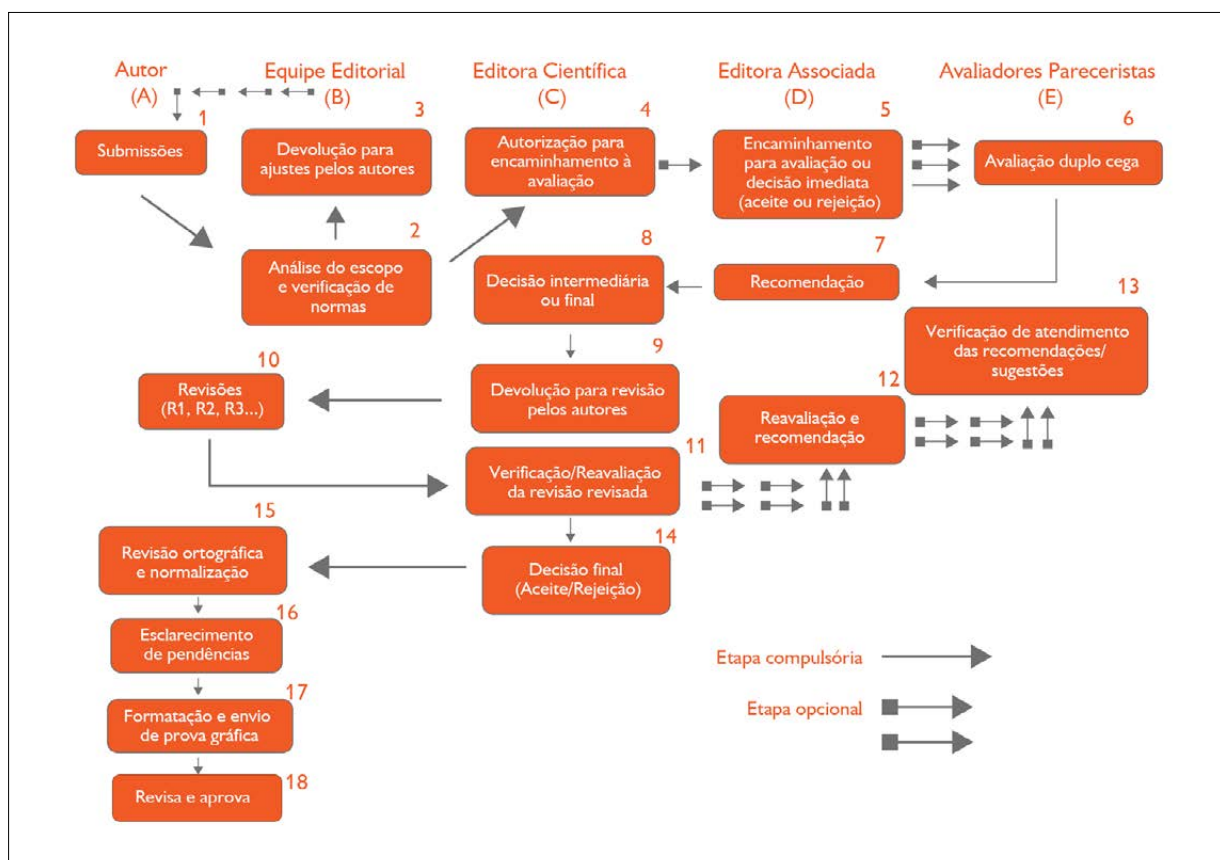
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Patrocínio da revista

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

Fluxograma do processamento editorial no *BMPEG. Ciências Humanas*



Fonte: Beltrão e Silva (2020, p. 13)¹.

¹ BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse da Cruz. **Guia de processamento editorial em periódico científico: a experiência do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas no uso da plataforma ScholarOne**. Belém, 2020. 25p. Disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. HUMAN SCIENCES

EDITORIAL POLICY

Focus and Scope

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences aims to publish original works in archaeology, history, anthropology, Indigenous linguistics, and related disciplines, while also promoting diversity in terms of gender equity, ethnic group representation, and geographical inclusivity.

Section Policies

The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English, and French for the following sections:

Scientific Articles – Original analytical texts resulting from research that provides a significant contribution to the advancement of knowledge. From 15 to 30 pages.

Review Articles – Original analytical or essayistic texts, providing a bibliographic or theoretical review of a specific subject or theme. From 15 to 30 pages.

Research Notes – A shorter preliminary report than a full article, focusing on field observations, research challenges, and progress in ongoing studies, emphasizing hypotheses, sources, partial results, methods, and techniques used. Up to 15 pages.

Memory – A section dedicated to the dissemination of collections or their components that are relevant to scientific research; partially or fully transcribed documents accompanied by an introductory text; and biographical essays, including obituaries or personal memoirs. Up to 20 pages.

Debate – Critical essays on contemporary issues. Up to 15 pages.

Book Reviews – A descriptive and/or critical text on works published in print or electronic format. Up to five pages.

Theses and Dissertations – A brief description, without bibliography, of master's dissertations, doctoral theses, and habilitation works. One page.

Interview – interviews with researchers, thinkers, or cultural agents whose trajectories and reflections contribute meaningfully to the field of the Human Sciences. The interviews should address current or historical topics with critical depth, promoting the exchange of ideas and experiences. Up to 5 pages.

Photo Essay – visual productions that engage with themes, practices, and issues relevant to the Human Sciences. The essays should present a coherent aesthetic and conceptual proposal, accompanied by an introductory text that contextualizes the images and their relevance to academic or sociocultural debate. Up to 15 images, with brief captions and an introductory text (up to 5 pages).

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences publishes summaries of theses and dissertations but does not publish thesis or dissertation chapters. Recognizing the academic necessity and interest in disseminating results from postgraduate research, it is recommended that a distinct scientific article be produced in these cases, emphasizing key findings from the thesis or dissertation while incorporating direct citations where appropriate. This guideline also applies to monographs in general, as well as undergraduate thesis and capstone projects.

The journal does not accept extended abstracts, texts in the form of reports, or works previously published in any publicly accessible medium, except for Preprints, which are manuscripts that have not yet been peer-reviewed by a scientific journal or have already been reviewed but are still in the publication process, provided they are available on reliable preprint servers. The editorial board recommends that authors make their manuscripts available on the SciELO Preprint platform (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Open Science

The journal operates in accordance with Open Science principles and follows the SciELO Criteria.

Fees

The journal is open access, meaning that all content is freely available at no cost to users or institutions. Additionally, no fees are charged for manuscript submission or publication.

Peer Review Process

The journal has a Scientific Council. Submitted manuscripts are first evaluated by the Scientific Editor or one of the Associate Editors. The Editor reserves the right to suggest modifications to the submitted manuscripts or to return them if they do not meet the publication criteria. Once accepted, the manuscripts undergo peer review. Each article is reviewed by at least two experts who are not part of the Editorial Committee and who provide independent assessments. In cases of disagreement between reviewers, the manuscript is sent to additional expert(s) for further evaluation. If modifications or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who will have 30 days to submit a revised version.

In alignment with the principles of ethnic, gender, and geographical equity, the journal is committed to enhancing the diversity of expert opinions while ensuring the required level of expertise and academic qualifications. After receiving anonymous reviews, the Editor decides whether to accept the article for publication. If accepted, the author(s) are invited to revise the article based on the reviewers' comments and the Editor's observations. The author(s) must explain how the revisions were addressed and justify any suggestions they choose not to incorporate. All revisions must be made using the "Track Changes" tool in Microsoft Word. The revised manuscript must be submitted via the online platform using the revision link available in the "AUTHOR PANEL" on ScholarOne by clicking "CREATE A REVIEW".

Once approved, manuscripts are published in order of submission. However, the Scientific Editor may determine the most appropriate timing for publication.

An author may only submit a new manuscript 12 months after the submission date of their previous contribution.

At the end of the document, a flowchart illustrates the editorial processing stages in the journal.

Author Contributions

At the time of submission, it is necessary to specify the contribution of each author according to the CRediT categories: 1) Project administration; 2) Formal analysis; 3) Funding acquisition; 4) Conceptualization; 5) Data curation; 6) Writing – original draft; 7) Writing – review and editing; 8) Investigation; 9) Methodology; 10) Resources; 11) Software; 12) Supervision; 13) Validation; 14) Visualization. This information is published on the last page of the article.

Preprint Policy

To accelerate scientific communication, the journal recommends depositing submissions in SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>). However, simultaneous submission to another journal is not permitted. Submissions will maintain their originality for

publication, and the evaluation process will not use double anonymization, as the authorship will be made known upon publication in the Preprints category. Contributions will undergo the review process, and if accepted, authors must update their records on the Preprints server and provide the complete reference of the published work.

In the case of Preprint submission, authors must provide the link in a separate file named "Preprint," which should be submitted alongside the main document during the submission process in Step 2: File Upload.

Data Policy

After article approval, authors are encouraged to deposit research data in the journal's interface on the SciELOData repository (<https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi>). This recommendation applies only to cases that do not present ethical or legal concerns. For information on depositing data in the SciELOData repository, visit https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia_deposito_pt.pdf.

Research data refers to scientific records generated during the investigation process, which are essential for validating the results obtained. Examples include research projects, reports submitted to funding agencies, descriptions of collections used, tables, charts, and statistical information not included in the article, as well as recordings or transcripts of oral interviews. All research data mentioned in the manuscript and already made publicly available must be properly referenced and listed in the references section (for details on how to cite these documents, visit https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf).

Authors are required to sign the Open Science Compliance Form, which must be submitted along with the pre-publication version of the article. In the case of deposition in other repositories, the author must provide the link to the journal at this stage through the declaration. It is recommended to consult the list of research data repositories provided by the SciELO collection, available at https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Lista-de-Reppositorios-Recomendados_pt.pdf

Use of Artificial Intelligence Tools

BMPEG. Human Sciences advises authors and reviewers to consult the Guide for the Use of Artificial Intelligence (AI) Tools and Resources (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) whenever AI tools or AI-generated content are used in manuscripts, with particular attention to the following principles outlined in the guide:

- Disclose/mention the sources of materials used in the research and in the writing of the article or chapter. Any and all use of, or content generated by, an AI application must be disclosed in the abstract and in the methods section or its equivalent;
- Ensure that all cited material is properly attributed, including full citations, and verify that the sources cited support the claims made by the AI application, as it is not uncommon for such tools to generate references to non-existent works;
- Assume public responsibility for one's work;
- Concealing the use of AI tools or content constitutes an ethical violation that breaches the principles of transparency and honesty in research.

Accessibility Policy

The journal is committed to incorporating visual and auditory resources related to inclusion and accessibility. The author of each submission accepted for publication must provide a video recording with a reading of the article's abstract. This recording will be associated with the published article and made accessible via a link for users who require or wish to use this type of media.

Ethical Recommendations

The journal adheres to the guidelines of the Committee on Publication Ethics (COPE), as well as the use of the "Good Practices Guide for Strengthening Ethics in Scientific Publication" (2018), and follows the recommendations of the International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) to ensure the integrity of the results published by the journal.

Plagiarism is considered an editorial crime and is deemed unacceptable by the journal. To prevent this unethical practice, the BMPEG. Human Sciences journal uses the iThenticate plagiarism detection software by Crossref.

Copyright Statement

All content in the journal is licensed under a Creative Commons Attribution CC-BY license. Under this model, authors retain copyright and grant the journal the right to first publication. After the first publication in the journal, authors may enter into separate additional contracts for non-exclusive distribution of the version of the work as published in this journal in institutional repositories or publish it as a book chapter, with appropriate attribution of authorship and initial publication in this journal. The journal follows the recommendations of the Open Access Movement, making all its content available online and free of charge.

Research Involving Human Beings

Research involving human beings must comply with Resolution CNS No. 466/2012 <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. For submissions resulting from research with human groups, it is the responsibility of the author(s) to submit the informed consent form at the time of manuscript submission, along with the document related to the study's registration with the Ethics Committee for Human Research. Authors are also advised to mention in the manuscript the approval of the research by an Ethics Committee recognized by the National Commission of Ethics in Research, under the National Health Council (CONEP-CNS).

Indexers

Anthropological Index Online; Anthropological Literature;
Directory of Open Access Journals (DOAJ);
Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociais y Humanidades (CLASE); Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO); SCOPUS ELSEVIER.

Article Submission

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences accepts contributions only in digital format. The digital files of articles must be submitted online through the ScholarOne platform via the journal's website <http://editora.museu-goeldi.br/humanas> or directly through the link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>, providing the required information requested by the platform. Before submitting their work, authors must ensure that the journal's guidelines have been followed. Compliance with these guidelines is essential for the initiation of the editorial process.

The Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences does not accept simultaneous submissions by the same author or co-author. A 12-month waiting period must be observed before submitting a new contribution.

Registration

The author(s) must create an account (Login/Password) on the online platform by accessing the "CREATE AN ACCOUNT" section and filling in their profile correctly. Registration/creating an account should be done only once. Afterward, the account should be used for all work submissions, reviews, and evaluations.

When submitting the article, all authors must register with the international academic identification platform Connecting Research and Researchers (ORCID). Registration is required for both authors and co-authors. The journal assigns a Digital Object Identifier (DOI) to all published works and adopts continuous publication of articles approved by the journal.

Submission Process

To submit a new manuscript, the author must log in to the online platform and click on "AUTHOR". After this step, the author should navigate to the "AUTHOR PANEL" window and begin the submission process by clicking on the "START NEW SUBMISSION" link. The author will then be required to complete seven steps in the submission process:

- Step 1: Type, Title, and Abstract
 - Choose the type of work (article, review, etc.).
 - Enter the title of the work.
 - Provide the abstract.
- Step 2: File Upload
 - Upload the file (s).
 - (At least one of the files must represent the main document).
- Step 3: Attributes
 - Add keywords (3 to 6).
- Step 4: Authors and Institutions
 - Specify whether the submitter is the author or a third party.
 - Specify the corresponding author.
 - Provide the CRediT contribution.
- Step 5: Reviewers
 - Specify preferred reviewers and/or those you would like to avoid. It is at the discretion of the journal to accept or reject the recommended reviewers.
- Step 6: Details and Comments
 - Specify the funding sources for the research.
 - Declare that the work has been submitted exclusively to the Boletim and has not been previously published.
 - Declare that the work complies with the ethical standards of the discipline.
 - Affirm that the submitted files are completely anonymous to allow for peer review, in case the author opts not to deposit the article in a reliable preprint repository.
 - Declare any potential conflicts of interest. If there are any, specify them.
- Step 7: Evaluate and Submit
 - Verify that all information and files are complete, view the PDF proof, and finalize the submission by clicking "SUBMIT".

Once the works are formatted, they are sent by email in PDF format for final approval by the authors, who must respond as promptly as possible. At this step, no modifications to the content or changes affecting the pagination are allowed. If the author does not respond within the given timeframe, the formatted version is considered approved.

Guidelines for Authors

All submissions must be sent through the online submission platform ScholarOne.

The original manuscripts should be submitted:

1. The manuscript should be submitted in Word, using Times New Roman, size 12, with 1.5 line spacing, and pages must be consecutively numbered. For Indigenous linguistics papers, a font compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, DéjàVu, Tahoma, or others that include all the phonetic symbols of the International Phonetic Alphabet (IPA), must be used. Times New Roman is preferred, but it includes IPA in Unicode only from the latest Windows versions. Never improvise IPA symbols by using regular letters with strikethroughs (imitating *i*, *u*, etc.).
2. The first page must include:
 - a. Title (in the language of the text and in English);
 - b. Abstract;
 - c. Abstract (in English);
 - d. Keywords.
3. The original manuscripts must not include the name(s) of the author(s) or acknowledgments.
4. Terms or expressions should be highlighted using single quotation marks.
5. Only Latinized scientific terms and words in foreign languages should be italicized.
6. Articles must follow the guidelines of the APA 7th Edition - Citation Guide (free access at <https://apastyle.apa.org/blog/coronavirus-response>) for the use and presentation of citations and references.
7. Tables must be typed in Word, sequentially numbered, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, images, diagrams, etc.) must be submitted separately through the online platform, with their respective captions, numbered sequentially. They should have a minimum resolution of 300 DPI and a minimum size of 1,500 pixels, in JPEG or TIFF format, following, if possible, the proportions of the Boletim page format, with limits of 16.5 cm in width and 20 cm in height (for use in two columns) or 8 cm in width and 20 cm in height (for use in one column). Text in figures, if present, should be in Arial font, with a size between 7 and 10 pts.
9. Figures created in vector programs may be submitted, preferably in open format, with extensions .cdr (X5 or earlier), .eps, or .ai (CS5 or earlier).
10. The article text must refer to all tables, graphs, and illustrations.
11. Sections and subsections in the text should not be numbered.
12. Only page numbering and footnotes should be automated. Texts containing automated numbering of sections, paragraphs, figures, examples, or other automated processes such as referencing and compiling the reference list will not be accepted.
13. Carefully observe scientific nomenclature rules, as well as abbreviations and conventions adopted in specialized disciplines.
14. Footnotes should be numbered in Arabic numerals and used only when absolutely necessary, never as references.
15. Citations and references to authors within the text should follow this format: author's surname (not in uppercase), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p.10); Goeldi (1897, p.10).
16. All works cited throughout the text must be correctly referenced at the end of the article, and all references at the end of the article must be cited in the text.

Basic Structure of the Manuscripts

1. **Title** – In the language of the text and in English (when the language of the text is not English). The title should be written in lowercase, in bold, and centered on the page.
2. **Abstract** – The text should be in a single paragraph, using the active voice and third-person singular, highlighting the objectives, method, results, and conclusions of the work, with a minimum of 100 words and a maximum of 200, in the language of the text (Resumo) and in English (Abstract). The English version must be done or corrected by a native speaker (preferably a colleague in the field), which is the responsibility of the author(s).
3. **Keywords** – Three to six words that identify key concepts of the work, for indexing purposes in databases.
4. **Text** – The text should be composed of unnumbered sections and, whenever possible, include an introduction, theoretical framework, development, conclusion, and references. Avoid long paragraphs and sentences. Prefer the passive voice, avoiding the use of the first person singular and plural throughout the text. Acronyms should initially be written in full. Example: “The Federal University of Pará (UFPA) is preparing a new entrance exam.” Citations with fewer than 40 words should be within the paragraph and enclosed in double quotation marks (“ ”); citations of 40 words or more should be formatted as a block, with a 1.3 cm left margin indent, in a smaller font, as shown in the example below:

Indeed, housing in cities is essentially unnatural, associated with manifestations of the spirit and will, as it opposes nature. For many conquering nations, the construction of cities was the most decisive instrument of domination they knew. Max Weber admirably shows how the foundation of cities represented, for the Near East and particularly for the Hellenistic world and imperial Rome, the specific means of creating local organs of power, adding that the same phenomenon can be found in China, where, even during the last century, the subjugation of the Miao tribes can be linked to the urbanization of their lands (Buarque de Holanda, 1978, p.61).

5. **Acknowledgments** – Should be concise: credits for funding, affiliation with graduate programs and/or research projects, personal and institutional acknowledgments. Names of individuals and institutions should be written in full, explaining the reason for the acknowledgment. Please note that the first version submitted is for anonymous evaluation and should not include acknowledgments.
6. **References** – Should be listed at the end of the work, in alphabetical order, according to the surname of the first author. In the case of multiple references by the same author, use chronological order, from the oldest to the most recent work. All references must follow the guidelines of the APA 7th Edition - Citation Guide.

Bibliographic Standards and Guidelines

The correct use of the guidelines for reference formatting and the proper application of the new spelling rules of the Portuguese language in articles and other documents submitted to the journal are the responsibility of the authors. The following list provides several examples of references in their different categories:

Book

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

In-text citation: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3ed.). UFV.

In-text citation: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

In-text citation: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

Book Chapter

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

In-text citation: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

In-text citation: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

Series/Collection

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n.1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

In-text citation: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

Journal Article

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

In-text citation: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

In-text citation: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

In-text citation: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

In-text citation: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics* 71(4), 473-500.

In-text citation: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Newspaper Article

Naves, P. (1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

In-text citation: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

Newspaper Article in Electronic Format

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

In-text citation: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

In-text citation: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

Paper Presented at a Conference

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado ao bjetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

In-text citation: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

Paper Presented at a Conference in Electronic Format

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

In-text citation: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

Internet Messages: Electronic Discussion List and Other Online Communities

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

In-text citation: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

In-text citation: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Legal Document

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

In-text citation: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,1998)

Decreto n. 3.298. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

In-text citation: Decreto n. 3.298 (1999)

Legal Document in Electronic Format

Resolução n.17, de junho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

In-text citation: Resolução n. 17, de junho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

In-text citation: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Academic Works (Theses, Dissertations, and Monographs)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

In-text citation: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tese de doutorado, University of New York]. In-text citation: Moore (1984) ou (Moore,1984)

Archive Document

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo.* Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo , São Paulo.

In-text citation: Campos (1964) ou (Campos,1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto.* Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

In-text citation: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

Audiovisual Materials

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Filme]. Werner Herzog Filmproduktion. In-text citation: Herzog (1970) ou (Herzog,1970)

Dissemination

The articles are fully published in PDF format on the journal's website, on the Digital Publishing Platform (ISSUU), DOAJ, and SciELO, as well as on social media platforms such as Facebook.

Correspondence Address:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor of Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil Telephone: 55-91-3075-6186

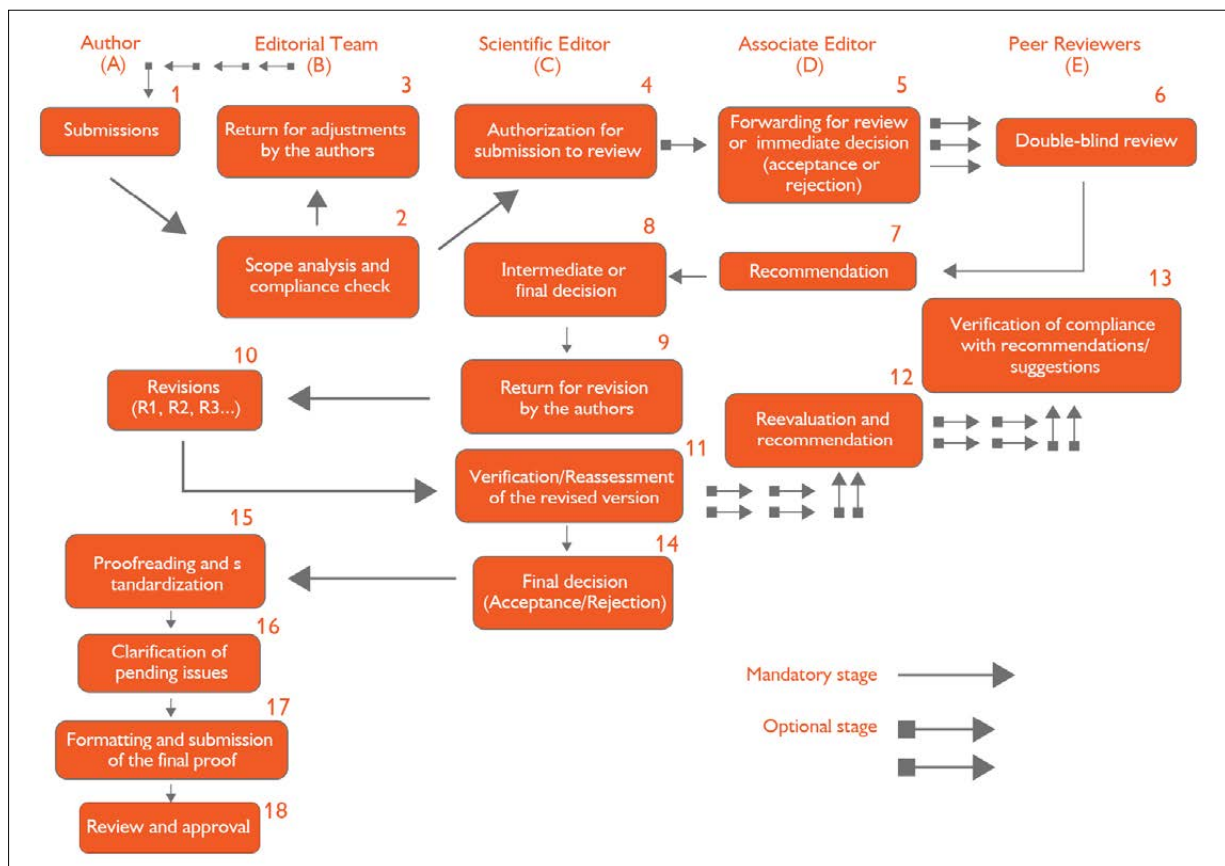
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Journal Sponsorship

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministry of Science, Technology, and Innovations.

Flowchart of the Editorial Process in BMPEG. Human Sciences



Source: Beltrão e Silva (2020, p. 13)¹.

¹ BELTRÃO, Jimena Felipe; SILVA, Taíse da Cruz. Editorial Process Guide in Scientific Journals: The Experience of the Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Human Sciences in the Use of the ScholarOne Platform. Belém, 2020. 25p. Available at: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas/>. Accessed on: June 11, 2021.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

POLÍTICA EDITORIAL

Enfoque y alcance

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tiene como misión publicar trabajos originales de arqueología, historia, antropología, lingüística indígena y disciplinas relacionadas, así como promover la diversidad respecto a la equidad de género y grupos étnicos y a la representatividad geográfica.

Políticas de sección

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* admite contribuciones para las siguientes secciones:

Artículos Científicos: deben ser textos analíticos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, resultantes de estudios e investigaciones que representen contribuciones significativas para el avance del conocimiento.

Artículos de Revisión: textos analíticos o ensayos originales, con una extensión máxima de 30 páginas, que contengan revisión bibliográfica o teórica de un determinado tema.

Notas de Investigación: texto más corto que un artículo, con extensión máxima de 15 páginas, que trate sobre observaciones de campo, avances de investigaciones en curso o en fase inicial, enfatizando hipótesis, comentando fuentes, técnicas y métodos utilizados y resultados parciales.

Memoria: sección destinada a la difusión de acervos que sean relevantes para la investigación científica; de documentos transcritos parcial o integralmente, acompañados de un texto introductorio; y de ensayos biográficos, que incluye notas de fallecimiento o memorias personales. Deben tener una extensión máxima de 15 páginas.

Debate: ensayos críticos sobre temas de la actualidad. Hasta 15 páginas.

Reseñas Bibliográficas: texto descriptivo o crítico de obras publicadas en forma impresa o electrónica. Extensión máxima de cinco páginas.

Tesis de Maestría y Doctorado: descripción sucinta, de máximo una página, de tesis de maestría, doctorado y habilitación docente, sin bibliografía. El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resúmenes de tesis, pero no publica capítulos de tesis de maestría ni doctorado. Entendida la necesidad o interés académico en la difusión de resultados oriundos de la formación en nivel de posgrado, en estos casos se recomienda la producción de un artículo científico con un texto diferente al original, con énfasis en lo que se destaca en la investigación de la tesis y con uso de citas directas cuando fuera pertinente. Estas instrucciones contemplan monografías en general, así como también trabajos de final de carrera de grado.

Entrevista: entrevistas con investigadores, pensadores o agentes culturales, cuya trayectoria y reflexiones contribuyan de forma relevante para el campo de las ciencias humanas. Las entrevistas deben abordar temas actuales o históricos con profundidad crítica y promover el intercambio de ideas y experiencias. Hasta cinco páginas.

Producción fotográfica: producciones visuales que dialoguen con temas, prácticas y problemáticas de las ciencias humanas. Las producciones deben presentar una propuesta estética y conceptual coherente y estar acompañadas de un texto introductorio que contextualice las imágenes y su relevancia para el debate académico o sociocultural. Hasta 15 imágenes, con breves leyendas y texto introductorio (hasta cinco páginas).

La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informe, ni trabajos previamente publicados en ningún medio de acceso público, a excepción de los Preprints, que son manuscritos no evaluados por una revista científica o ya evaluados, pero en proceso de publicación, disponibles en servidores de preimpresión confiables. Los editores recomiendan que los autores hagan que los manuscritos estén disponibles en la base de datos SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>).

Ciencia abierta

La revista opera de acuerdo con la Ciencia Abierta y los Criterios SciELO.

Proceso de evaluación de pares

La revista posee un Consejo Científico. Los trabajos presentados primero son analizados por el Editor o por uno de los Editores Asociados. El Editor se reserva el derecho de sugerir modificaciones a los trabajos recibidos o devolverlos caso no estén de acuerdo con los criterios exigidos para su publicación.

Una vez aprobados, los artículos pasan por una evaluación de pares (peer-review). Los artículos son analizados por dos especialistas como mínimo, que no integran la Comisión Editorial y emiten opiniones de forma independiente. En el caso de haber discrepancia entre las opiniones, el trabajo será enviado a otro(s) especialista(s). En el caso de que se recomiende hacer cambios o correcciones, el trabajo se devolverá al(los) autor(es), que tendrá(n) un plazo de 30 días para elaborar una nueva versión. En conformidad con los principios de equidad étnica, de género y de representatividad geográfica, la revista tiene el compromiso de potencializar la diversidad de opiniones especializadas, cumpliendo, naturalmente, los principios de especialización y formación exigidos.

Después de ser aprobados, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno.

Un autor podrá presentar una nueva contribución solamente luego de transcurrido el período de 12 meses a partir de la fecha de envío anterior.

Política de preimpresión

Como forma de acelerar la comunicación científica, la revista recomienda el depósito de sus envíos en SciELO Preprints (<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo>), sin embargo, no se permite el envío simultáneo a otra revista. Los envíos comparten la originalidad de la publicación con las revistas y el proceso de evaluación no utilizará el procedimiento de doble anonimización, ya que, con la publicación en la categoría Preprints, se conoce la autoría. Las contribuciones pasarán por el proceso de evaluación y, de ser aceptadas, los autores deberán actualizar sus registros en el servidor de Preprints y proporcionar la referencia completa de la publicación realizada.

Política de datos

En cumplimiento de los principios de la Ciencia Abierta, la revista utiliza el servidor SciELOData <https://data.scielo.org/dataverse/brbgoeldi> para poner a disposición los datos de la investigación y requiere un compromiso mediante una declaración sobre la disponibilidad de los datos por parte del autor de cada envío.

Uso de softwares y recursos de inteligencia artificial

El BMPEG. Ciências Humanas orienta a los autores y revisores a consultar la "Guía de uso de herramientas y recursos de Inteligencia Artificial (IA)" (<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>) siempre que

se empleen herramientas o contenido generado por aplicaciones de inteligencia artificial (IA) en los manuscritos, con énfasis en los siguientes principios enumerados en la guía:

- Informar/mencionar las fuentes del material utilizado en la investigación y redacción del artículo o capítulo. Cualquier uso o contenido generado por una aplicación de IA debe ser mencionado en el resumen y en la sección de métodos o su equivalente.
- Asegurarse de que todo el material citado sea adecuadamente atribuido, inclusive las citas completas, y que las fuentes citadas respalden las afirmaciones realizadas por la aplicación de IA, ya que es común que generen referencias a obras inexistentes.
- Asumir la responsabilidad pública por su trabajo.
- Ocultar el uso y contenido de IA es una falta ética que va en contra de los principios de transparencia y honestidad en la investigación.

Política de accesibilidad

La revista apuesta por incorporar recursos visuales y auditivos inherentes a la inclusión y la accesibilidad. El autor de cada envío aceptado para publicación deberá enviar una grabación en video de la lectura de los resúmenes de los artículos que quedará asociada al artículo publicado con acceso vía enlace para los usuarios que necesiten o deseen utilizar este tipo de medios.

Recomendaciones éticas

La revista sigue las directrices del *Committee on Publication Ethics* (COPE), así como el uso de la "Guía de buenas prácticas para el fortalecimiento de la ética en la publicación científica" (2018), y sigue las recomendaciones del Comité Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Journal Editors*- ICMJE) para garantizar la integridad de los resultados publicados por la revista. El plagio es visto como un delito editorial y es una conducta inadmisibles para esta revista especializada. Como forma de evitar esta mala práctica, el *BMPEG. Ciências Humanas* utiliza el software antiplagio *iThenticate*, de *Crossref*.

Declaración de derechos de autor

Todo el contenido de la revista está licenciado bajo una *Licencia Creative Commons* CC-BY. En esta modalidad, los autores mantienen los derechos de autor y otorgan a la revista el derecho de primera publicación. Luego de la primera publicación en la revista, los autores podrán asumir contratos adicionales por separado, para distribución no exclusiva de la versión del trabajo tal como se publica en esta revista en un repositorio institucional o publicación como capítulo de libro, con el debido reconocimiento de autoría y publicación inicial en esta revista. La revista sigue las recomendaciones del Movimiento de Acceso Abierto, haciendo que todo el contenido de la revista esté disponible en línea y de forma gratuita.

Investigaciones con seres humanos

En casos de estudios que involucren seres humanos en Brasil, es importante que estos cumplan la Resolución CNS n°. 466/2012 (<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>). Los autores deben mencionar en el artículo la aprobación del proyecto por parte del Comité de Ética reconocido por la Comisión Nacional de Ética en Investigación, del Consejo Nacional de Salud (CONEP-CNS). Es función de la autoría la presentación de la exigencia del consentimiento informado, documento pertinente al registro del estudio en el Comité de Ética en Investigación con seres humanos.

Indexadores

EAnthropological Index Online;

Anthropological Literature;
Directory of Open Access Journals (DOAJ);
Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE);
International Bibliography of the Social Sciences (IBSS);
Latindex;
Redalyc;
Scientific Electronic Library Online (SciELO);
SCOPUS ELSEVIER.

Presentación de artículos

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas no acepta envíos simultáneos de autor o coautor. Se debe observar un plazo de 12 meses para la presentación de una nueva contribución.

Todos los trabajos deben ser enviados a través de la plataforma de envío ScholarOne via o sitio web de la revista <http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas> o directamente via o link <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>. Los originales deben ser enviados de acuerdo con los siguientes parámetros:

1. En Word, con tipografía Times New Roman, tamaño 12, interlineado 1,5, en hojas enumeradas secuencialmente. En los trabajos de lingüística indígena, debe utilizarse tipografía compatible con el estándar Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma y otras que incluyan todos los símbolos fonéticos del IPA. Times New Roman es la tipografía preferible, pero incluye el IPA solo a partir de las últimas ediciones de Windows. Nunca se deben improvisar símbolos del IPA usando letras comunes tachadas (imitando *ï*, *u*, etc.).
2. En la primera página, debe constar:
 - a. título (en el idioma del texto y en inglés),
 - b. resumen,
 - c. *abstract*;
 - d. palabras clave y *keywords*.
3. Los originales no pueden incluir nombre(s) del(los) autor(es) ni agradecimientos.
4. Para destacar términos o expresiones deben utilizarse comillas simples.
5. Solamente términos científicos latinizados y palabras en idioma extranjero deben estar en cursiva.
6. Los artículos deben seguir las recomendaciones de la APA 6th Edition - Citation Guide para uso y presentación de los elementos bibliográficos: citas en documentos y referencias bibliográficas.
7. Las tablas deben formularse en Word, con numeración consecutiva y leyendas claras.
8. Todas las figuras (ilustraciones, gráficos, imágenes, diagramas, etc.) deben ser presentadas en páginas separadas y enumeradas, con sus respectivas leyendas, y subidas a la plataforma digital en archivos aparte. Deben tener una resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo de 1.500 píxeles, en formato JPEG o TIFF. Cuando sea posible, deben obedecer las proporciones del formato de página del Boletim, dentro de los límites de 16,5 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en dos columnas), u 8 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en una columna). En caso de haber información de texto presente en las figuras, esta debe estar en tipografía Arial, tamaño entre 7 y 10 pts.
9. Las figuras elaboradas en programas vectoriales pueden ser enviadas en formato abierto, preferentemente, con extensión .cdr (X5 o inferior), .eps o .ai (CS5 o inferior).

10. El texto del archivo debe hacer referencia, obligatoriamente, a todas las tablas, gráficos e ilustraciones.
11. Las secciones y subsecciones del texto no pueden ser enumeradas.
12. Solo la numeración de páginas y notas al pie debe ser automática. No se aceptarán textos que contengan numeración automática de secciones, párrafos, figuras, ejemplos u otros procesos automatizados, como referenciación y compilación de lista de referencias.
13. Observar cuidadosamente las reglas de nomenclatura científica, así como las abreviaturas y convenciones adoptadas en disciplinas especializadas.
14. Las notas al pie deben tener numeración arábica y utilizarse solo cuando sean imprescindibles, nunca como referencias.
15. Las citas y referencias a autores en el transcurso del texto deben respetar la siguiente forma: apellido del autor (solo con mayúscula inicial), año: página(s). Ejemplos: (Goeldi, 1897, 10); Goeldi (1897, 10).
16. Todas las obras citadas a lo largo del texto deben estar correctamente referenciadas al final del artículo, y todas las referencias al final del artículo deben estar citadas en el texto.

Después de dar formato a los trabajos, estos deben enviarse a través del sistema de correo electrónico de *ScholarOne*, en PDF para la revisión final de los autores, quienes deben devolverlos a la mayor brevedad posible. Los pedidos de modificaciones o ajustes en el texto deben ser realizados mediante comentarios en el PDF. En esta etapa no se aceptarán modificaciones del contenido del trabajo o que impliquen alteraciones en la numeración de páginas. Si el autor no responde al plazo, la versión formateada será considerada aprobada. Los artículos son divulgados en su totalidad en formato PDF en el sitio web, en Issuu, en DOAJ y en SciELO.

Registro

Autor(es) deben registrarse (*login/senha*), creando una conta personal en la plataforma *online* <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo> en "CREAR UNA CUENTA". Es necesario que cada autor haga registro en el banco de identificación académica internacional *Connecting Research and Researchers* (ORCID). La revista científica atribuye el *Digital Object Identifier* (DOI) para los artículos publicados, bem como adopta el sistema de publicação contínua de artigos aprobados.

Directrices para autores

Para enviar un trabajo nuevo, el autor tiene que iniciar sesión en la plataforma y hacer clic en "AUTOR". Luego de este paso, el autor debe buscar la ventana "PAINEL DE AUTOR" e iniciar el proceso de envío a través del enlace "INICIAR NUEVO ENVÍO", en el que deberá seguir los siete pasos:

• Paso 1: Tipo, título y abstract

- Elegir el tipo de trabajo (artículo, reseña, etc.).
- Completar el título del trabajo.
- Proporcionar el resumen.

• Paso 2: Carga de archivo

- Cargar el(los) archivo(s).
- (Por lo menos uno de los archivos debe representar el documento principal).

• Paso 3: Atributos

- Agregar palabras clave (3 a 6).

- **Paso 4: Autores y instituciones**

- Especificar si la persona que está realizando el envío es el propio autor o un tercero.
- Especificar autor de correspondencia.
- Proporcionar contribución de CRediT.

- **Paso 5: Revisores**

- Especificar revisores de preferencia o aquellos que se quieran evitar.

- **Paso 6: Detalles y comentarios**

- Especificar quién financió la investigación.
- Declarar que el trabajo fue enviado exclusivamente al Boletim y aún no ha sido publicado.
- Declarar que el trabajo está de acuerdo con las normas éticas de la disciplina.
- Afirmar que los archivos enviados son completamente anónimos para posibilitar la revisión por pares, si el autor opta por no depositar el artículo en un repositorio confiable de Preprints.
- Declarar si hay conflicto de interés. Caso afirmativo, especificar.

- **Paso 7: Revisar y enviar**

- Verificar que toda la información y archivos estén completos, consultar la versión en PDF y concluir el envío haciendo clic en "ENVIAR".

Estructura básica de los trabajos

1. **Título:** debe estar en el idioma original y en inglés, escrito en minúscula (solo con mayúscula inicial y cuando corresponda), negrita, centrado, y debe aparecer de la misma manera en la portada y en la segunda página.
2. **Resumen y Abstract:** debe ser escrito en el idioma del texto (resumen) y en inglés (abstract), en un solo párrafo, resaltando los objetivos, métodos, resultados y conclusiones del trabajo. Debe tener una extensión de mínimo 100 y máximo 200 palabras. La versión en inglés es responsabilidad del(los) autor(es).
3. **Palabras clave y keywords:** de tres a seis palabras que identifiquen los temas del trabajo, para fines de indexación en bases de datos (es conveniente consultar los descriptores específicos de la respectiva área de conocimiento).
4. **Texto:** debe contener las siguientes partes: introducción, marco teórico, desarrollo, conclusión y referencias bibliográficas. Se debe evitar párrafos y frases demasiado extensas. Las siglas deben ser primeramente explicadas, p. ej.: Universidad Federal de Pará (UFPA). Las citas de hasta tres líneas deben estar dentro del párrafo y entre comillas inglesas (""). Las citas con más de 40 palabras deben estar en párrafo separado, que debe ser destacado dentro del texto general, usando sangría mayor, en bloque, con fuente menor y sin comillas. De acuerdo al exemplo que sigue:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenómeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimientos:** deben ser breves y pueden indicar créditos de financiación, vínculos del artículo con programas de posgrado o proyectos de investigación, así como agradecimientos personales e institucionales. Se deben escribir los nombres completos de personas e instituciones y explicar el motivo del agradecimiento.
6. **Referencias:** deben ir al final del trabajo, en orden alfabético, de acuerdo con el apellido del primer autor. Cuando haya más de una referencia de un mismo autor, deben ser ordenadas cronológicamente, del trabajo más reciente al más antiguo, de acuerdo con las recomendaciones de la APA 7th Edition - Citation Guide, y observando los siguientes modelos:

Libro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Livraria Francisco Alves.

Cita en el texto: Veríssimo (1906) o (Veríssimo, 1906)

Vidal, W.N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). UFV.

Cita en el texto: Vidal y Vidal (1986) o (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Verlag Regionalkultur.

Cita en el texto: Wieczorek et al. (2012) o (Wieczorek et al., 2012)

Capítulo de libro

Grünewald, R. A. (2004). Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In J. P. Oliveira (Org.), *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (pp. 139-174). Contra Capa Livraria.

Cita en el texto: Grünewald (2017) ou (Grünewald, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). Companhia das Letras.

Cita en el texto: Carneiro da Cunha (1992) o (Carneiro da Cunha, 1992)

Serie/Colección

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Cita en el texto: Goeldi (1900) o (Goeldi, 1900)

Artículo de revista especializada

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Cita en el texto: Gurgel (1997) o (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Cita en el texto: Jantz y Owsley (2001) o (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C., Nakatsuka, N., Lazaridis, I., Skoglund, P., Mallick, S., Lamnidis, T. C., . . . Reich, D. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Cita en el texto: Posth et al. (2018) o (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Cita en el texto: Velthem (2012) o (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Cita en el texto: Tersis y Carter-Thomas (2005) o (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

Artículo de periódico

Naves, P. (1999, junio 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Cita en el texto: Naves (1999) o (Naves, 1999)

Artículo de periódico en medio electrónico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, mayo 5). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Cita en el texto: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, septiembre 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Cita en texto: Silva (1998) o (Silva, 1998)

Trabajo presentado en evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, diciembre). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Brayner y Medeiros (1994) o (Brayner & Medeiros, 1994)

Trabajo presentado en evento en medio electrónico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (enero, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

Cita en el texto: Silva y Oliveira (1996) o (Silva & Oliveira, 1996)

Mensajes de internet: lista de discusión electrónica u otras comunidades en línea

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julio 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Cita en el texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) o (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junio 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Cita en el texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) o (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

Documento jurídico

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18 ed.). (1998). Saraiva.

Cita en el texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) o (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

Decreto n. 3.298. (1999, diciembre 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Cita en el texto: Decreto n. 3.298 (1999)

Documento jurídico en medio electrónico

Resolução n. 17, de julho de 1991. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Cita en el texto: Resolução n. 17, de julho de 1991

Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cita en el texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

Trabajos académicos (tesis de maestría y doctorado y monografías)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* [Tesis de doctorado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].

Cita en el texto: Benchimol (2015) o (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* [Tesis de doctorado, University of New York, Nova York].

Cita en el texto: Moore (1984) o (Moore, 1984)

Documento de archivo

Campos, E. (1964, enero 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Campos (1964) o (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, marzo 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Cita en el texto: Salles (1974) o (Salles, 1974)

Medios audiovisuales

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos* [Película]. Werner Herzog Filmproduktion.

Cita en el texto: Herzog (1970) o (Herzog, 1970)

Difusión

Los artículos son difundidos en su totalidad en formato PDF en el sitio web de la revista, en *Digital Publishing Platform* (ISSUU), en DOAJ y en SciELO, así como también en redes sociales como Facebook.

Dirección

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme - CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Teléfono: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Financiación

Museu Paraense Emílio Goeldi

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações.

